

# A dimensão missionária do catolicismo português

Nuno da Silva Gonçalves

## DO LIBERALISMO À IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA

O ADVENTO DO REGIME LIBERAL encontrou as missões portuguesas numa situação de profundo declínio. A África jazia abandonada; a China e o Japão havia muito que se tinham fechado à presença europeia e missionária; restavam as missões da Índia, que se mantinham devido ao abundante clero da arquidiocese de Goa, mas que eram palco de conflitos frequentes com os missionários da Propaganda Fide.

A agravar os efeitos da expulsão dos Jesuítas de todos os territórios portugueses, decretada em 1759, nova amputação surgiria, em 1834, com a extinção das ordens religiosas. Este depauperamento das capacidades missionárias portuguesas colidia, sobretudo no Oriente, com o desejo do papado de garantir a prossecução efectiva da missionação. Nesse sentido, em 1832, o cardeal Pedicini, prefeito da Congregação de Propaganda Fide, entregou ao embaixador de Portugal em Roma uma solicitação escrita em que se pedia ao Governo português o cumprimento das obrigações de padroeiro relativamente às dioceses da Índia ou, em alternativa, que se dispusesse a renunciar ao exercício do padroado<sup>1</sup>.

Face à incapacidade do padroeiro de corresponder às obrigações assumidas, o papa Gregório XVI prosseguiu a política de erecção de vicariatos apostólicos dependentes directamente da Propaganda Fide e, com o breve *Multa praeclara* de 24 de Abril de 1838, acabou mesmo por desligar da jurisdição portuguesa algumas cristandades das dioceses de Meliapor, Cranganor, Cochim e Malaca, situadas fora dos domínios de Portugal<sup>2</sup>. No seguimento dessa decisão, agravaram-se, na Índia, as lutas entre o clero português e os missionários da Propaganda, com consequências graves na vida religiosa das populações. Esses conflitos em terras de missão eram acompanhados, em Portugal, por acesos combates políticos que opunham liberais e ultramontanos e que a imprensa liberal não deixava de aproveitar para difundir sentimentos nacionalistas, defender a soberania nacional e atacar a pretensa hegemonia da Igreja romana<sup>3</sup>. A actuação da Santa Sé era encarada como ataque directo ao padroado português no Oriente que Lisboa pretendia preservar com argumentos históricos e políticos mas, contraditoriamente, recusando os meios indispensáveis para o seu exercício, persistindo, por exemplo, na erradicação das ordens religiosas.

A partir de 1851, tornou-se mais evidente a necessidade de estabelecer um acordo com a Santa Sé sobre a situação eclesiástica no Oriente, de modo a garantir não só interesses culturais e religiosos mas também o prestígio internacional de Portugal enquanto potência colonizadora. Por seu lado, para Roma era importante que Portugal aceitasse reduzir a sua área de jurisdição religiosa no Oriente, dispendo-se a reconhecer que a sua vastidão, em meados do século XIX, já não correspondia à capacidade efectiva de missionação de que o país dispunha. Neste contexto, iniciaram-se negociações com a Santa Sé em 1851. A 3 de Junho desse ano, Almeida Garrett foi nomeado ministro plenipotenciário, encarregado de tratar com o internúncio e delegado apostólico em Lisboa, Camilo di Pietro. Em Agosto de 1852, Garrett foi substituído por Rodrigo da Fonseca Magalhães, a quem coube conduzir as negociações até final<sup>4</sup>.

A defesa do Padroado era apoiada pela generalidade da classe política, embora não existisse consenso quanto à sua extensão geográfica e às caracte-

*O contexto político, legislativo e ideológico*

◁ Irmã Luciana, da CONFHIC, na Missão do Imaculado Coração de Maria (São Tomé, 1998).

FOTO: IRMÃ MARIA ISILDA FREITAS/CONFHIC.



Papa Gregório XVI  
(1831-1846).

FOTO: ARQUIVO CÍRCULO  
DE LEITORES.

▷ Papa Pio IX (1846-1878).

FOTO: ARQUIVO CÍRCULO  
DE LEITORES.



rísticas da acção missionária portuguesa. Na iminência de um acordo com a Santa Sé, a imprensa liberal mais radical, com destaque para *O Português*, fez-se eco do temor de cedências da parte portuguesa e apelou com insistência para a manutenção da integridade territorial do Padroado do Oriente. Essa campanha, contudo, não impediu que se chegasse à celebração da Concordata de 1857, entre Pio IX e D. Pedro V, assinada em Lisboa a 21 de Fevereiro desse ano, por Rodrigo da Fonseca Magalhães e pelo pronúncio Camilo di Pietro, entretanto criado cardeal<sup>5</sup>.

A Concordata de 1857 reconhecia o padroado português nas dioceses de Goa, Cranganor, Cochim, São Tomé de Meliapor, Malaca e Macau mas, ao mesmo tempo, regulava o seu exercício, estabelecendo uma série de restrições territoriais e exigindo garantias quanto à prossecução efectiva da actividade missionária. Na China, a jurisdição do bispo de Macau era reconhecida em Macau, na província de Cantão e nas ilhas adjacentes, mas excluía-se a província de Quam-si e a ilha de Hong-Kong. Cautelosamente, o anexo A da concordata estabelecia que o exercício exclusivo da jurisdição, nos territórios da província de Cantão, apenas teria início um ano depois da ratificação do tratado, comprometendo-se entretanto o padroeiro a aumentar o número de missionários naquelas regiões.

Na Índia, o Governo português obrigava-se a contribuir para a erecção de uma nova diocese, no território da arquidiocese de Goa, e aceitava fixar, em conjunto com a Santa Sé, os limites das dioceses sufragâneas. Nos territórios que ficassem fora desses limites, poderiam erigir-se novas dioceses, nas quais, achando-se a sé episcopal provida dos meios convenientes, seria reconhecido o exercício do padroado da Coroa portuguesa, com a consequente retirada dos vigários apostólicos existentes. O anexo B da concordata estipulava que, para efeito da delimitação dessas dioceses, o padroado português na Índia abrangia o território da Índia inglesa, entendido como as terras sujeitas imediata ou mediatamente ao Governo britânico<sup>6</sup>.

A assinatura da concordata provocou reacções nos meios políticos portugueses, sendo de destacar a atitude de Vicente Ferrer Neto de Paiva, que se demitiu do cargo de ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, em protesto contra um acordo que aceitava a diminuição da influência religiosa de Portugal no Oriente e legalizava a «usurpação» das missões portuguesas pelos «propagandistas»<sup>7</sup>.

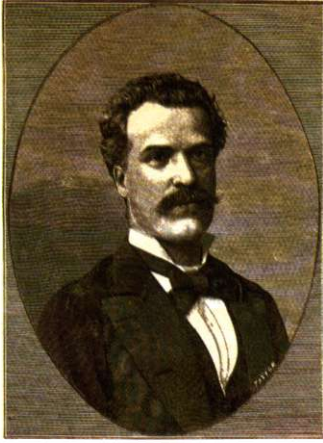
Também Alexandre Herculano se opôs à Concordata de 1857 e publicou um opúsculo em que combatia o ultramontanismo interno, atacava as ambições da Santa Sé e qualificava o tratado como uma verdadeira «humilhação» nacional. Herculano entendia a missionação como um «direito histórico», rejeitava a tese que definia o Padroado como uma «concessão» do papado e discordava da redução territorial das igrejas portuguesas no Oriente. Acrescentava que o acordo representava uma «proclamação da vitória do ultramontanismo em Portugal» e simbolizava os progressos alcançados pelos adversários da monarquia constitucional<sup>8</sup>.

Devido às objecções levantadas no Parlamento, a ratificação da concordata foi difícil e só se alcançou um compromisso depois da troca das notas reversais de 10 de Setembro de 1859, entre o Governo português e o núncio apostólico. Ao aceitar parte das pretensões territoriais portuguesas, a Santa Sé reconheceu o direito de padroado da Coroa portuguesa na Índia, em toda a extensão onde antes era exercido, subsistindo apenas as limitações fixadas na concordata a respeito da China. Concedia, ainda, jurisdição extraordinária ao arcebispo de Goa, enquanto não fosse concluída a delimitação das dioceses. Precisou-se, por outro lado, o significado da expressão «meios convenientes» destinados ao provimento das dioceses sufragâneas na Índia, segundo o artigo 16.º da concordata, e ficou regulada a aplicação dos bens das antigas dioceses de Pequim e Nanquim<sup>9</sup>.

Verificou-se rapidamente que a Concordata de 1857 era de difícil aplicação, deixando subsistir muitas dúvidas sobre a jurisdição eclesiástica do Padroado. É certo que diminuíram os conflitos entre Portugal e a Santa Sé mas, no Oriente, as dificuldades persistiram, inviabilizando a aplicação do acordo alcançado. Nessas circunstâncias, Pio IX, em 1865, declarou ao duque de Saldanha que, enquanto não houvesse no território do Padroado os missionários indispensáveis para substituírem os da Propaganda Fide, não poderia conceder ao arcebispo de Goa e ao bispo de Macau jurisdição mais extensa do que a que já possuíam<sup>10</sup>.

Em Portugal, os temas do Padroado e, em geral, da missionação continuaram a agitar a classe política. Em 1863, o debate ressurgiu, a propósito da decisão tomada pelo arcebispo de Goa, D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa, de suspender alguns eclesiásticos envolvidos no conflito com a Propaganda. Esta atitude foi qualificada de ultramontana pela imprensa liberal, enquanto, na Câmara dos Deputados, os eclesiásticos em causa foram elogiados pela sua atitude nacionalista. A nomeação, em 1881, de D. António Sebastião Valente, catedrático de Teologia na Universidade de Coimbra, para o governo da arquidiocese de Goa provocou novos protestos de liberais e republicanos. A Associação Liberal de Coimbra contestou a sua escolha para o cargo, enquanto *O Conimbricense* apelidava o prelado de «exaltado ultramontano», «ultra-reaccionário» e «jesuíta»<sup>11</sup>.

Outro acontecimento da vida missionária com repercussões políticas foi a chegada a Lisboa, nos finais de Janeiro de 1866, de três padres espiritanos franceses que obtiveram facilmente do Governo autorização para se fixarem em Angola. A oportunidade da concessão dessa licença foi objecto de debate parlamentar em que o cumprimento das responsabilidades missionárias portuguesas foi de novo questionado. O deputado Silveira da Mota interveio para reconhecer que o Governo português não cumpria as obrigações de padroado e para deplorar o estado de desleixo a que ficara reduzido o serviço eclesiástico no ultramar. No entanto, manifestava o receio de que os espiritanos franceses tivessem partido para África, não apenas por zelo apostólico mas também por intuítos políticos ofensivos dos legítimos interesses portugueses<sup>12</sup>.



Luciano Cordeiro (1844-1900), xilogravura (Lisboa, Arquivo de História Social — Instituto de Ciências Sociais).

FOTO: ARQUIVO CÍRCULO DE LEITORES.

▷ A Conferência de Berlim, 1885.

FOTO: ARQUIVO CÍRCULO DE LEITORES.

Martens Ferrão prosseguiu o debate, ao lembrar que o direito de padroado era irrevogável mas simultaneamente oneroso, pelo que não se podia, diante da Europa civilizada, reclamar o direito, sem que o padroeiro se dispusesse a praticar os deveres e obrigações que dele decorriam. Insistia, por outro lado, na importância das missões para a manutenção das colónias africanas, declarando realisticamente: «Ou nós tratamos do Padroado ou, se o não fazemos, perdemo-lo irremediavelmente e com ele perdemos o mais poderoso meio de influência para as nossas colónias. Ou nós tratamos da civilização das nossas colónias, civilização pela administração e pela religião, ou preparamos a sua inevitável perda num futuro mais ou menos próximo.»<sup>13</sup>

Não era apenas a nacionalidade dos missionários que estava em causa mas também o facto de serem religiosos. Para alguns deputados, como Pinto Coelho, a reactivação das missões era impossível sem o recurso aos religiosos. Outros, contudo, defendiam que a época das congregações religiosas passara, o que levava o deputado Oliveira Pinto a afirmar que o espírito de fé, tão necessário ao missionário, não estava circunscrito ao recinto das quatro paredes dum convento<sup>14</sup>. Pronunciou-se, finalmente, em defesa do Governo, o deputado Francisco Luís Gomes que concluía: «O Padroado não pode ser uma decoração, um direito estéril para nós, estéril para a humanidade, estéril para Deus. Bem andou o Governo em permitir que os religiosos franceses fossem missionar no Congo, dispensando-os de algumas formalidades.»<sup>15</sup>

Face ao interesse crescente das potências europeias por África, tornou-se mais premente a necessidade de ocupação efectiva dos territórios e, paralelamente, o reconhecimento da importância das missões. Nesse sentido, o visconde de São Januário, ministro da Marinha, criou, em 1880, uma Comissão de Estudo da Reforma da Missão Ultramarina de que foi relator Luciano Cordeiro e secretário Fernando Pedroso<sup>16</sup>. No seu relatório, a comissão classificava a situação missionária como vergonhosa e insustentável, no que dizia respeito a pessoal, instrução, dotação e recursos. Devido à escassez de missionários portugueses, os territórios ultramarinos eram invadidos por estrangeiros, muitos deles não católicos e quase todos representantes, consciente ou inconscientemente, dum pensamento político desfavorável a Portugal. Por outro lado, o relatório punha em questão a preparação dos poucos missionários portugueses, deplorando que agissem apenas na esfera religiosa e afirmando: «o nosso missionário o mais que chega a ser é padre e só padre». Para Luciano Cordeiro, não bastava ser sacerdote para servir nas missões; o missionário ideal tinha de ser um agente civilizador, com conhecimentos de medicina, ciências físico-químicas, botânica, geologia e, até, indústria e comércio. Nessa perspectiva, o relatório concluía que Portugal não dispunha de verdadeiros missionários, afigurando-se urgente promover a sua conveniente formação. A nível institucional, formulava-se o projecto de uma Junta das Missões que, na altura, não se chegou a concretizar<sup>17</sup>.

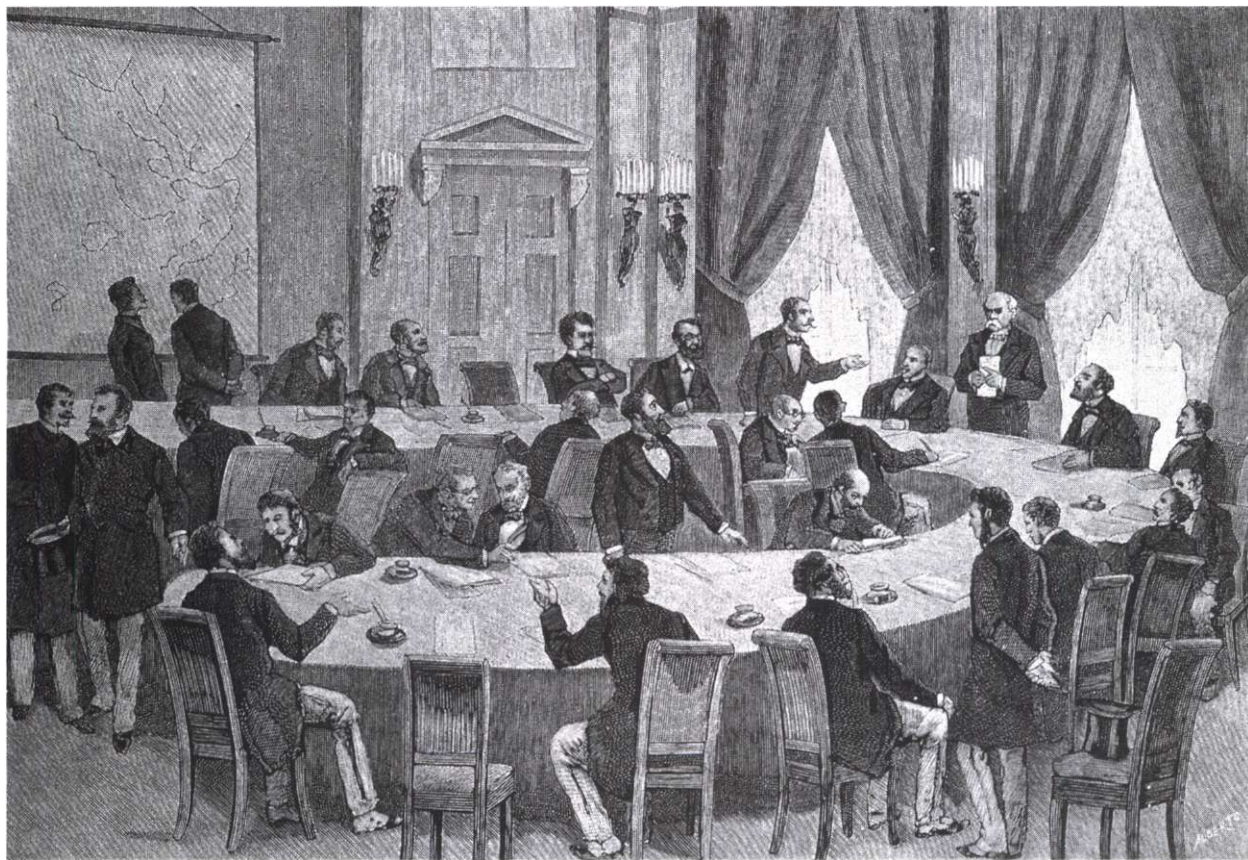
As opiniões expressas por Luciano Cordeiro não deixaram de ser objecto de comentários. Egídio Pereira de Oliveira e Azevedo, por exemplo, refere-se-lhe no seu *Estudo sobre as missões no ultramar*, publicado em 1882. Corroborava, nessa obra, a importância das missões para a preservação das colónias portuguesas e aponta os inconvenientes da admissão de missionários estrangeiros, principalmente pelo perigo de representarem os interesses políticos das nações de proveniência. Achava que era aos missionários portugueses que competia conservar, pela cruz e pela fé, os domínios ultramarinos e que seria impensável querer defendê-los apenas com as armas e a força militar.

Oliveira e Azevedo discorda, porém, do retrato de missionário ideal delineado por Luciano Cordeiro: agente predominantemente civilizador a quem se exigia uma elevada preparação científica e técnica. Lembra, por isso, que o dever prioritário do missionário era ser pastor de almas, tarefa que não se realizava em observatórios meteorológicos, nem a levantar plantas ou a estudar a fauna e a flora locais. A sua missão era a que a Igreja lhe confiava: civilizar os povos indígenas e conduzi-los à vida eterna, através da administração dos sa-

cramentos. Nesse sentido, o essencial para que o missionário desempenhasse «magistralmente» o seu dever era a competência na teologia católica, acompanhada de sentido prático e de alguns conhecimentos de medicina e das línguas dos povos entre os quais iria viver<sup>18</sup>. O fulcro do problema estava, porém, para Oliveira e Azevedo, na readmissão das ordens religiosas em Portugal, uma vez que não seria realista basear a actividade missionária em sacerdotes do clero secular, habituados à autonomia e à vida no seio das próprias famílias. Por isso, defendia o restabelecimento das ordens religiosas como a única medida capaz de «atender devidamente às reclamações imperiosas da civilização colonial» e de garantir quem recomencesse «proficuamente no trabalho da prosperidade e do engrandecimento de Portugal pelas missões no ultramar»<sup>19</sup>.

Mantendo-se a indefinição quanto à presença dos religiosos, as Estações de Civilização, Protecção e Comércio, criadas por decreto de 18 de Agosto de 1881, segundo proposta da Sociedade de Geografia de Lisboa, foram uma tentativa efémera de incentivar, de outro modo, a ocupação dos territórios africanos. Entre as finalidades apontadas, encontravam-se o auxílio aos viajantes europeus, o apoio à fixação de colonos e a realização e divulgação de observações científicas. Em relação às populações indígenas, estas estações comprometiam-se a modificar por meios pacíficos os «seus costumes bárbaros», propunham-se difundir a religião e a moral cristãs e dispunham-se a promover o prestígio da civilização europeia, particularmente da civilização e da soberania portuguesas. Para a realização destes objectivos, estabelecia-se que as estações fossem chefiadas por um oficial do Exército ou da Armada e incluíssem um médico-cirurgião, um capelão e 12 mestres de ofícios, especialmente pedreiros, carpinteiros, serralheiros e feitores agrícolas<sup>20</sup>.

No século XIX, o reconhecimento da importância da actividade missionária esteve sempre estreitamente ligado à preocupação política pela defesa da integridade dos territórios coloniais face à cobiça das potências europeias. A preservação dos direitos históricos missionários servia os interesses

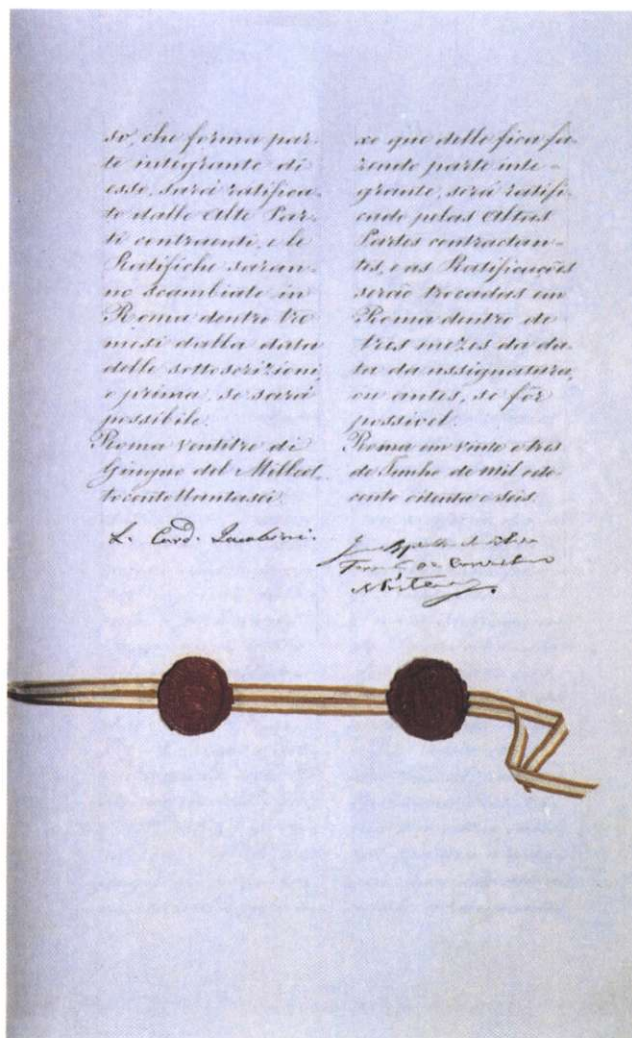
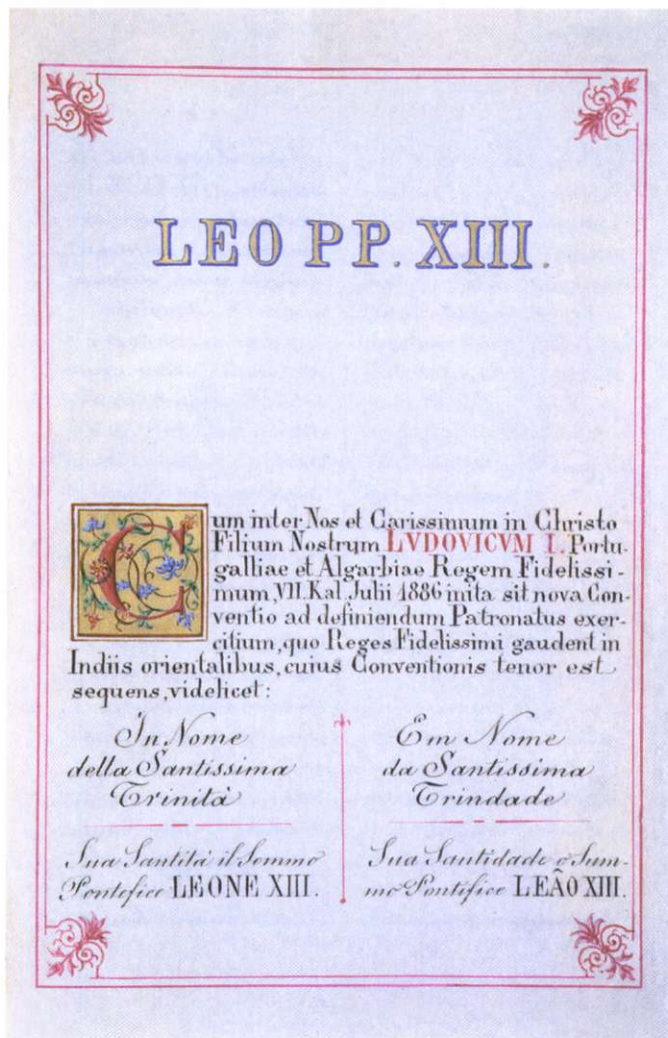


políticos e, por isso, era imperioso defendê-los junto do papado. Em Abril de 1881, Luciano Cordeiro dirigiu um memorando à Santa Sé em que Portugal protestava contra a criação, por iniciativa ou com autorização da Propaganda Fide, de vicariatos ou missões em territórios africanos do Padroado Português. Segundo o documento, Portugal não pretendia criar obstáculos à evangelização daqueles territórios; queixava-se, contudo, de que se fizessem modificações na geografia do Padroado sem o acordo do seu legítimo detentor<sup>21</sup>.

A internacionalização da questão africana, com repercussões na política missionária, teve momento culminante na celebração da Conferência de Berlim, em 1885. Os governos reconheceram solenemente a importância das missões religiosas como instrumentos de civilização e obrigaram-se a admitir e a apoiar os missionários, independentemente das respectivas nacionalidades. A partir de então, começaram a tornar-se mais evidentes os perigos que se abatiam sobre o património colonial português e a responsabilidade que assumia quem colocasse obstáculos ao desenvolvimento missionário. Nesse condicionalismo, coube a Barros Gomes, ministro da Marinha e Ultramar, a adopção das primeiras providências sérias para a dinamização das missões. Em 1887, criou a Junta Geral das Missões, que recebeu funções consultivas e de estudo, segundo o que era estabelecido por decreto de 16 de Setembro desse ano: «A Junta tem por fim esclarecer e aconselhar o Governo acerca da manutenção dos direitos e do desempenho dos deveres que incumbem ao régio padroeiro, propondo ao ministro os meios conducentes a tornar proficuo o exercício desses direitos e cabal cumprimento desses deveres.»<sup>22</sup> Na mesma época, foram concedidos apoios a algumas missões já existentes e tratou-se de incentivar a fundação de outras. Também o Ultimato inglês de 1890, ao provocar a reacção indignada da opinião pública, acabou por ter efeitos positivos, levando o Governo a conceder apoios que visavam o desenvolvimento da actividade missionária e procuravam evitar a repetição de um acontecimento que tanto impacte tinha causado na consciência nacional<sup>23</sup>.

Diante da vastidão dos territórios confiados a Portugal, os tímidos esforços portugueses eram sempre insuficientes e Roma sabia-o, já que as informações recebidas de Lisboa continuavam a alimentar grande cepticismo. Em 1887, numa altura em que eram já perceptíveis alguns sinais efectivos de mudança, monsenhor Vicente Vannutteli, núncio apostólico em Lisboa, ainda enviava ao prefeito da Propaganda Fide duras críticas contra Portugal, estranhando que o padroado fosse reivindicado por um país que desleixara os seus deveres, pusera inúmeros obstáculos à evangelização e continuava a recusar plena liberdade às congregações religiosas. Nessas circunstâncias, a Santa Sé, em África, tal como no Oriente, pretendia excluir do Padroado Português os territórios dominados por outras nações europeias, de modo a libertar a acção missionária duma tutela que não acompanhava as necessidades do seu desenvolvimento. Portugal, por seu lado, insistia na manutenção dos seus direitos históricos, embora se fosse apercebendo, progressivamente, da necessidade de negociar directamente com Roma, também em relação ao continente africano, uma nova delimitação desse padroado<sup>24</sup>.

Entretanto, no Oriente, reconhecida a impraticabilidade da Concordata de 1857, negociou-se novo acordo com a Santa Sé que veio a ser assinado a 23 de Junho de 1886, em Roma, pelo cardeal Jacobini e por Martens Ferrão, em nome do papa Leão XIII e do rei D. Luís. A nova concordata reduzia e definia com exactidão a área geográfica do Padroado, reorganizava as dioceses e clarificava os encargos assumidos. Portugal ficou a exercer o padroado pleno em Macau, de que passaram a depender as cristandades de Malaca e Singapura, e na arquidiocese de Goa, com as respectivas dioceses sufragâneas: Damão, Cochim e São Tomé de Meliapor. Ao arcebispo de Goa, concedia-se a dignidade de patriarca das Índias Orientais e o privilégio de presidir aos concílios provinciais que, ordinariamente, se reuniam em Goa. Por seu lado, nas dioceses de Bombaim, Mangalor, Quilon e Maduré, com as quais se constituía a hierarquia nas Índias, era apenas reconhecido à Coroa portuguesa o semipadroado.



Nas dioceses de padroado pleno, Portugal conservava o direito de apresentação dos bispos e, em contrapartida, obrigava-se a providenciar à sua conveniente dotação, bem como dos cabidos, clero e seminários. Comprometia-se, ainda, a cooperar com os prelados na fundação de escolas, orfanatos e outras instituições necessárias para o bem dos fiéis e para a evangelização dos infieis. Nas dioceses de semipadroado, apenas se previa que Portugal pudesse escolher o bispo a apresentar, numa lista de três nomes propostos por intermédio do arcebispo de Goa. Fora destes territórios, o artigo 10.º da concordata estabelecia que a Santa Sé gozaria de plena liberdade para nomear bispos e adoptar as medidas que julgasse oportunas para o bem dos fiéis<sup>25</sup>.

As reacções políticas à nova concordata foram diversificadas. Os governantes afirmavam que o tratado beneficiava o país; os bispos, por seu lado, com excepção de D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa e de D. Tomás Gomes de Almeida, bispo da Guarda, enviaram felicitações ao papa. Entre os liberais, não houve unanimidade sobre o documento mas *O Conimbricense* publicou, em 1887, uma série de artigos que denunciavam a cedência de Ceilão à Propaganda Fide. No Parlamento, receberam-se protestos de populações católicas de algumas regiões indianas, a que vários deputados se quiseram associar<sup>26</sup>.

O episcopado evitou participar nos debates e apenas D. João Crisóstomo compareceu na Câmara Alta para qualificar a concordata como «uma desonra para a nação portuguesa». Também Tomás Ribeiro manifestou a sua oposi-

Primeira e última páginas da concordata assinada pelo cardeal Jacobini e por Martens Ferrão, Roma, 23.7.1886.

FOTO: ARQUIVO CÍRCULO DE LEITORES.

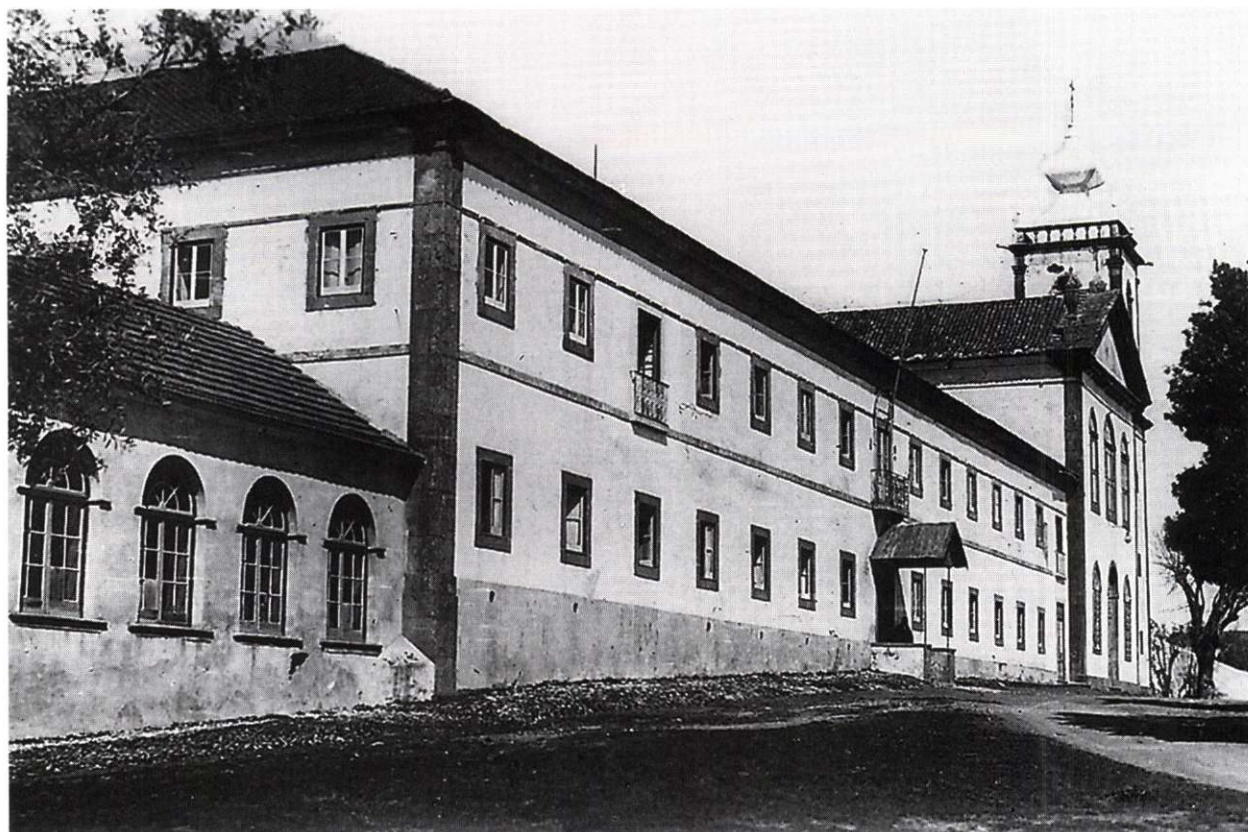
ção, apresentando uma moção de censura ao Governo pelo facto de não ter havido ratificação do documento no Parlamento. Contrariava, desse modo, a posição de Andrade Corvo e de Martens Ferrão, segundo a qual o tratado de 1886 apenas dava cumprimento à Concordata de 1857. Tomás Ribeiro, contudo, não aceitava a redução das dioceses portuguesas no Oriente, que o novo acordo estabelecia, e defendia que as suas disposições levariam à extinção das missões portuguesas na Ásia.

Durante os debates parlamentares, o marquês de Rio Maior manifestou o seu apoio à concordata e aproveitou para criticar o regalismo liberal, sugerindo até a abolição do beneplácito régio. Chegou a ser aprovada uma proposta favorável à permanência de Ceilão no Padroado mas a Câmara de Deputados, posta diante da entrada em vigor do acordo, acabou por declarar o encerramento das negociações<sup>27</sup>.

### *A animação missionária interna*

NÃO EXISTEM, NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XIX, tentativas sérias para solucionar a grave crise da missionação portuguesa. A escassez de missionários andava aliada à falta de escrúpulos na sua escolha, cedendo-se facilmente à tentação de enviar para o ultramar clérigos «imorais, inquietos e turbulentos» que, no reino, se tinham tornado «escândalo da religião»<sup>28</sup>. Em 1833, o Governo liberal, em decreto de 28 de Dezembro, atribuiu a D. Miguel a responsabilidade pelo estado deplorável da actividade missionária e convidava 200 sacerdotes a irem paroquiar, pregar o Evangelho e instruir os povos do ultramar. No entanto, o ambiente de guerra civil e de paixões revolucionárias acesas em que o país ainda se encontrava impediu que esta medida tivesse os efeitos desejados<sup>29</sup>.

A partir da década de 40, assiste-se a um esforço mais continuado de recrutamento e formação de missionários, sendo de destacar a importância que assumirá, nessa tarefa, o colégio de Cernache do Bonjardim. A sua origem remonta a uma iniciativa de D. Veríssimo Monteiro da Serra, bispo eleito de Pequim, que comprara, em 1830, no Bombarral, uma casa em que pretendia





fundar um seminário da Missão da China. Ofereceu essas instalações ao Governo e, ao mesmo tempo, a sua colaboração, especialmente como professor de língua chinesa. O Governo aceitou a oferta, por decreto de 21 de Maio de 1844, e decidiu fundar oficialmente o Colégio das Missões da China que, em Fevereiro de 1846, acolheu o seu primeiro aluno.

No dia 8 de Dezembro de 1855, o egresso franciscano padre Luís da Natividade, que já colaborara com D. Veríssimo Serra no Bombarral, transferiu o colégio para o edifício do extinto Seminário de Cernache de Bonjardim, outrora pertencente ao grão-priorado do Crato. A lei de 12 de Agosto de 1856, referendada por Sá da Bandeira, ministro da Marinha e Ultramar, deu existência legal e meios de subsistência ao Colégio das Missões Ultramarinas e incorporou nele o das missões da China, destinando a instituição de Cernache do Bonjardim à preparação de sacerdotes europeus para o serviço das missões e à formação de professores para os seminários das dioceses ultramarinas<sup>30</sup>.

Segundo os estatutos, o director do colégio era nomeado pelo Governo, competindo-lhe assegurar a orientação da disciplina e do ensino e velar pela preparação espiritual e missionária dos alunos. Salientaram-se, nesse cargo, figuras de relevo a quem a dinamização da vida missionária muito ficou a dever: D. José Maria Pereira Botelho do Amaral e Pimentel, de 1865 a 1872, depois bispo de Angra; o padre José Maria Ferrão de Carvalho Martens, de 1874 a 1884, posteriormente bispo de Bragança e de Portalegre, que alcançou da Santa Sé faculdade para que os alunos fossem ordenados *ad titulum missionis*; D. António Tomás da Silva Leitão e Castro, de 1884 a 1885, bispo de Angola, que reformou os edifícios do colégio e os estatutos; e o padre António José Boavida, de 1885 a 1910. De 1861 a 1871, os Jesuítas colaboraram na formação dos seminaristas, tendo a seu cargo os estudos e a disciplina<sup>31</sup>.

Os sacerdotes formados no colégio eram padres seculares que assumiam o compromisso de trabalhar como missionários por um determinado número de anos, variável conforme a época e os territórios mas que ia, em geral, de seis até dez anos. Terminado esse tempo, podiam regressar às dioceses de origem. A comprovar os frutos do colégio, registe-se que, entre 1856 e 1911, saíram de Cernache do Bonjardim 317 sacerdotes a quem ficou a dever-se boa parte da actividade missionária portuguesa, na segunda metade do século XIX

Altar portátil de Nossa Senhora de África, século XX, Angola (folha-de-flandres, metal, algodão, vela, couro, papel, cortiça, plástico e marfim). Colecção Miguel Neves.

◁ Seminário de Cernache do Bonjardim (anos 50).

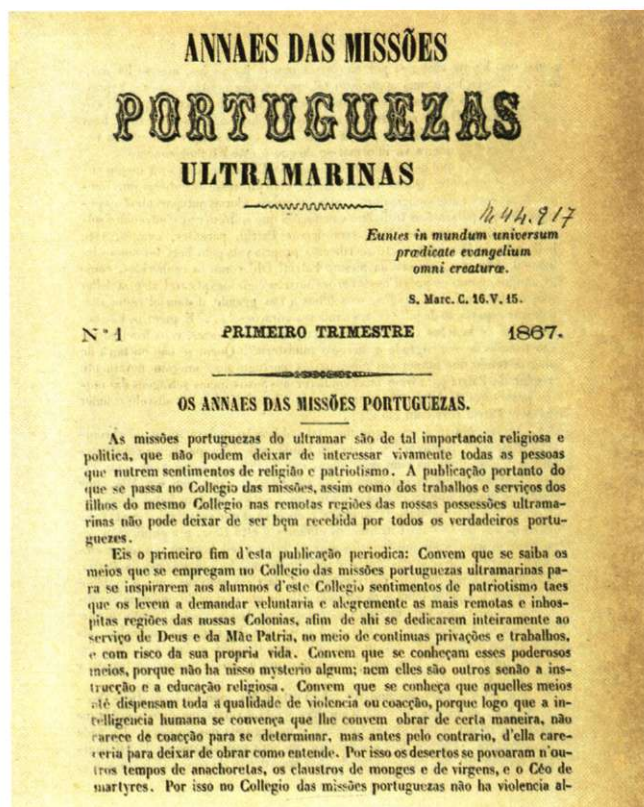
FOTO: REVISTA BOA-NOVA.



Os missionários padre António Barroso e padre Sebastião José Pereira com dois filhos e sobrinho do rei do Congo, in *In Memoriam*, Porto, 1931, p. 5.

▷ Rosto de *Annaes das missões portuguesas ultramarinas*, n.º 1, 1867. (Lisboa, Biblioteca Nacional).

FOTO: LAURA GUERREIRO.



e nas primeiras décadas do século xx. Entre esses sacerdotes, viriam a ser escolhidos bispos eminentes, como D. António Barroso, D. Sebastião José Pereira e D. João Gomes Ferreira<sup>32</sup>.

O colégio contribuiu também para a formação missionária dos católicos por meio da pregação e da imprensa. Em 1856, iniciou-se a publicação do jornal *A Missão Portuguesa* e, entre 1867 e 1872, publicaram-se os *Anaes das Missões Portuguezas Ultramarinas*, a que se seguiram, de 1889 a 1892, os *Anaes das Missões*. Através destas publicações, davam-se a conhecer os usos e costumes, a geografia, a fauna e a flora das regiões africanas e asiáticas, suscitando-se, simultaneamente, o entusiasmo pela acção missionária. No primeiro número dos *Anaes das Missões Portuguezas Ultramarinas*, justificava-se deste modo a iniciativa que prometia ter continuidade trimestral: «As missões portuguesas do ultramar são de tal importância religiosa e política que não podem deixar de interessar vivamente todas as pessoas que nutrem sentimentos de religião e patriotismo. A publicação portanto do que se passa no Colégio das missões, assim como dos trabalhos e serviços dos filhos do mesmo Colégio nas remotas possessões ultramarinas não pode deixar de ser bem recebida por todos os verdadeiros portugueses.»<sup>33</sup>

A partir de 1889, começou a pensar-se na oportunidade de transformar o Colégio das Missões Ultramarinas num instituto ou sociedade missionária, à semelhança do que já se fazia noutros países. A ideia foi lançada, em Lisboa, pelo padre António Barroso e defendida, no Parlamento e junto do Governo, pelo padre António José Boavida mas, apesar das comissões nomeadas para o estudo da proposta, nada se concretizou nessa altura. Não se chegou à institucionalização desejada mas garantiram-se, contudo, vários apoios do Estado. Em decreto de 17 de Dezembro de 1868, já se tinham fixado as vantagens concedidas aos sacerdotes europeus ou do Estado da Índia que fossem missionar nas províncias de São Tomé, Angola, Moçambique e Timor: além de vencimentos, viagens pagas e subsídios especiais no caso de serem também professores, era indicada a forma como os missionários deviam ser recompensados, após determinado número de anos de serviço. O decreto de 3 de De-

zembro de 1884 actualizou esses apoios e, a 21 de Fevereiro de 1891, António Enes, ministro da Marinha e Ultramar, estendeu-os aos sacerdotes oriundos do patriarcado das Índias Orientais e das dioceses africanas<sup>34</sup>.

Apesar da acção meritória dos padres de Cernache, o seu número foi sempre insuficiente; por outro lado, a formação recebida nem sempre se mostrou totalmente adequada às necessidades da vida missionária, o que levou António Enes a afirmar que os missionários para África precisavam de ser educados no contacto com a realidade africana, acrescentando ironicamente que o principal defeito do colégio de Cernache era a sua própria localização<sup>35</sup>.

A escassez crónica de missionários tornava mais actual o problema da readmissão das ordens religiosas, pelo menos para o serviço das missões, questão que percorreu a segunda metade do século XIX. Era difícil, no entanto, vencer os preconceitos característicos da época. Andrade Corvo, que fora ministro da Marinha e Ultramar, de 1875 a 1877, afirmava, em 1887, nos seus *Estudos sobre as províncias ultramarinas*: «Não se julgue porém que somos contrários ao ensino religioso no Ultramar. Acreditamos na possível eficácia do missionário: sinceramente, não acreditamos nas congregações e, menos ainda, nos frades.» Por seu lado, António Enes, enviado como comissário régio a Moçambique em 1891, reconhecia, no relatório apresentado, que os Jesuítas podiam prestar serviços relevantes em África mas duvidava da sua lealdade e dedicação, escrevendo: «ninguém se pode fiar numa instituição de quem o fingimento tomou o nome»<sup>36</sup>.

Só muito lentamente foi possível ultrapassar esta mentalidade, graças aos esforços dos grupos católicos e à influência de alguns políticos e dirigentes ultramarinos. À medida que o ambiente se foi tornando menos hostil, as congregações religiosas começaram a reorganizar-se, dando seguimento aos desejos dos políticos mais livres de preconceitos e aos pedidos da própria hierarquia. Recordem-se, a este propósito, as palavras que D. Tomás Gomes de Almeida, bispo de Angola, escrevia, em 1873, reconhecendo a importância dos religiosos: «Só o padre que vota a sua vida ao serviço das missões, sustentado no presente, no pretérito e futuro pela sua Ordem, e não o missionário isolado nestes sertões da África, sem educação apropriada, sem votos que a isso o obriguem, é que poderá ser operário verdadeiramente eficaz na obra da redenção das almas da ignorância e do vício.»<sup>37</sup>

O próprio papa Leão XIII, em carta aos bispos portugueses de 5 de Abril de 1892, insistia, a propósito do regresso dos institutos religiosos a Portugal e aos seus territórios ultramarinos: «Pedindo esta restituição, dai provas não só do vosso zelo pastoral, como também do vosso amor à pátria, porque os institutos monásticos hão-de ser utilizados a Portugal, oferecendo, como oferecem, grande facilidade para que as missões do ultramar produzam admiráveis resultados, e dêem a esse reino a glória que alcançaram os vossos maiores. Pelo que desejamos de todo o coração e fazemos ferventes votos por que os poderes públicos atendam às vossas justas reclamações, na certeza de que, obrando assim, farão bem a si mesmos, à Igreja e ao Estado.»<sup>38</sup>

Em 1894, logo no seu primeiro número, a revista *Portugal em África*, publicada pelos missionários espíritanos, prometia pugnar pela mesma causa, comprometendo-se a defender as missões dos religiosos, na convicção de que era esse «o primeiro, mais eficaz e mais económico factor de civilização ultramarina». Apelava, por isso, à multiplicação dos institutos regulares, já que o desprendimento dos seus membros, sacerdotes, irmãos e irmãs, era a melhor garantia do «alargamento da fé, do império, da ciência, da arte e do progresso».

A opinião autorizada de Mouzinho de Albuquerque, comissário régio em Moçambique, juntou-se à campanha a favor dos religiosos, ao afirmar, no seu relatório sobre os anos 1896 a 1898: «Tudo isto (trabalho profissional, moralização dos indígenas...) poderíamos aproveitar das Missões. Mas só o clero regular as tem fundado e mantido prósperas... A grande objecção que tenho ouvido é serem na maioria estrangeiros. Ora isso é a consequência fatal de não haver em Portugal ordens regulares.»<sup>39</sup>



Padre António José Boavida (1838-1906), director do colégio de Cernache do Bonjardim (Lisboa, Biblioteca Nacional).

FOTO: LAURA GUERREIRO.

Lentamente, foram surgindo os frutos desta insistência. Embora enfrentando uma situação legal precária e lutando com falta de recursos humanos e materiais, os religiosos já tinham começado a regressar a Portugal, por volta de 1860, e organizaram de imediato estruturas de recrutamento e formação de missionários. Para Angola e para o Congo, partiram os Espiritanos; para Moçambique, os Franciscanos e os Jesuítas; o Oriente assistiu à chegada dos Salesianos e ao regresso dos Jesuítas. Novidade na actividade missionária foi a presença de congregações femininas, nomeadamente as Franciscanas Hospitaleiras Portuguesas, as Franciscanas Missionárias de Maria e as Irmãs de São José de Cluny, conhecidas como Irmãs da Missão. Estas últimas eram patrocinadas pela Associação Auxiliar da Missão Ultramarina e fundaram institutos de formação em três antigos conventos: Santa Teresa de Carnide; Santa Clara de Coimbra; e São Patrício, em Lisboa. Em 1899, 314 alunas frequentavam estas escolas missionárias.

Na sequência destes esforços, obtiveram-se importantes concessões: a 14 de Novembro de 1889, declarou-se oficial a Escola Agrícola Colonial de Sintra, destinada à formação de irmãos leigos para as missões espiritanas, considerando-a instituição auxiliar do Padroado Português; em 1892, o Governo, por decreto de 21 de Abril, concedeu à Associação Auxiliar da Missão Ultramarina o Convento de Santa Teresa de Carnide para a educação e preparação das Irmãs de São José de Cluny; em 1896, a lei do recrutamento de 6 de Agosto isentou do serviço militar os alunos da Escola Agrícola de Sintra que se comprometessem a servir nas missões pelo menos quatro anos; e, a 15 de Agosto do mesmo ano, uma portaria estabeleceu a Procuradoria-Geral das Missões do Congo e Angola, de que foi nomeado responsável o padre Cristóvão José Rooney<sup>40</sup>.

Apesar destas medidas, o pleno reconhecimento dos religiosos não se chegou a efectivar. A 18 de Abril de 1901, foi publicado um decreto que regulava a constituição de associações religiosas, permitindo as que se destinassem à beneficência, ao ensino e à propagação da fé e civilização no ultramar mas condicionando, ao mesmo tempo, muitos aspectos próprios da vida religiosa. Das 45 associações cujos estatutos, ao abrigo desse decreto, foram publicados no *Diário do Governo* de 21 de Outubro de 1901, destinavam-se às

Irmãs Franciscanas  
Hospitaleiras da Imaculada  
Conceição com crianças no  
Colégio de Nossa Senhora da  
Piedade, 1900, Goa.

FOTO: ARQUIVO CÍRCULO  
DE LEITORES.



missões as seguintes: Associação Missionária Portuguesa, Associação dos Padres Seculares da Missão de São Vicente de Paulo, Associação das Irmãs de São Vicente de Paulo, Associação das Missionárias de Maria, Associação dos Missionários do Espírito Santo, Associação Fé e Pátria e Associação das Irmãs da Missão do Padroado Ultramarino. Um número relativamente elevado de institutos adoptava, deste modo, um enquadramento oficial em que muitas ambiguidades permaneciam mas que, por outro lado, permitia a existência legal indispensável para receber apoios e negociar com o Governo<sup>41</sup>.

O ressurgimento missionário que se verificou ao longo do século XIX não foi apenas obra do clero ou dos religiosos mas possui um carácter mais amplo, tendendo ao compromisso de todo o povo cristão e suscitando as mais diversas formas de colaboração. É nesse sentido que se compreende a constituição de um número significativo de associações de fiéis tendo como objectivo principal o apoio à actividade missionária.

Em 1820, Pauline Jericot lançou, em Lião, as bases da Associação da Propagação da Fé, uma iniciativa que depressa ultrapassou as fronteiras francesas devido, sobretudo, à publicação dos *Anais da Propagação da Fé*, destinados a divulgar os progressos da missionação. Os *Anais* surgiram em Portugal, logo em 1822, com tradução mandada fazer por D. Tomás de Noronha, bispo resignatário de Olinda, mas a secção portuguesa da associação seria fundada apenas em 1837. Os seus objectivos eram simples e claros: «ajudar por meio de orações e esmolas os Missionários Católicos Apostólicos Romanos encarregados de pregar a Doutrina Evangélica nos países ultramarinos». Mais concretamente, era pedido aos membros «o pequeno tributo de 10 réis por semana e um Padre Nosso e uma Avé Maria todos os dias». Quem quisesse beneficiar das indulgências entretanto concedidas pelos pontífices devia acrescentar às obrigações iniciais a divulgação dos *Anais* e alguma exortação evangélica às pessoas conhecidas<sup>42</sup>.

Como nota D. Manuel Clemente, o êxito da iniciativa vinha-lhe da simplicidade de processos: orações básicas e uma pequena contribuição monetária. Por outro lado, a associação integrava-se na evolução eclesiológica da época, ao privilegiar o universal em detrimento do nacional, o que não deixou de lhe provocar a oposição dos que persistiam em ligar a missionação à defesa dos interesses portugueses. A existência de uma vasta rede de militantes levantou suspeitas nalguns círculos e a associação chegou a ser acusada de reunir miguelistas com o pretexto do apoio às missões e a ser olhada como uma espécie de organização antiliberal<sup>43</sup>.

Em 1843, a *Revista Universal Lisbonense* acolhia críticas de outro teor: defendia que era mais urgente missionar em Portugal do que no ultramar e afirmava que o país não tinha fé para exportar. Face a esta posição, os membros da associação não deixaram de lembrar que o entusiasmo missionário era factor de revitalização do próprio catolicismo interno.

Apesar destes ataques, por volta de 1844, a associação já recolhia esmolas em todo o país e publicava regularmente os quantitativos nos *Anais*. Vencendo a má vontade de alguns sectores, encontrou acolhimento e obteve implantação nacional, ao mesmo tempo que conseguia a protecção da corte, a tolerância do Governo e a adesão do clero e hierarquia<sup>44</sup>.

A década de 1840 viu ainda nascer uma outra iniciativa: a Sociedade Católica Promotora da Moral Evangélica em Toda a Monarquia Portuguesa, normalmente conhecida por Sociedade Católica ou Associação Católica e que foi legalizada por portaria de 10 de Janeiro de 1843. A leitura da documentação inicial não é clara quanto à intenção prioritária. Segundo a portaria de 10 de Janeiro, a finalidade era claramente a missionação ultramarina. Mas, nos estatutos, a prioridade parece ser Portugal europeu, ao afirmar-se que a moral evangélica se promove, em primeiro lugar, por meio de missões religiosas em todas as dioceses. De qualquer modo, e em contraste com a Associação da Propagação da Fé, o espaço de actuação coincidiria sempre com o da soberania portuguesa<sup>45</sup>.

Na prática, a Sociedade Católica acabou por privilegiar quase sempre a evangelização interna, como explicava no seu *Jornal*, em artigo de 8 de Junho



Missionário, escultura  
(Coimbra, Museu  
Antropológico da  
Universidade).

FOTO: CARLOS CANIÇARES  
BARATA.

▷ Sala Portugal (Lisboa,  
Sociedade de Geografia).

FOTO: JOSÉ MANUEL  
OLIVEIRA/ARQUIVO CÍRCULO  
DE LEITORES.

de 1844: «A Associação da Propagação da Fé propõe-se a ministrar os meios para levar a luz do Evangelho ao meio dos idólatras e infiéis, e por esse caminho a civilizá-los, a torná-los homens sociais, e abrir assim o campo a todos os benefícios recíprocos das sociedades humanas [...] A Sociedade Católica promove na sua mesma pátria, em proveito de seus mesmos irmãos compatriotas, o derramamento benéfico da mesma luz divina, que nos não falta de todo, mas que tem sensivelmente diminuído e ameaça apagar-se no meio de nós.»<sup>46</sup> Foi esta a opção que se pôs em prática, sem nunca se ter abandonado completamente a perspectiva da missão ultramarina como o comprova o apoio a um grupo de missionários que partiu para Angola, em 1852. Foi esta, aliás, uma das últimas manifestações de vida da sociedade que, em 1853, acabaria por desaparecer<sup>47</sup>.

Em Junho de 1855, noticiou-se nos *Annaes Marítimos e Coloniaes* que o Governo constituiria a Sociedade da Propagação da Fé, da Colonização e Civilização do Ultramar cujos objectivos eram assim enunciados: a) propagar a fé e moral cristã católica apostólica romana nas províncias ultramarinas; b) estabelecer colónias agrícolas nos lugares mais convenientes do ultramar; c) promover a extinção da escravatura e a melhoria das condições de vida das classes pobres e desvalidas. Apesar da generosidade das ideias, Silva Rego recorda-nos que pouco ou nada se fez para a concretização dos objectivos propostos<sup>48</sup>.

No ano seguinte, 1856, surgiu outro projecto que também não vingou: a Associação Promotora da Civilização de África, em que estava empenhado o visconde de Sá da Bandeira e que propunha algo parecido com um plano de missões laicas<sup>49</sup>.

Em 1858, assistimos a uma iniciativa de um grupo de católicos, de várias proveniências políticas, que se reunia em casa do marquês de Valada e que tinha o Dr. Fernando Pedroso como secretário e relator. Expressando a sua preocupação pela situação missionária e integrando-se no movimento europeu em favor das missões, propuseram-se fundar a Associação da Imaculada Conceição. Chegou a ser elaborado um projecto de estatutos que foi apresentado ao Governo, mas a associação não obteve aprovação, pelo que os seus promotores se viram forçados a esperar melhor ocasião. Foi feita nova tentativa, em 1864, através de petição apresentada por D. José Lino, bispo de Angola, mas o projecto voltou a ser recusado<sup>50</sup>.

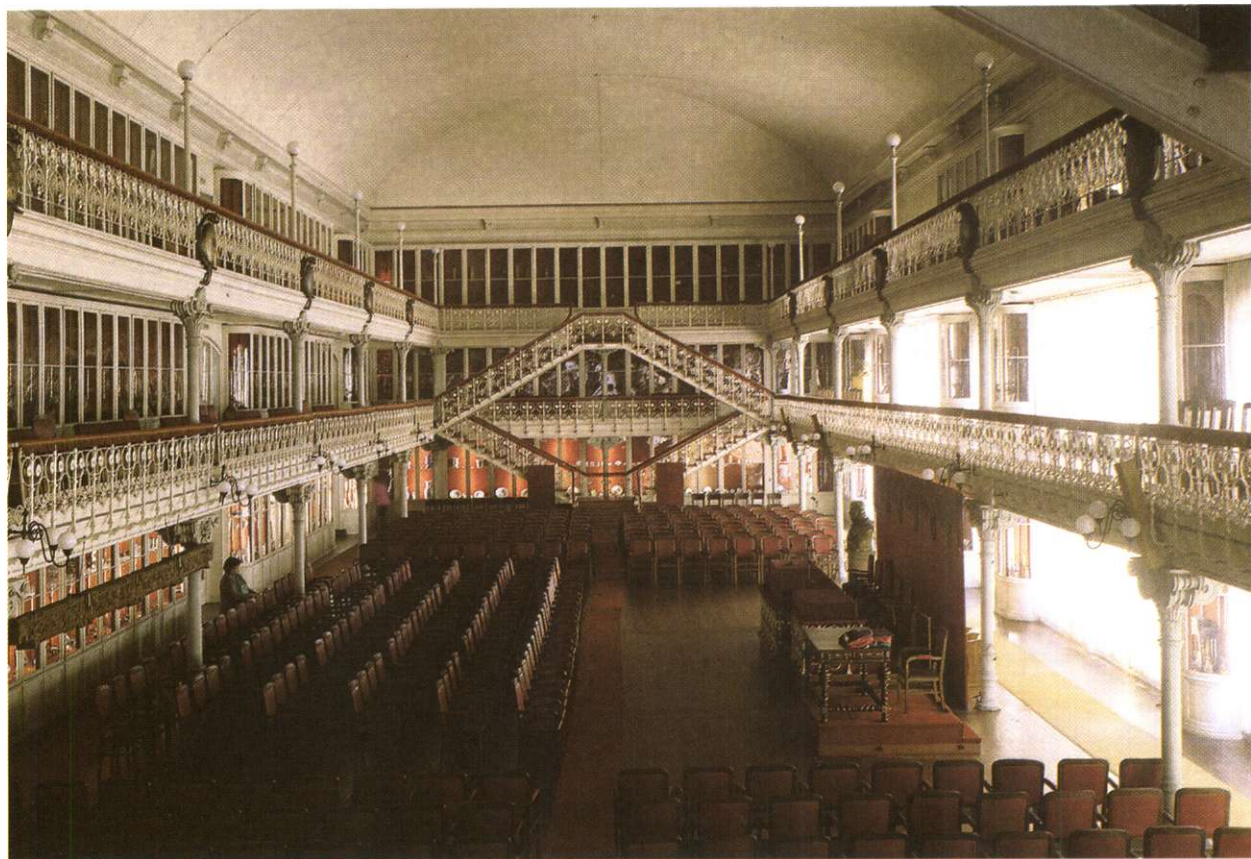
Só em 1874, dez anos mais tarde, assistimos a um novo projecto de grupos católicos. A 4 de Setembro, fundou-se em Lisboa, sob a presidência do arcebispo de Mitilene, a Associação da Propagação da Fé nas Missões Portuguesas do Ultramar, que se propunha os seguintes objectivos: a) dar às igrejas pobres das missões o que fosse necessário para o culto; b) auxiliar os bispos e missionários com esmolas destinadas à reparação das igrejas existentes e à fundação de outras novas; c) subsidiar alunos pobres dos seminários do ultramar; d) abrir escolas nas missões e ajudá-las com livros aprovados; e) socorrer os missionários doentes e necessitados; f) abrir em cada missão uma casa para apoio aos missionários doentes. Também este vasto projecto se gorou porque a associação não conseguiu reunir os fundos necessários para a sua concretização. A mesma sorte terá tido, em 1881, a Associação Católica Portuguesa em Benefício das Missões nas Províncias Ultramarinas de Angola, São Tomé, Moçambique e Timor<sup>51</sup>.

Em 1883, constituiu-se em Lisboa, com melhor êxito, a Associação Auxiliar da Missão Ultramarina composta por senhoras que se propunham enviar para as missões pessoal feminino que, efectivamente, conseguiram recrutar em bom número e dotado das necessárias habilitações. Finalmente, em 1891, chegou a Portugal a Associação de Orações e Boas Obras pela Conversão dos Pretos, fundada em 1847 por monsenhor Truffet, vigário apostólico das Duas Guinéas. Ficou a testemunhar as suas actividades o *Boletim* anual onde se divulgavam muitas informações sobre as novas missões em Angola<sup>52</sup>.

Para lá da importância maior ou menor das associações religiosas que acabamos de recordar, apercebemo-nos facilmente, quando nos debruçamos sobre a problemática das missões portuguesas nas últimas décadas do século XIX,

da influência exercida por uma outra instituição de grande prestígio na área científica e académica. Trata-se da Sociedade de Geografia de Lisboa, fundada em 1875, e de que Luciano Cordeiro seria nomeado secretário perpétuo. Os estudos da Sociedade de Geografia sobre as questões coloniais sublinhavam frequentemente a importância das missões e contribuíram, com a sua autoridade, para a formação de uma corrente de opinião que se opôs a preconceitos injustificados. Já em 1880, num artigo publicado no *Boletim da Sociedade de Geografia*, o oficial da Armada Nuno de Freitas Queriol afirmava a urgência de se «fazer longa propaganda em favor das missões religiosas no Ultramar», classificando-as como «um dos meios mais políticos e económicos» para consolidar o domínio português em África. Apontava como exemplo a missão de Landana, dirigida pelos espiritanos franceses no Norte de Angola, e concluía: «Se não queremos ver perdidos para sempre, e dentro em breve tempo os nossos domínios ultramarinos, ainda consideráveis pela sua extensão, e importantíssimos pela sua riqueza agrícola e mineral, dediquemo-nos desassombadamente e sem preconceitos, se não quiméricos pelo menos exagerados, à organização das missões católicas que vão aos sertões de África levar com a luz da fé a luz da civilização.»<sup>53</sup> Alguns anos depois, a Comissão Africana da Sociedade de Geografia, constituída por figuras como Barros Gomes, Henrique de Carvalho, Paiva Couceiro, Fernando Pedroso e Luciano Cordeiro, defendia a mesma posição, ao exarar, em parecer de 29 de Março de 1892: «a missão católica é o meio mais nobre, mais eficaz e mais económico de conquistar, de civilizar e de assimilar o indígena». Por isso, concluía ser obrigação do Governo e dos particulares apoiar essa obra nacional com subsídios e esmolas que os missionários já haviam provado saber aplicar a favor dos interesses do país<sup>54</sup>.

Em 1893, a mesma Comissão Africana propôs uma reorganização das missões em Angola, insistindo na urgência de se criarem postos missionários com sacerdotes, religiosos e religiosas, em vários pontos do território angolano.



Das missões propostas, umas eram consideradas inadiáveis, face ao avanço da missionação protestante estrangeira, e tendo em vista a necessidade da ocupação efectiva para a conservação do domínio português. Outras justificavam-se como instrumentos de civilização e pela capacidade de dinamizar a actividade agrícola e comercial que incentivava a fixação de colonos europeus. Como a realização destes objectivos exigia a angariação de grandes somas de dinheiro, propunha-se a criação duma Associação da Esmola Missionária que se encarregaria de recolher fundos nas cerca de 4000 paróquias existentes em Portugal<sup>55</sup>.

A comprovar o interesse pela problemática missionária existente na Sociedade de Geografia, registem-se, por último, as comunicações proferidas por missionários nas suas sessões e os relatórios enviados directamente dos territórios ultramarinos. A este propósito, existem, no *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, exemplos da colaboração de missionários, alguns deles sócios correspondentes da instituição, como os padres Victor Courtois e Francisco Antunes, missionários da Companhia de Jesus na Zambézia, o padre Ernesto Leconte, espiritano, missionário em Angola, e o padre António Barroso, secular, superior das missões do Congo<sup>56</sup>.

Qual a mentalidade missionária que se pode depreender do conjunto de iniciativas, actividades e publicações que acabamos de referenciar? Para missionários e para governantes, evangelização e colonização caminham a par e passo como realidades inseparáveis. A dimensão da inculturação, tal como foi elaborada sobretudo a partir do II Concílio do Vaticano, é estranha às missões do século XIX e, por isso, o mundo missionário participa conscientemente no movimento centralizador e uniformizador característico da época<sup>57</sup>. Os missionários partem para evangelizar e para civilizar; estão conscientes da dimensão política das suas actividades e não deixam de lembrar aos governos que as ajudas recebidas vinham favorecer a defesa da soberania nos territórios ultramarinos. Poderão até reconhecer a manipulação política a que se expõem mas esse reconhecimento não condiciona os métodos missionários nem põe em questão a sua acção prioritariamente apostólica<sup>58</sup>. Neste contexto, partilhado por eclesiásticos e por governantes, não é de estranhar que António Enes, em 1891, lembre que os missionários devem ensinar a reverenciar a bandeira portuguesa e deseje que se ponham ao serviço da civilização, favorecendo os interesses sociais e nacionais, embora sem esquecer os do céu<sup>59</sup>. Na mesma linha, em 1904, o ministro da Marinha, Rafael Gorjão, embora ressaltando a lealdade dos missionários estrangeiros ao país que os acolhia e subsidiava, manifestava, no entanto, a sua preferência por missionários portugueses que mais naturalmente imprimiriam «na educação do indígena a orientação e qualidades características da nossa raça». E acrescentava que não bastava aos responsáveis por missões modernas serem propagadores da fé; era necessário que fossem capazes de fundar e administrar explorações agrícolas e industriais onde se transmitissem aos indígenas os modernos hábitos de trabalho<sup>60</sup>.

A consciência missionária dos católicos portugueses reconhecia-se nesta vasta tarefa civilizadora. Em 1899, Quirino Avelino de Jesus, em artigo sobre as missões em África, não hesitava em declarar: «No estado actual dos conhecimentos ultramarinos, fundados na história dos séculos anteriores e na experiência geral dos nossos tempos, o apostolado católico moderno é o modo mais simples, mais económico, mais fácil e eficaz de ocupar, civilizar e aproveitar as possessões africanas.»<sup>61</sup> E o padre José Maria Antunes, notável missionário espiritano, em entrevista dada em 1905, afirmava: «O trabalho das missões religiosas no Ultramar impõe-se pelo seu patriotismo, pela propagação da fé cristã, pela civilização que tão evangelicamente derramam entre o gentio do continente africano.» E acrescentava que, perante os missionários, honrando as «cruzadas evangélicas que hasteiam o pendão glorioso das quinas e a cruz, ensinando a venerar o nome de Deus e a pátria portuguesa»<sup>62</sup>. Era demasiado cedo para que a missão religiosa como missão civilizadora sofresse qualquer contestação.

▷ Convento franciscano de Montariol, Braga.

FOTO: NUNO CALVET/ARQUIVO CÍRCULO DE LEITORES.

## DA PRIMEIRA REPÚBLICA À ACTUALIDADE

NA FASE FINAL DA MONARQUIA, as missões tinham entrado, apesar das dificuldades subsistentes, numa nova fase de vida e de progresso. O recrutamento e a formação de missionários haviam-se consolidado e era legítimo esperar o desenvolvimento das missões. A implantação da República, em 1910, veio provocar uma nova e violenta convulsão caracterizada pela perseguição à Igreja e pela dissolução das ordens religiosas. A 8 de Outubro desse ano, foram declaradas de novo em vigor as leis de Pombal e Aguiar, o que levou à supressão das casas de preparação dos missionários, apenas tendo permanecido aberta a de Cernache do Bonjardim, então a atravessar uma grave crise. As três casas de formação dos padres do Espírito Santo — Formiga, Carnide e Sintra —, que todos os anos enviavam levas de missionários para Angola, foram encerradas. Os Jesuítas foram expulsos de Portugal; a Escola Apostólica que mantinham em Guimarães foi encerrada, bem como o noviciado, no Barro. O convento de Montariol, dos Franciscanos, foi fechado e, pouco depois, pilhado pela invasão de soldados sem disciplina. São Bernardino e Varatojo, as outras duas casas para estudantes da ordem, viram igualmente as suas portas fechadas.

No ultramar, os Jesuítas foram obrigados a deixar a Zambézia, a Índia portuguesa, Macau e Timor e os Salesianos tiveram de abandonar Moçambique. Apenas os Espiritanos e os Franciscanos conseguiram permanecer em África, embora a ausência de fontes de recrutamento em Portugal lhes criasse dificuldades acrescidas<sup>63</sup>.

Este divórcio entre a República e as missões ficou consagrado na Lei da Separação do Estado das Igrejas, promulgada a 20 de Abril de 1911, em que se estabelecia que a «propaganda civilizadora» que tivesse de ser realizada por

*O contexto político e legislativo*



ministros da religião nas colónias fosse confiada apenas ao clero secular português, especialmente preparado para esse fim em instituições do Estado. Previa-se, no mesmo diploma, a reorganização do Colégio das Missões Ultramarinas e a extinção ou substituição das igrejas e missões estrangeiras, sem prejuízo das obrigações assumidas por Portugal em convenções internacionais quanto ao ingresso de missionários em África. Proclamava-se, finalmente, o desejo do Estado de reduzir ao «estritamente indispensável» as despesas relativas ao culto, mas reafirmavam-se, em simultâneo, os direitos de soberania em relação ao Padroado do Oriente<sup>64</sup>.

A questão da manutenção do Padroado do Oriente não foi, contudo, pacífica. A Lei da Separação determinava que a sua aplicação a cada uma das colónias portuguesas fosse feita por meio de decretos especiais. Nesse sentido, o ministro da Marinha e Colónias, capitão-de-mar-e-guerra António de Azevedo Gomes, pediu, em ofício de 17 de Maio de 1911, que o governador-geral do Estado da Índia se pronunciasse sobre a aplicação da referida lei no Oriente. O assunto foi objecto de um parecer elaborado pelo secretário-geral do Governo, Dr. Francisco Peixoto de Oliveira e Silva, em que se defendia firmemente a manutenção do Padroado. O governador-geral, Dr. Francisco Manuel Couceiro da Costa, apoiou inequivocamente esta posição, exarando no despacho enviado para Lisboa a 7 de Março de 1912: «sendo-me absolutamente indiferente a questão religiosa, não posso apesar disso deixar de pugnar pela conservação do Padroado, porque vejo, como português, que a sua extinção pode acarretar para esta província graves consequências, tanto no campo económico, como no campo político e internacional»<sup>65</sup>.

Entretanto, em Lisboa, o então major Norton de Matos advogara a extinção do Padroado do Oriente, em artigos publicados no jornal *A Capital*, no mês de Dezembro de 1911, onde afirmava que o Padroado não passava de um encargo a que não correspondia qualquer interesse económico ou patriótico. Em Goa, ao tomar conhecimento do conteúdo destes artigos, o secretário-geral do Governo preparou nova informação, refutando as afirmações de Norton de Matos e reafirmando as vantagens do Padroado que o próprio Governo britânico da Índia reconhecia e valorizava.

Apesar das informações recebidas da Índia, o ministro das Colónias, Dr. Artur de Almeida Ribeiro, apresentou na Câmara dos Deputados, na sessão de 25 de Junho de 1913, uma proposta de lei em que se declarava extinto o Padroado Português do Oriente e se previa a redução gradual das verbas a ele destinadas até à completa cessação de quaisquer encargos para o Estado. Objecto de dois pareceres contraditórios, a proposta do ministro não chegou a ser discutida nem votada, acabando deste modo por prevalecer a posição defendida pelo governador-geral do Estado da Índia e pelo seu secretário-geral<sup>66</sup>.

A 22 de Novembro de 1913, Almeida Ribeiro, pelo decreto n.º 233, aplicou os princípios da Lei da Separação, que não conseguira transpor para a Índia, aos territórios portugueses de África e Timor e criou, simultaneamente, as missões civilizadoras em que se excluía qualquer dimensão religiosa. Segundo o preâmbulo do diploma, considerava-se urgente definir a situação das missões religiosas e incrementar as missões laicas, na esperança de que a influência civilizadora destas últimas viesse a «acentuar-se eficazmente num futuro próximo, em favor das raças indígenas e dos mais altos interesses da Nação». Neste contexto — salvaguardando-se o Padroado do Oriente que se considerava assunto ainda pendente — deixou de considerar-se como função do Estado o exercício do culto público e o ensino religioso nas colónias, pelo que o Governo, a partir de 1 de Julho de 1914, deixaria de prover cargos ou benefícios eclesiásticos nas províncias de África e Timor.

Admitiam-se, no decreto, missões religiosas, de qualquer confissão, desde que fossem compostas exclusivamente por portugueses europeus e o número dos seus membros não fosse superior a três. Estas missões podiam ser objecto de apoio oficial mas deviam submeter à apreciação do governador da província os seus programas de ensino e de acção civilizadora e conformar-se com as alterações que a autoridade lhes introduzisse. As missões católicas já exis-

tentes que, no prazo de seis meses, não se adequassem a estes princípios, não teriam direito a qualquer apoio do Estado.

Quanto às missões civilizadoras, formadas exclusivamente por leigos, seriam constituídas, em regra, por um professor devidamente habilitado e por três auxiliares que exercessem alguma profissão útil em África, sendo-lhes concedidas regalias equivalentes às dos funcionários públicos<sup>67</sup>. O decreto n.º 3352, de 15 de Setembro de 1917, regulamentou a preparação destes «missionários» e criou o Instituto das Missões Coloniais com sede no antigo colégio de Cernache do Bonjardim.

No seu conjunto, estas medidas provocaram o empobrecimento e decadência das missões, uma vez que os apoios oficiais reservados aos missionários portugueses eram manifestamente insuficientes. Por outro lado, o ambiente de aberta hostilidade à Igreja dos primeiros anos do regime republicano tornava difícil organizar em favor das missões campanhas que suprissem a falta de apoio por parte do Estado. Registe-se, contudo, que a República, muito mais rapidamente do que o Liberalismo, acabou por reconhecer o papel insubstituível das missões religiosas, o que tornou possível a progressiva alteração da legislação que as regulamentava. Nesse sentido, o papel pioneiro coube ao Governo-Geral de Moçambique que, logo em 1914, por portaria datada de 13 de Agosto, não hesitou em suspender as principais disposições do decreto de 1913, mandando dar às missões os subsídios habituais. Essa medida veio a ser legitimada a 8 de Março de 1919, quando o ministro das Colónias, Carlos da Maia, publicou um decreto que autorizava os governos ultramarinos a concederem subsídios aos institutos religiosos que aceitassem, entre outras condições, submeter à aprovação dos governadores os respectivos estatutos e se obrigassem a ter um superior português. Deviam, ainda, receber anualmente um certo número de indígenas e efectuar estudos e comunicações etnográficas.

A 10 de Maio de 1919, outro ministro das Colónias, o Dr. João Soares, assinou o decreto n.º 5778 em que se estabeleciam as primeiras doze missões laicas saídas de Cernache do Bonjardim mas em que se renovava, simultaneamente, a faculdade de constituição de missões religiosas. Preceituava-se, no entanto, que os seus responsáveis seriam obrigatoriamente portugueses eleitos pelos membros que as constituíam e que o pessoal das missões devia ser sempre maioritariamente português. Estipulava-se, ainda, que o ensino da história e da língua portuguesas só pudesse ser ministrado por portugueses e que os missionários fossem considerados para todos os efeitos funcionários públicos. Considerado inexecutável, este decreto nunca chegou a ser posto em prática<sup>68</sup>.

Nesse mesmo ano de 1919, haviam de dar-se passos decisivos para a revisão da legislação republicana a respeito das missões. Contribuiu para isso o regresso à Europa de cinco padres seculares, vindos de Moçambique, que iniciaram, na imprensa diária, uma intensa campanha a favor das missões, dando entrevistas, fornecendo notícias e escrevendo artigos que ajudaram a criar um ambiente favorável às missões católicas no ultramar. Foi sensível a estes argumentos o ministro das Colónias, comandante Rodrigues Gaspar, que se dispôs a consultar os próprios missionários, chamando para isso o padre José Maria Antunes, que representava os Missionários do Espírito Santo, e o padre Rafael da Assunção, franciscano, missionário em Moçambique. Na sequência dessas conversações, foram publicados o decreto n.º 6322, de 24 de Dezembro de 1919, e o decreto n.º 8351, de 26 de Agosto de 1922. O primeiro tem particular importância por assegurar o recrutamento de missionários em Portugal, concedendo aos diversos grupos a faculdade de nomearem um procurador para abrir casas de estudo e autorizando as missões a empregarem 20 % dos subsídios recebidos na formação de pessoal português. Tinha, contudo, ainda o inconveniente de abstrair, nos missionários católicos, de qualquer relação com a Igreja, não reconhecendo a intervenção da hierarquia e não distinguindo as missões religiosas das laicas.

O decreto n.º 8351 veio corrigir estes aspectos controversos, ao estabelecer que os missionários, mesmo se equiparados a funcionários do Estado que os

aceitava como agentes civilizadores, dependiam no exercício da sua missão das competentes autoridades eclesiásticas. Por isso, exarava-se no artigo 2.º: «Em cada colónia onde existam as missões referidas [missões civilizadoras religiosas] haverá um director de missões, que será o superior hierárquico dos missionários, a quem compete a orientação geral e administração superior das missões, a nomeação, colocação, transferência e exoneração de todo o pessoal.» Com este decreto, o regime republicano incorporava as missões católicas no património jurídico português, uma atitude que encontrou eco na opinião pública e que não deixou de ser aplaudida pela imprensa da época. Quando, em Maio de 1923, se discutiu no Parlamento o aumento de 120 contos no subsídio de 300 previsto no orçamento do Estado para as casas de preparação dos missionários na Metrópole, os próprios deputados não católicos votaram a favor e não hesitaram em enaltecer as vantagens das missões religiosas em relação às laicas<sup>69</sup>.

O advento do Estado Novo consolidou e ampliou as garantias de desenvolvimento da vida missionária. Logo em 1926, o ministro João Belo chamou à Europa os principais responsáveis das missões com o objectivo de colaborar na renovação da legislação missionária e, dessa consulta, nasceu o Estatuto Orgânico das Missões Católicas Portuguesas de África e Timor, decreto n.º 12485 de 13 de Outubro de 1926. Mantendo o regime de separação do Estado e das Igrejas, o estatuto reconhecia personalidade jurídica às missões e isentava-as de quaisquer contribuições, concedendo-lhes gratuitamente os terrenos necessários: até 2000 hectares, em Angola e Moçambique, e 100 nas restantes colónias. O próprio estatuto previa a atribuição anual de 1350 contos destinados às casas de formação das três corporações missionárias existentes — padres seculares, espiritanos e franciscanos — sem prejuízo de novas corporações que pudessem vir a estabelecer-se, devendo ser prestadas contas ao Governo quanto à sua aplicação. Os objectivos das missões ficaram claramente

## Estatuto orgânico das missões católicas portuguesas da África e Timor

### Missões católicas portuguesas

**Artigo 1.º** O Governo da República Portuguesa mantém e garante a liberdade de cultos e a separação do Estado e das Igrejas nas colónias portuguesas, sem prejuízo do direito aplicável aos territórios do Padroado do Oriente e do Extremo Oriente e das leis e regulamentos que forem publicados sobre a instrução e política dos indígenas.

**Art. 2.º** O Governo aceita a colaboração das missões católicas portuguesas em condições especiais consignadas neste diploma.

**Art. 3.º** São oficialmente consideradas missões católicas portuguesas as que, tendo sido ou vindo a ser estabelecidas de acordo com o Governo em possessões de Portugal, tenham dotações orçamentais e estejam inteiramente sujeitas à jurisdição espiritual e vigilância dos prelados portugueses.

**Art. 4.º** As missões católicas portuguesas podem livremente estabelecer-se nas colónias e exercer a sua acção civilizadora em todos os seus territórios, com-

Excerto do Estatuto orgânico das missões católicas portuguesas da África e Timor, 1926 (Lisboa, Biblioteca Nacional).

FOTO: LAURA GUERREIRO.

delineados: sustentar os interesses do Império Colonial Português e promover o seu progresso moral, intelectual e material, por meio da instrução e educação, abandono das superstições, uso exclusivo da língua portuguesa e nativa, ensino agrícola, pecuário e profissional, assistência sanitária, observações meteorológicas e publicações geográficas, históricas e económicas. Foram estabelecidos vencimentos para os prelados e missionários, pensão vitalícia equivalente à dos funcionários públicos e declarou-se a isenção do serviço militar. Para avaliar a importância da publicação do Estatuto Orgânico das Missões, basta referir que o conde de Aurora, ao discursar perante o I Congresso Missionário Português, reunido em Barcelos, em 1931, não hesitou em qualificá-lo de «lei notável». De facto, na sequência desse diploma, foram regressando ao país as congregações religiosas expulsas e criaram-se as condições para a normalização do apostolado missionário.

Em 1930, o Acto Colonial, destinado a substituir o título v da Constituição de 1911, confirmava a importância das missões e integrava-as na acção civilizadora em que o país se revia. Nesse sentido, declarava-se logo no artigo 2.º: «É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam, exercendo também a influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente.» Numa referência ainda mais directa às missões, ficou declarado no artigo 24.º: «As missões católicas portuguesas do Ultramar, instrumentos de civilização e influência nacional, e os estabelecimentos de formação do pessoal para os serviços delas e do Padroado Português, terão personalidade jurídica e serão protegidos e auxiliados pelo Estado como instituições de ensino.»<sup>70</sup>

Quase contemporaneamente, esclareceu-se a situação do Padroado do Oriente através de negociações com a Santa Sé que levaram à assinatura do acordo de 15 de Abril de 1928. Ambas as partes reconheceram as dificuldades de aplicação da Concordata de 1886, devido às modificações entretanto ocorridas, tanto em Portugal como no Oriente, e concordaram em regular a delimitação das dioceses, a nomeação dos bispos e os problemas de dupla jurisdição. As dioceses do padroado pleno ficaram reduzidas a Goa, Cochim, São Tomé de Meliapor e Macau e suprimiu-se a diocese de Damão, cujos territórios portugueses se anexaram a Goa. Por seu lado, a nomeação dos bispos modificou-se radicalmente, acordando-se numa maior autonomia por parte da Igreja: Roma passou a escolher o candidato, cujo nome, não havendo dificuldades de ordem política, o Presidente da República se obrigava a apresentar à Santa Sé, no prazo de dois meses. Para as dioceses do semipadroado — Bombaim, Mangalor, Quilon e Trichinópolis — adoptou-se procedimento semelhante, com a diferença de que não se previam possíveis objecções políticas, estabelecendo-se o prazo de um mês para a apresentação oficial. No caso de Bombaim, fixava-se que o arcebispo seria alternadamente de nacionalidade britânica e portuguesa<sup>71</sup>.

Quanto à diocese de São Tomé de Meliapor, onde subsistia o problema da dupla jurisdição nalgumas paróquias encravadas noutras dioceses vizinhas ou até distantes, a situação foi definitivamente regulada por um novo acordo assinado a 11 de Abril de 1929. Foi suprimida a jurisdição de Meliapor naquelas paróquias mas, em compensação, a diocese recebeu outras situadas em territórios contíguos<sup>72</sup>.

Tudo convergia para uma situação de estabilidade que veio a ser confirmada solenemente com a Concordata e o Acordo Missionário celebrados entre Portugal e a Santa Sé, a 7 de Maio de 1940. Entre os princípios acordados, encontra-se a atribuição da actividade evangelizadora prioritariamente a missionários portugueses, prevendo-se a colaboração de estrangeiros apenas quando os nacionais não fossem em número suficiente. O Padroado do Oriente foi confirmado nos termos em que vigorava mas, nas dioceses de África e de Timor, a Santa Sé ficou livre de escolher os bispos, comprometendo-se, apenas, a comunicar previamente ao Governo os nomes dos candidatos para que este pudesse apresentar objecções de carácter político geral, se assim o entendesse. Foi garantido que os missionários de modo nenhum seriam con-

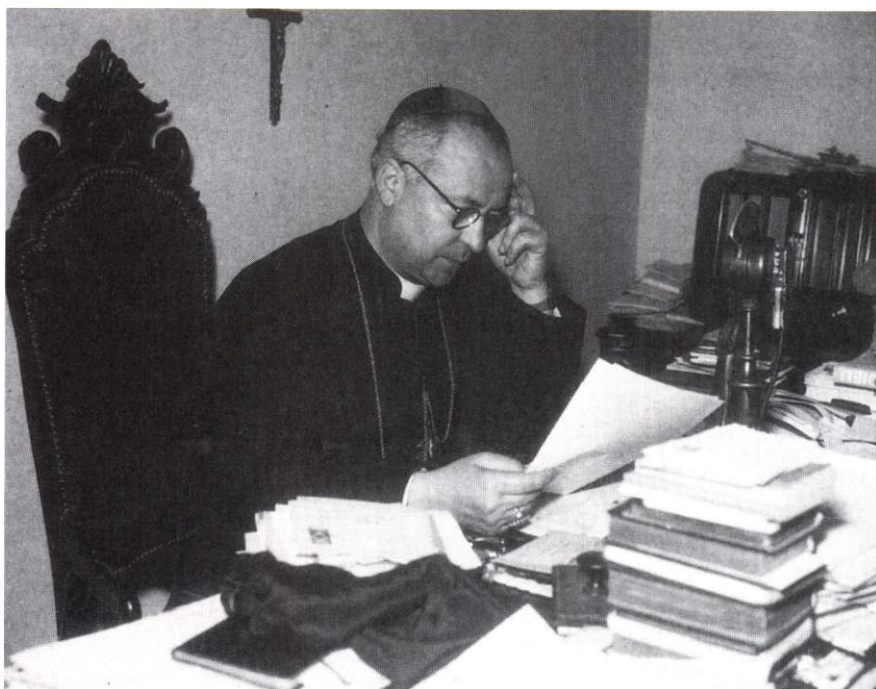
siderados funcionários públicos; todavia, os prelados e os superiores obrigavam-se a informar anualmente o Governo sobre o movimento missionário e a actividade exterior das missões. Por sua vez, o Governo reconhecia personalidade jurídica às dioceses, às circunscrições e institutos missionários e garantia subsídios oficiais e isenções fiscais às missões e às casas de formação e repouso na metrópole o que, de resto, já se concedia em virtude do Estatuto Missionário de 1926<sup>73</sup>.

A Concordata e o Acordo Missionário tornaram-se importantes marcos de referência nas relações entre a Igreja e o Estado, reforçando, como era desejo do Governo, a dimensão nacional das missões. Políticos e eclesiásticos não deixaram de sublinhar o seu inquestionável significado. Salazar, no próprio dia da assinatura dos acordos, afirmou, dirigindo-se à imprensa: «Nos domínios do Ultramar tornava-se indispensável e urgente acudir à desorganização religiosa, sendo evidente que o Estado Português nunca poderia por si só, sem o auxílio e favor da Santa Sé, realizar uma obra de organização e de defesa eficaz da posse espiritual das nossas colónias exercida por portugueses, como era de interesse manifesto para a nossa soberania.»<sup>74</sup> Na mesma altura, em discurso pronunciado perante a Assembleia Nacional, Salazar comentava: «Não tivemos a intenção de reparar os últimos trinta anos de história, mas de ir mais longe, e, no regresso à melhor tradição, reintegrar, sob este aspecto, Portugal na directriz tradicional dos seus destinos.»<sup>75</sup>

Também o parecer aprovado pela Câmara Corporativa enaltecia o Acordo e sublinhava: «os missionários católicos serão em princípio portugueses e, quando o não sejam, estarão sujeitos a autoridades eclesiásticas portuguesas. [...] Que mais retumbante demonstração de confiança nas nossas faculdades colonizadoras poderia obter-se no domínio religioso?» E concluía-se que as negociações tinham levado ao «reconhecimento pelo mais elevado poder espiritual do mundo do nosso valor missionário e com ele do nosso mérito de pioneiros da civilização, do nosso génio colonizador»<sup>76</sup>.

O cardeal Cerejeira não ficou atrás nas manifestações de regozijo e lembrou que a Santa Sé nunca tinha assinado «estatuto tão vasto e transcendente sobre o regime missionário»; ao fazê-lo, realizava «um acto magnífico de fé e confiança no esforço missionário de Portugal»<sup>77</sup>.

Também o papa Pio XII, ao receber, em 1940, as cartas credenciais do embaixador Carneiro Pacheco, quis incentivar os Portugueses a empregar





«todos os meios para animar os artigos dos dois pactos solenes [...] concluídos entre a Igreja e o Estado, dum sopro de vida alegre, palpitante, avassalador» capaz de os tornar uma realidade fecunda<sup>78</sup>.

Ainda em 1940, dando cumprimento ao estipulado na Concordata e no Acordo, Pio XII, com a bula *Solemnibus conventionibus*, de 4 de Setembro, reorganizou as circunscrições eclesiásticas no ultramar português: em Angola, foi criada a arquidiocese de Luanda, tendo como sufragâneas as dioceses de Nova Lisboa e Silva Porto; em Moçambique, foi estabelecida a arquidiocese de Lourenço Marques, de que ficaram sufragâneas as dioceses da Beira e de Nampula; em Timor, erigiu-se a diocese de Díli; finalmente, a Guiné portu-

Crucifixo, madeira entalhada, Moçambique, século XIX (Porto, diocese).

<D. Manuel Gonçalves Cerejeira, cardeal-patriarca de Lisboa, lendo uma alocução aos microfones da Emissora Nacional sobre a Concordata de 1940, in *História*, 31 (1997) 12.

guesa, até então parte da diocese de Santiago de Cabo Verde, constituiu-se em missão *sui juris*<sup>79</sup>.

Na sequência dos acordos com a Santa Sé, foi publicado, em 1941, pelo decreto-lei n.º 31207 de 5 de Abril, um novo estatuto missionário em que se reafirmou o livre exercício da autoridade da Igreja Católica no ultramar e se reiterava que as missões católicas portuguesas eram consideradas «instituições de utilidade imperial e sentido eminentemente civilizador». O documento regulamentava pormenorizadamente o reconhecimento das corporações missionárias, as respectivas obrigações e a atribuição de subsídios, quer através do orçamento da metrópole quer das colónias. A perspectiva era acentuadamente nacional, como se vê, por exemplo, na regulamentação das escolas para indígenas a cargo do pessoal missionário. O artigo 68.º estabelece que o ensino indígena obedeceria à orientação doutrinária da Constituição política e deveria ser essencialmente nacionalista, tendo em vista a perfeita nacionalização e moralização dos indígenas e a aquisição de hábitos e aptidões de trabalho, de harmonia com os sexos, condições e conveniências das economias regionais. O artigo 69.º, por seu lado, declarava obrigatório, nas escolas, o uso e ensino da língua portuguesa, apenas se prevendo o uso das línguas indígenas no ensino da religião.

A perspectiva nacional está também patente na regulamentação da entrada de missionários estrangeiros. A sua colaboração é considerada claramente supletiva e dependente do acordo do Governo. Deveriam ficar integrados na organização missionária portuguesa e a admissão no ultramar tinha de ser precedida da declaração expressa de renúncia às leis e tribunais dos respectivos países e de submissão às leis e tribunais portugueses. A autorização de entrada dependia, ainda, do correcto domínio da língua portuguesa falada e escrita. Só excepcionalmente e mediante acordo do Governo os estrangeiros poderiam ser nomeados superiores de direcções missionárias. A admissão de professores não portugueses nas casas de formação, na metrópole, estava também dependente da expressa autorização do ministro das Colónias.

Os critérios para atribuição dos subsídios aos institutos missionários eram expostos no artigo 44.º do estatuto. Metade da verba global inscrita no orçamento do Ministério das Colónias era dividida igualmente por todos os institutos; a outra metade era distribuída em proporção do número de alunos destinados às missões existentes nas casas de formação de cada instituto e do número de missionários a seu cargo que tivessem regressado do ultramar incapacitados pela doença ou pela idade. Estes critérios vieram a ser alterados pelo decreto-lei n.º 38 629, de 1 de Fevereiro de 1952, em que se procurou uma maior equidade, pela inclusão do critério da presença missionária efectiva nos territórios ultramarinos. Nesse sentido, prescreviam-se as seguintes modificações na distribuição da verba orçamentada: um terço da dotação era dividido igualmente por todas as corporações missionárias reconhecidas, quer masculinas, quer femininas; outro terço era entregue às corporações missionárias masculinas, na proporção do número de alunos das respectivas casas de formação destinados às missões, e do número de missionários regressados, devido à doença ou à idade; finalmente, outro terço da verba era destinado às corporações masculinas, na proporção do respectivo número de sacerdotes de nacionalidade portuguesa em serviço efectivo no ultramar<sup>80</sup>.

O Acordo Missionário de 1940 nada alterou no Padroado do Oriente, que continuou a reger-se pelas normas negociadas em 1928 e em 1929. Mas, depois da independência da União Indiana, em 1947, Portugal assinou com a Santa Sé, a 18 de Julho de 1950, novo acordo, em virtude do qual se desligaram do Padroado as dioceses situadas fora dos territórios portugueses da Índia. Deste modo, o Governo português renunciou ao privilégio de apresentação, que até então tinha sido reconhecido ao Presidente da República, para o provimento das dioceses de Mangalor, Quilon, Trichinópolis, Cochim, São Tomé de Meliapor e Bombaim, ficando a Santa Sé inteiramente livre quanto à nacionalidade dos bispos dessas dioceses. Pelo artigo 6.º, Portugal aceitava, ainda, que se fizesse oportunamente uma nova delimitação da arquidiocese de Goa, o que veio a acontecer pelo convénio de 25 de Outubro de 1953 quan-

▷ D. João Evangelista de Lima Vidal, bispo de Angola e Congo (1909-1916).

FOTO: ARQUIVO CÍRCULO DE LEITORES.

do todos os territórios situados na União Indiana foram integrados em dioceses deste país<sup>81</sup>.

A história longa e complexa do Padroado Português da Índia chegou ao seu termo com a anexação de Goa por parte da União Indiana, no dia 18 de Dezembro de 1961. A partir dessa data, Portugal deixou de ter qualquer interferência ou responsabilidade nas nomeações episcopais e, em geral, na vida eclesial do antigo Estado Português da Índia. O mesmo aconteceu, em 1975, quando os territórios portugueses em África acederam à independência.

Coube à diocese de Macau permanecer como o derradeiro testemunho do padroado português no Oriente, num ciclo encerrado com a entrega da administração do território à República Popular da China, a 20 de Dezembro de 1999. Por seu lado, em Timor Leste, tem vigorado um regime de excepção motivado pela ocupação violenta por parte da Indonésia entre 1975 e 1999. Nestas circunstâncias, a Igreja tem sido confiada a administradores apostólicos que asseguram, em nome do Papa, o governo das duas dioceses existentes: Díli e Baucau.

### OS AGENTES DA ACÇÃO MISSIONÁRIA

COMO VIMOS, A PARTIR DE 1919 a modificação da legislação criou as condições necessárias para a reconstituição das casas de formação missionária. Foram os padres seculares os primeiros a poderem reorganizar-se, beneficiando da autorização concedida, em 1921, pelo ministro das Colónias, Rodrigues Gaspar, para a reabertura do Colégio das Missões Ultramarinas. Para a sua instalação, foi cedida, a título precário, uma parte do antigo Convento de Cristo, em Tomar, cuja entrega se efectuou a 7 de Junho de 1921. Depois de grandes e indispensáveis reparações, o novo instituto abriu, em Outubro de 1922, com a designação de Colégio das Missões Religiosas dos Padres Seculares. Ficou sob a exclusiva responsabilidade do episcopado português, que confiou a direcção, provisoriamente, a D. João Evangelista de Lima Vidal, antigo bispo de Angola e Congo e, ao tempo, auxiliar de Lisboa. Foi seu primeiro vice-reitor o cônego Sebastião José Alves, que tinha sido missionário em Angola e em Moçambique. Em 1923, assumiu a direcção, a convite do episcopado da metrópole, D. Teotónio Vieira de Castro, bispo de Meliapor<sup>82</sup>.

Em 1923, o padre José Vicente do Sacramento, missionário em Moçambique, antigo aluno de Cernache do Bonjardim, comprou em hasta pública, pela quantia de 400 contos, o antigo convento beneditino do Couto de Cucujães, em posse do Estado desde 1910, e ofereceu-o ao Colégio das Missões Ultramarinas. D. Teotónio fez dele, nesse mesmo ano, um segundo colégio, de que foi primeiro vice-reitor o padre Manuel de Matos Silva, antigo missionário em Timor. Um terceiro colégio surgiria quando o ministro das Colónias, comandante João Belo, extinguiu, em 1926, as missões laicas e mandou restituir a casa de Cernache do Bonjardim à sua antiga finalidade. O novo estabelecimento abriu em Outubro de 1927, com 104 alunos, tendo como vice-reitor o cônego Sebastião José Alves.

Os três colégios formavam uma única entidade, que dava continuidade ao Colégio das Missões Ultramarinas de Cernache do Bonjardim, extinto em 1911, mas agora dependiam totalmente do episcopado português e da Santa Sé e eram propriedade da Igreja. O Governo concedia-lhes subsídios mas não tinha nenhuma intervenção na sua orientação ou na sua organização interna<sup>83</sup>.

Os estatutos dos colégios foram publicados a 19 de Março de 1928 e estipulavam a criação de um conselho formado pelos três metropolitans do continente a quem o superior informava periodicamente. A finalidade dos três estabelecimentos de ensino era preparar missionários portugueses para as colónias e para o Padroado do Oriente. Assegurava-se a gratuidade da educação e os alunos obrigavam-se a servir as missões por toda a vida, enquanto a saúde lho permitisse.

O regulamento interno era em tudo semelhante ao dos restantes seminários. As várias matérias leccionadas estavam distribuídas ao longo de dez anos, sendo quatro de preparatórios e seis de filosofia e teologia. O estudo das lín-

*As manifestações  
da consciência  
missionária do país*



guas, de desenho e de conhecimentos práticos indispensáveis à vida missionária tinha especial desenvolvimento nos programas. Anexas aos colégios, existiam também escolas destinadas a auxiliares onde, ao longo de três a quatro anos, se ministravam conhecimentos literários juntamente com o ensino profissional<sup>84</sup>.

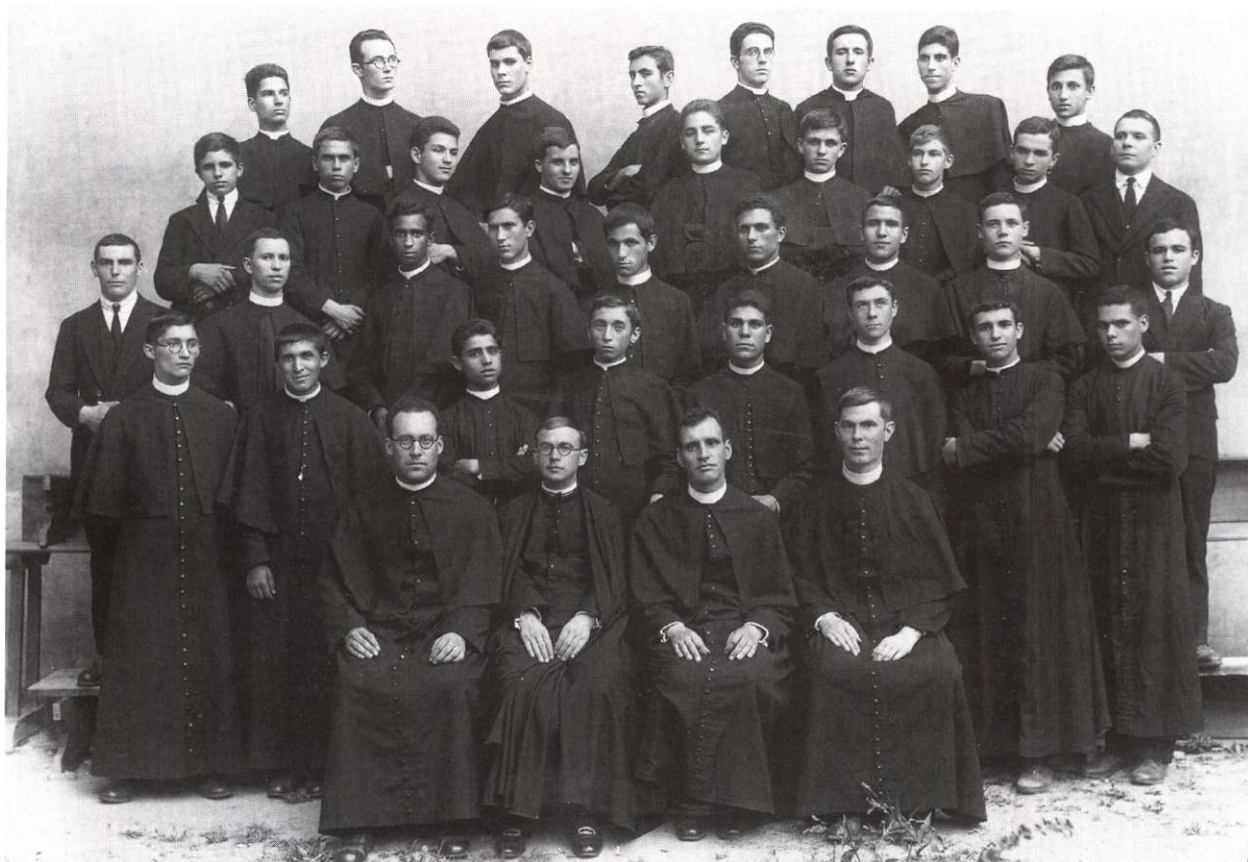
Com estes pressupostos, estavam criadas as condições para a concretização de uma ideia que o padre António Barroso e o padre António José Boavida já haviam defendido, sem êxito, em 1889: a criação de uma sociedade missionária portuguesa. De facto, em 1930, o papa Pio XI ordenou que os três colégios missionários dos padres seculares portugueses fossem oficialmente transformados na Sociedade Portuguesa das Missões Católicas. Confiou esse encargo ao então bispo de Vila Real, D. João Evangelista de Lima Vidal, nomeando-o, a 3 de Outubro desse ano, superior-geral da nova sociedade. Em 26 de Outubro de 1932, com o juramento temporário de consagração à actividade missionária dos cinco primeiros membros, a sociedade ficou canonicamente constituída, tendo o nome oficial de Sociedade Portuguesa das Missões Católicas Ultramarinas. Além de manter os três colégios, fundou, em 1961, o Seminário da Boa Nova, em Valadares, Vila Nova de Gaia. Em 1974, passou a designar-se Sociedade Missionária Portuguesa, nome que seria posteriormente alterado para Sociedade Missionária da Boa Nova<sup>85</sup>.

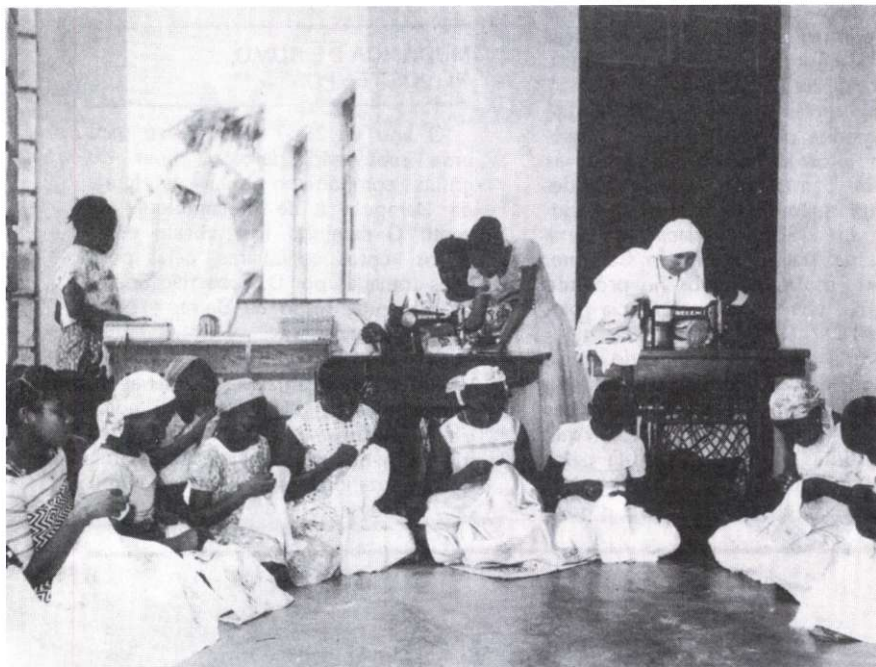
Os institutos religiosos começaram a regressar a Portugal, nos anos 20, aproveitando a possibilidade legal de fundação de casas para a preparação de missionários. Espiritanos, franciscanos e jesuítas formaram os contingentes mais numerosos. Os Espiritanos, que tinham conseguido permanecer nas missões angolanas, abriram, em 1913, um pequeno seminário em Zamora (Espanha). De seguida, já em Portugal, fundaram casas de formação em Braga (1919), Régua (1921), Viana do Castelo (1922), Barcelos (1936) e, finalmente, Carcavelos (1952). Os Franciscanos voltaram para o colégio de Montariol, em Braga, em 1928, e para o convento do Varatojo, em Torres Vedras, no ano seguinte. Abriam ainda casas de formação em Lisboa (1940) e em Leiria

▷ Primeiras missionárias combonianas, trabalho com raparigas em Mossunil, Moçambique, 1954.

Primeiros missionários da Sociedade Portuguesa das Missões Católicas Ultramarinas, Cucujães, 1932.

FOTO: REVISTA BOA-NOVA.





(1945). Por sua vez, as casas de formação dos Jesuítas regressaram a Portugal, em 1932, tendo-se fixado em Entre-os-Rios e em Guimarães e, posteriormente, em Macieira de Cambra, Braga, Cernache (Coimbra) e Soutelo (Vila Verde)<sup>86</sup>.

Entre as religiosas, os grupos mais numerosos eram formados, em 1964, pelas Irmãs de São José de Cluny, Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias e Franciscanas Missionárias de Maria.

As estatísticas disponíveis são parcelares e a sua elaboração mais completa não poderá concretizar-se sem o recurso a uma investigação com base nos arquivos dos institutos missionários e do antigo Ministério do Ultramar. Infelizmente, o *Anuário Católico do Ultramar Português*, que seria uma fonte mais acessível de informação, existe apenas para alguns anos da década de 1960. Vale a pena, em todo o caso, referir alguns dados fragmentários. Em 1927, trabalhavam no ultramar português 233 sacerdotes europeus, 94 irmãos auxiliares e 316 religiosas. Em 1952, o número de sacerdotes tinha já ultrapassado os 600, os irmãos auxiliares eram 186 e as religiosas 727, o que significava a duplicação do pessoal europeu nas missões. De 1942 a 1950, partiram 354 novos sacerdotes e, em 1951, mais 41. A presença de pessoal missionário estrangeiro, regulamentada pelo Acordo e pelo Estatuto Missionário, tornou-se mais significativa. Em 1951, entre os sacerdotes que partiram, 22 eram estrangeiros e 19 portugueses; dos irmãos auxiliares, nove eram estrangeiros e oito portugueses; entre as religiosas, cinco eram estrangeiras e 52 portuguesas. Dos 354 sacerdotes que partiram para as missões entre 1942 e 1950, 172 eram portugueses e 182 estrangeiros, sendo o contingente italiano com 83 elementos o mais numeroso, seguido dos holandeses com 56, dos suíços com 21, dos alemães com 11 e dos franceses com seis<sup>87</sup>.

A presença organizada dos leigos como protagonistas da missão, incentivada pelo papa Pio XII, em 1957, na encíclica *Fidei donum*, foi tardia em relação ao que aconteceu noutros países. Em 1960, o padre António da Silva Rego lamentava que, em Portugal, pouco se tivesse feito para corresponder ao apelo do pontífice e sugeria: «Seria necessário criar entre a nossa juventude universitária a ideia de serviço missionário. Um jovem médico, saído das nossas faculdades, por exemplo, poderia dar um estágio de dois ou três anos em qualquer hospital das missões. O mesmo se diga dos engenheiros, dos arquitectos, dos farmacêuticos, dos professores liceais, etc.»<sup>88</sup>

Uma resposta significativa a esta necessidade foi dada, a partir de 1963,

QUADRO I INSTITUTOS RELIGIOSOS MASCULINOS	
Reconhecidos pelo Governo, nos termos do Estatuto Missionário de 1941	
Número de religiosos missionários em 1964	
Benedictinos	34
Capuchinhos	3
Claretianos	15
Dehonianos	7
Espiritanos	137
Franciscanos	88
Irmãos de São João de Deus	3
Jesuítas	58
Lazaristas	37
Maristas	33
Missionários da Consolata	7
Redentoristas	12
Salesianos	28
Sociedade Missionária Portuguesa	62
<b>TOTAL</b>	<b>524</b>

Fonte: *Anuário Católico do Ultramar Português*.

<b>QUADRO II</b>	
<b>INSTITUTOS RELIGIOSOS FEMININOS</b>	
Reconhecidos pelo Governo, nos termos do Estatuto Missionário de 1941	
Número de religiosas missionárias em 1964	
Beneditas Missionárias	10
Canossianas Missionárias	35
Congregação da Apresentação de Maria	94
Congregação das Irmãs do Amor de Deus	43
Congregação de São José de Cluny	206
Companhia de Santa Teresa	26
Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo	33
Filhas de Maria Auxiliadora	27
Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição	83
Franciscanas Missionárias de Maria	149
Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora	58
Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias	160
Instituto das Irmãs de Santa Doroteia	104
Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria	58
Irmãs Dominicanas de Santa Catarina de Sena	26
Irmãs Missionárias do Espírito Santo	39
Missionárias Dominicanas do Rosário	12
Missionárias Reparadoras do Sagrado Coração de Jesus	33
<b>TOTAL</b>	<b>1196</b>

Fonte: *Anuário Católico do Ultramar Português*.

através da criação da Obra dos Missionários Leigos, iniciativa do padre Manuel Pires da Silva, da Companhia de Jesus. Em 1965, passou a denominar-se Movimento Afris, sendo erigido canonicamente, com sede no Negage, no Norte de Angola, por D. Manuel Nunes Gabriel, arcebispo coadjutor de Luanda, a 31 de Julho de 1966, data em que também os estatutos foram aprovados. O Movimento aceitava leigos com preparação profissional para comissões de dois anos renováveis, custeava as viagens de ida e volta e garantia aos membros uma remuneração sensivelmente equivalente à dos funcionários públicos da mesma categoria em serviço no ultramar. Às pessoas que ocupassem lugares públicos na metrópole, o Governo concedia o regime de comissão eventual de serviço, reservando-lhes o lugar e contando para efeitos de reforma os anos em que se mantivessem no Movimento. Da parte da Companhia de Jesus, havia o compromisso de facultar os sacerdotes necessários para o acompanhamento da obra<sup>89</sup>.

Em Lisboa e no Porto, funcionavam equipas de apoio que colaboravam na difusão do movimento nos meios católicos, sensibilizando particularmente o episcopado e os sacerdotes, de modo a assegurar o recrutamento dos leigos a enviar para África. Para além dos contactos pessoais, distribuía a folha informativa *Vozes da Sanzala* e mandavam artigos para as publicações de diversos organismos da Acção Católica. Outro objectivo importante dos grupos era a formação dos leigos antes da partida, através do aconselhamento de cursos a frequentar ou mesmo a sua organização. Também a angariação de fundos estava incluída entre as tarefas destas equipas<sup>90</sup>.

#### A ANIMAÇÃO INTERNA

Os diferentes institutos religiosos procuraram incentivar a formação de associações de cooperação missionária que constituíssem uma retaguarda de apoio ao trabalho que realizavam além-mar. Nesse sentido, surgiram associações como a Pia União Missionária Franciscana, o Sodalício de São Pedro Claver ou a Associação de Nossa Senhora Rainha das Missões, ligada aos Jesuítas. Em 1926, foi fundada, em Cucujães, a Pia Associação de Nossa Senhora das Missões com uma dupla finalidade: despertar e fomentar entre os Portugueses um verdadeiro interesse e amor pelas missões; e cooperar activamente,

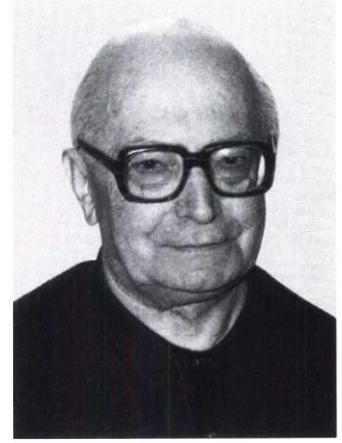
pela esmola e pela oração, com os missionários. De todas as associações, a que alcançou maior implantação foi a Liga Intensificadora da Acção Missionária (LIAM) criada pelos Missionários do Espírito Santo. Como explicava o padre António Brásio, espiritano, na conferência proferida na I Semana Universitária de Estudos Missionários, organizada, em Coimbra, em 1951, pelo CADC, a Liga não entrava em concorrência com nenhum outro grupo porque o seu objectivo era «a criação da consciência missionária entre os católicos portugueses», com o que beneficiavam todos os institutos e a própria organização oficial da Igreja. O seu fim primordial, específico, era «preencher eficazmente a grave lacuna da propaganda, recrutamento e formação dos missionários portugueses, que mais ninguém se lembrou de organizar». Existiam, então, espalhadas pelo país, 130 ligas ou núcleos com 1300 liamistas e 2650 propagandistas. Tiveram particular relevo, nos anos 60, os encontros missionários das escolas do Magistério Primário. Em união com a LIAM, foi criada a Associação de Nossa Senhora de África, vocacionada para a recolha de donativos<sup>91</sup>.

Também as Obras Missionárias Pontificias tiveram incremento, particularmente a Obra da Propagação da Fé que foi recebendo apoios crescentes: 90 000 escudos, em 1930, 400 000 escudos, em 1947, e 552 000 escudos, em 1952. A partir de 1949, estas somas passaram a ser aplicadas integralmente no ultramar português<sup>92</sup>.

Entre os sacerdotes, exerceu grande influxo a União Missionária do Clero, presente em Coimbra desde 1927, e que viria a estender-se a todo o país a partir de 1934. Nesse ano, tinha 400 membros; em 1935, contava 600; em 1937, 714; em 1941, já tinha 1000 inscritos; em 1942, 1500; em 1943, 1800; em 1945, 2300; em 1948, 2600; e, em 1952, alcançava 3000 membros, o que correspondia a mais de metade do clero português. Por intermédio da União, fundaram-se ligas ou academias missionárias em muitos seminários e incentivou-se, em todos, a existência de cadeiras de missiologia.

É de particular importância o estudo da problemática missionária nas fileiras da Acção Católica Portuguesa. Já iniciada por Paulo Fontes, esta investigação põe em relevo a persistência da dicotomia entre missionação interna e externa. A atitude missionária está inequivocamente no centro da identidade cristã dum militante da Acção Católica ou não fosse seu objectivo último a cristianização do mundo e a propagação do Reino de Deus. No entanto, nem sempre a importância atribuída às missões externas foi a mesma, no discurso e nas actividades da organização. A orientação parece oscilar entre dois pólos: por um lado, a identificação da questão missionária com a presença evangelizadora no ultramar português; por outro lado, no extremo oposto, uma perspectiva ampla que identificava a missão com a presença nos meios considerados des cristianizados, onde quer que se encontrassem<sup>93</sup>.

Apesar da permanência desta dicotomia, a Acção Católica fez, nos anos 50, um grande esforço no sentido de promover uma reflexão actualizada sobre a problemática missionária. De entre as várias iniciativas, contam-se os Cursos de Deontologia Ultramarina, realizados de 1957 a 1960, em Lisboa, pela Juventude Universitária Católica do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos. Em Coimbra, a Liga Académica Missionária, do CADC, organizou, em 1959, um Ciclo de Estudos Missionários e Ultramarinos que teve continuidade, nos anos seguintes. Nesse mesmo ano, as celebrações do 25.º aniversário da Acção Católica Portuguesa constituíram um novo ponto de partida em que não se deixou de questionar a forma romântica com que tantas vezes a realidade missionária ultramarina continuava a ser apresentada. Na mesma linha, estranhou-se que um país que, nos séculos XVI e XVII, enviara missionários para todos os continentes, se encontrasse, no século XX, perante a impossibilidade de recrutar o pessoal missionário indispensável para corresponder às necessidades religiosas dos seus territórios. Face a esta realidade, preconizaram-se as seguintes estratégias de actuação: intensificação do espírito missionário no interior da Igreja; formação cristã e apostólica dos colonos que partiam para as províncias ultramarinas; apoio à Igreja missionária, através da



Padre António Brásio (1906-1985), missionário do Espírito Santo.

oração, do auxílio material e das vocações, muito especialmente das vocações leigas; divulgação das possibilidades de acção dos leigos ao serviço da Igreja, no ultramar; estudo sistemático da vida ultramarina; e, finalmente, o acolhimento, apoio e formação específica dos estudantes ultramarinos que vinham estudar para a metrópole<sup>94</sup>.

Em 1961, na Semana Nacional de Formação Missionária, esta problemática continuou a ser debatida, reconhecendo-se que o cristianismo português não conseguira acompanhar o ritmo missionário que se observava, havia mais de vinte anos, a nível europeu. Defendia-se, por isso, a «acção concreta dos leigos na cristianização do Ultramar», de modo a potencializar os meios sociais, culturais e religiosos já existentes. Em 1962, apresentaram-se propostas idênticas no Encontro Interdiocesano de Formação Missionária, destinado a debater o ressurgimento do espírito missionário no seio da Acção Católica e a presença missionária leiga no ultramar português. No ano seguinte, os mesmos temas voltaram a estar em foco na I Semana Nacional da Juventude Rural Católica sobre o Ultramar, convocada «com o fim de dar ao escol da juventude rural uma consciência mais clara dos problemas ultramarinos, nomeadamente missionários e levá-lo a assumir as responsabilidades decorrentes deles»<sup>95</sup>.

A animação missionária do país teve também expressão importante através da convocação de congressos missionários de âmbito nacional ou diocesano. O I Congresso Missionário Português decorreu em Barcelos, de 1 a 6 de Setembro de 1931, sendo organizado e promovido pelas dioceses de Braga e de Vila Real, através de uma comissão executiva sob a responsabilidade do conde de Vilas Boas. Presidiu aos trabalhos o cardeal Cerejeira, estando as conferências a cargo de Gustavo do Couto, Joaquim Alves Correia, Eduardo Lama, Alberto Teixeira de Carvalho, conde de Aurora, Serafim Leite, Domingos Maurício Gomes dos Santos, António Lino Neto e Alberto Pinheiro Torres, entre outros. Entre as resoluções aprovadas, contava-se a decisão de incentivar a promoção missionária a todos os níveis, num esforço que, como nota Pinharanda Gomes, ajudaria à formulação do Acordo Missionário de 1940<sup>96</sup>.

Entre 1934 e 1937, a Obra da Propagação da Fé organizou uma série de

**DIA MUNDIAL DAS MISSÕES** OUTUBRO 24

Toda a  
**PARÓQUIA**  
pode ser  
**MISSIONARIA**

PELAS  
OBRAS  
MISSIONARIAS  
PONTIFÍCIAS



congressos que se reuniram sucessivamente em Lisboa, Braga, Évora, Porto e Coimbra. Em 1945, teve destaque a I Semana das Missões no Império Português, convocada para Lisboa, entre 28 de Janeiro e 3 de Fevereiro. Nos anos 50 e 60, para lá das iniciativas já referidas dos diversos organismos da Acção Católica, há a assinalar os Dias de Estudos Missionários, realizados, em Lisboa e no Porto, em 1960. Foram, porém, as Semanas de Estudos Missionários, organizadas pela Sociedade Missionária Portuguesa em colaboração com as Obras Missionárias Pontificias, que conseguiram maior implantação e dinamismo, realizando-se anualmente desde 1962 até 1978. Nas palavras de Pinharanda Gomes, constituíram, no país, «a mais sistemática obra de reflexão sobre a sociologia, a prática, a pastoral e a teologia missionárias», tendo presente desde o início uma visão da acção missionária já inspirada pelas correntes de pensamento do Concílio Vaticano II. É ainda Pinharanda Gomes quem nos lembra que as Semanas Missionárias exteriorizam o pensamento missionário português, pondo em relevo a sua evolução «da perspectiva imperial para a perspectiva fraternal», permitindo-nos acompanhar o ritmo da pastoral missionária que, frequentemente, serviu de pretexto à rejeição dos modelos sociopolíticos em vigor. A este propósito, são já de si reveladores os temas debatidos nalgumas dessas semanas: «Fé e contestação», em 1970; «Evangelização e libertação», em 1974; «Igreja, cultura e revolução», em 1975<sup>97</sup>.

Alguns acontecimentos eclesiais ou nacionais tiveram, nos anos 30 a 50, especial repercussão na consciencialização missionária do país. Em 1934, realizou-se a Exposição Colonial do Porto, tendo sido dedicado largo espaço às missões. A 13 de Junho de 1940, por ocasião das celebrações nacionais do duplo centenário, o papa Pio XII dirigiu ao episcopado português a encíclica *Saeculo exeunte octavo* em que, depois de evocar o glorioso passado de Portugal, abordava as questões missionárias mais urgentes e pedia a renovação do zelo evangelizador dos Portugueses. «Quem – perguntava o papa – poderá olhar com indiferença para os quase dez milhões de almas, que vivem nos domínios portugueses, e que na sua imensa maioria esperam ainda a luz do Evangelho?» Diante da escassez de missionários em África, Pio XII apelava à animação missionária do país e confiava esse encargo à União Missionária do Clero, à Sociedade Portuguesa das Missões Católicas Ultramarinas e aos insti-

Assembleia de sacerdotes e leigos durante a I Semana Nacional de Estudos Missionários (Tomar, 1962).

FOTO: MISSIONÁRIOS COMBONIANOS DO CORAÇÃO DE JESUS.

◁ Cartaz das Obras Missionárias Pontificias para o Dia Mundial das Missões, 24 de Outubro, século XX, anos 70.

FONTE: OBRAS MISSIONÁRIAS PONTIFICIAS.



D. Teodósio Clemente de Gouveia, bispo de Moçambique (1936-1941) e arcebispo de Lourenço Marques (1941-1962).

FOTO: MISSIONÁRIOS DA BOA-NOVA.

tutos religiosos «que em todos os tempos foram e são as oficinas onde se forma a maior parte dos missionários». O papa recorda o papel da imprensa na animação missionária, dando a conhecer os problemas das missões, e sublinha, igualmente, a necessidade de ser incrementada a organização anual de jornadas das vocações missionárias, «com horas de adoração e sermões apropriados», nas paróquias, nas escolas e nos seminários. Para lá desta animação missionária interna, Pio XII sonhava com o fortalecimento das raízes locais das circunscrições missionárias, ao escrever: «Mas o Nosso maior e mais ardente desejo é que à imitação da Arquidiocese de Goa, onde abundam as vocações sacerdotais e religiosas dentre os naturais da terra, assim também as outras circunscrições eclesiásticas dos domínios portugueses, desenvolvendo generosamente a obra já começada, possuam dentro em breve um exemplar clero indígena, e numerosas irmãs, filhas do mesmo povo, em cujo meio deverão exercer o seu apostolado.»<sup>98</sup>

Em 1945, num gesto em que revelou de novo a sua afeição a Portugal, Pio XII elevou ao cardinalato o arcebispo de Lourenço Marques, D. Teodósio Clemente de Gouveia, que ficou a ser, nessa altura, o único membro do colégio cardinalício proveniente do continente africano. Outro acontecimento singular, que gerou grande entusiasmo em todo o país, foi a canonização de São João de Brito, em Roma, a 22 de Junho de 1947, acto em que participou uma numerosa peregrinação nacional constituída por delegações representativas de todos os territórios ultramarinos. Pio XII não deixou de aproveitar a oportunidade para incentivar mais uma vez Portugal, afirmando na audiência concedida aos peregrinos portugueses: «Que o exemplo do invicto apóstolo suscite novas legiões de generosos, prontos a seguir-lhe os passos nas sendas do apostolado! Que o ardor do seu zelo infatigável reacenda em quantos se ufanam de católicos e portugueses a nobre emulação, que animava os vossos maiores, para colaborar na “dilatação da Fé no Império”, de modo que, onde tremulam as Quinas, reine plenamente a Cruz de Cristo, nem haja súbdito de Portugal — qualquer que seja a sua cor e estirpe — que não real-

**PEREGRINAÇÃO PORTUGUESA**  
A  
**ROMA**  
(CANONIZAÇÃO DE JOÃO DE BRITO)

**ESCLARECIMENTOS:**

**1.º - ÉPOCA**  
A peregrinação partirá de Lisboa, em 10 de Setembro a bordo do «João Belo», em direcção a Civitavecchia, donde seguirá em autocarro para Roma, sob a presidência do Episcopado Português, sendo o regresso a 30 do mesmo mês.

**2.º - INSCRIÇÃO**  
Está aberta a inscrição até 10 de Agosto, cobrando-se na ocasião a quantia de 200\$00 que não é restituída no caso de desistência, mas será descontada no preço da passagem.  
No acto da inscrição, devem ser apresentadas 4 fotografias pequenas de cada peregrino. Os que quiserem agrupar-se assim o devem declarar, indicando as pessoas que formam o grupo e o seu grau de parentesco. Tais agrupamentos podem fazer-se até 25 de Agosto.  
**Nota importante:** - Para efeitos do passaporte colectivo: a) As senhoras casadas que se inscreverem para ir sós, deverão apresentar uma autorização de seus maridos devidamente reconhecida; b) Os filhos menores deverão apresentar uma autorização de seus pais, também reconhecida; c) Os indivíduos na idade militar (dos 15 aos 48 anos), deverão apresentar uma licença do Ministério da Guerra.

**3.º - PREÇOS**  
São os seguintes: 1.º cl., 16.500\$00; 2.º cl., 13.500\$00; 3.º cl. (cabine), com hotéis de 2.º cl., 11.000\$00; 3.º cl. (cabine), com hotéis de 3.º cl., 10.400\$00; 3.º cl. (coberta), 6.800\$00.

Nestes preços estão incluídas as passagens a bordo e autocarro, a hospedagem e o distintivo de peregrino. As gratificações a bordo são por conta do peregrino. As taxas de serviço nos hotéis estão incluídas no preço indicado, bem como as despesas com o passaporte colectivo. Os extraordinários a bordo e nos hotéis são, também, por conta do peregrino.

**4.º - PAGAMENTO**  
A importância total da passagem, descontada a taxa da inscrição, pode ser paga em 2 prestações. A primeira, 50% do bilhete, deve ser entregue até 15 e a segunda até 31, de Agosto. As pessoas inscritas, que não tenham pago a primeira prestação até à data indicada, consideram-se como tendo desistido, a menos que tenha havido prévio acordo.

**5.º - DESISTÊNCIA**  
Quem, depois de ter pago a sua passagem ou parte dela, não possa seguir na peregrinação, receberá a importância entregue (menos a taxa de inscrição) se ainda não estiverem pagas as passagens às companhias. Realizado este pagamento, só se fará o reembolso no caso de fazer nova inscrição. O peregrino que não possa seguir, pode ceder o seu bilhete a outra pessoa, com a condição indispensável de o participar à Comissão até 31 de Agosto.

As passagens que queiram inscrever-se no grupo qualquer que tenham inscrito, devem dirigir-se ao secretário da Comissão organizadora, Sr. Henrique Monteiro, «Bom Pastor», Campo Militar de Fátima, 46. Telef. 4514 e 4164, em todos os dias úteis, desde as 11 às 17 horas, ou ainda pelo Telex 22040, nas 24 horas do dia.

**EXPOSIÇÃO**  
**DE ARTE SACRA**  
**MISSIONÁRIA**

LISBOA MCMLII

ce a nobreza daquele nome com a maior nobreza de filho de Deus e da Igreja.»<sup>99</sup>

Em 1951, teve largo eco a Exposição de Arte Sacra Missionária, no Mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa, inaugurada com grande solenidade na presença do legado do Papa, cardeal Tedeschini, e das mais altas individualidades do Estado. No ano seguinte, foi o quarto centenário da morte de São Francisco Xavier o acontecimento que centrou as maiores atenções. Teve grande impacte a presença, em Lisboa, de 21 a 28 de Outubro, do braço de São Francisco Xavier venerado na Igreja do Gesù, em Roma. A preciosa relíquia esteve exposta na Igreja de São Domingos, onde se celebrou um tríduo solene com a colaboração das diversas congregações e associações missionárias. No dia 27, festa de Cristo Rei, foi levada para a sé e, diante dela, prestaram juramento os dirigentes da Acção Católica, por ocasião da inauguração do novo ano de actividades. O Governo associou-se às comemorações através da nomeação de uma comissão executiva e a inscrição, no orçamento geral do Estado, de uma verba de 2500 contos para as despesas a efectuar.

Em Goa, as celebrações foram presididas pelo cardeal Cerejeira, enviado por Pio XII como seu legado *a latere*. No seu regresso a Lisboa, encerraram-se solenemente as comemorações com um *Te Deum*, no dia 19 de Dezembro, na Igreja de São Domingos, a que assistiram o Presidente da República, o presidente do Conselho, vários membros do Governo e o corpo diplomático acreditado em Portugal<sup>100</sup>.

Como Pio XII tinha referido na encíclica *Saeculo exeunte octavo*, as publicações desempenharam um papel fundamental na divulgação missionária. Os principais grupos missionários manifestaram consciência clara dessa importância e deram início a um conjunto apreciável de revistas e jornais, em geral de índole informativa e popular e com períodos de vida mais ou menos longos. A Sociedade Missionária Portuguesa está na origem de algumas das publicações mais representativas, quer pela variedade das suas características quer pela

◁Pagela da peregrinação portuguesa a Roma pela canonização de São João de Brito, 22 de Junho de 1947.

FOTO: ARQUIVO CÍRCULO DE LEITORES.

◁Capa do catálogo da Exposição de Arte Sacra Missionária, 1951, Lisboa (Lisboa, Biblioteca do Palácio Galveias).

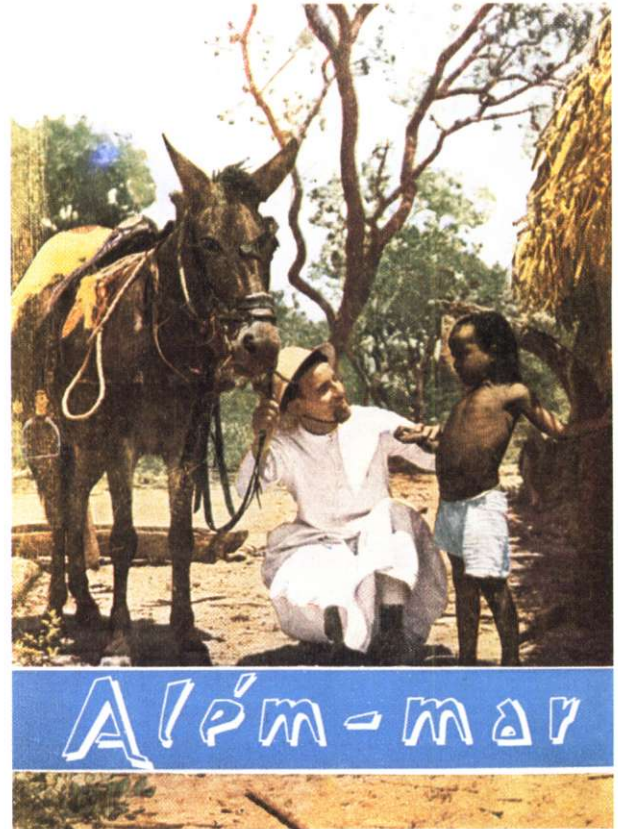
FOTO: ARQUIVO CÍRCULO DE LEITORES.

Capa de *Portugal em África*, revista dos Espiritanos (Lisboa, Biblioteca Nacional).

FOTO: LAURA GUERREIRO.

Capa de *Além-Mar*, revista dos Combonianos.

FOTO: MISSIONÁRIOS COMBONIANOS DO CORAÇÃO DE JESUS.





Padre Serafim Leite  
(1890-1969), da Companhia  
de Jesus.

FOTO: ARQUIVO CÍRCULO  
DE LEITORES.

sua longevidade. No Seminário de Cucujães, publicou-se, como revista dos alunos, *O Jovem Missionário* e surgiu, em 1932, o jornal *Cruzada Missionária* cuja publicação se mantém. Destacam-se, contudo, pela sua importância, duas revistas em curso de publicação: de feição mais informativa e de divulgação, a *Boa Nova*, nascida em 1924 com o nome de *O Missionário Católico*; de carácter mais formativo e de reflexão, publica-se desde 1961, a revista *Igreja e Missão*, continuação da *Volumus*, fundada pelos alunos de Cucujães em 1949. Durante vários anos, *Igreja e Missão* contou com a colaboração especialmente incisiva do padre Manuel Trindade, seu director desde 1961 até 1975.

Os Espiritanos mantiveram, de 1921 a 1936, a revista *Missões de Angola e Congo* e publicam actualmente *Encontro – Selecções Missionárias*, que fundaram em 1963, e o jornal *Ação Missionária*, iniciado em 1940. No entanto, o seu contributo mais importante para a imprensa missionária foi o aparecimento, em 1944, da segunda série da revista *Portugal em África*, publicada regularmente até 1973. Além de secções noticiosas e bibliográficas, apresentava importantes artigos de missiologia e de história em que o padre António Brásio, seu secretário nos primeiros anos, marcava presença quase permanente.

Os Combonianos são outro instituto religioso com presença importante na imprensa especificamente missionária. Publicam, desde 1956, a revista informativa *Além-Mar* e, desde 1966, a *Audácia*, com larga difusão entre os mais novos. Mantêm, ainda, desde 1964, o boletim *Família Comboniana*.

Os Jesuítas publicaram, entre 1948 e 1969, a revista *Missões*, dirigida sucessivamente pelos padres João Dionísio de Oliveira, Ernesto Domingues e José Primeiro Borges. De circulação apenas interna mas com notícias frequentes sobre as missões, existiu, de 1926 a 1971, o boletim *Ecos da Província de Portugal*. Por seu lado, a *Brotéria*, fundada em 1902 como revista de ciências naturais mas com uma série de cultura geral desde 1925, dedicou sempre atenção à temática missionária, especialmente do ponto de vista histórico mas também na área da missiologia, onde se destacou a colaboração assídua do padre António da Silva.

Os Franciscanos mantêm o jornal *Missões Franciscanas*, desde 1937, e publicaram o *Boletim Mensal das Missões Franciscanas* de 1908 a 1954. Ainda entre os religiosos, registe-se que o Instituto Missionário da Consolata edita *Fátima Missionária*, desde 1955, e os Sacerdotes do Sagrado Coração de Jesus publicam *Cooperadores Missionários Dehonianos*, desde 1964, e a *Voz Missionária*, desde 1974. Em 1933, as Irmãs Missionárias de São Pedro Claver começaram a publicação de *O Pretinho*, que passou a denominar-se *Juventude Africana* em 1958, e saiu com regularidade até 1971. Publicam actualmente *Eco das Missões*, também fundado em 1933. Por seu lado, a Obra da Propagação da Fé iniciou, em 1950, a publicação dos *Anais das Obras Missionárias Pontifícias*.

Estas referências às publicações missionárias, sem serem exaustivas, revelam-nos uma imprensa sobretudo de carácter popular e informativo onde, comparativamente, a reflexão teológica e pastoral está menos presente. Abordando um outro nível de caracterização, o padre Manuel Trindade perguntava, em 1973, numa mesa-redonda transcrita na revista *Igreja e Missão*: «há neste país uma informação objectiva, e que de facto mentalize e esclareça, ou haverá porventura uma imprensa missionária um pouco folclórica, um pouco romântica, incapaz de uma verdadeira mentalização missionária?». Um dos intervenientes, Jorge Bateira, do Serviço Missionário dos Jovens, numa das respostas mais críticas a esta pergunta, lamentava que alguma imprensa missionária se mantivesse ligada a um cristianismo que classifica como alienante, preocupado com a frequência dos sacramentos e com campanhas de assistência de tipo paternalista mas que fechava os olhos às situações de exploração e violação dos direitos humanos. E acrescentava – estávamos em 1973 – que uma imprensa comprometida com o colonialismo atraía o Evangelho. O então padre António Marcelino, também presente na mesma mesa-redonda, sublinhava o predomínio do informativo sobre o formativo e

apontava o facto de, em muitas publicações, a acção missionária da Igreja ficar em segundo plano, face à preocupação excessiva em divulgar as obras próprias de uma determinada instituição. «Porque somos pobres, fazemos muitas coisas», editamos e «propagandeamos muitas revistas e publicações» — afirmava na sua análise — mas, duma maneira geral, a imprensa missionária não parecia estar a servir a formação duma mentalidade autenticamente missionária nas comunidades cristãs<sup>101</sup>.

Dando maior ou menor crédito a estas observações críticas, é importante, no entanto, salientar a longevidade e regularidade de muitas destas publicações, algumas atingindo tiragens na ordem das dezenas de milhar de exemplares. Reconheça-se, por outro lado, que estes jornais e revistas adquiriram grande importância na promoção de vocações missionárias e conseguiram obter, em todas as camadas sociais, importantes recursos materiais para as missões e suas casas de formação.

Ainda no campo da edição, não podemos esquecer a historiografia das missões, quer no que respeita à publicação de fontes quer de monografias. Nos anos 40 e 50, começaram a ser organizadas importantes colecções documentais, muitas delas editadas sob o patrocínio da Agência-Geral do Ultramar. Em 1947, surgiu o primeiro volume da *Documentação para a história das missões do Padroado Português do Oriente* com as fontes relativas à Índia coligidas pelo padre António da Silva Rego. Até 1958, haviam de ser publicados 12 volumes com documentação que abarca os anos 1499 a 1582. Os seis volumes de fontes relativas à Insulíndia foram editados entre 1954 e 1988, contendo a documentação recolhida pelo padre Artur Basílio de Sá respeitante aos anos 1506 a 1599.

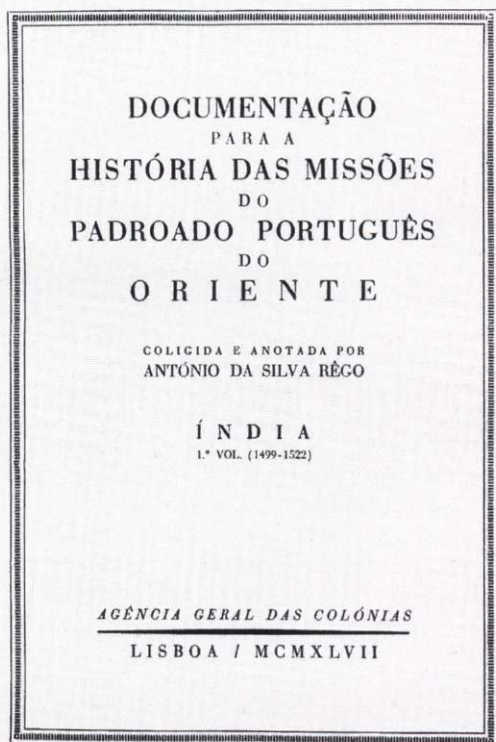
Ao padre António Brásio ficam a dever-se duas colecções fundamentais para a história da missionação em África. A *Monumenta missionaria africana* teve início em 1952 e atingiu, em 1991, nas suas duas séries, a soma de 21 volumes com documentação que principia em 1471 e se prolonga até 1684. Numa

◁ Frontispício de *Documentação para a história das missões do Padroado Português do Oriente, Índia, 1.º vol.*, Lisboa, 1947.

FOTO: ARQUIVO CÍRCULO DE LEITORES.

Padre Francisco Rodrigues (sentado), 1873-1956, jesuíta.

FOTO: ARQUIVO DA PROVÍNCIA PORTUGUESA DA COMPANHIA DE JESUS.



segunda coleção, a *Spiritana monumenta historica — Angola*, o padre Brásio publicou, de 1966 a 1971, cinco volumes com documentos que vão de 1596 a 1967.

No que respeita ao Brasil, são os trabalhos do padre Serafim Leite que merecem especial referência: os cinco volumes da *Monumenta Brasiliae* publicados em Roma, pelo Instituto Histórico da Companhia de Jesus, de 1956 a 1968, abarcando o período entre 1538 e 1565; e os três volumes das *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*, editados em São Paulo, em 1954.

Dos trabalhos efectuados por não portugueses, o destaque vai para os 18 volumes da *Documenta indica* do padre Josef Wicki, publicados em Roma, de 1948 a 1988, pelo Instituto Histórico da Companhia de Jesus, e cuja documentação vai de 1530 a 1597.

A publicação de fontes foi acompanhada pela elaboração de monografias de que se poderão destacar duas, provavelmente as mais monumentais, ambas relativas à Companhia de Jesus: a *História da Companhia de Jesus na assistência de Portugal*, do padre Francisco Rodrigues, em sete volumes publicados de 1931 a 1950; e a *História da Companhia de Jesus no Brasil*, do padre Serafim Leite, com os seus dez volumes editados entre 1938 e 1950. Fazendo uma simples enunciação, podemos ainda recordar, entre os investigadores portugueses, nomes como António Lourenço Farinha, António da Silva, Benjamim Videira Pires, Fernando Félix Lopes, Francisco Leite de Faria, Henrique Pinto Rema, D. Manuel Nunes Gabriel e Manuel Teixeira, além dos já citados António Brásio e António da Silva Rego que, contemporaneamente com a publicação de fontes, nos deixaram um conjunto notável de outros trabalhos. Entre os estrangeiros a quem a historiografia das missões portuguesas mais ficou a dever, contam-se Charles-Martial de Witte, Dauril Alden, Georg Schurhammer, Josef Schüte, Juan Ruiz-de-Medina, Léon Bourdon e Robert Ricard, além do já referido Josef Wicki.

A estes nomes poderíamos acrescentar muitos outros de gerações mais próximas que têm renovado os estudos de história da missionação e lhes têm retirado a conotação um pouco apologética de algumas das obras nascidas em meados do século xx. Um panorama da historiografia mais recente está patente nos quatro volumes das actas do Congresso Internacional de História «Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas», realizado, em Lisboa, em 1992, na Universidade Católica Portuguesa. Ao contrário do passado, predominam nesta nova historiografia os investigadores leigos, sendo agora também mais relevante o contributo dos historiadores provenientes do Brasil, dos países africanos de língua oficial portuguesa e das regiões do Oriente onde a missionação portuguesa esteve presente, com particular destaque para a Índia e para o Japão. Um outro aspecto hoje mais saliente é o reconhecimento da importância das fontes missionárias, não apenas nos estudos de história religiosa mas também em outros âmbitos da história das regiões a que se referem, dando ocasião a estudos interdisciplinares mais diversificados.

#### ASPECTOS DA MENTALIDADE MISSIONÁRIA

No período que vai praticamente até aos anos 60, o trabalho missionário está associado, quase unanimemente, à ideia de colonização, numa convergência entre portuguesismo e cristandade que via a missão evangelizadora da Igreja como indissociável da acção civilizadora de Portugal. A «dilatação da Fé e do Império» é o lema que sintetiza o discurso político e eclesial e que, ao mesmo tempo, expressa um ideal em que o país facilmente se revê. A semelhança do que já tinha acontecido durante as últimas décadas da monarquia, reconhece-se a importância das missões católicas pela sua presença estável entre as populações mas, para além desse interesse estratégico, a evangelização e a acção civilizadora são encaradas como parte integrante das obrigações dos Portugueses para com Deus, para com a humanidade considerada civilizada e para com os próprios antepassados. Ainda em 1961, em declaração datada de 13 de Janeiro, a propósito das comemorações do quarto centenário do Santo Condestável, os bispos da metrópole, ao evocarem o Acordo Missionário de 1940, não he-

sitavam em considerá-lo «uma nova investidura pela Santa Sé da missão civilizadora da Nação Portuguesa»<sup>102</sup>.

Os exemplos desta mentalidade são inúmeros e de vários sectores. Em 1929, uma publicação comemorativa do encontro de missionários realizado em Cernache do Bonjardim no ano anterior enaltecia o movimento de renovação das missões que o país presenciava e considerava-o expressão do reconhecimento do seu «alto valor educativo, civilizador e patriótico». Os missionários viam com satisfação que Portugal se mostrasse novamente disposto a proteger as missões, «suas companheiras inseparáveis de glória», «elementos seguros da sua pronta e eficaz reabilitação civilizadora», escolas de religião e de trabalho e, simultaneamente, transmissoras fiéis do «mais puro e extremo patriotismo» que considera o amor de Deus e da Pátria como realidades inseparáveis. Nesta mesma perspectiva, os missionários acrescentavam de seguida: «não admira, pois, que os indígenas, vendo-se pessoalmente instruídos e aperfeiçoados e socialmente livres e respeitados, se mostrem sensíveis aos benefícios recebidos e abençoem os obreiros desinteressados da sua felicidade, envolvendo no seu carinhoso reconhecimento a Pátria longínqua que o lhos enviou tão generosamente». Não surpreende, por outro lado, a descrição que os padres de Cernache fazem do seu labor multifacetado: o missionário «tão depressa pega no ritual para administrar um sacramento, como empunha a raabiça duma charrua para ensinar o preto a arar a terra, dirige as escolas profissionais, substituindo os técnicos em diversos ofícios, não se limita a celebrar missa e a recitar o breviário, dá escola, faz curativos, cava a terra, semeia e planta, é médico, é conselheiro e, finalmente, cria súbditos para Portugal»<sup>103</sup>.

Uma outra expressão desta mentalidade, numa figura de referência da Igreja em Portugal, encontramos-a no cardeal Cerejeira que, em 1944, no dia 14 de Agosto, presidiu como legado pontifício à dedicação da Catedral de Lourenço Marques. Ao referir-se a Pio XII, que o enviara a Moçambique, o patriarca de Lisboa afirmou que o papa queria saudar uma «terra que a Descoberta, a Conquista e a Ocupação fizeram portuguesa, e a Colonização e sobretudo a Acção apostólica dos missionários» iam tornando cristã. E perguntava, significativamente: «E não foi para fazer cristandade que Portugal dilatou o Império?»<sup>104</sup>

Missa campal em Chicoo, Moçambique.

FOTO: JOÃO CRAVEIRO LOPES.





Padre Silva Rego (1905-1986).

▷ Missão católica: ensino no Lar de São José, Nampula.

FOTO: MISSIONÁRIOS DA BOA-NOVA.

O próprio cardeal Cerejeira, a 2 de Dezembro de 1951, no encerramento da Exposição de Arte Sacra Missionária, patente no Mosteiro dos Jerónimos, respondia à pergunta que formulara, poucos anos antes, em Moçambique: «O significado português de colonizar é este: dilatar Portugal, não tanto geograficamente pela extensão do território, como espiritualmente pela comunicação da sua alma, isto é, pela elevação dos povos à comparticipação dos bens da sua civilização cristã.»<sup>105</sup>

A colonização era vista como uma oportunidade de expansão do cristianismo, nomeadamente através dos colonos católicos que partiam da Europa e que deviam, também eles, ser preparados para agir como agentes missionários. Nesse sentido, o padre António Brásio achava imperioso, em artigo de 1948, que os portugueses que partiam para África fossem devidamente acompanhados por clero próprio, formado especificamente para essa difícil missão. A não ser assim, temia que os colonos, de quem tanto se esperava como colaboradores na evangelização, acabassem apenas por fazer aumentar o número dos «socialmente deslocados, dos economicamente falhados, dos moralmente cafrealizados», vindo a erguer sérios obstáculos à «acção missionária junto das bem dispostas populações indígenas, pela força irresistível do descrédito e do mau exemplo»<sup>106</sup>.

Do lado dos governantes, a perspectiva é semelhante, embora não se deixem de sublinhar algumas notas complementares. Marcelo Caetano, na altura ministro das Colónias, ao discursar na sessão solene de homenagem a D. Teodósio Clemente de Gouveia, cardeal-arcebispo de Lourenço Marques, realizada, em Lisboa, a 17 de Março de 1946, referia a dado passo: «Por obra de uma cuidadosa acção diplomática, que, sem o prestígio de Portugal regenerado por Salazar não seria possível, eis abertas novas e mais rasgadas perspectivas à ocupação missionária que, se para a Igreja é serviço de Deus, representa também, quanto ao País, a conquista profunda das almas e dos corações para a essência espiritual do seu Império.»<sup>107</sup>

Anos mais tarde, Adriano Moreira, então subsecretário de Estado da Administração Ultramarina, falando, a 22 de Outubro de 1960, em Lisboa, no encerramento dos Dias de Estudos Missionários promovidos pelos institutos religiosos masculinos e femininos, fazia notar a urgência de incrementar as vocações missionárias portuguesas porque mais capazes para a expressão do patriotismo: «O amor da nacionalidade não pode, pela natureza das coisas, florescer límpido e sem compromissos, senão em quem para sempre tem a personalidade conformada pelo nascimento no seio do povo a que serve. [...] Ninguém estranhará que o patriotismo tenha melhor expressão em vocações nacionais, e que por isso se deve intensificar a colheita de vocações missionárias portuguesas.»<sup>108</sup>

Em 1951, ao falar, em Coimbra, no CADC, o padre António Brásio já enunciara esta preferência pelos missionários portugueses, mesmo reconhecendo a necessidade de suprir com elementos estrangeiros a falta de clero nacional. Do missionário esperava-se que atraísse a graça da Redenção — reconhecia o orador — mas, simultaneamente, era necessário que difundisse o amor pátrio entre as multidões que viviam à sombra da bandeira portuguesa. Era esta importante faceta que levantava incógnitas acerca dos missionários estrangeiros e não quaisquer dúvidas sobre as suas virtudes, capacidades ou mesmo lealdade para com o país que os acolhia. Por isso — concluía António Brásio — não deveria causar estranheza a convicção de que eram os portugueses os mais habilitados para induzir a viver e sentir como português<sup>109</sup>.

Esta mentalidade missionária, que poderíamos colocar sob o signo da portugalidade e que vem na continuidade do pensamento que observámos no século XIX, não excluía, contudo, o reconhecimento da importância de certas formas de adaptação, mesmo se transitórias. A esse propósito, são significativas as afirmações do padre António da Silva Rego, no estudo intitulado *Alguns problemas sociológico-missionários da África Negra*, publicado, em Lisboa, em 1960. Reconhece-se, nessa obra, que os missionários corriam o sério risco de serem encarados como estrangeiros desadaptados, esperando passivamente

que fossem as populações a aproximar-se da cultura do evangelizador. Silva Rego admite que o missionário terá sempre muita dificuldade em despir-se por completo da sua personalidade europeia. Mesmo não querendo ser transmissor de cultura ocidental, é sempre veículo de cultura cristã que, por sua vez, não pode escapar à ocidentalização que a história lhe imprimiu. Contudo, o missionário «pode ceder, deseja ceder, esforça-se por ceder, por se fazer tudo para todos», mesmo quando é o africano a sentir a atracção da cultura ocidental, deixando-se fascinar, sobretudo, pela sua vertente técnica<sup>110</sup>.

A adaptação admitida pelo padre Silva Rego tem, por vezes, uma dimensão claramente condicionada e a prazo. Aceita, por exemplo, que os compositores de música litúrgica se deixem inspirar pela música africana e até integrem os seus instrumentos tradicionais mas, de imediato, acrescenta: «Logo que o indígena olhe, primeiro com agrado, depois com indiferença e, finalmente, com algum desprezo, para o seu tantã, a fim de apreciar a música de inspiração europeia, cessará certamente aquele esforço de adaptação.»<sup>111</sup>

Como critério geral, Silva Rego não deixa de lembrar que a Igreja é católica, apostólica e romana e, sobretudo, una, pelo que a diversidade devia manifestar-se sempre dentro da unidade. É importante, contudo, salientar que vê a adaptação, não como um fenómeno de ascensão ou descensão, mas como um encontro. Se o missionário se limitasse a um movimento tido como descendente, a própria adaptação acabaria por ser desprezada e renegada, precisamente por aqueles que tinha como destinatários. Por isso – defendia Silva Rego – a Igreja não tinha de adaptar-se àquilo que os próprios povos, na sua evolução, vêm a rejeitar. Tinha, sim, de identificar e adaptar-se àqueles valores culturais que permanecem porque fazem parte do património da própria humanidade<sup>112</sup>.

Nos anos 60, assistimos à crise do conceito de missão sob o signo da portugalidade, quer devido ao impacte da renovação operada pelo Concílio Vaticano II, quer devido às circunstâncias vividas pelo país: o concílio veio recordar que a missão radica, em primeiro lugar, na própria natureza da Igreja enviada por Cristo e, simultaneamente, abriu o caminho a experiências mais ousadas de inculturação; o país, por seu lado, viu-se confrontado com o eclo-





Revista *Igreja e missão*, da Sociedade Missionária Portuguesa (Missionários da Boa-Nova). Lisboa, Biblioteca Nacional.

FOTO: LAURA GUERREIRO.

dir das guerras de independência nos territórios ultramarinos, situação que veio provocar roturas progressivamente mais graves relativamente ao sentido da presença de Portugal em África.

Posta em causa a mística da «dilação da Fé e do Império», muitos católicos mostraram-se sensíveis às questões da autodeterminação dos povos, o que não podia deixar de ter consequências no modo de perspectivar a actividade missionária. Simplificando, poderíamos dizer que, nos anos 60 e 70, se passa duma concepção de missão sob o signo da portugalidade para uma concepção sob o signo da eclesialidade, em que a responsabilidade missionária surge da compreensão que a Igreja tem de si mesma e da sua universalidade. Note-se, contudo, que as duas concepções coexistem e interpenetram-se ao longo do tempo.

Os primeiros sinais de crise e de rotura nas concepções mais tradicionais da missionação têm raízes ainda nos anos 50. A nível político, com as alterações introduzidas na Constituição Portuguesa, em 1951, as «colónias» passaram a ser designadas por «províncias ultramarinas», o que não deixava de ser uma resposta à mentalidade anticolonialista que se ia impondo na política internacional. Como consequência, a ideia de «império colonial» deu lugar à concepção de «nação portuguesa multi-racial e pluricontinental». Na vertente eclesial, são já desta época os primeiros alertas para a fragilidade do catolicismo português manifestada, por exemplo, no «amortecimento do espírito missionário», como escrevia o então padre Manuel Falcão, em 1954, no *Boletim Oficial da Acção Católica Portuguesa*, justificando o seu diagnóstico com o facto de Portugal ser, entre os países católicos com territórios ultramarinos, aquele que tinha menos missionários em termos absolutos e relativos, apesar de as missões portuguesas serem as que recebiam mais apoios do Estado<sup>113</sup>.

Em 1957, na encíclica *Fidei donum*, o papa Pio XII lançou um apelo veemente a todo o mundo católico em favor da Igreja em África, confessando a sua ansiedade sobre a sorte do cristianismo naquele continente e pedindo que todos se sentissem obrigados a ajudar mais eficazmente essas novas igrejas, pela oração, pelos contributos materiais e pelas vocações missionárias. A urgência das palavras do papa obrigou os católicos, em Portugal, a aprofundarem o exame de consciência sobre a situação missionária portuguesa. Nesse sentido, numa entrevista de 1959 ao *Boletim de Informação Pastoral*, D. Teodósio Clemente de Gouveia afirmou, sem equívocos, que considerava doente «a alma de Portugal missionário». A gravidade deste diagnóstico e o apelo papal não deixaram de provocar uma reacção salutar em que a Acção Católica Portuguesa marcou presença, promovendo, em todas as dioceses portuguesas, entre 15 e 22 de Janeiro de 1961, semanas de formação missionária sob o lema «para o ressurgimento do sentido missionário»<sup>114</sup>.

Na opinião do padre Manuel Trindade, a encíclica *Fidei donum* encontrou em Portugal, principalmente na Acção Católica e no laicado em geral, um terreno preparado onde podia frutificar abundantemente. Muito mais do que acontecera com a encíclica *Saeculo exeunte octavo*, de 1940, notou-se, em 1957, que a mudança de mentalidade entretanto registada tinha favorecido a grande receptividade com que as palavras do pontífice foram escutadas, principalmente nos organismos universitários da Acção Católica. Essa nova mentalidade significava uma maior disponibilidade para assentar em bases teológicas sólidas a consciência missionária do país: em vez de apelar para a vocação histórica de Portugal como país cristão e evangelizador, as responsabilidades missionárias tinham de ser encaradas, prioritariamente, como uma obrigação que radicava na própria condição de cristãos que tinham recebido no baptismo o dever de ser apóstolos. Como escrevia, em 1961, o padre Manuel Trindade, «o verdadeiro fundamento das nossas responsabilidades, as razões profundas do nosso dever, estão no nosso carácter de cristãos e não no facto de sermos portugueses». Por isso, era necessário fortalecer uma consciência missionária que pudesse sobrepor-se às circunstâncias e fosse capaz de perdurar activamente em quaisquer condicionamentos, mesmo os que a eclosão da guerra em África então fazia prever<sup>115</sup>.

O II Concílio do Vaticano veio reforçar as bases teológicas da missiona-

ção, levando a uma identificação mais clara e exigente entre Igreja e missão. Nesse contexto, uma mentalidade missionária que estivesse ainda associada a um certo paternalismo ou relação de superioridade tinha de dar lugar a uma visão eclesial em que todos se tornavam, simultaneamente, agentes e destinatários da missão. O risco desta nova abordagem, quando mal entendida, estava na diluição de responsabilidades e no imobilismo a que poderia conduzir o facto de todas as igrejas passarem a considerar-se unilateralmente «terras de missão», esquecendo a dimensão de anúncio a que também estavam obrigadas.

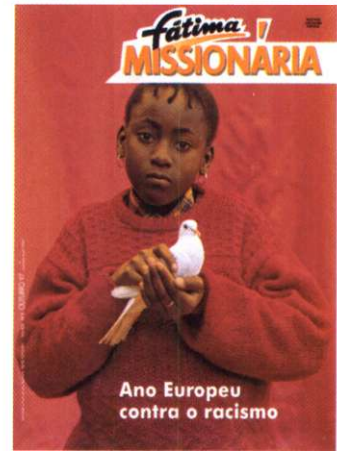
Perante o perigo do comodismo ou do indiferentismo, não deixaram de surgir, nos anos 70, vozes de alerta. O padre António da Silva, em artigo de 1970 publicado na *Brotéria*, lembrava um pressuposto anterior a qualquer discussão sobre conceitos de missão: «a existência de vastos espaços culturais ainda não provocados a exprimir-se cristãmente e a função provocadora da Igreja de Cristo enviada pelo Pai e movida pelo Espírito»<sup>116</sup>. No mesmo sentido, foram vários os alertas lançados pelo padre Manuel Trindade na revista *Igreja e Missão*. Embora consciente de que também Portugal precisava de ser destinatário da missão, perguntava: «Como vai a Igreja em Portugal viver a sua missão? Fechando-se sobre si mesma, a pretexto de que é, também ela, terra de missão? Ou antes abrindo-se generosamente, numa intercomunhão constante de dar e receber, em pessoas, em ideias, em movimentos, em sugestões, em recursos materiais, em contínuo pôr-em-questão duma vida cristã que jamais terá o direito de se pensar acabada e perfeita?»<sup>117</sup> A necessidade destes alertas era sinal evidente da crise de fé e conseqüente secularização do mundo ocidental em que Portugal se enquadrava. Diminuindo a força das convicções religiosas, reduzindo-se o número das vocações e aumentando as necessidades de missão dentro das próprias sociedades ocidentais, a tentação era de relegar para segundo plano a atenção às igrejas mais jovens e ao mundo não cristão.

Não estava ainda encontrada resposta cabal para estas contradições e interrogações quando a Revolução de 25 de Abril de 1974 e o conseqüente acesso à independência dos territórios ultramarinos portugueses obrigaram à reformulação, em termos completamente novos, da actividade missionária da Igreja portuguesa.

A INDEPENDÊNCIA DO ANTIGO ULTRAMAR PORTUGUÊS provocou uma crise em que a desorientação face às novas circunstâncias terá diminuído a motivação de muitos missionários. Alguns terão sido levados a pensar que, encerrado o ciclo do Império, terminavam também as obrigações da missão. Outros, porém, logo em 1974, não deixaram de traçar novas directrizes, lembrando que era necessário desmistificar as ideologias que faziam coincidir as missões com a vertente espiritual e cultural do colonialismo ocidental. Nesse sentido, era necessário começar uma nova forma de missão, mais livre e descomprometida, em que se deixavam de lado os pseudofundamentos da actividade missionária<sup>118</sup>.

É exemplo peculiar deste espírito o documento aprovado pela 3.<sup>a</sup> Assembleia Geral da Sociedade Missionária Portuguesa, reunida em Valadares, nos meses de Julho e Agosto de 1974. Congratulando-se com o fim próximo da guerra e o pleno acesso das populações à independência política, o documento pretendia relançar a missão numa perspectiva de serviço desinteressado aos povos africanos que festejavam a sua maioria política, afirmando a intenção de participar no seu entusiasmo mas também nas suas fraquezas e inseguranças.

Avaliando o passado, os missionários reconhecem que não podiam deixar de aparecer como aliados dum «sistema colonial que explicitamente os enquadrava e apoiava», mesmo se procuravam manter-se independentes e não deixavam de exercer a sua função de denúncia evangélica. Em relação ao futuro, a Sociedade Missionária afirmava-se disposta a continuar a sua acção, agora sem a protecção dum «sistema prestigioso e opulento», sem o apoio de subsídios regulares e colocando-se inteiramente ao serviço da Boa Nova e das



Revista *Fátima Missionária*, dos Missionários da Consolata.

### *A missão pós-colonização*



XIV Semana Missionária Nacional, 26 a 30 de Agosto de 1996, Casa de Nossa Senhora do Carmo, Fátima.

FOTO: REVISTA *BOA-NOVA*.

tarefas de promoção e desenvolvimento que, segundo os interesses dos povos, fossem julgadas prioritárias<sup>119</sup>.

O decorrer dos acontecimentos mostrou que o serviço desinteressado referido pelo documento da Sociedade Missionária Portuguesa acabou por revelar-se muito mais exigente do que se podia prever em 1974. Na realidade, o processo de descolonização, principalmente em Angola e em Moçambique, veio abalar profundamente a missionação, provocando perseguições, a morte de alguns missionários, a destruição e ocupação de muitas estruturas materiais da Igreja e o regresso à Europa de grande número de sacerdotes, de religiosos e de religiosas. Os muitos que permaneceram enfrentaram a guerra e a violência gratuita e acompanharam a insegurança e a deslocação forçada das populações. Ao mesmo tempo, puderam testemunhar a vitalidade das comunidades cristãs que, na provação e no isolamento, souberam demonstrar as raízes profundas da sua fé.

Superados os tempos mais difíceis, abertas algumas perspectivas de paz e normalizadas as relações Estado-Igreja, criaram-se, em África, nos anos 90, condições mais propícias para um relançamento da missionação. Também em Portugal, a partir de 1982, a própria animação missionária retomou fôlego, passando a realizar-se anualmente, em Fátima, a Semana Missionária Nacional, promovida em conjunto pela Comissão Episcopal das Missões, pelas Obras Missionárias Pontificias e pelas federações dos institutos religiosos.

À consolidação e crescimento deste novo dinamismo apelou o papa João

### QUADRO III

#### NÚMERO DE MISSIONÁRIOS DOS PRINCIPAIS INSTITUTOS RELIGIOSOS MASCULINOS

	1984/85	1986/87	1988/90	1991/94	1995/98
Combonianos	29	29	36	44	67
Consolata	21	—	23	24	27
Espiritanos	83	98	98	78	80
Franciscanos	40	44	40	30	33
Jesuítas	37	38	41	37	36
Salesianos	22	23	24	27	33
Sociedade Missionária Portuguesa	84	80	76	76	74

Fonte: *Anuário Católico de Portugal*.

QUADRO IV

NÚMERO TOTAL DE MISSIONÁRIOS  
DOS INSTITUTOS RELIGIOSOS MASCULINOS

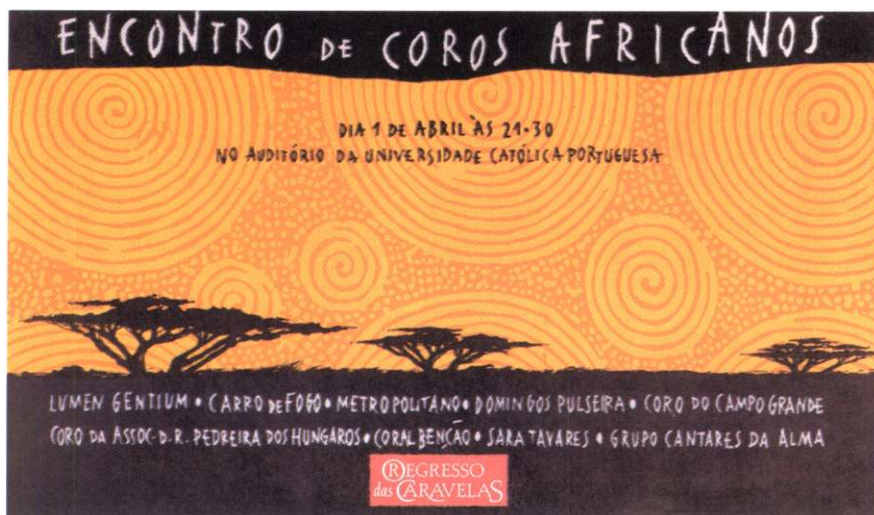
1984/85	1986/87	1988/90	1991/94	1995/98
419	423	458	442	470

Fonte: *Anuário Católico de Portugal*.

Paulo II, na sua viagem a Portugal, em 1991, ao convocar os cristãos portugueses para a missão, afirmando, logo após a chegada: «Um dia, Portugal foi púlpito da Boa Nova de Jesus Cristo para o mundo, levada para longe em frágeis caravelas por arautos impelidos pelo sopro do Espírito. Hoje venho aqui para, da mesma tribuna, convocar todo o Povo de Deus à evangelização do mundo, tanto no sentido de se conformarem cada vez mais com o Senhor aqueles que já O conhecem, como também de levarem o Primeiro Anúncio às multidões inumeráveis de homens e mulheres que ainda desconhecem a salvação de Cristo.»<sup>120</sup> No mesmo sentido, na missa celebrada no Estádio do Restelo, o papa, depois de recordar João de Brito, Francisco Xavier, Inácio de Azevedo e companheiros, José de Anchieta, Gonçalo da Silveira, Manuel da Nóbrega e António Vieira, concluiu a sua homilia, exortando: «Peço que tenhais a mesma audácia que moveu os missionários do passado, a mesma disponibilidade para escutar a Voz do Espírito.»<sup>121</sup>

Este apelo tem sido escutado pelos institutos religiosos mas também, dum maneira particularmente inovadora, por grupos de leigos, maioritariamente constituídos por jovens, que têm promovido a fundação de movimentos de acção missionária e de apoio ao desenvolvimento. Recordem-se, a este propósito, iniciativas como o Movimento ao Serviço da Vida, os Leigos para o Desenvolvimento, os Jovens Missionários da Consolata, o GAS — África, os Jovens sem Fronteiras ou a ASUL — Acção Social da Universidade Lusíada, entre outros grupos, que constituíram, em 1995, a Associação «A Missão». Situam-se na mesma linha os Leigos Missionários Portugueses, um projecto proposto na IV Semana Missionária Nacional, reunida em Fátima, de 23 a 27 de Setembro de 1985, para aprofundar o tema «Leigos e Missão». Entre as conclusões, registava-se a seguinte proposta: «Que a Comissão Episcopal de Missões, as Obras Missionárias Pontifícias, os Institutos Missionários e o Secretariado Nacional do Apostolado dos Leigos enfrentem em conjunto e estreita colaboração a criação de um movimento de Leigos Missionários em Portugal, que proporcione a preparação, o envio e o apoio daqueles leigos que desejem consagrar-se como tais à actividade missionária em países do Terceiro Mundo.»<sup>122</sup>

Cartaz do I Encontro de Coros Africanos, 1 de Abril de 1995, organizado pela Associação Regresso das Caravelas, no Auditório Cardeal Medeiros (Lisboa, Universidade Católica).



Olhando para este conjunto de iniciativas, poder-se-á dizer que, terminado o ciclo do Império, a missão renasceu mais livre de compromissos políticos, mais desinteressada e mais universal. Já não para dilatar a Fé e o Império mas simplesmente para que a Igreja cresça na dimensão universal que muitas gerações de portugueses ajudaram a concretizar.

## NOTAS

- <sup>1</sup> ALMEIDA – *História*, vol. 3, p. 193.
- <sup>2</sup> *Ibidem*, p. 194.
- <sup>3</sup> MATTOSO – *História*, vol. 5, p. 282.
- <sup>4</sup> ALMEIDA – *História*, vol. 3, p. 198.
- <sup>5</sup> MATTOSO – *História*, vol. 5, p. 282.
- <sup>6</sup> BRAZÃO – *Colecção*, p. 156-169.
- <sup>7</sup> MATTOSO, vol. 5, p. 282.
- <sup>8</sup> *Ibidem*, p. 282.
- <sup>9</sup> *NOVA collecção*, p. 148-152.
- <sup>10</sup> ALMEIDA – *História*, vol. 3, p. 201.
- <sup>11</sup> MATTOSO – *História*, vol. 5, p. 283.
- <sup>12</sup> ROONEY – *As missões*, p. 25 ss.
- <sup>13</sup> *Ibidem*, p. 30.
- <sup>14</sup> *Ibidem*, p. 67-69.
- <sup>15</sup> *Ibidem*, p. 71 ss.
- <sup>16</sup> CORREIA – *O método*, p. 78.
- <sup>17</sup> AZEVEDO – *Estudo*, p. 19-33.
- <sup>18</sup> *Ibidem*, p. 32-35.
- <sup>19</sup> *Ibidem*, p. 18.
- <sup>20</sup> *BOLETIM da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 1881, p. 597 ss; ALMEIDA – *História*, vol. 3, p. 218.
- <sup>21</sup> CORREIA – *O método*, p. 86.
- <sup>22</sup> *A REFORMA*, p. 4.
- <sup>23</sup> ALMEIDA – *História*, vol. 3, p. 218 ss.
- <sup>24</sup> CORREIA – *O método*, p. 90 ss.
- <sup>25</sup> BRAZÃO – *Colecção*, p. 170-187.
- <sup>26</sup> MATTOSO – *História*, vol. 5, p. 283.
- <sup>27</sup> *Ibidem*, p. 283.
- <sup>28</sup> ALMEIDA – *História*, vol. 3, p. 185.
- <sup>29</sup> *Ibidem*, p. 193.
- <sup>30</sup> CORREIA – *A dilatação*, p. 53; ALMEIDA – *História*, vol. 3, p. 209 ss; AFONSO – *A Sociedade*, p. 305 ss.
- <sup>31</sup> AFONSO – *A Sociedade*, p. 307.
- <sup>32</sup> OLIVEIRA – *História*, p. 242.
- <sup>33</sup> *ANAEs*, n.º 1.
- <sup>34</sup> REGO – *Curso*, p. 173.
- <sup>35</sup> CORREIA – *O método*, p. 98.
- <sup>36</sup> *Ibidem*, p. 80-83.
- <sup>37</sup> AZEVEDO – *Estudo*, p. 53.
- <sup>38</sup> ALMEIDA – *História*, vol. 3, p. 219.
- <sup>39</sup> CORREIA – *A dilatação*, p. 54.
- <sup>40</sup> ALMEIDA – *História*, vol. 3, p. 219.
- <sup>41</sup> CORREIA – *O método*, p. 101; *PORTUGAL em África*, 1901, p. 543.
- <sup>42</sup> CLEMENTE – *Iniciativas*, p. 57.
- <sup>43</sup> *Ibidem*, p. 59.
- <sup>44</sup> *Ibidem*, p. 59.
- <sup>45</sup> *Ibidem*, p. 63 ss.
- <sup>46</sup> *Ibidem*, p. 65.
- <sup>47</sup> *Ibidem*, p. 66.
- <sup>48</sup> REGO – *Centenário*, p. 68.
- <sup>49</sup> ALMEIDA – *História*, vol. 3, p. 217.
- <sup>50</sup> *Ibidem*, p. 217; CORREIA – *O método*, p. 81 ss.
- <sup>51</sup> ALMEIDA – *História*, vol. 3, p. 217 ss.
- <sup>52</sup> *Ibidem*, p. 218.
- <sup>53</sup> QUERIOl – *As missões*, p. 18-30.
- <sup>54</sup> SANTOS – *Missões*, p. 84 ss.
- <sup>55</sup> REGO – *Curso*, p. 311; CORREIA – *O método*, p. 108.
- <sup>56</sup> REGO – *Centenário*, p. 172; CORREIA – *O método*, p. 73.
- <sup>57</sup> PRUDHOMME – *Problématiques*, p. 152.
- <sup>58</sup> CORREIA – *O método*, p. 402.
- <sup>59</sup> *Ibidem*, p. 84.
- <sup>60</sup> *Chronica*, 1904, p. 142 ss.
- <sup>61</sup> JESUS – *As missões*, p. 1.
- <sup>62</sup> *Chronica*, 1905, p. 511.
- <sup>63</sup> LEITE – *As missões*, p. 139; CORREIA – *A dilatação*, p. 67.

- <sup>64</sup> OLIVEIRA – *Lei da Separação*, p. 110.
- <sup>65</sup> REGO – *O Padroado*, p. 35 ss.
- <sup>66</sup> *Ibidem*, p. 36 ss.
- <sup>67</sup> OLIVEIRA – *Lei da Separação*, p. 181 ss.
- <sup>68</sup> *MISSÕES religiosas*, p. 83.
- <sup>69</sup> LEITE – *As missões*, p. 141 ss.; NOGUEIRA – *O Estado*, p. 212 ss.; CORREIA – *A dilatação*, p. 75-79.
- <sup>70</sup> *CONSTITUIÇÃO*, p. 53, 59.
- <sup>71</sup> BRAZÃO – *Colecção*, p. 203-210.
- <sup>72</sup> *Ibidem*, p. 211-217.
- <sup>73</sup> *Ibidem*, p. 239-257.
- <sup>74</sup> BRÁSIO – *Pio XII*, p. 358.
- <sup>75</sup> *EXPOSIÇÃO de Arte Sacra*, p. 49.
- <sup>76</sup> *Ibidem*, p. 48.
- <sup>77</sup> OLIVEIRA – *História*, p. 268.
- <sup>78</sup> *EXPOSIÇÃO de Arte Sacra*, p. 56.
- <sup>79</sup> REGO – *Curso*, p. 603 ss.
- <sup>80</sup> *Ibidem*, p. 606-619.
- <sup>81</sup> BORGES – *Concordatas*, p. 128-131; REGO – *Curso*, p. 167.
- <sup>82</sup> TRINDADE – *E em Portugal?*, p. 308.
- <sup>83</sup> *Ibidem*, p. 309; *ORDENS religiosas*, p. 108 ss.
- <sup>84</sup> *MISSÕES religiosas*, p. 56.
- <sup>85</sup> TRINDADE – *E em Portugal?*, p. 309 ss.
- <sup>86</sup> *ORDENS religiosas*, p. 131 ss., 151 ss., 172 ss.
- <sup>87</sup> SILVA – *A actualidade*, p. 273.
- <sup>88</sup> REGO – *Alguns problemas*, p. 45.
- <sup>89</sup> *MISSÕES de Angola*, 1966, p. 4 ss.
- <sup>90</sup> *LIVRO de actas da equipa de apoio ao Movimento Afrís.*
- <sup>91</sup> *SEMANA Universitária*, I, p. 60.
- <sup>92</sup> SILVA – *A actualidade*, p. 275.
- <sup>93</sup> FONTES – *A Acção*, p. 413-450.
- <sup>94</sup> *Ibidem*, p. 427.
- <sup>95</sup> *Ibidem*, p. 431.
- <sup>96</sup> GOMES – *Os congressos*, p. 69.
- <sup>97</sup> *Ibidem*, p. 145.
- <sup>98</sup> IGREJA CATÓLICA. Pio XII – *Carta encíclica «Saeculo...»*, p. 71-78.
- <sup>99</sup> *EXPOSIÇÃO de Arte Sacra*, p. 64.
- <sup>100</sup> PANORAMA, p. 24, 186, 386; *NOTÍCIAS*, p. 85 ss, 92.
- <sup>101</sup> *PARA UMA IGREJA*, p. 533 ss.
- <sup>102</sup> FONTES – *A Acção*, p. 417 ss.
- <sup>103</sup> *MISSÕES religiosas*, p. 19-23, 45.
- <sup>104</sup> FONTES – *A Acção*, p. 418 ss.
- <sup>105</sup> *Ibidem*, p. 422.
- <sup>106</sup> BRÁSIO – *História*, p. 701.
- <sup>107</sup> CAETANO – *A alma*, p. 134.
- <sup>108</sup> MOREIRA – *A actualidade*, p. 536.
- <sup>109</sup> *Semana Universitária*, I, p. 94.
- <sup>110</sup> REGO – *Alguns problemas*, p. 16 ss.
- <sup>111</sup> *Ibidem*, p. 76.
- <sup>112</sup> *Ibidem*, p. 79.
- <sup>113</sup> FONTES – *A Acção*, p. 424 ss.
- <sup>114</sup> *Ibidem*, p. 426, 430.
- <sup>115</sup> TRINDADE – *Quatro anos*, p. 216 ss.
- <sup>116</sup> SILVA – *A missiologia*, p. 134.
- <sup>117</sup> TRINDADE – *Portugal país de missão*, p. 473 ss.
- <sup>118</sup> TRINDADE – *Evangelho*, p. 472.
- <sup>119</sup> *PARA UM COMPROMISSO*, p. 516 ss.
- <sup>120</sup> IGREJA CATÓLICA. JOÃO PAULO II – *Discurso*, p. 198.
- <sup>121</sup> IGREJA CATÓLICA. JOÃO PAULO II – *Homília*, p. 200.
- <sup>122</sup> *SÍNTESE FINAL*, p. 83.



# PLURALIDADE RELIGIOSA

*Correntes cristãs e não-cristãs  
no universo religioso português*



# Condicionantes na configuração do campo religioso português

Luís Aguiar Santos

## INTRODUÇÃO: UMA UTENSILAGEM CONCEPTUAL PARA ANÁLISE DO FENÓMENO RELIGIOSO

A PROBLEMÁTICA DA PLURALIDADE RELIGIOSA na história contemporânea portuguesa é o objecto de estudo desta parte.

A ausência ou debilidade patente dessa pluralidade não pode remeter a historiografia ao silêncio sobre esta temática, antes deve convidá-la a debruçar-se sobre as suas causas, tanto mais que nestas radicarão certamente condicionalismos de grande importância para a reflexão histórica em geral. Para tanto, além de historiar o aparecimento e desenvolvimento dos próprios fenómenos minoritários que foram, de finais do século XVIII a finais do século XX, alterando a própria configuração religiosa da sociedade portuguesa, importa problematizar o que deve ser entendido como integrante da categoria do «religioso» — isto porque a historiografia deve evitar a situação, que muitas vezes ocorre por mera «distracção metodológica», de limitar-se a reproduzir as concepções do «religioso» veiculadas pelos indivíduos, grupos e épocas que são o seu objecto de estudo.

Para, neste âmbito, se entender as escolhas dos indivíduos dentro das condições do campo histórico definido, é necessário estar-se munido de uma teoria explicativa do comportamento religioso dos indivíduos. É ponto de partida neste estudo a asserção de que a atitude do homem perante a realidade é religiosa e que, de uma perspectiva antropológica, o homem é universalmente integrante da categoria *homo religiosus*<sup>1</sup>. Nessa categoria não cabem apenas as experiências próprias das religiões monoteístas mas toda a gama de experiências humanas do religioso, que tentam ligar ou *religar* (daí o vocábulo *religião*) a circunstância de cada pessoa a uma dimensão que transcende o real conhecido, uma dimensão de coisas ou estados que se esperam, que se pretende alcançar e que é, por isso, uma dimensão de *expectativas*. Estas exprimem-se numa linguagem própria, a dos símbolos, associados a emoções transmitidas culturalmente e assimiladas, vividas e transformadas por cada pessoa enquanto agente religioso.

A UNIVERSALIDADE DA EXPERIÊNCIA DO RELIGIOSO deriva de a psique não se relacionar nem reflectir sobre a realidade apenas numa base biológica, meramente sensorial e de reflexos condicionados, mas também através de referentes emocionais, culturais e simbólicos que se projectam numa dimensão «sobrenatural» de *expectativas* — e estas levam a pessoa a reequacionar a compreensão da sua circunstância, bem como a sua atitude perante a realidade.

As tentativas ou formas de ligação a essa dimensão fazem-se por *experiência* religiosa, espontânea, recebida ou aprendida; e ainda, individualmente ou em grupo, com ou sem mediação de outrem. A *experiência* religiosa pode ser uma sensação (derivada de uma canção, de um encontro esporádico, da observação de algo a que se dá um sentido), uma adesão a um discurso simbólico (escrito, falado, etc.), ou uma criação (quando o agente religioso reformula a linguagem simbólica) — e estas três formas podem articular-se. A emergência de formas padronizadas (ou mesmo codificadas) de ligação à dimensão «sobrenatural» origina *expressões* religiosas que são propostas às pessoas para que estas as adoptem como *vivência* religiosa regular. A reprodução

### Objecto de estudo

### O fenómeno religioso

◁ Estátua do doutor Sousa Martins, Lisboa. Um santo para a religiosidade urbana contemporânea ou a forma como o religioso irrompe onde quer que se exprimam as expectativas humanas. A necessidade de intermediários com o sobrenatural continua a projectar-se em homens reais com fama de dons extraordinários.

FOTO: JOSÉ MANUEL OLIVEIRA/ARQUIVO CÍRCULO DE LEITORES.

desta *vivência* por várias pessoas a partir de uma determinada *expressão* conduz à formação de uma *rede* religiosa que, se passa a controlar a inclusão ou exclusão de pessoas, se torna um *grupo* religioso — e o *grupo* torna-se *Igreja* se entender as condições da sua unidade como revestidas de carácter «sobrenatural».

Ora, quando as *expressões* religiosas são exclusivistas (como são originalmente as de tradição judaico-cristã-islâmica), requerem um grande investimento dos crentes, por estes percebido como tanto mais arriscado quanto não entendam as respectivas *expectativas* fora do imediatismo das lógicas sacrifício/recompensa ou dádiva/recompensa; mas as *expressões* exclusivistas são também as capazes de realizar adesões *totais* dos indivíduos. Esta atitude religiosa é pouco comum, preferindo a generalidade das pessoas diversificar os seus *investimentos* e *expectativas*, pelo que as *expressões* mais representativas numericamente contemporizam em geral (ou, pelo menos, muitos dos seus membros) com outros *investimentos* e *expectativas* — realizando sobretudo adesões *parciais*. Este facto explica o sucesso constante das formas inorgânicas de religiosidade e dos esquemas sincréticos. As *expectativas* e a sua gestão pelo indivíduo são fenómenos intrinsecamente religiosos, que podem, por exemplo, resolver-se num activismo de cariz «político», não deixando por isso de pertencer ao universo da compreensão simbólica da realidade e à forma como esta impele os agentes religiosos a modificar e reorientar a sua conduta.

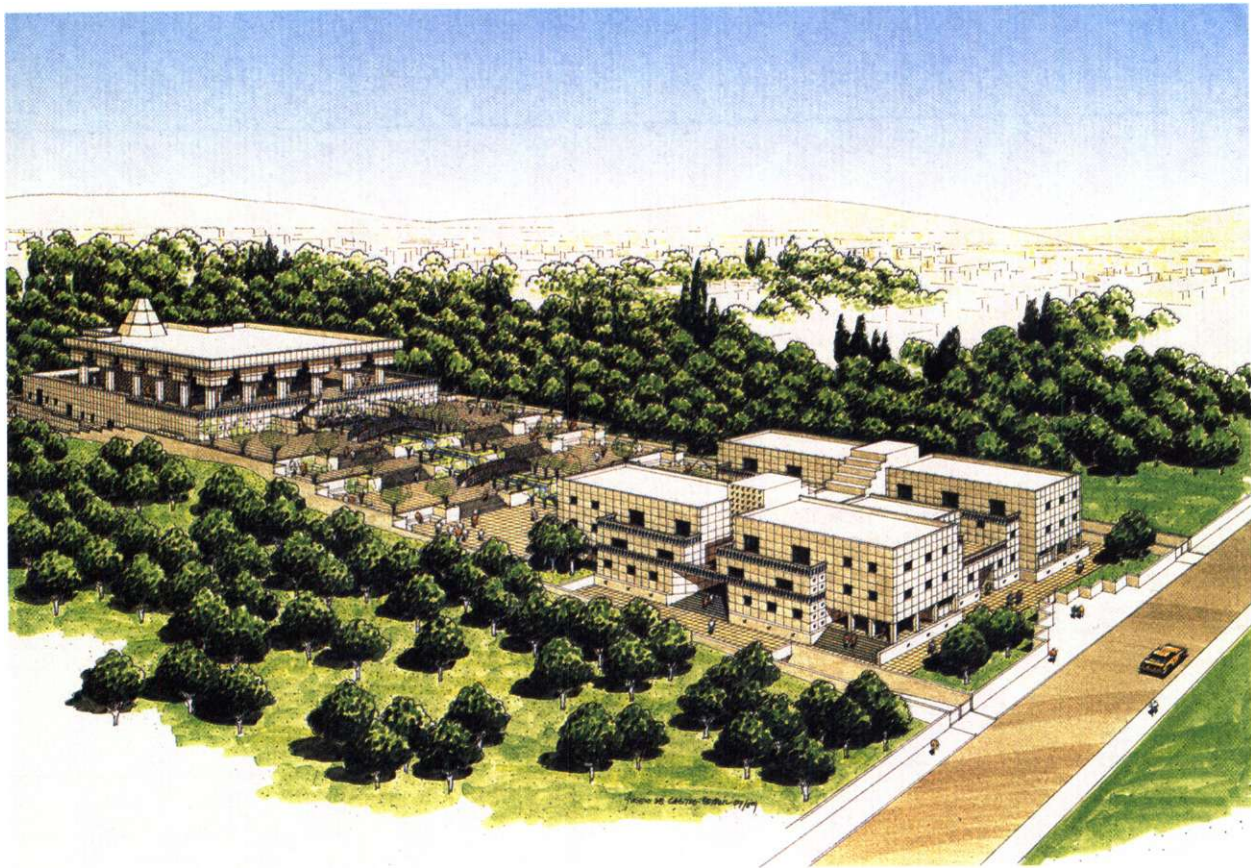
A atitude religiosa no homem não se evacua, apenas se reformula; assim, na famosa canção de John Lennon em que se é convidado a imaginar um mundo «sem Céu» e «sem religião», o que é realmente sugerido é uma reorientação de expectativas para *uma outra* referência «sobrenatural» (o que é um acto, em si, puramente religioso) — é que a ideia de um Além (que não seja o mundo conhecido), tal como a ideia de um Deus pessoal, não é condição necessária da religião; há até propostas religiosas, como o budismo *hinayana* (Pequeno Veículo), orientadas para a procura de um estado sobrenatural que é simplesmente o nada, a não-existência. Tal estado, e a sua procura, não é *mais* nem *menos* «religioso» que a crença medieval no Purgatório ou as utopias políticas pelas quais tantos homens e mulheres se bateram ao longo da história — é, sim, *qualitativamente* diferente.

Com isto, não se pretende descartar tais experiências como igualmente ilusórias ou frutos de uma pretensa «alienação» (que é sempre boa para aplicar *aos outros*), mas, antes, sugerir que a compreensão da realidade e a acção dos homens nela é indissociável da natureza religiosa do ser humano — que sente, escolhe, exprime-se, age, de acordo com «o firme fundamento das coisas que se esperam» e transforma sempre a forma em que é percebido pelos outros em «demonstração das que não se vêem» (Hebreus, II: 1); ou seja, o pensamento e a acção de qualquer indivíduo é a tradução das suas *expectativas* e estas podem ser as mais diversas, as mais díspares.

### O universo religioso

A RELIGIÃO É UM CAMPO DA LIBERDADE HUMANA, mesmo quando considerada superstição: «A “superstição” é um dos domínios mais livres do pensamento humano, a imaginação e o inconsciente exprimem-se nela com inteiro à-vontade e qualquer um pode inventar todas as superstições que quiser»<sup>2</sup>; esta asserção só se torna problemática quando alguns se julgam de fora desta universal condição religiosa do homem, como se não tivessem uma conduta impelida por *expectativas*, que são sempre «supersticiosas» no sentido de procurarem algo que, nas condições dadas, não pode ser ainda plenamente conhecido ou vivido — mas que, mesmo assim, é perseguido.

Está nestas condições, por exemplo, a superstição moderna, herdada do positivismo, num conhecimento científico objectivista, ainda hoje muito mais presente do que é geralmente reconhecido por «cientistas» e «leigos»; ora, tal superstição funcionou e funciona para muitos homens como uma autêntica leitura religiosa da realidade, que excede em muito as capacidades da análise empírica permitida pelos sentidos e depois articulada numa reflexão discursiva filtrada pela conceptualização<sup>3</sup>. Tal análise e reflexão é o procedimento propriamente *científico*, que remonta a Aristóteles e realmente evita a



condição «supersticiosa» da linguagem simbólica porque requer do estudioso um exercício de consciência das suas permanentes limitações cognitivas e um esquecimento metódico das suas *expectativas* — algo que faz da atitude *científica* uma complicada ginástica mental incapaz de guiar *em continuidade e instantaneidade* a conduta e a acção dos homens, um milagre só operado pela dinâmica da atitude religiosa.

Percebe-se, a partir daqui, como estão intrinsecamente entrelaçados o fenómeno religioso e a experiência histórica humana, o desenvolvimento da consciência e a conflituosa diversidade decorrente da explosão deste universo de *expectativas* e das atitudes por elas inspiradas. Assim, na análise histórica, não se pode considerar a religião um compartimento estanque da realidade, antes se deve entendê-la como o universo simbólico através do qual, ou *no qual*, os indivíduos (enquanto agentes históricos) se relacionam com a sua realidade, a percebem, e fazem as escolhas com que intervêm nela.

Isto pode observar-se em casos concretos como o célebre «milagre da Aparecida» ou da «Senhora da Conceição da Rocha» em Carnaxide em 1824<sup>4</sup>; foi aí encontrada uma imagem numa gruta, sucesso ao qual foi conferido um significado relacionado com a conjuntura da época, a tentativa de tomada do poder pelo infante D. Miguel (a Abrilada). Dizer-se que a aparição pretendeu conferir uma legitimidade «religiosa» a uma decisão «política» seria aqui menos rigoroso que dizer-se que a decisão do infante foi percebida através da linguagem simbólica conhecida; e se D. Miguel tivesse, ele próprio, relacionado nesses termos a sua decisão e a aparição, de que modo se pode separar, nas suas motivações, o «político» do «religioso»? E, do ponto de vista do historiador, a acção do infante deve ser considerada um fenómeno «político» ou «religioso»? A análise complicar-se-ia se se considerasse o ponto de vista dos seus oponentes: seriam estes um conjunto de pessoas com propósitos «políticos» contrários aos propósitos «religiosos» de D. Miguel? Todos estes problemas se relacionam com a acção e as escolhas feitas, as decisões tomadas,

Projecto do templo hindu (parcialmente inaugurado em 1998), Lisboa. A pluralidade religiosa em Portugal tende a tornar-se cada vez mais visível, inclusivamente na fisionomia urbana.

pelos indivíduos; ora, a problemática da sua motivação remete forçosamente para a forma como os indivíduos percebem a sua circunstância e para as representações que concebem do resultado das suas acções — ou seja, está-se no campo das crenças e das expectativas. E, se os indivíduos chegam a elaborar um discurso sobre essas crenças e expectativas, recorrem aos símbolos para se exprimirem; que uns recorressem à «Senhora da Aparecida» e outros à «Liberdade» é o que permite ao historiador perceber que crenças e expectativas estão em confronto, «religiosas» e «políticas» ambas, na substância e nas consequências (e, poder-se-ia acrescentar, «económicas», «culturais», etc.).

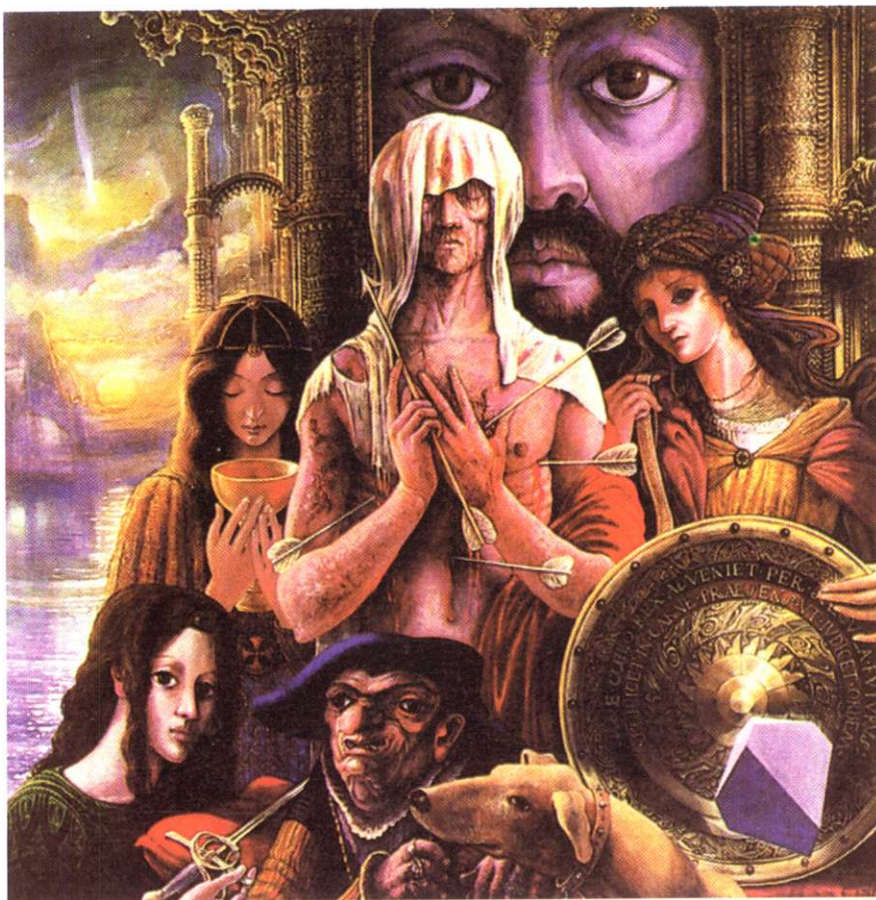
O universo religioso é assim o das concepções simbólicas através das quais os indivíduos gerem e exprimem as suas crenças sobre o que *é* e as suas expectativas sobre o que *deve ser*. O que há de individual e colectivo nestas expectativas é outro problema que se deve abordar, mesmo que com brevidade: não é fácil destrinçar, por exemplo, na vivência religiosa de um cristão (ou, na verdade, de qualquer crente) o que são, nele, expectativas relativamente aos outros e relativamente a si mesmo. Exemplificando, poder-se-ia afirmar que a caridade e o hedonismo (enquanto paradigmas vivenciais) têm simultaneamente, para um indivíduo, consequências na forma como se concebe a si mesmo e como concebe os outros; da mesma forma, um e outro paradigma levam-no a desenvolver expectativas sobre o seu devir mas necessariamente também sobre o dos outros (pode imaginar-se, por absurdo, que essas expectativas sobre os outros fossem simplesmente a sua redução a um qualquer estado particular ou mesmo a sua ausência). Deste modo, o individualismo metodológico que leva a análise do campo histórico a centrar-se no indivíduo como unidade reprodutora e transformadora do meio (que inclui os outros indivíduos) pressupõe sempre esta dupla natureza, individual e colectiva (ou relacional), das expectativas do indivíduo.

### O mercado religioso

A COMPREENSÃO DO FENÓMENO RELIGIOSO num determinado campo histórico (no espaço-tempo) implica considerar a relação dos indivíduos com esse fenómeno e as possibilidades dessa relação se desenvolver. Deste modo, é importante o grau de regulação que a sociedade exerce sobre as relações de comunicação e a troca de bens e experiências entre as pessoas enquanto agentes religiosos (isto é, o grau de regulação do *mercado religioso*). Isto introduz um factor fundamental para o estudo do comportamento religioso dos indivíduos na sociedade portuguesa na época contemporânea: os *custos de informação* religiosa, que aumentam ou diminuem para os indivíduos os custos de acesso aos *bens* religiosos (em termos materiais, de tempo, de segurança, etc.) e o número de *oportunidades de investimento* do indivíduo em transformações da sua situação religiosa. Ora, qualquer limite imposto pela discricionariedade de poderes constituídos ao desenvolvimento dessas relações aumentava esses custos e diminuía essas oportunidades — e tais limites, como se verá em muitas das páginas seguintes, existiram quase até à actualidade.

### O campo religioso

ESTA BASE CONCEPTUAL DEVE SERVIR para analisar um determinado campo religioso, no tempo e no espaço; neste caso, o da sociedade portuguesa na época contemporânea. Este campo religioso, com a mudança nas relações com a Igreja hegemónica e o surgimento de *redes*, grupos e outras igrejas, articula-se, assim, a partir das escolhas dos indivíduos — e nestas interfere a percepção pelo indivíduo dos riscos, custos e benefícios envolvidos. Partindo daqui, poder-se-á observar e analisar o campo religioso português como um todo, integrando todas as *expressões* que fizeram e fazem a sua diferenciação — e por *diferenciação* entende-se a emergência de uma expressão religiosa com experiências, símbolos ou princípios de fé que se distinguem ou de outras expressões ou dum padrão dominante num determinado campo religioso. A grande maioria desse campo é ocupado, nos séculos XIX e XX, por *expressões* cristãs — além da Igreja Católica Romana, pelas *denominações* (grupos) e *igrejas* protestantes (mais recentemente também por *igrejas* ortodoxas). Serão aqui consideradas cristãs todas as *expressões* que assim se apresentem: a linha católica romana, a linha ortodoxa e a linha protestante (que abrange aqui não só as



O *Encoberto*, reprodução do quadro a óleo de Lima de Freitas, 1987, in *Portugal Misterioso*, 1998. Apesar de uma uniformidade aparente, a sociedade portuguesa sempre foi atravessada por fenómenos religiosos de natureza heterodoxa. Desde finais do século XVI, o sebastianismo assumiu-se várias vezes como uma verdadeira «seita» messiânica concorrente do poder político e religioso estabelecido.

*expressões* «clássicas» originadas no século XVI, mas todas as resultantes de cisão ou evolução das anteriores, mesmo quando estabelecem novas rupturas nas doutrinas cristológicas e eclesiológicas recebidas). As *expressões* não-cristãs incluem tanto *expressões* ligadas a grandes correntes religiosas tradicionais (o judaísmo, o Islão, o complexo religioso hindu, o budismo) como todas as restantes e a generalidade dos fenómenos religiosos, de maior ou menor organicidade.

OS TERMOS «SAGRADO» E «PROFANO» são aplicados pelo estudioso da religião aos campos definidos internamente por cada uma das *expressões* religiosas observadas, fazendo ambos parte do fenómeno religioso — trata-se de conceitos relacionados com a leitura da realidade elaborada pelas próprias *expressões* religiosas, pelo que a operacionalidade destes termos para a análise é limitada (a sua diferenciação em determinadas experiências ou vivências religiosas é muito problemática, contribuindo pouco para clarificar a reflexão: assim, por exemplo, no cristianismo, as diferentes *expressões* definem esses campos de forma diversa, quando não contraditória, podendo-se no entanto dizer que a generalidade das *expressões* religiosas definem um campo simbólico *sagrado*, de referências, actos ou espaços imediatamente ligados ao seu universo «sobrenatural» e o «antecipam» ou fazem «presente», e um outro *profano*, desligado, ou mais distante, desse universo).

Por *elite* entender-se-á uma rede ou um grupo do campo da cultura letrada e com uma capacidade de influência decorrente da sua especialização profissional e da procura existente (ou por si criada) dos bens ou serviços que presta. Enfim, quando se fala de *organicidade* das *expressões* religiosas, pretende-se referir a capacidade ou propensão destas para se transmitirem através de redes ou grupos, e não meramente de contactos individuais ou da reprodução

### *Outros conceitos*

cultural através das famílias ou comunidades locais, bem como com capacidade de acção organizada.

O termo «confessional» designa a adesão de um Estado, de uma entidade ou de uma formalidade a uma expressão religiosa particular. O termo «laico» ou «laicismo», por seu lado, diz respeito a estados, entidades ou formalidades que não aderem a nenhuma expressão religiosa particular previamente existente, embora isto não seja sinónimo de que a sua própria condição é «a-religiosa»; de facto, enquanto realidades humanas, estados, entidades e formalidades, gerem as expectativas e as relações dos indivíduos com a linguagem simbólica, tendo sempre, assim, uma contextura religiosa própria. Deste modo, a criação de espaços de sociabilidade e manifestação da consciência individual livres da tutela clerical é aqui considerada *secularização*, diferente pois da *laicização* — que resulta da transformação dessa reclamação sectorial e parcial em modelo de sociedade, universal, obrigatório e garantido pela autoridade política. O modelo de sociedade consagrado pelas constituições liberais do século XIX e pelo Código Civil de 1867 era, nestes termos, secular mas não laico: existia no país uma Igreja estabelecida e uma confessionalidade *de jure* da ordem político-jurídica a par do reconhecimento de outros espaços de sociabilidade e de expressão da consciência individual como as garantidas pelas liberdades individuais, pelo casamento civil ou pelo registo civil para não-católicos romanos. Diferente seria o modelo laico republicano, assente no *desestabelecimento* da Igreja hegemónica, no controlo administrativo das suas actividades por um Estado não-confessional, numa concepção de cidadania que dá primazia à relação *natural* (isto é, sem reconhecimento de outras mediações culturais e religiosas) entre o Estado e o cidadão individual, e que a levou a recorrer a ritos *cívicos* de integração e a uma estrutura escolar estatal que se pretendia universal e obrigatória. A diferença entre secularização e laicização está também patente na recitação de orações confessionais em actos cívicos, no juramento confessional nos tribunais, no ensino confessional nas escolas públicas ou no registo de actos cívicos pela estrutura eclesiástica: enquanto num cenário secularizado todas estas práticas são a regra geral e têm ou podem ter patrocínio estatal, reconhecendo-se a objecção de consciência a quem a reclame (e, por exemplo, o estabelecimento de redes alternativas de escolas e de registo civil secular), num cenário laicizado, estas mesmas práticas são abolidas e substituídas por formas não-confessionais que fazem sumir todas as referências ao universo religioso ou como tal reconhecido da esfera pública da sociedade, privatizando-o — embora se possam manter formas vagas de juramento ou de referência a símbolos como a *honra*.

## VIVÊNCIA DEVOCIONAL E SACRAMENTAL E CULTURA LETRADA CLERICAL

### *Uniformidade e hegemonia*

A PRESENÇA HISTÓRICA, no campo religioso português, de uma Igreja hegemónica dotada de um sistema dogmático não pode ser entendida como sinónimo de uniformidade religiosa, uma vez que o que realmente tem existido é um *enquadramento* das tensões e das experiências diferenciadas, que sempre existem em todos os campos religiosos, por um esforço de unidade institucional materializado na Igreja Católica Romana. Pode até ser observada ao longo da história religiosa portuguesa uma tensão permanente entre aquilo a que alguns autores têm chamado *religiosidade popular* e as concepções teológicas e vivenciais propostas pela autoridade eclesiástica na sua doutrina e disciplina.

### *A religiosidade popular*

A *RELIGIOSIDADE POPULAR* tem sido considerada como a manifestação de uma vivência religiosa espontânea, sem nível de reflexão letrada, e transmitida aos indivíduos pelas famílias e comunidades locais, de uma forma que não se distingue do processo geral de socialização que assegura a reprodução de valores e comportamentos<sup>5</sup>.

Esta religiosidade é analisável à luz de categorias aplicadas universalmente

ao fenómeno religioso e participa das suas características gerais: sacralização do espaço, com definição de locais identificados como *hierofanias* (manifestações do «sobrenatural» e que a ele asseguram a ligação) ou como refúgio da desordem do mundo (o local da habitação, a casa, tal como a aldeia ou o grupo em que se vive integrado, é geralmente concebido como um *cosmion* no meio do caos); sacralização do tempo através da ideia circular do calendário povoado de festividades de passagem (*hierofanias* no tempo) como forma de apropriação do devir (historicamente relacionado com a observação dos movimentos astrais e dos ciclos naturais); e sacralização dos actos do quotidiano e das fases da vida, transformando-os em ocasiões de ligação ou dedicação do indivíduo ao universo «sobrenatural» — advento da sexualidade na puberdade, casamento, nascimento de um filho, o acto da caça ou do trabalho, a ingestão de alimentos, a doença, a morte de um ente próximo, etc.<sup>6</sup>. A esta religiosidade universal desprovida ainda da reflexão letrada (e das formas especulativas) estão normalmente associadas as gnosés mágico-vulgares: ordálios, artes divinatórias (astrologia, oráculos), magia, etc.<sup>7</sup>.

A tensão referida entre esta *religiosidade* e o seu enquadramento eclesiástico ao longo dos séculos não deve entretanto ser lida em termos puramente dualistas, uma vez que as situações de tensão no campo religioso geram quase sempre fenómenos de osmose e sincretismo que, modificando as partes em presença, contribuem também para as aproximar. Não admira, assim, que as formas religiosas e culturais «espontâneas» («populares»), sem abandonarem inteiramente as concepções religiosas fundamentais que herdaram de um passado remoto, assimilem concepções e símbolos da estrutura institucional de enquadramento e que esta, por transigência e acomodação que facilite a sua aceitação, aprenda a contemporizar com essa adesão parcial e condicional de boa parte do campo religioso (seguramente a sua quase totalidade).

Foi este processo secular que fez emergir os traços marcantes da denominada *religiosidade popular* portuguesa com o seu universo simbólico onde, num meio natural cheio de significados ancestrais (pedras fecundantes, grutas protectoras, águas santas), a aldeia natal aparece como «espaço fechado e segurizante» em face da montanha «refúgio de monstros»; onde a temporalidade religiosa e o trabalho agrícola, intimamente relacionados, se regem por ciclos de germinação (ou «morte colectiva»), de floração (ou «despertar»), de colheitas (e partilha); onde, para as populações do litoral, o mar assume a figura de uma mãe primordial que dá o sustento mas também ceifa as vidas; onde a igreja *matriz* é, para a comunidade local, um autêntico *eixo* do mundo que a liga à dimensão «sobrenatural»; onde a devoção pelas Senhoras locais, celebradas por volta de meados de Agosto, é evidência de uma arreigada expectativa pela protecção de uma grande presença maternal; onde a devoção por figuras de «homens santos» com existência histórica «só existe pela vontade dos seus fiéis e ele é o que a aldeia ou o grupo de fiéis quer que ele seja»; onde, enfim, existe uma generalizada crença na eficácia dos ritos verbais<sup>8</sup>.

A questão da dominante devoção mariana (na sua pluralidade nominal e local e, depois, nas formas devocionais mais abrangentes da Imaculada Conceição e da Senhora de Fátima) tem recebido a atenção de alguns estudiosos por aparentemente se tratar de um dos casos históricos mais significativos e bem sucedidos de osmose e sincretismo no campo religioso português entre crenças muito antigas e os símbolos cristãos veiculados pelos missionários e pelo clero<sup>9</sup>. As devoções dos indivíduos e das comunidades locais à Virgem e aos santos e a prática religiosa colectiva e ritualizada em torno dos sacramentos ministrados pelo clero foi o tipo de vivência religiosa dominante que acabou por persistir na sociedade portuguesa — como noutras — em resultado destas mútuas influências (tendendo tal vivência *devocional*, que as autoridades eclesiásticas procuravam controlar dentro de um marco de sacramentalidade oficial, a encontrar um equilíbrio cultural e a estabilizar, mesmo quando atravessado de algum recrudescimento de tensões, despoletadas pela introdução de novos elementos no conjunto — por exemplo, uma nova devoção popular ou uma reforma catequética implementada pelo clero).

Sobre as devoções em torno de «homens santos», quer elas se enquadrem

Ex-votos. Estátua do doutor Sousa Martins, Lisboa.

FOTO: JOSÉ MANUEL OLIVEIRA/ARQUIVO CÍRCULO DE LEITORES.



mais ou menos na estrutura simbólica veiculada pelo clero, há a dizer que são fenómenos religiosos de grande espontaneidade e criatividade e que, em geral, se mantêm de forma inorgânica — como um agregado de relações individualizadas entre o crente e o «santo», um género de individualismo religioso capaz de criar uma intimidade com o sobrenatural que explica provavelmente o seu sucesso histórico. De facto, o «santo» é «o depositário e representante histórico do sagrado» e tanto a sua imagem como o seu nome inspiram uma forte relação de afectividade no crente<sup>10</sup>. Aliás, o desenvolvimento de uma devoção como aquela que certo meio popular lisboeta ergueu à figura do médico filantropo José de Sousa Martins (1843-1897) lembra a força, que mesmo nos meios urbanos permanece, da arraigada tendência para projectar expectativas em figuras que ganharam a fama de possuir qualidades invulgares; mesmo que essa figura seja um médico de formação positivista como Sousa Martins, o que não impede que, ainda hoje, pessoas que o não conheceram adiram individualmente à devoção e façam dele um intercessor das suas expectativas<sup>11</sup>.

### *O compromisso religioso*

AS CONCEPÇÕES VEICULADAS PELA ESTRUTURA ECLESIASTICA de enquadramento não deixaram de ser marcadas pelo compromisso com tais formas arraigadas de religiosidade — o que foi comum em toda a Europa, nos processos de «conversão» (seria mais rigoroso dizer «adaptação») das antigas culturas

«pagãs» à religião cristã. Esse compromisso está também presente na literatura produzida no meio clerical, a qual tinha a óbvia função de legitimar e divulgar modelos de vivência religiosa e de forjar uma unidade cultural para o conjunto da sociedade, fazendo a ponte entre o universo *popular* e o *letrado* e clerical; a vertente letrada da devoção mariana ou o interesse pelo universo *maravilhoso* dos milagres nas *vidas de santos* atestam a apropriação desse compromisso cultural e religioso por parte da estrutura clerical e de autores leigos por ela influenciados.

E era esse caldo religioso de compromissos e adaptações que inspirava as formas de piedade duráveis e dominantes no universo religioso, como a que se pode colher na autobiografia de um advogado oitocentista quase desconhecido, José de Freitas Amorim Barbosa<sup>12</sup>, onde sobressaem a crença em milagres (normalmente curas de males físicos), em sonhos premonitórios (inspirados pela divindade protectora) e a devoção suprema à Virgem, tanto mais significativos quanto se trata de um leigo letrado: «Caí moribundo, e estive assim uns poucos de dias [...]. Mas estava a meu lado e à cabeceira da minha cama a imagem daquela que é a saúde dos enfermos, e a consoladora dos aflitos. [...] Esta Rainha dos Anjos, do Céu, e da Terra. Esta Mãe, e Protectora desvelada, e solícita do género humano! Esta Soberana Esposa de Deus [...] apareceu-me em sonhos [...]. Contemplou-me com olhar de piedade, por alguns instantes e desapareceu!»<sup>13</sup>

Enquanto o estudo desta *religiosidade* e das suas adaptações no espaço e no tempo requer a observação «no terreno» do campo religioso (permitida por testemunhos como este), as concepções teológicas e vivenciais propostas pela estrutura eclesiástica de enquadramento podem considerar-se reflectidas na *história literária* de temática religiosa, já que tais concepções se geraram e transmitiram a partir da reflexão escrita e, portanto, da cultura letrada<sup>14</sup>. Porém, o meio letrado, onde a reflexão e a especulação se desenvolviam, foi sempre propenso a gerar fenómenos de *diferenciação* religiosa mais perigosos para o equilíbrio deste compromisso geral enquadrado pela estrutura institucional da Igreja e pela actividade docente do seu clero. De facto, a escrita permite codificar e transmitir mais duradoura e seguramente novas expressões diferenciadas da expressão ou expressões dominantes no universo religioso (mesmo que a sua expansão esteja posteriormente condicionada pela existência de uma série de intermediários entre o restrito meio letrado e o amplo meio iletrado). Assim, no âmbito da cultura letrada sempre se verificaram tensões decorrentes da inevitável pluralidade: estão neste caso todas as formas identificáveis como gnosés especulativas e cuja permanente presença em Portugal está suficientemente atestada<sup>15</sup>. Aqui se incluem, além da astrologia, as influências de origem egípcia, neopitagórica, neoplatónica, druídica, súfica, da Cabala judaica e de certa mística cristã heterodoxa, e que se prestaram ao longo dos tempos a inúmeras reelaborações<sup>16</sup>.

QUANDO, NO PASSADO, FOI LEVADO A CABO um esforço político-religioso de uniformização do campo religioso, emergiram conseqüentemente dois tipos especializados de repressão: um para o nível da reflexão letrada (as formas de censura) e outro para o nível das práticas e comportamentos — esse esforço de uniformização significou também um monopólio do clero católico romano dentro do nível religioso da reflexão letrada.

A repressão surgiu, desde o período medieval, como uma forma de controlar a diferenciação religiosa mas não necessariamente de a suprimir (mesmo que isso fosse possível); no entanto, na época moderna (a partir dos séculos xv e xvi e sobretudo depois da crise do modelo europeu de cristandade com a divisão confessional entre católicos e protestantes), o paradigma da uniformização religiosa da sociedade tendeu a manipular crescentemente os instrumentos repressivos.

Durante a época moderna, a partir do século xv, o processo de construção burocrática do Estado em Portugal fez-se acompanhar de um esforço político de uniformização confessional da sociedade; tratou-se de uma tendência geral na Europa até à consolidação dos regimes absolutistas no século xviii e

## *Uniformização e repressão*

dentro da qual têm de ser entendidos os desenvolvimentos da Reforma protestante e da Contra-Reforma. Tal uniformização, que teve na Inquisição (estabelecida em Portugal por bulas de 1536 e 1539, a pedido da autoridade política) um instrumento importante, não se fez só contra «infiéis» (judeus, mouros) ou «hereges» (como protestantes), mas também, além de determinados comportamentos sexuais, contra as já referidas gnosés mágico-vulgares e especulativas — isto é, todas as gestões de expectativas e manifestações religiosas consideradas ilícitas e incompatíveis com a vivência religiosa defendida<sup>17</sup>. Esse ideal de uniformidade era tributário da concepção político-teológica dominante da sociedade como materialização visível e político-institucional do símbolo neotestamentário de «corpo místico de Cristo», como o demonstra, por exemplo, o articulado ideológico da acta das Cortes de 1641 — a apropriação desse símbolo foi comum nas sociedades cristãs do Ocidente, que se serviram da simbologia cristológica e eclesiológica neotestamentária para elaborar auto-interpretações da sua existência histórica e da sua legitimidade<sup>18</sup>.

Mas uma tal uniformização pelo clero católico romano e pela autoridade política tinha óbvios limites: no seguimento do movimento reformista do Concílio de Trento, as inovações gritantes como as originadas pela Reforma protestante ou a vivência religiosa diferenciada de grupos mais ou menos segregados (como judeus e muçulmanos) pôde ser suprimida, mas não as formas «espontâneas» da *religiosidade* popular, que a Igreja continuou a ter de aceitar e enquadrar.

Da mesma forma, entre os meios letrados, algumas heterodoxias latentes encontraram nichos de sobrevivência, como o demonstra a voga que tiveram, desde o século xvii, as famosas *Trovas* do sapateiro de Trancoso chamado Bandarra e a importante forma popularizada de gnose especulativa que inspirou (o sebastianismo): a linguagem cifrada e divinatória desse texto conseguiu captar a adesão de muitos indivíduos (como D. João de Castro e o padre António Vieira) e suportar um emergente messianismo político apelidado de «seita» por contemporâneos e estudiosos mais recentes<sup>19</sup>. Não deixa de ser sintomática a forma como a Inquisição, na época de maior vigor da crença sebastianista (que, na sua imagética, se conservava ligada aos símbolos cristãos), evitou um ataque frontal e contemporizou com a «seita»; por seu lado, o marquês de Pombal perseguiu algumas das suas manifestações menos pelo seu conteúdo simbólico ou religioso e mais por alegadas ligações a elementos da Companhia de Jesus (o *messias político* do sebastianismo podia, na verdade, ser projectado no monarca reinante mas também assumir um conteúdo contestatário, projectando-se em figuras mais ou menos definidas que apareciam como seus rivais).

Os instrumentos repressivos ao serviço do paradigma da uniformidade confessional revelaram-se incapazes de suprimir a diferenciação religiosa mas contribuíram para impedir que essa diferenciação se desenvolvesse organicamente e gerasse, no campo religioso, uma situação realmente plural.

### *Formas de equilíbrio*

PODE AINDA CONSIDERAR-SE QUE AS FORMAS inorgânicas assumidas pela diferenciação (sobretudo as gnosés mágico-vulgares e especulativas) contribuíram também para a estabilidade da solução de compromisso no campo religioso, ao satisfazerem em parte as expectativas dos indivíduos que não se reviam totalmente na expressão dominante, sem chegarem a pôr esta em causa — enfraquecidas perante o monopólio institucional da Igreja estabelecida, estas expressões diferenciadas sobreviviam melhor na procura de complementaridade e, ao mesmo tempo, diminuía a tensão no campo religioso dando vazão a expectativas existentes.

A estratégia político-eclesiástica de transformação do campo religioso em direcção ao paradigma da uniformidade tinha de saber, deste modo, manusear e dosear convenientemente os instrumentos repressivos. Assim, no campo religioso português, só alguns sectores do laicado mais ligados à cultura letrada puderam ser influenciados pelas novas formas de espiritualidade (e por importantes questões como a da comunhão frequente, da oração metódica ou

da confissão) e pelas reformas catequéticas inspiradas pelo catolicismo tridentino, mas larguíssimas faixas da sociedade continuaram (continuam) imersas noutras concepções religiosas de compromisso e de muito duvidosa ortodoxia — perturbar este estado de coisas, tentar alterá-lo, teria muitos riscos e custos para a estrutura eclesiástica e para a autoridade política, o que explica o sucesso histórico da via mais segura da contemporização.

Este campo religioso, atravessado por tensões sempre presentes e necessário de adaptações mútuas, pode, pois, ser visto como uma unidade funcional destes dois elementos diversos mas não antagónicos da *vivência devocional e sacramental* (que enquadrava a religiosidade dos povos e as crenças dos meios letrados) e da *cultura letrada clerical* (que enquadrava a actividade intelectual na sociedade) — e tal complexo religioso vivencial e cultural revelava elasticidade suficiente para suportar (e, em grande medida, integrar) fenómenos como as gnosés mágico-vulgares e especulativas que permaneceram sempre em campo.

Falar da hegemonia católica romana no universo religioso português implica ter presente esta tensa complexidade interna do universo dos fiéis — efectivos e nominais — da Igreja estabelecida.

## A DIFERENCIAÇÃO POSSÍVEL E A DIFÍCIL PLURALIDADE

O DESMORONAR DO ESTADO ABSOLUTO PORTUGUÊS e da ordem social do Antigo Regime nas primeiras décadas do século XIX — com as Invasões Francesas, o ambiente insurreccional e as guerras civis — deu lugar, a partir de 1834, a um processo de reconstrução política que foi acompanhado, no campo religioso, por um desinvestimento no paradigma da uniformidade em simultâneo com um relaxamento das medidas repressivas. De facto, a época contemporânea, se observada deste final de século XX, aparece como uma evolução em que, lentamente, no campo religioso português, a diferenciação religiosa pôde começar a tomar formas orgânicas; o criptojudáismo fora, desde o século XVI, uma forma latente de diferenciação quase orgânica e as lojas maçónicas, a partir do século XVIII, foram introduzindo essa organicidade de forma patente. Esta transformação não significou o desaparecimento súbito do paradigma da uniformidade confessional, até porque o Estado tinha necessidades que, até finais de Oitocentos, o tornavam dependente da estrutura institucional da Igreja estabelecida.

DURANTE QUASE TODO O SÉCULO XIX, a ausência de uma rede administrativa de funcionários e serviços burocráticos locais que desse unidade institucional à sociedade portuguesa motivou o estatuto de monopólio da Igreja Católica Romana nas constituições de então e a manutenção *de jure* da uniformidade confessional do país; além de uma preferência clara dos grupos sociais dominantes pela preservação de uma estrutura de reprodução moral e enquadramento religioso de uma população largamente aldeã e dispersa, um forte sentido prático fazia-os também perceber a utilidade de integrar no Estado a rede paroquial da Igreja. Esta era a única que, organizada hierarquicamente sob a autoridade dos bispos, cobria todo o reino até à mais isolada das aldeias; e os párocos eram os necessários mediadores entre as populações e o Estado.

NO ENTANTO, A ORDEM JURÍDICA LIBERAL que se consolidou na segunda metade de Oitocentos foi possibilitando uma lenta organização *de facto* da diferenciação religiosa em redes e grupos: esta organização escudava-se nos direitos individuais de consciência, associação e imprensa, reconhecidos pela nova ordem jurídica (a Carta Constitucional de 1826 reconheceu as liberdades de consciência e imprensa e o Código Civil de 1867 a liberdade de associação).

*O recuo da repressão*

*O papel político da Igreja Católica*

*O avanço da tolerância*

Assim, os grupos religiosos diferenciados que foram surgindo em Portugal desde o século XIX encontraram formas de acomodação nesta tolerância *de facto* — embora, como se verá adiante nos casos dos judeus e dos protestantes, não se pudessem constituir como pessoas jurídicas (não tendo existência legal nem sendo reconhecidos pelo Estado). Por outro lado, o crescimento da influência pública e política de um sector da opinião letrada e da intelectualidade crescentemente emancipado da cultura clerical (quando não mesmo afirmando-se «anticlerical») muito contribuiu para que, a partir das décadas de 1870 ou 1880, o paradigma da uniformidade religiosa corporizada na Igreja Católica Romana sofresse considerável desgaste e as minorias encontrassem alguma margem de manobra para as suas reivindicações.

Em 1874, no Porto, após insistência junto das autoridades locais, os casamentos celebrados na Igreja Metodista passaram a ser oficialmente reconhecidos desde que registados em escritura notarial; da mesma forma, foi sendo facilitado o sepultamento de protestantes em cemitérios públicos, sobretudo após a representação de 29 de Abril de 1880 às Cortes; ia-se formando assim «um conceito jurídico para a regulamentação do registo civil nos actos de súbditos portugueses não membros da comunhão católica romana»<sup>20</sup>.

Em 1878, o estabelecimento pelas Cortes, por decreto de 28 de Novembro, do registo civil de nascimentos, casamentos e óbitos para súbditos portugueses não-católicos romanos foi o reconhecimento óbvio, por parte dos legisladores, de uma situação nova que se pretendia integrar na vida civil: a vários indivíduos e famílias que se haviam excluído da norma da uniformidade confessional sancionada juridicamente era dada a possibilidade de efectuar esses registos nas câmaras municipais e não, como então acontecia, junto dos párocos (que eram funcionários públicos para o culto oficial mas também para a escrituração de registos ou de recrutamento militar, por exemplo).

Mas a diferenciação assim surgida e em geral tolerada não é sinónimo de pluralismo: usando uma linguagem de análise económica, este só existe quando algumas das *firmas* religiosas activas detêm uma parcela significativa do *mercado* religioso<sup>21</sup>. Ora, em Portugal, desde o século XIX, só a Igreja estabelecida deteve uma tal posição, estando o conjunto de todos os restantes grupos religiosos, salvo raras excepções (caso da Maçonaria), confinado a uma posição bastante minoritária e de muito pouca visibilidade social e histórica. Este facto explica que a generalidade desses grupos não tenha revelado uma participação directa e determinante nos principais processos de mudança na sociedade portuguesa contemporânea, pelo que podem ser considerados *marginais*.

### *Novos protagonismos e desmobilização da Igreja Católica*

A CONSIDERAÇÃO DA POSIÇÃO RELIGIOSA hegemónica da Igreja Católica Romana deve, entretanto, ser matizada por um importante factor: o indubitável aprofundamento, desde o século XIX, de uma diferenciação de crenças patente em ideologias que captaram sectores importantes da sociedade portuguesa e geraram formas de incompatibilidade mais ou menos agravadas com a vivência religiosa veiculada pela Igreja estabelecida (vivência essa relacionada com a evolução europeia do catolicismo romano e o influxo de novas tendências doutrinárias e devocionais no seu interior). É curioso notar que estes novos tipos de crença e mobilização social (como no caso da Maçonaria), mercê da subtil distinção entre o «religioso» e o «político» e de não serem então entendidos como fenómenos religiosos, estavam muito mais desimpedidos nas suas actividades de proselitismo e organização do que as redes e grupos que caíam dentro da noção corrente do «religioso» e do que a lei para ela prescrevia.

Esta emergência de novos protagonismos era ainda paralela de uma situação tradicional de «desmobilização» da Igreja Católica Romana, facto intimamente ligado à sua condição de confissão hegemónica que dificilmente consegue responder a todas as expectativas religiosas de cada um dos seus membros. De facto, o universo religioso de uma confissão numericamente dominante, como a católica romana em Portugal, é atravessado sempre por uma diferenciação interna motivada pela desmobilização e acomodação própria de grandes grupos, sobretudo em situação hegemónica. Os indivíduos,

pesando custos e benefícios (religiosos) da situação religiosa em que lhes é dado viver, investem muitas vezes numa diversificação de *bens* religiosos que diminua os riscos de não cumprimento das suas expectativas<sup>22</sup>; este tipo de raciocínios é comum em pessoas que, não rompendo com uma Igreja ou grupo religioso a que previamente pertenciam, procuram *compensações* em expressões religiosas diferentes, quando não teoricamente incompatíveis. Por outro lado, raramente a chamada «indiferença» religiosa significa outra coisa que o alheamento relativamente a uma expressão religiosa dominante; em geral, os indivíduos nessa situação estão simplesmente recorrendo a compensações. E estas sempre estiveram presentes no compósito de crenças de boa parte dos fiéis católicos romanos nominais — veja-se o caso do sebastianismo que, com a sua «crença messiânica em um salvador, que há-de remir a pátria e exaltá-la no domínio universal»<sup>23</sup>, pode ser encarado como uma forma historicamente muito relevante de compensação, com intensa e persistente presença no campo religioso português.

Assim, a hegemonia ou um quase monopólio do campo religioso por uma Igreja abrangente, e por isso desmobilizada e acomodada, aumenta em geral os incentivos ao *investimento* pelos indivíduos noutras expressões religiosas disponíveis e diminui os seus custos: daí a persistência e transposição para os meios urbanos menos vinculados à socialização tradicional e ao enquadramento eclesiástico, das formas inorgânicas das gnosés mágico-vulgares e especulativas ou das devoções.

A IGREJA HEGEMÓNICA TENTOU, sobretudo a partir do Concílio Plenário Português de 1926, um modelo de mobilização, corporizado na Acção Católica (1933-1974), que pretendia, no fundo, diminuir essa margem da indiferença e dos sectores sociais dela desvinculados (tal projecto dito de «re Cristianização» ou «reconquista», passava pela intensificação da interacção clero/laicado e por um grande esforço de divulgação do modelo de vivência proposto pela estrutura eclesiástica); mas, apesar de esse esforço ter provavelmente melhorado a eficácia do funcionamento orgânico da estrutura eclesiástica, é patente que

▽ D. Manuel II na procissão do Corpo de Deus, 1908, Lisboa, revista *Ilustração Portuguesa*, n.º 123, 29.6.1908. O último Bragança veste a capa da tradição da uniformidade religiosa católica romana que a monarquia constitucional quis manter; mas, no princípio do século xx, Portugal era um campo onde se digladiavam já crenças e ideologias que disputavam à Igreja estabelecida a fidelidade das elites e das massas populares.

*Resposta tardia  
da Igreja Católica*



não conseguiu «reconquistar» as margens sociais referidas nem evitar que a participação dada no seu seio ao laicado não acentuasse a diferenciação crescente dentro da própria Igreja Católica<sup>24</sup>. Tais resultados deram-se numa época em que, após cerca de 100 anos de liberalismo, a diferenciação religiosa na sociedade portuguesa já avançara suficientemente para tornar extremamente difícil uma tal regressão ao modelo da uniformidade — sobretudo se essa uniformidade pretendesse ser construída apenas a partir das estruturas eclesíásticas e sem o apoio da coerção do Estado.

### *Outros reflexos*

É TAMBÉM INTERESSANTE NOTAR que o recuo da capacidade de enquadramento e controlo clerical do fenómeno religioso na época contemporânea acabou por ter efeitos junto da própria *religiosidade popular*. De facto, o ambiente geral de secularização do campo religioso facilitou uma maior introdução de elementos «profanos» em muitas festas e romarias populares que o clero tentara tradicionalmente «sacralizar», dirigir e orientar. Tal tendência de fundo e as estratégias de resposta da parte do clero permitem falar-se, neste âmbito da piedade popular, de um «modelo de secularização» em concorrência com um «modelo de clericalização»<sup>25</sup>. Noutros casos, como a devoção em torno da chamada «Santa da Ladeira» (Torres Novas) — vidente e suposta portadora de *stigmata*, rejeitada pela Igreja Romana, ligou-se a uma Igreja que reclama uma identidade cristã ortodoxa —, a mesma *religiosidade popular* pode adaptar-se a novas lideranças religiosas e realidades eclesiais concorrentes da Igreja hegemónica e do seu clero. Ambos os casos podem considerar-se fenómenos de diferenciação dentro do universo religioso e tornam patente que o ambiente de secularização gera dinâmicas desse tipo também no âmbito da *religiosidade popular*.

### *Controlo pelo Estado*

DE QUALQUER MODO, A TOLERÂNCIA que permitiu o avanço da diferenciação religiosa em Portugal não deve ofuscar os obstáculos que dificultaram o seu aprofundamento e a evolução do campo religioso português para uma pluralidade efectiva; a relação entre o grau de pluralismo e o grau de regulação do *mercado* religioso é para este efeito importante. Sendo que os grupos religiosos emergem de equilíbrios entre as expectativas e bens religiosos de vários indivíduos, nem sempre os estados entenderam dever deixar a esse processo a livre estruturação do campo religioso, regulando-o ou mesmo monopolizando-o.

Em Portugal, entre 1822 e 1911 (período da monarquia constitucional e da uniformidade confessional *de jure*), não sendo rigoroso falar-se de uma situação de monopólio, pode considerar-se ter vigorado um modelo de patrocínio político e económico à Igreja Católica Romana: o clero era mantido pelo aparelho fiscal do Estado e tinha estatuto de funcionalismo público. Em termos de *mercado* religioso, a hegemonia católica romana era subsidiada pela autoridade política, ao contrário do que acontecia com os outros grupos religiosos.

A partir de 1911, com a separação do Estado e da Igreja (*desestabelecimento*) e o fim deste patrocínio económico, entrou-se num período, que vem até à actualidade, de igualdade *de jure* de todos os grupos religiosos; porém, esta igualdade fez-se acompanhar de uma prática de sujeição do campo religioso à discricionariedade das «autorizações administrativas» para estabelecimento de congregações locais, abertura de escolas e seminários e desenvolvimento de actividades de proselitismo — deste modo, persistiu em Portugal aquilo que pode ser considerada uma forma de clara *regulação* do *mercado* religioso (a «regulação administrativa», em último caso dependente de decisões casuísticas do poder executivo).

Não se pode esquecer que a regulamentação afectava também a própria Igreja Católica Romana, não só através dos mecanismos do beneplácito régio, mas da legislação anticongreganista que vigorou entre 1834 e 1901 e novamente entre 1910 e os últimos anos da década de 1920: as ordens religiosas católicas romanas, nesses períodos de proibição ou forte limitação das suas actividades em Portugal, estiveram em condições parecidas com as de outros grupos reli-

giosos. De facto, mostravam-se dependentes de meios e missionários estrangeiros, encontrando formas engenhosas de ultrapassar as barreiras legais, ou vivendo experiências de clandestinidade<sup>26</sup>; a lei de 18 de Abril de 1901, que permitiu o reconhecimento de algumas instituições ligadas a ordens religiosas, continuava a sujeitá-las a autorizações casuísticas das autoridades (situação que a Concordata de 1940 alterou, dando, nesse campo, grandes facilidades à Igreja hegemónica). Esta realidade teve consequências importantes, quer para a limitada diferenciação interna no catolicismo romano enquanto confissão, quer para o padrão dominante de vivência religiosa nele enquadrado.

Durante a I República (1910-1926), como ficou patente nas disposições da Lei de Separação de 1911, o Estado não desistiu de um forte protagonismo regulamentador da realidade religiosa e, com o advento da ditadura militar (1926-1933) e do Estado Novo (1933-1974), as práticas discricionárias exercidas a coberto da «regulação administrativa» puderam intensificar-se contra os grupos vistos pelo poder executivo como concorrentes perigosos da nova uniformidade ideológica e política que se pretendia consolidar (em graus diferentes de repressão, desde a Maçonaria e o PCP até aos espíritas, Testemunhas de Jeová e bahá'ís).



Jovens do Exército de Salvação. Alguns grupos religiosos «minoritários», sobretudo os mais antigos e dedicados a actividades caritativas, ganham com maior facilidade um estatuto de reconhecimento público e respeitabilidade, mas é relativamente aos grupos mais controversos que o discurso dominante da tolerância revela mais vezes a sua fragilidade.

*Barreiras à diferenciação*

EM 1971, O DEPUTADO Francisco Sá Carneiro teve a iniciativa de preparar uma proposta de lei de liberdade religiosa (a que estava associada toda a chamada *ala liberal* da Assembleia Nacional), para o que encetou contactos com vários grupos religiosos, vindo a apresentar um projecto arrojado (que acolhia praticamente todas as sugestões feitas, por exemplo, pelos adventistas) cujo texto veio a ser bastante depurado na Assembleia, resultando na mais modesta Lei n.º 4/71 de 21 de Agosto, a qual, de qualquer modo, criou condições para o regime discricionário ser substituído: os grupos religiosos passaram a poder organizar-se e legalizar-se automaticamente como associações de cidadãos e era reconhecido o direito à «prática comunitária do culto» sem autorização administrativa. Porém, até 1974, a nova lei teve poucos efeitos práticos já que se manteve um clima de suspeição entre o Estado e muitos dos grupos religiosos, vindo as suas disposições a efectivar-se plenamente apenas depois do 25 de Abril e a consolidar-se com a nova ordem constitucional inaugurada em 1976; mas, assim sendo, Portugal foi um *mercado* religioso muito regulado até meados da década de 70 deste século.

A este facto, que colocou durante muito tempo a sociedade civil sob um controlo administrativo efectivo, juntava-se entretanto uma outra importante característica da sociedade portuguesa: a generalizada dificuldade de acumulação e alocação de recursos pelos interesses privados, sendo que as grandes formações sociais e empresariais vingam ou em parcerias com o Estado ou beneficiando, por favor deste, da alocação de recursos pela máquina estatal (vejam-se as limitações de expansão e influência de escolas ou colectividades fundadas por protestantes, republicanos, etc.). Assim, a sociedade civil portuguesa é, ao longo da época contemporânea, muito dependente do Estado e só consegue suportar por si mesma — com recursos privados — pequenas formações sociais e empresariais (mesmo no campo religioso). A consolidação das redes e grupos religiosos, o seu crescimento e multiplicação, foram assim muito afectados pela fraqueza e dependência da sociedade civil em Portugal, o que explica quer o carácter muito minoritário das formas orgânicas de diferenciação quer a maior viabilidade das formas inorgânicas.

Esta realidade, que favorece uma uniformidade cultural e religiosa, nunca foi seriamente posta em causa nos dois últimos séculos: quando o paradigma da uniformidade religiosa corporizada na Igreja Católica Romana se desgastou, o ideal da sociabilidade cívica e laica do republicanismo manteve uma preferência de fundo por uma uniformidade social e cultural e o Estado Novo, como se tentará demonstrar mais adiante, simplesmente integrou nessa preferência o elemento católico romano, recuperando-o para a concepção organicista e nacionalista que comungava com os laicistas. A situação modificou-se substancialmente desde os meados da década de 70, e a integração de Portugal num amplo espaço jurídico e económico europeu parece estar a consolidar essa mudança.

*Processo de diferenciação*

SE, APESAR DESTA SITUAÇÃO DESFAVORÁVEL, apareceram em Portugal desde o século XIX grupos religiosos diferenciados e estruturados, quais foram os processos que o permitiram?

Desde logo, há a observar que o ímpeto dessa diferenciação organizada veio de fora da sociedade portuguesa. Uma parte dos grupos diferenciados aparece ligada a famílias imigrantes que se estabelecem em Portugal — é o caso, no século XIX, da nova comunidade judaica portuguesa e, no século XX, das comunidades islâmica e hindu. No caso dos grupos protestantes, o ponto de partida decisivo foi a presença de famílias de diplomatas e comerciantes (sobretudo britânicos) nas regiões de Lisboa e da foz do Douro, com as suas capelanias autorizadas pelo governo. A transformação em congregações dos pequenos grupos de fiéis ligados a essas famílias estrangeiras, bem como a sua posterior multiplicação, revelou-se extremamente dependente, quase até à actualidade, de ajudas financeiras, logísticas e humanas de sociedades missionárias sedeadas noutros países. O caso da imigração funcionou, em boa medida, como uma mera implantação, em espaços da sociedade portuguesa, de famílias religiosamente diferenciadas; é, pois, um processo onde não estão en-

volvidos, para os próprios, grandes riscos e que, à partida, não representa uma desestabilização da situação religiosa dominante. Por seu lado, o caso mais ligado à origem dos grupos protestantes — em que portugueses «nativos» começaram a juntar-se a outros pequenos grupos religiosamente diferenciados — revela não só a incapacidade de *investimento* autónomo na constituição de grupos diferenciados mas também a percepção dessa operação como comportando grandes riscos (sociais, religiosos) para o crente. E esses riscos diminuam substancialmente se o mesmo crente tivesse apenas de decidir juntar-se a um grupo já constituído.

Deste modo, numa sociedade com tão pouca propensão para gerar por si mesma a diferenciação e a pluralidade religiosas, a presença de imigrantes e sobretudo de estrangeiros radicados ou de passagem funcionou como um indispensável ponto de partida e apoio para a formação de grupos religiosamente diferenciados. Os séculos XIX e XX em Portugal são, assim, um período de avanço e consolidação da diferenciação que só muito recentemente está a transformar o universo religioso numa realidade autenticamente plural.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Termo usado por ELIADE — *O sagrado e o profano*.
- <sup>2</sup> ESPÍRITO SANTO — *A religião popular*, p. 18.
- <sup>3</sup> FERREIRA — *Preleções filosóficas*, sobretudo I e VI.
- <sup>4</sup> MOREIRA — *Vidas convergentes*, p. 124.
- <sup>5</sup> ITURRA — *A religião*.
- <sup>6</sup> ELIADE — *O sagrado e o profano*.
- <sup>7</sup> Ver POMBO — *As artes divinatórias*.
- <sup>8</sup> ESPÍRITO SANTO — *A religião popular*.
- <sup>9</sup> COSTA — *Da serpente à Imaculada*; ESPÍRITO SANTO — *A religião popular*.
- <sup>10</sup> SANCHIS — *Arraial*, p. 41.
- <sup>11</sup> PAIS — *Sousa Martins*.
- <sup>12</sup> BARBOSA — *A minha vida*, sobretudo p. 169-183.
- <sup>13</sup> *Ibidem*, p. 164-165.
- <sup>14</sup> Para um levantamento comentado da literatura religiosa portuguesa, MATTOSO — Portugal.
- <sup>15</sup> Veja-se a prospecção apresentada, para os séculos XVII e XVIII, por CAPELO — *Profetismo e esoterismo*.
- <sup>16</sup> NOLDING — *Influência gnóstica*, p. 91-136, propõe um esboço destas mútuas influências.
- <sup>17</sup> Tal tendência repressiva contra «sortilagos, feiticeiros, adivinhadores, encantadores e blasfemadores» era ensaiada desde o período medieval (ARAÚJO — *Magia, demónio*, p. 45-60, historia essa repressão em Portugal desde o século XIV até ao século XVIII).
- <sup>18</sup> VOEGELIN — *A nova ciência*, p. 41-43.
- <sup>19</sup> AZEVEDO — *A evolução do sebastianismo*.
- <sup>20</sup> MOREIRA — *Vidas convergentes*, p. 321.
- <sup>21</sup> BAINBRIDGE — *The sociology of religious*, p. 351.
- <sup>22</sup> IANACCONE — *Rational choice*, p. 37.
- <sup>23</sup> AZEVEDO — *A evolução do sebastianismo*, p. 7.
- <sup>24</sup> FONTES — *A Acção Católica*, p. 62-70 e 92-99.
- <sup>25</sup> COSTA — *As tendências*.
- <sup>26</sup> Veja-se, por exemplo, MOURA — *As Doroteias em Portugal*.



# A transformação do campo religioso português

Luís Aguiar Santos

## A SECULARIZAÇÃO DAS ELITES E SEUS EFEITOS

O PROCESSO DE *SECULARIZAÇÃO* não pode ser visto como sinónimo de recuo das concepções religiosas — que nunca somem da realidade humana — mas como uma reformulação da relação dos indivíduos com o fenómeno religioso.

Ora, a procura por determinados indivíduos com acesso à cultura letrada de grupos alternativos de sociabilidade não enquadrados pela estrutura clerical da Igreja hegemónica e, para mais, dotados de simbologia e ritos próprios, não pode deixar de ser considerado muito relevante para a análise do campo religioso português dos séculos XIX e XX. Essa procura foi o que originou, desde o século XVIII, o aparecimento e crescimento das lojas maçónicas em Portugal, as quais foram um dos primeiros grupos diferenciados a estabelecerem-se no campo religioso português.

A inclusão das lojas maçónicas na análise do fenómeno religioso contemporâneo, tal como de alguns movimentos políticos especulativos ou voluntaristas, resulta do facto de se considerar tratar-se de redes ou grupos (quando não de autênticas igrejas) que, independentemente do seu discurso sobre o religioso ou um Deus pessoal (que não é *sine qua non* da atitude religiosa), podem ser interpretados à luz do modelo conceptual adoptado, porque gerem um plano de expectativas (que são sempre «sobrenaturais») e se exprimem numa linguagem de símbolos (que pode ou não chegar a materializar-se em ritos). Para boa parte dos membros das lojas maçónicas, a adesão não significava uma ruptura com a situação religiosa anterior (comunhão com a Igreja estabelecida) mas uma forma típica de compensação; porém, a necessidade sentida por esses homens de investirem nessa forma de compensação é sintomática de uma insatisfação (por mais parcial que fosse) com a resposta da vivência religiosa dominante às suas expectativas. E, ao criarem grupos bem sucedidos de sociabilidade fora da estrutura eclesiástica, as lojas maçónicas foram um importante elemento iniciador do processo de *secularização* do campo religioso português.

A secularização era uma consequência necessária do acesso crescente, durante toda a época moderna, de certos leigos (não clérigos) das sociedades europeias à cultura letrada e da sua insatisfação com a proeminência cultural e a autoridade docente do clero: não se tratava, porém, de uma evolução «anti-religiosa» mas de uma reformulação, da parte de certos «leigos», da sua relação com o religioso, que se traduzia numa contestação ou concorrência com as funções culturais e docentes do clero. Ora, na época contemporânea, a Maçonaria teve um papel muito importante na evolução do processo de secularização que acompanhou o estabelecimento da ordem jurídica liberal e do crescimento posterior de um movimento favorável à laicização.

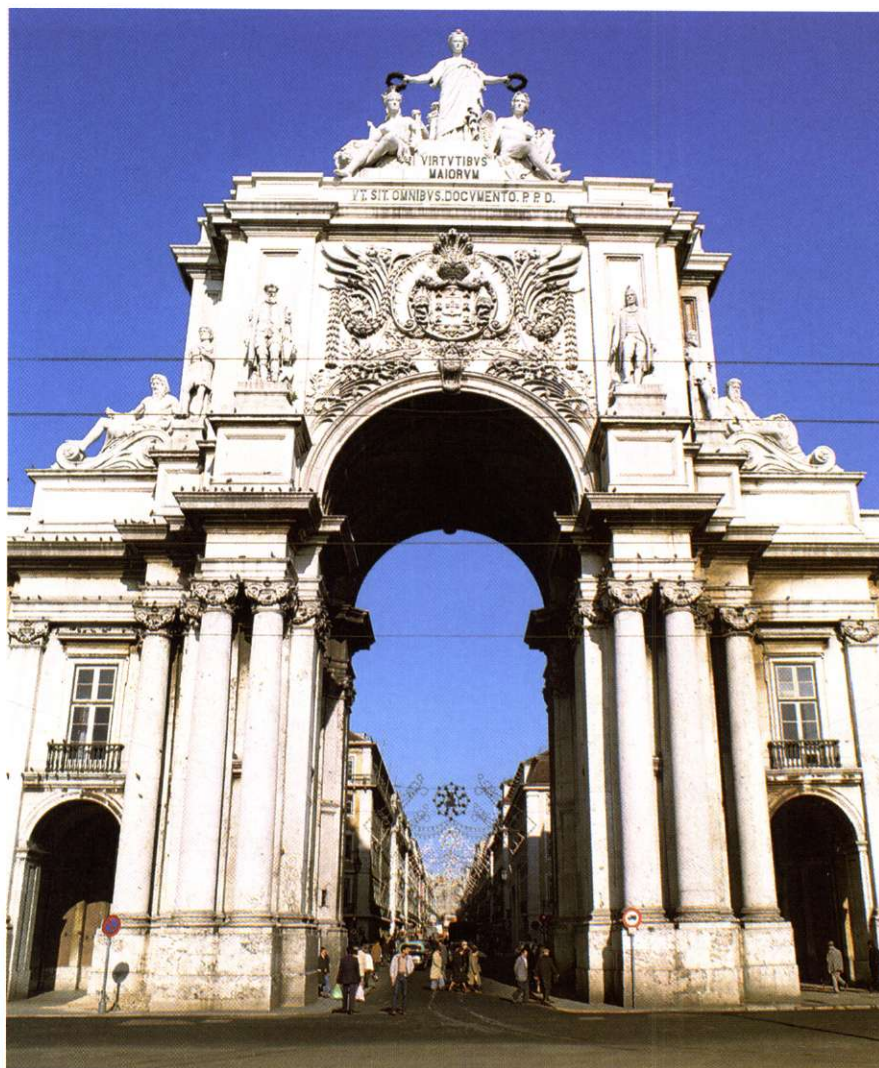
A INSTALAÇÃO DA PRIMEIRA LOJA MAÇÓNICA em Portugal, por volta de 1727, ocorreu no início do período setecentista de fermentação intelectual e de intensificação da procura e venda de livros no país, explicável pela disseminação da vontade de acesso à cultura letrada operada pela relativa prosperidade económica e ascensão de alguns estratos sociais por ela favorecidos.

Uma fonte como a *Gazeta de Lisboa*, nos seus primeiros anos de publicação (desde 1715), dá conta da inequívoca existência de um mercado livreiro,

### *Secularização e Maçonaria*

◁ Os pastores metodistas Albert Aspey e Francisco Abel Lopes dirigem um serviço religioso em Valdozende (Gerês) em 1971. No seguimento de um conflito com o pároco local, a cuja resolução o arcebispo de Braga não acedeu, a comunidade decidiu passar-se «de armas e bagagens» para a Igreja Metodista, onde ainda hoje se mantém; apesar de raro, tratou-se de um caso que pôs a nu a plasticidade e as possibilidades de recomposição da fidelidade religiosa numa sociedade crescentemente plural.

### *Contexto histórico*



Fachada do Arco da Rua Augusta, Lisboa. A lenta construção de uma autoridade administrativa e centralizada do Estado foi permitindo a secundarização do papel social e unificador da Igreja estabelecida, nessas condições, a secularização de determinadas elites foi sendo tolerada desde o século XVIII ao sabor das conveniências do Estado, e consolidou-se durante o século XIX.

FOTO: JORGE BARROS/ARQUIVO CÍRCULO DE LEITORES.

no qual, a par de obras «técnicas» de medicina ou armas de fogo, se nota a preponderância de obras espirituais de clérigos, sobretudo portugueses e espanhóis. A fundação da Academia Real da História (1720), onde figuravam leigos eminentes, é ainda demonstrativa do enorme peso do clero na cultura letrada de então e foi uma primeira tentativa de enquadramento e subsídio económico do poder político sobre essa cultura letrada em expansão (as academias tinham vindo a surgir em Portugal desde finais do século XVII com o patrocínio de alguns nobres e clérigos, continuando algumas a existir no século XVIII).

As reformas pombalinas da universidade e do ensino das chamadas «escolas menores» (sobretudo de mestres de «ler, escrever e contar») — cuja procura também crescia nas várias localidades do país — podem ser entendidas como um esforço de enquadramento desta expansão da cultura letrada pelo aparelho estatal, que optimizava então o funcionamento integrado das suas várias componentes institucionais (nas quais se incluíam importantes órgãos eclesiais, como a Inquisição, que a Coroa pretendia tutelar). A expulsão da Companhia de Jesus pelo Marquês em 1759, bem como a extinção da Universidade de Évora (mantida pelos Jesuítas desde o século XVI) e a reforma que se quis então impor ao ensino superior (combatendo a influência do «abominável» Aristóteles), foram sinais evidentes da forma como o *pombalismo* foi, em boa medida, uma tentativa de submeter as elites, desta vez rigidamente, ao paradigma da uniformidade. A filosofia aristotélico-escolás-

tica que fora sempre a dominante em Portugal e que os Conimbricenses (jesuítas) haviam cimentado, convivia já no século XVIII com a influência crescente da corrente da chamada «filosofia moderna» assente no escotismo e no nominalismo, e aberta às ciências experimentais tal como teorizadas por Descartes e Newton; esta segunda corrente é a que virá a inspirar as reformas políticas, jurídicas e pedagógicas do marquês de Pombal, impondo-se à primeira, e da qual derivarão também os teóricos nacionais do despotismo esclarecido.

Criada pelo marquês de Pombal em 1768, a Real Mesa Censória introduziu, por seu lado, um controlo mais sistemático do mercado cultural letrado português, velando em nome da Coroa pelo padrão de exigência quanto ao conteúdo das obras impressas, previamente examinado: a própria instalação de impressoras e a venda de livros estava sujeita a autorizações casuísticas da Coroa. O crescimento deste mercado, no século XVIII, foi acompanhado pelo paralelo esforço regulador do Estado, de modo que esta evolução não pusesse em causa uma ordem social que tinha fundamento na uniformidade religiosa e confessional do reino. Estas tendências mantiveram-se nas décadas finais do Antigo Regime, com as academias fundadas no reinado de D. Maria I (como a Real Academia das Ciências em 1779) e abriram a cultura letrada a novos campos de estudo, não especificamente cronísticos ou teológicos, nos quais vários autores leigos se destacaram (o que está patente, nomeadamente, nos volumes das *Memórias económicas* e das *Memórias de literatura portuguesa* da Academia).

Foi neste contexto que as lojas maçónicas conseguiram conquistar adeptos em Portugal depois de um mação escocês estabelecido em Lisboa, de apelido Gordon, ter fundado a primeira loja: nessa fase inicial, dado todo o peso da comunhão confessional na sociedade portuguesa, católicos romanos e protestantes estavam separados, cada grupo juntando-se numa loja distinta.

Esta Maçonaria designa-se normalmente «especulativa», para se distinguir das suas origens nas sociedades secretas, originadas nas antigas corporações profissionais medievais, que nalguns pontos da Europa pretendiam manter segredos de construção (daí o termo *Maçonaria*, que se tornou simbólico na fase «especulativa» posterior, originada pela criação da Grande Loja de Inglaterra em 1717); com a obra *The Constitutions of the Free-Masons* (1723) do pastor presbiteriano e mação James Anderson (1684-1739), encomendada pelo grão-mestre da Grande Loja de Londres dois anos antes, a moderna Maçonaria «especulativa» passou a proclamar os ideais da tolerância religiosa e política

Alto Grau da Maçonaria Negra (à esquerda). Soberano Grande Inspector-Geral, Grau 33 (ao centro) e Aprendiz, Mação de Grau I.

FOTOS: ARQUIVO CÍRCULO DE LEITORES.



(claramente contra o ideal de uniformidade confessional mantido pelos estados europeus), da entreajuda dos seus adeptos e da sua iluminação individual por estes ideais — tal expressão ideológica podia basear-se em atitudes na linha evangélica da *Carta sobre a tolerância* (1689) de John Locke mas também assumir a forma de um elogio da racionalidade (ou da razão, como outros preferiram) contraposta ao domínio dos «preconceitos» (o que gerava uma antropologia de diferenciação e de aperfeiçoamento dos *iluminados* ou iniciados). Esta característica não-confessional da Maçonaria, patente na expressão usada para nomear Deus («Supremo Arquitecto do Universo»), chocou com a confessionalidade da generalidade dos estados europeus da época e evoluiu posteriormente para uma diferenciação entre a chamada Maçonaria *regular* (de origem anglo-saxónica, que, mantendo o princípio não-confessional, requer a necessidade da crença num Deus único à maneira das religiões monoteístas) e a chamada *irregular* (de origem continental, que abrange deístas, teístas, panteístas e ateus) — a ideia de *regularidade*, e portanto de uma norma baseada numa tradição única, foi e é motivo de discórdia no campo maçónico<sup>1</sup>. Paralelamente, a Maçonaria «especulativa» desenvolveu e manteve toda uma série coerente de ritos (uma liturgia) em que pretendeu substanciar a experiência espiritual e integradora que facultava aos seus membros e era o conteúdo da sua expressão religiosa própria — de tal liturgia faziam parte ritos de recepção de adeptos e passagem destes a novos graus «de sabedoria», banquetes com brindes rituais, etc., como o demonstram as compilações litúrgicas para o Grande Oriente Lusitano Unido do *Imão* Matos Ferreira do início do século xx<sup>2</sup>.

### As «nações» estrangeiras

EM PORTUGAL, ENQUANTO GRUPOS DIFERENCIADOS da Igreja hegemónica, estas lojas começaram por ser fenómenos próprios e internos das «nações» estrangeiras sedeadas no reino, isto é, grupos de estrangeiros que se reuniam enquanto tal e não sujeitos à disciplina religiosa a que estavam obrigados os súbditos portugueses (a presença destas «nações», reconhecidas pela Coroa, era relevante sobretudo nas principais praças comerciais, Lisboa e Porto — a Coroa autorizou também, nos últimos reinados do Antigo Regime, que estas «nações» mantivessem capelanias próprias, mesmo que não fossem católicas romanas, como a anglicana, a presbiteriana escocesa ou a luterana alemã).

A adesão de alguns súbditos portugueses às lojas assim já constituídas pelos «hereges mercadores» (como lhes chamou então a Inquisição), facilitada normalmente pelas relações de sociabilidade com esses estrangeiros radicados ou em trânsito, permitiu percursos pessoais de diferenciação religiosa que de outro modo teriam sido muito mais arriscados — e provavelmente nem chegariam a desenvolver-se. Um inquérito levado a cabo pela Inquisição, em Julho de 1738, revelou ser a loja maçónica «católica» constituída por indivíduos de origem irlandesa e ter actividades «recreativas e instrutivas», tendo a maioria já então tomado a iniciativa de a dissolver depois de conhecida a interdição pontifical sobre pertença a lojas maçónicas — uma parte destes, porém, passou a integrar a loja «protestante». A esta última, aparentemente, era apenas exigido pelas autoridades que não aceitasse membros portugueses — o que ela terá acatado, tendo em conta o caso conhecido de D. Manuel de Sousa, senhor do Calhariz e capitão da guarda real, que pretendia aí ser aceite e ao qual a loja, para o dissuadir desse intento, exigiu autorização explícita do rei e uma quantia em dinheiro<sup>3</sup>.

### Consolidação maçónica

ESTES DADOS EVIDENCIAM que os primeiros maçons em Portugal, além da sua origem estrangeira, estavam menos interessados em fazer prosélitos e mais preocupados em não criar conflitos com o poder político. Apesar disto, em 1744, em dois autos-de-fé, foram condenados à prisão e às galés quatro maçons, dos quais um abjurou e os restantes foram resgatados pelas autoridades britânicas.

Sob o governo do marquês de Pombal não se verificaram processos contra maçons na Inquisição e na Intendência de Polícia. Neste período pomba-

lino, a presença do conde Wilhelm zu Schaumburg-Lippe em Portugal (1762-1764) como reformador do Exército real deu um novo ímpeto à Maçonaria, uma vez que a introduziu numa das mais importantes elites que então se estruturava, a militar — mas outras franjas importantes da sociedade particularmente expostas aos contactos com estrangeiros (nobres, diplomatas e comerciantes) aderiram às lojas maçónicas, aproveitando a tolerância do marquês; uma excepção, a da perseguição levada a cabo pelo capitão-geral da Madeira em 1770 contra os maçons locais, parece ter-se devido a razões pessoais. O reinado de D. José I terá sido o período que marcou a adesão irreversível de um sector das elites portuguesas à Maçonaria e mesmo o acesso ao trono de D. Maria I (com a acção antimaçónica do intendente Pina Manique) não alterou muito a situação: uma nova perseguição no Funchal, em 1792, levou o poder central a pedir moderação ao bispo e às autoridades locais.

Em 1801 existiam já em Lisboa cinco lojas (13 em 1810) e em 1804 foi fundado o Grande Oriente Lusitano, o primeiro esforço de unidade orgânica e de autonomia da Maçonaria em Portugal. A origem deste Oriente esteve ligada à loja Regeneração, fundada em 1797, e deu-se depois de ter sido serenada, em casa do general Gomes Freire de Andrade e em reunião presidida pelo abade Monteiro, a desavença de 1801 entre lojas do Porto e Lisboa: nesse ano de 1801, perante uma perseguição movida por Pina Manique, várias personalidades ligadas à Maçonaria portuguesa (Hipólito José da Costa Furtado de Mendonça e os abades Monteiro e José Ferrão de Mendonça e Sousa) pediram ao então ministro da fazenda D. Rodrigo de Sousa Coutinho que intervisse; este, curiosamente, afirmou então não ser a Maçonaria contrária ao trono e conseguiu moderar as limitações postas à sua liberdade, embora aconselhasse prudência.

O primeiro grão-mestre da Maçonaria portuguesa, tornada autónoma desde 1804, foi Sebastião José de Sampaio (que tinha o nome simbólico de Egas Moniz) mas essa autonomização, feita a coberto da londrina Grande Loja dos Antigos e através do duque de Sussex, não chegou nunca a obter a regularização formal pela Grande Loja de Londres, que para isso exigia o prévio reconhecimento do governo português; assim, a regularização da Maçonaria portuguesa nunca chegou a dar-se<sup>4</sup>.

Algumas décadas antes e pretendendo evitar o avanço da secularização da sociedade por acção destas novas formas de sociabilidade que escapavam à estrutura eclesiástica e à tutela clerical, os papas Clemente XIII e Bento XIV, em 1738 e 1751, haviam proibido aos crentes a participação em reuniões maçónicas. A capacidade de sobrevivência — e de tolerância pela Coroa — da Maçonaria portuguesa durante o Antigo Regime só é explicável quer pela sua ligação à imunidade de que gozavam as «nações» estrangeiras (sobretudo a britânica) quer pela pertença às lojas de figuras de grande influência política junto do poder, como por exemplo o conde da Barca, António de Araújo de Azevedo, que integrava o ministério que antecedeu a partida da corte para o Brasil em 1807. A carta de lei de 17 de Dezembro de 1794, já sob a pressão da situação internacional posterior à revolução em França, mostra entretanto que a Coroa se mantinha firme na repressão de ideias e indivíduos que ameaçassem quer a legitimidade do poder estabelecido quer a uniformidade confessional do reino, exigindo da Maçonaria um papel discreto e sendo óbvio que algumas personalidades importantes da corte aceitavam as lojas, acreditavam na sua fidelidade à Coroa e estavam mesmo prontas a protegê-las. Ao mesmo tempo, as medidas repressivas não impediam a circulação de obras estrangeiras proibidas, já que, segundo o então intendente Pina Manique, eram «alguns dos ministros do corpo diplomático [...] quem tem a facilidade de espalhar no público estes livros ímpios e sediciosos»<sup>5</sup> — tal constatação permite ver nas relações de alguns súbditos portugueses com as «nações» estrangeiras, fortalecidas pela sociabilidade maçónica, um forte elemento de resistência à acção da censura estatal e à uniformidade confessional pretendida, sobretudo no seio dos grupos sociais mais activos e influentes, as elites aristocrática, administrativa, militar e comercial.



Emblema do Grande Oriente Lusitano Unido, in *Portugal Misterioso*, 1998. Ora unida, ora separada, na Maçonaria se fez e desfez a teia de compromissos em que assentou a Monarquia Constitucional, burguesa e nominalmente católica. Durante o século XIX, as lojas maçónicas foram o mais importante instrumento de sociabilidade das elites portuguesas, permitindo-lhes, sobretudo nos momentos de crise, agir com autonomia face ao Estado e à Igreja.

A Maçonaria estava, assim, no centro dos jogos políticos da corte no final do Antigo Regime, tendo inimigos e aliados junto do poder. Não admira que os receios causados pelo ambiente de instabilidade europeia, contemporânea das guerras da Revolução e do Império, fossem explorados no sentido de levantar dúvidas sobre a fidelidade dos membros das lojas à dinastia e à hierarquia eclesiástica; no entanto, tudo leva a crer que tais dúvidas não tivessem fundamento.

As lojas maçónicas permitiam aos seus membros tecer outras relações sociais, nas quais o debate e a especulação filosófica — procurados por si como meios de expressão e satisfação das suas *expectativas* pessoais — funcionavam como elemento agregador destas *redes* de contactos pessoais e cumplicidade que, ao integrarem-se ou darem origem a uma loja, se tornavam *grupos* diferenciados. Mas tal diferenciação, no período anterior às Invasões Francesas, não ia aparentemente ao ponto de desenvolver uma relação de tensão com a ordem político-religiosa estabelecida, até porque as lojas recrutavam boa parte dos seus membros entre as elites próximas dos centros de poder, incluindo clérigos.

Na fase da história portuguesa que mediou entre o colapso do Estado absoluto em face das Invasões Francesas (1807) e a «restauração» de 1820, as lojas maçónicas assumiram uma importante função política, dado o facto de serem uma forma alternativa de organização em grupos das elites num cenário de desmoronamento da autoridade da Coroa; tal como outras entidades (o patriarca de Lisboa, por exemplo), a Maçonaria rendeu homenagens a Junot e uma parte dos seus elementos considerou inclusivamente a possibilidade de negociar com o invasor novas formas de autoridade e legitimidade políticas que passavam pela substituição da dinastia de Bragança<sup>6</sup>. Mas a fidelidade do Grande Oriente Lusitano ao rei de Portugal ficou clara na sua recusa de conceder a Junot o lugar de grão-mestre, o que levou o invasor a perseguir as lojas portuguesas — e a fazê-las juntarem-se à resistência contra os Franceses. Esta encontrou nas lojas um meio para se organizar entre as elites, não desdenhando recorrer a algumas crenças político-religiosas tradicionais como a da teofania fundadora de Ourique ou do sebastianismo, mobilizadas para a causa da dinastia de Bragança, como já acontecera em 1640 (daí que o padre José Agostinho de Macedo relacionasse então «sebastianistas» e «pedreiros-livres») — tais crenças, em que se apoiaram também os movimentos populares antifranceses, foram um meio importantíssimo para dar coesão social e religiosa à resistência.

## Reacções

MAS A INFLUÊNCIA EM PORTUGAL da «teoria da conspiração» do abade Barruel (que atribuía à Maçonaria a propagação das ideias da Revolução Francesa de 1789) durante a tentativa de restauração da legitimidade dinástica e da ordem política, a partir de 1809, conduziu à perseguição de indivíduos ligados a lojas maçónicas e ao Grande Oriente Lusitano (as diligências da Maçonaria britânica permitiram a ida para a Grã-Bretanha de alguns conhecidos maçons como José Sebastião de Saldanha ou Jácome Raton, inequivocamente resistentes) — este caso, a chamada Setembrizada, criticado por Wellington, era demonstrativo dos excessos potenciais de uma mobilização social alicerdada em crenças de teor maniqueísta.

A partir de 1814, com o fim da Guerra Peninsular e dada a pressão da emigração em torno de jornais como *Correio Brasiliense* e *Investigador Português em Inglaterra*, a Coroa regularizou a situação destas personalidades<sup>7</sup>. Mas não há dúvida que, na segunda década do século XIX, os maçons surgem ligados a tentativas de sublevação contra a regência (mas não necessariamente contra o rei ausente), como na revolta falhada de 1817, liderada pelo general Gomes Freire de Andrade (eleito grão-mestre do Grande Oriente Lusitano no ano anterior). Este acontecimento conduziu à interdição das sociedades secretas em 1818, o que não impediu a constituição do chamado *Sinédrio* (constituído por figuras na sua maioria ligadas à Maçonaria), que preparou e conseguiu fazer triunfar a «revolução» de 24 de Agosto de 1820 e a fundação de um regime político parlamentar.

A partir de então, a Maçonaria passa a ser parte integrante da vida política do país: um panfleto de 1822 (*Causa dos monges e dos franco-mações no tribunal da prudência*) apresentava os maçons como «verdadeiros amigos» da pátria, da religião e do rei mas os apoiantes da restauração da monarquia absoluta continuaram a ver na Maçonaria uma instituição perigosa e um alvo a abater: a razão disto era o facto de as lojas maçónicas funcionarem como inevitáveis instrumentos estruturadores da nova sociabilidade política do regime parlamentar, pelo que a sua liquidação levaria à impossibilidade prática de articulação dos grupos que animavam o novo regime político.

A campanha antimaçónica de absolutistas como Fortunato de São Boaventura ou José Agostinho de Macedo, que apresentava as lojas como contrárias à Igreja Católica Romana, não deve fazer esquecer que, apesar dos constituintes de 1822 — na sua grande parte maçons — haverem consagrado na nova Constituição escrita a confessionalidade do Estado e a pertença jurídica de todos os cidadãos à Igreja estabelecida, a nova ordem política lutava com dificuldade pela imposição da sua legitimidade. Tratava-se mais de um medir de forças que de um embate entre mundividências: de facto, entre 1820 e 1823, «o novo poder esforçou-se por garantir a transferência do controlo que o despotismo iluminado detinha sobre a organização eclesiástica para as recém-criadas estruturas políticas»<sup>8</sup> e o desafio lançado pelo patriarca D. Carlos da Cunha (recusando jurar as bases da Constituição) compreende-se num contexto de fragilidade e recomposição do poder político, patente na necessidade que este tinha de controlar a estrutura eclesiástica.

O juramento da Constituição por D. João VI, bem como a posterior reordenação do regime representativo pela Carta Constitucional de Abril de 1826, serenaram estas tensões, só voltando a situação a alterar-se com o golpe de Estado de D. Miguel e o estado de guerra civil até 1834 — mas é extremamente duvidoso que se possam considerar o chamado «partido absolutista» (antimaçónico) e o campo «liberal» em que se incluíam os maçons, como munidos de concepções essencialmente diferentes do catolicismo e da Igreja estabelecida (inclusive na sua relação com o Estado). Ambos comungavam, *mutatis mutandis*, as referências prevalecentes na vivência religiosa católica romana e a cultura eclesiástica regalista herdada do passado, o que era a condição de se poder ser simultaneamente «bom católico» e «bom português». A concorrência dos grupos políticos pelo controlo do Estado é que parece ter conduzido à manipulação, nos jornais e opúsculos em circulação, de teorias conspiratórias, de demonização do adversário e à teatralização de incompatibilidades ideológicas (que muitas vezes são desconcertantemente alteradas quando as circunstâncias que as motivaram também se alteram); ora, os clérigos, pelas suas funções sociais e formação letrada, não viviam à parte desta concorrência entre grupos políticos pelo controlo do Estado — eram parte integrante dela. Daí as opções que tomavam, de se alinharem ou não com uma das correntes ou de encontrarem formas de acomodação dentro do regime político vigente, de que dependiam sempre para subsistir. A ascensão e queda do miguelismo em Portugal e a sua luta contra um campo «liberal» aliás dividido tem sido lida como uma luta puramente ideológica; porém, estava aí em causa, acima de tudo, um combate entre diferentes protagonismos sociais, políticos e religiosos.

O que animava a chamada «contra-revolução» miguelista (ou absolutista) era uma resistência à formação de novos grupos actantes na sociedade portuguesa, que haviam conquistado uma capacidade de autonomia relativamente à estrutura clerical e à corte e de participação nas decisões políticas e na repartição da renda fiscal do Estado; esses novos grupos actantes estavam em grande medida alicerçados na sociabilidade maçónica (e daí a obsessão antimaçónica dos seus adversários), embora divididos entre os que optavam por um compromisso com os antigos grupos privilegiados (os liberais «moderados» que participaram na Vilafrancada em 1823 e depois acolheram a Carta de 1826 como uma solução de compromisso político) e os que preferiam afastar os antigos grupos, reservando para si o protagonismo político (os radicais, também chamados vintistas). A tomada do poder pelos absolutistas, em 1828,

foi, assim, um revés para os grupos que aspiravam à preservação do protagonismo alcançado oito anos antes — e as lojas maçônicas continuaram a estruturar a sociabilidade destes grupos mesmo no exílio: os emigrados portugueses no estrangeiro possuíam já dois grão-mestres; os emigrados em Inglaterra, fiéis à Carta, consideravam como seu grão-mestre José da Silva Carvalho (eleito pelo Grande Oriente Lusitano em 1823), enquanto que os emigrados em França, mais imbuídos do espírito radical, haviam eleito João Carlos de Saldanha<sup>9</sup>.

### *Maçonaria e liberalismo*

FOI ESTA DIVISÃO QUE ORIGINOU, após a vitória liberal em 1834 e durante algumas décadas, os dois Orientes e os dois grão-mestres que subsistiram na Maçonaria portuguesa e que explicam a permanente divisão, em dois *bandos*, da classe política na primeira metade de Oitocentos — poucas dúvidas podem haver que eram os dois Orientes que articulavam o funcionamento e solidariedade interna de cada uma das duas correntes políticas. É curioso que os próprios miguelistas, pretendendo organizar-se como um partido de oposição após a vitória liberal em 1834, tenham constituído uma sociedade secreta de moldes maçônicos, a Ordem de São Miguel da Ala (cujo grão-mestre era o próprio D. Miguel); esta ainda estava activa em meados do século XIX e demonstra bem a dependência das estruturas partidárias de então do tipo de sociabilidade operacionalizado pela Maçonaria.

Até 1869, quando se dá a fusão dos Orientes rivais no Grande Oriente Lusitano Unido sob o grão-mestre conde de Paraty, as lojas funcionaram como autênticos clubes liderados pelos chefes de fila dos principais *bandos* políticos; a inflexão iniciada nesse ano, no sentido da unidade da Maçonaria portuguesa, além de coincidir com a pacificação política do regime (ou, na verdade, de a permitir), esteve ligada a uma diminuição do vigor maçónico em Portugal.

Nas últimas três décadas do século XIX, a implantação (pelo menos em número de lojas) parece ter inequivocamente diminuído e quase resumir-se a Lisboa e Porto<sup>10</sup>, o que poderá explicar a opção da unidade como forma de maximizar a sua capacidade de influência e de recompensa das expectativas dos aderentes — de facto, observa-se que, neste período, todas as cisões sofridas pelo Grande Oriente Lusitano Unido foram breves e, portanto, malsucedidas (o que tornava patente a conveniência da unidade, mesmo sentida pela menos politizada das obediências, a Grande Loja Provincial do Oriente Irlandês, que aderiu ao Grande Oriente em 1872). Esta desmobilização não é facilmente explicável mas poder-se-á avançar a hipótese de as expectativas geridas pela Maçonaria terem sido preteridas por alguns indivíduos, a partir de meados de Oitocentos, quando uma relativa segurança e acalmia se instalaram na sociedade portuguesa (ou essa nova situação social poderá ter esgotado as expectativas que nela enfim se realizavam); aliás, essa tendência de desmobilização inverteu-se nos últimos anos do século XIX e duas primeiras décadas do século XX, num cenário de crise económica e crescente intranquilidade política.

A militância maçónica parece, assim, recrudescer em situações de tensão e incerteza, funcionando para o indivíduo como uma rede de apoio e sociabilidade que lhe fornece uma compensação na gestão das suas expectativas.

### *A paz com a Igreja Católica*

POR OUTRO LADO, ENTRE AS ELITES secularizadas portuguesas, a influência tanto do jusracionalismo utilitarista e sensista como, depois, do jusnaturalismo krausista<sup>11</sup> parece ter enquadrado uma certa harmonia entre essas elites e a vivência religiosa da Igreja estabelecida, materializada aliás no estatuto constitucional do clero na nova ordem jurídica (párocos funcionários públicos e bispos com lugar na câmara alta das cortes); estas correntes filosóficas, em que as elites liberais tinham fundado a sua posição anticongreganista desde a primeira metade do século XIX, haviam definido uma relação com a Igreja estabelecida em que era defendida a supressão ou limitação do clero regular em Portugal (alcançada pela legislação de Joaquim António de Aguiar em 1834) mas simultaneamente preservado, na sua intenção de *secularizar* a sociedade, um papel espiritual e cultural fundamental para o clero secular.

Esta relativa paz das elites secularizadas liberais com a Igreja radicava no equilíbrio de forças sociais e religiosas que se fora estruturando na primeira metade do século XIX. O alinhamento de grande parte do clero com o regime miguelista (1828-1834) era explicável quer por este barrar a ascensão de novos protagonismos na sociedade portuguesa (concorrentes com o do clero) quer pela dependência da Igreja institucional relativamente ao Estado — e o regime miguelista, em 1828, pareceria certamente ir durar. Do lado da Santa Sé, «em conformidade com a Constituição vaticana de 1831», pela qual o papa decidira, em caso das «vicissitudes dos Estados» — assim se exprimia —, entrar em relações com os «governos de facto», Gregório XVI tinha reatado relações diplomáticas com D. Miguel, por entender que o clero português «lhe era favorável»<sup>12</sup>. Um ponto de viragem importante, que verdadeiramente quebrou a capacidade de a Igreja estabelecida desafiar o novo poder político, foi a desorganização da sua estrutura hierárquica durante a guerra civil (1832-1834) e o «cisma» criado pela política eclesiástica de D. Pedro IV, o qual, à medida que ia tomando o controlo do reino para a causa da Carta Constitucional, foi expulsando os bispos alinhados com D. Miguel e provendo as dioceses de governos por si nomeados. Este estado de coisas criou obviamente um conflito com Roma que, no entanto, colocou o Estado português em condições de negociar com a Santa Sé a sujeição do clero à nova ordem jurídica; esta situação cismática, aliada ao desmantelamento das ordens religiosas e à venda das suas propriedades a partir de 1834, levou até alguns liberais a

*As eleições municipais de 1908, por Veloso Salgado, 1913 (Lisboa, Museu da Cidade). A sedutora República fraternal, «científica» e triunfante. As correntes republicanas e socialistas, advogando a ruptura com a mundividência religiosa tradicional e com a solução de compromisso da monarquia constitucional, veicularam desde finais do século XIX um ideal de sociabilidade laica que transportava a sua própria carga mitológica e simbólica.*

FOTO: ANTÓNIO RAFAEL/ARQUIVO CÍRCULO DE LEITORES.



conceberem reformas do sacerdócio (por exemplo, admissão do casamento dos sacerdotes, já teorizada em 1822 por José Manuel da Veiga em *Memória sobre o celibato clerical*, publicado em Coimbra pela Imprensa da Universidade) ou a autonomização da «Igreja Lusitana» da sujeição a Roma (teorizada já pelo padre oratoriano, depois secularizado, António Pereira de Figueiredo em 1766 na famosa *Tentativa teológica*, continuou visível em obras como *Elementos de direito eclesiástico português* de Bernardino Joaquim da Silva Carneiro, editado em 1863). Mas tais inovações impossibilitariam qualquer compromisso com Roma, arrastando o «cisma», e o Estado, como foi referido anteriormente, precisava de uma estrutura eclesiástica pacificada e funcional; por esta razão, a solução tomou forma no restabelecimento de relações com a Santa Sé em 1840 (que abriu caminho para a Concordata de 1848), estando o novo equilíbrio daí decorrente já patente nas palavras da rainha D. Maria II no Discurso da Coroa de 1842: «Com plena satisfação minha vi chegar a esta corte o internúncio de Sua Santidade. As muitas virtudes e luzes do Sumo Pontífice são mui seguro penhor de concórdia, e de que a Igreja Lusitana, sem quebra das prerrogativas da Coroa, que o meu governo há-de sempre manter, gozará a paz de que tanto carece para a conservação da ordem pública e tranquilidade das consciências.»<sup>13</sup> Eram assim repostas a legitimidade e regularidade apostólicas nas dioceses portuguesas, conservadas a unidade doutrinal e a comunhão com Roma, e mantida a necessária dose de regalismo.

O posterior combate «anticlerical» de liberais como Vieira de Castro, Alexandre Herculano ou Vicente Ferrer Neto Paiva resumiu-se a preservar o banimento das ordens religiosas (como no caso das Irmãs de Caridade em 1857-1862) e as prerrogativas regalistas do Estado português sobre a Igreja nacional, como o beneplácito régio sobre a nomeação de bispos e a publicação no reino de documentos pontifícios — o caso do «cisma de Goa», em torno do Real Padroado Português do Oriente, integrou-se inteiramente nesta defesa de prerrogativas regalistas. Tratava-se de um conflito entre a Coroa portuguesa e a cúria romana que remontava a 1834 devido à política missionária e formação do clero no Oriente (até então feitas pelo rei de Portugal em nome do Papa) que a Santa Sé entendeu já não responder às necessidades do seu esforço missionário naquela zona do globo; deste modo, Gregório XVI retirou da jurisdição do padroado português os vicariatos das Índias, levando a repetidos protestos do governo de Lisboa, que pretendeu até 1886 manter os seus antigos privilégios (em 1857, um primeiro acordo com a Santa Sé não chegou a ter aplicação devido à pressão regalista interna da opinião pública liberal). Quanto às ordens religiosas, o seu banimento foi sendo depois assunto de crescente polémica na segunda metade de Oitocentos (até à lei de Hintze Ribeiro de 1901, que reconheceu as ordens religiosas ensinantes), o que incompatibilizou alguns destes liberais com a hierarquia católica romana e fez recrudescer neles a desconfiança de uma excessiva influência de Roma e de clérigos regulares estrangeiros na Igreja estabelecida portuguesa (influência a que era dado o nome de *ultramontanismo*).

### *A guerra dos intelectuais*

A ESTA CRESCENTE DESCONFIANÇA, em parte também motivada pelos esforços do papado de manter a sua influência sobre a multinacional malha eclesial católica romana, juntou-se uma mudança de enorme significado nas elites secularizadas, com a emergência, a partir da década de 1860, de uma mundividência nutrida das crenças hegelianas e positivistas — estas criavam expectativas num conhecimento científico total e objectivo, substitutivo das outras formas de percepção e entendimento da realidade, que serviu a muitos indivíduos como «uma certeza sobre o significado da história, e seu próprio lugar na história, que de outro modo jamais teriam»<sup>14</sup>.

Estas novas tendências intelectuais romperam a tensa e periclitante paz entre as elites secularizadas e a Igreja estabelecida. O sinal desta mudança foi a estranheza que causou à autodenominada «geração nova» a resposta de Herculano ao encerramento das Conferências do Casino de Lisboa em 1871 (que pretendiam divulgar as novas crenças positivistas e hegelianas); as Conferên-

cias haviam sido proibidas pelo governo em nome da defesa da «religião do Estado» e, enquanto para Herculano o problema religioso continuava a ser o conflito entre regalismo e ultramontanismo, para a «geração nova» (Antero de Quental, Teófilo Braga, Oliveira Martins, Eça de Queirós) a grande questão religiosa era a superação do cristianismo e a criação revolucionária de uma humanidade nova. Outra carta de Herculano, datada da mesma época e dirigida a Oliveira Martins, é ainda mais reveladora do exacto ponto de fractura entre a sua geração e a «nova»: Martins escrevera-lhe para saber se ele concordava que, da sucessão de factos históricos, se podia induzir uma «lógica da história». Este não era um debate português, era um debate civilizacional, que encontrou aqui um eco em Portugal; Herculano respondeu-lhe que a lógica dizia respeito à linguagem, ao discurso sobre a realidade, e não à própria realidade: «Que, aplicando-se aos factos históricos, a lógica nos possa ou deva levar a tais ou tais conclusões ou ilações, entende-se. É o mesmo que sucede aplicando-se a outra qualquer província do saber humano. Lógica engendrada pelos factos da vida das nações ainda não havia no meu tempo. É descobrimento mais moderno.»<sup>15</sup> Herculano revela aqui o fundo aristotélico da sua formação intelectual, a mesma de Silvestre Pinheiro Ferreira, por si reconhecido como a autoridade filosófica em Portugal, e cujo magistério foi uma constante afirmação de que a ciência é um discurso que dá sentido aos dados empíricos e não uma forma de extrair desses dados qualquer suposto sentido intrínseco. O grande problema para Herculano era que muitos dos escritos dos «modernos» hegelianos e positivistas estavam construídos sobre figuras de estilo (metáforas, analogias) quando o deveriam estar sobre conceitos, sobre termos rigorosamente definidos. É importante ter-se em consideração que, na tradição aristotélica, a ciência é uma actividade de definição de áreas de *ignorância* do homem sobre a realidade e uma relação metódica, problematizada e racionalizada (através de um discurso cuidado) com essa ignorância; a ideia da ciência como *conhecimento* da realidade é uma ruptura com essa tradição da filosofia clássica e está mais ligada à tradição das gnoses especulativas, que acreditavam poder aceder a um conhecimento das coisas-em-si e, a partir destas, a um conhecimento total e absoluto (de todas as coisas). O grande crescimento, desde o século XVII, da investigação empírica, com a correlativa acumulação de dados e tentativas de os sistematizar, contribuiu de algum modo para secundarizar a tradição aristotélica e sobrevalorizar a importância desses *corpora* empíricos como conjuntos parcelares de *conhecimentos* — e é dessa atitude «supersticiosa» perante os dados (ou «factos») acumulados que derivou o positivismo. Este depreendia, tal como o hegelianismo no campo das ideias, que se os dados eram *conhecimento*, o conjunto dos dados era conhecimento do todo; deste modo, o objectivismo que um emprestava aos dados e outro às ideias resolvia-se num entendimento absolutista ou «colectivista» das possibilidades cognitivas do homem<sup>16</sup>.

Essa influência do positivismo e do hegelianismo, que rompiam com a concepção aristotélica da ciência, a favor de uma sua concepção como gnose, esteve intimamente relacionada com o aparecimento em Portugal, com a «geração nova», da figura do *intelectual* munido de uma «ideologia total» e que se reclamava de uma verdade já não revelada mas pretensamente científica e orientada para a transformação deliberada da realidade<sup>17</sup>. Estes intelectuais vão introduzir progressivamente, na Maçonaria e noutros espaços, o combate pelo laicismo como processo de modificação integral da sociedade; às crenças do positivismo e do hegelianismo era dada por estes indivíduos uma orientação propriamente religiosa, capaz de transformar a consciência e a acção do homem, regenerando-as e aperfeiçoando-as, o que lograria a emergência de uma sociedade também regenerada e mais perfeita. Esta passagem da especulação intelectual ao activismo social e político, podendo ser explicada pela crença na posse de uma verdade, traduziu-se em formas de vulgarização das doutrinas através da imprensa mas também na constituição de redes e grupos em torno de jornais, clubes e tipografias — as relações pessoais tecidas num espaço como o meio estudantil da Universidade de Coimbra tiveram grande importância para gerar essas formas de associação. O próprio discurso elabo-

rado por estas novas *expressões* não iludia muitas vezes o conteúdo religioso do seu activismo, como o demonstra um relato paradigmático de Anselmo Lorenzo sobre a reunião secreta de fundação, em 1871, da secção portuguesa da Internacional: «Ali, como em visão profética, assistimos à dissolução dos Estados [...], ao desaparecimento dessas categorias antagónicas denominadas capitalistas e operários [...] e, por último, ao regresso da humanidade àquele paraíso da fábula genesíaca [...] de onde, se foi expulsa pelo pecado da ignorância e a violência de um criador irritado, regressava regenerada pela virtude da ciência e o poder da revolução.»<sup>18</sup> Ora, a campanha laicista que se iniciou com a nova geração de intelectuais, marcada pelo positivismo e pelo hegelianismo, pretendia já erradicar as funções desempenhadas pelo clero secular e delas desligar o Estado e a educação dos cidadãos.

### O laicismo

O LAICISMO APRESENTAVA-SE, ASSIM, como meio de substituir a cultura dominante no universo religioso português e a sua estrutura institucional de enquadramento por uma «instrução científica» e por uma sociabilidade de difícil definição e que foi requerendo o recurso a toda uma série de símbolos e ritos *de substituição*. Esses símbolos foram tomando forma numa reconstrução da memória histórica a partir de uma ideia orgânica de nação e projectaram-se num ideal de sociabilidade cívica e laica (a República), em nome do qual um conjunto de novos autores declarou guerra ao clero secular e às manifestações daquilo que era considerada a sua influência perniciosa: celibato, confissão auricular, administração de sacramentos<sup>19</sup>.

A personalidade de Joaquim Teófilo Braga (1843-1923) é provavelmente a mais representativa desta utilização da doutrina positivista para a recomposição deliberada da memória cultural portuguesa: numa série de estudos literários, este autor criou um fantasioso passado de independência geográfica, cultural e rática da sociedade portuguesa, que a redenção republicana viria retomar. Simultaneamente, Teófilo foi o mais sistemático proponente do comemorativismo e do culto dos «grandes homens» como meios de criar laços de unidade entre os cidadãos e de materializar a sua solidariedade com a *Pátria* e a *Humanidade* — entidades que substituíam Deus em consciências que, segundo a vulgata positivista teofiliana, teriam abandonado os estádios teológico e metafísico com o concurso da iluminação da ciência positiva (veja-se também a importância de outras tentativas de estabelecimento de novos cultos, como o da árvore, entre os laicistas).

Por outro lado, o laicismo republicano ou socialista não deixou de implementar escolas, colectividades e periódicos, da mesma forma que o fizeram desde o século XIX outros grupos religiosos apostados em divulgar e operacionalizar as propostas da sua expressão particular. Embora alguns autores também influenciados pelo positivismo e pelo hegelianismo desdenhassem deste desiderato de fundo religioso e de *substituição* — casos de Antero de Quental (1842-1891) e Joaquim Pedro de Oliveira Martins (1845-1894), que chegou a considerar o positivismo como a continuidade dos hábitos intelectuais legados pela escolástica tardia dos Jesuítas<sup>20</sup> —, o facto é que estas ideias, pela forma como potenciavam uma mobilização dos indivíduos e implementavam a vulgarização das novas doutrinas, se foram impondo entre as fileiras laicistas.

A chamada «militância laica» desenvolveu-se depois como grupo de pressão para a laicização do ensino estatal e a introdução de todo um sistema de formalidades públicas que substituísse os ritos de integração e passagem incorporados no enquadramento eclesial da vida social (nascimentos, casamentos, óbitos): é neste contexto que se compreende a fundação de grupos como a Associação Promotora do Registo Civil (1876), a Associação dos Livres Pensadores (1880) ou a Associação Propagadora do Registo Civil (1885), que tornarão, no princípio do século XX, esta militância num fenómeno de massas, pelo menos na capital. Já em 1895 se realizara em Lisboa um «Congresso Anticlerical» que juntou uma série de intelectuais positivistas, personalidades republicanas, socialistas e maçónicas, e no qual o escritor Gomes Leal lançou precisamente a ideia de uma «missão laica» que popularizasse o laicismo;

esse apelo justificou o surgimento dos chamados *círios civis* por iniciativa do socialista Azedo Gneco, e que foram «estruturas marcadamente populares» com «um papel fundamental na luta anticlerical até 1910, perdendo significado a partir de então»<sup>21</sup>.

O PAPEL DA MAÇONARIA, numa altura em que se vinham desenvolvendo, desde a década de 1870, clubes e agremiações republicanas e socialistas que exploravam estas mesmas ideias<sup>22</sup>, continuou central: não só as principais figuras republicanas eram maçons (casos de José Elias Garcia e Sebastião de Magalhães Lima, grão-mestres do Grande Oriente Lusitano Unido, respectivamente, entre 1884-1888 e 1907-1928), mas também as socialistas como João Bonança, José Fontana ou Nobre França<sup>23</sup>. A influência do laicismo republicano e socialista na Maçonaria tornou-se clara na última década de Oitocentos com a adesão de estudantes e «homens do povo» que muito contribuíram então para a radicalização das lojas e se tornaram uma força decisiva no seu interior (Borges Grainha considera que a eleição de Magalhães Lima para o grão-mestrado do Grande Oriente em 1907 resultara da pressão destes elementos)<sup>24</sup>: foi igualmente destes elementos que saiu a Carbonária, que sempre preservou relações dúbias com o Grande Oriente (do qual as lojas de carbonários nunca se chegaram a separar).

Esta radicalização da Maçonaria coincidiu com o auge das campanhas laicistas do princípio do século xx, chegando-se então a realizar mobilizações como a da «semana laica» de conferências, alternativa à Semana Santa (Março de 1910), ou a de 2 de Agosto de 1909, em que se reivindicaram quase todas as medidas que viriam a ser implementadas em 1910-1911 pelo governo provisório, depois da proclamação da República: expulsão de jesuítas e encerramento de todos os conventos (11 de Outubro de 1910), abolição das formas confessionais de juramento público (18 de Outubro), extinção do ensino confessional nas escolas estatais (22 de Outubro), anulação das matrículas na Faculdade de Teologia (23 de Outubro), abolição dos feriados católicos romanos (26 de Outubro), proibição da participação das Forças Armadas em actos litúrgicos da Igreja Católica (18 de Novembro), supressão da cadeira de Direito Eclesiástico na Faculdade de Direito (14 de Novembro), supressão do culto a Nossa Senhora da Conceição na capela da Universidade de Coimbra (23 de Outubro e 21 de Janeiro de 1911), Leis da Família (3 de Novembro e 25 de Dezembro de 1911) e Código do Registo Civil (18 de Fevereiro de 1911). Este conjunto de medidas enquadrava-se num «projecto de transformação fundamental da humanidade que não era um simples devaneio dos seus partidários mais excêntricos» e que pretendia «a produção de uma “cultura portuguesa”, que é, em grande medida, uma “sacralização” das actividades dos Portugueses, através de um conceito, “cultura”, que, dotado de valor absoluto, rituais, devoções, funciona como “religião”»<sup>25</sup>.

MAS O REPUBLICANISMO NUNCA CONSEGUIU DOTAR-SE de uma unidade orgânica que viabilizasse os seus intuitos mobilizadores, apresentando-se mais como uma constelação de personalidades e um movimento *de opinião* que cedo revelou fissuras, agravadas pelas dificuldades causadas pela resistência de outros sectores da sociedade.

A importante cisão ocorrida no Grande Oriente Lusitano Unido quando, em 1914, uma parte do Supremo Conselho do Grau 33 recusou a nova constituição maçónica (levando à formação de uma segunda obediência, o Grémio Luso-Escocês), foi o mais sintomático acontecimento da incapacidade mobilizadora do republicanismo, cuja articulação continuava a assentar na sociabilidade maçónica; o resultado foi uma queda imparável (e sem regresso) da militância maçónica: de 1913 para 1914, as lojas filiadas no Grande Oriente diminuíram de 198 para 147. Porém, «a diminuição não foi toda devida ao cisma, mas é possível dizer que cerca de 1500 obreiros seguiram desde logo a dissidência, agrupados em cerca de meia centena de lojas e triângulos» e, por volta de 1922, o número de membros estava «abaixo daquilo que fora em 1914, já depois da cisão, com 105 lojas e triângulos apenas»<sup>26</sup>. O esforço de

## Radicalização maçónica

## O «ocaso» republicano

unidade, de que resultou, em 1925, o fim da cisão, só é explicável como tentativa (similar à de 1869) de maximizar a capacidade de influência de um grupo em declínio; de facto, em finais de 1926, esta Maçonaria reunida de novo no Grande Oriente somava apenas 115 lojas e triângulos.

O triunfo do republicanismo em 1910 e o incumprimento da sua «aurora redentora» conduziram a um progressivo desencantamento e à procura de novas compensações, que outras redes e grupos se apressaram a fornecer: é neste contexto que se compreendem alguns percursos pessoais de individualidades que, como Guerra Junqueiro, Leonardo Coimbra ou Gomes Leal, se reaproximaram da Igreja Católica Romana (cujo *desestabelecimento* só aumentou o seu prestígio); por seu lado, o saudosismo de Teixeira de Pascoaes (1877-1952), cuja intenção era fundar uma «religião portuguesa» a partir do sentimento da *saudade* e o Integralismo Lusitano (defensor de uma monarquia corporativa e assente num historicismo «tradicionalista») foram construções intelectuais que visavam precisamente criar novas crenças de substituição e cuja voga torna patente os vazios que vieram preencher entre os desiludidos. Toda a inquietação que, desde 1912, se sentiu na «república das letras», com o cortejo de uma acirrada competição de novas propostas de «filosofias» e «regenerações» (em que se incluem as redes formadas em torno de revistas como *Renascença Portuguesa*, *Seara Nova* ou as publicações «futuristas»), evidenciam a amplitude da desilusão provocada pela República e a demanda de alternativas que se seguiu<sup>27</sup>.

Uma importante e mobilizadora proposta simbólica de então foi o esforço tendente a restaurar o culto ao condestável dos séculos XIV e XV, D. Nuno Álvares Pereira, e a conseguir a sua beatificação, obtida em 1918 com a ratificação do papa Bento XV — na difusão do culto empenhou-se não só o clero católico romano (o cardeal-patriarca aprovou em 1921 a piedosa jaculatória «Beato Nuno de Santa Maria, rogai a Deus por Portugal») mas também um grande número de leigos que constituíram organizações como a Cruzada Nacional Nuno Álvares Pereira, cuja presidência honorária foi aceite por dois presidentes da República (António José de Almeida e Manuel Teixeira Gomes). Os festejos de 14 de Agosto de 1921 (a «Festa da Pátria» em torno da figura do beato e herói militar da independência nacional) tiveram a adesão de personalidades republicanas, mais e menos laicistas, como Sebastião de Magalhães Lima ou Leonardo Coimbra, e evidenciam o desenvolvimento de uma mais ampla plataforma simbólica nacionalista, integrando já o elemento católico romano; apesar da suspensão do feriado de 14 de Agosto em 1922 (pelos laicistas do Partido Democrático), a comemoração de Nuno Álvares recobrará fôlego após a queda da I República em 1926, permitindo à ditadura militar então instaurada explorar a plataforma simbólica nela substanciada (foi o que aconteceu na imponente celebração do V Centenário da Morte do Condestável, em 1931). As possibilidades deste autêntico culto nacionalista estavam patentes nas palavras do cónego José Dias de Andrade, proferidas em 1920: «Ele [Nuno Álvares] é de todos, e a todos excede, porque é um resumo de Portugal. Foi herói, foi santo e salvou a Pátria. É, pois, em volta desta grande figura que hoje pode realizar-se, como tão necessário é, o milagre da reconciliação nacional»<sup>28</sup> — e interpretações similares foram feitas por republicanos «históricos» como Guerra Junqueiro e Basílio Teles.

O investimento religioso num tal culto, por parte de uma massa tão heterogénea de pessoas, era mais um sinal do desencanto reinante e que só teve então paralelo na exaltação idolátrica do «presidente-rei» Sidónio Pais, assassinado em Novembro de 1918<sup>29</sup>; tal como no passado com o sebastianismo, o investimento nestas compensações tinha como pano de fundo uma identificação das expectativas de muitas pessoas com a entidade colectiva da nação. E esta identificação é o que fazia da gestão de tais expectativas um exercício em que o «religioso» e o «político» não se diferenciam de todo.

## O novo nacionalismo

MAS UMA OUTRA E INESPERADA CONSEQUÊNCIA da República e da sua Lei de Separação (que, realmente, era uma tentativa de controlo administrativo de todas as actividades eclesiais, com a manutenção do mecanismo regalis-

ta do beneplácito), foi a possibilidade que deu ao episcopado e aos sectores mais empenhados da Igreja de agirem como um corpo, cada vez mais disciplinado e «martirizado» pelo novo poder — ou seja, aquilo que a «Igreja constitucional», submetida e financiada pelo Estado, nunca pudera ser sob a monarquia.

A partir de 1911, com o clima de confrontação entre o Estado e a Igreja, o episcopado foi obtendo algo que nem sempre fora claro antes: a fidelidade do clero paroquial, que tendera previamente a entender-se sobretudo como funcionário público mas nos primeiros anos da I República foi forçado a repensar a sua missão (o que esteve patente no caso da recusa generalizada das pensões que lhe foram oferecidas pelo governo republicano). Isto equivalia efectivamente a um histórico rompimento do clero com a tradição regalista e à aceitação da obediência aos bispos; só assim se criaram condições para a Igreja Católica Romana introduzir em Portugal a sua doutrina social, delineada na encíclica *Rerum novarum* (1891), e iniciar a organização da mobilização do seu «povo», que veio a tomar forma na Acção Católica (instituída em 1933 mas antecipada desde o Concílio Plenário Português de 1926, que pusera já a tónica na «disciplina dos leigos»).

Uma tal capacidade de mobilização, não de toda a sociedade mas de uma sua parte considerável, só estava então ao alcance da Igreja hegemónica e não admira que o projecto nacionalista lançado e acarinhado pelas várias gerações de intelectuais desde a década de 1860 só viesse a encontrar uma viabilidade política estabilizada e durável no compromisso que se foi definindo, entre 1926 e 1940: um Estado assente numa mundividência nacionalista — sob a forma jurídica republicana e laica — e pacificado com a antiga Igreja estabelecida, através de uma concordata que dava autonomia à estrutura eclesiástica mas preservava o essencial do beneplácito e recebia dela a

Exposição do Mundo Português, 1940, Lisboa. O nacionalismo como «teologia civil» do Estado e da sociedade. Agregando a «tradição católica do povo português» à mundividência nacionalista já veiculada pelo republicanismo, o Estado Novo forjou um sistema simbólico muito mais consensual, eficiente e mobilizador que o almejado pelos laicistas.

FOTO: DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA/INSTITUTO PORTUGUÊS DE MUSEUS/ALVÃO.



cooperação na actividade «civilizadora» e «nacionalizadora» nos territórios ultramarinos.

A evolução em direcção a este compromisso pode ser observada, um tanto ao acaso, nas obras de um oficial da Armada, António Alves Pereira de Matos: em *O problema naval português* (1908-1910), influenciado pela cultura positivista dominante nas elites secularizadas, este autor relaciona os males nacionais com uma teoria psicológica segundo a qual o país estaria paralisado por uma «grande tara de fadiga que nos vem do passado» mas também com o analfabetismo e o «obscurantismo» cultural, pretensos resultados da secular influência do «jesuitismo» (clericalismo na linguagem da época); e concluía pela necessidade de substituir a cultura influenciada pelo catolicismo, porque este (ultrapassado pela ciência positiva) já não oferecia à sociedade um paradigma moral válido. Ora, anos depois, por muito que o seu entendimento positivista da ciência e da religião tradicional se mantivessem no essencial, o mesmo autor, nas *Palestras sociais* (1916) que proferiu na Liga Naval, julgava já que o princípio da separação aumentara o prestígio da Igreja e deveria ser harmonizado com o registo civil e o divórcio num regime concordatário que reconhecesse a «moral tradicional» (católica) como merecedora de favores do Estado e direito de representação em cerimónias públicas por ser «a religião da quase totalidade dos Portugueses». Pereira de Matos apenas antecipava aquilo que, durante as décadas seguintes, se tornou a forma de relacionamento do Estado com a Igreja hegemónica; esta, ao contrário do que apressadamente os republicanos haviam inicialmente julgado, era uma força presente com a qual a República teria de equacionar o seu futuro.

Além disto, muitas pessoas nas elites secularizadas, convencidas já da dificuldade de dismantelar a Igreja e reduzir repentinamente a influência clerical, mostrar-se-iam até seduzidas pelo seu aparato dogmático, institucional e hierárquico, capaz de fornecer à sociedade uma superestrutura de valores e, a partir destes, uma uniformidade cultural muitas vezes contraposta, em termos de paradigma, à «desordem» (uma fobia bem enraizada no positivismo desde Auguste Comte). Esta atitude perante a Igreja não era nova entre uma parte das elites: em *Verdades amargas sobre questões sociais* (1888), uma inteligente desmontagem das simplificações históricas e da intolerância latente do chamado «antijesuitismo», outro oficial da Armada, Carlos Testa, defendera a Igreja Católica de uma forma em que a mostrava já como uma garantia da ordem e da segurança.

A nova devoção surgida, desde 1917, em torno da Senhora de Fátima, vinha integrar-se muito bem na estratégia mobilizadora do «povo católico» e compreende-se que tenha acabado por ser aceite pelas autoridades eclesiásticas, que souberam transformá-la na primeira devoção mariana de escala realmente nacional<sup>30</sup>; de facto, no ambiente da religiosidade tradicional, a Senhora de Fátima tornou-se num elo agregador tão importante quanto, no ambiente das elites secularizadas, os cultos nacionalistas de Nuno Álvares e do infante D. Henrique (o qual foi transformado na mesma espécie de herói casto e patrono da aspiração imperialista do nacionalismo português, dado o seu papel histórico nas navegações do século xv, tornadas em acto fundador do império colonial).

A personalidade de António de Oliveira Salazar (1889-1970), simultaneamente militante católico e académico imbuído da cultura científica positivista de Coimbra, era ideal para se tornar no eixo político de compromisso da nova plataforma simbólica nacionalista em formação.

### *A nova uniformidade*

A II REPÚBLICA (OU ESTADO NOVO), o regime político autoritário inaugurado em 1933, conseguiu depois forjar um equilíbrio interno e montar um sistema repressivo de eficácia sem precedentes na história do país (polícia política, censura prévia generalizada), que em muito aumentou, para os indivíduos enquanto agentes religiosos, os custos de informação e oportunidade de acesso às redes e grupos sob suspeita do Estado, sobretudo dos mais orientados para a contestação política. Assim se protegia da concorrência a plataforma simbólica nacionalista patrocinada pelo Estado; este montou então, para

esse efeito, um mecanismo oficial de inculcação de valores, de que faziam parte o Secretariado da Propaganda Nacional com a sua «política do espírito», e a Mocidade Portuguesa, organização juvenil compulsiva e universal.

Depois da proibição dos partidos políticos já iniciada na ditadura militar, a interdição das sociedades secretas, em 1935, conduziu o Grande Oriente Lusitano Unido à clandestinidade e, nessa nova situação, não lhe estava já reservado o protagonismo do passado, conservando-se como um grupo desfalcado e desmobilizado. Neste cenário, seria necessário um grupo fornecer uma mensagem que criasse ou satisfizesse num grau tão alto as expectativas do crente, que recebesse uma adesão militante e durável — foi o que conseguiu o PCP, um dos herdeiros do positivismo e do hegelianismo, na sua síntese marxista, filtrada pela experiência orientadora do modelo soviético, mas não a sua rival anarquista CGT ou o nacional-sindicalismo de inspiração fascista. O fracasso destes dois grupos esteve ligado precisamente à incapacidade que ambos demonstraram de montar uma estrutura orgânica hierarquizada e disciplinada capaz de suportar uma luta na clandestinidade; este foi o principal problema do anarco-sindicalismo, pouco vocacionado para uma tal organicidade, requerida pela repressão do Estado. No caso do nacional-sindicalismo (como também no do Integralismo Lusitano), a concorrência da proposta simbólica do Estado Novo — próxima da do nacional-sindicalismo pela via do modelo nacionalista autoritário — diminuía substancialmente as vantagens comparativas das expectativas por si geridas: a cisão de 1934 de uma parte do movimento, que aderiu ao salazarismo, fora já um sintoma dessa desvantagem, agravada pela mobilização ideológica «fascizante» do regime durante a guerra civil espanhola (1936-1939), que conduziu à fundação da Mocidade Portuguesa e da Legião Portuguesa; estas organizações, onde apareceram as figuras dissidentes do nacional-sindicalismo que já haviam reclamado a Salazar a sua criação<sup>31</sup>, iniciaram na órbita do regime uma gestão relativamente eficiente das expectativas simbólicas dos fascistas portugueses. O anarquismo e o fascismo foram, assim, inviabilizados enquanto grupos actantes, revertendo a sua presença para formas menos orgânicas: a revista *Tempo Presente* (1959-1961) é um exemplo da sobrevivência de pequenas redes inspiradas pelo fascismo.

DE QUALQUER MODO, A INFLUÊNCIA DO POSITIVISMO e do hegelianismo entre as elites secularizadas — e mesmo de um sector que continuou sempre a afirmar o seu laicismo, nomeadamente o grupo da revista *Seara Nova*, com António Sérgio à cabeça — manteve-se bem marcante: nos anos 30 e 40, a mudança de regime político não afectara o modo como a universidade e a maior parte da *intelligentzia* continuavam firmemente ligadas a essas correntes de pensamento, mesmo que o seu único representante de certo mérito fosse a figura do médico e professor Abel Salazar (1889-1946).

Este ambiente intelectual criou condições para a recepção do marxismo como proposta simbólica sedutora e, muito sintomaticamente, foi nos meios em que imperava o positivismo laicista que se deu a implantação da doutrina marxista e da militância comunista a partir da admiração desencadeada pela propaganda soviética; de facto, os militantes e simpatizantes do PCP no meio estudantil vinham do republicanismo radical e conservaram-se ligados à Maçonaria, pelo menos até meados da década de 30<sup>32</sup>. O marxismo mantinha as concepções científicas do positivismo e o modelo soviético dotava-as de uma eficiente operacionalização simbólica e organizativa (a disciplina doutrinal e orgânica que faltara ao republicanismo, ou que ele nunca quis ter); através de filmes como *A mãe*, *Tempestade na Ásia* e *Linha geral*, a admiração pela União Soviética tomou conta de muitas consciências, fazendo dela uma verdadeira referência messiânica. A polémica de 1930 entre José Rodrigues Miguéis (1901-1980) e os seareiros António Sérgio e Castelo Branco Chaves pode já ser vista como o irromper do marxismo soviético entre os intelectuais portugueses: Miguéis, que aderirá ao PCP, considerará a sua ruptura com a *Seara Nova* como uma «dissidência comunista soviética», mostrando-se entusiasmado com a «grande experiência russa»<sup>33</sup>. O matemático e professor catedrático Bento de Jesus Caraça (1901-1948) foi outra personalidade que aderiu ao partido, mos-

### Penetração do marxismo



tradicionais — interesse que ficou patente, por exemplo, nos estudos de José Teixeira Rego (1881-1934) e na obra de Aarão de Lacerda (1890-1947), *O fenómeno religioso e a simbólica* (1924), ambos já longe da mera prospecção arqueológica de uma típica obra positivista como *Religiões da Lusitânia* (1897-1913) de José Leite de Vasconcelos (1858-1941).

Como sensibilidade muito marcante no universo intelectual é importante referir-se a visão humanista, social e desdivinizada de Jesus Cristo que se encontra em muitos autores, presente já na Geração de 70<sup>35</sup>, e que é uma tendência para um vago espiritualismo descristianizado ou, quando se valorizava a figura de Jesus Cristo, para um género de cristofilia adocicada e imanentizada; com ligações muito prováveis à influência do franciscanismo no universo devocional português, esta tendência podia ainda aparecer, como no caso do padre egresso João Bonança (1836-1924), associada a uma moral social e económica igualitarista.

Tanto este tipo de espiritualismo ambíguo como o interesse pelos temas teodiceicos desenvolvidos na especulação filosófica portuguesa podem ser explicáveis como procura de compensações, pela inquietação religiosa de indivíduos de cultura letrada, que não encontram no ambiente religiosamente pouco diferenciado propostas simbólicas que os satisfizem. Por esta razão, e embora o positivismo viesse a desenvolver-se sob novas formas com autores como Vieira de Almeida (1888-1962), Edmundo Curvelo (1913-1955) e Mário Sottomayor Cardia (n. 1941) e o pensamento dialéctico noutros autores dentro e fora do marxismo, manteve-se, entre as elites secularizadas em Portugal, desde o século XIX, uma tradição de especulação filosófica que quase sempre andou ao arpejo da tendência dominante do positivismo e do hegelianismo e na qual se manifestou outra forma de diálogo com a experiência religiosa; assim, nessa tradição, como diz António Braz Teixeira, «a ideia cristã de Deus, ainda bem viva no pensamento de Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846), é, sucessivamente, posta em causa no deísmo de Amorim Viana (1822-1901), no pantiteísmo de Cunha Seixas (1836-95), no panteísmo de Domingos Tarroso (1860-1933), Antero de Quental e Guerra Junqueiro (1850-1923) e no messianismo heterodoxo de Sampaio Bruno (1857-1915), para ser, por fim, radicalmente negada no ateísmo de Basílio Teles (1856-1923)»<sup>36</sup>.

A partir desta linha desenvolveram-se, por um lado, o «ateísmo mitigado» de Raul Proença (1884-1941) e «a ideia de um Deus imanente [...] à inteligência e consciência» de António Sérgio<sup>37</sup> — de certo modo continuados nos existencialismos agnóstico do historiador da literatura Fidelino de Figueiredo (1889-1967) e ateu do romancista Vergílio Ferreira (1916-1996) — e, por outro, o pensamento criacionista e de «retorno ao religioso» de Leonardo Coimbra (1883-1936) e o dos seus numerosos discípulos, como Delfim Santos (1907-1966), José Marinho (1904-1975), Álvaro Ribeiro (1905-1981), Sant'Ana Dionísio (1902-1991), Agostinho da Silva (1906-1994), António Quadros (1923-1993), Orlando Vitorino (n. 1922) e Pinharanda Gomes (n. 1939). De certa forma, uma tentativa de superação das divergências destes dois desenvolvimentos da tradição filosófica portuguesa pode encontrar-se no pensamento de Eduardo Lourenço (n. 1923), que definiu a sua posição como nem «o contrário de ortodoxia, nem de niilismo, mas o movimento constante de os pensar a ambos»<sup>38</sup>.

No próprio catolicismo romano, a presença de elites secularizadas (potenciada sobretudo pela dinâmica da Acção Católica) foi-se acentuando e, contribuindo para a sua diferenciação interna, explica o posterior aparecimento de redes de indivíduos abertos a novas atitudes e concepções eclesiológicas<sup>39</sup>, bem como uma progressiva diversificação das posições políticas dos católicos romanos — o que, na transição de 1974-1975, amorteceu o embate da integração da Igreja no regime democrático.

Mas importa agora ver que outras realidades religiosas se tinham vindo a desenvolver em Portugal, desde princípios do século XIX até às últimas décadas do século XX, e que estavam também a introduzir importantes alterações no universo religioso português, mesmo tendo menor influência junto das elites.

◁ Jornal clandestino *Avante!* (década de 1940). A «teologia civil» de oposição. Graças a uma apelativa simbologia messiânica para certos sectores das elites e das massas populares, o Partido Comunista foi, durante várias décadas do século XX, o mais organizado e actuante dos grupos que contestavam o Estado Novo.

FOTO: ARQUIVO CÍRCULO DE LEITORES.

## O DILEMA DA ESTABILIDADE RELIGIOSA NO JUDAÍSMO

### *Os criptojudéus*

A PERMANÊNCIA DOS CHAMADOS «CRIPTOJUDEUS» em Portugal, desde finais do século xv até à época contemporânea, pode aqui ser tomada como um dos mais significativos exemplos do embate do esforço de uniformização confessional da época moderna sobre um grupo religioso previamente diferenciado.

A conversão forçada dos judeus portugueses em 1496-1497 pôs fim à pluralidade rígida em que as sociedades peninsulares medievais haviam enquadrado as minorias judia e muçulmana, mas conduziu quase imperceptivelmente à permanência de grupos de famílias que mantinham cerimónias tradicionais, guardavam o sábadado, observavam determinadas prescrições (Páscoa judaica, proibições alimentares, formas de luto, jejum no dia de Kippur) e guardavam o hábito de recitar orações antigas, quando não de circuncidar os filhos. Esta vivência religiosa, que foi forçada a perder a sua organicidade (em termos de relações sociais e princípios de fé, assentes nas hierarquias próprias ou nos locais de culto), teve de se adaptar ao funcionamento em pequenos grupos locais e sob a forma da clandestinidade — os criptojudéus adoptavam simultaneamente, no entanto, aquilo que lhes era exigido, a adesão exterior à vivência religiosa patrocinada pela autoridade política, sobretudo no seu aspecto litúrgico.

Embora localizada sobretudo em Trás-os-Montes e na Beira Interior (alguns locais de oração, ou esnogas, foram descobertos na Covilhã e em Bragança), esta persistência de práticas religiosas judaicas também ficou ligada a episódios como o da esnoga secreta de Coimbra, desmantelada pela Inquisição em 1619, na qual participavam médicos, advogados, cónegos e um lente. O estabelecimento da Inquisição acentuou a tendência de saída do reino de muitas das famílias sefarditas (judeus ibéricos) de origem portuguesa mas muitas outras permaneceram e sem outra alternativa senão a aceitação da conversão; foram, pois, por força das circunstâncias, um caso muito importante de adesão parcial a duas vivências religiosas. Este fenómeno religioso chega entretanto à época contemporânea bastante marcado pelo abandono da sua organicidade (e, não menos importante, do recurso a fontes escritas, que foram desaparecendo), mostrando uma «utilização de fragmentos isolados e desconexos do judaísmo»<sup>40</sup>, que tendeu a persistir mesmo depois de abolidas a distinção entre cristãos-velhos e cristãos-novos e as leis da «pureza do sangue» pelo marquês de Pombal em meados do século xviii — desde essa época, não houve mais condenações por práticas judaicas ocultas.

O testemunho de Israel Salomon († 1890), judeu inglês que viveu em Portugal na década de 20 do século xix, dá conta da persistência do criptojudaísmo numa altura em que a tolerância fora já instaurada, enquanto outro testemunho posterior, do pároco de Carção (Vimioso) em 1852, dá já conta da maior liberdade então sentida pelos criptojudéus locais de não ocultarem as suas crenças — é curioso que este pároco considere o ano de 1834 (do definitivo triunfo da ordem jurídica liberal) como o ano a que alegadamente remontava esta mudança de atitude.

Mas a sensação de diminuição dos riscos pela parte destes grupos, sintomaticamente, não conduziu a um regresso à sua dinâmica orgânica perdida três séculos antes com a dispersão e isolamento local: a desmontagem do sistema repressivo não modificou muito a vivência religiosa das famílias criptojudias, as quais haviam encontrado no secretismo das suas práticas locais uma nova forma estabilizada de vivência religiosa. Esta aporuguesara-se e privatizara-se com o abandono do hebraico, desenvolvera orações e celebrações próprias, uma curiosa observância sobretudo feminina bastante eficiente para a sua transmissão a novas gerações, bem como uma nova forma de sociabilidade em família que faria as alternativas parecerem custosas aos crentes e os seus benefícios pouco evidentes (por exemplo, em termos de relações sociais alargadas, fora do círculo familiar). Este facto explica a quase invisibilidade

social e histórica destas famílias em Portugal e o insucesso de tentativas posteriores de as fazer regressar a novas formas de organicidade que superassem as relações dentro do círculo local e que lhes eram (são) estranhas há três ou quatro séculos.

Os criptojudéus portugueses são, deste modo, não só uma prova viva da criatividade religiosa para suportar o embate da adversidade, mas também da capacidade dos grupos encontrarem formas desconcertantes de equilíbrio entre as expectativas e os bens religiosos disponíveis. Este equilíbrio orientado para a reprodução secreta e endogâmica da vivência religiosa não assegura normalmente o crescimento do grupo e este pode mesmo tender a desaparecer — é o que hoje parece estar a acontecer ao criptojudaísmo, já quase só circunscrito a Belmonte.

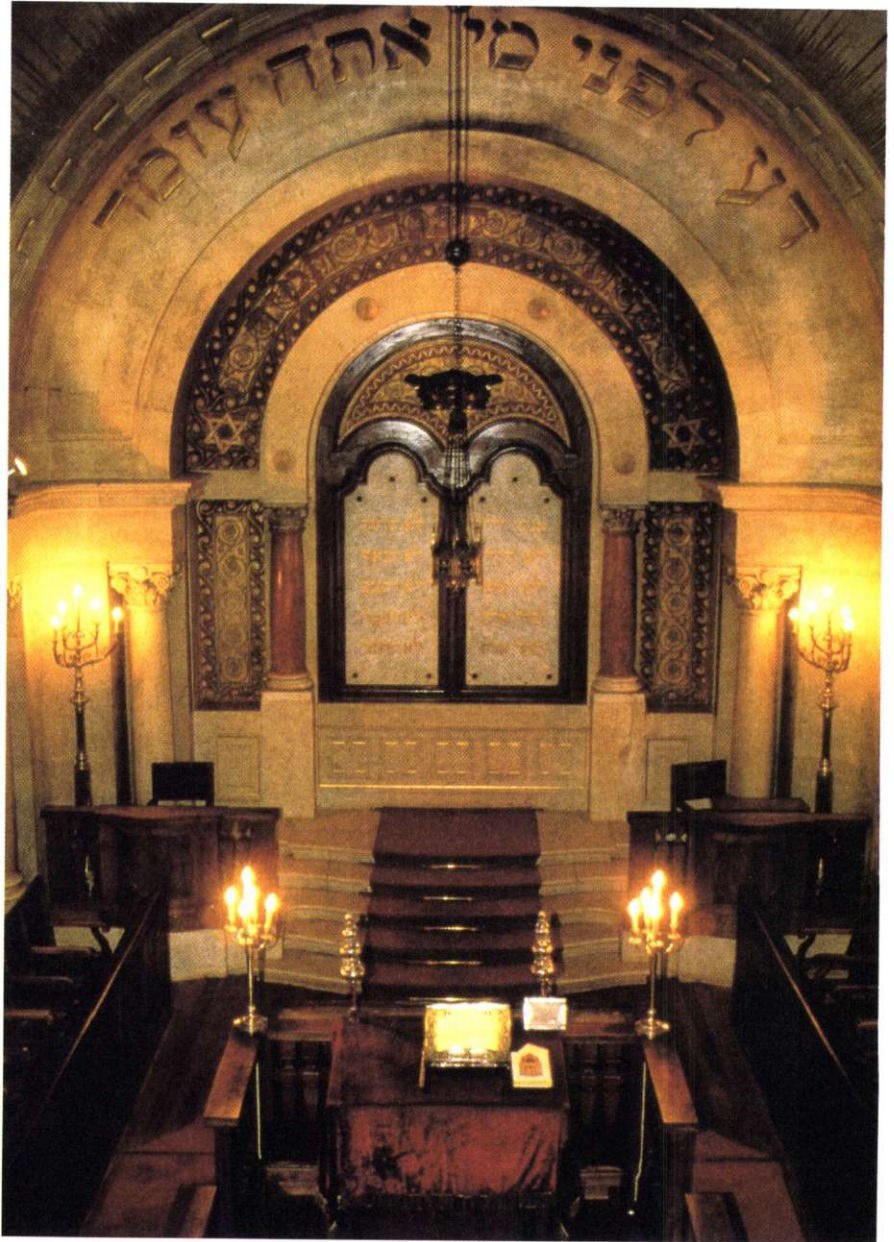
DAÍ QUE, COMO NOTOU SAMUEL SCHWARZ<sup>41</sup>, o reaparecimento do judaísmo em Portugal na época contemporânea esteja ligado a famílias vindas de Gibraltar e do Norte de África desde os finais do século XVIII, reconhecendo as novas condições de tolerância desde Pombal.

Estabelecidas em Lisboa, estas famílias obtiveram em 1801 uma parcela do cemitério inglês da cidade, o que foi um sinal óbvio do início do seu enraizamento (a primeira sepultura, de 1804, pertence a José Amzalak) — só em 1865, já numa época de estabilização da ordem jurídica liberal, surgiu o cemitério judeu da Calçada das Lajes. A liberdade de boa parte destas famílias decorria, antes de 1834, do facto de residirem na capital enquanto súbditos britânicos — casos de Aarão Cardoso ou Simão Cohen ou dos proprietários de firmas como Moses Levy Aboab & C.<sup>a</sup> ou Manuel Cardoso & C.<sup>a</sup>. Segundo Schwarz, em 1810 existiam já três centros de oração em Lisboa, aos quais compareciam também vários cristãos-novos, ocorrendo em 1813 a abertura da primeira sinagoga (Shaar Hashamaim ou Pórtico do Céu), dirigida pelo rabino Abraham Dabella († 1853) — uma outra, fundada em 1826 por Samuel Mór José, apareceu depois mas tinha carácter privado. A sinagoga Shaar Hashamaim fora autorizada por D. João VI (quando ainda príncipe regente) antes da adopção de um regime geral de tolerância no país, regressando assim esse soberano à velha tradição da monarquia de defesa da liberdade de consciência dos judeus, já propugnada no século xv por D. Duarte no seu livro *Leal conselheiro*<sup>42</sup>.

A partir de 1834, os judeus de Lisboa deixaram de sofrer as contrariedades do passado, iniciando-se enfim o regime definitivo de tolerância, mas a sua organização como grupo religioso diferenciado foi demorada: em 1853, a morte de Dabella não levou à dispersão dos fiéis, que passaram a ser dirigidos por Leão Amzalak, Levy Bensabat, Abraham Cohen e outros, que fundaram então a Comunidade Israelita de Lisboa. As desinteligências entre os membros conduziram, logo em 1860, a uma cisão que levou a maioria dos fiéis para a congregação em que passou a officiar o reverendo Jacob Toledano († 1899), oriundo de Tânger, e em 1880 outra cisão deu origem à sinagoga da família Draí. Só em 1894 os esforços de Isaac A. Levy e Simão Anahory conseguiram dar início ao processo de reunião das sinagogas: em Dezembro desse ano realizou-se uma reunião das famílias judias da capital para a unificação dos serviços de *shehitá* (para aprovisionamento da carne segundo o ritual) e em Março de 1897 uma nova reunião decidiu a construção da nova sinagoga de Lisboa — foi então eleito o primeiro comité da Comunidade Israelita de Lisboa, que teve como presidente honorário o comerciante, empresário de navegação e destacado membro da Associação Comercial de Lisboa Abraham Bensaúde e, como presidente efectivo, Simão Anahory. Este fora o fundador, em 1865, da associação de beneficência Somej Noflim, destinada a ajudar a subsistência e a educação dos membros mais necessitados da comunidade: a sua sobrevivência até aos nossos dias evidencia a capacidade do grupo judeu da capital de estruturar laços de sociabilidade para além da manutenção do culto (em 1892, foi fundada por Moses e Elias Anahory a Guimelut-Hassidim, uma irmandade de socorros espirituais na hora extrema e funerais).

A tentativa de dotar o pequeno grupo judeu da capital de uma melhor

## O «segundo» judaísmo



Interior da Sinagoga Shaaré Tikvá, 1904, Lisboa. Integrados, mas recatados, a reconstituição de uma comunidade de judeus praticantes em Lisboa no século xx, consolidada pelas liberdades civis garantidas pelo Liberalismo, foi mais resultante de um fluxo migratório de famílias sefarditas do Norte de África que de um «renascimento» do judaísmo peninsular anterior ao século xv.

administração de espaços e bens necessários à sua vivência religiosa, do antecedente multiplicados e localizados em apartamentos alugados de prédios da cidade, incentivou a unidade orgânica do grupo. Assim, em Agosto de 1900, os estatutos da Comunidade Israelita de Lisboa foram aprovados pelas famílias da capital (embora não ratificados pelos poderes públicos) e em Maio de 1904 foi inaugurada em Lisboa, na Rua Alexandre Herculano, a primeira sinagoga de raiz da época contemporânea (Shaaré Tikvá ou Portas da Esperança) — o terreno era propriedade de particulares e o edifício fora construído sem forma exterior de templo, como estipulava o artigo 6.º da Carta Constitucional. Foram, desde então e até 1959, segundo Schwarz, seus ministros oficiantes os reverendos Levy Bensimou de Jafa, Issac Jacob Wolfinson de Odessa, o rabino Jacob Rodolfo Levy de Florença, o reverendo Menahem Mendel Diesendruck e o reverendo Abraham Assor de Tânger.

A comunidade só conseguiu a aprovação oficial dos seus estatutos em Junho de 1912, já depois do *desestabelecimento* da Igreja Católica Romana e da adopção da nova constituição laica em 1911 — a dificuldade da sua aprovação

antes desta data, apesar da tolerância já assegurada desde 1834, prendia-se ao preceito da Carta Constitucional (artigo 6.º) que fazia de cada súbdito português *ipso facto* um membro da Igreja estabelecida, com liberdade de consciência religiosa mas sem direito de se organizar em termos religiosos — isto é, de constituir grupos — fora dessa Igreja. Deste modo, tal como aconteceu com os protestantes da época, como se verá adiante, estes portugueses podiam participar em grupos religiosos formalmente estrangeiros ou mesmo organizar-se em grupos, mas estes não podiam ser reconhecidos e legalizados pelos poderes públicos — por muito organizados que esses grupos estivessem, a lei só os podia considerar redes inorgânicas de cidadãos que, como tal, não podiam ser pessoa jurídica nem possuir colectivamente propriedade móvel ou imóvel; por esta razão, os templos ou os jornais destes grupos tinham de estar registados como propriedade de indivíduos ou de firmas para o efeito constituídas. O mesmo se passava com os cemitérios: os membros destes grupos adquiriam, como no caso dos judeus em 1865, um terreno que era propriedade individual ou de uma firma ou então faziam-se enterrar nos cemitérios das capelanias estrangeiras reconhecidas pela Coroa. Em 1911, a passagem da gestão dos cemitérios para o Estado, a universalização do registo civil e a abolição do preceito constitucional referido pôs fim a estes problemas e permitiu a transformação destes grupos religiosos em pessoas jurídicas.

A TENTATIVA FALHADA DE INSTITUIÇÃO de uma escola judaica em Lisboa é, entretanto, reveladora dos limites do crescimento e desenvolvimento da comunidade enquanto grupo religioso estruturador de laços de sociabilidade: em 1929, o Prof. Adolfo Benarus (1863-1950) fundou uma escola primária (pouco depois também secundária) com cerca de 25 alunos onde eram associados ao currículo oficial os estudos hebraicos — mas o investimento feito nesta instituição cedo se revelou sobredimensionado para o pequeno número de estudantes da comunidade e a escola teve de associar-se a outra instituição para sobreviver, descaracterizando-se, o que levou as famílias judias a deixarem de ter incentivos para a preferirem às outras escolas (o seu encerramento deu-se em 1943).

A Comunidade Israelita de Lisboa, dirigida desde 1922 pelo economista e professor catedrático da Universidade Técnica de Lisboa Moses Bensabat Amzalak (1892-1978), tornou-se um grupo discreto e estabilizado, praticamente fechado às pessoas que não pertencessem às famílias judias da capital e como tal reconhecidas pela própria comunidade. Assim, a raiz ortodoxa, com a manutenção do ritual sefardí em hebraico (usado pelos judeus portugueses antes da conversão forçada), conjuga-se com uma atitude «liberal» e de integração nos padrões culturais dominantes na sociedade circundante, o que tem passado por recusar a disputa de membros com outros grupos religiosos e pela delimitação social e familiar do grupo.

Os núcleos que, no século XIX, chegaram a estabelecer-se nos Açores e no Algarve foram pouco numerosos e apenas temporários: em meados de Oitocentos, na ilha de São Miguel (Ponta Delgada e Vila Franca do Campo) existiam sinagogas que serviam mais de duas centenas de famílias originárias sobretudo de Marrocos, na Terceira e no Faial algumas dezenas de famílias mantinham sinagogas particulares, em Faro foi fundado um cemitério e uma sinagoga — mas estes grupos desapareceram quando, em finais do século, mudaram as condições económicas locais que os haviam levado a estabelecer-se, extinguindo-se até a Comunidade Judaica de Ponta Delgada, que deixou uma rica sinagoga depois adquirida e mantida como património pela família Bensaúde.

O caso da recusa de admissão na comunidade lisboeta do mais famoso convertido português ao judaísmo no século XX, Artur Carlos de Barros Basto (1887-1961), foi bem demonstrativo da natureza rotineira e autocentrada do grupo, avesso (pela própria definição histórica, étnica e nacional, do judaísmo) a qualquer forma de proselitismo e cioso da manutenção deliberada de um *low profile* que assegurasse o mínimo de tensão com a sociedade lisboeta e

### A estabilidade do grupo



Moses Bensabat Amzalak (1892-1978). Lisboa, Comunidade Ismaelita.

FOTO: ARQUIVO CÍRCULO DE LEITORES.

portuguesa. Ao pretender trazer ao judaísmo ortodoxo reconstituído em Portugal as dispersas famílias «marranas» (criptojudias), a aventura religiosa de Barros Basto só podia, assim, ser percebida como perturbadora desta opção e foi, na verdade, a única manifestação de algum vigor (ou investimento) religioso judaico no Portugal contemporâneo; até então, ao grupo de Lisboa se resumiu o judaísmo português.

### Barros Basto

A PERSONALIDADE DO OFICIAL DO EXÉRCITO (e membro condecorado do Corpo Expedicionário Português durante a I Guerra Mundial) Barros Basto foi, desde a mais tenra juventude, dominada por uma profunda inquietação religiosa; tendo sabido das suas raízes criptojudias no convívio com seu avô materno e visto gorar-se a sua tentativa de adesão à comunidade israelita de Lisboa em 1907, concebeu ele próprio, em 1910, um sistema religioso denominado *oryamismo* (ou «luz do Ocidente», do hebraico *or*, luz, e *yam*, ocidente), particularmente marcado pela teosofia. Nesse ano publicou um texto fundador da sua proposta religiosa, o *Shahar* («alvor»), dividido em seis *ketabs* e estes em versículos; a sua experiência de guerra na Flandres conduziu-o a aprofundar as suas ideias e a escrever outros textos sobre o oryamismo. Este pretendia ser uma conciliação da ciência positiva com uma ética estoica e fraterna: «O Oryam é religião porque acredita num Deus único, espiritual ou panteísta; o Oryam toma como culto a esse Deus a educação intelectual, moral e física do próprio indivíduo; o Oryam impõe-lhe a obrigação de imprimir uma educação integral à sociedade; impõe-lhe a obrigação de ajudar, segundo as suas posses, os Oryamitas que disso necessitam; o Oryam não é político: todos os políticos sinceramente liberais podem lá caber porque não sendo o Oryam político é, todavia, pelo seu fim educativo, base de toda a política superiormente dirigida num ideal progressivo.»<sup>43</sup> Neste texto, Barros Basto revela-se um criador de linguagem simbólica, tentando esboçar uma expressão religiosa que pretende responder às suas expectativas, mas também se revela um «empreendedor religioso» nato, definindo as formas e os actos capazes de tornar essa expressão numa vivência: a solidariedade material entre os crentes oryamitas (que criaria um laço de sociabilidade) e a prossecução por cada indivíduo da sua própria educação intelectual, a qual se tornaria o verdadeiro culto e a verdadeira liturgia do oryamita. Este é um dos mais curiosos exemplos surgidos em Portugal da criatividade religiosa e da sua amplíssima capacidade de reformular, por vezes de forma radical, a expressão dessa atitude e o seu equacionamento como vivência — de uma forma que pode não ter quase nada de parecido com as expressões religiosas estabelecidas ou como tal reconhecidas.

A propensão criativa de Barros Basto ficara já patente num seu outro empreendimento: o aduarismo, fundado por si no Porto em 1914, pretendia ser uma adaptação portuguesa do *Scouting* de Baden-Powell, «atendendo-se aos caracteres étnicos da raça, às belas tradições dum passado brilhantíssimo, e à necessidade de preparação militar da mocidade, em face da índole da organização do exército (tendência para a Nação Armada)»<sup>44</sup>. Mostrando a sua comunhão com o universo simbólico positivista e nacionalista dos republicanos (fora, aliás, um dos homens do 5 de Outubro no Porto), Barros Basto não deixava de conceber a sua organização juvenil no contexto de uma sociabilidade cívica militarizada, de facto veiculada pelo republicanismo português. Em 1918, no Porto, existiam nove grupos adueiros (em Lisboa vieram a constituir-se uma meia dúzia) e o movimento foi oficialmente reconhecido em finais de 1919, vindo depois a ser dissolvido nos primeiros anos do Estado Novo; é curioso notar que o aduarismo estivera aparentemente ligado a uma tentativa feita por Barros Basto, numas férias de Verão em 1905, de fundar com outros rapazes um «grupo de monteses adoradores dum Deus Altíssimo e Único, segundo as doutrinas da Bíblia (Velho Testamento)»<sup>45</sup>.

Mas Barros Basto mantinha um permanente interesse pelo judaísmo, sentindo-se cada vez mais insatisfeito com as concepções teosóficas; por volta de 1920, deu-se uma inflexão na sua vida, quando decidiu assumir e valorizar, com todas as consequências, a sua ascendência judaica. É de enorme signifi-



cado o facto de, desconhecendo a sua genealogia verdadeira, ter decidido escrever uma simbólica (*Linhagem de Ben-Rosh*, 1920), na qual traçava as suas origens desde um tal Barak Ben Avinoam da tribo de Naftali que fora escolhido para chefe (*Rosh*) no século XII a. C.; e encontrava ainda um significado para o seu nome: o patronímico Barros viria de *Bar-Rosh* («filhos do chefe») e o de Basto dos bens da família em Terras de Basto. Tratava-se de um autêntico exercício simbólico de ligação ao universo sagrado judaico (as tribos do povo escolhido), no qual Barros Basto fundava a atitude religiosa que daí em diante iria orientar a sua vida. Em 1920, já noivo de uma judia, não deixou que a recusa da comunidade judaica de Lisboa de aceitar a sua conversão o impedisse de o conseguir e, «se em Lisboa não havia rabinos que se pudessem constituir em tribunal para o receberem de regresso ao seu povo, ele foi procurá-los a Tânger»<sup>46</sup>, de onde regressou com o seu certificado de judeu e o nome de Abraham Israel Ben-Rosh.

ESTABELECEANDO-SE NO PORTO APÓS O SEU CASAMENTO, começou a organizar os poucos judeus (asquenazis) da cidade, com os quais fundou, em Junho de 1923, a Comunidade Israelita do Porto, legalizada dois meses depois; começa então a conceber a sua «Obra do Resgate», de trazer à comunhão com o judaísmo ortodoxo que se organizava no Porto as inúmeras famílias criptojudias dispersas pelo Norte de Portugal.

Os criptojudes portugueses da Beira Interior haviam sido descobertos por Samuel Schwarz (1880-1953) em 1917; este engenheiro de minas judeu asquenazi de origem polaca localizara, a partir de Belmonte, variadíssimas famílias que observavam «vestígios de práticas judaicas» e revelou as suas descobertas e pesquisas em *Os cristãos-novos em Portugal no século XX* (1925), despertando enorme interesse junto dos meios judaicos internacionais. Simultaneamente, Francisco Manuel Alves, abade de Baçal, no volume V (1925) das suas *Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança*, fazia revelações similares para a região de Trás-os-Montes; provava-se assim o que até então ape-

Interior da Sinagoga do Porto.

FOTO: NUNO CALVET/ARQUIVO CÍRCULO DE LEITORES.

### A «Obra do Resgate»



nas fora suposto por uns e negado por outros: que muitos descendentes de cristãos-novos mantinham ainda, secretamente, vestígios de crenças e ritos judaicos.

A comunidade judaica de Lisboa chegou a consultar o grão-rabino da comunidade sefardita da Palestina sobre a conveniência da conversão destes criptojudeus ao judaísmo ortodoxo, mas o próprio Adolfo Benarus, redactor da carta, levantava dúvidas sobre se «se deve introduzir no Judaísmo pessoas que se encontram em condições muito especiais, vivendo em aldeias afastadas de toda a cultura judaica; pessoas destinadas talvez a abandonar, mais tarde, por indiferença ou por interesse, os preceitos da nossa religião»<sup>47</sup>; o grão-rabino pronunciou-se favoravelmente a um esforço no sentido da integração mas a comunidade lisboeta não tomou nenhuma iniciativa para esse efeito.

Em 1926, a Anglo Jewish Association enviou a Portugal um emissário, Lucien Wolf, e este, acreditando na possibilidade de aproximar os criptojudeus do judaísmo ortodoxo, apoiou a ideia de tornar o Porto no centro de um esforço missionário e destacou o papel que Barros Basto poderia desempenhar para esse efeito; conseguiu, deste modo, a constituição de um Português Marranos Committee, apoiado pelo meio judaico de Londres, no qual se encontravam muitos descendentes de judeus portugueses e figuras ligadas ao movimento sionista, como o historiador Paul Goodman. Em Abril de 1927, o Committee lançou um apelo internacional para ajuda financeira à Comunidade Israelita do Porto, a qual pôde, nesse ano, consagrar a sua primeira sinagoga (Mekor-Haim) e registar a adesão dos primeiros criptojudeus; a ajuda financeira permitiu também a Barros Basto iniciar as suas viagens pelo interior do país ao encontro das famílias criptojudias e fundar o primeiro periódico judaico português, o *Ha-Lapid (O Facho)*, de que era director e principal redactor. Publicaram-se 156 números até 1958, nos quais, além de notícias ou de pequenos trabalhos literários ou históricos, surgiram traduções de textos litúrgicos do rito sefardi, destinados a influenciar a prática do judaísmo nos centros criptojudaios que se iam organizando; o jornal assumia-se assim como um foco de cultura judaica em Portugal e como laço de unidade entre os vários grupos locais. No mesmo ano de 1927, Barros Basto iniciara um curso elementar de Língua Hebraica, que veio a ser o embrião do Instituto Teológico Rosh Pinah em 1929, o qual se propunha formar uma pequena elite capaz de ligar os meios criptojudaios ao judaísmo ortodoxo: para tanto, conseguiu-se formar um grupo de alunos com rapazes de famílias criptojudias que eram instruídos gratuitamente no Porto.

### *Entusiasmo e dificuldades*

ENQUANTO NO PORTO O JUDAÍSMO era integrado sobretudo por famílias asquenazis imigradas e originais do Centro e Leste europeus, nas outras localidades do Norte e do Centro do país eram os velhos criptojudeus o alvo do esforço missionário da Comunidade Israelita do Porto; fora desta cidade, a primeira comunidade local constituiu-se, em 1927, em Bragança, em torno do director da agência local do Banco de Portugal, José Furtado Montanha. Este e outras personalidades locais, que se fizeram então circuncidar, estavam convictamente empenhados em regressar à fé dos seus antepassados; o relato de uma cura de surdez em 1928 entre membros da comunidade brigantina é sintomática do ambiente de grandes expectativas que chegou então a ser vivido: «Ficando só, Borges colocou a lâmpada e cheio de fé, dirigiu-se ao Senhor nestes termos: — Adonai, meu Deus e grande Deus de Israel, se esta obra que andamos fazendo, é do teu agrado, dá-nos um sinal [...]. Tem compaixão do pobre Sá Pereira, cura-o, Senhor! [...]. Terminada a sua oração, Borges regressou a sua casa, onde pelas 16 horas entrou correndo, muito emocionado, Sá Pereira, exclamando: — O grande Deus de Israel ouviu-me [...]. Sabes! Já tenho ouvido.»<sup>48</sup> Na Covilhã, em Junho de 1929, foi reconhecida pelo governo civil outra comunidade então constituída e na qual Samuel Schwarz foi uma figura destacada; tanto nesta localidade como em Bragança e em Pinhel ficaram a funcionar comunidades com as respectivas sinagogas, enquanto noutras Barros Basto organizou pequenas juntas

que se deveriam tornar no embrião de futuras comunidades (Belmonte, Vila Real, Escalhão).

Mas estes pequenos progressos eram ensombrados por dificuldades financeiras e missionárias: apesar da curiosidade internacional perante a «Obra do Resgate», apenas chegavam a Portugal os apoios (limitados) do Portuguese Marranos Committee que auxiliava as comunidades do Porto e Bragança; por outro lado, a adesão das famílias criptojudias ficava muitas vezes aquém do esperado. Leo d'Almeida, num artigo do *Ha-Lapid* em 1929, fazia-se eco do misto de receio e indiferença que pautava a atitude de algumas dessas famílias: «se conservais ainda a vossa fé bastante fortalecida [...] porque tanto receio em vos declarardes seus fiéis adeptos?»<sup>49</sup>. A razão de ser dessa reserva poderia radicar no facto de o criptojudaísmo ter criado a sua própria gestão de expectativas religiosas e, tal como não evoluíra para outra realidade com o regime de tolerância religiosa a partir de 1834, também no princípio dos anos 30 do século seguinte não encontrava nem grandes afinidades com o judaísmo ortodoxo nem grandes vantagens em modificar-se; é provável que as mulheres que o mantinham vivo nas suas famílias não vissem com bons olhos a intromissão destes judeus urbanos, da sua cultura letrada e da nova autoridade intelectual e hierárquica que com eles chegava. O judaísmo ortodoxo pôde entusiasmar ou interessar alguns dos criptojudeus mais instruídos, sobretudo homens adultos ou jovens candidatos aos estudos no Porto — que podiam integrar-se num grupo de forte identidade religiosa e dominado pelo sexo masculino —, mas interessaria menos às mulheres e àqueles homens que teriam um lugar de segundo plano nas comunidades ortodoxas lideradas pelos mais familiarizados com a cultura letrada, os estudos hebraicos e a teologia. Isto não quer dizer que se tenha desenvolvido qualquer animosidade dos criptojudeus relativamente ao esforço missionário da Comunidade Israelita do Porto mas sim que estes factores explicam, primeiro, a fraca adesão a esse esforço e, segundo, o seu esboroamento após as contrariedades que dificultaram a empresa do «Resgate» conduzida por Barros Basto.

O capitão, como é típico dos grandes empreendedores religiosos, atinha-se menos ao que eram as aparentes possibilidades do presente e guiava-se mais pelo que acreditava serem as possibilidades a criar para o futuro: deste modo, não fez esperar o projecto de edificação no Porto de uma autêntica «catedral judaica», uma sinagoga monumental que fosse o símbolo materializado do sonhado renascimento judaico português do século xx. Logo em 1928, ainda sem recursos, Barros Basto comprou o terreno para a construção de raiz da sinagoga (um apelo a contribuições foi depois feito no *Ha-Lapid*), cuja primeira pedra foi lançada em 1929; mas, nos anos seguintes, a obra parou devido à falta de fundos, vindo apenas a ser concluída em 1938, graças a uma avultada doação da família judaica Kadoorie, de Xangai (a sinagoga chamou-se, por essa razão, Kadoorie Mekor Haim). Nessa altura, porém, já Barros Basto estava enredado numa teia que destruiu a sua liderança e carisma: acusado em 1934, por membros da comunidade do Porto, de actos imorais, e apesar de tais alegações terem sido dadas como não provadas pela Polícia e pelo Conselho Superior de Disciplina do Exército, foi expulso da instituição militar em Junho de 1937 após um processo bastante duvidoso. Apesar de não ter nunca perdido a confiança do Portuguese Marranos Committee, que investigou toda a delação contra o capitão, esta minou a sua missão em Portugal, abalou a unidade da comunidade portuense de que fora fundador e contribuiu para um ainda maior afastamento da comunidade lisboeta de uma empresa religiosa a que nunca realmente aderira; depois, o eclodir da Segunda Guerra Mundial, em 1939, foi o golpe de misericórdia na «Obra do Resgate», fazendo secar os fundos disponibilizados pelos meios judaicos internacionais, a partir de então absorvidos por outras e mais prementes prioridades.

É curioso referir que chegou a constituir-se em Portugal, em 1934, uma sociedade missionária protestante (animada, entre outros, por Eduardo Moreira e pelo futuro bispo lusitano Luís Pereira) vocacionada para a conversão dos criptojudeus, a qual, embora não tenha passado do papel, foi então mais uma preocupação para Barros Basto<sup>50</sup>; a inconsequência desta iniciativa, que

◁ Artur Carlos de Barros Basto (Abraham Israel Ben Rosh) in Elvira de Azevedo Mea e Inácio Steinhardt, *Ben Rosh: biografia do capitão Barros Basto, o apóstolo dos marranos*, 1997, Porto. De fundador do aduarismo e da religião oryamita a «Apóstolo dos Marranos». Autêntico *self-made man* religioso, Barros Basto veio a ser uma vítima da sua dessintonia com um meio pouco receptivo aos seus projectos arrojados.

contava com apoios internacionais, está muito provavelmente relacionada com a observação das dificuldades enfrentadas nessa tarefa pelos próprios judeus ortodoxos — e que, presumivelmente, seriam maiores no caso do proselitismo protestante.

### O anti-semitismo

O EFEITO DO ANTI-SEMITISMO DOMÉSTICO em todos estes acontecimentos não é tão linear como parecem sugerir algumas leituras; não há dúvida que foi do meio judaico do Porto que partiram as acusações contra o capitão e pode considerar-se que as autoridades militares (numa altura em que o Exército se estava definitivamente a submeter a Salazar) tiveram alguma pressa em aproveitar o caso para destruírem o laço à instituição de uma figura excêntrica como era Barros Basto. Por outro lado, os judeus (sobretudo os de Lisboa), ciosos da sua integração na sociedade portuguesa, não queriam explorar fontes de conflito com o poder estabelecido: no mesmo ano em que o capitão foi afastado do Exército, os judeus de Lisboa realizaram ofícios religiosos de acção de graças pela sobrevivência de Salazar ao atentado de que foi então vítima.

A animosidade de certa opinião pública contra a «Obra do Resgate» não era toda inspirada por um anti-semitismo bem articulado nem parece ter contado com a colaboração directa do poder político que, aliás, prestava então auxílio a refugiados judeus que acorriam a Portugal; muito simplesmente desconfiavam da sinceridade da conversão do capitão ao judaísmo (dada a sua aventura oryamita anterior) ou da sua qualidade de maçã. Não podem, no entanto, ser esquecidas as dificuldades intrínsecas do «Resgate» na conversão dos criptojudeus, os conflitos de protagonismo do capitão com personalidades judias como Samuel Schwarz (admirador de Barros Basto nos anos 20, já criticava o seu proselitismo em 1938 e lhe negava a qualidade de judeu) e a desconfiança da Comunidade Israelita de Lisboa perante a atitude proselitista do capitão; tal desconfiança, além de aconselhada pela prudência na circunstância histórica dos primeiros anos do Estado Novo, era e é um traço marcante do judaísmo ortodoxo.

O anti-semitismo, tal como apareceu na obra *A invasão dos judeus* (1925) de Mário Saa, pode ter contribuído para a circunspecção da comunidade de Lisboa mas não mais. Também a insólita resposta de António Cabreira a esse livro<sup>51</sup>, do mesmo ano, preocupado em refutar a sua ascendência judaica sugerida por Mário Saa, indicia uma presença profunda de anti-semitismo, aliás assente em crenças bem positivistas sobre a verificabilidade «científica» de todos os «factos». No entanto, tais atitudes anti-semitas (que, como se vê, não esperavam o fascismo para existir) nunca assumiram grande relevo nem importância junto do poder político.

### Desenlace paradigmático

EM 1946, BARROS BASTO PROCUROU MANTER as suas visitas missionárias ao interior do país mas, isolado e sem recursos, não conseguiu evitar nos 15 anos seguintes a regressão dos laços que tinha criado e das obras que iniciara: a própria comunidade portuense quase se extinguiu (com a sua enorme sinagoga fechada), desapareceu o Instituto Rosh Pinah (pelo qual chegaram a passar algumas dezenas de alunos que nunca se tornaram na elite sonhada pelo capitão) e apenas a comunidade de Bragança, com grandes dificuldades e graças às suas diligências, conseguiu manter a sua pequena sinagoga até princípios da década de 60.

O criptojudaísmo manteve-se como realidade religiosa distinta e em vias de extinção, à excepção de Belmonte, onde recentemente foram feitas novas tentativas de aproximação e conversão pelos judeus ortodoxos<sup>52</sup>. O judaísmo português acabou, assim, quase limitado de novo a Lisboa, única comunidade relevante no país, como se a aventura de Barros Basto nunca tivesse existido; o ambiente tanto do judaísmo ortodoxo como do criptojudaísmo, com as suas culturas religiosas extremamente estáveis, não eram campo fácil nem fértil para um espírito criador e organizador como o de Barros Basto.

A sua tarefa, porém, foi ainda mais travada pelas características gerais do campo religioso português, de difícil diferenciação e escassíssimo em re-

curso disponíveis para arrojadas empresas; em face disto, o que surpreende não é o insucesso da «Obra do Resgate», mas sim que Barros Basto, pela sua persistência tão testada, tenha chegado a conseguir realizar os laços entre pessoas e as obras literárias e arquitectónicas que via como a realização de algo maior, das suas expectativas. Perante a adversidade, agarrou-se a uma frase que várias vezes repetiu e lembra pertencer-lhe um dos mais espantosos testemunhos de fé do século xx português: *Adonai Dayan Emeth*, o Senhor é o verdadeiro juiz.

## A «CISSIPARIDADE FRAGMENTÁRIA» DA MINORIA PROTESTANTE

ALGUNS AUTORES PROTESTANTES TÊM RECLAMADO, como introdutores de um cristianismo reformado em Portugal, as figuras de Gil Vicente (c. 1465–c. 1536), padre Frei Valentim da Luz (1524-1562), Damião de Góis (1502-1574) ou Francisco Xavier de Oliveira (1702-1783); porém, por muito que estas personalidades transportassem experiências religiosas próprias, estas não tiveram o condão de se transfigurarem em expressões religiosas e muito menos em vivências social ou historicamente relevantes, estruturando redes ou grupos. Apenas Oliveira se converteu a outra Igreja cristã (anglicana), estando refugiado em Inglaterra, onde escreveu o *Discours pathétique au sujet des calamités présentes arrivées en Portugal* (1756), em que interpreta o terramoto de então como juízo de Deus contra a idolatria dominante em Portugal. Como pôde, já no século xvi, dizer Jerónimo de Azambuja († 1563) no Concílio de Trento, «graças à providência divina e aos cuidados do nosso rei mui cristão, não se vislumbra em Portugal quaisquer sinais da heresia luterana que enche o mundo»<sup>53</sup>; esta ausência de influência de ideias luteranas e reformadas explica que a literatura religiosa destinada a combatê-las seja em Portugal escassa e pobre, ao contrário daquela que pretendia chegar a judeus, muçulmanos e cristãos-novos e integrá-los na uniformidade confessional que se construía.

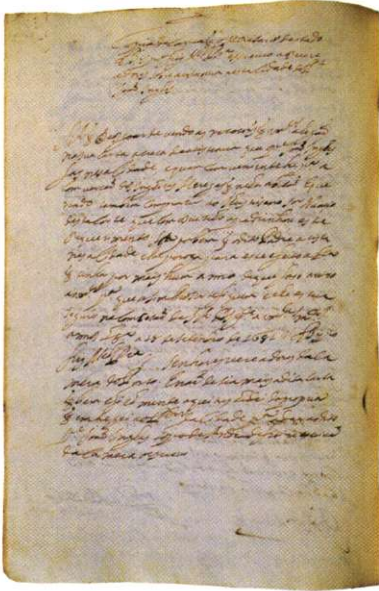
SÓ JOÃO FERREIRA DE ALMEIDA (1628-1691) pode ser considerado um verdadeiro pioneiro protestante, embora de um modo peculiar, já que desenvolveu a sua acção literária e catequética longe de Portugal. O pouco que se sabe da sua vida até ao início da actividade missionária em Batávia (actual Jacarta), na ilha de Java, é que terá emigrado para Amesterdão, embarcando depois para as Índias Orientais, onde abraçou o calvinismo e se fez ministro do Evangelho — desde 1642, pregou entre as comunidades luso-cristãs de Java, Ceilão e costa do Malabar e a refugiados huguenotes procedentes da Europa. Uma igreja protestante de língua portuguesa (falada pelas populações da região) existiu em Batávia entre 1633 e 1809 e João Ferreira de Almeida foi o seu principal pregador, redigindo em 1644-1645 a primeira tradução completa em português do Novo Testamento — posteriormente, iniciou a tradução do Antigo Testamento (que realizou até Ezequiel, 48: 21) e assinou a primeira tradução portuguesa de um texto doutrinal protestante, a *Diferença da cristandade da Igreja Reformada e Romana* (1668), revista e aumentada em 1673<sup>54</sup>. A obra de Almeida, o qual se correspondeu com algumas personalidades portuguesas, foi conhecida e comentada em Goa e mais tarde em Portugal<sup>55</sup>, nomeadamente pelo padre António Ribeiro dos Santos nas *Memórias de literatura portuguesa* (1806) — mas, embora não tenha influenciado no imediato o universo religioso português, Almeida deixou uma tradução das Escrituras que veio a tornar-se uma referência para o reavivamento cristão português que, no século xix, originou vivências e grupos separados da Igreja Católica Romana.

AS NECESSIDADES DA EVANGELIZAÇÃO PROTESTANTE no Extremo Oriente continuaram a motivar o interesse por traduções portuguesas da Bíblia, pelo que, entre 1806 e 1812, um tal Henry Martin defendeu junto da Sociedade

*Problemática das origens*

*João Ferreira de Almeida*

*Primeiras manifestações*



Autorização de residência ao primeiro capelão anglicano no Porto (1681), passada pelo bispo da cidade. A autorização fora requerida pela «nação» inglesa do Porto e, após consulta ao núncio, concedida pela Coroa (Porto, Arquivo Histórico Municipal).

FOTO: HELENA CRUZ.

Bíblica de Londres a impressão de mais exemplares; circulou ainda nessas paragens, onde competiam missionários britânicos, holandeses e dinamarqueses, uma versão portuguesa dos Salmos, a *Salmódia evangélica*, com 7.<sup>a</sup> edição de 1821<sup>56</sup>.

As primeiras presenças permanentes de protestantes em Portugal foram as já referidas capelanias das «nações» estrangeiras e respectivos cemitérios: o cemitério alemão em Lisboa foi permitido em 1761 (com a respectiva capelania luterana, a Igreja Evangélica Alemã de Lisboa) e o britânico em 1725 (em 1843 foram solenemente consagrados a capela e o cemitério britânicos na capital). Muitos protestantes passaram por Portugal até ao século XIX, tanto por motivos comerciais e diplomáticos, como contratados pela Coroa para ocupar altos cargos<sup>57</sup>, e alguns destes chegaram a converter-se à Igreja estabelecida para efeitos de naturalização. É de referir o caso curioso do alemão naturalizado João Guilherme Cristiano Muller († 1814), que chegara a Lisboa em 1773 como pastor luterano da «nação» alemã e veio a ser eleito sócio da Academia das Ciências e designado membro da Real Mesa Censória, para tanto convertendo-se ao catolicismo romano; foi ainda oficial às ordens do comandante supremo do Exército real em 1797-1798 (príncipe Christian von Waldeck) e camareiro do duque de Sussex no seu «exílio» em Portugal até 1802 (o duque era o chefe de fila da ala anglófila da Maçonaria portuguesa, ala essa em que se filiaria a facção moderada do liberalismo português na primeira metade de Oitocentos). A sua provável ligação à Maçonaria explicará que, em 1794, tal como o padre oratoriano (e cismontano) António Pereira de Figueiredo, Muller fosse considerado suspeito de ideias sediciosas por Pina Manique; o facto de a sua esposa e restante família terem permanecido membros da capelania luterana levanta fundadas dúvidas sobre a sinceridade da sua conversão<sup>58</sup>.

Mas estes contactos ocasionais, sobretudo das elites, com personalidades protestantes não deixaram indícios de actividades de proselitismo protestante em Portugal (Anton Herman Roeder, n. 1828, professor liceal e fundador do Colégio Alemão de Lisboa em 1848, foi outra importante personalidade luterana, vindo a ser professor e íntimo de membros da família real); só com a Guerra Peninsular e a chegada de grande número de militares britânicos se produziram os primeiros efeitos duráveis. E foram os Britânicos, mesmo a partir das suas capelanias em Portugal, quem desenvolveu formas de proselitismo, ao contrário da comunidade luterana alemã, que sempre manteve uma atitude de não interferência; essa abstenção definiu-se no período em que Cristiano Eduardo Daehnhardt (1835-1907) dirigiu os destinos dessa comunidade. Logo em 1806, deu-se um fenómeno inédito e sintomático: junto ao navio *Hibernia*, que trouxera a Lisboa uma legação britânica, reuniram-se várias vezes milhares de portugueses de todas as condições sociais, para assistir ao culto anglicano, num misto de interesse religioso e curiosidade<sup>59</sup>.

## A disseminação de Bíblias

AS ACTIVIDADES DAS SOCIEDADES BÍBLICAS no reino remontam também a este período: a Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira (SBBE), fundada em 1804 numa base não-confessional, bem como a Sociedade Trinitária (sua rival fundada depois por protestantes a quem desagradava a colaboração na primeira de certos grupos, provavelmente unitaristas), aproveitaram a presença de crentes protestantes nas fileiras do exército comandado por Wellington para iniciarem a disseminação em Portugal de exemplares da Bíblia em língua portuguesa. Em 1808, a SBBE publicou a sua primeira edição popular e corrigida da versão de Almeida do Novo Testamento e em 1809, na ilha da Madeira (ocupada então pelos Britânicos), o agente local da sociedade fez a primeira distribuição de 20 000 exemplares dessa edição; o agente, entusiasmado pela recepção até de sacerdotes da Igreja estabelecida (muitos dos quais só então acederam a uma versão em vernáculo dos Evangelhos), escreveu à sociedade: «O bem proporcionado à nova geração pode, com a bênção de Deus, ser grande; mas isto não é tudo, pois os pais destas crianças, que são analfabetos (os contemplados com a oferta), escutam com gosto a leitura, como tenho verificado. São muito numerosas as pessoas desta categoria, aqui na ilha, pois só há muito pouco tempo a Rainha de Portugal mandou abrir estas es-

colas.»<sup>60</sup> Este relato dá a entender que o agente teria distribuído exemplares junto das aulas dos mestres de «ler, escrever e contar» de então na ilha, sendo provável que fossem algumas das pessoas assim familiarizadas com o Novo Testamento que, anos depois, se interessassem por escutar Kalley, missionário das décadas de 30 e 40. Alguns exemplares terão chegado a ser distribuídos também no território continental do reino, apesar de datar só de 1835 a primeira passagem confirmada de um agente da sociedade por Lisboa, George Borrow (1803-1881), que confiou a representação da SBBE ao comerciante John Wilby; até à nomeação do primeiro agente em Lisboa, em 1864, alguns exemplares chegariam às mãos de portugueses, criando, num número de pessoas ainda muito limitado, um interesse pelo estudo bíblico e uma aproximação às capelanias anglicana e presbiteriana escocesa. Daí nasceriam os primeiros grupos de crentes cristãos diferenciados da vivência da Igreja estabelecida.

MAS FOI NA MADEIRA QUE O PRIMEIRO desses grupos apareceu, por acção do médico e filantropo presbiteriano escocês Robert Reid Kalley (1809-1888); este era um filho espiritual do ímpeto missionário do *revival* que conduziu um grupo de presbiterianos entusiastas a romper com a Igreja estabelecida da Escócia e a constituir a autónoma Igreja Livre da Escócia. Kalley e a sua primeira esposa (Margaret Crawford) estabeleceram-se no Funchal em 1838, onde fundaram um hospital e escolas primárias para crianças e adultos; mas, a essa actividade, o médico juntou a pregação e o ensino da Bíblia, formando um numeroso grupo de fiéis, muitos por si alfabetizados, o que não tardou a despertar a oposição das autoridades civis e eclesiásticas. Kalley escreveu que, para as gentes simples da ilha, «suas ideias de Deus eram pouco mais do que a que lhes davam as imagens perante as quais estavam acostumados a inclinar-se» e que «a situação entre os mais ricos não é também muito melhor [...] o cepticismo religioso entre esses ocupa o lugar da superstição que há entre as classes pobres»<sup>61</sup>; daí que a sua grande preocupação fosse divulgar a leitura e estudo da Bíblia, o que requeria a alfabetização de boa parte da população.

Em Kalley encontra-se já o tipo de apelo religioso que caracteriza a actividade de todas as correntes do protestantismo clássico no campo religioso português desde o século XIX: uma expressão extremamente marcada pela leitura e reflexão da Bíblia, pretendendo originar uma vivência que privilegia a transformação interior do crente nessa relação com o Texto e a conduta pessoal; deste modo, Kalley introduziu uma proposta religiosa que, relativamente à vivência dominante, substituía as expectativas e os investimentos religiosos tradicionais dos crentes (estes abandonavam a vivência *devocional e sacramental* reproduzida cultural e socialmente no quadro da Igreja Católica Romana a favor de uma vivência *textual e reflectida* da fé que, pela sua novidade, estaria muito dependente de experiências pessoais marcantes para os indivíduos envolvidos).

A capacidade de Kalley transformar a sua experiência pessoal numa expressão religiosa perceptível por uma parte da população da ilha ficou patente nas adesões que conseguiu cimentar, ao ponto de grande parte dessas pessoas vir a preferir exilar-se a negar a vivência a que aderira — Kalley constituiu, assim, a primeira rede cristã fora da Igreja Católica Romana no Portugal contemporâneo. A novidade deste fenómeno foi lida pelas autoridades civis e eclesiásticas em termos de desafio à ordem jurídica, o que é importante para se compreender o modo como continuava a ser entendida, em meados do século XIX, a vivência religiosa dominante enquadrada institucionalmente pela Igreja estabelecida — como a substância de uma *uniformidade* cultural, de mundividência e vivência, que se pretendia preservar.

O bispo do Funchal alegou ter recebido de Lisboa instruções para que as autoridades civis pusessem fim à obra missionária de Kalley; este, que chegara a ser louvado pela Câmara Municipal do Funchal em Maio de 1841, logo a seguir foi instado a desistir do seu proselitismo sob ameaça de prisão. Mas Kalley recusou e conseguiu mesmo aumentar o número daqueles que assistiam às suas sessões de leitura e comentário das Escrituras, algumas das quais

## Kalley na Madeira



Frontispício de edição *princeps* de *O Novo Testamento...*, traduzido por João Ferreira de Almeida, 1681 (Lisboa, Biblioteca Nacional). O primeiro protestante português, natural de Torre de Tavares (Mangualde), encontrava-se já aos 14 anos de idade nas Índias Orientais, onde se tornou pouco depois missionário calvinista e tradutor da Bíblia na língua de Camões. Para os protestantes portugueses, que valorizaram o literalismo da palavra bíblica sobre o ritualismo tradicional e devocional, João Ferreira de Almeida permanece como um heróico pai fundador de um cristianismo português reformado.

FOTO: LAURA GUERREIRO.

## INJURIADOS E PERSEGUIDOS

Panorâmica histórica  
da Fé Reformada em Portugal



Por Michael P. Testa

realizadas ao ar livre com mais de um milhar de participantes; a distribuição de edições do Novo Testamento e a composição e divulgação de hinos em português complementavam essas prédicas e cimentavam as adesões. Perante o primeiro fenómeno tão relevante e *em massa*, de diferenciação religiosa em Portugal, as autoridades consideraram não conseguir evitar tais manifestações, embora insistissem na necessidade de cumprir as ordens do governo central; em Janeiro de 1843, as autoridades e o clero da Igreja estabelecida iniciaram um autêntico contra-ataque na imprensa e no púlpito — o bispo fez publicar mais tarde o conjunto de acusações contra as actividades de Kalley (*Revista histórica do proselitismo anti-católico exercido na ilha da Madeira*, 1845), a que este respondeu numa *Exposição de factos* (1843), também editada no Funchal.

A esta polémica seguiu-se a prisão de Kalley, em nome da lei de 1603 contra as heresias, e foram presas mais de três dezenas de pessoas (chegando a haver um degredado para Angola e uma condenada à morte, sentença esta comutada para alguns meses de prisão pela Relação de Lisboa). Posto em liberdade em finais de 1843, Kalley continuou a realizar reuniões em sua casa, às quais assistiam ainda cerca de 600 pessoas, e, projectando reorganizar o seu trabalho missionário na Madeira, viajou a Lisboa para se encontrar com o reverendo William H. Hewitson (que estudava o português com a intenção de secundá-lo na sua actividade missionária); em Agosto de 1844, realizou-se no Funchal a primeira celebração da Sagrada Comunhão em língua portuguesa pelo rito presbiteriano. Kalley chegou ainda, em Maio de 1845, a dar os primeiros passos para a transformação da rede de crentes em grupo organizado (como primeira congregação protestante portuguesa, designando-a Igreja Presbiteriana Portuguesa); mas, em Agosto de 1846, as autoridades voltaram a mostrar a sua determinação e excomungaram publicamente Nicolau Tolentino Vieira e Francisco Pires Soares, dois portugueses da congregação. Este acontecimento despoletou uma violenta acção popular contra Kalley e os seus seguidores (que as autoridades não conseguiram ou não quiseram controlar), acabando o médico por fugir para a Escócia e depois reclamar do governo português uma indemnização; a maior parte dos seus seguidores, que tiveram de pôr-se ao abrigo da violência e recusaram abjurar, foram embarcando em navios britânicos (houve três levas de refugiados, a primeira com 200 pessoas, a segunda com 500, e a terceira com 300).

### *A semente lançada*

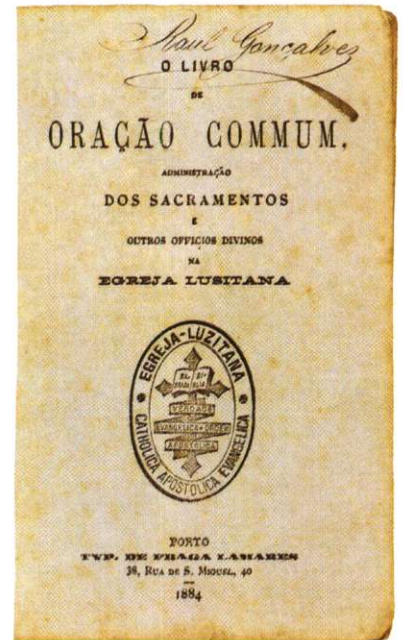
O GRUPO DISPERSOU-SE ENTRE A ILHA DE TRINDADE, os Estados Unidos (Jacksonville e Springfield, Illinois) e o Brasil, onde Kalley se instalou depois de 1853 com a sua segunda esposa, a grande autora de hinos evangélicos em língua portuguesa Sarah Poulton Kalley (1825-1907) — no Rio de Janeiro, o médico e missionário foi o fundador da importante Igreja Evangélica Fluminense (congregacionalista), autor da *Breve exposição das doutrinas fundamentais do cristianismo* (1876), que «ainda hoje constitui o padrão de doutrinas das Igrejas Congregacionais do Brasil e de Portugal»<sup>62</sup>, e organizador da primeira colectânea da hinódia protestante em língua portuguesa, *Salmos e hinos* (1.<sup>a</sup> edição de 1861), de longa vida entre protestantes portugueses e brasileiros e várias vezes reeditada e actualizada até aos nossos dias. João Fernandes Dagma, um dos refugiados em Trindade e depois em Springfield, autor de *Perseguição dos calvinistas da Madeira* (1896), veio a ser, a partir de 1870, ministro da Igreja Presbiteriana do Brasil; é um dos vários casos demonstrativos do sucesso que Kalley teve, apesar da perseguição, em lançar inúmeras sementes de evangelização no mundo de língua portuguesa. Na Madeira, permaneceu entretanto um pequeno grupo de fiéis protestantes, apoiados na capelania presbiteriana escocesa local — impedidos de constituírem uma congregação legalmente reconhecida, estes fiéis tinham de se juntar a um grupo formalmente estrangeiro (e, por isso, tolerado) para preservarem a sua vivência religiosa num ambiente então agreste.

A perseguição a Kalley, nas proporções que tomou, só é explicável pelo período de instabilidade que ainda vivia o regime liberal (o país ainda passou por uma guerra civil e uma intervenção militar estrangeira em 1846-1847), só consolidado a partir de 1851 com o movimento político-militar da Regenera-

ção; essa instabilidade repercutia-se ainda mais nas regiões periféricas do reino, como a Madeira, de mais difícil controlo administrativo e militar. Tal dificuldade de controlo terá conduzido as autoridades, de modo desastrado, a quererem pôr fim imediato a um fenómeno que percepcionavam como potencial foco de tensão (a inacção das autoridades britânicas é também explicável por esta razão e, provavelmente, pelo facto de Kalley pertencer a uma Igreja dissidente do presbiterianismo oficial escocês); por outro lado, a tolerância da capela lisboeta de Gómez y Togar (que será referida a seguir), na mesma época, parece confirmar o que aqui se diz, revelando-se as autoridades capazes de aceitar um grupo diferenciado numa área mais sujeita ao seu controlo como era a da capital.

O proselitismo protestante foi, assim, impedido de se desenvolver, já que as autoridades consideraram então que essas acções extravasavam a tolerância e a liberdade de consciência previstas na Carta — era-se livre de ser protestante mas não de advogar publicamente o protestantismo. Esta situação explica a importância que os grupos bíblicos domésticos e de oração e a actividade da SBBE tiveram na preservação da vivência religiosa protestante e na capacidade que esta demonstrou de ir atraindo mais fiéis num ambiente em que se pretendia paralisar ou desencorajar todas as formas ostensivas de proselitismo. Os grupos bíblicos e de oração possibilitavam a formação de redes religiosas em torno de encontros para leitura e comentário da Bíblia, realizados em casas particulares com um número reduzido de pessoas. Com existência, mesmo que muito limitada, na Madeira, em Lisboa e na zona da foz do Douro, estas redes permitiram a reprodução de uma vivência baseada na relação *textual e reflectida* com a expressão religiosa cristã, contornando as limitações jurídicas existentes sem violarem a legalidade.

ISTO, PORÉM, NÃO IMPEDIU que algumas destas redes de crentes tentassem organizar-se; assim, na altura em que Kalley iniciara o seu trabalho missionário na Madeira, abriu em Lisboa, a 10 de Novembro de 1839, a Capela da Promulgação do Santo Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo, na qual oficiava um refugiado espanhol, o cônego egresso da Catedral de Málaga, Vicente Gómez y Togar. Este estivera em Gibraltar, onde fora recebido na comunhão anglicana, e fez lavrar um auto (assinado por 31 pessoas) que testemunha a existência da primeira congregação protestante no território continental; funcionando até 1870, a capela de Gómez y Togar foi sendo tolerada pelas autoridades e passava certidões (de baptismos e casamentos) cuja validade parece ter sido reconhecida. Entre os membros da congregação vieram a estar o comerciante portuense Guilherme Pimentel e o advogado lisboeta Dr. João José da Graça (1838-1893), o qual organizou um hinário (1867) e escreveu o opúsculo *Da existência de Deus* (1877); estes dois nomes indiciam ligações com as referidas redes formadas a partir dos encontros bíblicos em casas particulares, sabendo-se que, após o encerramento da capela, alguns membros dispersos mantiveram cultos domésticos em Lisboa, Porto, Viana do Castelo, Setúbal e Açores<sup>63</sup>. Em 1849, apareceu uma tradução portuguesa de Eduardo de Moser da liturgia anglicana do *Book of Common Prayer*, que se destinaria a servir a este primeiro grupo de crentes; existiam, desde o século XVII, outras edições portuguesas feitas para serviço na Índia mas a nova edição era já resultado de um esforço missionário orientado para Portugal (neste caso da anglicana Society for the Promotion of Christian Knowledge). Alexander Dallas (1791-1869), ministro anglicano que estivera em Portugal durante a Guerra Peninsular, conseguiu interessar a Igreja da Irlanda pela missionação nos países ibéricos, criando-se em 1843 uma Sociedade de Missões para esse efeito; como secretário dessa sociedade nos 21 anos seguintes, Dallas visitou Lisboa e deverá ter estabelecido contacto com Gómez y Togar, apoiando a congregação. O reverendo Eduardo Moreira<sup>64</sup> refere o caso de uma senhora de Lisboa que perdera um filho e a quem Dallas acudira uma tarde, lendo-lhe o Salmo 27 e fazendo uma oração que a levou a entender de outro modo o desgosto que sofrera; agradecida, esta senhora tornou-se colaboradora da Sociedade de Missões e o seu exemplo mostra de que modo os crentes se juntavam às redes



### Os primeiros grupos

△ Frontispício de *O livro de oração commum* (Vila Nova de Gaia, Centro Diocesano — Igreja Lusitana).

FOTO: EDUARDO CUNHA.

◁ Capa de *Injuriados e perseguidos*, de Michael P. Testa. Tradicionalmente, os protestantes leram a sua história à luz da própria «vitimização», mas essa visão do passado nunca pôde explicar o crescimento posterior de outros grupos religiosos em situações tão ou mais adversas.

e grupos diferenciados: através de contactos pessoais, acediam a experiências religiosas (uma leitura, uma conversa, uma oração) que modificavam a maneira como concebiam e entendiam a sua circunstância.

### Diversidade interna

A IMPORTÂNCIA DOS GRUPOS BÍBLICOS e de oração está patente nos casos de Helena Roughton (1802-1883) em Lisboa e Diogo Cassels (1844-1923) em Vila Nova de Gaia, que iniciarão duas importantes redes protestantes nessas zonas urbanas do país. Roughton, numa carta de 1867 dirigida a Kalley, dá conta da existência daquilo a que chama «a nossa Casa de Oração» com 22 membros<sup>65</sup>. Esses membros, que incluíam portugueses como João de Freitas (seguidor de Kalley que se refugiara em Lisboa), estavam interessados nas ideias dos chamados Irmãos de Plymouth (protestantes seguidores da doutrina de John Darby, também chamados darbistas, que recusavam qualquer ritualismo na vivência da fé, a ordenação de ministros e uma sujeição das congregações locais a uma organização eclesial hierárquica), pelo que não estavam satisfeitos nem com os anglicanos Gómez y Togar e Angel Herreros de Mora († 1876), então chegado a Lisboa, nem com o capelão presbiteriano escocês na capital desde 1866, Robert Stewart (n. 1828).

Esta carta é bem demonstrativa da tendência precoce do pequeno sector protestante português para a diferenciação interna e, neste caso, para a formação de um grupo em Lisboa já distinto quer do episcopalismo anglicano quer do presbiterianismo escocês oficial. Kalley, que pertencera no tempo da sua missão madeirense a uma Igreja dissidente desse presbiterianismo oficial, evoluiu no Brasil para o espírito autonomista e anti-hierárquico do congregacionalismo mas não até ao ponto defendido pelos darbistas; na *Carta aos membros da Igreja Evangélica Fluminense* (1879), escrita em Edimburgo, Kalley pretendeu mais tarde contestar as ideias desta corrente, respondendo a um folheto publicado no Rio de Janeiro por Richard Holden (1828-1886), antigo presbítero anglicano e agente da SBBE no Rio que estivera intimamente associado a Kalley e à Igreja Fluminense até se ter tornado darbista. Ora, as pessoas reunidas em torno de Helena Roughton eram uma rede de crentes em Lisboa a partir da qual vão presumivelmente constituir-se mais tarde os grupos congregacionalista e dos Irmãos; estes grupos, sobretudo pelas suas doutrinas eclesiológicas fortemente anti-hierárquicas, distinguir-se-ão de outros grupos como os episcopalianos (anglicanos), os presbiterianos e os metodistas, que originarão as chamadas igrejas «sinodais» (isto é, governadas, com algum centralismo, por um sínodo).

De facto, a primeira fase da história do protestantismo português vai caracterizar-se em boa medida pela existência destas duas correntes, a sinodal e a anti-hierárquica, já presentes na década de 60 do século XIX na capital do país: da primeira faziam parte os episcopalianos próximos da capelania anglicana, de Gómez y Togar e de Angel Herreros de Mora (outro espanhol refugiado que fundou em 1867 a capela denominada «Igreja Evangélica Espanhola»), e o pequeno grupo de crentes que começava a juntar-se num grupo bíblico e de oração do capelão presbiteriano escocês e agente da SBBE em Lisboa, Robert Stewart; a segunda corrente, ainda também muito reduzida, era o grupo de Roughton. Por seu lado, nesta época em Vila Nova de Gaia, Diogo Cassels iniciara mais um grupo da corrente sinodal: fundando em 1868, pelos seus próprios meios, uma congregação a partir de um grupo bíblico e de oração, este industrial de Gaia tomou depois a iniciativa de a ligar à Sociedade Missionária Metodista de Londres, a qual lhe enviou em 1871 o ministro e missionário Robert Hawkey Moreton (1844-1917). No Porto, também desde 1868, Frederica Smith mantinha em sua casa um grupo bíblico e de oração que foi importante para criar, na segunda cidade do país, uma rede que depois alimentaria a implantação de umas poucas congregações metodistas e episcopalianas.



Colporteur José Alexandre a cavalo (1.ª década do século XX). O cavaleiro andante do Evangelho percorrendo o país ao serviço da Sociedade Bíblica. Os colportores distribuíam e vendiam as Escrituras, pregavam nas feiras e espaços públicos e, ocasionalmente, fugiam da polícia e de multidões intolerantes.

### A Igreja Lusitana

NESSE PRINCÍPIO DA DÉCADA DE 70 do século XIX, sob o efeito das resoluções do Concílio Vaticano I (1869-1870) — que proclamou o dogma da infalibilidade papal —, uma dezena de presbíteros católicos romanos abandonou



Rev. Diogo Cassels



Rev. Dr. Godofredo Pope

Diogo Cassels e Godofredo Pope (Lisboa, Biblioteca Nacional). A presença em Portugal de estrangeiros religiosamente empreendedores foi uma alavanca fundamental para a construção de um pluralismo religioso.

FOTO: LAURA GUERREIRO.

▽ Emblema da Igreja Lusitana. O episcopalismo português pretendeu-se desde o início uma síntese entre a tradição apostólica e episcopal e o regresso aos fundamentos bíblicos da Reforma protestante.



a Igreja estabelecida, juntando-se uma parte destes a Angel Herreros de Mora, que os acolheu e transformou em seus ajudantes; estes presbíteros terão inclusivamente chegado a eleger Mora como seu bispo antes da morte deste em 1876. Nesta ocasião, enquanto os presbíteros Antônio Ribeiro de Melo e Henrique Ribeiro Ferreira de Albuquerque ficaram a pastorear a congregação de Mora, três outros (João Joaquim da Costa Almeida, Manuel Antônio Pereira Júnior e José Nunes Chaves) constituíram mais três pequenas congregações episcopalianas com o apoio do capelão anglicano em Lisboa desde 1864, o cônego Thomas Godfrey Pembroke Pope (1837-1902). Os episcopalianos vieram a ser o primeiro grupo a conseguir agrupar várias pequenas congregações numa denominação com unidade institucional; esse feito, impulsionado por Pope e pelos apoios que garantiu da anglicana Igreja da Irlanda a que pertencia, seguiu-se à lei de 1878 que instituiu o registo civil para súbditos portugueses que não fossem membros da Igreja estabelecida. A Igreja Episcopal Reformada Portuguesa, fundada ainda em 1878, realizou em 8 de Março de 1880 o seu primeiro sínodo, adoptando o nome de Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica (ILCAE); os seus presbíteros e representantes leigos das três congregações deixaram então registada, numa carta ao episcopado anglicano irlandês, a esperança de que «o termos nós o Episcopado nos dará uma posição muito mais vantajosa na luta em que estamos empenhados contra a Igreja Romana, e há-de atrair ao nosso grémio muitas pessoas, que, posto que reconheçam as corrupções de Roma, sentem grande repugnância de unir-se a uma Igreja que não seja episcopal»<sup>66</sup>.

ORA, APESAR DE ALGUM CRESCIMENTO DO NÚMERO DE CONGREGAÇÕES e de fiéis, a Igreja Lusitana não conseguiu, no final de Oitocentos, ultrapassar as quatro centenas de comungantes e algumas centenas mais de pessoas afectadas pelas suas actividades pastorais; as expectativas dos seus fundadores, de que ela pudesse ser a Igreja episcopal e nacional, independente de Roma tal como chegara a ser sonhado por alguns católicos regalistas, goraram-se. A ILCAE conseguiu a adesão da antiga Igreja Evangélica Espanhola de Lisboa e de mais duas congregações de Vila Nova de Gaia inicialmente metodistas e mantidas pelos dois irmãos industriais de ascendência britânica, Diogo e André Cassels (1846-1931); conseguiria ainda inaugurar outras congregações, no Porto e em Setúbal, com algumas dezenas de membros, até chegar às 17 congregações que tinha em 1995.

A Igreja Lusitana tornou-se mesmo, desde finais do século XIX, num género de elite do protestantismo português, com jornais prestigiados como *O Evangelista* (1892-1900), a adesão de figuras de perfil intelectual como o major Guilherme Luís Santos Ferreira (1849-1931) ou os reverendos Guilher-

*Difícil ímpeto missionário*

me Dias da Cunha (1844-1907) e Eduardo Henriques Moreira (1886-1980), e a projecção pública dos seus primeiros bispos consagrados, como o médico D. Luís Rodrigues Pereira (1908-1984, grande cultor do ecumenismo, nomeadamente com a Igreja Romana, e inspirador da adesão formal à Comunhão Anglicana em 1980) ou o advogado D. Daniel de Pina Cabral, bispo dos Libombos na província anglicana da África do Sul (numa altura em que a Igreja Lusitana e o governo português, nos anos 60, convergiram na importância a dar à missionação anglicana no Norte de Moçambique); da Igreja Lusitana partiram, por isso, as principais iniciativas (ainda que falhadas) tendentes a construir formas de unidade da minoria protestante e que a pudessem representar junto das autoridades: a Associação Protestante Portuguesa em 1909, a Aliança Evangélica Portuguesa na primeira fase da sua existência (cujo primeiro presidente foi o bispo-eleito lusitano Joaquim dos Santos Figueiredo) e a Juventude Evangélica Portuguesa, que funcionava no edifício do antigo convento dos Marianos às Janelas Verdes (Lisboa), comprado em 1898 pela Igreja Lusitana com apoio anglicano. Esta primeira Igreja sinodal portuguesa dotou-se enfim, nos seus primeiros anos, de uma única liturgia, original e resultante da fusão dos antigos ritos peninsulares com o anglicano (*Livro de oração comum*, 1884), bem como de um corpo de regras canónicas que instituíram um ministério regular e ordenado juntamente com uma gestão das paróquias controlada e participada pelos leigos (que elegem também representantes seus ao sínodo).

Mas, apesar de bem organizada, com um número considerável de congregações e implantada em duas zonas importantes do país, a Igreja Lusitana não conseguiu gerar uma dinâmica missionária — aparentou sempre ser uma cabeça a que faltava o corpo. A razão desta incapacidade de crescimento deve-se ao facto de a leitura e conhecimento da Bíblia terem sido o eixo da missionação para estas correntes do protestantismo «histórico» desde o século XIX, o que limitava o proselitismo à pequena minoria alfabetizada (onde concorria com outras crenças sofisticadas) ou o fazia necessitar de um prévio e caro trabalho de aproximação (alfabetização, aulas bíblicas); deste modo, a missionação requeria investimentos que os pequenos grupos protestantes pioneiros não tinham possibilidades de fazer senão em pequena ou pequeníssima escala, até porque estiveram patentemente dependentes de apoios de sociedades missionárias ou de beneméritos (Roughton, Cassels, Robinson) para abrir e manter as suas poucas congregações<sup>67</sup>.

### *O ensino e o escutismo*

ALÉM DISTO, O INVESTIMENTO FEITO NA EDUCAÇÃO, através da instalação de escolas primárias que contribuísssem para uma alfabetização necessária à evangelização, não garantia a eficácia de toda essa custosa estratégia missionária — em 1911, no boletim da congregação de Diogo Cassels, um articulista referia isso mesmo, com certo desânimo: «Quantas crianças que têm entrado nas escolas evangélicas, daí feito os seus exames públicos, são hoje adeptos da religião evangélica? Se os há, são raros, a não ser aqueles que sendo filhos de pais evangélicos, no seio da família ganharam a convicção religiosa.»<sup>68</sup>

O mesmo se poderia dizer das outras escolas mantidas por denominações protestantes: as dificuldades legais de licenciamento de estabelecimentos de ensino ostensivamente confessionais tornavam estas escolas meios baratos de acesso à instrução para muitas famílias de baixos rendimentos sem que, simultaneamente, funcionassem como meio de enraizamento e expansão de uma doutrina confessional (essas dificuldades de licenciamento, mantidas pela I República, foram minoradas pela II República, graças ao regime concordatário de 1940, apenas para a Igreja Católica Romana). Outras instituições, como as Associações Cristãs da Mocidade (cuja insígnia é o famoso «triângulo vermelho»), fundadas pelo metodista Robert Moreton (no Porto em 1894 e em Lisboa em 1898) e orientadas para o desenvolvimento cultural, artístico e desportivo dos jovens, revelaram uma evolução similar: nascidas de um esforço dos grupos protestantes «históricos», rapidamente se vieram afectadas não só por problemas financeiros mas pela desvantagem que



advinha da sua confessionalidade, como se depreende da história do movimento escutista.

Surgido na Associação Cristã da Mocidade de Lisboa em 1912, com duas patrulhas de *Boy Scouts*, o escutismo português esteve no seu começo ligado a personalidades protestantes como Moreton, Rodolfo Horner e Eduardo Moreira, mas rapidamente, no seu processo de crescimento, teve de extravasar esse meio: ainda em 1912, o grupo n.º 3, constituído no Liceu Pedro Nunes, se apresentava como muito eclético, com «rapazes católicos, protestantes, neutros [...] e até um israelita» e, curiosamente, o grupo n.º 2 fez, no Natal desse ano, a sua apresentação pública numa festa promovida pela loja maçónica Madrugada<sup>69</sup>. Esta descaracterização ficou patente nas traduções adoptadas da Promessa de Baden-Powell: enquanto o grupo n.º 1 da Associação Cristã da Mocidade adoptou a fórmula «cumprir os meus deveres para com Deus e a Pátria» em substituição do original «para com Deus e o Rei» (estava-se já em plena I República), a fórmula adoptada por volta de 1916 depois da federação dos grupos na Associação dos Escoteiros de Portugal (fundada em Setembro de 1913), veio a ser simplesmente «cumprir o meu dever para com a Pátria» — em 1917, já os grupos n.º 1 e n.º 7, ligados à Associação Cristã da Mocidade de Lisboa, estavam em rota de colisão com a direcção da associação que, em nome do regulamento aprovado pelo governo, os impedia de manter o compromisso de «lealdade a Deus» e um uniforme próprio. Os dirigentes e rapazes destes dois grupos intervieram com grande espírito de serviço em várias ocasiões sangrentas da conturbada vida lisboeta durante a I República<sup>70</sup>; mas, apesar do prestígio conseguido nessas acções, o escutismo, em geral e enquanto realidade confessional, foi muito prejudicado pela forma como o Estado (na I e na II Repúblicas) o condicionou. Também o Corpo Nacional de Escutas, formado em 1925 na órbita da Igreja Católica, teve de se apresentar como estrutura não-confessional para obter o licenciamento oficial. A mudança de regime, com a queda da I República, manteve uma pesada «regulação» oficial sobre o movimento escutista: em Julho de 1932, a associação e o corpo foram levados a constituir uma Organização Escutista de Portugal sob a égide do Estado (os adueiros, que nela não se integraram, vieram a ser dissolvidos em Abril de 1934) e, nos anos seguintes, sofreram grandes pressões para se integrarem na Mocidade Portuguesa, so-

Grupo da Associação dos Escoteiros de Portugal.

lução que não teve seguimento graças à oposição da Igreja Católica e do governo britânico<sup>71</sup> e foi abandonada após 1942 quando Marcello Caetano (um ex-escuteiro) passou a dirigir a Mocidade Portuguesa. Esta, no entanto, através do seu comissário nacional, tutelou até 1974 todas as organizações juvenis, situação que muito contribuiu para a fraqueza estrutural do escutismo português.

Após 1974, na área do escutismo protestante, desenvolveram-se com maior pujança os «Desbravadores» adventistas. Por seu lado, as Associações Cristãs da Mocidade debateram-se com incontornáveis dificuldades financeiras; Eduardo Moreira escrevia em 1935 que a Associação Cristã da Mocidade do Porto era a única que, mantendo o seu cunho evangélico, tinha feito «obra digna de registo» e que, juntamente com a de Lisboa e a estudantil de Coimbra, não ia além dos 1000 sócios<sup>72</sup>.

### O «choque cultural»

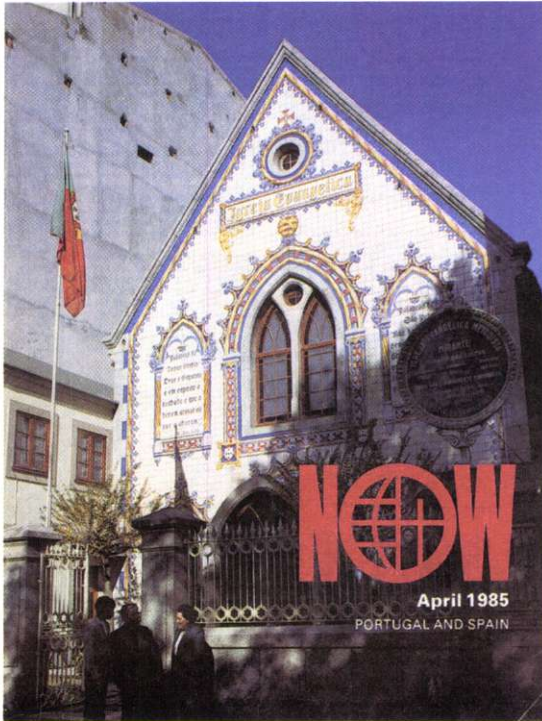
OUTRAS VIAS DE MISSIONAÇÃO, que evitassem tais dificuldades, foram pouco exploradas pelo protestantismo «histórico». A via ensaiada por Diogo Cassels de um proselitismo apoiado num ritualismo mais elaborado e sedutor, capaz de se aproximar da cultura religiosa dominante, não teve outros seguidores: os protestantes «históricos», em geral pendendo para uma atitude iconoclasta e intransigente, preferiam métodos de conversão *em qualidade* a formas de conversão *em quantidade*, recusando concessões como a decoração dos templos com imagens ou situações em que os crentes dessem mostras de continuarem a investir em compensações. Este aspecto é importante porque, desde o século XIX, o protestantismo introduziu em Portugal uma vivência religiosa em que a fé cristã era vivida em termos de «adesão total», combatendo a lógica do compromisso sincrético; e isto era uma novidade quase absoluta no universo religioso português, contribuindo para o proselitismo protestante funcionar como um verdadeiro choque cultural. Tal choque explica, paradoxalmente, quer as dificuldades da sua difusão (nunca automática, mas trabalhada), quer a experiência profundamente desconcertante que transmitia a muitos daqueles com quem contactava, os quais sentiam estar a deixar toda uma herança cultural ancestral e a entrar num mundo novo.

### «Cissiparidade»

O CRESCIMENTO DO PROTESTANTISMO PORTUGUÊS far-se-á pela «cissiparidade fragmentária»<sup>73</sup>, isto é, por um processo através do qual só aumenta o seu número de fiéis desmultiplicando-se numa série cada vez maior de grupos autónomos (denominações). Este processo não resulta tanto da sua subdivisão interna mas da implantação progressiva de novos grupos no campo religioso; estes conquistam um segmento que nunca cresce muito e ao lado do qual se vêm a estabelecer outros grupos (é certo que tentando também crescer à custa dos já instalados). Ao longo de várias décadas foram assim aparecendo novas denominações (sempre apoiadas financeiramente no exterior) que se iam acrescentando às anteriores, resultando a configuração da minoria protestante numa realidade muito diversa mas muito pequena.

### Presbiterianos, metodistas

DENTRO DA CORRENTE SINODAL, os presbiterianos e os metodistas partilharam as dificuldades de crescimento da Igreja Lusitana; os primeiros instalaram-se no Centro, no Sul e nas ilhas, e os segundos no Norte. Mais tarde, chegaram a partilhar o território nacional de modo a não sobreporem as respectivas zonas de missão; mas, mesmo assim, só em meados do século XX vieram a organizar-se, com poucas dezenas de congregações, como igrejas nacionais e autónomas das sociedades missionárias estrangeiras de que dependiam. Os presbiterianos, inicialmente ligados às capelanias escocesas em Lisboa e no Funchal, ficaram após 1913 muito ligados ao presbiterianismo brasileiro e, após 1945, receberam um apoio norte-americano decisivo para a sua unidade denominacional na Igreja Evangélica Presbiteriana de Portugal que, fundada em 1947, realizou o seu primeiro sínodo nacional em 1952. Os metodistas, sempre ligados à Conferência Metodista britânica, tiveram um período mais estável de progressiva construção da sua autonomia sob a superintendência de Alfredo Henrique da Silva (1872-1950), o qual ainda pôde dirigir, em



1948, o primeiro sínodo da então constituída Igreja Evangélica Metodista Portuguesa. Estas três igrejas da corrente sinodal não esgotaram a capacidade de crescimento do protestantismo; de facto, várias denominações da corrente anti-hierárquica também se organizaram, revelando-se até capazes de constituir grupos maiores.

OS IRMÃOS DARBISTAS, QUE CRESCERAM a partir da rede constituída por Helena Roughton, tiveram no engenheiro inglês George Mackrow (que esteve em Portugal na década de 1870) e no casal Richard e Cathryn Holden os primeiros organizadores de uma congregação explicitamente darbista, em 1877; com outros missionários como Stewart Menair e George Owens conseguiram depois implantar-se nas zonas limítrofes de Coimbra e Aveiro. Esta crescente pluralidade de congregações (independentes) foi continuada nas primeiras décadas do século XX ainda com outra geração de missionários britânicos, em que se destacaram Charles Swan (1861-1934) e esposa e Robert McGregor; Swan, que fora missionário em Angola desde 1886, estabeleceu-se em Lisboa em 1904 com a família, depois de percorrer «os pontos da terra portuguesa que lhe pareciam mais estratégicos para a propagação do Evangelho Salvador» e aí «recebeu a ajuda e cooperação dos irmãos José Augusto Santos e Silva, Henrique Hall, Robert Moreton (pai), Henrique M. Wright e outros», como McGregor, que se lhe juntou no ano seguinte<sup>74</sup>. Swan realizava reuniões de leitura bíblica e oração em sua casa e distribuía opúsculos e folhetos, iniciando em 1907 as reuniões de pregação do Evangelho na Travessa de Santa Catarina (Lisboa), que dirigiu durante 25 anos. Dada a sua experiência missionária africana, este prestigiado irmão envolveu-se (com a Sociedade de Protecção aos Indígenas e alguns roceiros ingleses de São Tomé e Príncipe) na denúncia da persistência velada nas colónias ocidentais portuguesas de formas de escravatura (de nova viagem a África em 1908 resultou o seu livro *The Slavery Today*, aparentemente com poucos resultados em Portugal); como membro da Soldiers' Christian Association, Swan quis também ser o primeiro capelão militar protestante em Portugal em 1917, conseguindo-o apenas brevemente junto das tropas do Corpo Expedicionário Português enquanto recebiam treino em Inglaterra antes de partirem para a frente (o general Norton de Matos,

### *Irmãos Darbistas*

△ Tabernáculo Baptista do Porto. Logo nas primeiras décadas do século XX, à medida das suas possibilidades, os grupos religiosos diferenciados investiram na construção de edifícios originais como forma de afirmação.

FOTO: NUNO CALVET/ARQUIVO CÍRCULO DE LEITORES.

◁ Igreja metodista do Mirante, Porto. Uma bela cabeça quase sem corpo: o protestantismo mais antigo, organizado nas chamadas «igrejas sinodais» (lusitanos episcopais, presbiterianos e metodistas), nunca conseguiu gerar uma verdadeira dinâmica missionária dentro do país, tendo de conformar-se com a gestão dos pequenos conjuntos de congregações que chegou a constituir.

então ministro da Guerra, não o autorizara a acompanhar os soldados por ser estrangeiro).

O enraizamento do grupo denominacional dos Irmãos fez surgir, a partir da década de 1920, evangelizadores portugueses como Viriato Sobral, Luís Paiva e sobretudo Guido Waldemar de Oliveira e José Ilídio Freire, que praticaram uma pregação itinerante que lhes permitiu estabelecer noutros pontos do país novas congregações. Os Irmãos, que na década de 1990 reuniam mais de uma centena de congregações, mostraram assim algum vigor missionário, resultante da mobilidade e da independência com que alguns dos seus obreiros (como Menair, Owens, Oliveira e Freire) puderam desenvolver as suas qualidades evangelizadoras sem estarem sujeitos a uma disciplina hierárquica ou estratégica; durante esse processo de missionação, as congregações dos Irmãos foram evoluindo do modelo de comunhão fechada (pouco receptivo aos não «comungantes») trazido pelos primeiros missionários ingleses para um modelo de comunhão aberta, que terá facilitado a dinâmica de captação de novos fiéis.

### Congregacionalistas

OS CONGREGACIONALISTAS ESTIVERAM TAMBÉM LIGADOS inicialmente a um tipo de pregação móvel que originou vários focos missionários mas, tendo-se desenvolvido a partir de uma estrutura menos plural e mais dependente de um foco director, sofreram mais pesadamente sempre que este enfrentava dificuldades: o seu pioneiro foi Manuel dos Santos Carvalho († 1916), que começou por estar ligado aos metodistas e depois aos presbiterianos, e veio a fundar a partir de 1879 várias pequenas congregações em diferentes pontos de Lisboa. Carvalho desvalorizava as etiquetas denominacionais e pretendeu dirigir de forma independente as suas congregações (juntou-as sob o nome de Igreja Evangélica Portuguesa), sem se ligar a nenhuma sociedade missionária estrangeira. Muito sintomaticamente, essa pretensão de independência não pôde durar muito: «os crentes, poucos e na sua maioria de poucos recursos, não conseguem oferecer ao esforçado trabalhador do Evangelho, outrora operário caldeireiro e habituado a grandes provações, um mínimo para responder às necessidades da família»<sup>75</sup>. Em 1890, Carvalho teve de aceitar a fusão com a então formada Missão Evangelizadora do Brasil e Portugal, através da qual a Igreja Evangélica Fluminense e alguns dos seus membros descendentes dos convertidos madeirenses de Kalley estavam empenhados em ajudar o embrionário congregacionalismo português; a partir de então, já integrado num projecto missionário dirigido do Rio de Janeiro, Carvalho fez aprovar como informal confissão de fé normalizadora a *Breve exposição* de Kalley e pôde garantir a continuidade da sua empresa, sucedendo-lhe José Augusto Santos Silva († 1940, que estivera ligado ao darbista Swan). Quando, durante a Segunda Guerra Mundial, os apoios vindos do Brasil deixaram de chegar, os grupos congregacionalistas voltaram a passar grandes dificuldades, que explicam a adesão da sua maior parte à Igreja Evangélica Presbiteriana de Portugal em 1947; desde então, permanece no espírito original do congregacionalismo, como comunidades locais independentes, um pequeno número de congregações sempre dependentes de apoios externos.

### Implantação dos baptistas

SEGUINDO UM PROCESSO EVOLUTIVO SIMILAR ao dos Irmãos, surgiu também ainda no século XIX outra família denominacional que (com os Irmãos e os congregacionalistas) integra a corrente aqui designada anti-hierárquica: os baptistas. Estes têm a sua origem mais remota em Portugal com Joseph Charles Jones (1848-1928), filho de um comerciante baptista inglês radicado no Porto (e um dos fundadores em 1834 e primeiros directores da associação comercial dessa cidade); Jones foi baptizado por imersão em Londres em 1875, aderindo à tradição baptista da sua família, mas dado não haver nenhum grupo baptista em Portugal, decidiu colaborar com os metodistas como professor de uma escola dominical no Porto entre 1872 e 1888<sup>76</sup>. A sua colaboração com os metodistas e os episcopalianos não o impediu nem de se manter baptista nem de comungar com outros grupos cristãos como os Irmãos (o que era já uma prática baptista de «comunhão aberta»). Jones rompeu com os me-

todistas em 1888 e nesse mesmo ano terá realizado os cinco primeiros batismos por imersão de que há notícia em Portugal, organizando uma nova congregação no Porto — a primeira denominação baptista. A congregação, apesar de ameaças iniciais do pároco local e do bispo (que se repetiram em 1903), manteve-se nos anos seguintes, dotando-se de uma escola bíblica dominical e de uma escola primária; ligado à exportação de vinhos do Porto da Casa Sandeman, Jones tinha os recursos que lhe possibilitaram financiar o seu próprio trabalho missionário independente (nunca foi ordenado nem esteve na dependência do Tabernáculo de Londres), construir um templo de raiz e chegar a juntar na sua congregação cerca de 400 pessoas no princípio de Novecentos.

Outro missionário baptista pioneiro foi Robert Reginald Young (1867-1923), chegado a Portugal em 1906, que implantou uma nova e bem sucedida congregação baptista no Porto (de «comunhão restricta», embora chegasse a haver ocasiões de confraternização com a congregação de Jones). Mas, na ausência de Young, a congregação passou por várias crises de liderança, vindo um dos seus membros, Jerónimo Teixeira de Sousa (1868?-1928?), a fundar com os dissidentes uma nova congregação independente; Sousa, que emigrara ainda criança para o Brasil, esteve depois nos Estados Unidos e regressou ao Brasil, como missionário, logo após a ordenação. A sua presença em Portugal no início do século xx devia-se já a um esforço missionário dos baptistas brasileiros (a Junta de Missões da Convenção Baptista Brasileira), à qual estava também ligado Zacarias Clay Taylor (1851-1919), missionário norte-americano sulista da Junta de Richmond, que fora um dos fundadores da referida convenção; Taylor foi enviado a Portugal em 1908 para organizar o trabalho missionário já existente e fundou uma outra congregação no Porto, que absorveu a congregação de Jerónimo Teixeira de Sousa e se constituiu como a primeira Igreja baptista «regular» segundo os moldes das igrejas baptistas da convenção brasileira. Depois da partida de Taylor, Sousa ficou à frente do grupo, lançando em Janeiro de 1910 o jornal *Estandarte Baptista* (em 1914 seria fundado outro periódico, *O Cristão Baptista*, e em 1926 António Maurício lançaria *O Semeador Baptista*), mas enfrentou graves dificuldades de manutenção da obra (as ajudas escasseavam) que o farão embarcar para o Brasil. Em 1911, Sousa foi substituído por um casal de missionários enviado pela convenção brasileira, João Jorge de Oliveira (1883-1958) e Prelediana Frias de Oliveira. O seu trabalho reanimou a congregação, conseguindo uni-la à Igreja pioneira de Jones em Setembro de 1912, graças às diligências de Arduíno Adolfo Correia (1865-1943), um famoso colportor da SBBE baptizado por Jones em 1888 e cuja história pessoal de conversão e dedicação missionária é bem representativa da de dezenas de obreiros protestantes<sup>77</sup>; a inauguração no Porto, em 1916, do edifício do Tabernáculo Baptista, com a escola primária anexa, foi o sinal desta consolidação da nova denominação. Em 1914, iniciou-se a instalação de congregações baptistas em Viseu e Tondela, trabalho em que aparece a vocação pastoral de António Maurício (1893-1980) mas o grupo revelou logo claras dificuldades para conseguir suportar uma dinâmica missionária.

Em Novembro de 1920, foi fundada a Convenção Baptista Portuguesa (CBP), que reunia os quatro grupos locais existentes, e em 1922 iniciou-se a cooperação missionária da norte-americana Junta Baptista do Texas e da convenção brasileira, com a chegada de Albert Ward Luper (1891-1977) e sua esposa e organizam-se então em Viseu, sob a direcção de Luper, a casa publicadora baptista e o seminário para a formação de pastores. No mesmo ano, os baptistas conseguem finalmente alargar a sua obra a Lisboa com a adesão à CBP de Paulo Irwin Torres (1890-1966), o qual era filho de um pastor episcopaliano (Augusto Ferreira Torres) e passara a colaborar com os congregacionalistas, para mais tarde dirigir duas congregações independentes em Lisboa por si organizadas sob a denominação de Igreja Evangélica Nacional; depois de várias vezes sondado por João Jorge Oliveira, Torres aceitou finalmente abandonar o seu apego ao baptismo por aspersão e juntar esforços com os baptistas, fazendo-se baptizar por imersão, em Agosto de 1922, a si e à

## Declaração de Fé Baptista

ADOPTADA PELA  
CONVENÇÃO BAPTISTA PORTUGUESA

Capa de *Declaração de fé baptista*. Os grupos protestantes foram quase sempre marcados pela intransigência doutrinal e por uma certa crispação que resultava em grande parte de uma sensação de «cerco cultural»; esta derivava menos de uma situação de perseguição do que da imensa ignorância que a respeito do protestantismo tinha a grande maioria da sociedade.

▷ 8.<sup>a</sup> Conferência da Convenção das Assembleias de Deus em Portugal, 1997, Lisboa, in *Novas de Alegria*, LV, n.º 662, Março/98. A maioria da minoria: o pentecostalismo, sobretudo o ligado às Assembleias de Deus, com a sua cultura religiosa cristã de pendor carismático, tem tido um sucesso substancial na resposta às expectativas espirituais de amplos sectores emergentes da população urbana.

grande maioria dos seus fiéis (na praia de Pedrouços, junto à torre de Belém, com uma assistência de cerca de 500 pessoas). A Grande Depressão, entretanto, afectou a continuação do trabalho missionário. Em 1937, o número de membros comungantes nas 13 igrejas baptistas não ultrapassava os 516 e os baptistas dividiam-se em três frentes quase independentes: em Lisboa com Torres, em Leiria com Maurício e no Porto com Cerqueira.

Só após 1945, quando João Jorge Oliveira regressa a Portugal com o forte apoio financeiro da norte-americana Conservative Baptist Foreign Mission Society (CBFMS), o campo baptista se reúne com o entendimento entre Oliveira e Maurício em Setembro de 1947. É então que, com os dois grandes missionários portugueses reconciliados na CBP e um forte apoio norte-americano, se abrem novas congregações e se instala um espaçoso seminário em Leiria dirigido pelo missionário da CBFMS Samuel Douglas Faircloth, que começa a funcionar em 1950. A entrada no terreno missionário português da North American Baptist Association (NABA) em 1954 levou as quatro igrejas que aceitaram a sua ajuda a fundarem a Associação de Igrejas Baptistas Portuguesas (AIBP), que conseguirão algum crescimento, enquanto em 1956, na 21.<sup>a</sup> assembleia geral da CBP, se reúnem 15 igrejas da metrópole e oito do ultramar. A partir do início da década de 60, a Junta de Richmond passou a cooperar directamente com a CBP, que continuou igualmente ligada à CBFMS, criando-se condições para o segundo fôlego de expansão missionária dos baptistas em Portugal: deu-se a recepção de número considerável de pastores norte-americanos (por exemplo, Lester Carl Bell em 1968, que dirigiu a instalação em Queluz em 1969 do actual Seminário Teológico Baptista), que ajudaram na supervisão da formação de pastores portugueses e na grande expansão de locais de culto que depois se constituíam como igrejas independentes mas cooperando na CBP; as juntas norte-americanas desenvolveram a partir de então, dentro da convenção portuguesa, uma metodologia de financiamento apenas dos serviços e meios em que as igrejas nativas não podiam auxiliar-se umas às outras por seus próprios meios, incentivando a evolução daquelas para o sustento próprio.

A descentralização interna da denominação baptista permitiu também formas de cooperação livre das igrejas locais com as juntas missionárias estrangeiras (que se multiplicaram sobretudo após 1974) e com organismos de cooperação portugueses que começaram a surgir, como sinal evidente de algum vigor já alcançado (de que são também sintomáticos alguns lares e creches fundados por pastores ou igrejas); em 1989, o anúncio da redução da cooperação financeira da Junta de Richmond deu-se numa altura em que a denominação reunia já cerca de 5000 membros dispersos por 130 igrejas e missões (a grande parte ligada à CBP) mas em que também «a maioria das igrejas continua sem sustento próprio e integral, devido ao baixo número dos seus membros e fracos recursos financeiros» e a «grande maioria dos obreiros recorre a um trabalho secular, sendo que alguns deles, possuindo uma licenciatura, leccionam numa escola pública»<sup>78</sup>.

### *Especificidade pentecostal*

A HISTÓRIA DA MINORIA PROTESTANTE NO SÉCULO XX ficaria marcada pela emergência de um outro grupo denominacional, especialmente caracterizado pela dinâmica missionária e pela capacidade de expansão: os pentecostais. Comungando com os baptistas a crença no baptismo só de adultos e por imersão e pondo renovada ênfase na crença na «Segunda Vinda premilenial de Cristo» (o que caracterizara particularmente as novas denominações saídas do «movimento adventista» do século XIX nos Estados Unidos), os pentecostais surgiram no início do século XX e diferenciaram-se destes outros movimentos protestantes pela relevância dada a outras crenças particulares.

A primeira dessas crenças é o «baptismo no Espírito Santo» (tal como aconteceu aos apóstolos no Pentecostes, daí a designação «pentecostal»), isto é, um novo baptismo espiritual e tornado inicialmente evidente na capacidade de o crente falar espontaneamente em outras línguas (glossolália); a outra crença é a chamada «cura divina», isto é, a cura de males físicos ou psíquicos pelo Espírito Santo. Ambas as crenças resultam da vontade destes cristãos



proclamarem a actualidade dos dons (ou «carismas») que, segundo os relatos do Novo Testamento, acompanhavam a primeira geração de cristãos — daí considerar-se «carismática» o tipo de vivência religiosa proposta pelos pentecostais.

A nova denominação chegou a Portugal muito mais rapidamente que qualquer uma das suas predecessoras: o tempo que separou a emergência dos primeiros pentecostais nos Estados Unidos (em 1901) e as primeiras manifestações em Portugal foi de pouco mais de uma escassa década, o que é bem demonstrativo quer da abertura relativa do campo religioso português no início do século xx (preparada pelas décadas anteriores de progressiva «conquista da tolerância»), quer da forma como os meios protestantes portugueses foram tecendo durante a época contemporânea uma teia missionária atlântica que os aproximava da América do Norte e do Brasil, sobretudo através dos circuitos de mobilidade e comunicação criados pela forte emigração das últimas décadas do século xix e primeiras do século xx.

JOSÉ PLÁCIDO DA COSTA (1869-1965), emigrante em Belém do Pará (Brasil) e membro de uma Igreja baptista local, veio a ser em 1911, através de dois missionários suecos (Gunnar Vingren e Daniel Berg), o primeiro português a aderir ao pentecostalismo e tornar-se seu missionário. Logo em Abril de 1913, Plácido da Costa embarcou com a família para Portugal e no mesmo ano iniciou um pequeno trabalho missionário na sua terra natal, Valezim (Seia), onde conseguiu algumas conversões<sup>79</sup>. Depois, iniciou uma colaboração com os baptistas do Porto entre 1914 e 1920, regressando a Valezim e posteriormente ao Brasil, o que indicia ter alcançado poucos resultados. Mais tarde, foi chamado por Daniel Berg (1894-1963) para colaborar na primeira Assembleia de Deus no Porto, que este missionário sueco fundou durante a sua esporádica passagem por Portugal em 1930<sup>80</sup>. Porém, só com o envio em 1921 do primeiro missionário da Assembleia de Deus de Belém do Pará se iniciou de facto a evangelização pentecostal de forma duradoura e frutífera: o missionário era Manuel José de Matos Caravela (1887-1958), outro emigrante convertido no Brasil (1916) e casado com uma sobrinha de Plácido da Costa. Já com

### *As Assembleias de Deus*

experiência missionária adquirida no Brasil, Caravela começou por fazer colportagem nas Beiras, fundou em Portimão em 1923 a primeira Assembleia de Deus em Portugal e revelou-se capaz de, sozinho, instalar e manter outros pólos de fé pentecostal no Barlavento algarvio, estando mais tarde também na origem das igrejas de Santarém (lugar da Ribeira), Alcanhões e Rio Maior. A deslocação de alguns fiéis para outros pontos do país, a partir do Porto e do Algarve, permitiu o aparecimento de novas congregações em Évora e Águeda (Junho de 1932): num caso e noutro foram casais de convertidos entusiastas (respectivamente Manuel e Isabel Guerreiro e António e Maria Ferreira Baptista) os fundadores nestas localidades de novas Assembleias de Deus.

Posteriormente, a vinda para Portugal de vários missionários suecos permitiu a multiplicação dos locais de culto, e nomeadamente a sua implantação em Lisboa: em 1933, Jack Hardstedt realizou, «com fiéis de outras comunidades do País»<sup>81</sup>, as primeiras reuniões pentecostais na capital, inaugurando em Janeiro de 1934 a primeira sede lisboeta. A Hardstedt, na condução da missão lisboeta, sucederam Samuel Nystron entre 1936 e 1938 e sobretudo Jarl Tage H. Stahlberg (1902-1980), entre 1938 e 1976. Encontrando já «cerca de setenta membros, com um bom número de jovens entusiastas pela evangelização», Stahlberg lançou outros importantes alicerces, como a primeira escola bíblica pentecostal e o periódico *Novas de Alegria* («Órgão das Assembleias de Deus em Portugal») em Janeiro de 1943, organizando igualmente a primeira Convenção Nacional de Obreiros em 1939<sup>82</sup>. Durante várias décadas, este missionário e a sua esposa, Ingrid Stahlberg, foram a principal base de apoio das Assembleias de Deus tanto na região de Lisboa (em Cascais, por exemplo) como noutras localidades, estando também associados a uma relevante actividade literária, à fundação de obras sociais como a Casa de Repouso de Almeirim ou de ensino e formação de obreiros como o Instituto Bíblico de Portugal (fundado em 1966).

Foi em torno de Stahlberg (e dos apoios financeiros por si reunidos sobretudo na Suécia) que as Assembleias de Deus desenvolveram formas de cooperação com os missionários que iam, em zonas diversas e de forma independente, iniciando congregações — assim, a uma estratégia missionária bastante descentralizada, juntava-se alguma capacidade efectiva de apoio financeiro, logístico e humano (formação de obreiros). Aos grupos locais já existentes juntaram-se os resultantes da acção missionária do casal de médicos britânicos Colin Monypenn Bowker (n. 1912) e sua esposa Margaret (a princípio financiados por um fundo missionário do seu país): chegados a Portugal na década de 40, com a intenção de aprenderem o idioma português e evangelizarem em Moçambique, acabaram por pastorear uma congregação na Amadora e depois fixar residência na Covilhã, onde em princípios de 1955 apoiaram os primeiros cultos pentecostais nessa região, já iniciados por crentes vindos de outros pontos do país — a partir daí, o esforço missionário espalhou-se a Castelo Branco, Fundão e outras localidades da Beira Interior.

Nos Açores, a acção de vários crentes entusiastas, que trabalhavam de forma independente, mostra mais uma vez até que ponto a expansão das Assembleias de Deus resultou sobretudo do fervor religioso que alimentava a acção missionária de indivíduos dedicados e com pouquíssimos recursos; a capacidade que demonstraram, apesar dessas limitações, de fundar congregações que lhes sobreviveram, sugere que eram relativamente bem sucedidos na transmissão da sua vivência carismática da fé cristã junto de populações pouco familiarizadas com ela. Na ilha de São Jorge, foi um emigrado nos Estados Unidos lá convertido, Manuel Sequeira, quem fez os primeiros prosélitos na década de 30 e, em 1942 na ilha de São Miguel, o primeiro-cabo enfermeiro José Lopes Quedas fundou a primeira Assembleia de Deus no arquipélago (a partir de 1954 começou a contar com o apoio do Fundo de Missão da Assembleia de Deus de Lisboa, que auxiliou depois as missões nas ilhas Terceira, do Pico e do Faial durante toda a década de 50). Através da emigração para a América do Norte, as congregações açorianas levaram ainda à consti-

tuição de importantes núcleos de crentes pentecostais junto das comunidades de emigrantes portugueses existentes sobretudo na costa leste dos Estados Unidos da América<sup>83</sup>. Na Madeira, a presença das Assembleias de Deus foi mais tardia e mais fraca, organizando-se só na década de 70 a partir de emissões radiofónicas e do envio de casais de missionários também apoiados pelos crentes da zona de Lisboa.

Na década de 1990, as Assembleias de Deus, agrupadas em vários grupos denominacionais de cooperação (o principal dos quais a Convenção das Assembleias de Deus em Portugal), contavam mais de 500 congregações distribuídas por todos os distritos do território continental e pelas duas regiões insulares do país; dada a grande autonomia das congregações locais, tradição que o pentecostalismo partilha com as outras denominações anti-hierárquicas, as cisões não são raras nesses grupos e explicam a sua multiplicidade. O vigor desta denominação está também patente na capacidade de manter iniciativas evangelizadoras junto dos núcleos da diáspora portuguesa, existindo vários obreiros portugueses à frente de congregações de emigrantes (algumas com templos próprios) na África do Sul, Canadá e Estados Unidos, e vários países da União Europeia<sup>84</sup>.

A RÁPIDA DIFUSÃO DO PENTECOSTALISMO, que modificou substancialmente a vivência religiosa veiculada pela minoria protestante até às primeiras décadas do século xx, ficou a dever-se em grande medida à sua liturgia muito viva e participativa, que concede amplo espaço à expressão corporal, aos gritos de júbilo, aos testemunhos pessoais perante a congregação e aos serviços de «curas divinas». Perante o recato do culto da Igreja Católica Romana e das denominações «históricas» dentro do protestantismo, as congregações pentecostais apresentaram aos crentes uma imagem e uma linguagem religiosas muito mais dinâmicas e, sob o ponto de vista da integração do indivíduo na congregação, também muito mais eficiente (porque inequivocamente visível e «festiva»).

Mas as próprias relações entre os membros das congregações parecem ser também consideravelmente distintas, uma vez que a vivência carismática da fé e do culto desvaloriza os elementos tradicionais de diferenciação dentro do grupo local, tais como o acesso e o domínio de uma cultura bíblica letrada (muito valorizada nos grupos protestantes mais tradicionais); dentro da vivência carismática, nutrida do aspecto emocional, desenvolve-se assim uma linguagem religiosa mais «igualitária», que torna menos visíveis e condicionantes as diferenças sociais e culturais entre os crentes e os une menos pela prédica e a exortação e mais pelo cultivo dos *carismas*. Por esta razão, além das Assembleias de Deus, outros grupos pentecostais conseguiram crescer em Portugal, sobretudo após 1974 e muitas vezes com apoios de organismos missionários estrangeiros; um dos grupos participantes desse vigor pentecostal, penetrando com sucesso no universo religioso de uma comunidade com forte identidade étnico-cultural e gerando dentro dela um «novo compromisso cultural», foi a Igreja Evangélica (Cigana) de Filadélfia<sup>85</sup>.

Nesse período posterior ao 25 de Abril verificou-se igualmente o crescimento do chamado neopentecostalismo, cujas manifestações mais relevantes serão referidas adiante.

A EVOLUÇÃO DOS BAPTISTAS E DOS PENTECOSTAIS nos últimos cem anos torna clara a existência de um padrão que pode considerar-se aplicável à evolução de toda a minoria protestante portuguesa: início das denominações ligado ao proselitismo de estrangeiros radicados no país, primeira estruturação do grupo dependente de financiamentos externos à pequena comunidade dos crentes (disponibilizados por organismos missionários estrangeiros ou por beneméritos), modestos impulsos de expansão missionária inteiramente dependentes do crescimento dessas ajudas «externas» e tanto melhor aproveitadas quanto a estrutura da denominação não centralize e não abafe demasiado as dinâmicas locais das congregações e as vocações dos seus líderes.

O «apport» pentecostal

Estratégias missionárias

Assim, a fórmula em que parecem radicar as maiores potencialidades é a de uma estrutura descentralizada com acesso directo das suas componentes a ajudas de capital humano e financeiro, sem a interposição de uma estratégia ou distribuição de fundos centralizadas; este foi o modelo experimentado pelos baptistas e pelos pentecostais nos últimos 30 anos e aquele que mais se aproxima do que os Irmãos conheceram desde finais do século XIX (embora com menos apoios externos), não admirando que estas denominações pertencentes ao que aqui se designou como corrente anti-hierárquica viessem a ser das mais numerosas dentro da minoria protestante. A maior das denominações, as Testemunhas de Jeová (com uma estratégia missionária centralizada), deveu o seu crescimento a outras características próprias do grupo, como se verá adiante.

As denominações da corrente sinodal, por seu lado — sem disponibilidade de recursos e suficientemente centralizadas para não poderem emergir no seu seio iniciativas missionárias locais e espontâneas —, pararam muito mais cedo o seu vigor missionário e foi uma substancial ajuda externa reunida no pós-guerra que permitiu aos presbiterianos ultrapassar em número de congregações os metodistas e os episcopalianos.

Estes factores, mais do que a barreira nebulosa da «intolerância» — que afectou até mais as denominações com maior capacidade de crescimento —, são o que explica a diferença de evolução das duas correntes «históricas» (com presença desde o século XIX) da minoria protestante portuguesa.

### *Polémicas episódicas*

DE QUALQUER MODO, O DESENVOLVIMENTO destas correntes no campo religioso português colocou o problema da tolerância religiosa em Portugal em termos novos, obrigando as autoridades públicas e a Igreja hegemónica a definirem atitudes e modos de actuação perante os problemas práticos da convivência religiosa que irrompiam no país sempre que, num bairro ou numa localidade, surgia um grupo de pessoas com uma vivência religiosa visivelmente diferenciada e organizada.

O desenvolvimento do proselitismo protestante oitocentista no Norte levava a reacções nas dioceses do Porto e Braga e a uma polémica que tomou a sua primeira forma na *Instrução pastoral sobre o protestantismo* (1878) do bispo do Porto D. Américo, que atribuía «aos protestantes a supressão de livros, passagens e textos da Bíblia, por contrários às suas opiniões, traduzindo-os a seu modo»<sup>86</sup>; respondeu-lhe um ex-presbítero católico romano que se juntara aos metodistas de Cassels e Moreton, Guilherme Dias da Cunha, com o livro *Resposta que à instrução pastoral do Exc.mo bispo do Porto D. Américo dá o padre Guilherme Dias* (1878), no qual repudiava as acusações do bispo e defendia a base bíblica da doutrina protestante dos sacramentos e da Salvação. Guilherme Dias, orador e escritor muito apreciado (escreveu os opúsculos polémicos *Ecos de Roma*, *Vozes da história*, *O que é a missa?* e *O que é a confissão auricular?*), fundara no Porto em 1877 o primeiro periódico protestante português, *A Reforma*; em 1879, o lazarista padre Sena Freitas, que se revelou um intrépido opositor do protestantismo, deu-lhe a tréplica em *Crítica à crítica*.

Para lá das desinteligências doutrinárias — que diziam sobretudo respeito a já antigas divergências no campo eclesiológico e ao peso da «Tradição» em face da autoridade da Bíblia —, radicavam as acusações quanto às edições protestantes das Escrituras no facto de aquelas não aceitarem como inspirados os livros deuterocanónicos do Antigo Testamento, não os incluindo nalgumas das edições (mesmo na versão de António Pereira de Figueiredo, que originalmente os incluía) e de dispensarem comentários em notas de rodapé; este facto levava os católicos romanos a considerarem «mutiladas e truncadas» as edições protestantes, embora estas de modo nenhum alterassem o texto bíblico original, como chegou a ser sugerido várias vezes.

Estas formas de reacção católica ao protestantismo mantiveram-se até às primeiras décadas do século XX e ficaram patentes em obras como a *Instrução pastoral contra o protestantismo* (1931) do bispo-conde D. Manuel Luís Coelho da Silva, ou *A Igreja e o protestantismo* (Funchal, 1940) do cónego Gomes Jar-

▷ Baptismo de uma crente pelo pastor adventista H. W. Lowe (década de 1920), in *Revista Adventista*, ano LV, n.º 568, Set./94. A diversificação denominacional. Desde as primeiras décadas do século XX e sobretudo após 1945, a minoria protestante conheceu um afluxo de novas correntes (adventistas, novos grupos pentecostais, Testemunhas de Jeová), nem sempre bem vistas pelas anteriores, mas que vieram a revelar capacidade de implantação e crescimento.

dim — uma constante nestes escritos, típica do nacionalismo católico de então, era a acusação feita aos protestantes de serem um elemento «desnacionalizador»<sup>87</sup>.

A OPOSIÇÃO CATÓLICA ROMANA AO PROTESTANTISMO, que não deixava também de se escudar em aspectos jurídicos, não encontrou toda a opinião pública pronta a apoiar medidas intolerantes; de facto, os protestantes vão aparecer sintomaticamente ligados, através de personalidades como Guilherme Dias e o metodista Alfredo Henrique da Silva, aos sectores políticos (dos partidos constitucionais e do republicanismo) que apoiavam a consolidação dos espaços de sociabilidade secularizada. A pertença destes últimos a lojas maçónicas — tal como acontecia com Thomas Pope, um dos membros da Grande Loja Provincial do Oriente Irlandês — era uma forma de manter laços de solidariedade com as elites secularizadas, que contribuía para diminuir o isolamento dos protestantes no país; mas esses laços, apesar de conferirem alguma segurança, não dispensaram o esforço que os próprios protestantes tiveram de fazer para forçar as autoridades a adoptar um *modus vivendi* tolerante.

Diogo Cassels foi um dos protestantes que teve de conquistar o terreno religioso para a tolerância; isto porque a primeira atitude das autoridades e do clero católico romano fora de Lisboa relativamente aos protestantes era a tentativa de dissuadir o proselitismo através das ameaças físicas e das denúncias às autoridades. O proselitismo, lembre-se, era teoricamente proibido por lei — o Código Penal de 1852, tal como o seu sucessor de 1886, previa disposições específicas para o crime de proselitismo (só anuladas por outras disposições, que o permitiam, nas constituições republicanas de 1911, 1933 e 1976). Mas, depois de os grupos darem sinais de resistência a estas pressões e conseguirem despoletar um processo judicial, o que acontecia sistematicamente durante a monarquia constitucional era que, se chegavam a ser formalmente acusados e julgados, acabavam quase sempre absolvidos, porque os juízes não levavam à letra a intolerância consagrada nas leis; isto mesmo sucedeu a Cassels, preso em 1868 e absolvido em 1869, ano em que reconstituiu a sua congregação, não mais voltando a ser importunado nas suas actividades de proselitismo cada vez mais visíveis.

Este tipo de acontecimentos continuou a dar-se sempre que os protestantes se estabeleciam *pela primeira vez* nalguma localidade, intervindo invariavelmente as autoridades contra os actos violentos dos exaltados locais; a permanência dos protestantes, conquistando uma parte da comunidade local, acabava por fazer serenar os ânimos. Um caso sintomático era o das escolas primárias que desde muito cedo os protestantes começaram a fundar e que as autoridades nunca pretenderam combater; logo em 1868, a escola bíblica mantida por Helena Roughton em Lisboa (que fornecia também os primeiros tratamentos homeopáticos em Portugal) fora denunciada mas, no ano seguinte, foi-lhe feita uma sindicância da qual saiu aprovada. Diogo Cassels e o seu irmão André Cassels também fundaram, em Vila Nova de Gaia (Torre e Prado), duas bem sucedidas instituições de ensino que ainda hoje existem; em Portalegre, em 1877, o industrial George Robinson fundou uma missão anexa à sua propriedade que, em 1889, se instalou num teatro da cidade onde se passou a reunir um número maior de fiéis e a funcionar uma escola com residência para os professores.

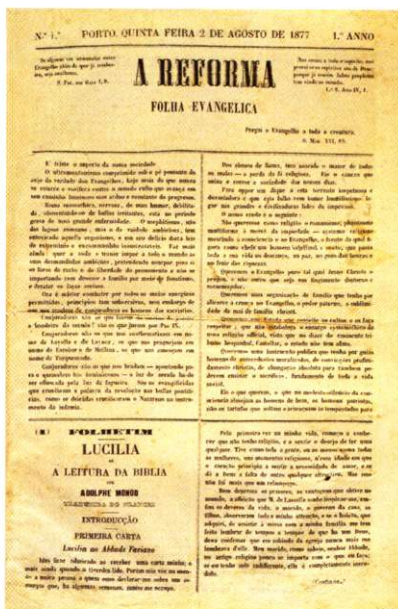
Deste modo, os protestantes foram conseguindo que se estabelecesse uma prática de tolerância cujos aspectos, como no caso do ensino, eram muito parecidos com a situação das ordens religiosas católicas romanas, formalmente proibidas, mas presentes através de congregações e instituições que só não tinham a forma exterior daquilo que eram. Não admira, assim, a impressão que Stephen N. Haskell, missionário adventista que em 1889 passou por Portugal, deixou registada num artigo de jornal dessa época: «Os Portugueses são notados pela sua polidez. É concedida a todos a maior liberdade, de todas as partes, para expressarem os seus sentimentos nos jornais e em discursos públicos, tanto sobre assuntos políticos como sobre temas religiosos»; o mesmo di-

## A conquista de espaço



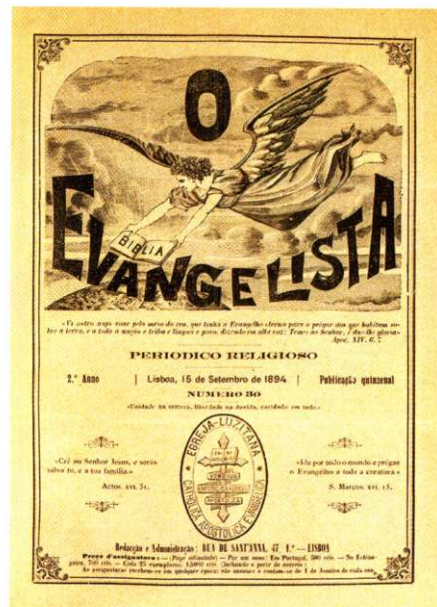
Primeira página de *A Reforma*, 1877 (Lisboa, Biblioteca Nacional).

FOTO: LAURA GUERREIRO.



▷ Capa de *O Evangelista*, n.º 30, ano II, 1894 (Lisboa, Biblioteca Nacional).

FOTO: LAURA GUERREIRO.



▽ Robert Hawkey Moreton, Julho, 1863, in Alberto Aspey, *Por este caminho*, Porto, 1971.



rá, num relatório de 1909, o primeiro missionário adventista em Portugal, Clarence E. Renfro: «Desfrutamos completa liberdade em Portugal, e aproveitaremos este privilégio para espalhar a verdade.»<sup>88</sup>

*Protestantes e laicistas*

A QUESTÃO DO ULTIMATO BRITÂNICO de Janeiro de 1890, com todo o desfile de reacções antibritânicas que se seguiram, levou alguns clérigos e leigos católicos romanos a tentarem apresentar o protestantismo português como um elemento desnacionalizador manobrado pelos Britânicos, tanto no reino como no ultramar<sup>89</sup> — não há, no entanto, indícios claros de que tal tentativa de orientar o sentimento antibritânico contra o protestantismo tenha resultado, até por causas que podem radicar nos laços de personalidades protestantes com os meios das elites secularizadas. Este facto explica que republicanos e protestantes, antes e depois de 1910, tivessem relações cordatas, embora devidas em boa medida à forma como os primeiros entendiam os segundos, quase só à luz da sua firme oposição à Igreja Romana.

Os protestantes seguiam em boa medida as tendências literárias do anticlericalismo laicista nas críticas à confissão auricular, ao celibato eclesiástico ou à infalibilidade papal<sup>90</sup>, mas eram sobretudo os padres católicos egressos que se haviam tornado ministros episcopalianos que exploravam essa via: não por acaso, essa convergência com o anticlericalismo estava presente em figuras como a dos ex-padres Guilherme Dias da Cunha ou Joaquim dos Santos Figueiredo. Este último, chegando mesmo a declarar-se republicano, intitulou o opúsculo de 1892 em que justifica o seu abandono do sacerdócio *Cristianismo e ultramontanismo: protesto patriótico contra Roma*, enquanto um missionário como o metodista Robert Moreton, já em 1877, se mostrava mais crítico da confusão entre a animosidade contra Roma e a questão para si verdadeiramente importante da procura da Salvação<sup>91</sup>.

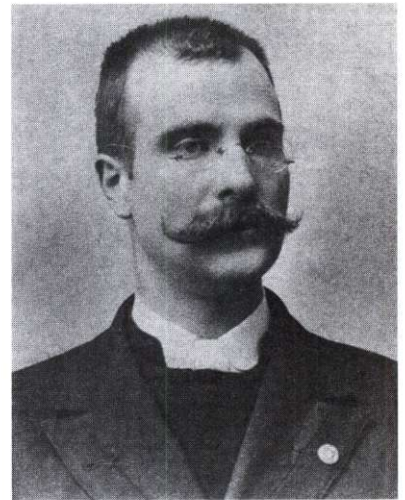
O entusiasmo que chegou a viver-se no meio afecto à Igreja Lusitana em 1910 (Diogo Cassels, duas vezes homenageado por governos da I República, dirigiu felicitações a Teófilo Braga e a Bernardino Machado em Outubro desse ano) era já então filtrado, no campo protestante, por atitudes de maior sobriedade como a representada num dos primeiros escritos do reverendo Eduardo Moreira, precisamente publicado na altura da proclamação da República (*A crise nacional e a solução protestante*, 1910); este texto é uma das mais lúcidas análises da situação portuguesa do início do século xx, vendo-a como uma encruzilhada de crenças de intuítos mobilizadores e de cuja luta deveria sair um novo equilíbrio de natureza ainda então incerta. O autor, depois de considerar as fraquezas do regime monárquico, e visando as tendências inte-

lectuais das elites secularizadas, critica explicitamente o positivismo de Comte e a filosofia alemã «como substitutos dos dogmas católicos romanos», afasta a solução erastiana de uma «Igreja nacional» (ideia acarinhada por figuras da Igreja Lusitana e avançada por Sampaio Bruno em 1907, no livro *A questão religiosa*) e, aludindo às posições dos laicistas perante a liberdade religiosa (de católicos e não-católicos), declara a necessidade de pôr fim a todas as peias à livre propaganda religiosa das várias confissões. Moreira percebia claramente que o modelo laicista da I República trazia uma mera modificação jurídica que permitiria a legalização dos vários grupos religiosos diferenciados mas continuava a não assegurar a supressão do «controlo administrativo» do mercado religioso (o que a Lei da Separação, com o seu apertado controlo das actividades da Igreja Católica Romana — e que poderia ser estendido a outras confissões —, amplamente confirmou); olhando para o espectáculo da verdadeira luta de sistemas de crença por que passava o país, e para o modo como desses acontecimentos não se via sair nenhuma segurança para uma ampla liberdade religiosa ou para o avanço do protestantismo, Moreira escreveu: «E não nos digam que a República ateia resolve a questão [...]. O fundo religioso (ainda que sensual) do povo português manifesta-se, por exemplo, no facto de se substituírem os registos dos antigos santos populares por outros iguais com os retratos dos vultos prestigiados da Democracia, ou no costume, ora inaugurado, de ir em piedosa romagem juncar de flores os túmulos dos que contribuíram para a libertação do povo»; e concluía: «É necessário apear dos altares os ídolos, quer sejam a Imaculada Conceição, a Razão deificada ou Clotilde de Vaux.»<sup>92</sup>

O que este texto de Eduardo Moreira mostra é uma consciência pouco vulgar de que, apesar de algumas convergências pontuais, o protestantismo e as crenças dominantes entre as elites secularizadas eram, na essência e nas suas consequências últimas, incompatíveis e *concorrentes* — tão incompatíveis e concorrentes como com o catolicismo, o que não impedirá posteriormente alguns protestantes de abrirem um diálogo ecuménico com os católicos romanos, descobrindo com estes outras convergências mais ou menos pontuais. Do mesmo modo, Moreira parece não ter muitas ilusões, em 1910, quanto a uma modificação positiva e substancial do clima de tolerância já conquistado durante o liberalismo monárquico; o que escreveu, quase 50 anos depois, sobre o primeiro grande encontro nacional dos protestantes em 1909 (o 3.º Congresso das Associações Cristãs da Mocidade na Sala Portugal da Sociedade de Geografia), parece até indicar que a passagem de algumas décadas haviam confirmado no seu espírito esse juízo.

A ÚNICA TENTATIVA DE CONTRARIAR esta prática de tolerância conquistada no período liberal ocorreu em Lisboa em 1900, durante um período de regência da rainha D. Amélia, depois de o bispo do Algarve se ter insurgido, na Câmara dos Pares, contra os inúmeros locais de culto protestantes na capital; este prelado e o padre Sena Freitas conseguiram então da justiça uma ordem de encerramento desses espaços, que teve efeitos contraproducentes (Fernando Mouzinho de Albuquerque e o conde de Sobral em 1861, tal como Carlos Testa em 1868, já haviam feito interpelações parlamentares sobre este assunto — uma outra tendência, minoritária entre os católicos, manifestara-se com o bispo de Viseu que, em 1872, viu ser rejeitado pelas Cortes o seu projecto de lei que incluía a liberdade de cultos). Em vez de ficarem atemorizados, os crentes reagiram com um «entusiástico afervoramento da fé» e o rei D. Carlos, em Londres, informado do sucedido por Lorde Salisbury, reagiu de imediato de modo a garantir que, nas suas palavras, «a infeliz diligência não tivesse prosseguimento»<sup>93</sup>.

Depois destes acontecimentos, como defende o próprio Eduardo Moreira, os protestantes estavam já em vias de uma plena integração na sociedade portuguesa; em 1902, a Sociedade Bíblica ofereceu ao soberano um exemplar de luxo da Bíblia e, em Maio de 1909, realizou-se em Lisboa o primeiro grande encontro nacional dos protestantes (3.º Congresso das Associações Cristãs da Mocidade), com cerca de 1500 pessoas presentes, incluindo convi-



### *Triunfo do «modus vivendi»*

Reverendo Guilherme Dias (em cima), desenho à pena, in Alberto Aspey, *Por este caminho*, Porto, 1971.

Pregador, escritor e jornalista protestante de grandes dotes literários, é uma figura representativa de muitos actores religiosos dos dois últimos séculos que continuam praticamente ausentes de uma memória histórica excessivamente marcada pelo binómio catolicismo *vs.* laicismo.

Alfredo Henrique da Silva, 1898 (em baixo), in Alberto Aspey, *Por este caminho*, Porto, 1971.

dados estrangeiros: «Foi decerto o momento mais alto do evangelismo português. Preparado por um (Alfredo Henrique da Silva), secundado por todos. O último dos Braganças (D. Manuel II), no trono, não desmerecia da tradicional tolerância. Quinze anos da futura República Parlamentar não nos concederiam tanto.»<sup>94</sup>

### Os colportores

OS COLPORTORES DA SOCIEDADE BÍBLICA, vendedores de Bíblias a preços simbólicos e autênticos «cavaleiros andantes» do Evangelho que chegavam até às aldeias mais recônditas do interior, eram também pregadores itinerantes e foram os alvos mais frequentes destas paixões persecutórias: Manuel Vieira de Sousa, que estivera na congregação fluminense de Kalley, foi um dos «veteranos» desta série de aguerridos protestantes e, denunciado pelo próprio arcebispo de Braga, foi preso em 1863 e ainda condenado a dois anos de prisão, vindo a sofrer novas perseguições em 1866 e 1872. O mesmo aconteceria ao célebre José Alexandre: preso em Novembro de 1904 e solto em Julho de 1905, foi pronunciado em Julho de 1907 por sentença do arcebispo de Évora (ao abrigo do artigo 130.º do Código Penal) e mais tarde despronunciado pela Relação de Lisboa (Janeiro de 1908); este caso terá motivado o acórdão da mesma relação, de 1907, estabelecendo ser inequivocamente legal e livre a impressão, venda ou distribuição de Bíblias por súbditos que não pertencessem à Igreja estabelecida.

### Pontos de fricção

A ANIMOSIDADE QUE ENTRE CATÓLICOS romanos e protestantes se manteve nas décadas seguintes, como demonstram ainda artigos de 1948 na *Brotéria* sobre uma pretensa conjura anticatólica de capitais americanos, maçons, comunistas e protestantes<sup>95</sup>, era um diálogo que tendeu a sectorializar-se, sobretudo depois de 1945. Ouviam-se já outras vozes, como a do padre Joaquim Alves Correia — que teorizou pela primeira vez uma teologia da tolerância no seu livro *Largueza do Reino de Deus ou como a intolerância e o despotismo são apenas variações do Anticristo proteiforme* (1931) —, enquanto, do lado protestante, o reverendo Eduardo Moreira foi uma personalidade comparável, apresentando já uma leitura compreensiva mas crítica da predisposição polémica e anticatólica do protestantismo desde o século XIX.

Mas problemas como os ocorridos em Folgosinho (concelho de Gouveia), no início dos anos 40, mostram que o terreno estava ainda longe de estar todo conquistado para a tolerância em meados do século XX; mas aqui deve distinguir-se o que acontecia a nível local, sobretudo nas zonas rurais do Centro e Norte do país, e o que eram as atitudes das autoridades, sobretudo a nível distrital (governos civis) e central. A campanha de intimidação que populares e personalidades locais (presidente da junta, professor primário, pároco) ergueram contra um grupo de crentes baptistas que se reuniram na aldeia<sup>96</sup> é bem demonstrativa das formas de «dissuasão» que, desde o século XIX, os protestantes tinham de enfrentar sempre que se estabeleciam num lugar: uma vulgar exibição de força, gritaria de improperios, chuvas de pedras, tensão permanente na relação com os habitantes locais e outras formas de atemorização; a estes procedimentos, reconhecidos como ilegais, quando avisadas, as autoridades do concelho (e sobretudo do distrito) procuravam responder, nomeadamente enviando um corpo da força armada. Simplesmente, logo que essa força se retirava, por não poder aí permanecer indefinidamente, as pressões podiam continuar, mesmo quando alguns dos responsáveis políticos locais envolvidos nos desacatos eram substituídos, como no caso de Folgosinho em 1940. Vários casos semelhantes ocorreram com os pentecostais em meados da década de 50 em várias localidades perto da Covilhã e do Fundão<sup>97</sup>.

Neste ambiente nas zonas mais periféricas do país, em que as próprias autoridades administrativas e policiais por vezes se consideravam impotentes para prevenir ou punir acções colectivas, se o grupo protestante não conquistava rapidamente uma parte considerável da comunidade local ou não se remetia a uma quase clandestinidade, poderia passar por dificuldades durante muito tempo. Por outro lado, enquanto as autoridades civis mantinham al-

gum esforço tendente ao cumprimento das normas de tolerância estabelecidas, já o clero católico romano tentou muitas vezes tirar partido, mesmo neste quadro jurídico, da situação hegemónica da sua confissão: assim, a Pastoral Colectiva dos Bispos de 20 de Abril de 1940, publicada a propósito das comemorações do Duplo Centenário da Independência (1139) e da Restauração (1640), dizia: «Não se persiga ninguém, mas fechem-se os ouvidos às propagandas dissolventes e não se permitam ataques ao que é sagrado. Aos semeadores de cizania, se são portugueses, mostremos-lhes o opróbio da sua obra desnacionalizadora e convidemo-los a guardarem para si esse erro, ou antes, trabalhemos caridosamente para os trazer a bom caminho. Se são estrangeiros façamos-lhes ver com brio e dignidade, que um país que nasceu embalado pela fé católica e se cobriu de glória espalhando-a pelo Mundo, não precisa agora, ao cabo de oito séculos de vida honrosa e benemérita, que lhe venham ensinar uma doutrina que insulta essa fé e semeia a divisão e com ela a morte.»<sup>98</sup>

Este texto veicula ainda, muito claramente, um grande investimento na concepção da uniformidade confessional, pretendendo-a aqui tornar paralela do forte investimento ideológico da II República na independência e unidade nacionais; uma tal mensagem não encorajaria certamente os párocos a mudarem a sua atitude de confrontação relativamente aos grupos religiosamente diferenciados com base na ideia de estes serem elementos estranhos, ilegítimos, «desnacionalizadores».

UMA EXTENSÃO DURADOURA DESTA FRICÇÃO antiprotestante em Portugal — e não só da parte de católicos romanos — era a questão das missões no ultramar. O esforço de defesa da soberania portuguesa nas províncias ultramarinas de África foi, desde o século XIX, um dos cavalos de batalha do sentimento nacionalista português. E, nessas paragens, os missionários protestantes — oriundos de outros países europeus ou da América do Norte — eram vistos como concorrentes da influência portuguesa e do controlo dos nativos almejado pelas administrações coloniais (aquando do Ultimato britânico de 1890, por exemplo, católicos e laicistas eram unânimes na defesa da intensificação de uma presença missionária *católica e portuguesa* que fizesse frente ao avanço missionário *protestante e estrangeiro* em Angola e Moçambique).

Este ambiente de desconfiança foi reforçado pelas denúncias feitas por missionários protestantes quanto ao tratamento dos nativos nos territórios sob soberania portuguesa e em que se envolveram igualmente personalidades do meio protestante da metrópole, como o já referido Charles Swan. A uma opinião pública dificilmente capaz de distinguir entre os protestantes já enraizados da metrópole e as missões protestantes africanas, muitas vezes de outras proveniências e em geral sem relação com os primeiros, era fácil apresentar o «protestantismo» como uma realidade una e nebulosa, contrária aos «interesses nacionais» e «estrangeira» (não eram muitos dos grupos da metrópole ostensivamente ajudados por estrangeiros?).

Mas, ao longo do século XX, a incapacidade tanto do Estado como do catolicismo português de gerarem um movimento missionário forte (as missões católicas facilitadas pelo Acordo Missionário de 1940, com grande presença de católicos estrangeiros, não foram elementos tão «nacionalizadores» como esperado) não conseguiram impedir uma expansão muito considerável das missões protestantes na África lusófona, as quais, de facto, viriam a ser importantes instrumentos estruturadores de novas relações sociais em que assentaram novas expectativas políticas de autonomia das populações nativas<sup>99</sup>. As autoridades coloniais portuguesas, depois de se terem gorado as suas tentativas de dificultar as missões protestantes lideradas por estrangeiros, favoreceram a «indigenização» destas através de lideranças locais mas, ao contrário do esperado, parece evidente que a «africanização» do protestantismo em Angola e Moçambique até acelerou a maturação dos movimentos independentistas.

Porém, a participação dos protestantes portugueses da metrópole nas missões protestantes no ultramar foi ténue, até porque existiam óbvias insuficiên-

### *A questão ultramarina*

cias que impossibilitavam quer uma iniciativa missionária própria quer o aproveitamento de recursos dos grupos e igrejas nacionais por iniciativas estrangeiras. As únicas exceções foram os adventistas, os baptistas e as Assembleias de Deus, que auxiliaram os esforços de evangelização animados por grupos estrangeiros das suas denominações (necessitados de missionários que falassem o português).

Desde as décadas de 20 e 30, os adventistas portugueses participaram nalgumas iniciativas missionárias em Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e, sobretudo, em Angola e Moçambique, onde «apesar da mensagem adventista ter penetrado vinda de outros lados, a União Portuguesa teve uma influência extraordinária, tanto no envio de missionários como no de colportores»<sup>100</sup>: em Angola, a partir de 1951 (e até à independência), os Portugueses assumiram mesmo a direcção do campo missionário.

Os baptistas portugueses, tanto em Angola (desde 1929) como em Moçambique (desde 1949), cooperaram em iniciativas missionárias, o que permitiu uma considerável implantação, patente na constituição de uma Convenção Baptista de Angola em 1940 e de outra de Moçambique em 1957<sup>101</sup>.

Quanto às Assembleias de Deus, após 1945 iniciaram a colaboração em iniciativas evangelizadoras em Moçambique e Angola, com o envio de vários obreiros portugueses, o que veio a ocorrer mais tarde (na década de 60) também em Timor e São Tomé e Príncipe<sup>102</sup>.

Estas missões, dependentes de apoios anglo-americanos, encontraram dificuldades após os conturbados processos de independência em 1975 (sobretudo em Angola), embora a presença protestante tenha permanecido e as lideranças dos campos missionários em geral se tenham autonomizado — em todo o caso, a descolonização teve um importante efeito de ricochete nestas denominações portuguesas, trazendo, em meados da década de 70, um número considerável de antigos residentes de origem europeia e africana que nas províncias ultramarinas haviam sido evangelizados e em Portugal revigoraram a presença protestante sobretudo nas áreas urbanas.

### *O ecumenismo cristão*

NOS ANOS 60, DEPOIS DO COMEÇO do II Concílio do Vaticano (1962-1965), novas tendências de espiritualidade e entendimento da inserção da Igreja no mundo começaram a ter reflexos no catolicismo português e afectaram a sua relação com os outros grupos cristãos existentes em Portugal, sendo precisamente esta a época em que se iniciou um diálogo ecuménico entre a Igreja Católica Romana e as três igrejas sinodais portuguesas, lusita-



na, metodista e presbiteriana<sup>103</sup>; como se viu antes, havia já algumas décadas que determinadas personalidades, de ambos os lados, haviam começado a substituir o discurso crispado por um maior sentido de autocritica e abertura ao *outro*.

Essa senda pôde, então, ser prosseguida por alguns sectores católicos que viam nesse diálogo uma das formas de operacionalizar o *aggiornamento* promovido pelo concílio, enquanto para os protestantes das igrejas sinodais se tratava de uma ocasião histórica de saída de um isolamento já secular dentro do país (agravado, no seu caso, por uma falta de vigor missionário que as esvaziava de um propósito claro na sociedade portuguesa). Os contactos mantiveram-se até à actualidade mas o carácter ultraminoritário das igrejas sinodais é um importante obstáculo à transformação do ecumenismo num esforço consequente e com visibilidade social, permanecendo as denominações da corrente anti-hierárquica refractárias a essa aproximação; esta diferença de atitudes explicará, em boa medida, a «arrumação» de vários grupos protestantes em duas grandes organizações federativas a partir de 1971: o Conselho Português de Igrejas Cristãs (COPIC), constituído pelas igrejas sinodais, e a Aliança Evangélica Portuguesa (AEP), refundada em 1974 e agrupando os grupos da corrente anti-hierárquica (Irmãos, baptistas, pentecostais).

Só mais recentemente, desde 1994, a AEP se começou a fazer representar em encontros desta natureza, embora estes se venham designando de «inter-confessionais» e não «ecuménicos»<sup>104</sup>; a sua realização e as primeiras tentativas de articulação de um discurso comum sobre a relação entre o mistério e mensagem de Jesus e «os grandes problemas da sociedade portuguesa» são indícios de uma aproximação que, se não mobiliza todos os protestantes, demonstra já noutros determinados efeitos das novas formas de convivência desenvolvidas pela descompressão social facilitada pela nova ordem constitucional inaugurada em 1976. De qualquer modo, o ecumenismo estará sempre condicionado pela relação que parece existir entre o vigor missionário (com uma atitude de «concorrência» e disputa de fiéis) e a indiferença ou recusa do seu aprofundamento; é que o ecumenismo assenta em geral numa atitude de «convivência» que passa pela abstenção mais ou menos explícita de proselitismo, o que é claramente *contra natura* para a generalidade das denominações anti-hierárquicas que, tendo esse vigor missionário, dificilmente concebem o seu abandono ou que, não o tendo, vivem em muitos casos — em termos de mundividência e concepção da sua missão — *como se o tivessem*. Neste sentido, o início da abertura de algumas denominações da AEP à atitude ecuménica pode indiciar um latente arrefecimento do seu vigor missionário e uma progressiva desaceleração da sua capacidade de crescimento (que explicaria igualmente a reivindicação recente de extensão aos seus pastores e congregações de alguns dos privilégios jurídicos e fiscais garantidos à Igreja Católica pelo regime concordatário<sup>105</sup>).

Mas o aprofundamento da cultura religiosa ecuménica é ainda mais dificultado pelo substancial crescimento que teve uma «terceira via» de outros grupos e igrejas protestantes, cujas originalidades doutrinárias e forte autonomia organizativa as afasta do *mainstream* das denominações das áreas do COPIC e da AEP; esses grupos e igrejas (Adventistas do Sétimo Dia, Testemunhas de Jeová, Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, neopentecostais) são no entanto bastante diferentes entre si e de longevidade muito desigual no campo religioso português.

OS ADVENTISTAS DO SÉTIMO DIA, doutrinalmente muito próximos do *mainstream* do protestantismo histórico — apesar de guardarem o sábado como dia santo (e não o domingo), da originalidade das regras de saúde física e psíquica que seguem como suporte da vivência espiritual<sup>106</sup> e da ênfase que, na sua teologia, colocam na iminente Segunda Vinda de Cristo —, têm uma presença contínua em Portugal desde 1904.

O norte-americano Clarence Emerson Rentfro (1877-1951) foi o iniciador, em Lisboa, da obra adventista, vindo a juntar-se-lhe entre 1906 e 1909 um outro missionário, com experiência adquirida no Brasil, Ernesto Schwan-

◁ Serviço religioso metodista (à esquerda) e serviço religioso presbiteriano.

A informalidade e a participação dos crentes é uma característica dos serviços religiosos protestantes que ainda hoje contrasta com o culto católico, mas essa diferença era muito mais notória no século XIX.

*Igreja Adventista  
do Sétimo Dia*



Batismo de *desbravador* adventista. Para um número crescente de jovens nascidos em grupos religiosos minoritários, ser português é algo cada vez menos sinónimo de «católico» ou de parte na velha rivalidade entre as culturas «clerical» e «anticlerical».

▷ Número de *A Torre de Vigia*, século XX, anos 20.

▷ Capa de *A Sentinela*. Para católicos e protestantes «ortodoxos», o crescimento das Testemunhas de Jeová sempre foi motivo de ciúme e de explicações mais ou menos paternalistas, mas no fim do século XX, as Testemunhas eram já inequivocamente um grupo de «terceira geração» e no qual convivem pessoas de diferentes meios sociais e graus de instrução.

tes — que estabeleceu, no Porto (1906), a primeira congregação adventista do Norte. Nos anos de 1906 e 1907, realizaram-se, nas praias de Carcavelos e de Espinho, os batismos (por imersão) dos primeiros crentes e a *Ilustração Portuguesa* (15.4.1907) chegou a fazer uma reportagem sobre Rentfro e a sua «dúzia incompleta de adeptos». Em 1917, o suíço Paul Meyer (1886-1944), que já cooperava em Portugal desde 1910, sucedeu a Rentfro na direcção da obra adventista (até 1924) e foi nesse período que — numa iniciativa então pouco vulgar entre grupos minoritários — se decidiu a construção, de raiz, do templo da Rua Joaquim Bonifácio em Lisboa, projectado pelo arquitecto Pardal Monteiro. Jules César Guenin (em 1924-1925), H. W. Lowe (em 1925-1928), Alberto F. Raposo (1928-1930) e H. F. Neumann (1930-1935) foram os sucessores de Meyer, que viria anos depois a sucumbir ao tifo no campo de concentração de Dachau (fora detido em França por hospedar refugiados judeus). Foi durante a direcção de Lowe que se constituiu, em 1927, a União Ibérica, da qual passou a depender a missão portuguesa, que só em 1935 se transformou em conferência autónoma, com estatutos então reconhecidos pelo Estado português (em 1939, foi criada a União Portuguesa dos Adventistas do Sétimo Dia, que incluía a conferência portuguesa e as missões da Madeira, Açores, Cabo Verde e São Tomé, onde os adventistas já haviam iniciado focos de evangelização). Seguiu-se o longo período de 1935 a 1979, em que foram várias vezes presidentes da união os pastores António Dias Gomes (1901-1994) e Ernesto Ferreira (n. 1913) — entrecortado pelas presidências de A. J. Girou (em 1939-1941), A. J. S. Casaca (1959-1968) e A. J. S. Baião (1974-1977) — e se consolidou a obra adventista, que passou de duas congregações em 1914 para 16 em 1944, 34 em 1974 e 104 em 1996<sup>107</sup>.

Como se pode verificar, depois de várias décadas de consolidação da sua presença, os adventistas tiveram um considerável crescimento no período posterior a 1974 (entre esse ano e 1996, passaram de 4149 para 8004 membros); dispendo de ajuda financeira externa e de missionários bem preparados, a União Portuguesa não pôde desenvolver plenamente as suas iniciativas durante a vigência do Estado Novo. O apoio externo devia-se ao facto de os adventistas portugueses estarem incluídos numa entidade eclesial internacional de raiz oitocentista e norte-americana (dirigida por uma conferência geral que superintende uniões — em geral nacionais — e conferências locais), com certo grau de descentralização, e que, de há longa data, se dotou de excelente organização, privilegiando aliás o investimento na saúde e na educação (mesmo a nível superior, em que se destaca, entre outras, a Universidade de Loma Linda, na Califórnia). Ora, a partir da década de 1930 foi tentada a implementação de um programa educativo que incluísse os níveis primário, secundário e de ensino teológico para futuros pastores (em 1936 foi fundada uma primeira escola primária em Lisboa), mas as necessárias autorizações administrativas para o funcionamento de estabelecimentos em Lisboa, Setúbal e Pêro Negro foram sistematicamente negadas pelas autoridades. Um seminário chegou a funcionar a partir de 1944 em Setúbal, sendo forçado a encerrar em 1949 depois de nova legislação ter limitado o licenciamento de instituições de ensino religioso e secundário simultâneo à confissão católica romana (os seminários não-católicos só eram autorizados se, como no caso das instituições baptistas então existentes, ministrassem apenas cursos de formação de pastores a adultos); por esta razão, só depois de 1974 se pôde desenvolver a pequena rede escolar adventista actualmente existente (Coimbra, Funchal, Lisboa, Oliveira do Douro, Santarém, Setúbal).

Outros empreendimentos reveladores da capacidade de realização da Igreja e importantes para a criação de fortes laços de sociabilidade entre os seus membros também se desenvolveram: é o caso dos Clubes de Desbravadores (escutismo) ou das actividades da Agência Social Adventista, ramo da Adventist Development and Relief Agency (campanhas de temperança, assistência social). Apesar de, no âmbito internacional, os adventistas terem adquirido o estatuto de observadores no Conselho Mundial de Igrejas, têm-se mantido cépticos relativamente aos objectivos do movimento ecuménico, entendendo que a adesão «poderia, psicologicamente, causar um efeito redu-

tor, a pretexto de “boa vizinhança”, no vigor da evangelização e no zelo do testemunho missionário»<sup>108</sup>. Esta preocupação com a preservação da sua autonomia e identidade como Igreja profética, não negando uma genuína convicção de que noutras denominações se encontrem verdadeiros cristãos, inclui a reafirmação de uma vocação missionária — mesmo entre cristãos nominais — que dificilmente se encontraria em grupos mais apostados no movimento ecuménico e no seu propósito de remediar o chamado «escândalo da divisão dos cristãos».

OUTRO RELEVANTE GRUPO PROTESTANTE que se coloca fora do ecumenismo — e de forma até mais radical — é o das Testemunhas de Jeová, doutrinamente distinto dos adventistas mas também mais numeroso; embora partilhem com estes (e com muitos outros grupos saídos da «grande decepção» de 1844) a ênfase dada à tradição milenarista e apocalíptica cristã por William Miller, as Testemunhas de Jeová — nos seus moldes actuais — têm organização mais recente e estão (doutrinamente) em maior tensão com a maioria das denominações protestantes por rejeitarem a concepção trinitária de Deus. Aliás, este facto leva as próprias Testemunhas de Jeová a demarcarem-se do protestantismo, preferindo traçar as suas raízes até ao cristianismo primitivo sem se identificarem com nenhuma outra denominação histórica<sup>109</sup>; porém, este grupo é aqui incluído dentro do protestantismo tanto por comodidade como pelo facto de ser historicamente uma experiência de diferenciação originada num ambiente religioso claramente protestante dos Estados Unidos de meados do século XIX (o mesmo pode ser dito da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, apesar das suas características doutrinárias próprias).

Em Portugal, remonta a 1925 a presença dos primeiros missionários dos Estudantes da Bíblia (fundados nos Estados Unidos por Charles Taze Russell em torno do jornal *Watch Tower* de 1879 e da Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados criada em 1884), reorganizados em 1931 como Testemunhas de Jeová durante a presidência de Joseph F. Rutherford (que foi substituído após a sua morte, em 1942, por um governo colegial que superintende as *filiais*, normalmente nacionais — divididas em *distritos* e *circuitos* e subdividi-

As Testemunhas de Jeová

1.º DE ABRIL DE 1929  
**A SENTINELA**  
 ANUNCIANDO O REINO DE JEová

**Palavras sábias para as pessoas de hoje**

▷ Cristologia mórmon. A compreensão da especificidade doutrinal de um grupo como a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias é dificultada pelo divórcio crescente entre grande parte das novas gerações e os conceitos básicos do próprio cristianismo «ortodoxo».

das em *congregações* locais, cada uma com o seu «Salão do Reino»). A publicação da revista mensal *A Torre de Vigia* e de numerosos folhetos e tratados, bem como a realização de algumas conferências, iniciou-se em Portugal logo em 1925, pelo que o início da implantação do novo grupo remonta a esse ano<sup>110</sup>.

O esforço missionário começou a dar maiores frutos após a Segunda Guerra Mundial e encontrou dificuldades muito semelhantes às sofridas pelo movimento em muitos outros países, sobretudo devido às posições intransigentes das Testemunhas de Jeová na recusa, não só de algumas tradições culturais que julgam incompatíveis com os ensinamentos da Bíblia, mas também do nacionalismo e do serviço militar. A abstenção política do movimento foi compreendida pelas autoridades, que no entanto continuaram a dificultar as reuniões: como era recordado por um membro em 1977, «a polícia política acabou por reconhecer que não havia perigo político nas Testemunhas de Jeová. E então começou a mandar esses assuntos para a Polícia de Segurança Pública (PSP). E a PSP acabou também por reconhecer que não fazíamos mal a ninguém, que só estudávamos a Bíblia, só queríamos reunir-nos livremente»<sup>111</sup>. Apesar disto, a recusa de incorporação nas Forças Armadas e da prestação de serviço militar conduziu muitos crentes a detenções pela Polícia, seguidas de interrogatórios e processos em tribunal; estes incidentes, frequentes, levantavam às autoridades a suspeita permanente em relação ao grupo, acusado algumas vezes de actuar «contra a segurança do Estado».

Também firmemente ligados à recusa de todas as formas de violência, e mesmo do serviço militar, os Adventistas do Sétimo Dia definiram uma atitude de maior flexibilidade que evitou estes choques frontais com as normas e a prática republicana da «nação em armas»: dando aos crentes liberdade de consciência, os adventistas em geral não recusavam a incorporação nas Forças Armadas e a própria recruta, mas viram-se confrontados com maiores problemas quando deflagraram os conflitos armados no ultramar a partir de 1961. Porém, dada a sua postura menos intransigente, contaram quase sempre com a compreensão das chefias militares, conseguindo evitar a participação em acções violentas; esta diferença de atitude pode ajudar a esclarecer por que razão os adventistas mantiveram o reconhecimento oficial desde 1935, enquanto as Testemunhas de Jeová tiveram de esperar pelo ano de 1974 para a legalização da filial portuguesa da Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados. Estes problemas foram entretanto ultrapassados com a nova ordem constitucional de 1976, que reconheceu o direito à objecção de consciência (art.º 276, § 4).

Por outro lado, as formas peculiares de evangelização adoptadas pelas Testemunhas de Jeová — que se transformam voluntariamente numa espécie de agentes de colportagem porta a porta — tendiam a reforçar a propensão do Estado para a desconfiança e a intervenção das autoridades locais, mais alerta relativamente à mobilidade de agentes de qualquer tipo de propaganda de ideias que às reuniões de culto de pessoas previamente identificadas ou conhecidas. Mesmo assim, as reuniões de culto foram inúmeras vezes proibidas e os domicílios de alguns crentes foram objecto de rusgas policiais, ocorrendo a confiscação de literatura e até a prisão de crentes; o caso de maior impacto foi o da prisão, num local de culto em Almada, de 49 crentes em Junho de 1965, aos quais foi negado *habeas corpus* e vindo a ser sentenciados um ano depois a penas de prisão de vários meses como «autores materiais do crime contra a segurança do Estado»<sup>112</sup>.

A intransigência com alguns hábitos culturais estabelecidos, comum em vários grupos protestantes desde o século XIX (desde o repúdio de todo o ritualismo ou das formas devocionais como as procissões, às restrições alimentares dos adventistas ou ao hábito de fumar cigarros), é claramente mais pronunciada entre as Testemunhas de Jeová, que recusam também hábitos mais enraizados na mundividência e modo de vida contemporâneo (festejos considerados «profanos» como o Natal e os aniversários, transfusões de sangue); cria-se assim uma relação de maior tensão com o meio cultural e religioso

envolvente, que dá também aos crentes uma sensação mais sólida de pertença ao grupo e de diferenciação relativamente à realidade mundana.

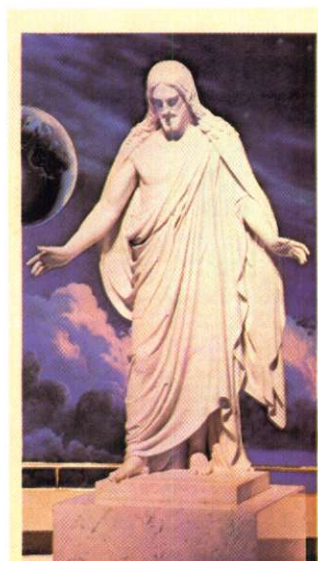
O grande número e mobilidade dos agentes de evangelização das Testemunhas de Jeová aumentou e aumenta igualmente em muito as probabilidades de chegar às pessoas mais receptivas à sua mensagem: de facto, o sistema de colportagem porta a porta (que, ao contrário, das formas de divulgação pelos *media*, permite um encontro humano e testemunhal imediato) reduz os custos de informação religiosa e de oportunidade de investimento em novos bens religiosos do crente potencial, enquanto o grupo religioso maximiza o rendimento dos seus recursos de evangelização. A grande expansão conseguida pelas Testemunhas de Jeová, relativamente a qualquer outro grupo protestante ou não, parece estar precisamente ligada ao fervor missionário próprio do grupo; de facto, as Testemunhas de Jeová são talvez o grupo religioso mais mobilizado (até ao nível dos crentes comuns) para a missionação, o que, sobretudo após 1974, lhes tem trazido os correspondentes resultados em número de adeptos.

As Testemunhas de Jeová chegaram a tentar a sua legalização em 1952 e 1960, conseguindo inclusivamente, em 1965, os bons ofícios do Departamento de Estado norte-americano para esclarecerem a sua posição junto do então ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Franco Nogueira; baldados esses esforços, nova tentativa foi feita em 1972 em conformidade com a lei de liberdade religiosa de Agosto de 1971, mas o Ministério da Justiça arquivou o pedido de legalização, que só foi reconhecido e aprovado em finais de 1974<sup>113</sup>. Em 1977 o número de membros portugueses «activos» era de 20 335<sup>114</sup> e em 1996 de 44 650<sup>115</sup>, o que parece demonstrar que a liberdade de actuação obtida depois de 1974 foi bastante favorável à expansão da mensagem das Testemunhas de Jeová e à sua transformação no maior dos grupos religiosos minoritários em Portugal.

A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ÚLTIMOS DIAS, um dos mais importantes grupos cristãos com origem nos Estados Unidos de meados do século XIX, instalou-se em Portugal após 1974; a principal originalidade desta Igreja é a recusa da ideia de que a Bíblia canónica encerre toda a Revelação, pelo que, além do Antigo e Novo Testamentos, aceita também como inspirados outros livros (como o *Livro de Mórmon*, que relata o estabelecimento de uma outra Aliança entre Deus e um povo escolhido que teria habitado a América em tempos remotos). O interesse que a Igreja desenvolveu pelo estudo das genealogias de todos os grupos humanos, investigando e registando os dados recolhidos em todo o mundo — no propósito também de dar um baptismo *post mortem* a todos os que sem ele morreram — impediu ou dificultou o seu estabelecimento em países onde os respectivos governos encararam com suspeição tal actividade (como em Portugal antes de 1974). Legalizada em 1976, a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias tem estado, desde então, presente no país com as suas equipas de missionários, fazendo também prosélitos entre os Portugueses.

UMA DAS MAIS ORIGINAIS CORRENTES DE ORIGEM PROTESTANTE, a Ciência Cristã, implantou-se também em Portugal nas últimas décadas. Fundada nos Estados Unidos em 1879 por Mary Baker Eddy (1821-1910), a Igreja de Cristo Cientista recusa a pretensa origem divina do mal e do sofrimento, afirmando a Bíblia e o exemplo de Jesus como guias para um crescimento espiritual que conduzem ao bem e à saúde física e moral. Os seus adeptos portugueses reúnem-se hoje em três congregações nas zonas de Lisboa e da Foz do Douro.

A PARTIR DA DÉCADA DE 1980 surgiram em Portugal grupos resultantes de um desenvolvimento dentro do pentecostalismo, o chamado neopentecostalismo; este alia às características gerais dos pentecostais a denominada «teologia da prosperidade», uma nova atitude de libertação e triunfalismo perante problemas como a pobreza e a doença, inculcando, com espectacularidade e



O Que os MÓRMONS  
Pensam a Respeito de  
CRISTO

*A Igreja de Jesus, Cristo  
dos Santos dos Últimos  
Dias*

*A Ciência Cristã*

*O neopentecostalismo*

optimismo, a compreensão da fé como remédio *eficiente* para o sofrimento individual.

O primeiro grupo neopentecostal a implantar-se foi a Igreja Cristã Maná, fundada em 1984 pelo pastor Jorge Tadeu, que se convertera e recebera a sua formação na África do Sul; a Igreja Maná foi a primeira grande denominação protestante de origem inteiramente portuguesa, rompendo com o padrão histórico de implantação representado pela generalidade dos restantes grupos evangélicos (resultantes de um esforço missionário de igrejas ou sociedades de evangelização estrangeiras). O seu aparecimento marca o início do crescimento de uma nova sensibilidade dentro da vivência secularizada do cristianismo, introduzida em Portugal pelas correntes protestantes, trazendo, com o optimismo da sua «teologia da prosperidade», uma gestão diferente das expectativas do crente perante os problemas da vida quotidiana: «O dinheiro em si não tem mal nenhum. O dinheiro é apenas um processo de trocarmos bens e as riquezas materiais. [...] Deus não é contra você ter dinheiro, propriedades, bens materiais... Deus é contra o dinheiro tê-lo a si. [...] Deus quer abençoar-nos e fazer-nos prosperar em todas as áreas da vida.»<sup>116</sup> A eficácia desta mensagem ficou bem patente no facto de a Igreja Maná (a primeira a introduzir uma assumida gestão «empresarial» do seu projecto evangelizador) conseguir, numa década, um crescimento substancial, contando no final dos anos 90 mais de 50 locais de culto em 17 dos distritos continentais e na Madeira. A Igreja Maná revelou-se ainda capaz de expandir as suas actividades pastorais aos países africanos de expressão portuguesa e aos meios da diáspora portuguesa na Europa e no Canadá, reclamando um total de cerca de 180 congregações locais<sup>117</sup>.

Em 1989, começou a sua actividade missionária no país uma outra denominação neopentecostal, de origem brasileira, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD); esta surgiu em 1977 a partir de uma cisão na denominação pentecostal Nova Vida, fundada por um pastor canadiano das Assembleias de Deus que pretendia penetrar em estratos sociais superiores no Brasil. A IURD, como os neopentecostais em geral, desenvolveu uma sacramentalidade muito densa que vai ao encontro da religiosidade tradicional enquadrada pelo catolicismo, espectacularizando as curas e as práticas de exorcismo para combater o espiritismo ou os efeitos das práticas mágicas (em cuja eficiência uma grande parte dos católicos nominais acredita), mas sem rupturas com a mundividência dos crentes; simultaneamente, e a despeito das suspeições sugeridas pelos seus adversários relativamente ao pagamento do dízimo pelos crentes e à sua administração financeira, a Igreja desenvolveu e desenvolve igualmente actividades de assistência social. O dinamismo missionário desta Igreja (e a compra e transformação em locais de culto de alguns antigos teatros e cinemas abandonados) suscitou, na década de 1990, reacções intolerantes de determinados sectores da opinião pública, mas, no final da década, a IURD mantinha o seu vigor, passando, de princípios de 1998 a princípios de 1999, de 63 para 95 locais de culto de norte a sul do território continental e na Madeira<sup>118</sup>, mantendo ainda duas estações de radiodifusão.

## O ESPIRITISMO E OS LIMITES CULTURAIS DA DIFERENCIAÇÃO

### *Implantação do espiritismo*

APESAR DE MODERNAMENTE SURGIDO nos Estados Unidos em 1847 em torno dos alegados fenómenos paranormais envolvendo as irmãs Fox em Hydesville (Nova Iorque), o espiritismo veio a apresentar-se como doutrina codificada a partir de meados da década de 1850 com as obras de Allan Kardec (1804-1869), pseudónimo de Hypollite Léon Denizard Rivail, um francês de ascendência católica romana; a sua obra principal, *Le Livre des Esprits* (1857), contém doutrinas relativas às «causas primárias», ao denominado «mundo dos espíritos», a leis morais e a «esperanças e consolações». Para Kardec, como para os participantes nas actividades mediumínicas que se multiplicaram nos



*A Família de Jesus*

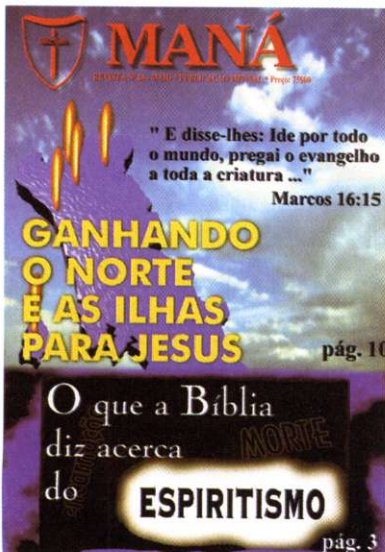
"E, estendendo a mão para os discípulos, disse: Eis minha mãe e meus irmãos. Porque qualquer que fizer a vontade de meu Pai celestial, esse é meu irmão, irmã e mãe." (Mt. 12: 49-50)

TODOS OS DOMINGOS, PELAS 10 HORAS DA MANHÃ, NA REUNIÃO DO ESPÍRITO SANTO. "A FAMÍLIA AO PÉ DA CRUZ".

Orações pelos que estão internados em hospitais, clínicas; libertação de todo o tipo de vícios: drogas, alcoolismo, tabaco. Reconstrução de lares que foram destruídos devido a invejas, bruxarias; problemas económicos: dívidas, desemprego na família, e outros problemas.

**A sua família será salva!**

Somente aos domingos, pelas 10 horas, em todas as Igrejas Universal do Reino de Deus



**MANÁ**  
BRIGADA NACIONAL DE EVANGELIZAÇÃO PROTESTANTE

"E disse-lhes: Ide por todo o mundo, pregai o evangelho a toda a criatura..."  
Marcos 16:15

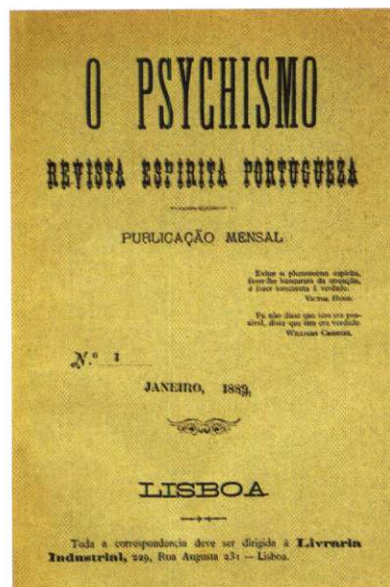
**GANHANDO O NORTE É AS ILHAS PARA JESUS** pág. 10

O que a Bíblia diz acerca do **ESPIRITISMO** pág. 3

Estados Unidos e Inglaterra em meados do século XIX, os seres humanos são compostos por duas naturezas distintas, a física (mortal) e a espiritual (imortal) — as actividades de mediuminidade, permitindo a comunicação dos seres humanos ainda encarnados com os espíritos desencarnados, possibilitaria que estes últimos (enquanto seres superiores) ajudassem ao aperfeiçoamento espiritual dos primeiros. O espiritismo desenvolveu, assim, uma vertente prática, de «trabalhos» de convocação, materialização e comunicação com os espíritos através da mediação de pessoas consideradas particularmente dotadas para essas funções (os médiums); e esta sua vertente foi a que lhe assegurou maior capacidade de responder às expectativas de muitas pessoas que procuram manter laços de afectividade e proximidade com os mortos.

O espiritismo, tal como codificado por Kardec — denominado por isso de kardecista —, incluiu ainda a crença na reencarnação como processo de contínuo crescimento espiritual: *naître, mourir, renaître encore et progresser sans cesse, telle est la loi*, é a frase que está inscrita no túmulo de Kardec no cemitério de Père Lachaise em Paris e que resume o *credo* espírita na imortalidade da alma (ou do espírito) e na existência de um mundo superior (ou sobrenatural) de espíritos a que aspiram todos os seres humanos. Esta concepção de alma como substância radicalmente espiritual e ligada às crenças na sua imortalidade e transmigração é historicamente muito antiga e distinta das concepções judaicas do Antigo Testamento sobre a morte, transmitidas ao cristianismo — embora neste a doutrina da sobrevivência imediata de uma natureza espiritual da pessoa («imortalidade da alma») se tenha imposto na tradição católica romana (aceite por Calvino) mas contestada por reformadores como Lutero ou Tyndale, que reafirmaram a concepção judaica da morte como «sono» ou estado insensível só interrompido pela ressurreição (em carne e espírito) aquando da esperada Segunda Vinda de Cristo («imortalidade condicional»). Assim se compreende que no universo cristão existisse alguma base de crenças que permitisse uma ponte com o espiritismo tal como ele se veio a desenvolver no século XIX; simultaneamente, o espiritismo tem de ser entendido como uma forma de resistência às concepções radicalmente materialistas a que conduziu a enorme influência contemporânea do positivismo e do hegelianismo, mas encontrando formulações simbólicas distintas das do discurso religioso cristão — buscando para isso alguma inspiração (tal como a teosofia) em crenças ancestrais já então amplamente redescobertas no Ocidente, como a reencarnação, que persistiam nas principais religiões da Índia e do Extremo Oriente. Mas, recusando uma atitude de ruptura com a moderna cultura científica, os espíritos têm apresentado as suas doutrinas, desde Kardec e outros, como algo que não é especificamente «religioso» mas reclama também um rigor «científico»: em grande medida, tanto o espiritismo kardecista como a teosofia (preservadas as distâncias e diferenças entre ambos), são propostas de reunião das tradições sapienciais das velhas religiões históricas com a tradição de pesquisa científica consolidada na Europa setecentista — e é essa sua natureza *total* que tem intelectualmente seduzido os seus adeptos.

Em Portugal, o espiritismo apareceu em alguns periódicos oitocentistas que demonstram o interesse despertado pelas suas doutrinas: *A Aurora d'Além-Túmulo* (Ponta Delgada, 1879), *O Espiritismo* (Lisboa, 1887), *Revista Espírita do Porto* (1896, órgão de um centro espírita da cidade dirigido por Claudino Netto) e a revista *Psychismo* (1899). Mas esta primeira presença espírita não frutificou, restringindo-se provavelmente a pequenos grupos de curiosos que a entenderiam como pouco mais que uma compensação; só os contactos com o espiritismo internacional em vias de organização institucional criariam condições (e disponibilizariam recursos necessários) para a ampla difusão das doutrinas e o estabelecimento dos primeiros grupos permanentes. Aparentemente na sequência do I Congresso Espírita Universal (Bruxelas, Outubro de 1910), surgiram em Lisboa e no Porto os dois primeiros centros espíritas de actividades conhecidas (1911), denominados centros n.º 1 e n.º 2 do Universal Scienca Instituto, dirigido por Gilberto S. Marques, que fora nomeado delegado em Portugal do Bureau International du Spiritisme sede-

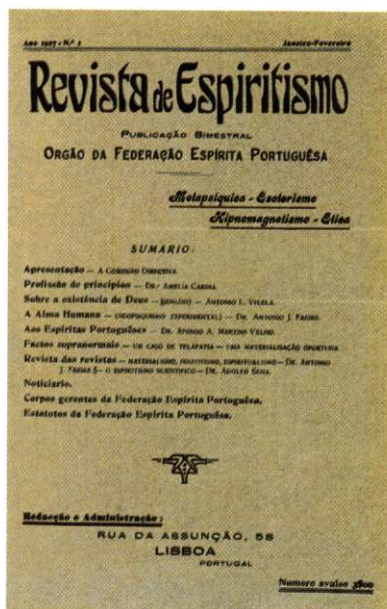


Capa de *O Psychismo*, revista espírita portuguesa, n.º 1, Jan./1889 (Lisboa, Biblioteca Nacional).

FOTO: LAURA GUERREIRO.

◁ Folheto da IURD. Toda a religião organizada envolve uma relação de *dar e receber* entre o crente e o grupo, mas a forma directa como algumas igrejas abordam os crentes deu involuntariamente ampla margem de manobra a adversários que gostam de explorar os preconceitos do público em relação às minorias religiosas.

◁ Capa da revista *Maná*. Uma das consequências da «desregulação» do mercado religioso é a multiplicação das formas de linguagem religiosa, e tal diversidade, independentemente de agradar a uns e desagradar a outros, conduz a uma maior adequação entre a linguagem e as concepções de crentes e líderes religiosos.



Capa da *Revista de Espiritismo*, década de 1930 (Lisboa, Biblioteca Nacional).

O espírito como realidade «cientificamente» comprovável. Ao ligar crenças muito antigas na imortalidade e transmigração das almas a uma pretensão de «cultura científica», o espiritismo kardecista tem funcionado como um atractivo substituto ou uma poderosa compensação religiosa para muitos católicos romanos.

FOTO: LAURA GUERREIRO.

## A «ruptura» cultural

do em Liège e saído do referido congresso. Por essa altura, o estado do espiritismo em Portugal era descrito pelo boletim do Bureau como «deplorável», reduzido a «alguns pequenos grupos familiares que cuidadosamente se furtam à curiosidade dos vizinhos e que não têm entre si relações de espécie alguma»<sup>119</sup>; as publicações anteriormente surgidas já haviam desaparecido e é curioso notar-se uma predisposição anticlerical nestes primeiros espíritas, que se manterá nas décadas seguintes.

Em Janeiro de 1912 é fundada a Aliança Neo-Espiritualista Portuguesa por Gilberto Marques com o apoio do Bureau, o que lhe permite também lançar um quinzenário (*Novos Horizontes*, 1913) e criar um Instituto Português de Psicologia — no mesmo ano, o surgimento de novos centros espíritas em Lagos e Braga dão início ao crescimento de grupos e periódicos que marcará todo o período da I República. Os distritos de Lisboa, Porto e Faro foram aqueles em que esse crescimento foi maior mas, na década de 1920, existiam centros espíritas em 16 distritos do continente e ilhas: o espiritismo estava já então presente em cerca de meia centena de localidades e contava duas dezenas de periódicos, publicados no Barreiro, Beja, Braga, Évora, Funchal, Leiria, Lisboa, Portimão, Porto e Tomar<sup>120</sup>. A realização do I Congresso Espírita Português (Lisboa, Maio de 1925) foi claramente demonstrativa de como o espiritismo, para além de uma certa adesão «popular» que também tinha, fizera adeptos no meio da cultura letrada e das elites, nomeadamente entre médicos e militares; foram sobretudo essas personalidades e cerca de 12 centros locais os impulsionadores da Federação Espírita Portuguesa (FEP), constituída oficialmente em Maio de 1926. Nos seus estatutos, a FEP declarava ser seu objectivo a integração «na grande corrente neo-espiritualista do pensamento científico contemporâneo» de todos os grupos e centros espíritas do país<sup>121</sup>; para isso, tentou implantar mais centros por todo o território (surgiram em 1926 o Centro Espírita Amor e Caridade em Viseu, em 1927 a Sociedade Portuense de Investigações Psíquicas e em 1928-1929 mais seis centros) e lançou duas revistas bimestrais de publicação alternada, a *Revista de Espiritismo* e o *Mensageiro Espírita*.

Mas a expansão do espiritismo parou durante o período da Segunda Guerra Mundial e, apesar da inauguração de sedes próprias em Lisboa e Porto, bem como do aparecimento de novas revistas (*Estudos Psíquicos*, 1939; *Revista de Metapsicologia*, 1949, dirigida pelo coronel Faure da Rosa), o número de centros espíritas no início da década de 50 descera para cerca de 30. Assim, durante a década de 40, o espiritismo institucional parece ter alcançado o seu limite de expansão, sofrendo mesmo algum recuo.

PARALELAMENTE AOS CENTROS RECONHECIDOS e federados na FEP, existiam outros grupos de natureza mais próxima da *religiosidade popular* e que, apesar de por vezes recorrerem à doutrina espírita, pouco se distinguiam de fenómenos ligados a crenças e práticas tradicionais muito arraigadas; os meios ligados à FEP não deixavam, porém, de denunciar a existência destas actividades que consideravam incompatíveis com o espiritismo e das quais se queriam demarcar. Em 1949, podia ler-se na *Revista de Metapsicologia* que «campeia infrene nos centros populacionais deste nosso país a ignóbil exploração da credulidade pública realizada, quase livremente, pelas chamadas *mulheres de virtude* que, para mais facilmente atraírem os incautos, estabelecem à sua volta um cenário de falso aspecto mediúnico»<sup>122</sup>; mas, para uma grande parte do público e para as autoridades, esta distinção era demasiado subtil, sendo claro que a FEP não conseguira, nas vésperas da sua ilegalização, conquistar para o espiritismo o almejado estatuto científico por si reclamado.

De facto, o espiritismo debatia-se, nas suas franjas de adesão mais «popular», com a concorrência destes fenómenos, enquanto, junto da sua audiência de cultura letrada, continuava a lutar pelo reconhecimento da sua seriedade «científica», como uma série de publicações das décadas de 30 a 50 o mostram amplamente (por exemplo, em 1930 *Dez conferências a universitários* de Valério Aleireiro Cordeiro, em 1946 *Em defesa do espiritismo* de J. A. Faure da Rosa ou em 1950 *Da fraude no espiritismo experimental* de António Joaquim Freire); nes-

sa tentativa de afirmação «científica», o espiritismo encontrava pela frente a resistência da cultura científica dominante na universidade e na *intelligentzia*, pouco predisposta a cedências «espiritualistas» devido à sua marca positivista. Simultaneamente, a forma como Kardec e a doutrina espírita reinterpretaram o Evangelho, fazendo de Jesus um ser espiritual bem diferente do da cristologia ortodoxa, fazia dos espíritas um género de cristãos heterodoxos, que indispunham a Igreja Católica e os protestantes; na realidade, a grande parte dos espíritas diziam-se e dizem-se cristãos, vendo o kardecismo de forma compatível com o cristianismo<sup>123</sup>.

Em 1953, entendendo-se abrangida por nova legislação entretanto surgida e relativa a entidades de carácter pedagógico ou científico, a FEP submeteu ao Ministério da Educação Nacional a aprovação dos seus estatutos; este passo veio a revelar-se um grave erro de cálculo, por quanto em vez de obter o reconhecimento oficial das suas actividades, a federação foi suspensa por um despacho do governo que não a reconhecia como entidade científica e pedagógica (pouco depois, em Dezembro do mesmo ano, a sede da FEP em Lisboa foi encerrada e selada e, em 1962, outro despacho ordenou que os seus bens fossem arrolados e vendidos). Este estranho processo de extinção do órgão federativo teve efeitos devastadores no espiritismo português, já então em crise: após 1953, a generalidade dos centros espíritas foi considerada ilegal (à excepção de cinco, dois em Lisboa e outros no Porto, Lagos e Leça da Palmeira), embora se continuassem a realizar conferências de temática espírita por todo o país e a actividade editorial prosseguisse com a revista *Estudos Psíquicos* de Isidoro Duarte Santos, a que se juntou em 1963 a revista *Fratemidade*, dirigida por Eduardo Matos Fernandes. O Estado, ao qual a legislação em vigor (nomeadamente o decreto-lei n.º 37 545 de 8 de Setembro de 1949) conferia a prerrogativa de zelar pelos padrões científicos e pedagógicos de todo o ensino, público e particular, ministrado no país, deu deste modo o golpe de misericórdia não só à unidade institucional do espiritismo mas sobretudo à sua empresa «científica» de publicações e institutos experimenta- listas.

Mas a vertente religiosa do espiritismo não foi menos visada: em 1971, a nova lei de liberdade religiosa incluiu (no ponto 2 da sua Base VIII) uma menção específica a não serem «consideradas religiosas as actividades relacionadas com os fenómenos metapsíquicos ou parapsíquicos» (disposição que, curiosamente, era mantida numa proposta de revisão da lei apresentada, mais de 20 anos depois, pela Aliança Evangélica Portuguesa). Ao espiritismo era, pois, recusada existência jurídica quer no campo científico quer no religioso, vindo a FEP a reconstituir-se só depois de Setembro de 1974 (sem conseguir

## **ASTRÓLOGA ESPÍRITA**

### **Consultas com Búzios**

Gentil Leitor, se você é um descrente e nunca encontrou alguém capaz de lhe dar uma orientação positiva, venha se aconselhar com

**DONA OLINDA**

Ela o orientará para a solução de todos os seus problemas, como queres fazer voltar à vossa companhia alguém que vos tenha separado, perdas de lucros em suas lavouras ou comércio, se vais ter vitórias nos negócios, vício em embriaguês, fraqueza sexual, viagem, estudos, amor, casamento e emprego, enfim tudo o que se quer saber sobre a vida e a sorte, ela está à disposição de todos.

*Atendimento de Segunda a Sábado das 10.00h às 20.00h.*

*Marcações pelo Telefone (01) 386 01 35*

**Rua da Páscoa, 89 - 1º Esq - LISBOA**  
(Travessa da Rua Sol ao Rato)

Anúncio de «astróloga espírita».

**ASTRÓLOGA PARAPSIKÓLOGA VIDENTE JANAINA**



**IEMANJÁ**

Com seus longos anos de trabalho e eficiência através de Búzios, Astrologia, Grafologia, Numerologia e com o seu poder espiritual, ela revelará e ajudará. Quer saber o que lhe reserva o futuro? Ou a origem dos seus fracassos? Há quedas de lucros em sua lavoura, indústria ou comércio? Trata-se todos os problemas e casos amorosos, espirituais, profissionais, ou familiares, vício, inveja, frieza sexual ambos os sexos.

**Ela está dedicada a ajudar as pessoas que precisarem. Com apenas uma consulta ela indicará para solução de todos os assuntos com absoluto sigilo e honestidade.**

**NÃO DEITE  
FORA  
PODE SER ÚTIL**

**CONSULTAS E MARCAÇÕES:**  
de 2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup>, 4.<sup>a</sup>, 5.<sup>a</sup>, 6.<sup>a</sup> feira  
pelo ☎ (01) 840 52 16  
das 11.00 h às 21.00 h.



**SÃO JORGE**

**AV. ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, N.º 3-2.º DIREITO - LISBOA**  
(ESQUINA COM AV. ALMIRANTE GAGO COUTINHO) - ALVALADE

Anúncio de «astróloga parapsicóloga». Apesar de surgido em meios de alguma distinção social, o espiritismo viu-se sempre «assaltado» pela curiosidade de um público propenso ao sincretismo e capaz de o confundir com realidades distintas, como a astrologia ou os serviços tradicionais das chamadas «mulheres de virtude».

reaver o seu espólio). Desde então, o espiritismo conheceu um processo de reorganização e reimplantação, atingindo em finais da década de 90 o nível da década de 20 em termos de número de centros espíritas; a realização do II Congresso Espírita Português, em Novembro de 1994, marcou precisamente a consolidação desta segunda fase da sua história. Neste novo período, além dos grupos kardecistas (na sua maioria federados na FEP), instalou-se em Portugal um outro ramo espírita, de origem brasileira, denominado Racionalismo Cristão<sup>124</sup>.

A história do espiritismo em Portugal demonstra que a tolerância da diferenciação religiosa está muito limitada pela forma como as concepções culturais predominantes rotulam e «arrumam» as diferentes expressões e vivências; neste caso, a originalidade das crenças e práticas espíritas encontraram considerável dificuldade em serem reconhecidas como integrantes do *religioso* (e, de acordo com a reivindicação dos próprios espíritas, também do *científico*). O «limbo cultural» para onde esta situação acabou por remeter o espiritismo foi a principal causa da incapacidade que este veio a ter, em condições adversas aproveitadas pelos seus adversários, de se dotar de um estatuto jurídico — e esse «limbo cultural» fora evitado, por exemplo, por grupos que, apesar de ilegalizados antes de 1974, eram facilmente situados pelas concepções culturais predominantes noutros campos, como a *política* ou a *cultura intelectual*.

## A RECENTE «PULVERIZAÇÃO» DO CAMPO RELIGIOSO

### *Comunidades e indivíduos*

A FRACA TENDÊNCIA DO UNIVERSO RELIGIOSO PORTUGUÊS para a constituição de grupos e igrejas vigorosos — fazendo grande parte da diferenciação tomar meramente forma em compensações ou organizar-se em redes —, devendo-se a causas históricas já analisadas anteriormente, não deixa também de estar relacionada com um fenómeno mais recente de ultrafragmentação do campo religioso (quase até ao nível do indivíduo) que se observa sobretudo nas sociedades afluentes e democráticas após 1945.

A formação e consolidação, nessas sociedades, de um modelo social e político-jurídico que favorece em todos os campos a liberdade individual — em grande medida sob a influência da *pax americana* e do seu *way of life* individualista — teve como consequência a progressiva transformação do universo

e do campo religiosos num espaço regido por relações «de mercado» nas quais o indivíduo, cada vez mais, é aquilo que escolhe ser (de entre as alternativas disponíveis ou que ele próprio é capaz de criar). Num tal ambiente, uma grande parte dos indivíduos — ou mesmo a sua maioria — prefere gerir as suas expectativas e bens religiosos sem tecer compromissos com grupos ou, pelo menos, reduzindo esses compromissos a um mínimo: esta tendência está patente no surgimento de grupos ou redes, como por exemplo os ligados a doutrinas esotéricas (caso da Sociedade Teosófica), que fornecem ao indivíduo bens religiosos sem exigir em troca uma fidelidade exclusiva ou um padrão de comportamento rígido. Esta evolução, já em parte iniciada pela progressiva diferenciação que se pôde ir formando à sombra de uma tradição de direitos civis inaugurada pelo liberalismo (e não completamente aniquilada pelo Estado Novo), consolidou-se com as mudanças político-jurídicas de meados da década de 1970, que permitiram uma maior e crescente permeabilidade da sociedade portuguesa ao padrão cultural cosmopolita e individualista ocidental.

A par desta multiplicação de indivíduos autónomos e de redes, a permanência no campo religioso de grupos mais exigentes e de igrejas deve-se, entretanto, a dois factores: a força (e a atracção para os indivíduos) que continuam a ter as identidades e fidelidades tradicionais (que podem, muitas vezes, ser geridas com compensações, como acontece com muitos católicos romanos nominais) e a preferência de um número substancial de indivíduos pela adesão e participação em grupos (e igrejas) mais integradores.

Foi assim que em Portugal, *grosso modo* na segunda metade do século xx, se acelerou e intensificou a diferenciação religiosa, com a importação de quase todas as expressões religiosas relevantes no mundo actual — vindo esta mudança quantitativa e qualitativa a ser reforçada por correntes de imigração (nomeadamente as desencadeadas pela descolonização) que conduziram à «transplantação» e enraizamento recente no campo religioso português de comunidades étnico-culturais de forte identidade religiosa até então dele ausentes (à excepção da comunidade judaica, que passou por esse processo cerca de século e meio antes).

O ESOTERISMO FOI, NO OCIDENTE CRISTÃO e de há longa data, uma das formas mais bem sucedidas de compensação encontrada por expectativas religiosas que não se satisfaziam inteiramente nas expressões ortodoxas do cristianismo: foi nessa senda que se desenvolveram, sobretudo nos séculos xvii e xviii, correntes como o rosa-cruzismo, a Maçonaria ou o sebastianismo português. Na época contemporânea, a sua influência foi sempre tanto ou mais popular que a do espiritismo embora, ao contrário deste, consista mais num culto do estudo de doutrinas do que em qualquer tipo de práticas como os «trabalhos» dos espíritos — daí que o esoterismo não conduza à constituição de muitos grupos mais ou menos numerosos. Também como o espiritismo, o esoterismo encontrou no século xix, em torno de determinadas personalidades, fórmulas de «codificação» de experiências religiosas muito antigas que, mesmo sob a pressão do cristianismo, nunca abandonaram inteiramente o campo religioso — e, nesta área, a teosofia veio a ser uma das propostas mais duradouras.

A sua fundadora foi a russa Helena Petrovna Blavatsky (1831-1891), que esboçou e delimitou uma doutrina segundo a qual todas as grandes religiões históricas são variações exteriores (exotéricas) de uma mesma verdade profunda e oculta (esotérica) em todas encerrada; muito apelativas para um tipo de consciência e erudição modernas que recusam a verdade revelada e exclusivista da tradição judaico-cristã-islâmica, estas ideias buscaram alguma inspiração nas atitudes de maior sincretismo do hinduísmo e do budismo e vieram a originar uma organização vocacionada para o seu estudo e propagação, a Sociedade Teosófica, organizada em Inglaterra por Henry Steel Olcott (1832-1907). Interessada em concepções como a reencarnação ou o ioga, a teosofia pode funcionar como uma compensação para crentes de religiões particulares ou ela mesma assumir uma resposta integral às expectativas do

▽ Primeiro número da revista *Biosofia*. A sociabilidade religiosa tece-se hoje com o auxílio dos meios mais diversos. Entre os cultores do esoterismo, a imprensa e a literatura, os cursos e conferências tenderam a tornar-se as próprias formas de expressão do religioso.

### *A Sociedade Teosófica*



agente religioso; simultaneamente, dado o seu carácter orientado para a erudição e a simbologia<sup>125</sup>, a teosofia interessou e interessa sobretudo um meio de cultura letrada insatisfeito quer com os grupos religiosos tradicionais quer com a cultura positivista do século XIX.

Em Portugal, o primeiro reflexo da teosofia foi o livro *Estudos esotéricos: submundo, mundo e supramundo* (Porto, 1889) do diplomata português visconde de Figiñère (1827-1908), vindo mais tarde, desde 1915, o Dr. João Antunes (1885-1956) a dirigir uma Coleção Teosófica e Esotérica da Livraria Clássica Editora, de Lisboa, que deu ampla divulgação às concepções teosóficas — alguns dos títulos da colecção, como *A voz do silêncio* de H. P. Blavatsky, foram traduzidos pelo poeta Fernando Pessoa (1888-1935). João Antunes foi igualmente o fundador do primeiro ramo teosófico português (Ísis), filiado na Sociedade Teosófica de França em 1920 e director da *Revista de questões teosóficas e de ciências espiritualistas Ísis*, a qual se publicou até 1928 e onde colaboraram personalidades pouco sintonizadas com as ideias dominantes entre as elites secularizadas de então como Leonardo Coimbra e Teixeira Rego<sup>126</sup> — este facto parece demonstrar que a teosofia veio preencher ou orientar as resistências de uma parte da elite intelectual portuguesa à influência avassaladora do positivismo e do hegelianismo desde as últimas décadas do século XIX e de uma forma alternativa ao discurso simbólico da cultura clerical e das outras correntes cristãs.

Estando já constituído em Lisboa um primeiro círculo de teósofos portugueses — que incluía também os sucessores de Antunes entre 1924 e 1931 na direcção da futura Sociedade Teosófica de Portugal (STP), engenheiro António Rodrigues da Silva Júnior (1868-1937) e coronel Óscar Garção (1869-1935) — pôde instalar-se (com 99 membros) a STP, que recebeu em Setembro de 1921 de Annie Besant (então presidente mundial da Sociedade Teosófica) a respectiva carta patente, e se constituiu formalmente em Novembro desse ano. Organizada em ramos e grupos de estudo, a STP é uma realidade predominantemente lisboeta, embora se tenha conseguido estabelecer também noutras cidades: entre 1925 e 1926 surgiram grupos efémeros em Canas de Senhorim, Oliveira de Azeméis, Ponte de Lima, Espinho, Porto, Braga e Coimbra; entre 1930 e 1978 existiu em Matosinhos o ramo Alcione e entre 1930 e 1979 funcionou em Ponte de Lima o ramo Krishnamurti (cujos membros remanescentes se tornaram membros correspondentes do ramo portuense Dharma entretanto surgido em 1953), enquanto em 1927 e 1956 foram fundados, respectivamente em Lagos e Évora, ramos activos até à actualidade — o de Lagos, nascido em 1925 em torno do capitão José dos Reis Lázaro (n. 1884), foi particularmente activo depois de revitalizado em 1935 e reorganizado em 1962<sup>127</sup>.

Os boletins oficiais — *Osrís* entre 1933 e 1980 e *Portugal Teosófico* desde 1981 — foram os elos de ligação dos vários ramos, mantendo a sociedade um contacto permanente com as suas muitas congéneres estrangeiras durante os mandatos seguintes dos seus presidentes: João Salvador Marques da Silva (1866-1938) em 1931-1932, Jeanne Sylvie Lefèvre (1880-1972) em 1932-1944 e 1950-1953, o escritor Félix Bermudes (1874-1960) em 1944-1947 e 1953-1960, Prof. Délio Nobre Santos (1912-1977) em 1947-1950 e 1960-1974 e, mais recentemente, Maria Guilhermina Nobre Santos. A STP nunca veio a ter mais de umas poucas centenas de membros: 158 em 1922, 302 em 1926, 187 em 1946, 230 em 1950, 296 em 1982 e 228 em 1994<sup>128</sup>; mas as suas actividades deram origem a várias instituições inspiradas nos seus princípios, como a Liga de Protecção a Crianças, a Liga Nacional de Defesa dos Animais e a Liga de Fraternidade de Socorro a Desvalidos — indiciadoras da capacidade da STP de gerar laços de sociabilidade entre os seus membros e simpatizantes, estas instituições vieram no entanto a tornar-se «pesados encargos» para a sociedade (dispersando recursos e dedicação de um pequeno número de membros activos), vindo por isso a autonomizar-se desta ou a ser integrados nos serviços estatais de assistência social. Outros laços de sociabilidade são patentes também no facto de os teósofos se chamarem entre si «irmãos», de observarem algumas festividades durante o ano e de, apesar das resoluções

internacionais do conselho geral de 1924 (estabelecendo que a sociedade não tem doutrina oficial, regendo-se pelos princípios da liberdade de pensamento e da fraternidade) e de 1950 (demarcando a sociedade de qualquer identificação com outras organizações), terem um esboço de uma ética própria<sup>129</sup>.

As ideias representadas pela Sociedade Teosófica, com a sua propensão para uma forma reflectida e intelectualizada de sincretismo, são muito mais marcantes na sociedade contemporânea do que o deixa adivinhar o número restrito dos seus membros — mesmo entre cristãos nominais tem hoje grande eco uma sensibilidade religiosa que se revê mal no exclusivismo que reclamam dos crentes as grandes religiões monoteístas e que é bem visível num recente comentário de um teósofo português a um livro do papa João Paulo II: «Neste último livro papal, S. S. insiste no carácter único de Cristo como *Filho Unigénito de Deus*, para O distanciar e superiorizar a todos os outros Filhos de Deus — Pitágoras, Budha, Sankaracharya, etc. Esta concepção *partidária* de Cristo é inaceitável e geradora de conflitos insanáveis.»<sup>130</sup>

ALÉM DA TEOSOFIA, OUTRAS CORRENTES e tradições esotéricas estão presentes em Portugal, desde a Maçonaria — sobretudo a regular recentemente organizada com renovada atenção aos aspectos simbólicos da ordem maçónica — ao rosa-cruzismo.

A Maçonaria portuguesa, muito isolada internacionalmente durante o Estado Novo (as obediências inglesa e americanas recusaram reconhecê-la em 1941), esteve ligada à luta política contra o regime de Salazar e conheceu um novo fôlego depois de 1974: de facto, o Grande Oriente Lusitano Unido, ilegalizado pelo decreto n.º 1901 de 21 de Maio de 1935 que proibia as sociedades secretas (e a tradicional possibilidade de uma articulação autónoma de algumas elites face ao Estado e à Igreja por elas operacionalizado), recuperou a legalidade com o decreto n.º 594 de 7 de Novembro de 1974. Desde então, veio a ocorrer em 1983 uma cisão no seu seio protagonizada por elementos que pretendiam aproximar-se da regularidade maçónica das obediências tradicionalistas; daqui se originou a Grande Loja Regular de Portugal (designada também de Legal após uma cisão sofrida em 1996), autonomizada em 1991 da Grande Loja Nacional Francesa, a que se unira depois da sua legalização em 1985. Outras lojas, ligadas a obediências estrangeiras, haviam surgido durante a década de 1980: a Grande Loja Feminina de Portugal, fundada em 1997 e originada de uma congénere francesa, e algumas lojas ligadas à Ordem Maçónica Mista Internacional (que admite homens e mulheres). As novas obediências maçónicas surgidas em Portugal evidenciaram um renovado interesse pela restauração de ritos maçónicos antigos tradicionalmente descurados pelo carácter politizado do Grande Oriente Lusitano Unido: assim surgiram, em ligação à Grande Loja Regular de Portugal e transmitidos por potências regulares norte-americanas, em 1993 o Supremo Conselho para Portugal dos Soberanos Grandes Inspectores-Gerais do 33.º e Último Grau do Rito Escocês Antigo e Aceite, em 1995 o Grande Priorado Independente da Lusitânia, ligado a linhagens iniciáticas maçónico-templárias, e em 1996 o Supremo Grande Capítulo do Arco Real de Portugal do Rito de Iorque<sup>131</sup>.

Desde que, na década de 1920, o capitão Francisco de Medeiros fundou um Centro de Estudos Rosacruceanos autorizado pela Rosicrucian Fellowship (fundada por Max Heindel em Seattle em 1907) que estão implantados em Portugal alguns centros com ligações às duas principais entidades que cultivam as doutrinas rosa-cruzistas, a Fraternidade Rosacruciana (ligada à Fellowship) e dois capítulos ligados à AMORC (Antiquus Mysticusque Ordo Rosae Crucis, também sedeada nos Estados Unidos e fundada em 1909 por Harvey Spencer Lewis); a tradição rosa-cruzista é uma escola ocultista que, ao contrário da Sociedade Teosófica, não teve influência de doutrinas orientais e deriva do chamado «iluminismo rosa-cruzista» de princípios do século XVII, então particularmente influente na Alemanha.

Outra importante modalidade do esoterismo português tem sido a elaboração de explicações ocultistas da história de Portugal, alternativa ao discurso

### *Outras correntes esotéricas*

▷ Exterior da Mesquita de Lisboa. Inaugurado em 1984, este local de culto dos muçulmanos situou-se, de forma bem visível, numa zona central da capital. Apesar de dificuldades de licenciamento que alguns grupos religiosos continuam a enfrentar para construir templos de raiz em várias cidades e vilas, as limitações legais do passado quanto à visibilidade dos locais de culto e ao uso dos cemitérios são hoje um problema ultrapassado.

FOTO: JOSÉ MANUEL OLIVEIRA/ARQUIVO CÍRCULO DE LEITORES.

das correntes historiográficas académicas e mantida por uma série de autores que a cultivam com o favor do público — essa tendência para a «história oculta» nutre-se da renovação do sebastianismo e das especulações sobre o Quinto Império e pode considerar-se representada numa obra como a *História secreta de Portugal* (1977) de António Telmo, que aí propõe a ideia de que «houve entre nós, senão connosco, uma organização esotérica que, de uma maneira perfeitamente consciente e intencional, procurou a partir desta pátria, a que deu existência, redimir o mundo do mal e da divisão»<sup>132</sup>.

Há ainda grupos, nem sempre de grande duração, que cultivam outras tradições ocultistas, nomeadamente o da Sociedade Gnóstica Internacional ou os ligados à mística templária, como a Ordem Suprema Militar dos Templários e a Ordo Novus<sup>133</sup>.

Apesar de muitos cultores de tradições ocultistas preferirem um caminho individual que não chega a passar pela adesão a redes ou grupos, o campo fértil do estudo das doutrinas vai gerando novas formas de associação entre algumas dessas pessoas: um dos casos recentes mais significativo é o do Centro Lusitano de Unificação Cultural (CLUC), fundado em 1988 a partir de um pequeno grupo de membros activos e que mantém, em forma de rede, uma relação com um número bem maior de adeptos e simpatizantes — tendo um interesse muito amplo por várias das tradições ocultistas mas também pelos saberes convencionais, o CLUC organiza-se como um centro de estudos, convívio e conferências com uma actividade editorial própria cuja divulgação tem conduzido à constituição, mesmo na Europa e na América Latina, de núcleos a si ligados. Sem possuir uma doutrina própria nem exigir sequer uma adesão formal, o CLUC é um caso original de criação de novas formas de sociabilidade religiosa — com algumas semelhanças com a Sociedade Teosófica (a que alguns dos seus membros pertencem ou pertenceram) —, constituído em grande parte por pessoas de formação académica. A necessidade sentida dentro deste grupo de representar alguns elementos simbólicos conduziu à criação de um ritual anual (*Lua Cheia de Junho*), «visando a elevação da Terra em geral e da Humanidade em particular, de acordo com os princípios do Amor, da Paz, da Fraternidade e da Manifestação da Luz, bem como de Síntese das tradições oriental e ocidental»<sup>134</sup>; este ritual, satisfazendo a sensibilidade estética dos participantes e fortalecendo os laços afectivos entre os membros e simpatizantes do centro, é bem demonstrativo da propensão de todas as expressões religiosas, mesmo as menos «convencionais», para a elaboração de ritos.

### As igrejas ortodoxas

TAL COMO OS PROTESTANTES MANTÊM desde o século XVIII algumas capelanias em Portugal, que prestam serviço pastoral a diplomatas e comerciantes, também os católicos ortodoxos começaram por ter uma presença deste género a partir de uma representação mantida pela Igreja Ortodoxa Grega, hoje denominada Igreja Ortodoxa Grega de Portugal, dependente do metropolitano de França e exarca para Espanha e Portugal, o qual representa o patriarca ecuménico de Constantinopla. O número de fiéis da Igreja, sendo reduzido, cresceu a partir de 1974, com a vinda de antigos residentes em Moçambique (sobretudo na Beira e Lourenço Marques); o pequeno número de convertidos é em geral resultado de casamentos mistos.

Mas o catolicismo ortodoxo está igualmente ligado em Portugal a outras realidades eclesíásticas que resultaram já de um fenómeno de conversão de portugueses que, deixando de se identificar com a Igreja Romana, pretendiam (ao contrário dos convertidos ao protestantismo) manter uma vivência religiosa de forte pendor liturgista e clerical, inclusivamente com alguns aspectos devocionais, nomeadamente marianos, próximos da piedade e imagética católicas romanas tradicionais: foi assim que em 1975 surgiu a Igreja Católica Ortodoxa de Portugal (ICOP), que pretendeu garantir a legitimidade apostólica do seu episcopado com o patrocínio, primeiro, da Igreja Grega Velha Calendarista (não-canónica) e, depois, da Igreja Ortodoxa da Polónia (embora esta situação ainda não tenha obtido o reconhecimento do patriarca ecuménico). A ICOP encontrou adeptos entre antigos clérigos e leigos

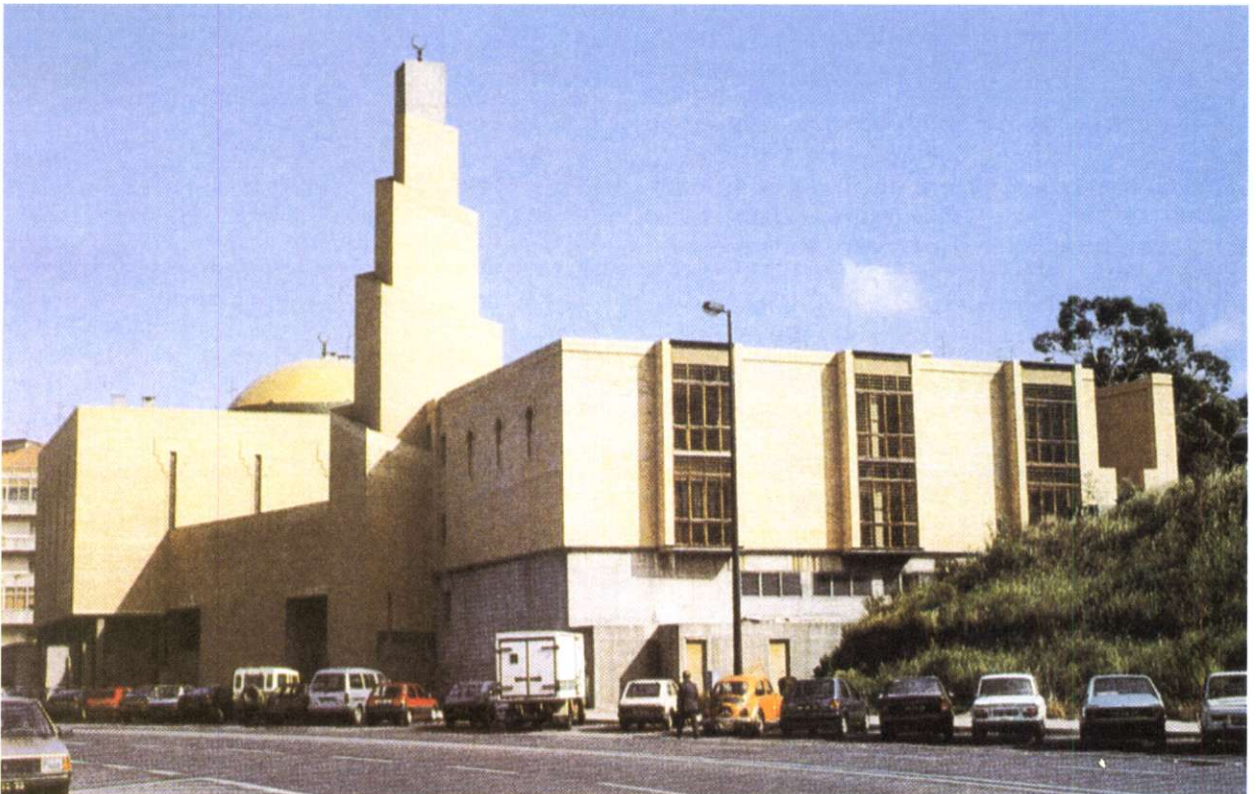
católicos romanos, para os quais determinados aspectos teológicos e litúrgicos mais tradicionais do catolicismo ortodoxo eram particularmente apelativos na conjuntura de renovação que atravessava a Igreja Católica Romana a seguir ao II Concílio do Vaticano; de facto, a sua implantação e crescimento deveu-se tanto à adesão de pessoas dos extractos sociais de cultura letrada (incluindo, nos primeiros tempos, algumas figuras da intelectualidade), como à de pessoas mais ligadas à religiosidade popular e tradicional, como o demonstram particularmente os devotos da Santa da Ladeira (Torres Novas). A ICOP constituiu ainda um corpo ministerial próprio de bispos, presbíteros e diáconos e conta uma dúzia de congregações distribuídas de norte a sul do país, além de uma pequena ordem regular instalada em Beja (Ordem Basiliiana dos Servos de Deus) com ramo masculino e feminino; em 1991, uma dissidência originou a Igreja Apostólica Católica Ortodoxa, com sede em Lisboa no chamado Santuário de Nossa Senhora das Lágrimas.

Existe ainda, desde os anos 80, uma pequena comunidade de russos com ligação à Igreja Russa fora das Fronteiras, embora não esteja dotada de clérigos residentes.

OS MUÇULMANOS, CUJA PRESENÇA HISTORICAMENTE REMOTA em Portugal não deixou vestígios comparáveis aos do criptojudáismo, eram ainda muito poucos no início do século XX; mas, devido ao seu número considerável nas antigas províncias ultramarinas, alguns possuíam cidadania portuguesa e vieram a radicar-se no país nas décadas seguintes (sobretudo após a descolonização), em número suficiente para a constituição de algumas comunidades locais.

Em 1968, graças aos esforços de Suleiman Vali Mamede († 1996), constituiu-se e foi oficialmente reconhecida a Comunidade Islâmica de Lisboa (sunita); após 1974, juntaram-se-lhe crentes vindos de Moçambique (na sua grande maioria de ascendência asiática) e, em menor número, da Guiné (entre os quais se contam a grande maioria dos crentes de ascendência africana negra). Actualmente, existem três mesquitas lisboetas ligadas a esta comunida-

### *Muçulmanos*





de (junto à Praça de Espanha, Odivelas e Laranjeiras) e outros locais de culto na zona de Lisboa, no Porto, em Coimbra e no Algarve; alguns xiitas, sobretudo vindos do Irão, mantêm locais de culto em Almada (onde têm um espaço permanente que designam de «mesquita») e na linha do Estoril.

Já na década de 1990, constituiu-se — também a partir de famílias vindas de Moçambique desde os anos 70 — uma comunidade ismaelita (organizada como «centro cultural»), com sede em Lisboa e núcleos noutras zonas do país (além da Grande Lisboa, no Porto, Figueira da Foz, Setúbal e Algarve).

Os muçulmanos em Portugal, de acordo com os dados oficiais dos censos, eram em 1981 cerca de 4300 e, em 1991, cerca de 9000.

### *Hindus*

OS HINDUS ESTÃO PRESENTES NO PAÍS em número substancial só após 1974, sendo originários sobretudo de Moçambique (onde uma grande parte se estabelecera a partir do antigo estado português da Índia, mais propriamente de Diu). A Comunidade Hindu de Portugal organizou-se a partir de 1982 (legalizada em 1987) e conta actualmente com cinco locais de culto (quatro na Grande Lisboa e um no Porto) e cerca de 9000 membros. O templo central, em Lisboa, foi inaugurado em 1998 e integra um importante complexo social e cultural que lembra a forte identidade étnico-cultural deste grupo religioso.

### *Bahá'ís*

O FINAL DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL permitiu um extraordinário *élan* missionário na metade do planeta que ficou à sombra da *pax americana*; esse esforço de inúmeros grupos religiosos, em geral partindo dos Estados Unidos, teve efeitos bem visíveis em Portugal — foi o caso das sociedades missionárias baptistas mas também de grupos que conheceram maiores dificuldades, como as Testemunhas de Jeová (por razões já examinadas) e os bahá'ís, por razões que se prendiam com a originalidade — e as conseqüências políticas — da sua mensagem.

A Fé Bahá'í havia surgido no meio do profetismo milenarista islâmico do Irão no século XIX em torno da figura de Bahá'u'lláh (1817-1892), o qual afirmou ser um novo mensageiro de Deus, na linha de outros anteriores (Abraão, Krishna, Moisés, Zoroastro, Buda, Jesus e Maomé), com a missão

de anunciar uma nova religião monoteísta mundial que sintetizasse e superasse todas as religiões históricas; o seu filho 'Abdu'l-Bahá (1844-1921) e o neto deste, Shoghi Effendi (1897-1957), como legítimos sucessores e intérpretes dos seus escritos e profecias, implantaram depois a nova fé no Ocidente (sobretudo nos Estados Unidos) e apresentaram-na, com amplo sucesso, como a concretização das esperanças messiânicas das grandes religiões e como a via para «a unificação da humanidade, a união das diferentes religiões do mundo, a reconciliação entre a religião e a ciência, o estabelecimento da Paz Universal, do arbitramento internacional, de uma Casa Internacional de Justiça, de uma língua internacional, a emancipação da mulher, a educação universal [e] a abolição da escravidão industrial»<sup>135</sup>. Os bahá'ís dotaram-se ainda de uma organização universal e inter-racial que, a partir de estruturas locais eleitas, converge na sua Casa Universal de Justiça (desde 1982 no monte Carmelo, Israel) e pretende ser a concretização prévia de um futuro governo mundial — esta pronunciada propensão mundialista e antinacionalista dos bahá'ís é o que explica a suspeição que suscitavam junto das autoridades portuguesas antes de 1974.

De facto, desde que o European Teaching Plan, lançado em finais de 1947, trouxe a Portugal equipas de «pioneiros» (missionários) e realizou as primeiras adesões entre portugueses, as actividades dos bahá'ís foram constantemente perseguidas: desde rusgas e interrupções de reuniões em casas particulares (com a apreensão de literatura e documentação) até à expulsão de «pioneiros», as autoridades tentaram sistematicamente prejudicar a implantação da Fé Bahá'í que, no entanto, foi contínua ao longo dessas décadas. Auscultados informalmente aquando da preparação da lei de liberdade religiosa em 1971, os bahá'ís só viriam a obter personalidade jurídica em 1975, ano a partir do qual conheceram uma considerável expansão — no final da década de 1990 contavam cerca de 3000 adeptos activos no país, distribuídos por mais de 100 grupos locais.

NO PERÍODO POSTERIOR AO 25 DE ABRIL penetraram no campo religioso português alguns grupos cuja implantação é resultado de um interesse muito generalizado na Europa e na América por doutrinas de escolas espirituais «orientais», geralmente de origem indiana ou sino-japonesa. Vários exemplos demonstram que esse interesse é também já visível em Portugal.

Assim, desde 1975 que está em Portugal a Associação Internacional para a Consciência Krishna, fundada por Abhay Charan De Bhaktivedanta Swami a partir de uma seita hindu que se opunha ao sistema de castas e proclamava a possibilidade de qualquer pessoa obter aperfeiçoamento espiritual através da entoação do cântico *Hare Krishna*.

Em 1978, foi fundada a Associação Portuguesa para o Avanço da Ciência da Inteligência Criativa, ramo do movimento do guru Maharishi Mayesh Yogi (conhecido por «Meditação Transcendental»).

Por seu lado, os primeiros ensinamentos e cerimónias budistas em Portugal datam de 1976, formando-se a partir de então um grupo vinculado à ética budista e à prática religiosa específica da tradição tibetana Nyingma (o Ogyen Kunzang Chöling), plenamente implantado desde 1979 e actualmente com uma centena de membros activos. Posteriormente, surgiram outros grupos budistas (com um pequeno número de adeptos), sobretudo da tradição zen, que, com o primeiro, constituíram recentemente a União Budista Portuguesa.

Podem ainda ser referidos, como grupos religiosos de influência oriental implantados em Portugal, a Sekai Kusei Kyo ou Igreja Messiânica Mundial (com cinco centros locais), o Ananda Marga Pracaraka Samga, a Associação Sukio Mahikari e o Templo Shiva<sup>136</sup>.

Nos principais centros urbanos têm vindo a instalar-se também vários centros de ioga, igualmente resultantes do interesse crescente pelas técnicas de meditação «orientais», embora nem sempre os seus praticantes lhe reconheçam um conteúdo «religioso».

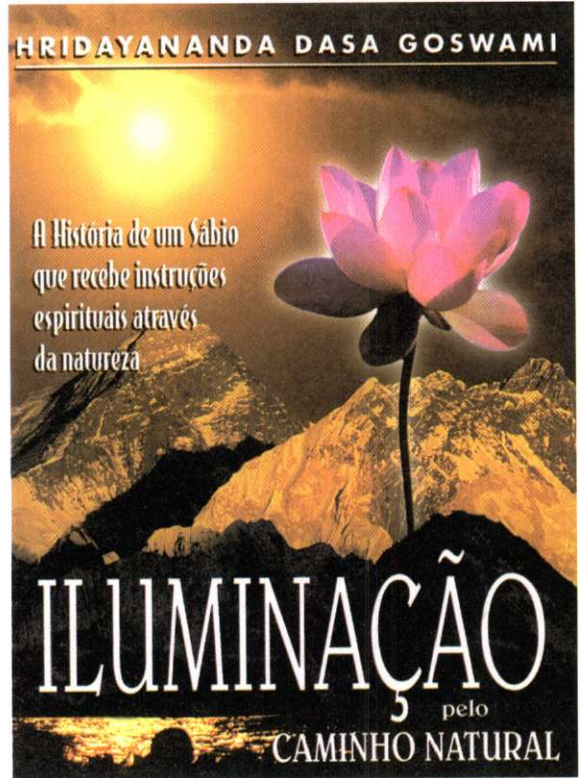
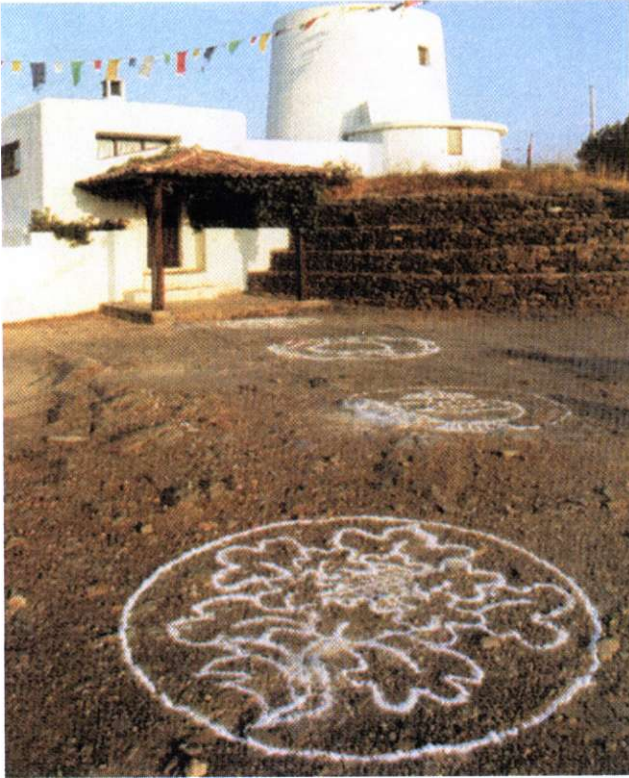
A actual abertura do campo religioso português ao exterior sugere que

◁ Centro Ismaili, Lisboa. Local de reunião e actividades culturais, é também a base, em Portugal, de várias instituições internacionais votadas ao desenvolvimento.

### As «escolas orientais»

▷ Humkara Dzong, templo budista perto de Lagos, Algarve. Actualmente, poucos grupos apostam num proselitismo ostensivo, tendendo a ter poucos membros activos e a funcionar como uma de muitas referências religiosas para a generalidade dos indivíduos, que preferem envolver-se pouco ou indirectamente.

▷ Literatura dos devotos de Krishna. Na sociedade plural da actualidade, os grupos religiosos sobrevivem sobretudo como referências simbólicas ou espirituais; daí o investimento que muitos fazem na manutenção da sua visibilidade social, por exemplo, através da distribuição gratuita de literatura e outros bens religiosos.



outros grupos se virão a instalar no país, como é o caso recente de Perfeita Liberdade, um grupo de origem japonesa e inspirado no budismo, resultante da enorme explosão religiosa que afectou o Japão após a «desregulação» do seu campo religioso em 1945; organizada numa estrutura internacional que interiorizou a lógica proselitista das igrejas cristãs e dotada de doutrina e cerimónias próprias (que em grande medida depuraram a espiritualidade budista de aspectos culturais locais e a apresentam numa linguagem simbólica e ritual mais universal), Perfeita Liberdade instalou-se em Lisboa depois do fluxo migratório de finais da década de 1980 e princípios de 1990 que trouxe ao país muitos brasileiros.

### O «new age» caleidoscópico

ASSOCIADO A ESTE FLUXO MIGRATÓRIO está igualmente a presença em Portugal de grupos ligados à religiosidade afro-brasileira, nomeadamente o candomblé, através do Centro Afro-Brasileiro de Estudos Religiosos no Monte da Caparica, e o umbanda, com o Terreiro Umbanda Ogum Megê em Benfca (Lisboa); outros grupos também existentes, de origem africana, são a Igreja Kinbangista e o tocoísmo, com a Igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo no Mundo Tocoísta<sup>137</sup>.

De uma natureza religiosa e origem geográfica completamente diferente (os Estados Unidos), é de assinalar — a partir do mesmo período — a presença da cientologia, através da Igreja Portuguesa de Cientologia desde 1988.

Há ainda uma série de fenómenos muito diversos e dispersos, mais difíceis de classificar, mas que integram inequivocamente a vida religiosa contemporânea e são importantes protagonistas da recente «pulverização» do campo religioso português. O universo normalmente designado *new age* é actualmente, à escala planetária e em Portugal, uma das parcelas mais significativas do campo religioso, onde se cruzam uma infinidade de bens religiosos ancestrais e recentes, por vezes incompatíveis (do mais variado ocultismo e gnosés mágico-vulgares à percepção extra-sensorial, técnicas «orientais» de meditação, crenças ecológico-apocalípticas, ficção científica, etc.), com a procura e gestão religiosa individual ou em rede de muitos indivíduos que raramente pertencem a grupos religiosos organizados. Na maior parte das ve-



## NONSIAMOSOLI

BOLETIM DE INFORMAÇÃO SOBRE A REALIDADE EXTRATERRESTRE  
QUÊM SÃO — PORQUE VÊM — QUE QUEREM

QUÊM É GIORGIO BONGIOVANNI QUE A VIRGEM ESTIGMATIZOU EM FÁTIMA PARA TRAZER À LUZ O TERCEIRO SEGREDO VOLUNTARIAMENTE OCULTADO E PARA AVALAR A OBRA DE 40 ANOS DO MAIS FAMOSO CONTACTADO PELAS POTÊNCIAS CELESTES, EUGÉNIO SIRAGUSA?

ELE E SEU IRMÃO FILIPPO CONVIDAM-VOS À CONFERÊNCIA PÚBLICA DE LISBOA QUE TERÁ LUGAR NA "SALA NOBRE DA VOZ DO OPERÁRIO" - RUA VOZ DO OPERÁRIO, Nº 13 (GRACA) DE LISBOA, ÀS 21 HORAS DO DIA 13 DE JANEIRO DE 1992.  
FRATERNALMENTE



**ENTRADA GRATUITA**



zes, os adeptos e consumidores do *new age* desenvolvem contactos meramente circunstanciais ou temporários com esses bens, os quais também aparecem sob a forma de «serviços», como as consultas de cartomância ou astrologia<sup>138</sup>, os bens religiosos *new age* permitem aos agentes religiosos uma gestão profundamente individualizada e variada das suas expectativas, com um mínimo de contrapartidas ou exigência de exclusividade. No entanto, este tipo de religiosidade resultou, em grande medida, da difusão social e em larga escala de uma atitude e gestão religiosa já praticadas há muito tempo por determinados indivíduos e sectores sociais mais restritos; um certo e precoce diletantismo *new age* pode encontrar-se na figura de Fernando Pessoa e no modo como cultivou sucessiva, simultânea ou alternadamente o espiritismo, a astrologia, o «neopaganismo», a teosofia e o rosa-cruzismo<sup>139</sup>.

Dentro do *new age*, uma das vertentes onde se tem desenvolvido uma religiosidade *sui generis* e de contornos de difícil definição é o da ovnilogia; neste campo, muitas são as expectativas e as formas de relação dos curiosos com o chamado «fenómeno óvni» (objecto voador não identificado), desde um interesse que se confunde (ou quer confundir) com a «investigação científica» até à adesão a teorias segundo as quais a história e a situação actual da humanidade são explicadas através de contactos ocultos com seres alienígenas (é o caso de grupos como a associação Não Estamos Sós). O fascínio exercido por esta temática pode resultar de uma transposição para o desconhecido espaço sideral dos seres fantásticos com que a imaginação religiosa antes povoava a noite, os bosques ou os mares; mas parece estar também ligada, em muitos casos, a um género de fascínio religioso pela tecnologia, bem patente na forma como são em geral representados os alienígenas e a sua realidade «sobrenatural». Apesar de alguns autores tentarem explorar, com moldes de pesquisa científica, a «hipótese ovni» em determinados casos concretos<sup>140</sup>, uma grande parte das pessoas relaciona-se com este universo em termos de crença — «acredita» ou «não acredita» em ovnis<sup>141</sup>.

Fernando Pessoa (1888-1935). Seduzido por várias propostas religiosas «heterodoxas», Pessoa chegou a traduzir obras teosóficas, a fazer cartas astrológicas e a teorizar sobre sebastianismo. O seu caso ilustra bem a longevidade de tendências que, sob a designação de *new age*, passam hoje por recentes.

FOTO: ARQUIVO CÍRCULO DE LEITORES.

◁ Boletim *Nonsiamosoli* da associação Não Estamos Sós. Os cultores da ovnilogia são muito diferentes entre si, podendo ir de simples aficionados da ficção científica a crentes em fenómenos alegadamente «paranormais», por vezes com raízes óbvias na religiosidade popular.

## NOTAS

- <sup>1</sup> MARQUES – Regularidade. In *Dicionário de Maçonaria*, vol. 2, c. 1213-15.
- <sup>2</sup> FERREIRA – *A liturgia maçônica*.
- <sup>3</sup> GRAINHA – *Histoire de la franc-maçonnerie*, p. 33 ss.
- <sup>4</sup> DIAS – *Os primórdios*, p. 474-477.
- <sup>5</sup> Cit. SERRÃO – *História*, vol. 6, p. 434.
- <sup>6</sup> Cf. a petição a Junot do «juiz do povo» José Abreu de Campos na sessão da Junta dos Três Estados a 23 de Maio de 1808.
- <sup>7</sup> ARAÚJO – As invasões, p. 41-42.
- <sup>8</sup> FARIA – A hierarquia, p. 326.
- <sup>9</sup> GRAINHA – *Histoire de la franc-maçonnerie*, p. 107.
- <sup>10</sup> CATROGA – As Maçonarias, p. 210.
- <sup>11</sup> TEIXEIRA – *O pensamento*, p. 59-110.
- <sup>12</sup> MOREIRA – *Vidas convergentes*, p. 143.
- <sup>13</sup> Cit. MOREIRA – *Vidas convergentes*, p. 182.
- <sup>14</sup> VOEGELIN – *A nova ciência*, p. 94.
- <sup>15</sup> Cit. SARAIVA – *A tertúlia*, p. 36.
- <sup>16</sup> HAYEK – Comte and Hegel.
- <sup>17</sup> RAMOS – A formação.
- <sup>18</sup> Cit. SARAIVA – *A tertúlia*, p. 53.
- <sup>19</sup> CATROGA – O laicismo, p. 218-35.
- <sup>20</sup> SARAIVA – *A tertúlia*, p. 70.
- <sup>21</sup> VENTURA – A contestação, p. 383.
- <sup>22</sup> CATROGA – O republicanismo; MÓNICA – O movimento.
- <sup>23</sup> GRAINHA – *Historie de la franc-maçonnerie*, p. 170-71.
- <sup>24</sup> Cf. *Ibidem.*, p. 134 ss.
- <sup>25</sup> RAMOS – *A segunda fundação*, p. 433.
- <sup>26</sup> MARQUES – Grande Oriente. In *Dicionário de Maçonaria*, vol. 1, c. 678-679.
- <sup>27</sup> Sobre esse período e as suas correntes intelectuais, ver RAMOS – A formação, p. 529-561.
- <sup>28</sup> Cit. LEAL – *António Ferro*, p. 88.
- <sup>29</sup> Veja-se MEDINA – *Morte*, p. 15-79.
- <sup>30</sup> REIS – Fátima: aparições.
- <sup>31</sup> PINTO – *Os camisas azuis*, p. 290-291.
- <sup>32</sup> MADEIRA – *Os engenheiros*, p. 80.
- <sup>33</sup> *Ibidem*, p. 89.
- <sup>34</sup> Cit. *Ibidem*, p. 81.
- <sup>35</sup> FERREIRA – *Religião*.
- <sup>36</sup> TEIXEIRA – A ideia, p. 16.
- <sup>37</sup> TEIXEIRA – A filosofia, p. 14-5.
- <sup>38</sup> LOURENÇO – *Heterodoxia*, p. 8.
- <sup>39</sup> ESTÉVÃO – *O Tempo e o Modo*.
- <sup>40</sup> CANELO – *O resgate*, p. 31.
- <sup>41</sup> *História da moderna comunidade israelita de Lisboa*, p. 9.
- <sup>42</sup> MOREIRA – *Vidas convergentes*, p. 83.
- <sup>43</sup> Cit. MEA; STEINHARDT – *Ben-Rosh*, p. 262.
- <sup>44</sup> Cit. RIBEIRO – *História*, p. 66.
- <sup>45</sup> Notas manuscritas do capitão, cit. MEA; STEINHARDT – *Ben-Rosh*, p. 263.
- <sup>46</sup> MEA; STEINHARDT – *Ben-Rosh*, p. 22.
- <sup>47</sup> Cit. *Ibidem*, p. 60.
- <sup>48</sup> Cit. CANELO – *O resgate*, p. III.
- <sup>49</sup> Cit. *Ibidem*, p. 115.
- <sup>50</sup> MEA; STEINHARDT – *Ben-Rosh*, p. 157-8.
- <sup>51</sup> CABREIRA – *A voz*.
- <sup>52</sup> Ver GARCIA – *Os judeus*.
- <sup>53</sup> Cit. MATTOSO – Portugal, c. 1958.
- <sup>54</sup> FERREIRA – *A Bíblia*, p. 16-23.
- <sup>55</sup> BARATA – João Ferreira.
- <sup>56</sup> MOREIRA – *Vidas convergentes*, p. 80-81.
- <sup>57</sup> Ver *Ibidem*, cap. 1 e p. 127-33.
- <sup>58</sup> *Ibidem* p. 48-56.
- <sup>59</sup> Relato cit. *Ibidem*, p. 76-77.
- <sup>60</sup> Cit. *Ibidem*, p. 99-100.
- <sup>61</sup> Carta de 1.2.1839 cit. TESTA – *O apóstolo*, p. 128-9.
- <sup>62</sup> TESTA – *O apóstolo*, n. 183, p. 154.
- <sup>63</sup> MOREIRA – *Vidas convergentes*, p. 146.
- <sup>64</sup> *Ibidem*, p. 104-106.
- <sup>65</sup> MOREIRA – *Vidas convergentes*, p. 191.
- <sup>66</sup> Acta do sínodo geral, 5.4.1880.
- <sup>67</sup> SANTOS – A primeira geração, p. 339-346.
- <sup>68</sup> Cit. SILVA – A Igreja, p. 750.
- <sup>69</sup> RIBEIRO – *História*, p. 32-35.
- <sup>70</sup> *Ibidem*, p. 57-62.
- <sup>71</sup> *Ibidem*, p. 163-72.

- 72 MOREIRA – *A situação*, p. 17.  
 73 Termo usado por MOREIRA – *Vidas convergentes*, p. 289.  
 74 *Eben-Ezer!*, p. 21.  
 75 CARDOSO – *Por vilas*, p. 56.  
 76 FELIZARDO – *História*, p. 10.  
 77 ANÇÁ – *O pioneiro*.  
 78 FELIZARDO – *História*, p. 145.  
 79 BARATA – *Comemoração*, p. 3-4.  
 80 BRANCO; SILVA – *Panorama*, p. 6-7.  
 81 *Ibidem*, p. 13.  
 82 *Ibidem*, p. 16.  
 83 Sobre esta realidade, ver ALMEIDA – *A outra face*.  
 84 BRANCO; SILVA – *Panorama*, p. 24.  
 85 RODRIGUES – *Ser cigano*.  
 86 MARQUES – *Reacção*, n. 20, p. 163.  
 87 Para uma resposta protestante coeva, ver MOREIRA – *Portugal e o protestantismo*.  
 88 Cit. FERREIRA – *A primeira visita*, p. 5; FERREIRA – *75 anos*, p. 16.  
 89 MARQUES – *Reacção*, n. 22, p. 163, refere a argumentação usada pelo jornal *A Palavra*.  
 90 Vejam-se as convergências em SILVA – *A Igreja*, p. 747-51.  
 91 ASPEY – *Por este caminho*, p. 189-90.  
 92 MOREIRA – *A crise*, p. 29.  
 93 MOREIRA – *Vidas convergentes*, p. 380.  
 94 *Ibidem*, p. 390.  
 95 MARQUES – *Reacção*, p. 165-6.  
 96 GUERRA – *A perseguição*.  
 97 BRANCO; SILVA – *Panorama*, p. 18.  
 98 Cit. GUERRA – *A perseguição*, p. 19-20.  
 99 Este assunto está extensivamente tratado por vários autores em GUICHARD – *Des protestantismes*.  
 100 MORGADO – *Vós sois*, p. 17.  
 101 FELIZARDO – *História*, p. 163-8.  
 102 BRANCO; SILVA – *Panorama*, p. 20-23.  
 103 MARQUES – *Reacção*, n. 34, p. 166; CARDOSO – *A Fundação*, p. 115.  
 104 HORTA – *A sociedade*.  
 105 Ver ALIANÇA EVANGÉLICA – *Reflexões e propostas*, p. 60, art.º 9; p. 69, art.º 6-8; p. 73-74, art.º 15 e 16.  
 106 FERREIRA – *O ministério*.  
 107 FERREIRA – *75 anos*, p. 20; FERREIRA – *A Igreja Adventista*, p. 6.  
 108 DIAS, «*A Igreja*».  
 109 TESTEMUNHAS, p. 26-41; *O HOMEM*, p. 306-328.  
 110 *As TESTEMUNHAS*, p. 2-3.  
 111 CINQUENTA mil, p. 29.  
 112 *As TESTEMUNHAS*, p. 5.  
 113 *As TESTEMUNHAS*, p. 5-6.  
 114 CINQUENTA mil, p. 29.  
 115 BLANDRE – *Les Témoins*, p. 38.  
 116 TADEU – *A vontade de Deus*, p. 3 e 4.  
 117 TADEU – *Nascidos*, p. 44.  
 118 *Tribuna Universal*, n.º 178, 7.1.1998, p. 12 e n.º 209, 3.2.1999, p. 4.  
 119 BRITO – *O espiritismo*, p. 128.  
 120 MARQUES – *Portugal*, p. 515-7.  
 121 Cit. BRITO – *O espiritismo*, p. 127.  
 122 MAGALHÃES – *Álbum portuense*, p. 105.  
 123 Para uma discussão da natureza de Jesus, ver ROSA – *Dúvidas*.  
 124 Ver SANTOS – *O emblema*.  
 125 Ver MATTOS – *Racionalismo*.  
 126 SANTOS – *O novo boletim*.  
 127 SANTOS – *Para a história*.  
 128 SANTOS, art. cit. e *Portugal Teosófico* n.ºs II e 58.  
 129 Ver, por exemplo, BLAVATSKY – *Conselhos*.  
 130 COSTA – *Meditações*, p. 7.  
 131 MATOS – *A Maçonaria*, p. 33-35.  
 132 TELMO – *História*, p. 24.  
 133 CAPELO – *Profetismo*, p. 45.  
 134 ESSLEMONT – *Bahá'u'lláh*, p. 183.  
 135 Carta circular de 20.5.1999.  
 136 LAGES – *Minority religious*, p. 17.  
 137 *Ibidem*, p. 17.  
 138 BAINBRIDGE – *The Sociology*, p. 363-91.  
 139 COSTA; ANES – *Os mistérios*.  
 140 Um exemplo é o de ARMADA; FERNANDES – *As aparições*.  
 141 Ver FERNANDES – *Ovnis*.

Patriarcado de Lisboa

Comunidade de Sant'Egídio

com a colaboração da Fundação Mário Soares

XIII ENCONTRO INTERNACIONAL HOMENS E RELIGIÕES

# OCEANOS DE PAZ RELIGIÕES E CULTURAS EM DIÁLOGO

Lisboa 24 - 25 - 26 Setembro 2000



com o alto patrocínio  
do Presidente da República, do Primeiro Ministro e do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa

SECRETARIA DO ENCONTRO

Rua do Crucifixo, 7 - 1100 - 182 LISBOA Tel 21.3233446 Fax 21. 3472930

# A dinâmica do universo religioso português

Luís Aguiar Santos

## DIFERENCIAÇÃO RELIGIOSA (1813-1999): QUANTIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

A ADOPÇÃO DE UMA NOÇÃO ABRANGENTE do *religioso* permitiu incluir nesse universo uma grande variedade de realidades que, embora com linguagens e discursos diferentes entre si, foram conduzindo ao crescimento de mundivivências distintas da veiculada pela vivência religiosa hegemónica católica romana. O crescimento dessa diferenciação, por seu lado, foi-se tornando visível histórica e socialmente numa série de redes, grupos e igrejas que foram surgindo e criando lentamente uma pluralidade religiosa em Portugal ao longo dos séculos XIX e XX. A amplitude deste processo pode tornar-se mais clara se se tentar quantificá-lo. Para esse efeito, os dados dos censos oficiais<sup>1</sup> apresentam problemas, nomeadamente a ausência de valores desagregados por grupos e o facto de dependerem de uma massa de respostas cujas motivações e efeitos estatísticos são ambivalentes.

Um método alternativo é a quantificação, para diferentes anos, de grupos locais organizados; neste caso, os dados informam sobre o número de núcleos de vivência religiosa diferenciada e não exactamente sobre o número de fiéis de cada uma delas, mas ganha-se muito em pormenorização da informação. Havendo o risco de esses dados não representarem a totalidade dos fenómenos de diferenciação religiosa (sobretudo no caso dos indivíduos isolados e das redes), é no entanto possível, a partir deles, fazer uma estimativa do número de fiéis activos. Os dados obtidos por este método, pretendendo-se meramente aproximativos, permitem também definir os contornos das alternativas religiosas na sociedade e os focos mais relevantes da sua «sedimentação» em estruturas de sociabilidade. Assim, o que se tenta aqui fazer com este método é uma amostragem do processo de diferenciação religiosa, com recurso ao conjunto de dados relativos às minorias religiosas em Portugal e coligidos para três momentos dos dois últimos séculos (1813, 1906 e 1999), espaçados em períodos de 93 anos; nesta amostragem, torna-se patente uma progressiva evolução para a fragmentação do campo religioso (ver Quadro).

Em 1813, o ano em que é autorizado o estabelecimento da primeira comunidade religiosa não-cristã no país desde o século XV (a sinagoga Shaar Hashamaim), a sociedade portuguesa tem uma organização religiosa profundamente uniforme, tolerando uma meia dúzia de grupos diferenciados (protestantes e judeus) só permitidos a estrangeiros e comportando cerca de duas dezenas de outros grupos, extremamente elitistas e de estatuto legal mal definido (as lojas maçónicas). Noventa e três anos depois, em 1906, mercê de algumas décadas de vigência de um regime de liberdades civis, alguns dos primeiros grupos diferenciados referidos (os protestantes) puderam já desenvolver actividades de proselitismo entre portugueses e formar várias dezenas de congregações toleradas; simultaneamente, as lojas maçónicas puderam também aproveitar as novas condições político-jurídicas para se multiplicarem e transformarem no maior grupo diferenciado da Igreja estabelecida — e, dada a permanência do seu recrutamento elitista (e a assunção de um projecto activista e mobilizador), serem um importantíssimo concorrente dessa Igreja. A presença de alguns grupos espíritas é já então um sinal da procura de novos bens religiosos, que prepara o aparecimento (sobretudo a partir da década de 1920) de novas realidades religiosas, como as correntes ocultistas, com um recrutamento também orientado para as elites.

### *A quantificação dos dados*

◁ Cartaz do XIII Encontro Internacional Homens e Religiões «Oceanos de Paz Religiões e Culturas em Diálogo», Lisboa, 24 a 26.9.00.

FONTE: COMUNIDADE DE SANT'EGÍDIO.

NÚMERO DE GRUPOS RELIGIOSOS LOCAIS EM PORTUGAL			
	1813	1906	1999
<b>Bahá'ís</b> (1)	—	—	138
<b>Budistas</b> (2)	—	—	12
<b>Católicos ortodoxos</b> (3)			
Igreja Ortodoxa Grega	—	—	1
Outros	—	—	14
<b>Cientologia</b>	—	—	1
<b>Cultos de origem africana</b>	—	—	4
<b>Cultos de origem oriental</b>	—	—	9
<b>Esoterismo</b>			
Sociedade Teosófica	—	—	13
Outros (4)	—	—	11
<b>Espíritas</b>			
Kardecistas (5)	—	3	c. 50
Racionalismo cristão	—	—	1
<b>Hare Krishna</b>	—	—	2
<b>Hindus</b>	—	—	5
<b>Judeus</b>	1	2	3
<b>Maçonaria</b> (6)			
Grande Oriente Lusitano (Unido)	c. 20	97	?
Grande Loja Regular	—	—	35
Outros	—	—	5
<b>Muçulmanos</b> (7)			
Ismaelitas	—	—	8
Sunitas	—	—	12
Xiitas	—	—	2
<b>Protestantes</b> (8)			
Igrejas sinodais			
Lusitanos episcopais	—	12	18
Metodistas	—	10	15
Presbiterianos	—	9	29
Denominações anti-hierárquicas			
Assembleias de Deus (AEP)	—	—	439
Outros pentecostais da AEP	—	—	147
Outros pentecostais (9)	—	—	285
Baptistas CBP (AEP)	—	1	93
Outros baptistas (AEP)	—	1	44
Irmãos (AEP)	—	3	115
Outras denominações (AEP) (10)	—	13	77
Adventistas do Sétimo Dia (11)	—	2	105
Testemunhas de Jeová	—	—	700
Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias	—	—	?
Igreja de Cristo Cientista (Ciência Cristã)	—	—	3
<b>Ioga</b> (12)	—	—	?
<b>TOTAL</b>	21	153	2396
<b>Paróquias católicas romanas</b> (13)	4088	3979	4377

Legenda: (1) Estes números dizem respeito a Maio de 1998 e foram amavelmente coligidos pelo Dr. Wilson Brígido; alguns dos grupos locais aqui contabilizados têm muito poucos membros. (2) Inclui os «pós-budistas» da Perfeita Liberdade. (3) Apesar de não existirem grupos locais, o censo de 1900 dá conta da existência de 6 cristãos ortodoxos em Lisboa. (4) Número aproximativo incluindo grupos rosa-cruzistas e outros referidos na parte intitulada «A recente "pulverização" do campo religioso», excepto os maçónicos. (5) Números de 1906 baseados na existência de periódicos espíritas em Lisboa, Porto e Ponta Delgada. (6) Não inclui lojas maçónicas especificamente estrangeiras. (7) Apesar de não existirem grupos locais, o censo de 1900 dá conta da existência de 34 muçulmanos em Lisboa. (8) Não inclui capelanias estrangeiras, que eram 4 em 1813. (9) Em 1999, inclui pentecostais como Congregação Cristã em Portugal e Igreja Evangélica Maranata e neopentecostais como Igreja Cristã Maná e IURD. (10) Em 1906, 2 igrejas «independentes» em Lisboa, sendo as restantes congregacionistas; em 1999, Igreja do Nazareno, congregacionistas, Acção Bíblica, Exército de Salvação, Igreja Evangélica Luterana, Igreja Cristã Presbiteriana e TEAM. (11) Em 1999, inclui uma congregação dissidente de Lisboa. (12) Existe uma União Nacional de Ioga de Portugal que, por recusar qualquer conotação religiosa, não disponibilizou dados sobre o número de centros por si representados. (13) Os números dizem respeito aos anos de 1826, 1904-1905 e 1995. Fontes: Investigação do autor (incluindo respostas a um inquérito); ALMEIDA — *Prontuário evangélico*, p. 189-231; ANUÁRIO CATÓLICO, p. 41; BRITO — O espiritismo em Portugal, p. 134; CAPELO — *Profetismo*, p. 43; COELHO — *Manual político*, p. 397-398; LAGES — *Minority religious*, p. 17; *The Christian Science Journal*, 119: 6(2001), p. 94; MARQUES — Portugal, pp. 435, 479 e 517 (n. 184); MATOS — A Maçonaria, p. 34-5; SANTOS — O novo boletim; *Tribuna Universal*, ano 5, n.º 209 (3.2.1999), p. 4; SILVEIRA — *Território*, p. 45.

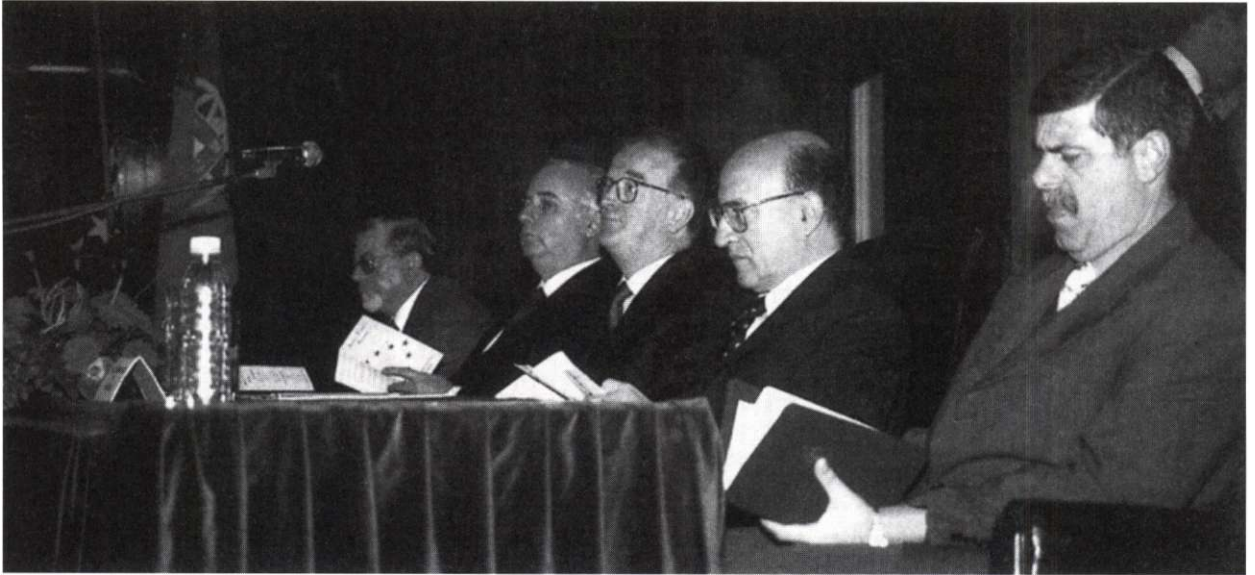
Passados outros 93 anos, em 1999, o campo religioso apresenta uma grande multiplicação de grupos, que o fragmenta, e em que alguns deles (sobretudo na área protestante) conquistaram já uma representação social considerável — enquanto a Maçonaria, dada a permanência da sua natureza elitista, não sofreu esta «massificação» enquanto grupo diferenciado. A comparação destes três anos aqui considerados permite perceber uma grande diferença entre, por um lado, os anos de 1813 e 1906 e, por outro, o ano de 1999: nos dois primeiros anos, a diferenciação é um fenómeno predominantemente das elites ou de outros meios sociais reduzidos a elas ligados (são os casos da Maçonaria e dos protestantes), enquanto em 1999 ela é um fenómeno que alastrou já a uma parte muito considerável da sociedade, mesmo em termos geográficos. Pode, assim, dizer-se que o período entre 1813 e 1906 foi aquele em que a diferenciação religiosa se consolidou entre as elites; por seu lado, o período entre 1906 e 1999 foi aquele em que essa diferenciação alastrou das elites a sectores mais vastos da sociedade, sobretudo do litoral e da parte sul do país.

Os dados aqui apresentados conduzem à questão da permanência numérica da hegemonia católica romana e do que ela significa, realmente, na sociedade portuguesa no final do século xx; apesar de os censos atribuírem ainda à Igreja Católica Romana uma maioria expressiva de fiéis<sup>2</sup> — dos 93,1 % de 1940 ou 97,9 % de 1960 para os 81,1 % de 1981 e 77,9 % de 1991 —, a análise do quadro e o declínio da mobilização para o culto dos chamados «católicos praticantes» levantam dúvidas sobre a consistência religiosa dessa hegemonia. Para grande parte das pessoas que continuam (estatisticamente) a identificar-se com o catolicismo, este pouco mais parece ser que uma referência cultural cada vez mais longínqua — e esse distanciamento aumenta de geração para geração numa população crescentemente divorciada da prática cultural e de uma educação ou socialização religiosa que a familiarize, mesmo que superficialmente, com o discurso simbólico dessa religião. Tendo em conta este factor de distanciamento e o número hoje muito reduzido dos «católicos praticantes», os dados do quadro podem exprimir uma realidade mais fragmentada e plural do que em geral se concebe (ou os censos deixam adivinhar); de facto, muitas das paróquias católicas não têm hoje certamente mais fiéis «praticantes» do que os grupos locais de outras expressões religiosas. E, sendo certo que uma grande maioria da população já não tem uma pertença formal a nenhuma expressão religiosa organizada (continuando a grande parte, por razões culturais, a dizer-se católica), o que esta situação implica, a longo prazo e no actual cenário de «desregulação» do campo religioso, é que as várias expressões estão hoje numa situação bastante mais paritária que no passado em termos de capacidade de influenciar o mercado dos bens religiosos.

APESAR DE TANTO A CONSOLIDAÇÃO da diferenciação entre as elites como o alastramento dessa diferenciação à restante sociedade terem sido impelidas, na maior parte, do exterior (facto visível não só nas várias denominações protestantes, como no caso dos grupos religiosos de forte componente étnico-cultural, ou até em grupos como os espíritas), deve ter-se em conta que o período de robustecimento da diferenciação religiosa (1906-1999) coincidiu com o de maior dinamismo da Igreja Católica Romana (sujeita, no período anterior, ao regalismo anticongreganista e a um generalizado anticlericalismo); de facto, o avanço da diferenciação não está historicamente ligado a uma crise de recursos e capacidade de mobilização da Igreja hegemónica mas, pelo contrário, ocorreu nas décadas em que essa Igreja ganhou maior autonomia em relação ao Estado e até maior liberdade de actuação, ao mesmo tempo que se ia instalando no país um número crescente de novos grupos seus concorrentes (sobretudo após 1945).

Este facto sugere que no período entre 1906 e 1999 se deu um crescimento da procura e oferta de bens religiosos e uma expansão do mercado religioso que alimentou o dinamismo *simultâneo* da Igreja hegemónica e dos grupos diferenciados. Por muito contraditório que isto possa parecer, até

### *A qualificação dos dados*



O Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio (*ao centro*), no I Encontro Nacional Evangélico, 1998. As minorias religiosas têm revelado graus diferentes de necessidade de reconhecimento público e oficial, mas o seu crescimento incentiva os responsáveis políticos a cortejarem esses sectores emergentes da sociedade.

▷ Mural maoista, São Domingos de Benfca, 1983, Lisboa. «O marxismo é uma doutrina sempre jovem e científica». As modernas democracias liberais são um mercado religioso crescentemente desregulamentado onde concorrem as mais diversas crenças. Após o esmorecer da mobilização revolucionária de 1974-1975, outras propostas simbólicas disputaram as consciências e ocuparam o terreno.

FOTO: PAIXÃO ESTEVES/LISBOA, MUSEU REPÚBLICA E RESISTÊNCIA.

por cerca de metade desse período ser ocupado pela vigência de um regime autoritário, não há dúvida que o Estado Novo permitiu a continuação da diferenciação religiosa que vinha ocorrendo do antecedente (excepto no caso dos grupos que investiam no activismo político ou tinham pontos de fricção com o Estado) e deu à Igreja Católica Romana a possibilidade de se reorganizar; e após 1974 os grupos religiosos diferenciados puderam conquistar uma situação jurídica mais definida e igualitária que lhes permitiu explorar mais livremente as suas potencialidades de crescimento. Isto confirma, no caso português, a ideia de que a «desregulação» do mercado religioso, na proporção em que for feita, expande o «mercado» e leva a ganhos simultâneos dos vários grupos religiosos mais eficientes, os quais passam a ter maior capacidade de preencher as partes do campo religioso receptivas à sua mensagem<sup>3</sup>. Mas, ao mesmo tempo, essa «desregulação» dificulta a permanência da posição hegemónica adquirida por um grupo como a Igreja Católica Romana num tempo histórico muito longo de monopólio ou favorecimento político — embora a adesão mais limitada por ela preservada se possa considerar mais consciente e genuína. Assim, enquanto o grupo hegemónico perde uma grande parte dos seus fiéis, outros grupos concorrentes conseguem mais facilmente atrair maior número de adeptos, mas uma grande parte do campo religioso fica numa situação distante tanto da antiga referência religiosa hegemónica como das novas referências surgidas (sendo natural que, solicitado a identificar-se em termos religiosos, recorra mais depressa à memória da antiga referência religiosa hegemónica do que às outras que também conhece mal).

Estes factores podem explicar a compatibilidade da permanência estatística da hegemonia católica romana nos censos com a leitura sugerida pelos dados relativos à «sedimentação» em núcleos de sociabilidade das diferentes propostas e identidades religiosas; porém, a importância numérica de uma vivência ou de um grupo religioso não é necessariamente proporcional à sua visibilidade e influência social. Desde logo, nem todos os grupos revelam o mesmo interesse ou capacidade em «massificar-se»: no caso da Maçonaria ou das correntes ocultistas organizadas isso resulta de uma opção deliberada mas noutros grupos (vocacionados para essa «massificação»), como algumas igrejas protestantes, resulta de uma incapacidade sua de atrair fiéis. Porém, o peso social de um grupo decorre também da estratégia por si adoptada relativamente ao meio social, pelo que os grupos activistas tendem a adquirir maior visibilidade e influência nas decisões colectivas (casos da Maçonaria ou de correntes assumidamente «políticas») do que os grupos que adoptam uma atitude de *low profile* ou preferem crescer através de um proselitismo «cara a cara» (as Teste-

munhas de Jeová, por exemplo). A Maçonaria é o caso típico de um grupo que compensa a sua fraca representatividade com a visibilidade e influência social do seu recrutamento elitista, estrategicamente situado em termos sociais; mas a «sobrerrepresentação» entre as elites acontece igualmente com grupos bem maiores, como a Igreja Católica — no seu caso, dada a presença secular entre os sectores letrados e dirigentes da sociedade ou já também dada a adopção de estratégias de recrutamento entre as elites (por exemplo, através da Opus Dei).

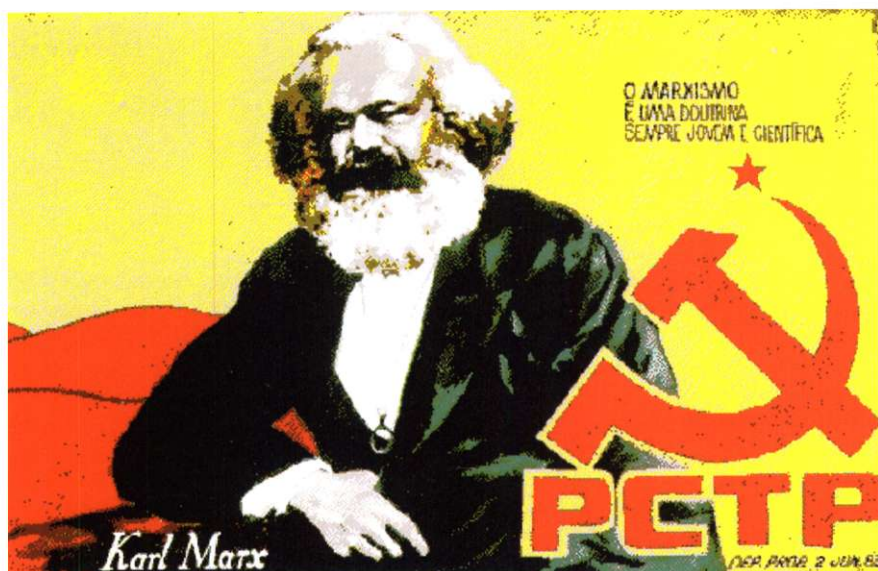
Daí que, mesmo com a consolidação da diferenciação religiosa em Portugal ao longo do século xx, o catolicismo e o laicismo tenham persistido como as referências mais visíveis e influentes no campo religioso.

## CONCLUSÃO: OS LAÇOS CULTURAIS E A AGITAÇÃO DO ESPÍRITO

A RELIGIÃO, NA SUA INFIDÁVEL DIVERSIDADE, tem uma natureza ambivalente quanto ao modo como tece as expectativas, crenças e relações humanas que vêm a sedimentar na contextura cultural e social da existência histórica dos homens. Ela garante as formas de estabilidade da sociedade, ao criar laços de sociabilidade entre as pessoas a partir da partilha de crenças e ritos (*liturgia*) mas, simultaneamente, desestabiliza-a, ao criar e recriar nos indivíduos expectativas que rompem essas formas estabelecidas de partilha (*entusiasmo*). Assim, enquanto *liturgia*, a religião tende a ser um factor de *reprodução* dos padrões culturais e das relações sociais geralmente aceites; mas enquanto *entusiasmo*, tende a ser um factor de *tensão* criadora que desestabiliza esses padrões e relações.

A generalidade dos arranjos sociais ou político-jurídicos comportam mal o embate do *entusiasmo* porque este é gerador de inquietação e conflitos, fenómenos custosos para as sociedades e grupos constituídos; mas o máximo que esses arranjos podem fazer é controlar ou limitar esses conflitos, nunca aboli-los (embora a abolição dos conflitos tenha sido ao longo da história uma das mais poderosas expectativas religiosas, desde a visão profética do leão e do cordeiro de Isaías até às *utopias* políticas de Thomas More e Karl Marx). Daqui resulta uma permanente concorrência de expressões e vivências religiosas que transportará sempre uma conflituosidade latente — e o problema da tolerância, tal como tratado por John Locke em 1689, dizia respeito apenas ao encontro de um arranjo político-jurídico que permitisse que essa concor-

*Entusiasmo e liturgia*



rência se processasse pacificamente, sem mortos nem feridos. O que Locke (aliás a partir da sua leitura do Novo Testamento) e a tradição liberal ocidental desde ele descobriram foi que isso seria tanto mais fácil quanto fosse dado aos indivíduos o direito de escolha religiosa e, assim, que a religião fosse um mercado livre e não um monopólio ou um cartel; 300 anos passados, esta é uma ideia que tem feito progressos mas que continua a encontrar fortes resistências, até porque muitas expectativas e expressões religiosas alimentam vias alternativas.

Em Portugal, o problema da diferenciação e convivência religiosas passou por vários enquadramentos e soluções políticas mas parece haver poucas dúvidas de que o avanço da pluralidade de grupos organizados e socialmente relevantes foi forçando a formas de tolerância mútua, que se aprofundaram tanto mais quanto se aprofundava a pluralidade religiosa — esta realidade confirma um padrão histórico que liga pluralidade a tolerância e uniformidade ao seu oposto, até porque a tolerância é uma questão de sobrevivência para sociedades já *de facto* plurais, como eram aquelas que se tornaram as pioneiras da liberdade religiosa (alguns impérios da Antiguidade nas suas fases de apogeu e os Países Baixos, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos nos séculos XVII e XVIII).

Mas a permanência da conflituosidade (tendencialmente pacífica) nas sociedades liberais é evidente em atritos como os surgidos entre diferentes expressões e vivências — ou mesmo dentro delas. Um caso sintomático é a fricção causada pelos grupos que geram vivências comunitárias separadas da sociedade civil, como por exemplo o norte-americano Children of God («Meninos de Deus») nas décadas de 1970 e 1980, cujos adeptos eram jovens que optavam por viver numa comuna religiosa e cujo regresso as famílias biológicas reclamavam (apelando à intervenção das autoridades), acusando o grupo de exploração e manipulação dos jovens — um conflito de curiosas semelhanças com o famoso «caso Calmon» do princípio do século XX em Portugal, despoletado pela tentativa de entrada de uma rapariga numa ordem religiosa feminina contra a vontade da família, e que serviu para crispar a polarização da opinião pública entre clericais e anticlericais.

Dentro dos grupos religiosos — porque compostos de indivíduos e, portanto, de uma pluralidade latente — existe igualmente uma conflituosidade que decorre da tensão entre *liturgia* e *entusiasmo*, que pode ser controlada mas não suprimida. Essa tensão e conflituosidade explica a constante transformação do campo religioso, gerando as diferenças de objectivos e organização de redes e grupos que surgem, se transformam e dividem conforme definem as suas expressões religiosas próprias; tal tendência é tanto mais pronunciada quanto mais «desregulado» for o campo religioso e pode ser ilustrada com o caso paradigmático do cristianismo. Neste, a matriz protestante vê na pregação e na leitura e comentário da Bíblia o principal serviço da Igreja cristã, enquanto a matriz católica romana e ortodoxa centra esse serviço na vivência litúrgica e, em particular, na Eucaristia; deste modo, o protestantismo é mais dado ao *entusiasmo* resultante deste livre «intimismo» do crente com a Revelação, enquanto a matriz católica e ortodoxa se baseia mais na *participação* do crente num sistema de ritos que funciona como controlo colectivo. Mas os grupos protestantes, à medida que se vão enraizando e passando o seu testemunho a novas gerações, conhecem uma enorme pressão para a acomodação cultural e o «arrefecimento» do vigor missionário inicial, o que em termos eclesiológicos se traduz por uma tendência para a ritualização da vivência religiosa e a hierarquização de funções dentro do grupo — até porque, em geral, esses são processos necessários à «catequização» das crianças nascidas de membros do grupo e que este não quer alienar<sup>4</sup>. Nalguns casos, esta metamorfose pode revestir-se de uma consciente opção doutrinal de alguns membros do grupo, que chegam a influenciar a sua evolução histórica: este parece ser o caso de Diogo Cassels, o qual, vendo «a vivência da adoração a Deus no contexto da liturgia tradicional da Igreja Cristã de todos os tempos»<sup>5</sup>, pretendia aproximar a Igreja Lusitana dessa matriz liturgista ou ritualista (e do meio velho-católico) e afastá-la da sua origem protestante; e é curioso que, nas úl-

timas décadas do século xx, a Igreja Lusitana se veio a aproximar dessa matriz, ganhando uma identidade perfeitamente *sui generis* dentro da minoria protestante, mesmo da corrente «sinodal» (cujo modelo eclesial relativamente centralizado é já intermédio do congregacionalismo protestante e da matriz romana e ortodoxa).

Os grupos que conhecem este tipo de pressão e evolução — mesmo que não tão pronunciado — sujeitam-se em geral a fenómenos de separação de uma parte dos seus membros, que pretendem manter o *entusiasmo* original. Por outro lado, parece haver uma clara relação entre *entusiasmo* e vigor missionário, enquanto o peso da *liturgia* convida os grupos a voltarem-se para dentro e assumirem meramente a sua própria reprodução (o que é particularmente evidente em grupos de forte identidade étnico-cultural como as comunidades islâmicas, judaica e hindu em Portugal). O esforço missionário (virado para fora) introduz um forte incentivo à centralização interna nos grupos — a qual, se não pode apoiar-se na hierarquização de que dispõem as vivências religiosas baseadas na *liturgia* (caso da Igreja Católica Romana), encontra uma solução em esquemas centralizados de gestão de recursos e definição de estratégias (caso de grupos como as Testemunhas de Jeová ou a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias) ou em lideranças carismáticas, como é patente nos grupos pentecostais mais «mobilizados» (incluindo os neopentecostais).

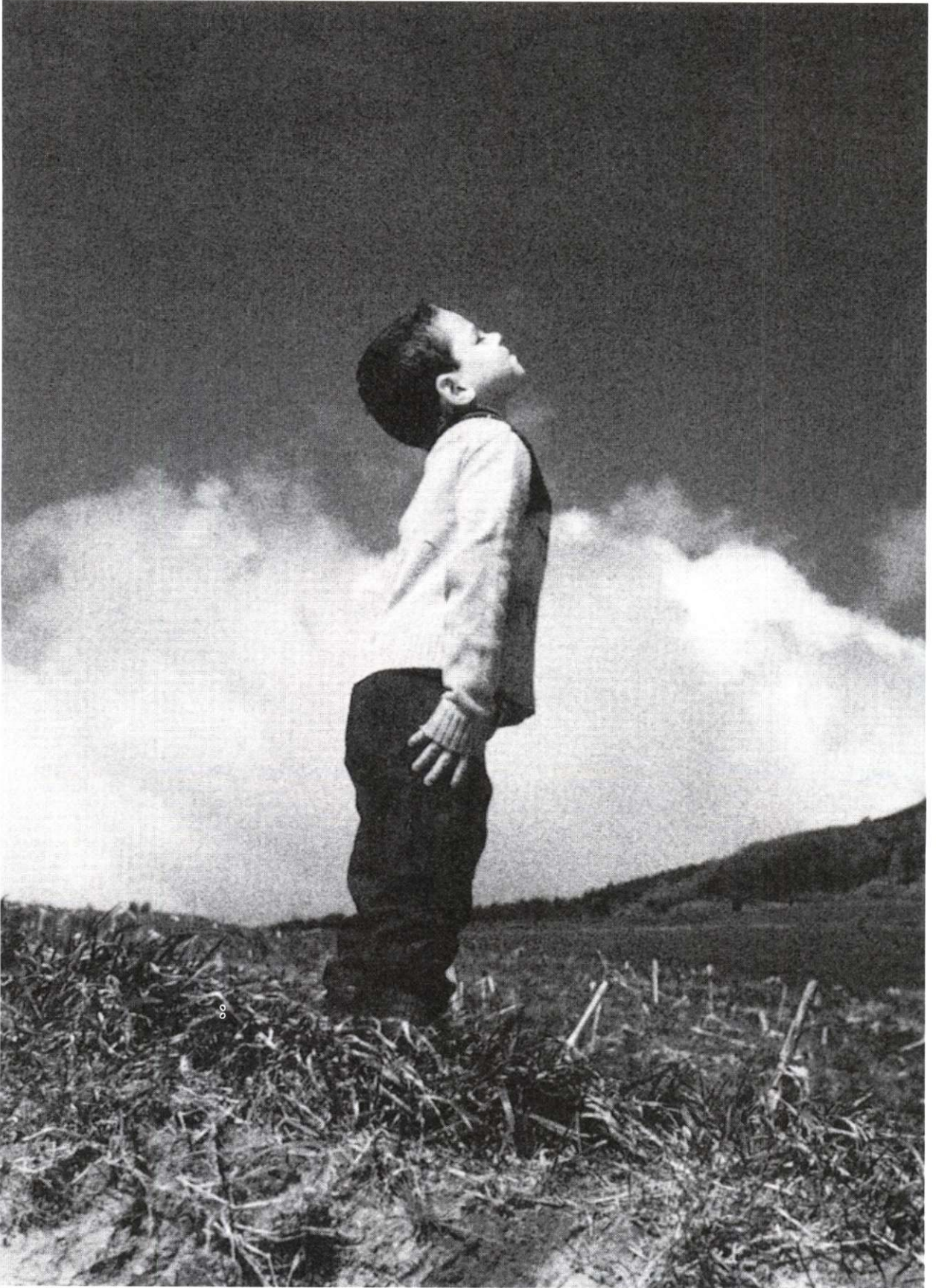
Num campo religioso «desregulado», em que os indivíduos gozam de autonomia, a concorrência entre os grupos é amenizada pela preferência de muitos desses indivíduos por soluções de pouco ou nenhum compromisso com grupos e identidades religiosas particulares (caso dos adeptos e consumidores do *new age*) — o que evita que o conjunto dos grupos faça o pleno do campo religioso e que o universo das crenças e expectativas a eles se reduza.

UM DOS MAIORES EQUÍVOCOS da cultura positivista do século xix — por atribuir à pesquisa científica a função de encontrar e definir *a verdade* — foi considerar que a ciência, enquanto actividade intelectual, destruiria as crenças e substituiria as práticas religiosas. Ora, o que tem acontecido historicamente é que as crenças e práticas religiosas são substituídas por *outras* crenças e práticas religiosas e raramente desaparecem completamente. Mas isto não significa que a actividade reflexiva e crítica da ciência (ou da filosofia) não influa no universo religioso, contribuindo para disponibilizar informação que pode ser tida em conta pelos indivíduos na forma como se relacionam com as expressões e vivências religiosas existentes.

A forma como Sócrates foi condenado sob a acusação de atentar contra os deuses (ou as crenças) de Atenas mostra como essa actividade intelectual pode entrar em conflito com o universo religioso — aliás, a existência de um espaço de sobrevivência para a livre pesquisa científica ou filosófica é uma garantia que poucas sociedades estiveram dispostas a conceder e cuja conquista não deve iludir a sua permanente situação de «cerco» pelas crenças sinceras e de conveniência com que os seres humanos respiram e se relacionam.

O problema do positivismo foi partir de uma motivação religiosa («gnóstica», chamou-lhe Voegelin) que se ignorava, desfigurando a própria tradição científica, ao dar-lhe propósitos (de verdade objectiva e sociabilidade) que ela não comporta. Por seu lado, a experiência de relacionamento do cristianismo (e episodicamente do Islão) com a tradição de pesquisa intelectual da filosofia clássica mostra que as próprias expressões religiosas podem encontrar, com a ajuda da metodologia e conceptualização científica, fórmulas originais de auto-reflexão sobre o seu discurso simbólico, depurando-o, aprofundando-o e tornando-o mais exigente — embora tal processo dificilmente tenha a adesão de grande parte dos crentes, pouco dispostos a investir nele por terem *outras* expectativas relativamente aos símbolos da sua religião. Mas a disposição de suportar em parte a acção corrosiva da reflexão sobre o discurso simbólico pode flexibilizar a expressão religiosa em causa e robustecer a sua capacidade de lidar com uma realidade em constante mudança, adaptando-se-lhe em

«O futuro  
a Deus pertence...»



80

parte no seu *pathos* e na sua *praxis*; e dessa capacidade de adaptação sem dissolução pode depender a sua sobrevivência.

Este problema da sobrevivência de um discurso simbólico que inspira uma mundividência (e uma sociabilidade) coloca-se também no caso da *memória histórica* das nações, que vive paredes-meias com o trabalho do historiador e é reproduzido e revisto a cada geração — também aqui o conflito entre símbolos ou discursos simbólicos e a crítica científica está omnipresente, como lembra a célebre polémica sobre o «milagre de Ourique», autêntica teofania fundadora do reino e da nacionalidade aceite por grande parte da cultura letrada portuguesa até às primeiras décadas do século XIX. Alexandre Herculano, na sua *História de Portugal*, sem sequer analisar esse símbolo, simplesmente o ignorara ao articular outro discurso sobre a fundação do reino; dos seus oponentes que criticaram esse procedimento, uns acreditavam no milagre, outros julgavam-no útil como crença legitimadora da independência e da existência histórica de Portugal. Mas, se Herculano representava a crítica científica em face de um discurso simbólico, também se poderia dizer que, na sua narrativa, propunha outra *memória histórica*, fundamentada noutras crenças religiosas e políticas — se bem que mais abertas à auto-reflexão e, por isso também, de maior agilidade intelectual e eficácia polémica.

Outro caso da corrosão a que estão sujeitas estas *memórias históricas* — sobretudo quando rápida e deliberadamente construídas e propagandeadas — é o da plataforma simbólica nacionalista do Estado Novo, assente numa visão do passado nacional (materializada na Exposição do Mundo Português de 1940) que pretendia legitimar as grandes opções políticas do regime mas que enfrentava já, 20 anos depois, uma atitude crítica de estudiosos e historiadores que lhe retirava boa parte da sua eficiência, como ficou patente nas comemorações do V Centenário Henriquino de 1960<sup>6</sup>. O mesmo deve dizer-se da visão do passado nacional construída pelos marxistas portugueses, igualmente corroída pela crítica da historiografia mais recente e cada vez menos capaz de mobilizar as consciências para o activismo político; e essa crítica está hoje contribuindo — involuntariamente — para a definição de novas *memórias históricas*.

Porém, nenhuma crítica historiográfica alguma vez substituiu a necessidade e a adesão das pessoas a *memórias históricas*, de que precisam para se situarem no presente e que não são, em si mesmas, puramente «científicas» mas, na melhor das hipóteses, aquilo a que se pode chamar de *mitistória*, isto é, um misto de verdade contida nos dados e de discurso mítico feito de crenças e expectativas projectadas no passado — e que funciona como *mito público* que fornece à sociedade uma auto-interpretação e um sentido de propósito colectivo<sup>7</sup>.

A forma como a sociedade, no seu conjunto, elabora uma visão de si mesma e do seu devir, participa da forma (religiosa) como os indivíduos se entendem e gerem as suas expectativas através de crenças e símbolos; e é por isso que a religião tem consigo o futuro ou, como diz o ditado, «o futuro a Deus pertence».

## NOTAS

<sup>1</sup> Já analisados da perspectiva da diferenciação religiosa por VILAÇA — Notas de pesquisa.

<sup>2</sup> VILAÇA — Notas de pesquisa, p. 41.

<sup>3</sup> FINKE — The consequences.

<sup>4</sup> BAINBRIDGE — *The Sociology*, p. 78.

<sup>5</sup> HORTA — Pensamento, p. 92.

<sup>6</sup> MATOS — O V Centenário.

<sup>7</sup> McNEILL — The care and repair.

◁ Criança em São Miguel, Açores, 1991. «Libertámos assim os homens do domínio que exercem uns sobre os outros em matéria de religião. Que devem agora fazer?» in John Locke, *Carta sobre a tolerância*, 1689. A liberdade, tornando a fé e as crenças num assunto privado e de associação voluntária, coloca mais radicalmente cada indivíduo numa encruzilhada de solicitações culturais e problemas de consciência.

FOTO: INÊS GONÇALVES.



# Conclusão geral

António Matos Ferreira

Manuel Clemente

O conhecimento proposto pela história religiosa, enquanto âmbito específico da elaboração do discurso historiográfico, não diagnostica nem assegura a validade das experiências religiosas e a perenidade das suas formas. Como instância de memória, e no seu distanciamento crítico, procura compreender a mútua modelação da religião e da sociedade como interacção das várias percepções sobre a condição humana, através da capacidade destas em se organizarem e, através dos seus mais variados agentes, integrarem e sustentarem o viver colectivo, em comunidade política e cultural mais ampla.

Nesta *História Religiosa de Portugal*, a contemporaneidade portuguesa foi, assim, apreciada a partir de um universo multifacetado, quer considerando a predominância hegemónica da tradição do catolicismo, quer nas múltiplas configurações que essa mesma tradição foi comportando e na diversificação religiosa ocorrida com a pluralidade confessional verificada nestes dois últimos séculos. Procurou-se atender à vitalidade destas componentes, pela constatação das profundas alterações verificadas nas práticas e mentalidades, assinalando os contornos de uma recomposição religiosa, que também o é do ponto de vista do conjunto da sociedade portuguesa.

Neste período, realizaram-se profundas alterações quanto ao estatuto e ao desempenho do religioso no país, ao nível jurídico e comportamental. A sociedade liberal formulou-se inicialmente como Estado confessional, onde prevaleceu a concepção de funcionarização da religião, não só pelos acordos concordatários com a Santa Sé, mas pela persistência de uma política e eclesiologia regalias, como também por uma legitimidade pública do catolicismo em detrimento de outras práticas religiosas. Deste ponto de vista, a Igreja Católica Romana, procurando a sua autonomia e liberdade, sempre teve um entendimento da sua existência como dimensão pública, vendo no Estado uma mediação para a sua acção e reivindicando-se como herança determinante do existir colectivo.

Este modo confessional de compreender a realidade foi, contudo, permanentemente questionado. De diferentes maneiras, esta confessionalidade confrontou-se com o estabelecimento da separação entre o Estado e a Igreja, associado ao desenvolvimento da secularização, com momentos expressivos na afirmação de uma laicidade muitas vezes formulada de forma redutora, como controlo da influência eclesiástica e combate anticlerical e anti-religioso. Este regime de separação, vigente a partir do início da Primeira República, não obteve a diminuição da influência do catolicismo; pelo contrário, reforçou-o internamente, transferindo para a sociedade civil uma forte determinação de unidade religiosa enquanto garante da própria sobrevivência nacional.

Assim, a percepção de um país moralmente unido numa fé surgia como formulário ideológico de uma restauração política e religiosa, onde a pacificação sociopolítica correspondia à tentativa de unificação, e mesmo uniformização, nacional; e a sobrevivência colectiva se compreendia como manutenção de um império, expressão de um destino glorioso em contraponto à depressão e decadência nacionais.

Existindo sintomas evidentes de níveis de desafecção em relação à Igreja Católica Romana, desde a Primeira República que se manifestava, simultaneamente e de forma continuada, um constante reconhecimento de que o catolicismo persistia como a principal e determinante referência religiosa e moral da sociedade. Esta situação, afirmada pela própria autoridade eclesiástica, é também sustentada pela compreensão generalizada dos agentes do Estado e por muitos mentores socioculturais. Apesar do processo de secularização

◁ *Os dias*, pintura de Pedro Sobreiro, 1998 (coleção particular).

e da vivência laicizada de sectores significativos da sociedade portuguesa, o catolicismo tem persistido como a referência hegemónica do viver quotidiano, sobretudo ao nível das práticas de sociabilidade como o nascimento, o casamento ou a morte.

O regime concordatário, estabelecido a partir de 1940, não alterando juridicamente a situação de separação, na prática espelhou, e assim foi encarado, esta predominância hegemónica. Esta situação, complexa e contraditória a muitos níveis, permite discernir o significado das expectativas sobre a actuação da hierarquia e dos católicos em geral, sempre manifestadas pelos vários quadrantes sociopolíticos. Nas dinâmicas de reforço da ordem ou de reforma sociais sempre se encontram personalidades, eclesiásticos ou leigos, que assumiram atitudes e promoveram iniciativas — diversamente apreciadas — nos mais variados sectores da sociedade portuguesa. Donde dificilmente se pode separar a história do país daquela em que os católicos participaram e participam.

Neste contexto, as situações de confronto e de perseguição, reais ou simbólicas, em relação à Igreja Católica e a alguns dos seus protagonistas, fazem parte de um temário apologético que acompanha a emergência da autonomia e liberdade do campo religioso e do espaço civil, da autocompreensão que a Igreja faz da sua identidade e finalidade, como também do modo como a sociedade se revê naquilo que considera os limites colocados pela legitimidade do político e do social distinto desse religioso.

Em contraposição ao protestantismo, a outras crenças ou a determinadas formas de pensamento filosófico ou ideológico, o catolicismo interiorizou e sustentou um nacionalismo que, de certo modo, lhe dificultou uma ligação e interlocução com sensibilidades mais universais de compreensão da realidade e com as alterações contemporâneas da sociedade e da religião. A actividade missionária é certamente paradigmática na medida em que, expressando um forte empenhamento da Igreja Católica e constituindo significativo vector da vitalidade do catolicismo português, nem sempre conseguiu distanciar-se desse nacionalismo limitador da sua própria acção.

Contudo, quer no âmbito missionário, quer no seu agir social, as várias confissões religiosas introduziram também elementos que — pressionando o regime autoritário, conservador e policial, que o Estado Novo foi — contribuíram para o processo de democratização e de descolonização, para a integração social de populações oriundas das ex-colónias e de imigrantes atraídos pelo surto de desenvolvimento resultante da adesão europeia, aspectos marcantes da sociedade portuguesa nas últimas décadas do século xx.

A democratização do país patenteia também um processo de autonomia entre o político e o religioso. A religião, continuando a ser um factor relevante para a decisão do voto — como expressão de participação democrática —, sobretudo sempre que estão envolvidas questões de princípios, perdeu a sua influência em extensão, pelo menor número de votantes com relações às instituições religiosas, e em intensidade, pela sua menor incidência sobre os votantes, decorrente da existência de debate plural; isto é, verifica-se uma maior autonomia entre a consciência individual e a pertença confessional. Estudos sociológicos recentes constataam que os eleitorados dos diferentes partidos se diferenciam naturalmente em função da sua religiosidade, mas a clivagem confessional enfraqueceu. Com a progressiva democratização da sociedade têm-se manifestado mutações no ambiente religioso do país, que, procurando evitar conflitos, se caracteriza por um crescente pluralismo nas distribuições ideológicas e preferências partidárias dos grupos religiosos.

Estas mudanças inscrevem-se num movimento mais amplo e complexo que é o da secularização, com o reconhecimento paulatino por parte da hierarquia eclesiástica — no caso do catolicismo — do valor da laicidade; e com a afirmação do princípio da liberdade religiosa, que — para outras confissões religiosas — constituiu a sua referência de reconhecimento e afirmação social. Este processo tornou-se significativo com a integração da dimensão ecuménica e interconfessional enquanto património de várias correntes religiosas, sendo este modo de estar, fruto da evolução mais global do religioso ao nível internacional, integrado no debate sobre a paz e a subsidiariedade entre os povos.

## CONCLUSÃO GERAL

De difícil avaliação neste momento, mas mais profundo do que a recomposição do catolicismo em face da sociedade liberal — patenteada a muitos níveis pela sua evolução interna e como dinâmica de adaptação e integração da secularização —, apresenta-se tudo aquilo que resulta das virtualidades do II Concílio do Vaticano. Pelo reconhecimento da liberdade religiosa, pela reforma eclesiológica no seu sentido mais amplo, pela valorização do sacerdócio comum dos fiéis e da teologia dos ministérios — elementos inauguradores de novas dinâmicas internas e com consequências nas formas de socialização e de sociabilidade —, o catolicismo tem transportado e integrado também na sociedade dinâmicas de mutação, resultantes da sua dimensão mais vasta do que a realidade nacional.

Assim, a própria sociedade portuguesa transforma-se e participa numa internacionalidade que lhe é proporcionada, entre outros, pelos diversos universos religiosos. Mais do que uma expressão identitária ou uma característica étnica, a religião implica hoje dimensões transversais que acompanham as possibilidades de escolha individual e de liberdade de consciência. Esta acelerada transformação, a muitos níveis dificilmente reversível, não tem deixado de suscitar diferenciadas reacções, quer por parte da hierarquia católica, quer por certos sectores da sociedade e da opinião pública.

Apesar de se terem atenuado as confrontações de tipo ideológico na sociedade, mantêm-se presentes diversos debates envolvendo directamente a problemática religiosa, nomeadamente sobre: o lugar da religião no ensino, considerada a pluralidade religiosa existente, ou a presença das confissões e das várias denominações religiosas nos meios de comunicação social; afinal, em todos aqueles níveis em que a diversidade religiosa se torna pública e envolve a sua transmissão, como a sua interacção com a dinâmica da reprodução social.

Depois de muito se ter referido — no debate cultural contemporâneo — a ultrapassagem do religioso e do próprio cristianismo, importa perceber que as diferentes correntes religiosas se encontram todas elas confrontadas, não só com um pluralismo interno e com uma concorrência entre elas, mas com a sua impossibilidade de totalizar em si mesmas a realidade. Tem-se estabelecido, assim como que uma necessidade constante de compreender e integrar as mudanças, as quais se impõem, em muitas circunstâncias, às Igrejas e ao próprio Estado.

Considerando a problemática da descristianização, também se pode afirmar existir na sociedade — a que resulta da herança demo-liberal — uma «descidadanização»; isto é, uma rarefacção da participação política e uma desafectação em relação aos enquadramentos tradicionais, desde a estrutura fa-



Desfile público no encerramento do XIII Encontro Internacional Homens e Religiões, organizado em Lisboa de 24 a 26 de Setembro de 2000. Entre os vários líderes religiosos vê-se D. José da Cruz Policarpo, patriarca de Lisboa, co-organizador da iniciativa.

FOTO: PAULO AIDO/VOZ DA VERDADE.

miliar aos mais diversos níveis de associativismo, por se verificarem deslocamentos significativas dos núcleos de poder e soberania, e, sobretudo, por se verificar também a recomposição de modelos de vida em sociedade, ao nível público e privado.

Presentemente, se se manifestam traços de desconfessionalização e de prática religiosa pontual por parte de muitos dos portugueses, importa sublinhar que as novas gerações e a sociedade se encontram marcadas pela dinâmica de circulação, onde a mobilidade surge como paradigma de vida — o provisório e o frágil constituem, simultaneamente, limitações e potencialidades. Assiste-se, assim, ao cruzamento de correntes religiosas e espirituais, antigas ou recentes, o que corresponde a níveis de procura e de identificação interna, tornando o âmbito da espiritualidade em instância de questionamento e de escolha.

Assim, o universo do religioso como que se apresenta em aberto, permanecendo como factor importante de integração da vida das pessoas em sociedade. Contudo, os campos do espiritual e do ético, mesmo quando mediados pelas instituições religiosas, não se esgotam nestas.

Exemplos podem ser referidos para explicitar a deslocação do religioso e da sacralidade próprios da secularização. Os locais de culto ou de encontros religiosos podem encontrar-se, muitas vezes, em centros comerciais, ocupar antigas salas de espectáculo, realizar-se em recintos desportivos e estádios de futebol. Nas últimas décadas, muita da iconografia religiosa proposta pelas diversas famílias religiosas tomou imagens despidas da natureza para sublinhar a transcendência e suscitar a adesão do indivíduo. Hoje, o universo publicitário, em muitos momentos, apela a um imaginário tradicional do religioso para suscitar a apetência de consumo. Contudo, em qualquer localidade do país, numa serra ou numa planície, persistem traços de vivências religiosas que lembram e reactualizam um passado, interrogando sempre o presente — afinal, polaridades na tarefa de construção da linguagem colectiva de memória.

Planície alentejana.  
FOTO: ANTÓNIO CUNHA



## BIBLIOGRAFIA

- 2000 anos que mudaram o mundo. Suplemento da edição da Agência Ecclesia. 752 (21.12.1999).  
 25 de ABRIL: Textos cristãos: Novembro 25. Lisboa: Ulmeiro, 1977. Forças da vida; 2.  
 450.º ANIVERSÁRIO da diocese e cidade de Leiria. Número especial de *Leiria-Fátima: Órgão oficial da diocese*. 8 (1995).  
 50.º ANIVERSÁRIO do escutismo católico em Portugal. Braga: [s.n.], 1973.  
 75.º ANIVERSÁRIO DA LEGLÃO DE MARIA. Lisboa: Senatus de Lisboa, [1996].  
 ABEL VARZIM entre o ideal e o possível: antologia de textos: 1928-1964. Pref. D. José da Cruz Policarpo. Lisboa: Multinova; Forum Abel Varzim, 2000.  
 ABREU, Paulo – A doutrina social da Igreja em D. Augusto Eduardo Nunes. *Lusitania Sacra*. 3 (1991) 265-290.  
 — Contexto histórico da «Rerum Novarum». *Theologica*. 27: 1 (1992) 49-62.  
 — O socialismo e catolicismo de D. Augusto Eduardo. *Theologica*. 27: 1 (1992) 63-76.  
 ACÇÃO CATÓLICA (A) do presente e do futuro. Lisboa: Rei dos Livros, [1985]. Documentos das comemorações do cinquentenário publicados pela Junta Diocesana da Acção Católica de Lisboa.  
 AFONSO, Manuel de Castro – A Sociedade Missionária Portuguesa faz 50 anos. *Igreja e Missão*. 33 (1981) 305-315.  
 AGUILAR, Francisco d’Azeredo Teixeira d’, ver SAMODÃES, Conde de.  
 ALDEIA, A. Baptista de – Estruturas organizativas da Igreja Católica em Portugal. *Economia e Sociologia*. 25-26 (1979) 45-59.  
 ALIANÇA EVANGÉLICA PORTUGUESA – Reflexões e propostas da Aliança Evangélica Portuguesa sobre a liberdade religiosa em Portugal (Julho de 1996). In *CONSCIÊNCIA e liberdade (Dossier Liberdade Religiosa: documentos)*. Lisboa: [s.n.], 1997, p. 48-75.  
 ALMEIDA, A. Roque de – *Para ler a história da Igreja em Portugal*. Porto: Editorial Perpétuo Soco, 1996.  
 ALMEIDA, Abraão de – *A outra face dos Estados Unidos: desafios da evangelização de portugueses na Nova Inglaterra*. Miami: Editora Vida, 1988.  
 ALMEIDA, Fernando Resina de, ed. – *Prontuário Evangélico para 1999*. Queluz: Núcleo, 1998.  
 ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Ed. Damião Peres. Porto; Lisboa: Livraria Civilização-Editora, 1967-1971, 4 vol.  
 ALMEIDA, J. A. Moreira d’ – *A separação do Estado e das Igrejas (Lei de 20 de Abril de 1911)*. Lisboa: Typographia Editora José Bastos, 1911.  
 ALMEIDA, João Miguel Furtado Ferreira d’ – A oposição católica ao Estado Novo: rupturas em família. *História*. 8 (1988) 55-62.  
 — *A oposição católica ao Estado Novo (1958-1974)*. Lisboa: FCSH-UNL, 2000. Dissertação de mestrado. Texto mimeografado.  
 ALMEIDA, José Fernandes de – *O seminário de Leiria: achegas para a sua história*. Leiria: Gráfica de Leiria, 1987.  
 ALMEIDA, José Maria de – *A Universidade Católica Portuguesa: apontamentos para a sua pré-história*. Braga, 1988.  
 — Professor Doutor Sousa Gomes. *Laikos*. 6: 4 (1983) 489-494.  
 — *Subsídios para a história das «Novidades»*. Pref. padre Moreira das Neves. Lisboa: Rádio Renascença, 1989.  
 ALONSO, Joaquín Maria – *História da literatura sobre Fátima*. Fátima: Santuário de Fátima, 1967.  
 ALPIARÇA, Manuel – Os organismos operários da Acção Católica no início dos anos 60. *Reflexão Cristã*. 53 (1987) 65-72.  
 ALVES, Adelino – *A Igreja e a política: Centro Católico Português*. Lisboa: Rei dos Livros, [1996].  
 ALVES, José da Felicidade, ed. e apresent. – *Católicos e política: de Humberto Delgado a Marcelo Caetano*. Lisboa: Tip. Leandro, [s.d.].  
 — *Não te admires que eu diga: «É preciso nascer de novo»*. Ed. de José da Felicidade Alves, [c. 1970].  
 ALVES, José da Felicidade, org. – *Também nós queremos ser pessoas livres: estudos e documentos sobre a liberdade e a responsabilidade do padre como pessoa, no interior da Igreja*. Lisboa: Tip. Leandro, [c. 1970].  
 AMARAL, Diogo Freitas do – A entrada do CDS para a UEDC: União Europeia das Democracias Cristãs. *Brotéria*. 140 (1995) 519-524.  
 ANÇÃ, Lúcia Júlia Correia – *O pioneiro: a desafiante biografia de Arduino Adolfo Correia contada por sua filha*. Queluz: Núcleo, 1982. 1.ª ed. 1965.  
 ANDRADE, Maria Ivone de Ornellas de – Da filosofia da cultura em Manuel Antunes. In *HISTÓRIA do pensamento filosófico português*. Dir. Pedro Calafate. Lisboa: Caminho, 2000, vol. 5, tomo 2, p. 281-295. Com várias referências bibliográficas e variados testemunhos sobre a figura do jesuíta.  
 ANES, José Manuel, ver COSTA, Paula Cristina.  
 ANJOS, Amador – *Centenário da obra salesiana em Portugal, 1894-1994: ao serviço da juventude e do povo*. Lisboa: Província Portuguesa da Sociedade Salesiana, 1995.  
 — *Oficinas de S. José: os Salesianos em Lisboa*. Amadora: Ed. Colégio Salesiano Oficinas de S. José, 1999.  
 — Salesianos. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, vol. 4, p. 150-151.  
 ANUARIO estatístico de Portugal: 1904-1905. Lisboa: 1908.  
 ANUARIO Pontifício. Publicado anualmente desde os finais do século XIX.  
 ANTUNES, Carlos Alberto Maria – *Manuel Ribeiro: Itinerário de uma conversão: mística e questão social*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Teologia, 1998. Tese de licenciatura. Texto mimeografado.  
 ANTUNES, José Freire – *A guerra de África: 1961-1974*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995, 2 vol.  
 ANTUNES, Manuel – *Repensar Portugal*. Lisboa: Multinova, [1979].

## BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, Manuel Luís Marinho – A Igreja, objecto de análise social?: algumas questões introdutórias. *Reflexão cristã*. 53 (1987) 12-26.
- Algumas notas sobre a situação actual dos movimentos e obras de apostolado dos leigos em Portugal. *Laikos*. 4: 8-9 (1980) 21-73.
- Movimentos no pós-Concílio: anotações sociológicas. *Communio: Revista Internacional Católica*. 8 (1991) 5-11.
- Notas sobre a organização e os meios de intervenção da Igreja Católica em Portugal: 1950-80. *Análise Social*. 72/73/74 (1982) 1141-1164.
- Resultados preliminares do recenseamento da prática dominical de 1991. *Communio: Revista Internacional Católica*. 11 (1994) 160-170.
- Turismo religioso. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, vol. 4, p. 307-309.
- Um contributo para um melhor conhecimento da situação actual dos movimentos de apostolado dos leigos em Portugal. *Laikos*. 3: 12 (1979) 20-45.
- Um relance sobre a situação actual da Igreja Católica em Portugal. *Povos e Culturas*. 1 (1986) 259-270.
- ANTUNES, Manuel Luís Marinho, ver também PIRES, Maria Leonor.
- ANUÁRIO Católico de Portugal. [Lisboa: s.n.], 1931-. Edições relativas aos anos de 1931, 1932, 1933, 1941, 1947, 1953, 1957; Braga: Secretariado Geral do Episcopado, 1968-. Edições relativas aos anos de 1968, 1975 e 1981; Braga: Secretariado Geral do Episcopado; Apostolado de Oração, 1987-. Edições relativas aos anos de 1986-1987, 1988-1990; Lisboa: Secretariado Geral do Episcopado; Rei dos Livros, 1992-. Edições relativas aos anos de 1991-1994, 1995-1998.
- ANUÁRIO Católico do Ultramar Português. Org. padre Albano Mendes Pedro. 2.ª ed. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965.
- APARÍCIO, António Mendes – *Os seminários da diocese de Beja: subsídios para a sua história*. Lisboa: Rei dos Livros, 1999.
- ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de – *As invasões francesas e a afirmação das ideias liberais*. In MATTOSO, José, dir. – *História de Portugal*: vol. 5: *O Liberalismo (1807-1890)*. Coord. Luís Reis Torgal; João Lourenço Roque. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 17-43.
- ARAÚJO, António de Sousa – *Os Franciscanos nos fins do século XVIII e princípios do século XIX: o Convento de Santo António da Cidade: achegas para o seu estudo*. *Bibliotheca Portucalensis*. 7 (1992) 27-62.
- ARAÚJO, Maria Benedita – *Magia, demónio e força mágica na tradição portuguesa (séculos XVII e XVIII)*. Lisboa: Edições Cosmos, 1994.
- *Superstições populares portuguesas: contribuição para um estudo*. Lisboa: Colibri, 1997.
- ARMADA, Fina d'; FERNANDES, Joaquim – *As aparições de Fátima e o fenómeno O.V.N.I.* Lisboa: Editorial Estampa, 1986.
- ARQUIVÍSTICA e arquivos religiosos: contributos para uma reflexão. Coord. e apresent. Maria de Lurdes Rosa; Paulo F. de Oliveira Fontes. Lisboa: CEHR-UCP, 2000. História Religiosa – Fontes e Subsídios; 4.
- ARTES de ser católico português: um texto e cinco leituras. Número temático de *Reflexão Cristã*. 46-47 (1985).
- ASPA: Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural; Câmara Municipal de Braga; Museu da Casa Nogueira da Silva – *Cartazes da festa do S. João, 1909-1980*. [Braga: Gráfica de S. Vicente, s.d.].
- ÁSPEY, Albert – *Por este caminho: origem e progresso do metodismo em Portugal no século XIX: Umhas páginas da história da procura da liberdade religiosa*. Porto: Sinodo da Igreja Evangélica Metodista Portuguesa, 1971.
- ASSOCIAÇÃO das Obras Assistenciais das Conferências Femininas de S. Vicente de Paulo: Porto: Estatutos. Braga, 1968; Porto, 1975.
- ASSOCIAÇÕES religiosas dos fiéis: Regulamento geral decretado pelos bispos, 23 de Maio de 1937. Lisboa: União Gráfica, 1937.
- AUBERT, C. I. – *Cartas sobre o estado actual da religião catholica em Inglaterra: trad. do francês, e seguidas de algumas observações contra A. Herculano, e o padre Rodrigo V. de Almeida, e de outra especial em que se mostra a necessidade do próximo restabelecimento de algumas ordens religiosas em Portugal*. Por José de Souza Amado. Lisboa: Imprensa Francisco Xavier de Souza, 1850.
- AURORA, Conde de – *O Estado e as missões: passado, presente, futuro*. Porto: Tipografia Marques, 1931.
- AZENHA, Maria do Rosário – Subsídios para uma bibliografia de J. S. da Silva Dias. *Revista de História das Ideias*. 9 (1987) 15-32.
- AZEVEDO, Alberto – *D. António Ferreira Gomes: um bispo de carácter*. Braga: [s.n.], 1999.
- *Jubileu sacerdotal (50.º ano) de Alberto Azevedo*. Braga: [s.n.], 2001.
- *Liberdade religiosa e os «tempos» de educação moral-religiosa*. Braga: ed. autor, 1971.
- AZEVEDO, Carlos A. Moreira – Bibliografia de Dom António Ferreira Gomes. *Humanística e Teologia*. 7 (1986) 127-148.
- Bula da Cruzada; Clero secular: do liberalismo à actualidade; Diaconado; Livro religioso: Época Contemporânea; Visitas «ad limina». In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001, vol. 1, p. 276-277; vol. 1, p. 370-381; vol. 2, p. 66-67; vol. 4, p. 441-445; vol. 4, p. 370-371.
- Escritos pastorais do bispo do Porto D. António Barroso (1899-1918). *Humanística e Teologia*. 16 (1995) 227-270.
- Historiografia religiosa portuguesa contemporânea (séc. XIX-XX): apontamentos para um guião posterior a 1980. *Anuario de Historia de la Iglesia*. 4 (1995) 271-305.

## BIBLIOGRAFIA

- *Igreja portugalense na recepção do II Concílio do Vaticano*. Porto: Diocese do Porto, 1998.
- *Mons. Miguel de Oliveira no centenário do seu nascimento: testemunhos, perfil biográfico, textos*. Válega: Junta de Freguesia, 1997.
- Perfil biográfico de D. Sebastião Soares de Resende. *Lusitania Sacra*. 6 (1994) 391-415.
- Seminários. In *DICIONÁRIO de História de Portugal: Suplemento*. Dir. António Barreto; Maria Filomena Mónica. Porto: Figueirinhas, 2000, vol. 9, p. 413-414.
- AZEVEDO, Carlos A. Moreira, introd. e coord. — *Roteiro do culto antoniano na diocese do Porto*. Porto: Fundação Manuel Leão, 1996.
- *Vigor da Imaculada: visões de arte e piedade*. Porto: Paróquia Senhora da Conceição, 1998.
- AZEVEDO, Carlos A. Moreira; RODRIGUES, Abílio de Sousa — *A Igreja portugalense entre as guerras: «Boletim da Diocese do Porto» (1914-1936): Índices*. Porto: C. Azevedo, 1995.
- AZEVEDO, Egídio Pereira d'Oliveira e — *Estudo sobre as missões no ultramar*. Porto: Livraria de Clavel e C.ª Editores, 1882.
- AZEVEDO, Hugo de — Opus Dei (Prelatura da Santa Cruz e). In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, vol. 3, p. 323-325.
- AZEVEDO, João Lúcio de — *A evolução do sebastianismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1984. 1.ª ed. 1947.
- AZEVEDO, Joaquim — Esboço de cronologia da história da Igreja em Portugal (1820-1910). *Estudos Contemporâneos*. Porto. o (1979) 157-209.
- AZEVEDO, Joaquim; RAMOS, José — Inventário da imprensa católica entre 1820 e 1910. *Lusitania Sacra*. 3 (1991) 215-264.
- BAINBRIDGE, William Sims — *The sociology of religious movements*. London; New York: Routledge, 1997.
- BAPTISTA, A. S. — Estatuto missionário, vinte e cinco anos depois. *Brotéria*. 82 (1966) 668-676.
- BAPTISTA, António Alçada — *A pesca à linha: algumas memórias*. Lisboa: Presença, 1998.
- *O tempo nas palavras*. Lisboa: Presença, 2000.
- *Peregrinação interior*. vol. 1: *Reflexões sobre Deus*. 6.ª ed. Lisboa: Uranus, 1982; vol. 2: *O anjo da esperança*. 1.ª ed. Lisboa: Uranus, 1982.
- BAPTISTA, F. de Sales, org. — *Vida consagrada à luz do Concílio: documentos actuais da Igreja sobre a vida religiosa*. Braga: AO, 1980.
- BAPTISTA, José Francisco Esteves — Contra o poderio económico da Igreja: as leis da desamortização. *História*. III (1988) 74-81.
- BAPTISTA, Maria de Fátima Castanheira — Federação Nacional dos Institutos Seculares. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. 2, p. 250-251.
- BARATA, António Costa, pastor — *Comemoração dos 80 anos das igrejas Assembleia de Deus em Portugal (1913-1993): breve historial*. Mem Martins, 1993. Texto mimeografado.
- João Ferreira de Almeida na epistolografia. In *DEUS, o homem e a Bíblia: João Ferreira de Almeida (1628-1691)*. Ed. pastor Augusto A. Esperança. Lisboa: Sociedade Bíblica de Portugal, 1993, p. 33-36. 1.ª ed. 1992.
- BARATA, Óscar Soares — *Introdução à demografia*. Lisboa: [s.n.], 1968.
- BARBOSA, David Sampaio Dias — O Concílio Vaticano I e o governo português (1869-1870). *Lusitania Sacra*. I (1989) 11-40.
- *O governo português e a crise do papado nos anos 1848-1870*. Lisboa: Editorial Verbo Divino Fátima, 1979.
- Clero regular; Concílios ecuménicos (e Portugal); Santa Sé e Portugal; Verbo Divino. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001, vol. 1, p. 355-358; vol. 405-413, p. 405-413; vol. 4, p. 155-164; vol. 4, p. 326-329.
- BARBOSA, José de Freitas Amorim — *A minha vida e aventuras escritas em Outubro de 1876*. Lisboa: Publicações Alfa, 1990.
- BARRADAS, José Manuel Silveira — *Evolução democrática e ação religiosa*. Porto: Livraria Portuense de Lopes & C.ª Sucessor, 1909. Oração de Sapiência recitada no Seminário de Évora.
- BARREIRA, Cecília — *Confidências de mulheres: anos 50-60*. Lisboa: Ed. Notícias, D.L. 1993.
- BARRETO, José — A revolução, o Estado e as igrejas. In *CURSO LIVRE DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA, I, LISBOA, 23-28 de Novembro de 1998 - Portugal e a transição para a democracia: 1974-1976*. Coord. científica Fernando Rosas. Lisboa: Colibri; Fundação Mário Soares; Instituto de História Contemporânea da FCSH-UNL, 1999, p. 251-262.
- As nacionalizações e a oposição ao Estado Novo. *Análise Social*. 151-152 (2000) 509-554.
- Comunistas, católicos e os sindicatos sob Salazar. *Análise Social*. 125-126 (1994) 287-317.
- D. António Ferreira Gomes. In *DICIONÁRIO de História de Portugal: Suplemento*. Dir. António Barreto; Maria Filomena Mónica. Porto: Figueirinhas, 2000, vol. 8, p. 110-112.
- BENS (Os) *temporais da Igreja*. Lisboa: Centro de Estudos de Direito Canónico — Universidade Católica Portuguesa, 1997. *Lusitania Canonica*; 3.
- BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti, dir. — *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998-1999, vol. 4-5.
- BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA — *Exposição bíblica: catálogo: 31 de Maio a 9 de Junho*. Lisboa, 1957.
- BIDARRA, Manuel — Os católicos e o poder. *Capital*. (29.8-4.9.1979).
- BIGOTTE, José Quelhas, padre — *O culto de Nossa Senhora na diocese da Guarda*. Lisboa: Papelaria Fernandes, 1948.
- BIVAR, Artur — *A Igreja e o Estado: estudo comparativo da situação criada á Igreja em Portugal, nos*

## BIBLIOGRAFIA

- Estados Unidos, no México e no Brasil*. Póvoa do Varzim: Livraria Povoense Editora de José Pereira de Castro, 1913.
- BLANDRE, Bernard – Les Témoins de Jéhovah. *Notre Histoire*. 137 (1996) 30-39.
- BLAVATSKY, H. P. – Conselhos aos teósofos. *Portugal Teosófico*. 6 (1982) 29-30.
- BOLETIM Anti-Colonial 1 a 9. Porto: Afrontamento, 1975. Arquivo; 2.
- BOLETIM de Informação Pastoral. Lisboa: Secretariado de Informação Religiosa, 1959-1970.
- BOLETIM Oficial da Acção Católica Portuguesa. Lisboa: Junta Central da ACP, 1934-1974.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima – *Apologia da História: estudos sobre o século XIX português*. Lisboa: Quetzal Editores, 1999.
- BORGES, Anselmo, antologia, introd. e notas – D. Manuel Vieira Pinto, arcebispo de Nampula: *cristianismo, política e mística*. Porto: Asa, 1992.
- BORGES, L. – Os seminários em Portugal. *Lumen*. 27 (1963) 531-538.
- BORGES, Libânio – *Concordatas entre a Santa Sé e Portugal e concórdias entre os prelados e os reis de Portugal*. Vila Real: [s.n.], 1953.
- BORGES, Porfírio Henrique Campos – *Liga Operária Católica: LOC Porto: apontamentos para a sua história: 50.º aniversário: 1937-1987*. Porto: EDOC, 1998.
- BOUFLET, Joachim; BOUTRY, Philippe – *Un signe dans le ciel: les apparitions de la Vierge*. Paris: Grasset, 1997.
- BRAGANÇA, Joaquim O. – A devoção dos portugueses a Nossa Senhora. *Communio: Revista Internacional Católica*. 4: 1 (1987) 54-70.
- BRANCO, José Gomes – *O Concílio e outros temas*. Lisboa: Liv. Portugal, 1966.
- BRANCO, Paulo; SILVA, Lucas da – *Panorama Pentecostal das Assembleias de Deus em Portugal*. Lisboa: CAPU, 1981.
- BRANDÃO, Domingos de Pinho – *No centenário da Congregação Jesus Maria José, 1880-1980*. Braga: Ed. Apostolado de Oração, 1981.
- BRANDÃO, Raul – *O padre*. Lisboa: Vega, [s.d.].
- BRÁSIO, António – *História e missiologia: inéditos e esparsos*. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1973.
- Pio XII e Portugal missionário. *Portugal em África*. 1 (1944) 356-362.
- BRÁSIO, António, introd. e notas – D. António Baroso: *missionário, cientista, missiólogo*. Lisboa: CEHU, 1961.
- BRAZÃO, Eduardo – *Coleção de concordatas estabelecidas entre Portugal e a Santa Sé de 1238 a 1940*. Lisboa: Livraria Bertrand, [s.d.].
- O Concílio Vaticano I visto pelos diplomatas portugueses (1869-1870). *Lusitania Sacra*. 9 (1970-1971) 255-306.
- BRÉE, M. M. de – A igreja e o convento de S. Domingos de Lisboa. Lisboa: [Of. de S. José], 1964.
- BRIGOLA, João Carlos – O padre Francisco Nunes da Silva (1790-1869) nas origens do Movimento Operário de Santarém. *Cadernos Culturais*. Câmara Municipal de Santarém. 2 (1989).
- BRITO, Carlos Tavares de – O espiritismo em Portugal. In *PORTUGAL misterioso*. Lisboa: Selecções do Reader's Digest, 1998, p. 121-137.
- BRITO, J. M. Brandão de, coord. – *Do marcelismo ao fim do império*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1999.
- BROCHADO, Costa – *Fátima à luz da história*. Lisboa: Portugália Editora, [1948].
- BRUNEAU, T. C. – Church and State in Portugal: crisis of Cross and Sword. *A Journal of Church and State*. 18 (1976) 463-490.
- BRUNEAU, Thomas – *The politics of religion in an authoritarian regime: the case of Portugal*. Montreal, 1974. Texto mimeografado.
- BRUNO, [Sampaio] – *A questão religiosa*. Porto: Livraria Chadron, 1907.
- BUCHANAN, Tom; CONWAY, Martin – *Political catholicism in Europe: 1918-1965*. Oxford: Clarendon Press, 1996.
- BUESCU, Ana Isabel Carvalhão – *O milagre de Ourique e a História de Portugal de Alexandre Hercolano: uma polémica oitocentista*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987.
- C. J. H. C. – *Reflexões sobre os deveres recíprocos entre a religião e a sociedade*. Braga: Typographia Lusitana, 1865.
- CABRAL, Manuel Villaverde; VALA, Jorge; Pais, José Machado; RAMOS, Alice, org. – *Atitudes e práticas religiosas dos Portugueses*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2000. Atitudes sociais dos portugueses: base de dados; 2.
- CABREIRA, António – *A voz do sangue: correção ao livro de Mário Saa «A invasão dos Judeus»*. Lisboa: [s.n.], 1925.
- CAETANO, Marcelo – A alma missionária de Portugal. *Portugal em África*. 3 (1946) 129-134.
- *O escutismo e a sua importância na reconstrução nacional*. [S.l.: s.n.], 1932.
- CALDAS, A. Pereira – *Para a história da Rádio Renascença (1974-1975): um barómetro da revolução*. Lisboa: Grifo; Renascença, 1999.
- CALDAS, João Castro – *A Igreja na política agrária: 35 anos de imprensa da JAC (1939-1974)*. Lisboa: Edição da Cooperativa de Estudos Rurais, 1985.
- CALIPPE, Ch. – *A educação chistã da democracia (ensaio de apologetica social)*. Versão de Gomes dos Santos. Póvoa do Varzim: Livraria Povoense Editora de José Pereira de Castro, [s.d.]. Coleção Ciência e Religião; 49.
- CALVO, J. – *Pastoral de conjunto*. Lisboa: Secretariado Paroquial de Santa Isabel, [imprimatur 1966].
- CÂMARA, José Bettencourt da – Júlia d'Almeida e o movimento gregoriano em Portugal. *Brotéria*. 151 (2000) 525-539.

## BIBLIOGRAFIA

- CAMINHOS da justiça e da paz: doutrina social da Igreja: Documentos de 1891 a 1991. Coord. Peter Stilwell. Lisboa: Rei dos Livros, 1993.
- CAMPOS, Maria Emília Ferreira dos Santos de Noronha – *As conferências de S. Vicente de Paulo e a sua influência nas almas femininas de boa vontade*. [Lisboa, 1943].
- CANASTRA, Fernando Augusto Coelho – *As origens das aulas de Religião e Moral nas escolas públicas em Portugal*. Lisboa: Faculdade de Teologia da Universidade Católica, 1994. Tese de licenciatura. Texto mimeografado.
- CÂNDIDO, Jacinto – *A doutrina nacionalista*. Póvoa do Varzim: Livraria Povoense Editora de José Pereira de Castro, 1909. Coleção *Sciencia e Religião*; 53.
- *Memórias íntimas*. *Estudos de Castelo Branco*. 4 (1962) 1-80; 5 (1962) 81-160; 7 (1963) 161-176; 8 (1963) 177-272; 9 (1963) 273-368; 10 (1963) 369-396.
- CANELO, David Augusto – *O resgate dos marranos portugueses*. Belmonte: [s.n.], 1996.
- CAPELA, Manuel José Martins – *Escritos dispersos: edição comemorativa do 150.º aniversário do seu nascimento*. Terras do Bouro: Câmara Municipal, 1992.
- CAPELO, Rui Grilo – *Profetismo e esoterismo: a arte do prognóstico em Portugal (séculos XVII-XVIII)*. Coimbra: Minerva, 1994.
- CARDOSO, A. Brito – *A diocese de Coimbra: esboço histórico*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1995.
- *O cisma religioso (1834-1842) em Coimbra: recomposição da diocese*. *Lumen*. 50 (1989) 40-45.
- CARDOSO, Abílio Tavares; RIBEIRO, João Salvado – *Testemunho aberto: o caso do padre Felicidade*. Lisboa: Multinova, 1999.
- CARDOSO, Arnaldo Pinto – *A fundação do Colégio Português em Roma e a formação do clero em Portugal no final do século XIX*. *Lusitania Sacra*. 3 (1991) 291-347.
- *O Pontifício Colégio Português em Roma: no centenário da sua fundação*. Roma: Pontifício Colégio Português, 2000.
- CARDOSO, Arnaldo Pinto, coord. – *Mons. Joaquim Alves Brás: um apóstolo da família*. Coimbra: ISCF, 1994.
- CARDOSO, Manuel Pedro, pastor – *Por vilas e cidades: notas para a história do protestantismo em Portugal*. Lisboa: Seminário Evangélico de Teologia, 1998. Reed. de *História do protestantismo em Portugal*. Figueira da Foz: Centro Ecológico Reconciliação, 1985.
- CARMO, Irene do – *Após 50 anos: testemunho*. *Laikos*. 6: 4 (1983) 395-398.
- CARNEIRO, Bernardino Joaquim da Silva – *Documentos comprovantes d'alguns pontos da doutrina dos elementos de Direito Eclesiástico Português, com appendice aos mesmos documentos*. 1.ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1866. 3.ª ed. accuradamente revista e melhorada pelo Dr. José Pereira de Paiva Pitta. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1896. 5.ª ed. revista e correcta pelo Dr. José Pereira de Paiva Pitta. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1896.
- CARTA Pastoral do Episcopado: 2 documentos de Sua Eminência Reverendíssima o Senhor Cardeal Patriarca. Lisboa: Logos, 1959.
- CARTUXO (Um), pseud. – *A Cartuxa e a vida cartusiana*. Évora: Gráfica Eborense, 1995.
- CARVALHEIRA, José do Vale – *Nossa Senhora na história e devoção do povo português*. [S.l.]: Ed. Salesianas, 1998.
- CARVALHO, Anabela; MOURO, Helena – *Serviço social no Estado Novo*. Lisboa: Centelha, 1987.
- CARVALHO, J. Vaz de – *A Igreja em Portugal: implantação territorial e estrutural*. *Economia e Sociologia*. 25-26 (1979) 9-32.
- *Congregação Mariana*. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. 1, p. 474-475.
- CARVALHO, Rita – *Concordata*. In *DICIONÁRIO de História de Portugal: Suplemento*. Dir. António Barreto; Maria Filomena Mónica. Porto: Figueirinhas, 1999, vol. 7, p. 388-392.
- CASO (O) da Capela do Rato no Supremo Tribunal Administrativo. 2.ª ed. Porto: Afrontamento, 1973.
- CASTILHO, José Manuel Tavares – *A ideia de Europa no marcelismo (1968-1974)*. Lisboa: Afrontamento; Assembleia da República, 2000.
- CASTRO, Aníbal Pinto de – *O cardeal Cerejeira universitário e homem de letras*. *Lusitania Sacra*. 2 (1990) 21-45.
- CASTRO, Manuel de Oliveira Chaves e – *A Pastoral Collectiva do Episcopado Português ao clero e fieis de Portugal de 24 de Janeiro de 1910 e o Beneplácito do Estado*. Coimbra: Typographia França Amado, 1911.
- CASTRO, Manuel Gomes de – *Bibliografia portuguesa sobre Santa Teresinha do Menino Jesus: contributo*. *Carmelo Lusitano*. 17 (1999) 159-219.
- *Santa Teresinha na literatura portuguesa*. *Carmelo Lusitano*. 15-16 (1997-1998) 113-131.
- CASTRO, Zília Osório de – *Cultura e política: Manuel Borges Carneiro e o vintismo*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990. 2 vol.
- *O poder político e a Igreja: pensamento de Borges Carneiro*. In *O LIBERALISMO na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*. Lisboa: Sá da Costa Editora, vol. 1, p. 259-263.
- CATHOLICISME: hier, aujourd'hui, demain. Dir. Jacquemet, G.. Paris: Leteouzey et Ané, 1947-.
- CATÓLICOS (Os) na sociedade portuguesa: séculos XIX e XX. Número temático de *Reflexão cristã*. 68 (1990).
- CATROGA, Fernando – *A cremação na época contemporânea e dessacralização da morte: caso português*. *Revista de História das Ideias*. 8 (1986) 223-262.
- *A laicização do casamento e o feminismo republicano*. In *COLÓQUIO «A MULHER NA SOCIEDADE PORTUGUESA: VISÃO HISTÓRICA E PERSPECTIVAS ACTUAIS»*, 20-22 de Março de 1985 – *Actas*. Coimbra: Instituto de História Económica e Social, 1986, vol. 1, p. 135-152.

## BIBLIOGRAFIA

- *A militância laica e a descrentização da morte em Portugal: 1865-1911*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1988. Dissertação de Doutoramento em História. Texto polycopiado.
- Anticlericalismo y librepensamiento masónicos en Portugal. In SYMPOSIUM INTERNACIONAL DE HISTORIA DE LA MASONERÍA ESPAÑOLA, 4 – *Actas: Masonería, revolución y reacción*. Ed. Jose Antonio Ferrer Benimeli. Alicante: Instituto de Cultura Juan-Gil Albert, 1990.
- As maçonarias liberais e a política. In MATTOSO, José, dir. – *História de Portugal*: vol. 5: *O Liberalismo (1807-1890)*. Coord. Luís Reis Torgal; João Lourenço Roque. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 204-211.
- Cientismo, política e anticlericalismo. In MATTOSO, José, dir. – *História de Portugal*: vol. 5: *O Liberalismo*. Coord. Luís Reis Torgal; João Lourenço Roque. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, p. 583-593.
- Morte romântica e religiosidade cívica. In MATTOSO, José, dir. – *História de Portugal*: vol. 5: *O Liberalismo*. Coord. Luís Reis Torgal; João Lourenço Roque. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, p. 595-607.
- *O Céu da Memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal (1756-1911)*. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999. Coleção Minerva – História; 18.
- O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911). *Análise Social*. 100 (1988) 211-273.
- *O republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1991. 2 vol.
- CENSO da população do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1900*. Lisboa, 1906.
- CENTENÁRIO (No) do nascimento de Dom Nuno Álvares Pereira: Pastoral colectiva do episcopado português*. Braga: Mensageiro do Coração de Jesus, 1961.
- CEREJEIRA, Manuel Gonçalves, bispo – *A crise da Igreja: conferências ao Conselho Presbiteral*. Lisboa: União Gráfica, 1969.
- *A Igreja e o pensamento contemporâneo*. 5.ª ed. actualizada e refundida. Coimbra, 1953. 1.ª ed. 1924.
- *Na hora da despedida (29 de Junho de 1971)*. Lisboa: União Gráfica, [1971?].
- *Na hora do diálogo: resposta a muitas questões*. Lisboa: União Gráfica, 1967.
- *Obras pastorais (1928-1970)*. Lisboa: União Gráfica, 1936-1970. 7 vol.
- *Vinte anos de Coimbra...* Lisboa: Ed. Gama, 1943.
- *A mensagem de Fátima e o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: 36.º Congresso Eucarístico Internacional, 1955.
- *Lurdes e Fátima: Lourdes et Fátima*. Lisboa: SNI, 1958.
- CERP [Cristãos em Reflexão Permanente] – *Perguntas à nossa Igreja: Igreja e política do 25 de Abril ao 25 de Novembro*. Lisboa: Ulmeiro, 1976. Forças da Vida; 1.
- CERQUEIRA, Eduardo – *Apontamentos sobre antigas procissões de Aveiro*. Aveiro, 1967. Separata de *Aveiro e o seu distrito*.
- CERQUEIRA, Silas – L'Église catholique et la dictature corporatiste portugaise. *Revue Française de Science Politique*. 23: 3 (1973) 473-513.
- CHAVES, Luís – O culto mariano em Lisboa: capelas, ermidas, oratórios e nichos na cidade de Lisboa dedicados a Maria. *Revista Portuguesa de Guimarães*. 71 (1961) 115-134.
- CHRONICA ecclesiastica e missionaria. *Portugal em Africa*. II (1904) 511-515.
- CINQUENTA mil Testemunhas de Jeová estão reunidas em Congresso no Estádio de Belém. *Opção*. 3: 119 (3-9 Agosto 1978) 28-33.
- CIVARDI, Luigi – *Manual de Acção Católica*: vol. 1: *A teoria*; vol. 2: *A prática*. Trad. original italiano. Lisboa: União Gráfica, 1934; Porto, 1936.
- CLEMENTE, Manuel – A Igreja e a sociedade portuguesa do liberalismo à república. *Didaskalia*. Lisboa. 24 (1994) 119-129.
- A Igreja e o liberalismo: Um desafio e uma primeira resposta. *Communio: Revista Internacional Católica*. 9: 6 (1992) 548-553.
- A situação religiosa em Évora a seguir ao «cisma» de 1832-1841. In CONGRESSO DE HISTÓRIA NO IV CENTENÁRIO DO SEMINÁRIO DE ÉVORA – *Actas*. Évora: Instituto Superior de Teologia – Seminário Maior de Évora, 1994, p. 467-478.
- A sociedade portuguesa à data da publicação da «Rerum Novarum»: o sentimento católico. *Lusitania Sacra*. 6 (1994) 47-60.
- Católicos, Estado e sociedade no Portugal oitocentista (congressos católicos de 1891 a 1895). *Communio: Revista Internacional Católica*. 1: 3 (1984) 245-255.
- Cisma (1832-1842); Modernismo; Seminários (diocesanos, do continente e ilhas adjacentes); Sociedade Católica. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001, vol. 1, p. 343-344; vol. 3, p. 249-252; vol. 4, p. 220-225; vol. 4, p. 254-255.
- Clericalismo e anticlericalismo na cultura portuguesa. *Reflexão Cristã*. 53 (1987) 40-50.
- Consciência laical no primeiro congresso católico português. *Reflexão Cristã*. 68 (190) 21-26.
- Cristandade e secularidade. In *A SALVAÇÃO em Jesus Cristo*. Lisboa: Rei dos Livros, 1993, p. III-120.
- D. António de Almeida no catolicismo português de oitocentos. *Boletim de Trabalhos Históricos*. Guimarães. 40 (1989) 235-255.
- Das prelaturas políticas às prelaturas pastorais: o caso de Pinhel. *Lusitania Sacra*. 8-9 (1996-1997) 27-34.
- Francisco de Azeredo Teixeira de Aguiar [conde de Samodães] e o apostolado dos leigos em Portugal. *Laikos*. Lisboa. 9: 4 (1986) 471-496.

## BIBLIOGRAFIA

- Identidade cristã e apostolado dos leigos (em Portugal no século XIX). In *A IDENTIDADE cristã*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1990, p. 83-94.
- Iniciativas missionárias em Portugal depois da extinção das congregações religiosas: a Associação da Propagação da Fé e a Sociedade Católica. In CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA. MISSIONAÇÃO PORTUGUESA E ENCONTRO DE CULTURAS – *Actas*. Braga: Universidade Católica Portuguesa; Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses; Fundação Evangelização e Culturas, 1993, vol. 4, p. 55-66.
- Laicização da sociedade e afirmação do laicado em Portugal (1820-1840). *Lusitania Sacra*. 3 (1991) III-154.
- Maçonaria e Movimento Católico Português: a posição do conde de Samodães (1828-1918). In *RELIGIÃO e ideal maçónico: convergências*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1994, p. II-16.
- Maria na devoção dos Portugueses: uma devoção nacional?. In SEMANAS DE ESTUDOS TEOLÓGICOS DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, 8 a 12 de Fevereiro de 1988 – *Maria nos caminhos da Igreja*. Lisboa: Verbo, 1991, p. 165-172.
- *Nas origens do apostolado contemporâneo em Portugal: a «Sociedade Católica» (1843-1853)*. Braga: Universidade Católica Portuguesa, 1993.
- O congresso católico do Porto (1871-1872) e a emergência do laicado em Portugal. *Lusitania Sacra*. 1 (1989) 179-195.
- O presbítero na vida da Igreja, nos últimos cem anos (perspectivas de formação presbiteral). In *IGREJA e ministérios*. Lisboa: Rei dos Livros, 1995, p. 229-241.
- Os católicos portugueses e os princípios de 89. *Communio: Revista Internacional Católica*. 6: 3 (1989) 250-264.
- Primeiro congresso católico português [1871-1872]. *Laikos*. 10: 4 (1987) 375-390.
- Religião e ensino no debate oitocentista: Adolfo Coelho e D. António da Costa. *Communio: Revista Internacional Católica*. 6 (1989) 61-66.
- Santo António no Congresso Católico Internacional de Lisboa (1895). In CONGRESSO INTERNACIONAL «PENSAMENTO E TESTEMUNHO: 8.º CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE SANTO ANTÓNIO» – *Actas*. Braga: Universidade Católica Portuguesa; Família Franciscana Portuguesa, 1996, vol. 2, p. 875-885.
- Universidade Católica Portuguesa: uma realização de longas expectativas. *Lusitania Sacra*. 6 (1994) 15-29.
- CODES; Gabinete de Estudos e Projectos de Desenvolvimento Sócio-Económico, dir. técnica e realização – *Situação e opinião dos universitários: inquérito promovido pelas direcções gerais da Juventude Universitária Católica*. Lisboa, 1967.
- CODEx Juris Canonici de 1983: 10 de anos de aplicação na Igreja e em Portugal*. Lisboa: Centro de Estudos de Direito Canónico – Universidade Católica Portuguesa, 1995. *Lusitania Canonica*; 1.
- CÓDIGO de Direito Canónico*. Edição anotada a cargo de Pedro Lombardia e Juan Ignacio Arrieta; tradução portuguesa a cargo de José A. Marques. Braga: Edições Theologica, 1984.
- COELHO, Domingos Pinto – *As reclamações dos catholicos*. Lisboa: Typographia da Papelaria Progresso, 1913.
- COELHO, Francisco José Senra – Antecedentes da «Rerum Novarum». *Igreja Eboense*. 18 (1994) II-35.
- COELHO, José Francisco de Trindade – *Manual político do cidadão portuguez*. Lisboa: Parceria de António Maria Pereira, 1906; Porto: Empresa Literária e Tipográfica, 1908.
- COIXÃO, António do Nascimento Sá; TRABULO, António Alberto Rodrigues – *A Primeira República no concelho de Vila Nova de Foz Côa*. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal, 1993.
- COLONIALISMO e lutas de libertação: 7 cadernos sobre a guerra colonial. Porto: Afrontamento, 1974. Arquivo; 1.
- COLÓQUIO «GUERRA JUNQUEIRO E A MODERNIDADE», PORTO, 3-4 de Janeiro de 1997 – *Actas*. Porto: Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa e Lello Editores, 1998.
- COLÓQUIO «LEONARDO COIMBRA NO CENTENÁRIO DA SUA MORTE», Universidade Católica Portuguesa, 21 e 22 de Novembro de 1986 – *O pensamento filosófico de Leonardo Coimbra*. Lisboa: Edições Didaskalia, 1989.
- COLÓQUIO «O SAGRADO E AS CULTURAS», Lisboa, 18 a 22 de Abril de 1989 – [*Actas*]. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – ACARTE, 1992.
- COLÓQUIO ANTONIANO NA COMEMORAÇÃO DO 750.º ANIVERSÁRIO DA MORTE DE SANTO ANTÓNIO DE LISBOA, 8 a 11 de Junho de 1982 – *Actas*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, D.L. 1983.
- COLÓQUIO INTERNACIONAL «PIEIDADE POPULAR, SOCIABILIDADES, REPRESENTAÇÕES, ESPIRITUALIDADES», Lisboa, 20 a 23 de Novembro de 1998 – *Actas*. Lisboa: Terramar; Centro de História da Cultura – História das Ideias da FCSH-UNL, 1999.
- COLÓQUIO SOBRE ARQUITECTURA E ARTE SACRA, Mosteiro de S. Vicente, Lisboa, 16 e 17 de Novembro de 1996 – *Actas: novas igrejas de vários tempos*. Lisboa: Rei dos Livros, 1998.
- COMEMORAÇÕES do centenário [do nascimento do cardeal Cerejeira]. *Lusitania Sacra*. 2 (1990) 223-242.
- COMISSÃO NACIONAL JUSTIÇA E PAZ – *Cadernos Justiça e Paz*. Lisboa: CNJP, 1990-2001. 10 números publicados.
- *Caminhos da Paz, no 25.º aniversário da primeira mensagem para o Dia Mundial da Paz*. Lisboa: Rei dos Livros, 1992.
- *Gaudium et Spes: uma leitura pluridisciplinar vinte anos depois*. Lisboa: Rei dos Livros, 1988.
- *Interpelar a sociedade hoje: do sucesso económico para alguns a um desenvolvimento integral para todos*. Lisboa: Multinova, 1993.

## BIBLIOGRAFIA

- COMMUNIO: *Revista Internacional Católica*. 1 (1984-).
- CONCEPCIONISTAS AO SERVIÇO DOS POBRES – *Carisma e espiritualidade: documento base*. Elvas: Casa Mãe – Convento da Imaculada Conceição, 1988.
- CONCILES (Les) *Ocunéniques*. Dir. Giuseppe Alberigo. Paris: Les Éditions du Cerf, 1994. 3 tomos.
- CONCILIUM Plenarium Lusitanum, *Olisipone Actum An. 1926: Acta et Decreta*. = *Concílio Plenário Português [1926]: Pastoral Colectiva, decretos, apêndice (documentos)*. Lisboa: Tipografia da União Gráfica, 1931.
- CONCORDATA e Acordo Missionário de 7 de Maio de 1940. Lisboa: Secretariado da Imp. Nac., 1943.
- CONCORDATA e Acordo Missionário entre a Santa Sé e República Portuguesa e Estatuto Missionário. 3.<sup>a</sup> ed. Lisboa: União Gráfica, 1962.
- CONCORDATA entre a Santa Sé e a República Portuguesa: *texto integral da Concordata e do Acordo Missionário, estudos, comentários, legislação executória*. Coord. científica Manuel Saturino Gomes. Coimbra: Almedina, 2001.
- CONDE, José Martins dos Santos – *José Maria Grande: figura nacional do liberalismo*. Lisboa: Ed. Colibri, 1998. Estudos de história regional; 15.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS INSTITUTOS RELIGIOSOS; FEDERAÇÃO NACIONAL DOS INSTITUTOS RELIGIOSOS FEMININOS – *Inquérito de opinião aos religiosos de Portugal*. Lisboa: CNIR; FNIRF, 1982. Texto mimeografado.
- CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA – *A beatificação dos pastorinhos de Fátima Francisco e Jacinta Marto*. Lisboa: Secretariado Geral do Episcopado, 2000.
- A Igreja na sociedade democrática: carta pastoral aprovada na assembleia plenária de 2 a 5 de Maio de 2000. *Lumen*. 61: 3 (2000) 32-45.
- *Documentos pastorais*: vol. 1: 1967-1977. Lisboa: Of. da União Gráfica, 1978.
- *Documentos pastorais*: vol. 2: 1978-1982. Lisboa: Secretariado Geral do Episcopado, 1984.
- *Documentos pastorais*: vol. 3: 1983-1990. Lisboa: Secretariado Geral do Episcopado; Rei dos Livros, [1991].
- *Documentos pastorais*: vol. 4: 1991-1995. Lisboa: Secretariado Geral do Episcopado; Rei dos Livros, 1996.
- *Estatutos da Conferência Episcopal Portuguesa*. Lisboa: Secretariado Geral do Episcopado, 1998.
- CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, ver também IGREJA CATÓLICA. Portugal.
- CONGREGAÇÃO DAS SERVAS DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA – *50 anos ao serviço do reino de Deus: cinquentenário da aprovação canónica (1939-1989)*. [Lisboa]: CSNSF, D.L. 1989.
- CONGRESSO «A VIDA DA REPÚBLICA PORTUGUESA 1890-1990» – *Actas*. Lisboa: Univ. Ed., 1991. Secção sobre «A Igreja e a questão religiosa».
- CONGRESSO «O CADC: VIDA DA IGREJA E DA SOCIEDADE PORTUGUESA», Coimbra, 17-18 de Março de 2001 – *Actas*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2001.
- CONGRESSO INTERNACIONAL «PENSAMENTO E TESTEMUNHO: 8.<sup>o</sup> CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE SANTO ANTÓNIO», 1995 – *Actas*. Braga: Universidade Católica Portuguesa; Família Franciscana Portuguesa, 1996. 2 vol.
- CONGRESSO INTERNACIONAL DE FÁTIMA «FENOMENOLOGIA E TEOLOGIA DAS APARIÇÕES», Fátima, 9 a 12 de Outubro de 1997 – *Actas*. Fátima: Santuário de Fátima, 1998.
- CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE FÁTIMA E A PAZ NO 75.<sup>o</sup> ANIVERSÁRIO DAS APARIÇÕES, 1992 – *Actas*. Fátima: Santuário, 1993.
- CONGRESSO MISSIONÁRIO PORTUGUÊS, 1 – *Actas*. Barcelos: [s.n.], 1934.
- CONGRESSO NACIONAL DA JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA CATÓLICA, 1, 1953 – *O pensamento católico e a universidade*. Lisboa: Direcções Gerais da JUC e da JUCF, 1953; 1954. 2 vol.
- CONGRESSO NACIONAL DE LEIGOS, Fátima, 1988 – *Leigos em Congresso*. Lisboa: Editorial Rei dos Livros, 1988.
- CONGRESSO NACIONAL DE RELIGIOSOS, 1, Lisboa, 8 a 13 de Abril de 1958 – *Trabalhos apresentados ao Congresso*. Lisboa: CNR, 1958.
- CONGRESSO NACIONAL DE RELIGIOSOS, 2, Lisboa, 31 de Março a 5 de Abril de 1964 – *Programa geral, temário e hino*. Lisboa: Esc. Prof. Salesianas, Oficinas de S. José, [s.d.].
- CONGRESSO NACIONAL DE RELIGIOSOS, 3, Fátima, 16 a 20 de Setembro de 1980 – *Trabalhos apresentados e conclusões*. [Lisboa]: Serviços da Caritas Portuguesa, [s.d.].
- CONSTITUIÇÃO Política da República Portuguesa: *acto colonial*. Lisboa: Secretariado da Propaganda Nacional, 1942.
- CORDEIRO, António da Costa – *Jubileu do Collegio do Barro: 1860-1910*. Braga: Augusto Costa & Mattos, 1910.
- CORPO NACIONAL DE ESCUTAS – *A Igreja e o escutismo*. Selec. doc. coligida, trad. e anotada pelo padre Ferreira da Silva, assistente nacional adjunto do CNE. Lisboa, 1956.
- *Estatutos e regulamento geral do C.N.E.* Lisboa: CNE, 1978.
- *Guia do Corpo Nacional de Escutas. Escutismo Católico Português: princípios, organização, regulamentos*. Reed. de 1955. Lisboa: Junta Central do CNE, 1965.
- CORPO NACIONAL DE ESCUTAS; Junta Regional de Évora – *Bodas de ouro de escutismo católico regional*. Évora, 1986.
- CORREIA, Fernando – Os «mass media» da Igreja Católica. *Vértice*. 70 (1996) 96-99.
- CORREIA, Francisco Augusto da Cruz – *O método missionário dos jesuítas em Moçambique de 1881 a 1910: um contributo para a história da Missão da Zambézia*. Braga: Livraria AI, 1992.
- CORREIA, Joaquim Alves – *A dilatação da fé no Império Português*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1936.
- *Cristianismo e revolução*. Selec. de textos Anselmo Borges. Lisboa: Sá da Costa, 1977.

## BIBLIOGRAFIA

- CORREIA, José Eduardo Horta – *Liberalismo e catolicismo: o problema congreganista (1820-1823)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1974.
- COSTA, A. D. de Sousa – As concordatas portuguesas. *Itinerarium*. 12 (1966) 24-26.
- COSTA, Avelino de Jesus da – O inventor padre Manuel António Gomes Himalaia: o cientista, o economista, o sacerdote. *Revista de História das Ideias*. 9 (1987) 759-800.
- COSTA, Dalila Pereira da – *Da serpente à Imaculada*. Porto: Lello & Irmãos, 1984.
- COSTA, Francisco S. – *Do Rev.º tomarense Manuel Domingos Fornigão Júnior: sua devotada biografia espiritual*. Fátima: Associação Juvenil Servis, 1997.
- COSTA, Hamilton; Costa, Rui Afonso da – As tendências evolutivas da piedade popular: validação do modelo de clericalização. *Cultura: Revista de História das Ideias*. 11 (1999) 401-432.
- COSTA, Humberto Álvares da – Meditações cristãs: Jesus consubstancial com o Pai. *Portugal Teosófico*. 59 (1995) 4-11.
- COSTA, Jaime Raposo – *A teoria da liberdade: período de 1820 a 1823*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1976.
- COSTA, João Bénard da – Meus tempos, meus modos. *Diário de Notícias: Revista de livros*. (9.II.1983) 1-4.
- Nós, os vencidos do catolicismo. *O Independente: Suplemento Vida*. 481 (1.8.1997) 12-23; 482 (8 de Agosto de 1997) 20-33; 483 (15 de Agosto de 1997) 28-36.
- COSTA, Joaquim Carneiro da – Festas religiosas: estudo na «Acção Católica» (1916-1988). *Cenáculo*. 120 (1992) 11-57.
- COSTA, M. Gonçalves da – *Seminários e seminaristas de Lamego: monografia histórica*. Lamego, 1960.
- COSTA, Paula Cristina; ANES, José Manuel – Os mistérios do Pessoal oculto. In *PORTUGAL misterioso*. Lisboa: Selecções do Reader's Digest, 1998, p. 243-277.
- COSTA, Rui Afonso – *«O Mundo» e a questão religiosa (1900-1927)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, 1990. Tese de mestrado em História Cultural e Política. Texto mimeografado.
- As tendências evolutivas da piedade popular: validação do modelo de secularização. *Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias*. 10 (1998) 99-126.
- COUTINHO, Jorge – *O pensamento de Teixeira de Pascoas: estudo hermenéutico e crítico*. Braga: Publicações da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa, 1996.
- O religioso no pensamento de Pascoas. *Revista Portuguesa de Filosofia*. 51 (1995) 121-135.
- COUTINHO, Maria Isabel – Federação Nacional dos Institutos Religiosos Femininos. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. 2, p. 250.
- COUTO, A. – Catolicismo popular português. *Igreja e Missão*. 88 (1977) 249-280.
- CRAWLEY-BOEVEY, Matéo – *Hora santa em homenagem de oração a Cristo-Rei*. Lisboa: Tip. da União Gráfica, [1928].
- CRISTINO, Luciano Coelho – Fátima. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. 2, p. 245-250. Contém desenvolvida bibliografia sobre o tema.
- CRISTÓVÃO, Francisco da Silva – Catequese e catecismos. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. 1, p. 302-310.
- CRISTÓVÃO, Maria do Céu – *A questão das Irmãs de Caridade: Estudo de opinião pública: 1858-1862*. Lisboa: Faculdade de Letras da Univ. de Lisboa, 1977. Texto mimeografado.
- CRUZ, Guilherme Braga – *Direitos da família, da Igreja e do Estado*. Lisboa: [Tip. das Esc. Profissionais Salesiana – Ofic. de São José], 1955. Conferência proferida na sessão comemorativa do xxv aniversário da encíclica «Divini illius Magistri». Problemas da educação.
- CRUZ, Manuel Braga da – A Concordata com a Santa Sé cinquenta anos depois. *Communio: Revista Internacional Católica*. 8: 2; 8: 3 (1991) 272-280; 372-379.
- A Igreja na transição democrática portuguesa. *Lusitania Sacra*. 8-9 (1996-1997) 519-536.
- As elites católicas nos primórdios do salazarismo. *Análise Social*. 116-117 (1992) 547-574.
- As negociações da Concordata e do Acordo Missionário de 1940. *Análise Social*. 143-144 (1997) 815-845.
- *As origens da democracia cristã e o salazarismo*. Lisboa: Editorial Presença; Gabinete de Investigações Sociais, 1980.
- As relações entre a Igreja e o Estado liberal: do «cisma» à Concordata (1832-1848). In *O LIBERALISMO na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1982, vol. 1, p. 223-235.
- As relações entre o Estado e a Igreja. In *NOVA HISTÓRIA de Portugal: vol. 12: Portugal e o Estado Novo*. Dir. Joel Serrão; A. H. de Oliveira Marques; coord. Fernando Rosas. Lisboa: Presença, 1992, p. 201-221.
- Centro Académico de Democracia Cristã (CADC); Centro Católico Português; Joaquim Alves Correia; Igreja Católica e Estado Novo; Abel Varzim da Cunha e Silva. In *DICIONÁRIO de História de Portugal: Suplemento*. Dir. António Barreto; Maria Filomena Mónica. Porto: Figueirinhas, 1999-2000, vol. 7, p. 284-288; vol. 7, p. 288-291; vol. 7, p. 431-432; vol. 8, p. 233-242; vol. 9, p. 423-424.
- Centro Académico de Democracia Cristã; Igreja e Estado: Época Contemporânea; Partidos políticos confessionais. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001, vol. 1; p. 329-331; vol. 2, p. 401-411; vol. 3, p. 380-385.
- *Monárquicos e republicanos no Estado Novo*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1986.
- *O Estado Novo e a Igreja Católica*. Lisboa: Bizâncio, 1998.

## BIBLIOGRAFIA

- O movimento dos Círculos Católicos de Operários: primeira expressão em Portugal do sindicalismo católico. *Democracia e Liberdade*. Lisboa. 37-38 (1986) 39-50.
- *O partido e o Estado no salazarismo*. Lisboa: Presença, 1988.
- Os católicos e a vida pública portuguesa do liberalismo aos tempos de hoje. *Reflexão Cristã*. 68 (1990) 5-20.
- Para a história da sociologia académica em Portugal. *Boletim da Faculdade de Direito*. 58 (1982) 73-119.
- *Transições históricas e reformas políticas em Portugal*. Lisboa: Editorial Bizâncio, 1999.
- CRUZ, Manuel Braga da; GUEDES, Natália Correia, coord. — *A Igreja e a cultura contemporânea em Portugal*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2000.
- CRUZ, Robson — Camilo Castelo Branco e o livro «Divindade de Jesus» (1865). *Lusitania Sacra*. 1 (1989) 81-118.
- CRUZ, Sebastião — *Conferências de S. Vicente de Paulo: algumas atinências com o direito concordatário português*. Coimbra, 1970.
- CULTUS: o mistério e o maravilhoso nos artefactos portugueses. Coord. editorial António Júlio Valarinho. Lisboa: Instituto do Emprego e Formação Profissional, 2001. Catálogos FIA.
- CUNHA, A. — *Jornadas e outros trabalhos do missionário Barroso*. Lisboa, 1938.
- CUNHA, Arlindo de Magalhães Ribeiro da — *Padre Gaspar: a via do trabalho e da pobreza*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1998.
- Pobreza (século xx). In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, vol. 3, p. 461-462.
- CURSILHOS DE CRISTANDADE — *Ideias fundamentais*. Trad. Abel Figueiral. 2.<sup>a</sup> ed. [Lisboa]: Sec. Nac. MCCP, 1994.
- CUTILEIRO, José — *Ricos e pobres no Alentejo: Uma sociedade rural portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1977. Colecção «Descobrir Portugal».
- D. ANTÓNIO Ferreira Gomes: *cerimónias evocativas da sua memória*. Porto: Fund. Eng. António de Almeida, 1993.
- D. ANTÓNIO Ferreira Gomes: *nos 40 anos da carta do bispo do Porto a Salazar*. Coord. Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa. Lisboa: Multinova, 1998.
- D. MANUEL Gonçalves Cerejeira, *cardeal-patriarca de Lisboa: in memoriam*. Lisboa: Patriarcado de Lisboa, 1977.
- DEMOCRACIA liberal e religião*. Dossier in *Nova Cidadania*. 6 (2000) 4-43.
- DEVERES e direitos dos fiéis na Igreja*. Lisboa: Centro de Estudos de Direito Canónico — Universidade Católica Portuguesa, 1999. *Lusitania Canonica*; 5.
- DIALOGO inter-religioso*. Número temático de *Reflexão Cristã*. Nova Série. 11-12 (1999).
- DIAS, Geraldo J. A. Coelho — Beneditinos: Época Contemporânea. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. 1, p. 208-209.
- DIAS, Geraldo J. A. Coelho — Um certo Porto devoto no Porto do Liberalismo: a Arquiconfraria do Imaculado Coração de Maria. *Humanística e Teologia*. Porto. 14 (1992) 383-392.
- DIAS, Joaquim, pastor — A Igreja Adventista face aos «ismos». *Revista Adventista*. 57: 600 (1997) 4.
- DIAS, José Sebastião da Silva; DIAS, Graça da Silva — *Os primórdios da maçonaria em Portugal*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986. 4 tomos.
- DICIONARIO de Historia Eclesiástica de España*. Madrid: CSIC, 1972-1975. 4 vol.
- DICIONARIO de História da Igreja em Portugal*. Dir. António Alberto Banha de Andrade. Lisboa: Editorial Resistência, imp. 1980. 2 vol.
- DICIONARIO de História de Portugal*. Dir. Joel Serrão. Porto: Figueirinhas, imp. 1981-1984. 6 vol.
- DICIONARIO de História de Portugal: Suplemento*. Dir. António Barreto; Maria Filomena Mónica. Porto: Figueirinhas, 1999-2000. 3 vol.
- DICIONARIO de História do Estado Novo*. Dir. Fernando Rosas; J. M. Brandão de Brito. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. 2 vol.
- DICIONARIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001. 4 vol. Para além das entradas específicas à época contemporânea, referidas ao longo da bibliografia, vejam-se as entradas relativas a cada uma das dioceses e à arte sacra.
- DICTIONNAIRE de Spiritualité, Ascétique et Mystique: Doctrine et Histoire*. Dir. Marcel Viller; F. Cavelleira; J. de Guibert. Paris: Beauchesne, 1937-1995. 20 vol.
- DICTIONNAIRE des Religions*. Dir. Paul Poupard. Paris: PUF, 1984.
- DICTIONNAIRE Historique de la Papauté*. Dir. Philippe Levillain [et al.]. Paris: Fayard, 1994.
- DIREITOS (OS) do homem em Portugal no 25.º aniversário da declaração universal*. Introd. Francisco Sá Carneiro. Porto: Telos, 1974.
- DOCUMENTAÇÃO crítica de Fátima*: vol. 1: *Interrogatórios aos videntes, 1917*; vol. 2: *Processo canónico diocesano*. Fátima: Santuário de Fátima, 1992, 1999.
- DOMINGOS, Manuela — Opus Dei. In *Dicionário de História de Portugal: Suplemento*. Dir. António Barreto; Maria Filomena Mónica. Porto: Figueirinhas, 2000, vol. 8, p. 646-647.
- DOMINGUES, Bento, OP — *A humanidade de Deus*. Porto: Figueirinhas, 1995.
- *A Igreja e a liberdade*. Porto: Mário Figueirinhas, 1997.
- *A religião dos Portugueses: testemunhos do tempo presente*. 2.<sup>a</sup> ed. Porto: Lisboa: Figueirinhas, 1989. 1.<sup>a</sup> ed. 1988.
- DOMINGUES, Francisco Contente — Ilustração e catolicismo, 1751-1800. In *DO ANTIGO REGIME ao Liberalismo, 1750-1850*. Org. Fernando Marques da Costa; Francisco Contente Domingues; Nuno Gonçalo Monteiro. Lisboa: Vega, [D.L. 1989], p. 62-69.
- DORIA, Luís — *Do cisma ao convénio: Estado e Igreja de 1831 a 1848*. Lisboa: Imprensa de Ciên-

## BIBLIOGRAFIA

cias Sociais – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2001. Coleção Estudos e Investigação; 16.

DOCTRINA social agrária: textos pontifícios. Lisboa: Ministério da Economia, 1962.

DUARTE, António de Sousa – *Bispo de Setúbal: a vida de um homem plural*. Pref. António de Almeida Santos. Lisboa: Ed. Notícias, 1997.

DUARTE, Arnaldo – *Posição actual da Acção Católica Portuguesa*. Lisboa: Ed. ACP, [195?].

DUARTE, Maria Palmira de Moraes Pinto – *A porta aberta*. 2.ª ed. Paço de Sousa: Casa do Gaíato, 1985.

DURÃO, António – A Concordata e o Acordo Missionário. *Brotéria*. 31 (1940) 46-55.

— Uma concordata com a Santa Sé: o que não é e o que deve ser. *Brotéria*. 25: 6 (1937) 560-575.

EBEN-EZER! (*Pedra de Ajuda*): breves notas históricas do trabalho evangélico realizado na Travessa de Sta. Catarina, 3, desde 1884, publicadas agora a propósito dumas «Bodas de Prata» (25 Agosto 1907-25 Agosto 1932). Lisboa: [Sociedade Industrial de Tipografia Lda.], 1932.

EGLISE (L') au Portugal. *Cahiers de la Pastorale des Migrants*. 12 (1982). Reprodução de texto anteriormente publicado em *Pro Mundi Vita: Dossier America Latina*. 26 (1982).

ELIADE, Mircea – *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. Lisboa: Livros do Brasil, [s.d.].

ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE A PASTORAL DE FÁTIMA NO 75.º ANIVERSÁRIO DAS APARIÇÕES, 1 – *Actas*. Fátima: Santuário de Fátima, 1993.

ENCONTRO Inter-Religioso «Oceanos de Paz»: religiões e culturas em diálogo. *Lumen*. 61: 5-6 (2000) 10-34.

ENCONTRO NACIONAL DE CRISTÃOS, 21 de Setembro de 1980 – *Por uma sociedade justa e fraterna*. [S.l.: s.n.], 1981.

ENCYCLOPÉDIE Catholique du Monde Chrétien: Bilan du monde (1958-1960). Tournai: Casterman, 1958, 1960. 2 vol.

ENES, Maria Fernanda – A vida conventual nos Açores: regalismo e secularização (1759-1832). *Lusitania Sacra*. II (1999) 323-351.

ENTRE o céu e a terra: arte sacra na diocese de Beja. Dir. José António Falcão. Beja: Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, 2000. 3 vol.

ESPÍRITO SANTO, Moisés – *A religião popular portuguesa*. Pref. Emile Poulat. 2.ª ed. Lisboa: Assírio & Alvim, 1990. 1.ª ed. 1984.

— *Origens orientais da religião popular portuguesa: ensaio sobre toponímica antiga*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1988.

— *Os mouros fatimidas e as aparições de Fátima*. 4.ª ed. Lisboa: Instituto de Sociologia e Etnografia das Religiões, [D.L. 1998]. 1.ª ed., [D.L. 1995].

ESLEMONT, J. E. – *Bahá'u'lláh e a nova era: uma introdução à Fé Bahá'í*. Rio de Janeiro: Editora Bahá'í do Brasil, 1975. 1.ª ed. 1926.

ESTADO (O) e a liberdade religiosa. Dossier in *Finisterra: Revista de Reflexão e Crítica*. 33 (1999) 7-55.

ESTATUTO Provisório do Seminário Maior de Cristo-Rei: Patriarcado de Lisboa. Lisboa: União Gráfica, [1934].

EVANGELISTA, João – *Um século de população portuguesa (1864-1960)*. Lisboa: [s.n.], 1971.

EXPOSIÇÃO comemorativa do 1.º centenário do cardeal D. Manuel Gonçalves Cerejeira. Org. Instituto Rainha D. Leonor. Lisboa: Rei dos Livros, 1989. Catálogo.

EXPOSIÇÃO de Arte Sacra Missionária. Ed. comemorativa. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1951.

EXPOSIÇÃO do Grande Jubileu do Ano 2000 «Cristo Fonte de Esperança», 17 de Junho a 17 de Setembro de 2000. Porto: Diocese do Porto, 2000. Catálogo.

FALCÃO, M. F. – A Acção Católica Portuguesa: origem, orgânica, vida, resultados. *Boletim de Informação Pastoral*. 14 (1961) 26-34.

— Expansão da Acção Católica Portuguesa nas diversas dioceses e sectores sociais. *Boletim de Informação Pastoral*. 5 (1959) 16-22.

— Visão crítica da imprensa da Acção Católica Portuguesa. *Boletim Oficial da A.C.P.* 20: 239 (1954) 248-251; 21: 240-241 (1954) 53-56.

FALCÃO, Manuel Franco, bispo – O cardeal Cerejeira, pastor da Igreja Lisbonense. *Lusitania Sacra*. 2 (1990) 89-121.

FALCÃO, Miguel – Assistência religiosa às Forças Armadas; Ordinariato Castrense de Portugal. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001, vol. 1, p. 152-153; vol. 3, p. 355-356.

FARIA, Ana Mouta – A condição do clero português durante a primeira experiência de implantação do liberalismo: as influências do processo revolucionário francês e seus limites. *Revista Portuguesa de História*. 23 (1987) 301-331.

— A hierarquia episcopal e o vintismo. *Análise Social*. 116-117 (1992) 285-328.

FARIA, Francisco Leite de – *Os Capuchinhos em Portugal e no ultramar português*. Lisboa, 1982. Separata dos *Anais da Academia Portuguesa de História*.

FARIA, Francisco Leite de; NEGREIROS, Fernando de – *Os Capuchinhos em Portugal: memória de um cinquentenário*. Lisboa: Difusão Bíblica, 1989.

FARINHA, Manuel José dos Santos – *Egreja livre: Conferência realizada em 12 de Fevereiro de 1911 na Sociedade de Geografia*. Lisboa: Cernadas & C.ª, 1911.

FELÍCIO, Manuel da Rocha – Ecumenismo. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. 2, p. 98-100.

— *Portugal e a definição dogmática da infalibilidade pontifícia: teologia, magistério, debate público*. Vi-seu: Instituto Superior de Teologia, 2000. Dissertação de doutoramento em Teologia.

FELICÍSSIMO, Albino – Capuchinhos (Ordem dos Frades Menores Capuchinhos). In *DICIO-*

## BIBLIOGRAFIA

- DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. 1, p. 288-294.
- FÉLIX, J. M. — *Os nossos seminários*. Vila Nova de Famalicão: Tip. Minerva, 1970.
- FÉLIX, José Maria — *A Acção Católica Portuguesa: nascimento e primeiros passos*. Vila Nova de Famalicão: Grandes Ateliers Gráficos «Minerva», 1937.
- *Fátima e a redenção de Portugal*. Vila Nova de Famalicão: Of. Gráf. Minerva, 1939.
- FELIZARDO, Herländer, pastor — *História dos baptistas em Portugal*. Lisboa: Centro Baptista de Publicações, 1995.
- FERNANDES, António Teixeira — *Formas de vida religiosa nas sociedades contemporâneas*. Oeiras: Celta, 2001.
- *O confronto de ideologias na segunda década do século XX: à volta de Fátima*. Porto: Afrontamento, 1999.
- *Relações entre a Igreja e o Estado no Estado Novo e no pós 25 de Abril de 1974*. Porto: ed. do autor, 2001.
- FERNANDES, Domingos da Apresentação — *Paróquia: comunidade missionária*. Lisboa: Junta Central da Acção Católica Portuguesa, 1951.
- FERNANDES, Joaquim — *Ovnis, objectos voadores não identificados*. In *PORTUGAL misterioso*. Lisboa: Selecções do Reader's Digest, 1998, p. 139-175.
- FERNANDES, Joaquim, ver ARMADA, Fina d'.
- FERNANDES, Maria Eugénia Matos — *Século e clausura no Mosteiro de Santa Clara no Porto em meados do século XIX*. *Revista de História*. 13 (1995) 139-177.
- FERREIRA, António Matos — *A Acção Católica: questões em torno da organização e da autonomia da acção da Igreja Católica (1933-1958)*. In *COLÓQUIO SOBRE O ESTADO NOVO: DAS ORIGENS AO FIM DA AUTARCIA 1926-1959*, Lisboa, 1986 — *O Estado Novo: das origens ao fim da autarcia (1926-1959)*. Lisboa: Fragmentos, 1987, vol. 2, p. 281-302.
- *A Igreja na Monarquia Constitucional: o comportamento da Igreja em face da liquidação do Antigo Regime*. In *HISTÓRIA contemporânea de Portugal: das invasões francesas aos nossos dias*. Dir. João Medina. Camarate: Amigos do Livro; Multilar, D. L. 1990, vol. 1, p. 273-292.
- *A questão religiosa: um aspecto das relações Igreja-Estado no Portugal oitocentista*. *Estudos Contemporâneos*. 4 (1982) 113-135.
- *Acção Católica; Acordo Missionário; Catolicismo; Clero; Francisco Rodrigues da Cruz; Dioceses; Jesuítas; Protestantismo*. In *DICIONÁRIO de História de Portugal: Suplemento*. Dir. António Barreto; Maria Filomena Mónica. Porto: Figueirinhas, 1999-2000, vol. 7, p. 25-31; vol. 7, p. 39-41; vol. 7, p. 257-269; vol. 7, p. 337-341; vol. 7, p. 473-475; vol. 7, p. 529-531; vol. 8, p. 304-306; vol. 9, p. 191-197.
- *Anticlericalismo; Congreganismo; Economia: Época Contemporânea; Espiritualidade: Época Contemporânea; Heterodoxia: Séculos XIX-XX; Laicidade; Liberalismo; Secularização*. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001, vol. 1, p. 79-82; vol. 1, p. 488-490; vol. 4, p. 374-379; vol. 4, p. 382-388; vol. 4, p. 400-405; vol. 3, p. 58-65; vol. 4, p. 428-441; vol. 4, p. 195-202.
- *Aspectos da acção da Igreja no contexto da I República*. In *HISTÓRIA Contemporânea de Portugal: das invasões francesas aos nossos dias*. Coord. João Medina. Camarate: Amigos do Livro; Multilar, 1985, vol. 1, p. 207-218.
- *Correntes cristãs na definição do espaço colonial português*. In BETHENCOURT, FRANCISCO; CHAUDHURI, Kirti, dir. — *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, vol. 4, p. 425-443.
- *Cristianismo e espaço ultramarino: Igrejas e correntes religiosas em face do império e da descolonização*. In BETHENCOURT, FRANCISCO; CHAUDHURI, Kirti — *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1999, vol. 5, p. 384-441.
- *La Península Ibérique*. In *HISTOIRE du Christianisme des origines à nos jours*: vol. 12: *Guerres mondiales et totalitarismes (1914-1958)*. Dir. Jean-Marie Mayeur [et al.]. Paris: Desclée; Fayard, 1990, p. 402-450.
- *La Révolution Française et le développement du Catholicisme au Portugal: quelques questions et perspectives*. In *LA RÉVOLUTION FRANÇAISE vue par les portugais*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 1990, p. 101-120.
- *L'Espagne et le Portugal*. In *HISTOIRE du Christianisme*: vol. 11: *Libéralisme, industrialisation, expansion européenne (1830-1914)*. Coord. Jacques Gadille; Jean-Marie Mayeur. Paris: Desclée, 1995, deuxième partie: chapitre VII, p. 279-298; quatrième partie: chapitre VII, p. 637-657.
- *Perspectivas sobre o catolicismo em Portugal contemporâneo (1820-1958)*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1988. Texto mimeografado.
- *Plano de Acção Pastoral do Patriarcado de Lisboa 20 anos depois: alguns comentários de natureza histórica e teológica*. *Brotéria*. 144: 2 (1997) 233-237.
- *Portugal. C. Le Catholicisme aux 19<sup>ème</sup> et 20<sup>ème</sup> siècles*. In *DICIONNAIRE de Spiritualité*. Paris: Beauchesne, 1986, vol. 12, col. 1973-1985.
- *Que Acção Católica na Europa do futuro? In ENCONTRO NACIONAL DA ACI: EUROPA — CULTURA E EVANGELIZAÇÃO, Fátima: 15-16 de Abril de 1989 — [Actas]*. Lisboa: ACI, [1989].
- *Questions autour de la répercussion au Portugal (1891-1911) de l'encyclique «Rerum Novarum»*. In *COLLOQUE INTERNATIONAL ORGANISÉ PAR L'ÉCOLE FRANÇAISE DE ROME ET LE GRECO N.º 2 du CNRS, Rome, 18-20 avril 1991 — Actes*. Rome, p. 443-464.
- *Religião e relações internacionais: o catolicismo português*. Uma abordagem historiográfica. *Política Internacional*. 21 (2000) 163-193.
- *Religião, Cristianismo, Jesus*. In *DICIONÁRIO de Eça de Queiroz*. Org. A. Campos de Matos. Lisboa: Editorial Caminho, 1993, p. 815-829.

## BIBLIOGRAFIA

- Repercussões do «Ultimatum» no meio católico: notas acerca do nacionalismo católico. *Lusitania Sacra*. 6 (1994) 31-45.
- FERREIRA, António Matos; FONTES, Paulo F. de Oliveira – Acção Católica Portuguesa. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. 1, p. 9-19.
- FERREIRA, Ernesto – 75 anos de existência da Igreja Adventista em Portugal. *Revista Adventista*. 40: 394 (Julho 1979) 15-21.
- *A Igreja Adventista do Sétimo Dia em Portugal*. [S.l.: s.n.], 1997. Texto mimeografado.
- A primeira visita conhecida de um obreiro adventista a Portugal. *Revista Adventista*. 40: 394 (Jul. 1979) 4-5.
- *O ministério da saúde na história da Igreja Adventista*. [S.l.: s.n.], 1997. Texto mimeografado. Comunicação a profissionais de saúde adventistas.
- FERREIRA, Guilherme Luís Santos – *A Bíblia em Portugal: apontamentos para uma monografia, 1495-1850*. Lisboa: Livraria Evangélica, 1906.
- FERREIRA, J. A. – *História abreviada do Seminário Conciliar de Braga e das escolas eclesiásticas precedentes: séc. 17-séc. XX*. Braga, 1937.
- *Notas biográficas do ex.<sup>mo</sup> Senhor D. Manuel Vieira de Matos*. Famalicão: [s.n.], 1927.
- FERREIRA, Januário Torgal Mendes, bispo – A Igreja Católica no advento da democracia. In *CURSO LIVRE DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA*, 1, Lisboa, 23-28 de Novembro de 1998 – *Portugal e a transição para a democracia: 1974-1976*. Coord. científica Fernando Rosas. Lisboa: Colibri; Fundação Mário Soares; Instituto de História Contemporânea da FCSH-UNL, 1999, p. 241-250.
- FERREIRA, José Augusto – *Memórias para a história d'um scisma (1832-1842)*. Braga: Cruz & C.<sup>a</sup> Editores, 1916.
- FERREIRA, José Maria Cabral, SJ – Uma perigosa lembrança: breve leitura da presença e evolução das ordens religiosas na primeira metade do século XX. In MARUJO, António – *Vidas de Deus na terra dos homens*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1999, p. 17-41.
- FERREIRA, José Medeiros, coord. – Portugal em transe. In MATTOSO, José, dir. – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, vol. 8.
- FERREIRA, José Medeiros; REZOLA, Maria Inácia – Igreja, política e religião. In MATTOSO, José – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, vol. 8, p. 260-271.
- FERREIRA, Manuel Cavaleiro – O pensamento político-social do cardeal Cerejeira. *Lusitania Sacra*. 2 (1990) 69-87.
- FERREIRA, Manuel de Pinho – A Igreja e a comunidade política na obra de D. António Ferreira Gomes. *Humanística e Teologia*. 12 (1991) 263-281.
- Dom António Ferreira Gomes e a sociedade portuguesa do pós-25 de Abril. *Humanística e Teologia*. 6 (1986) 175-197.
- FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo – Formas de mobilização popular no liberalismo: o «cisma dos monacos» e a questão dos enterros nas igrejas. In *O LIBERALISMO na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1982, vol. 2, p. 161-168.
- FERREIRA, Matos, irmão, comp. – *A liturgia maçónica: rituais de templo; instalação de loja; instalação de oficiais; adopção de Louton; banquete maçónico*. Lisboa: Tipografia Moderna, 1913.
- FERREIRA, Nuno Estêvão – *Da secularização à laicidade na sociedade portuguesa: a sociologia religiosa e o Secretariado de Informação Religiosa (1959-1970)*. Lisboa: ISCTE – Secção Autónoma de História. Dissertação de mestrado. Texto mimeografado.
- O Tempo e o Modo. *Revista de Pensamento e Acção* (1963-1967): repercussões eclesiológicas de uma cultura de diálogo. *Lusitania Sacra*. 6 (1994) 129-294.
- Pastoral; Sociologia religiosa. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, vol. 3, p. 385-393; vol. 4, p. 255-260.
- FERREIRA, Silvestre Pinheiro – *Preleções filosóficas sobre a teoria do discurso e da linguagem, a estética, a dicção e a cosmologia*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1996. 1.<sup>a</sup> ed. 1813.
- FIEVEZ, Marguerite; MEERT, Jacques; AUBERT, Roger – *Cardijn*. Lisboa; Porto: EDOC, 1982.
- FIGUEIRA, Maria Fernanda Reis – A Faculdade de Teologia perante o materialismo (1861-1905). *Revista de História das Ideias*. Coimbra. 1 (1977) 205-235.
- FIGUEIREDO, Antero de – *Fátima: graças, segredos, mistérios*. 4.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Livraria Bertrand, 1938.
- FILIFE, Nuno – *Teresa de Saldanha: uma vida para os outros*. Lisboa: Irmãs Dominicanas de Santa Catarina de Sena, 1990.
- FINKE, Roger – The consequences of religious competition: supply-side explanations for religious change. In *RATIONAL choice theory and religion: summary and assessment*. Ed. Lawrence A. Young. London; New York: Routledge, 1997, p. 46-65.
- FLOR de Lis: 1925-2000*. CD-Rom ed. Corpo Nacional de Escutas.
- FONSECA, Álvaro Augusto Dimiz da – *Catolicismo social e democracia cristã*. Compil., pref. e notas de J. Pinharanda Gomes. Guarda: Liga dos Servos de Deus, 1989.
- FONSECA, Carlos da – O operariado e a Igreja militante (Da Rerum Novarum à implantação da República). In *HISTÓRIA do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal*. Mem Martins: Edições Europa-América, [1984], vol. 3.
- FONSECA, Carlos Dinis da – *História e actualidade das Misericórdias*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1996.
- FONTES, António Lourenço – *Padre Domingos Barroso*. Montalegre: Câmara Municipal, 1991.
- FONTES, Paulo F. de Oliveira – A Acção Católica Portuguesa (1933-1974) e a presença da Igreja em Portugal. *Lusitania Sacra*. 6 (1994) 61-100.
- A Acção Católica Portuguesa e a problemática missionária (1940-1974). In CONGRESSO IN-

## BIBLIOGRAFIA

- TERNACIONAL DE HISTÓRIA. MISSIONAÇÃO PORTUGUESA E ENCONTRO DE CULTURAS – *Actas*. Braga: Universidade Católica Portuguesa; Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Fundação Evangelização e Culturas, 1993, vol. 1, p. 411-451.
- A doutrina social da Igreja numa perspectiva histórica. In *QUESTÕES SOCIAIS, desenvolvimento e política: curso de doutrina social da Igreja*. Ed. Centro de Estudos Sócio-Pastorais. Lisboa: Universidade Católica Editora, 1994, p. 65-96.
- As organizações de juventude e o movimento católico no século xx em Portugal. *História*. 31 (1997) 16-29.
- As organizações estudantis católicas e a crise académica de 1956-1957. In CONGRESSO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE. 7.º CENTENÁRIO, Coimbra, 5-9 de Março de 1990 – *Actas: Universidade(s). História. Memória. Perspectivas*. Coimbra: Comissão Organizadora do Congresso de História da Universidade, 1991, vol. 5, p. 457-480.
- Catolicismo social; Conferência Episcopal Portuguesa; Conferências Vicentinas; Cursilhos de Cristandade; Escutismo; Imprensa católica; Legião de Maria; Liga Eucarística; Meios de comunicação social; Movimentos eclesiais contemporâneos; Semanas Sociais. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001, vol. 1, p. 310-324; vol. 1, p. 439-441; vol. 1, p. 442-445; vol. 2, p. 40-41; vol. 2, p. 168-172; vol. 2, p. 423-429; vol. 3, p. 72-74; vol. 3, p. 86; vol. 3, p. 182-192; vol. 4, p. 459-470; vol. 4, p. 214-218.
- D. António Ferreira Gomes e o movimento católico do pós-guerra: da questão social à questão política. In SIMPÓSIO «PROFECIA E LIBERDADE EM D. ANTÓNIO FERREIRA GOMES», Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 30 de Setembro a 2 de Outubro de 1998 – *Actas*. Lisboa: Ajuda à Igreja Que Sofre, 2000, p. 79-117.
- *Fátima e o movimento católico em Portugal no século xx*. Comunicação apresentada ao Congresso Internacional sobre Fátima, em 1997. Texto mimeografado, a publicar.
- Imprensa Católica; Juventude Escolar Católica / Feminina; Juventude Operária Católica / Feminina; Juventude Universitária Católica / Feminina; Ordens Religiosas; Religião [Prática religiosa]. In *DICIONÁRIO de História de Portugal: Suplemento*. Dir. António Barreto; Maria Filomena Mónica. Porto: Figueirinhas, 1999-2000, vol. 8, p. 247-251; vol. 8, p. 341-350; vol. 8, p. 649-654; vol. 9, p. 235-238.
- Jovens, menos jovens e a educação das novas gerações: algumas notas sobre a condição juvenil. *Communio: Revista Internacional Católica*. 13: 6 (1995) 503-514.
- O CADC na vida da Igreja católica e da sociedade portuguesa nos anos 50. In CONGRESSO «O CADC: VIDA DA IGREJA E DA SOCIEDADE PORTUGUESA», Coimbra, 17-18 de Março de 2001 – *Actas*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2001, p. 125-143.
- Universidade e Estado Novo nos anos 50: a crise académica de 1956-1957 e o movimento estudantil. In *MAIO de 1968: trinta anos depois: Os movimentos estudantis em Portugal*. Coord. Maria Cândida Proença. Lisboa: Edições Colibri; Instituto de História Contemporânea – UNL, 1999, p. 139-170.
- FONTINHA, Maria Inês – As vítimas da prostituição. In JORNADAS DE REFLEXÃO «CONTRA A EXCLUSÃO SOCIAL, UMA CULTURA DE SOLIDARIEDADE», Lisboa, 20 a 22 de Outubro 2001 – [*Actas*]. Lisboa: Ajuda à Igreja Que Sofre; Braga: AO, 2001, p. 117-125.
- FRADES (Os) julgados no tribunal da razão. Obra posthuma de Fr. Doutor Conimbricense. Lisboa: Imprensa Régia, 1814.
- FRANÇA, José-Augusto – *O romantismo em Portugal: estudo de factos socioculturais*. Lisboa: Livros Horizonte, 1993.
- FRANÇA, Luís de – *Comportamento religioso da população portuguesa*. Lisboa: Moraes; Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1981.
- FRANÇA, Luís de, coord. – *Valores europeus, identidade cultural*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1993.
- FRANCO, António Luciano de Sousa – A Igreja e o poder: 1974-1987. In COELHO, Mário B., coord. – *O sistema político e constitucional 1974-1987*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1989, p. 403-425.
- *A população de Portugal: notas para um estudo da estrutura demográfica portuguesa*. Lisboa: 1969.
- O cardeal Cerejeira e os leigos. *Lusitania Sacra*. 2 (1990) 147-168.
- Universidade Católica Portuguesa. In *DICIONÁRIO de História de Portugal: Suplemento*. Dir. António Barreto; Maria Filomena Mónica. Porto: Figueirinhas, 2000, vol. 9, p. 558-559.
- FRANCO, Graça – *A censura à imprensa (1820-1974)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, D.L. 1993.
- FRANCO, José Eduardo – Baptistas; Claretianos; Combonianos; Congregação dos Sagrados Corações; Congregações religiosas masculinas; Consolatinos; Dehonianos; Ensino: Época Contemporânea (de 1910 até à actualidade); Lassalistas; Marianos; Maristas; Missionários da Boa Nova; Monfortinos; Passionistas; Paulistas; Profetismo; Redentoristas; Scalabrinianos; Vicentinos. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001, vol. 1, p. 181; vol. 1, p. 351-353; vol. 1, p. 404-405; vol. 1, p. 475-476; vol. 1, p. 482-488; vol. 2, p. 8-9; vol. 2, p. 42-43; vol. 2, p. 127-129; vol. 3, p. 66-67; vol. 3, p. 173-174; vol. 3, p. 174; vol. 3, p. 204-205; vol. 3, p. 258-259; vol. 3, p. 385; vol. 3, p. 416-417; vol. 4, p. 72-75; vol. 4, p. 95-96; vol. 4, p. 190-191; vol. 4, p. 340-341.
- *Brotar educação: história da Brotéria e da evolução do seu pensamento pedagógico (1902-1996)*. Lisboa: Roma Editora, 1999.
- FRANCO, José Eduardo; REIS, Bruno Cardoso – *Vieira na literatura antijesuítica (séculos XVIII-XX)*. Pref. António Matos Ferreira. Lisboa: Roma ed.; Fundação Maria Manuela e Vasco de Albuquerque d'Orey, 1997.

## BIBLIOGRAFIA

- FRANCO, Manuela – Judeus em Portugal. In *DICIONÁRIO de História de Portugal: Suplemento*. Dir. António Barreto; Maria Filomena Mónica. Porto: Figueirinhas, 2000, vol. 8, p. 314-324.
- FREIRE, José Geraldes – *Resistência católica ao salazarismo-marcelismo*. Carta-pref. D. António Ferreira Gomes. Porto: Telos, 1976.
- FREITAS, Senna – *A alta educação do padre*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1909.
- GALLAGHER, Tom – Portugal. In BUCHANAN, Tom; CONWAY, Martin – *Political catholicism in Europe: 1918-1965*. Oxford: Clarendon Press, 1996, p. 129-155.
- GAMEIRO, José – Uma nova visão da família e do casamento. In *PORTUGAL contemporâneo*. Dir. António Reis. Lisboa: Alfa, cop. 1990, p. 357-366.
- GARCIA, Maria Antonieta – *Os judeus de Belmonte: os caminhos da memória*. Lisboa: Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões da UNL, 1993.
- GASPAR, João Gonçalves – *A diocese de Aveiro: subsídios para a sua história*. Aveiro: Cúria diocesana de Aveiro, [1964].
- GEDOC [Grupo de Estudos e Intercâmbio de Documentos] – *Problemas da relação Igreja-Estado em Portugal*. Lisboa, 1970.
- GOMES, Adelino – Rádio Renascença. In *Dicionário de História de Portugal: Suplemento*. Dir. António Barreto e Maria Filomena Mónica. Porto: Figueirinhas, 2000, vol. 9, p. 203-204.
- GOMES, António Ferreira, bispo – *Antologia do seu pensamento*. Selecção de textos e notas de Arnaldo de Pinho. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1990. 3 vol.
- *Carta ao cardeal Cerejeira: 16 de Julho de 1968*. Introd. e notas de José Barreto. Lisboa: D. Quixote, 1996.
- *Cartas ao Papa sobre alguns problemas do nosso tempo eclesial pelo bispo resignatário do Porto*. Porto: Figueirinhas, [D.L. 1986].
- *Endireitai as veredas do Senhor!: Alguns documentos pastorais do bispo do Porto, desde 1952 até Janeiro de 1959*. Porto: Figueirinhas, 1970.
- *Escritos pastorais de Portalegre (1948-1952)*. Apresentação de José Geraldes Freire. Porto: Fundação Spes, 2001.
- *Homilias da paz (1970-1982)*. Apres. Manuel Linda; índices de Carlos A. Moreira Azevedo. Porto: Fundação Spes, 1997.
- *Ministério sacerdotal e sua renovação: considerações actuais dirigidas ao clero e Igreja do Porto*. Porto: Telos, 1973.
- *Pareceu ao Espírito Santo... E a nós?!*. Porto: Fundação Spes, 2000.
- GOMES, F. Soares – Tensões Igreja-Estado em Portugal (Documentos vaticanos por ocasião do Dogma da Imaculada). *Brotéria*. 100 (1975) 291-305.
- GOMES, Henrique de Barros – *Convicções: estudos e leituras*. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira, 1896.
- GOMES, J. Pinharanda – *A cidade nova: reflexões sobre religião e sociedade*. Lisboa: Fundação Lusíada, 1999.
- *A imprensa da Guarda: subsídios*. Braga: Pax, 1983.
- A recepção da encíclica «Rerum Novarum» em Portugal (1891-1900). *Humanística e Teologia*. 12 (1991) 203-261.
- A renovação escolástica (1879-1967). *Itinerarium*. 145 (1993) 3-32.
- *Alvaro Diniz da Fonseca: catolicismo social e democracia cristã*. Guarda: Liga dos Servos de Jesus, 1989.
- *As duas cidades: estudos sobre o movimento social cristão em Portugal*. Pref. D. Maurílio de Gouveia. Lisboa: Multinova, 1990.
- Ciência; Congressos; Igreja; Laicado: Época Contemporânea; Neotomismo; Semanas de Teologia; Sinodos diocesanos: Época Contemporânea. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001, vol. 1, p. 339-343; vol. 1, p. 491-496; vol. 2, p. 381-388; vol. 3, p. 51-58; vol. 3, p. 304-306; vol. 4, p. 218-220; vol. 4, p. 247-252.
- Confrarias, Misericórdias, Ordens Terceiras, obras pias e outras associações de fiéis em Portugal nos séculos XIX e XX: bibliografia institucional (contributo). *Lusitania Sacra*. 8-9 (1996-1997) 611-648.
- *D. Manuel Mendes da Conceição Santos: vice-reitor do Seminário da Guarda (1905-1916) e bispo de Portalegre (1916-1920)*. Évora: [s.n.], 1996.
- *História da diocese da Guarda*. Braga: Pax, 1981.
- *Jacques Maritain e o pensamento político português*. Sep. de *Democracia e Liberdade*. Lisboa, 1982.
- *O pensamento teológico contemporâneo em Portugal*. Braga, 1991. Sep. revista *Theologica*.
- *O Servo de Jesus Alberto Diniz da Fonseca (1884-1962)*. Pref. P. Geada Pinto. Guarda: Liga dos Servos de Jesus, 1988.
- *Os congressos católicos em Portugal: subsídios para história da cultura católica portuguesa contemporânea (1870-1980)*. Lisboa: Secretariado Nacional para o Apostolado dos Leigos, 1984.
- *Piedade eclesial, piedade popular*. Lisboa. Separata de *Laykos*, 1980.
- Política e acção social cristãs em Portugal (1830-1980). *Democracia e Liberdade*. 37-38 (1986) 99-156. Republicado, em duas partes, na colectânea de textos do mesmo autor *As duas cidades: estudos sobre o movimento social cristão em Portugal*. Pref. D. Maurílio de Gouveia. Lisboa: Multinova, 1990, p. 35-81.
- *Santa Teresinha do Menino Jesus na devoção portuguesa*. Lisboa: Paulinas, 1998.
- GOMES, J. Pinharanda, coord. – *Correspondência entre o Carmelo de Lisieux e D. Manuel Mendes da Conceição Santos, arcebispo de Évora (1923-1954)*. Lisboa: Paulinas; Évora: Vice-Postulação da Causa de Canonização do Servo de Deus D. Manuel Mendes da Conceição Santos, 2000.

## BIBLIOGRAFIA

- GOMES, J. Pinharanda, fixação do texto, pref. e notas – Roberto Guilherme Woodhouse (1828-1876): Resposta aos detractores e mofadores da religião e dos seus ministros. *Lusitania Sacra*. 1 (1989) 149-177.
- GONÇALVES, A. Avelino – *A educação da juventude pelo escutismo*. Coimbra, 1977.
- GONÇALVES, Avelino – *Dez anos de Acção Católica*. Lisboa: [s.n.], 1945.
- GONÇALVES, Eduardo C. Cordeiro – *O Círculo Católico Operário do Porto e o catolicismo social em Portugal (1898-1910)*. Porto: Círculo Católico Operário do Porto, 1998.
- *A Associação Católica do Porto há 125 anos: contributo para a sua história*. Porto: Associação Católica do Porto, 1997.
- GONÇALVES, Nuno da Silva – Jesuítas (Companhia de Jesus); Padroado. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, vol. 3, p. 21-31; vol. 3, p. 364-368.
- GOUVEIA, Maurílio de, arcebispo – *Os leigos na Igreja e no mundo*. Lisboa: Secretariado Nacional para o Apostolado dos Leigos, 1981.
- GRAÇA, Manuel de Sampayo Pimentel Azevedo – Os últimos dias da Monarquia em Portugal. *Revista de História*. 13 (1995) 179-193.
- GRAINHA, Manoel Borges – *Os jesuítas e as congregações religiosas em Portugal nos últimos trinta anos: A proposito do caso das Trinas*. Porto: Typ. da Empresa Litteraria e Typographica, 1891.
- *Histoire de la franc-maçonnerie en Portugal: 1733-1912*. Lisboa: A Editora Lda., 1913.
- GRANDES (As) questões da história da Igreja em Portugal. Número temático de *Reflexão Cristã*. 53 (1987).
- GRATIDÃO e Justiça. *Homenagem dos discípulos nas «Bodas de Ouro» do mestre Cônego António Ferreira Pinto*. Porto: Seminário de N.ª Sr.ª da Conceição (Sé), 1947.
- GUEDES, Ana Isabel Marques – *Algumas considerações sobre a «questão religiosa» em Portugal (meados do século XIX a início do século XX): o anticlericalismo e o espírito republicano*. Porto: Editorial O Oiro do Dia, 1990.
- GUEDES, Fernando – *Fátima, mundo de esperança: álbum comemorativo do cinquentenário das aparições*. Fotografia de Almeida d'Eça [et al.]. Lisboa: Verbo, 1967.
- GUERRA, M. Santos – *A perseguição aos cristãos evangélicos em Folgosinho*. Lisboa: Imprensa Artística Lda., 1941.
- GUERREIRO, Jacinto Salvador – A diocese de Beja no final do século XIX: a intervenção de D. António Xavier de Sousa Monteiro. *Lusitania Sacra*. 8-9 (1996-1997) 35-169.
- A imprensa católica no século XX em Portugal: apresentação de um projecto. *Lusitania Sacra*. 10 (1998) 383-388.
- GUERREIRO, Jerónimo de Alcântara – *Mons. Aloisi-Masela e o arcebispo de Évora D. Augusto Eduardo Nunes*. Évora, 1968.
- *Guia de imprensa de inspiração cristã em Portugal: 1997*. Lisboa: Associação de Imprensa de Inspiração Cristã, [1996].
- *Guia para o estudo das organizações católicas em Portugal no século XX*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa. No prelo.
- GUICHARD, François [et al.], org. – Des protestantismes en «lusophonie catholique». In *LUSOTOPIE: enjeux contemporains dans les espaces lusophones*. Paris: Éditions Karthala, números de 1998 e 1999. Dossier com comunicações do Colóquio «Protestantismes en lusophonies», Lisboa, Novembro de 1997.
- GUICHARD, François, ver MARQUES, João.
- GUILLERME Braga da Cruz: *um homem para a eternidade: 1916-1977*. Braga: Liv. Cruz, 1981-1985. 2 vol.
- HAYEK, Friedrich A. von – Comte and Hegel. In HAYEK, Friedrich A. von – *The counter-revolution of science: studies on the abuse of reason*. Indianapolis: Liberty Press, 1979, p. 367-400. 1.ª ed. 1952.
- HEMLE, Ervino, SAC – *O padre Cruz: um Vianney português*. Lisboa: Paulistas, 1990.
- HERCULANO, Alexandre – *Opúsculos*. Org. Jorge Custódio e José Manuel Garcia. Lisboa: Editorial Presença, 1982-1987, vol. 1-4.
- *HISTOIRE du Christianisme des origines à nos jours*. Dir. Charles Pietri; André Vauchez; Marc Venard; Jean-Marie Mayeur. Paris: Desclée-Fayard, 1990-. 14 vol.
- *HISTÓRIA (A) nunca pode ser travada: 20 anos do Movimento Católico de Estudantes, 1980-2000*. [Lisboa]: MCE, 2000-2001 2 vol.
- *HISTORIAL e programa das tradicionais festividades em honra de Nossa Senhora da Conceição da Rocha*. Carnaxide, 1988-1989.
- *HOMEM (O) em busca de Deus*. Brooklyn (New York); Cesário Lange (São Paulo): Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados, 1990.
- *HOMENAGEM a A. Sedas Nunes*. Número especial de *Análise Social*. 123-124 (1993); 125-126 (1994). 2 vol. Leiam-se os testemunhos de António Manuel Pinto Barbosa, Manuela Silva, Mário Murteira e Raul da Silva Pereira.
- HORTA, Néelson Pinto, rev. dr. – A sociedade portuguesa reflectida em Encontro Interconfessional. *O Novo Despertar*. 88 (1995) 9 e 19.
- *Pensamento católico e vivência evangélica na personalidade de Diogo Cassels: uma perspectiva teológica*. In SILVA, António Manuel S. P. [et al.] – *Gaia de há cem anos: colóquio comemorativo do centenário da Igreja do Tome*. Vila Nova de Gaia: Junta Paroquial de S. João Evangelista, 1995.
- IANNACCONE, Laurence R. – Rational choice: framework for the scientific study of religion. In *RATIONAL choice theory and religion: summary and assessment*. Ed. Lawrence A. Young. London; New York: Routledge, 1997, p. 26-45.

## BIBLIOGRAFIA

- IGREJA (A) do presente e do futuro: história do Concílio Ecuménico Vaticano II. Pref. D. Manuel Gonçalves Cerejeira; dir. D. António Ribeiro. Lisboa: Estampa, [s.d.].
- IGREJA (A) e a questão social: Encíclicas de Leão XIII, Pio X e Pio XI (texto completo), e outros documentos pontifícios. 3.<sup>a</sup> ed. Lisboa: União Gráfica, 1945.
- IGREJA CATÓLICA. Congregação para a Doutrina da Fé – *A mensagem de Fátima: o segredo*. Lisboa: Paulus, 2000.
- IGREJA CATÓLICA. Papa, 1939-1958 (Pio XII) – Carta encíclica «Saeculo exeunte octavo». *Bro-téria*. 31 (1940) 71-78.
- IGREJA CATÓLICA. Papa, 1978- (João Paulo II) – Discurso no aeroporto de Lisboa. *Lumen*. 52 (1991) 198.
- *Discursos de João Paulo II em Portugal*. Lisboa: Multinova, (1982). Cidade Nova; 4.
- Homília da missa no estádio do Restelo. *Lumen*. 52 (1991) 199 ss.
- IGREJA CATÓLICA. Portugal – *Appêlo do episcopado aos catholicos portugueses*. Guarda: Emp. Veritas, [1913].
- *Instrução pastoral colectiva do episcopado português ao clero e fiéis de Portugal*. Guarda: Emp. Veritas, [1917].
- *Offício do episcopado português ao Presidente da República da sua nação*. Porto: Commercio do Porto, 1918.
- *Pastoral Collectiva do Episcopado Português ao clero e fiéis de Portugal (24 de Dezembro de 1910)*. Guarda: Typographia «Veritas», 1911.
- IGREJA e sociedade no Portugal contemporâneo. Número temático de *Estudos contemporâneos*. 0 (1979).
- IN HONOREM D. José da Cruz Policarpo: patriarca de Lisboa e magno chanceler da Universidade Católica Portuguesa. Número especial da revista *Didaskalia*. 29 (1999).
- INFORMATIONS Catholiques Internationales. Revista francesa de actualidade religiosa, com notícias regulares sobre Portugal, com particular relevância para a década de 60.
- IPOPE [Instituto Português de Opinião Pública e Estudos de Mercado] – *Estudos sobre a liberdade religiosa e a religião em Portugal*. Lisboa: Moraes, 1973.
- IRMÃ Wilson: vida, testemunhos, cartas. Introd. e anot. Abílio Pina Ribeiro. Lisboa: Congrega-ção das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, 1989.
- IRMÃS (As) da Caridade ou a questão do momento. Lisboa: Typ. de Joaquim Germano de Sousa Neves, 1858.
- ITURRA, Raul – *A religião como teoria da reprodução social: ensaios de antropologia social sobre religião, pecado, celibato e casamento*. Lisboa: Escher, 1991, p. 19-34.
- JESUS, Quirino Avelino de – As missões africanas. *Portugal em África*. 6 (1899) 1-4.
- *As ordens religiosas e as missões ultramarinas*. Lisboa: Typographia da Casa Catholica, 1893.
- JORGE, Ana Maria C. M. – Episcopologio. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. 2, p. 131-146.
- Literatura e religião nas Conferências do Casino: as conferências de Augusto Soromenho e Eça de Queirós. *Lusitania Sacra*. 1 (1989) 121-148.
- JORGE, Ana Maria C. M.; NUNES, Elisabete – A questão da «Voz de Santo António»: alguns elementos para o seu estudo (1908-1910). *Reflexão Cristã*. 68 (1990) 27-65.
- JORNADAS DE REFLEXÃO CONTRA A EXCLUSÃO SOCIAL: UMA CULTURA DE SOLIDARIEDADE, Lisboa, 20-22 de Outubro de 2000 – [Actas]. Lisboa: Ajuda à Igreja Que Sofre; Braga: Apostolado de Oração, 2001.
- JORNADAS DIOCESANAS DA ACÇÃO CATÓLICA, Porto, 2-3 de Fevereiro 1980 – *Jornadas de estudo sobre a Acção Católica*. [Porto: Imp. Cooperativa Metanoia, s.d.].
- JOVENS (Os) portugueses e a religião. Dossier in *Análise Social*. 86 (1985) 245-388. Inclui textos de Luís de França, M. L. Marinho Antunes, Luísa Braula Reis e José Machado Pais.
- JOVENS na agricultura: Que futuro?. [S.l.: JARC, imp. 1977].
- JÚLIO, Maria Joaquina Nobre – *O discurso de Vergílio Ferreira como questionação de Deus (ensaio interdisciplinar)*. Lisboa: Edições Colibri, 1996. Colecção Autores Portugueses; 5.
- LAGES, Mário – Elementos para uma tipologia sociológica do cristianismo português. *Ora et Labora*. 3 (1965) 200-231.
- Minority religious groups in Portugal. Lisboa: [s.n.], 1997. Texto mimeografado.
- Seitas. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, vol. 4, p. 202-214.
- Testemunhas de Jeová. In *DICIONÁRIO de História de Portugal: Suplemento*. Dir. António Barreto; Maria Filomena Mónica. Porto: Figueirinhas, 2000, vol. 9, p. 513-514.
- LAIKOS: Boletim do Secretariado Nacional do Apostolado dos Leigos. 1:1 (1976) – 8:2 (1985).
- LAPA, José – Conferência Nacional dos Institutos Religiosos (CNIR). In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. 1, p. 441-442.
- LEAL, Cunha – *Textos antológicos de Cunha Leal*. Preâmbulo de David Mourão Ferreira. Lisboa: Cosmos, 1991.
- LEAL, Ernesto Castro – *António Ferro: espaço político e imaginário social (1918-1932)*. Lisboa: Edi-ções Cosmos, 1994.
- Cruzada Nuno Álvares (1918-1938). In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. 2, p. 38-39.
- Nação e nacionalismos: a Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938). Lisboa: Cosmos, 1999. Dissertação de doutoramento.
- Quirino Avelino de Jesus, um católico «pragmático»: notas para o estudo crítico da relação existente entre publicismo e política (1894-1926). *Lusitania Sacra*. 6 (1994) 355-389.

## BIBLIOGRAFIA

- Tópicos sobre os nacionalismos críticos do demoliberalismo republicano: moral, religião e política. In *HISTÓRIA do pensamento filosófico português*. Dir. Pedro Calafate. Lisboa: Caminho, 2000, vol. 5, tomo 2, p. 135-160.
- LEAL, João — *As festas do Espírito Santo nos Açores: um estudo de antropologia social*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1994.
- LEAL, Maria Joana Mendes — *O «santo» padre Cruz*. 7.<sup>a</sup> ed. melhorada. Braga: AO, 1991.
- LEANDRO, Maria Engrácia — Migrações (Pastoral das). In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, vol. 3, p. 197-200.
- LEI do Divórcio. *Diário do Governo*, 4 de Novembro de 1910. 7.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1943.
- LEITE, António [et al.] — *A Concordata de 1940: Portugal-Santa Sé: Jornadas de Estudo nos 50 anos da Concordata: Publicação em homenagem ao padre António Leite*, SJ. Lisboa: Didaskalia, 1993.
- LEITE, António, SJ — A concordata e o seu valor jurídico. *Brotéria*. 50: 6 (1950) 697-711.
- Comentário ao protocolo adicional à Concordata entre a Santa Sé e Portugal sobre o casamento canónico. *Revista Española de Derecho Canonico*. 32 (1976) 77-84; 483-500.
- Concílio Plenário Português; Concordatas; Divórcio. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. 1, p. 418-419; vol. 1, p. 423-429; vol. 2, p. 79-81.
- *Concordata, sim ou não?*. Coimbra: Casa do Castelo, 1961.
- In memoriam padre Domingos Maurício (1896-1978). *Brotéria*. 106 (1978) 214-225.
- O «Syllabus». *Brotéria*. 79: 6 (1961) 513-526.
- LEITE, Fernando, SJ — *História do Sameiro*. Braga: Confraria de Nossa Senhora do Sameiro, 1964.
- LEITE, Serafim — As missões católicas no direito público português. *Brotéria*. 12 (1931) 137-146.
- O Padroado e a expansão portuguesa no Oriente. *Brotéria*. 13 (1931) 69-81.
- LEMO, J.[oão] de, colligidas — *Os Frades: defeza, justificação, e apologia insuspeitissimas*. 3.<sup>a</sup> ed. Guimarães: Centro de Propaganda Catholica em Portugal, 1884. 1.<sup>a</sup> ed., 1883[?].
- LIBERALISMO (O) na Península Ibérica na primeira metade do século XIX. Lisboa: Sá da Costa, 1982. 2 vol.
- LIBERDADE religiosa: realidade e perspectivas. Lisboa: Centro de Estudos de Direito Canónico — Universidade Católica Portuguesa, 1998. Lusitania Canonica; 4.
- LICHNOWSKY, Felix — *Portugal: recordações do ano de 1842*. Lisboa: Ática, 1946.
- LIMA, A. Carlos — *Aspectos da liberdade religiosa: o caso do bispo da Beira: peças de um processo*. Lisboa, 1970.
- LIMA, José da Silva — «Deus, não tenho nada contra...»: socialidades e eclesialidade no destino do Alto-Minho. Porto: Universidade Católica Portuguesa; Fundação Eng. António de Almeida, 1994.
- A morte da religiosidade popular. *Communio: Revista Internacional Católica*. 7 (1990) 159-172.
- As devoções marianas no Norte de Portugal: perspectiva antropológica. In SEMANAS DE ESTUDOS TEOLÓGICOS DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, 8 a 12 de Fevereiro de 1988 — *Maria nos caminhos da Igreja*. Lisboa: Verbo, 1991, p. 173-183.
- Etnografia religiosa; Festas; Peregrinações (antropologia e teologia); Religiosidade popular. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001, vol. 2, p. 199-210; vol. 2, p. 251-263; vol. 3, p. 429-436; vol. 4, p. 107-120.
- LINDA, Manuel da Silva Rodrigues — *Andragogia política em D. António Ferreira Gomes*. Porto: Fundação Spes, 1999.
- LIPPERS, Artur, SS.CC. — *Mensageiros do Amor. Padres dos Sagrados Corações (1931-1981): Portugal*. Lisboa, [1981].
- LISBOA, Augusto da Piedade — *Causas da decadência do catholicismo em Portugal*. Lisboa: Tip. Universal, 1915. 3 opúsculos.
- LIVRO de Actas da equipa de apoio ao Movimento Afrís*. Manuscrito do Arquivo da Província Portuguesa da Companhia de Jesus, Lisboa.
- LOPES, António — Apostolado da Oração. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. 1, p. 102-103.
- LOPES, Francisco — *Pé. Joaquim Alves Correia: ao serviço do Evangelho e da democracia*. Pref. Manuel Braga da Cruz. Lisboa: Rei dos Livros, 1996. Com dois textos inéditos: «Meditações de um sacristão» e «O grande escândalo dos cristãos».
- LOPES, Policarpo — *Significations de Fátima dans une situation d'émigration*. Albufeira: Poseidon, 1992.
- LOUREIRO, João Evangelista — *L'Obra da Rua et l'éducation des enfants privés de milieu éducatif*. Lisboa: INIC, 1978;
- *O escutismo e o método pedagógico de Baden Powell*. Lourenço Marques: Junta Regional de Lourenço Marques do CNE, [1968].
- *Subsídios para o estudo do pensamento pedagógico do Padre Américo*. Paço de Sousa: Tipografia da Casa do Gaiato, 1963.
- LOURENÇO, António de Jesus, O. Carm. — Restauração do Carmo português. *Carmelo Lusitano*. 1 (1983) 9-53.
- LOURENÇO, Eduardo — *Heterodoxia*. Coimbra: Coimbra Editora, 1949, vol. 1.
- *O labirinto da saudade: psicanálise mítica do destino português*. Lisboa: Pub. D. Quixote, 1982. 1.<sup>a</sup> ed. 1978.
- LOURENÇO, Joaquim Maria — *Situação jurídica da Igreja em Portugal*. Lisboa, 1943. 2.<sup>a</sup> ed., Coimbra, 1945.
- LOURO, Henrique da Silva — Fontes bibliográficas para a história da arquidiocese de Évora. *Igreja Eboense*. 13 (1989) 173-185; 14 (1990) 151-158.

## BIBLIOGRAFIA

- *O culto de Nossa Senhora e dos santos na arquidiocese de Évora*. Évora, 1967.
- LUIZA Andaluz *uma vida que não passa: no centenário do nascimento de Luiza Andaluz, fundadora da Congregação das S.N.S.F.* Lisboa: Litografia Continental, [1977].
- MACEDO, Jorge Borges de — O anticlericalismo em Portugal no século XIX: ensaio de uma perspectiva sociológica. *Communio: Revista Internacional Católica*. 2: 5 (1985) 440-450.
- O tempo do cardeal Cerejeira: quadro de uma acção apostólica e cultural. *Lusitania Sacra*. 2 (1990) 9-20.
- MACEDO, José Adílio de — D. António Barroso, Afonso Costa e a pastoral colectiva. *Lusitania Sacra*. 6 (1994) 327-353.
- MACHADO, Álvaro Manuel — *Les romantismes au Portugal: modèles étrangers et orientations nationales*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian — Centre Culturel Portugais, 1986.
- MACHADO, J. Pinto — O bispo do Porto ao serviço da fé da cultura: ao serviço do homem. *Humanística e Teologia*. 6 (1986) 149-157.
- MACÍAS ALATORRE, R. [et al.] — *Scitas e novos movimentos religiosos: textos da Igreja Católica 1986-1994*. Lisboa: Secretariado Geral do Episcopado; Rei dos Livros, 1996.
- MADEIRA, João — *Os engenheiros de almas: o Partido Comunista e os intelectuais (dos anos trinta a inícios de sessenta)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.
- MAFRA, Luís de Azevedo — Anos 30 a anos 80: o apostolado dos leigos no Patriarcado. *Boletim Diocesano de Pastoral*. 9 (1987) 5-9.
- Breve apanhado da história da elaboração do Plano de Acção Pastoral do Patriarcado — PAP, apresentado à diocese em 15 de Setembro de 1976. *Lusitania Sacra*. 8-9 (1996-1997) 681-707.
- *Lisboa no tempo do cardeal Cerejeira: um testemunho*. Pref. Manuel Clemente. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa — UCP, 1997.
- MAGALHÃES, J. Costa — Álbum portuense (notas várias). *Revista de Metapsicologia: boletim oficial da F.E.P.* 1: 5 (1949) 105-107.
- MANUAL da Sociedade de S. Vicente de Paulo. Pub. Conselho Central das Conferências da Diocese do Porto, com autorização do Sr. D. António, Bispo do Porto. Porto: Typ. Catholica Fonseca & Filho, 1907.
- MANUAL oficial da Legião de Maria. 9.ª ed. em Portugal. Dublin: Concilium Legionis Mariae, imp. 1995.
- MARCADÉ, Jacques — L'Épiscopat portugais et la Révolution Française. *Revista Portuguesa de História*. 23 (1987) 81-109.
- Les Evêques et le sentiment national; l'Épiscopat portugais et l'occupation française (1807-1808). In *L'ÉVÊQUE dans l'Histoire de l'Église*. Angers, 1984, p. 151-164.
- MARÉCHAL, Albert — *A revisão de vida: toda a nossa vida no Evangelho*. Lisboa: Editorial Logos, 1965.
- MARQUES, A. H. de Oliveira — *A Primeira República portuguesa*. 3.ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1980.
- *Afonso Costa*. 2.ª ed. Lisboa, 1975.
- *Bernardino Machado*. Com a colaboração de Fernando Marques da Costa. Lisboa: Edições Montanha, 1978.
- *Dicionário de maçonaria portuguesa*. Lisboa: Editorial Delta, 1986. 2 vol. [Grande Oriente. Vol. 1, col. 678-679; Regularidade. Vol. 2, col. 1213-1215.]
- *História de Portugal*. 3.ª ed. Lisboa: Palas, 1986, vol. 3.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, coord. — *Nova História de Portugal*: vol. II: *Portugal da Monarquia para a República*. Dir. Joel Serrão; A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Editorial Presença, 1991.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, ver também SERRÃO, Joel.
- MARQUES, João Francisco — Oratória sacra ou parenética: Época Contemporânea. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, vol. 4, p. 497-510.
- Reacção da maioria católica face à minoria protestante em Portugal. In SILVA, António Manuel S. P. [et al.] — *Gaia de há cem anos: colóquio comemorativo do centenário da Igreja do Tome*. Vila Nova de Gaia: Junta Paroquial de S. João Evangelista, 1995, p. 159-168.
- MARQUES, João Francisco; GUICHARD, François — Programme de travail sur les minorités religieuses et de pensée au Portugal et notamment le cas du protestantisme. *Lusitania Sacra*. 8-9 (1996-1997) 599-609.
- MARTINS, Alcina Maria de Castro — *Génese, emergência e institucionalização do serviço social português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 1999.
- MARTINS, António — Au Portugal: L'Église après Salazar. *Informations Catholiques Internationales*. 386 (15 juin 1971) 21-29.
- MARTINS, António Manuel — Recepção em Portugal das encíclicas sobre o liberalismo: «Mirari vos», «Quanta cura», «Immortale Dei». *Lusitania Sacra*. 1 (1989) 41-78.
- MARTINS, António Maria — *Fátima: documentos*. Porto, 1976.
- MARTINS, J. P. Oliveira — *Páginas desconhecidas*. Lisboa: Seara Nova, 1948.
- MARTINS, José Vitorino de Pina — Manuel Gonçalves Cerejeira e os estudos humanísticos em Portugal. *Lusitania Sacra*. 2 (1990) 47-68.
- MARTINS, Manuel Tiago Monteiro — *Portugal, a Igreja e o poder: os católicos e a mudança*. Lisboa: FCSH-UNL, 1999. Dissertação de mestrado em Sociologia. Texto mimeografado.
- MARTINS, Moisés de Lemos — *O olho de Deus no discurso salazarista*. Porto: Afrontamento, 1990.
- Verdade e poder no discurso da Igreja. *Ler História*. 14 (1988) 101-116.

## BIBLIOGRAFIA

- MARTINS, Nuno Brás da Silva – *A vida cristã como extensão da encarnação*. Lisboa: Faculdade de Teologia, 1992. Nova Spes; 3.
- MARTINS, Oliveira – *A vida de Nun'Alvares*. 9.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Guimarães Ed., 1984. 1.<sup>a</sup> ed., 1893.
- MARTOCQ, Bernard – *Manuel Laranjeira et son temps (1877-1922)*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian – Centre Culturel Portugais, 1985.
- MARUJO, António – Três bispos: um destino comum. *Communio: Revista Internacional Católica*. 12: 4 (1995) 354-363. Refere-se a D. António Ferreira Gomes, D. Manuel Vieira Pinto e D. Sebastião Soares de Resende.
- *Vidas de Deus na terra dos homens*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1999.
- MATIAS, Augusto José – *Católicos e socialistas em Portugal (1875-1975)*. Pref. Victor Wengorowski. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1989.
- MATOS, Jorge de – A maçonaria em Portugal: história e tradição. In *PORTUGAL misterioso*. Lisboa: Selecções do Reader's Digest, 1998, p. 9-35.
- MATOS, Luís Salgado de – A campanha de imprensa contra o bispo do Porto como instrumento político do governo português (Setembro de 1958-Outubro de 1959). *Análise Social*. 150 (1999) 29-90.
- A Igreja na revolução em Portugal (1974-1982). In BRITO, J. M. Brandão de – *O país em revolução*. Lisboa: Editorial Notícias, 2001, p. 63-131.
- Cardeal Cerejeira: universitário, militante, místico. *Análise Social*. 160 (2001) 803-808.
- D. Manuel Gonçalves Cerejeira. In *DICIONÁRIO de História de Portugal: Suplemento*. Dir. António Barreto; Maria Filomena Mónica. Porto: Figueirinhas, 1999, vol. 7, p. 296-313.
- Os bispos portugueses da Concordata ao 25 de Abril: alguns aspectos. *Análise Social*. 125-126 (1994) 319-383.
- MATOS, Sérgio Campos – D. Afonso Henriques na cultura histórica oitocentista. In CONGRESSO HISTÓRICO DE GUIMARÃES, 2 – *Actas*. Guimarães: Câmara Municipal; Universidade do Minho, [1997], vol. 3, p. 231-248.
- Historiografia: Contemporânea. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. 2, p. 368-374.
- Historiographie et nationalisme au Portugal du XIX<sup>e</sup> siècle. *Storia della Storiografia*. 32 (1997) 61-19.
- O V Centenário Henriquino (1960): Portugal entre a Europa e o Império. In TELO, António José, coord. – *O fim da Segunda Guerra Mundial e os novos rumos da Europa*. Lisboa: Edições Cosmos, 1995, p. 153-169.
- MATOS, Vítor Manuel Pinto Silva – *A primeira vida de Manuel Gonçalves Cerejeira: 1888-1928: A Reconquista*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1998. Tese de mestrado. Texto mimeografado.
- MATTA, José Caeiro – *Condição legal das ordens e congregações religiosas em Portugal desde 1834*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1905.
- MATTOS, A. Pereira de – *Palestras sociaes*. Porto: Typographia Pereira, 1916.
- MATTOS, Luiz de – *Racionalismo Cristão*. 2.<sup>a</sup> ed. portuguesa da 32.<sup>a</sup> ed. brasileira. Porto: Tip. Bloco Gráfico, 1983.
- MATTOSO, José [et al.] – Portugal. In *DICIONNAIRE de spiritualité*. Paris: Beauchesne, 1986, vol. 12, col. 1952-1985.
- MATTOSO, José, dir. – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993-1994, vol. 5 a 8.
- MAURÍCIO, Domingos – Jesuítas. In *VERBO: Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa, 1971, col. 487-515.
- MAYEUR, Jean-Marie – *Catholicisme social et démocratie chrétienne: principes romains, expériences françaises*. Paris: Éd. du Cerf, 1986.
- MCNEILL, William H. – The care and repair of public myth. In MCNEILL, William H. – *Mythistory and other essays*. Chicago: The University of Chicago Press, 1986, p. 23-42.
- MEA, Elvira de Azevedo; STEINHARDT, Inácio – *Ben-Rosh: biografia do capitão Barros Basto, o apóstolo dos marranos*. Porto: Edições Afrontamento, 1997.
- MEDEIROS, Octávio H. Ribeiro de – *A Igreja nos Açores: primeiro quartel do século XX: índices: Boletim Eclesiástico dos Açores (1900-1924)*. Ponta Delgada: Santa Casa da Misericórdia da Povoação, 1997.
- *A Igreja nos Açores: último quartel do século XIX: índices: Boletim Eclesiástico dos Açores (1872-1900)*. Ponta Delgada: Santa Casa da Misericórdia da Povoação, 1996.
- MEDINA, João – *A Geração de 70, uma geração revolucionária e europeísta*. Cascais: Câmara Municipal; Instituto de Cultura e Estudos Sociais, 1999.
- Ideologia e mentalidade do «Estado Novo» salazarista. In *HISTÓRIA do pensamento filosófico português*. Dir. Pedro Calafate. Lisboa: Caminho, 2000, vol. 5, tomo 2, p. 161-194.
- *Morte e transfiguração de Sidónio Pais*. Lisboa: Edições Cosmos, 1994.
- MEDINA, João, dir. – *História contemporânea de Portugal*. Camarate: Amigos do Livro; Multilar, [1986-1990], 7 vol.
- *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*. Alfragide: Ediclube, [1993], vol. 8-14. Reed. actualizada 1998.
- MEMÓRIAS da Imã Lúcia. Compil. padre Luís Kondor, SVD; introd. e notas padre Dr. Joaquim M. Alonso, CMF; padre Dr. Luciano Cristino. 6.<sup>a</sup> ed. Fátima: Vice-Postulação, 1990.
- MEMÓRIAS de Portugal: O milénio português. Coord. geral Roberto Carneiro; coord. científica Artur Teodoro de Matos. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001.
- MENDONÇA, José Tolentino; VALE, Paulo Pires do – Literatura religiosa: Época Contemporânea. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, vol. 3, p. 130-138.

## BIBLIOGRAFIA

- MENSAGENS para a paz: textos de Paulo VI a João Paulo II para a celebração do Dia Mundial da Paz. Prefácio de D. José da Cruz Policarpo. Cascais: Príncipia, 2002.
- MERLE, Marcel, dir. – *Les Églises chrétiennes et la décolonisation*. Paris: A. Colin, 1967. Cahiers de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- MICAEL, Fernando – A Igreja em Portugal hoje. *Igreja e Missão*. 94 (1978) 393-401.
- MIGUEL, Aura – *O segredo que conduz o papa: a experiência de Fátima no pontificado de João Paulo II*. S. João do Estoril: Príncipia, 2000.
- *Rádio Renascença: os trabalhos e os dias (1933-1948)*. Lisboa: IN-CM, 1992.
- MINNERATH, Roland – *L'Église et les États concordataires (1846-1981): la souveraineté spirituelle*. Paris: Cerf, 1983.
- MIRANDA, Jorge – *O constitucionalismo liberal luso-brasileiro*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001.
- MISSÕES de Angola: parecer e proposta da Comissão Africana. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, [s.d.].
- MISSÕES religiosas dos padres seculares portugueses. Publicação comemorativa da reunião missionária efectuada no Colégio de Sernache do Bomjardim, em 31 de Julho e 1, 2 e 3 de Agosto de 1928. Couto de Cucujães: Colégio das Missões, 1929.
- MOITA, Luís – Profetismo e missão. *Igreja e Missão*. 23 (1971) 75-91.
- MÓNICA, Maria Filomena – *Educação e sociedade no Portugal de Salazar*. Lisboa: Presença; G.I.S., 1978.
- *O movimento socialista em Portugal (1875-1935)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda; Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1985.
- *A queda da monarquia: Portugal na viragem do século*. Lisboa: D. Quixote, 1987.
- MONS. Pereira dos Reis: perfil biográfico, antologia de cartas e outros escritos, testemunhos. Lisboa: Comissão Diocesana das Comemorações Centenárias de Mons. Pereira dos Reis e da Paróquia de N.ª S.ª dos Anjos, [D. L. 1980].
- MONTEIRO, Ana Isabel Líbano – Família: Época Contemporânea. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. 2, p. 242-245.
- MONTEIRO, Joaquim – A espiritualidade da Serva de Deus Sílvia Cardoso. *Humanística e Teologia*. 17 (1996) 113-164.
- MONTEIRO, Teresa Líbano – A Igreja Católica e o 25 de Abril. *Communio: Revista Internacional Católica*. 12: 4 (1995) 364-377.
- MORAIS, João; VIOLANTE, Luís – *Contribuição para uma cronologia dos factos económicos e sociais: Portugal, 1926-1985*. Lisboa: Livros Horizonte, 1986.
- MOREIRA, Adriano – Actualidade das missões. *Brotéria*. 71 (1960) 529-538.
- Democracia Cristã. In *DICIONÁRIO de História de Portugal: Suplemento*. Dir. António Barreto; Maria Filomena Mónica. Porto: Figueirinhas, 1999, vol. 7, p. 500-502.
- MOREIRA, António Montes – A criação da Universidade Católica e da Faculdade de Teologia de Lisboa. *Didaskalia*. 1 (1971) 183-198.
- *A liberdade religiosa*. Braga: Ed. Franciscana, 1971.
- Curso de Ciências Religiosas. *Didaskalia*. 6 (1976) 211-219.
- Franciscanos; Universidade Católica Portuguesa. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001, vol. 2, p. 273-280; vol. 4, p. 310-314.
- O cardeal Cerejeira, fundador da Universidade Católica Portuguesa. *Lusitania Sacra*. 2 (1990) 169-221.
- O primeiro triénio da Faculdade de Teologia (1968-1971). *Didaskalia*. 1 (1971) 395-442.
- A restauração da Província Franciscana de Portugal em 1891. *Arquivo Ibero-Americano*. 42: 165-168 (1982) 509-650.
- MOREIRA, António Montes; MATTOSO, José; PINTO, Manuel – *Perspectivas sobre a história da Igreja*. Lisboa: Centro de Reflexão Cristã, [1982]. Cadernos Reflexão Cristã; 4.
- MOREIRA, Eduardo Henriques – *A crise nacional e a solução protestante*. Porto: Tipografia Mendonça, 1910.
- *A situação religiosa de Portugal: conspecto e considerações*. Lisboa: Ed. Portugal Novo, 1935.
- Portugal e o protestantismo. Separata de *O Semeador Baptista*. Leiria. 191 (1943).
- *Vidas convergentes: história breve dos movimentos de reforma cristã em Portugal a partir do século XVIII*. Lisboa: Junta Presbiteriana de Cooperação em Portugal, 1958.
- MORGADO, J., pastor – «Vós sois as minhas testemunhas...». *Revista Adventista*. 60: 568 (1994) 14-19.
- MOURA, Maria Lúcia de Brito – As Doroteias em Portugal (1866-1910): uma difícil implantação. *Lusitania Sacra*. 8-9 (1996-1997) 245-298.
- MULHER das cidades futuras. Coord. Isabel Allegro de Magalhães. Lisboa: Livros Horizonte, 2000. Homenagem a Maria de Lourdes Pintasilgo.
- MULHERES na Igreja: que lugar? que missão?. Número especial de *Reflexão Cristã*. 1 (1995).
- MURRI, Romolo – *Dalla Monarchia alla Repubblica: Lettere portoghesi*. Milano: Fratelli Treves Editori, 1910.
- NADAL, Emília – Maria na iconografia cristã. In SEMANAS DE ESTUDOS TEOLÓGICOS DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, 8 a 12 de Fevereiro de 1988 – *Maria nos caminhos da Igreja*. Lisboa: Verbo, 1991, p. 117-140.
- NEIVA, Adélio de Almeida Torres – Acordo Missionário; Espiritanos; Vida religiosa (formas de). In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001, vol. 1, p. 19-20; vol. 2, p. 178-181; vol. 4, p. 341-344.
- NETO, Vítor Parreira – A emergência do estado liberal e as contradições político-eclésiásticas (1832-1848). *Revista de História*. 8 (1988) 281-299.

## BIBLIOGRAFIA

- A questão religiosa na 1.ª República: a posição dos padres pensionistas. *Revista de História das Ideias*. 9 (1987) 675-732.
- A. Aires de Gouveia: da ideologia humanitária ao regalismo liberal. *Revista de História das Ideias*. 11 (1989) 373-443.
- Ensino: Época Contemporânea (até 1910). In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. 2, p. 123-127.
- O Estado e a Igreja. In *HISTÓRIA de Portugal*. Dir. José Mattoso. Coord. Luís Reis Torgal; João Lourenço Roque. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, vol. 5, p. 265-283.
- *O Estado, a Igreja e a sociedade em Portugal (1832-1911)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Dissertação de Doutoramento em História, 1996. Texto policopiado.
- NEVES, Moreira das — *Cardeal Cerejeira: o homem e a obra: no centenário do seu nascimento*. Lisboa: Rei dos Livros, 1988.
- *O grupo dos cinco: dramas espirituais*. Lisboa: Rei dos Livros, 1989.
- *Para a história da Rádio Renascença: monsenhor Lopes da Cruz e a Emissora Católica Portuguesa: subsídios e comentários*. Lisboa: Rádio Renascença, 1980.
- *Silvia Cardoso, aventureira de Deus: o anjo das três loucuras*. 4.ª ed. Lisboa: Rei dos Livros, [s.d].
- NEVES, Moreira das, org. e pref. — *O cardeal Cerejeira e o tempo presente*. Lisboa, 1963.
- NICOLAU, Rita Maria [do Nascimento Lourenço] — *Teresa de Saldanha*. Lisboa: Faculdade de Teologia, 1996. Nova Spes; 4. Tese apresentada à Faculdade de Teologia da Universidade Pontifícia de Salamanca, 1995. Texto mimeografado.
- NOGUEIRA, Eurico Dias — A condição jurídica das nossas missões católicas. *Brotéria*. 48 (1949) 170-178.
- Apontamentos para a história da Acção Católica na diocese de Coimbra. *Estudos*. 37: 381-382 (1959) 559-592.
- *Igreja e Estado em Portugal ao longo do século XX. A Igreja no pelourinho: louvor e apelo à Universidade Católica*. Braga: [s.n.], 2000.
- Meio século de vida dos seminários de Coimbra. *Lumen*. 25: 1 (1961) 46-51.
- O Estado e as missões católicas no ultramar português. *Portugal em África*. 15 (1958) 195-220.
- NOGUEIRA, Fernanda Farinha — *O Concílio Vaticano I: sua projeção em Portugal à luz da imprensa católica portuguesa e da correspondência oficial (1867-1871)*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1970. Tese de licenciatura. Texto dactilografado.
- NOLDING, Marta — *Influência gnóstica na literatura portuguesa*. Lisboa: Fundação Lusíada, 1997.
- NOTÍCIAS gerais. *Ecos da Província de Portugal*. 27 (1952) 85 ss.
- NOVA COLLECÇÃO de tratados, convenções, contratos e actos publicos celebrados entre a Corôa de Portugal e as mais potências. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890, vol. 1.
- NOVA Terra: *Semanário de Opinião e Informação*. (15.5.1975-2.1977).
- NOVAIS, J. T. — *Pe. José de Magalhães Alves Costa: homem bondoso, sacerdote exemplar, jornalista exímio, professor habilitado: centenário do seu nascimento, 18/11/1890, 18/11/1990*. Reed. com anotações e ligeira alteração do título original de 1953 do padre Albano Fernandes Costa. Celorico de Basto: Fábrica da Igreja Paroquial do Divino Salvador de Ribas, 1990.
- NOVELLAE *Olivarum*. Pub. Seminário de Cristo Rei (Olivais) do Patriarcado de Lisboa, iniciada em 1946.
- NUNES, Adérito Sedas — História, uma história e a História: sobre as origens das modernas ciências sociais em Portugal. *Análise Social*. 100 (1988) 11-55.
- *Princípios de doutrina social*. Pref. D. António Ferreira Gomes. Lisboa: Logos, 1958.
- [NUNES], Augusto Eduardo, arcebispo de Évora — *Ao findar o século XIX*. Lisboa: Livraria católica de Joaquim António Pacheco, 1901.
- NUNES, Elisabeth, ver JORGE, Ana Maria C. M.
- OLAIO, Nuno Miguel da Silva Pereira — *Carlos João Rademaker (1828-1885): percurso do restaurador da Companhia de Jesus em Portugal*. Lisboa: Faculdade de Letras — Universidade de Lisboa, 1999. Texto mimeografado.
- *Jacinto Cândido da Silva e o nacionalismo católico (1901-1911): o Partido Nacionalista através das memórias de um dos seus fundadores*. Lisboa: Faculdade de Letras — Universidade de Lisboa, 1999. Texto mimeografado.
- OLIVA, João Luís — *O domínio dos césares: ensino do Direito Eclesiástico na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (1836-1910)*. Lisboa: Edições Colibri, 1997.
- OLIVEIRA, Augusto — *Lei da Separação: subsídios para o estudo das relações do Estado com as igrejas sob o regime republicano*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1914.
- OLIVEIRA, Carlos Alberto Martins de — Atitudes e comportamentos religiosos dos portugueses na actualidade: metodologia do estudo. *Economia e Sociologia*. 65 (1998) 5-41.
- OLIVEIRA, César — *Os anos decisivos: Portugal 1962-1985: um testemunho*. Lisboa: Presença, 1993.
- OLIVEIRA, Eduardo Pires de — Arte religiosa em Braga: 1870-1920. *Itinerarium*. 38: 143-144 (1992) 384-457; 39: 145 (1993) 44-132.
- OLIVEIRA, J. — *Resposta aos protestantes: o repto protestante...* Lisboa: União Gráfica, 1951.
- OLIVEIRA, Mário de — *Cartas da prisão*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1975.
- *Como eu fui expulso de capelão militar*. Lisboa: Margem, 1995. Guerra Colonial; 4.
- *Cristãos por uma Igreja popular*. [Porto]: Centelha, 1983.
- *Fátima nunca mais*. Porto: Campo das Letras, 1999.
- OLIVEIRA, Miguel de — *História eclesiástica de Portugal*. Ed. revista e actualizada por Artur Roque de Almeida. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1994.
- OLIVEIRA, Zacarias de — *A imprensa católica*. 2.ª ed. Lisboa: Logos, [1967]. 1.ª ed. Coimbra: Tip. Atlântida, 1956.

## BIBLIOGRAFIA

- *O padre no romance português*. Lisboa: União Gráfica, 1960.
- *Religião, arte e romance*. Porto: Casa da Boa Imprensa, 1957.
- ORDENS religiosas masculinas em Portugal. Lisboa: Secretariado Permanente da CNIR, 1964.
- ORTIGÃO, Ramalho — *As farpas: o país e a sociedade portuguesa*. Lisboa: Clássica Editora, 1990, vol. 5.
- PACHECO, A. Ayres — *A expulsão do Senhor Patriarca D. António I: documentos para a história da perseguição religiosa em Portugal*. Lisboa: Typ. e Papelaria Académica de Pires, 1912.
- PADRE Alberto Azevedo: um mestre de cidadania. Apresent. António Eugénio Peixoto. Braga: Comissão Promotora da Homenagem, 1997.
- PADRE Moreira das Neves: 50 anos de jornalismo, 1934-1984. Lisboa: Rádio Renascença, 1984.
- PAIS, José Machado — *Sousa Martins e suas memórias sociais: sociologia de uma crença popular*. Lisboa: Gradiva, 1994.
- PALHINHA, Maria da Nazaré — *Síntese histórica da Cáritas diocesana de Lisboa*. Lisboa: Caritas Portuguesa, 1991.
- PANORAMA missionário português. *Portugal em África*. 9 (1952) 24, 186, 386 ss.
- PARA UM COMPROMISSO cada vez mais evangélico ao serviço das igrejas locais: Documento da 3.<sup>a</sup> Assembleia Geral da Sociedade Missionária Portuguesa (Valadares, Julho e Agosto de 1974). *Igreja e Missão*. 26 (1974) 513-528.
- PARA UMA IGREJA missionária em Portugal. *Igreja e Missão*. 25 (1973) 503-536.
- PARDINHAS, Manuel Alves — *Dossier Concordata*. Porto: Promoção, 1975.
- PARDINHAS, Manuel Alves [et al.] — *Consciência cristã e opção política*. Colectânea organizada por iniciativa e orientação do Centro de Cultura Católica do Porto. Porto: Telos, 1975.
- PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS — *Comunistas e católicos: um passado de cooperação, um futuro de amizade e acção comum*. Lisboa: Avante, 1975. Cadernos do Partido Comunista Português; 5.
- PASQUALE, Humberto — *Venerável Alexandrina*. 6.<sup>a</sup> ed. [S.l.]: Ed. Salesianas, [1998].
- PASTORAL da fé: dinamismo, agentes, espaços. Apresentação de D. Manuel de Almeida Trindade; redacção e coord. Arnaldo Pinto Cardoso. Lisboa: Secretariado Geral do Episcopado, 1987. Cadernos de Pastoral; 1.
- PATRIARCA, Fátima — *A questão social no salazarismo: 1930-1947*. Lisboa: IN-CM, 1995. 2 vol.
- PAULO, João Carlos — Igreja Católica em África. In *DICIONÁRIO de História de Portugal: Suplemento*. Dir. António Barreto; Maria Filomena Mónica. Porto: Figueirinhas, 2000, vol. 8, p. 243-245.
- PEDROSO, Dário, SJ — *Audácia e serviço: vida de Luíza Andaluz*. Braga: Liv. Apostolado da Imprensa, 1989.
- PENSAMENTO e obra do cardeal Cerejeira no centenário do seu nascimento. *Lusitania Sacra*. 2 (1990).
- PENTEADO, Pedro — Confrarias; Misericórdias nos séculos XIX-XX; Santuários. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001, vol. 1, p. 459-470; vol. 4, p. 457-459; vol. 4, p. 164-178.
- PENTEADO, Pedro; ROSA, Maria de Lurdes — Arquivos eclesiásticos. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. 1, p. 32-38.
- PEREGRINAÇÕES. Número temático de *Communio: Revista Internacional Católica*. 14: 4 (1997).
- PEREIRA, Henrique Manuel — Américo Monteiro de Aguiar: contributo para uma bibliografia. *Lusitania Sacra*. 8-9 (1996-1997) 649-680.
- *Obra da Rua* (ou *Obra do Padre Américo*). In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, vol. 3, p. 319-322.
- PEREIRA, Henrique Manuel, introd. e org. — *Opus Dei: Revista Litúrgica Mensal: 1926-1937: Índices*. Porto: Carlos A. Moreira Azevedo, 1992.
- PEREIRA, Isaías da Rosa — Pastoris de alguns bispos portugueses por ocasião das invasões francesas. *Revista de História das Ideias*. 10 (1988) 327-346.
- PEREIRA, José Carlos — O Movimento de Renovação da Arte Religiosa. *Arte Teoria*. 1 (2000) III-131.
- *Brotéria: neotomismo e arte moderna (1902-1960)*. Lisboa: Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, 2000. Dissertação de mestrado.
- PEREIRA, Nuno Teotónio — Capela do Rato (Vigília da); Direito à informação; Manifesto dos IOI; Oposição católica; Pragma; O Tempo e O Modo. In *Dicionário de História de Portugal: Suplemento*. Dir. António Barreto; Maria Filomena Mónica. Porto: Figueirinhas, 1999-2000, vol. 7, p. 230; vol. 7, p. 545; vol. 8, p. 414; vol. 8, p. 642-643; vol. 9, p. 140; vol. 9, p. 509.
- O arranque da dissidência católica. In *HUMBERTO Delgado: as eleições de 1958*. Coord. Iva Delgado, Carlos Pacheco, Telmo Faria. Lisboa: Vega, 1998, p. 126-136.
- *Tempos, lugares, pessoas*. Lisboa: Público, [D.L. 1996].
- PEREIRA, Teresa Maria Leal de Assunção Martinho — *A questão da identidade laical à luz da «Lumen Gentium» e dos desenvolvimentos pós-conciliares*. Lisboa: Rei dos Livros, 1990. Nova Spes; 1.
- PEREIRA, Teresa Maria Leal de Assunção Martinho, ver também TOLDY, Teresa Martinho.
- PHILIPS, G. — *A missão dos leigos na Igreja*. Lisboa: Editorial Logos, 1957.
- PIMENTA, Carlos Faria — Religião e revolução: os liberais católicos no vintismo (1820-1823). *Lusitana*. 2 (1992) 181-191.
- PIMENTEL, Alberto — *História do culto de Nossa Senhora em Portugal*. Lisboa: Guimarães, Libânio & C.<sup>a</sup>, [1899].
- PIMENTEL, Irene Flunser — *História das organizações femininas no Estado Novo: o Estado Novo e as mulheres, a Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN), a Mocidade Portuguesa Feminina (MPF)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.

- PINHO, Arnaldo de – *Leonardo Coimbra: biografia e teologia*. Porto: Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa; Lello Irmãos, 1999.
- PINHO, Arnaldo de – A revolução, o Estado e as igrejas. In CURSO LIVRE DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA, 1, Lisboa 23-28 de Novembro de 1998 – *Portugal e a transição para a democracia (1974-1976)*. Coord. científica Fernando Rosas. Lisboa: Colibri; Fundação Mário Soares; Instituto de História Contemporânea da FCSH-UNL, 1999, p. 229-239.
- D. António Ferreira Gomes: uma atitude ética perante a sociedade e a Igreja. *Humanística e Teologia*, 6 (1986) 159-174.
- *Uma cristologia para a identidade cristã da modernidade: o pensamento cristológico de D. António Ferreira Gomes*. Salamanca: Universidade Pontifícia de Salamanca, 1989. Tese de doutoramento.
- PINHO, Arnaldo de, selecção de textos e notas – *D. António Ferreira Gomes: antologia do seu pensamento*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1990. 3 vol.
- PINHO, Eloi [et al.] – *O segundo julgamento do padre Mário*. Porto: Afrontamento, 1974.
- PINHO, Mariano – *Carta magna da Acção Católica Portuguesa: comentário à carta de S.S. Pio XII ao Em.<sup>o</sup> Cardeal Patriarca de Lisboa sobre a ACP*. Braga: Apostolado de Oração, 1939.
- PINTASILGO, Maria de Lourdes – *Imaginar a Igreja*. Lisboa: Multinova, 1980.
- *Sulcos do nosso querer comum*. Pref. Eduardo Lourenço. Porto: Afrontamento, 1980.
- PINTASSILGO, Joaquim – *República e formação de cidadãos: a educação cívica nas escolas primárias da Primeira República portuguesa*. Lisboa: Colibri, 1998.
- PINTO, António Costa – *Os Camisas Azuis: ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal (1914-1945)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- PINTO, António Ferreira – *D. António de Sousa Barroso*. Porto: Ed. Marãnus, 1941. Separata do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*.
- *D. António de Sousa Barroso: no primeiro aniversário da sua morte*. Porto, 1919.
- *Uma família portuense: cardeal D. Américo*. Porto: Edições Marãnus, 1940.
- PINTO, António Ferreira, cônego – *In memoriam: no primeiro centenário do nascimento do Senhor cardinal D. Américo, bispo do Porto (1830-1930)*. Pref. bispo de Coimbra. Porto: Tipografia Porto Médico, 1930.
- PINTO, José António Faria – O Imparcial (1912-1919): um jornal da resistência católica à Primeira República. *Estudos Contemporâneos*, 0 (1979) 135-153.
- PIRES, João Carlos Urbano – Uma exposição: o Tesouro da Sé Metropolitana e Primacial de Lisboa. *Lusitania Sacra*, 10 (1998) 335-345.
- PIRES, Maria Leonor; ANTUNES, [Manuel Luís] Marinho – Vida religiosa. In *GERAÇÕES e valores da sociedade portuguesa contemporânea*. Coord. José Machado Pais. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais; Secretaria de Estado da Juventude, 1998, p. 467-518.
- PIRES, Moisés – *O culto de Nossa Senhora Auxiliadora em Portugal*. Porto: Ed. Salesianas, 1988.
- PITA, Gabriel de Jesus – *A Igreja Católica perante o nacionalismo português do Estado Novo: a revista Lumen, 1937-1945*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995. 2 vol. Dissertação de mestrado em História Contemporânea. Texto mimeografado.
- A Igreja Católica perante os nacionalismos europeus entre as duas guerras mundiais: o caso específico português. *Revista da Faculdade de Letras*. Lisboa. 21-22 (1996-1997) 231-242.
- A revista «Lumen» e os totalitarismos nacionalistas (1937-1945). *Lusitania Sacra*, 8-9 (1996-1997) 501-517.
- POLICARPO, João Francisco de Almeida – Anteprojecto de um laicismo cristão. *Revista Cultura História e Filosofia*. Lisboa. 4 (1985) 143-218.
- *O pensamento social do grupo católico de «A Palavra» (1872-1913): a concepção dos deveres do Estado*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1982. Tese de Doutoramento em História da Cultura Medieval e Moderna. Texto policopiado.
- *O pensamento social do grupo católico «A Palavra» (1872-1913)*. Coimbra: Centro de História da Universidade de Coimbra, 1977. Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa; Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992. 2 vol.
- Para a história de um pequeno grande problema: o descanso dominical no pensamento social do grupo católico d'«A Palavra». *Biblos*, 62 (1986) 487-496.
- POLICARPO, José da Cruz – *«Sinais dos tempos»: génese histórica e interpretação teológica*. Lisboa: Sampedro, 1971.
- *Evangelização, anúncio de liberdade: o futuro do Evangelho em Portugal à luz do Sínodo*. Lisboa: Multinova, [imp. 1975].
- POLICARPO, José, patriarca de Lisboa – *Igreja e democracia: nos 25 anos do 25 de Abril, diálogos com António Marujo e Jorge Wemans, sobre os cristãos e a sociedade democrática à entrada do terceiro milénio*. Lisboa: Multinova, D.L. 1999.
- POMBO, Dulce – As artes divinatórias e curas tradicionais. In *PORTUGAL misterioso*. Lisboa: Selecções do Reader's Digest, 1998, p. 279-295.
- PONTES, J. M. da Cruz – Martins Capela (1842-1925) e o renascimento em Portugal no século XIX. *Revista Portuguesa de Filosofia*, 32 (1976) 63-90.
- Para a história da Faculdade de Teologia de Coimbra no século XIX: beneplácito régio contra a autonomia do ensino (nos sete séculos da Universidade). *Brotéria*, 131: 5 (1990) 424-441. *PORTUGAL contemporâneo*. Dir. António Reis. Lisboa: Alfa, [cop. 1990]. 6 vol.
- PORTUGAL contemporâneo: o trono e o altar. *História*, 14 (1999) 28-58.
- PORTUGUÊS, Ernesto – *Seminário de Nossa Senhora da Conceição, Braga: aspectos histórico-pedagógicos*. Braga: Oficina de S. José, 1998.
- POULAT, Émile – *Église contre bourgeoisie: introduction au devenir du catholicisme actuel*. Tournai: Casterman, 1977.
- *L'Église c'est un monde: l'ecclésioprnière*. Paris: CERF, 1986.

## BIBLIOGRAFIA

- PRESENZA (LA) del Portogallo nella canonizzazione di Giovanni di Brito. Lisboa: SNI, [s.d.].
- PRETO, Jorge – A ascendência do padre Marcos, personalidade destacada do liberalismo. *Ler História*. 23 (1993) 167-172.
- PRIMEIRA DEGENAL DA ACÇÃO CATÓLICA PORTUGUESA, 1-4 de Junho de 1944 – [Actas]: vol. 1: *Cristão integral*; vol. 2: *Apóstolos dos nossos dias*; vol. 3: *Os problemas sociais à luz da fê*. Coimbra: Casa do Castelo Editora, 1946; 1945; 1948.
- PROVÍNCIA de Portugal da Ordem de S. Domingos: *síntese comemorativa da restauração*. Fátima; Porto; Queluz: [Escolas Profissionais Salesianas], 1962.
- PRUDHOMME, Claude – Problématiques missionnaires catholiques du XIX<sup>e</sup> siècle. In CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA. MISSIONAÇÃO PORTUGUESA E ENCONTRO DE CULTURAS – *Actas*. Braga: Universidade Católica Portuguesa; Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses; Fundação Evangelização e Culturas, 1993, vol. 1, p. 131-166.
- QUEIROZ, Eça de – *A correspondência de Fradique Mendes: memórias e notas*. Porto: Lello & Irmão, [s.d.].
- QUERIOL, Nuno de Freitas – As missões catholicas em África. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. 1 (1880) 18-30.
- QUESTION des Soeurs de la Charité en Portugal: 1857-1862 d'après la presse et les documents officiels. Lisbonne: Société Typ. Franco-Portugaise, 1863.
- RAMIÈRE, Henri, Père [et al.] – *O liberalismo desmascarado*. Por um Jesuita o Rev.<sup>do</sup> P.<sup>e</sup> Henri Ramière, varios auctores e pelos proprios liberaes. Obra traduzida, compilada e anotada por um vimarenense. Guimarães: Livraria Internacional de Teixeira de Freitas Editor, 1877. 2 vol.
- RAMOS, A. Jesus – A Igreja e a I República: a reacção católica em Portugal às leis persecutórias de 1910-1911. *Didaskalia*. 13 (1983) 251-302.
- *Ao serviço do amor: Maria Isabel e o Instituto Servas do Apostolado*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1990.
- *O bispo de Coimbra D. Manuel Correia de Bastos Pina*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1995.
- RAMOS, António Manuel Moiteiro – *Catecismos portugueses: os catecismos mais utilizados na catequese portuguesa de 1561 a 1953 e um estudo crítico dos catecismos de infância e adolescência de 1953 a 1993*. Lisboa: Paulinas, 1998.
- RAMOS, José da Rocha – *Padre Américo: místico do nosso tempo*. Paço de Sousa: Editorial da Casa do Gaiato, 1997.
- RAMOS, José, ver AZEVEDO, Joaquim.
- RAMOS, Rui – A formação da «intelligentsia» portuguesa (1860-1880). *Análise Social*. 116-117 (1992) 483-528.
- A ideia republicana e a história da República em Portugal. *Análise Social*. 115 (1992) 229-239.
- A Segunda Fundação (1890-1926). In MATTOSO, José, dir. – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, vol. 6.
- RATTAZZI, Maria – *Portugal de relance*. Lisboa: Edições Antígona, 1997.
- REFORMA (A) das instituições e serviços missionários. *Portugal em África*. 7 (1900) 1-12.
- REGO, António da Silva – *Alguns problemas sociológico-missionários da África Negra*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1960.
- Centenário da Congregação do Espírito Santo em Portugal. 1867-1967. *Portugal em África*. 25 (1968) 65-73.
- *Curso de missionologia*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1956.
- *O padroado português no Oriente e a sua historiografia (1838-1950)*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1978.
- *O ultramar português no século XIX (1834-1910)*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1969.
- REGO, Raul – A Lei da Separação no contexto da República Portuguesa. *Cultura, História e Filosofia*. 5 (1986) 461-479.
- *Horizontes fechados: páginas de política*. 2.<sup>a</sup> ed. Porto: Basileia Editora, 1970. 1.<sup>a</sup> ed. 1969.
- *Para um diálogo com o senhor Cardeal Patriarca*. 2.<sup>a</sup> ed. corrigida e aumentada. Odivelas: Europa, 1989.
- REGO, Raul; Gomes, João – *Relações Igreja-Estado: o caso do bispo do Porto*. Lisboa: República, 1973. Cadernos República.
- REIS, António do Carmo – Maçonaria. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, vol. 3, p. 163-168.
- *O liberalismo em Portugal e a Igreja Católica: a época de Sua Magestade Imperial e Rei D. Pedro*. Lisboa: Ed. Notícias, 1988.
- REIS, António, coord. – *Portugal: 20 anos de democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.
- REIS, Bruno Cardoso – Fátima: aparições, peregrinações e combate pela Fé. A recepção pelo catolicismo militante nos diários católicos (1917-1930). *Análise Social*. 158-159 (2001) 249-299.
- Guerra: Época Contemporânea. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. 4, p. 396-400.
- Portugal e a Santa Sé no sistema internacional (1910-1970). *Análise Social*. 161 (2002) 1019-1059.
- REIS, Jacinto dos – *Invocações de Nossa Senhora em Portugal de aquém e além-mar e seu padroado*. Lisboa, 1967.
- REIS, Oliveiros de Jesus – *Sãozinha: Maria da Conceição Fróis Gil Fernão de Pimentel Teixeira*. Alenquer: Lar da Sãozinha, 1997.
- RELIGIÃO (A) dos Portugueses. Número temático de *Reflexão Cristã*. 55 (1987).
- RELIGIÃO e ideal maçónico: convergências. Lisboa: Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões – UNL, 1994.

## BIBLIOGRAFIA

- RELIGIOSIDADE popular e educação da fê. Coord. Arnaldo Pinto Cardoso. Lisboa: Secretariado Geral do Episcopado, 1987. Cadernos de Pastoral; 2.
- RELIGIOSIDADE Popular. Número temático de *Estudos Contemporâneos*. 6 (1984).
- RÉMOND, René – *Le christianisme en accusation*. Paris: Desclée de Brouwer, 2000.
- *Religion et société en Europe: essai sur la sécularisation des sociétés européennes aux XIX et XX<sup>ème</sup> siècles (1789-1998)*. Paris: Seuil, 1998.
- RENOVAÇÃO (A) da Acção Católica Portuguesa: Carta pastoral do episcopado da metrópole e princípios básicos. Lisboa: Editorial Logos, 1971.
- REZOLA, Maria Inácia – Breve panorama da situação da Igreja e da religião católica em Portugal (1930-1960). In *NOVA História de Portugal*: vol 12: *Portugal e o Estado Novo*. Dir. Joel Serrão; A. H. de Oliveira Marques. Coord. Fernando Rosas. Lisboa: Presença, 1992, p. 222-255.
- Católicos progressistas. In *DICIONÁRIO de História do Estado Novo*. Dir. Fernando Rosas; J. M. Brandão de Brito. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, vol. 1, p. 137-139.
- Católicos, operários e sindicatos. *Lusitania Sacra*. 6 (1994) 101-127.
- *Igreja, operários e corporativismo: problemas em torno da «questão social» (1931-1948)*. Lisboa: FCSH – Universidade Nova de Lisboa, 1995. Tese de mestrado. Texto mimeografado.
- Movimento operário católico nos anos 40: desactivação ou ruptura?. *História*. 31 (1997) 30-45.
- O movimento operário católico sob o signo da guerra: a questão do salário familiar. *Vértice*. 69 (1995) 93-101.
- *O sindicalismo católico no Estado Novo: 1931-1948*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.
- Sindicalismo. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, vol. 4, p. 237-240.
- RIBEIRO, António, cardeal-patriarca de Lisboa – *Arautos e construtores de um mundo novo: homilias aos universitários finalistas: 1983-1991*. Lisboa: Pastoral Universitária de Lisboa – CEUC, 1992.
- *Documentos pastorais*. Lisboa: Rei dos Livros, [D.L. 1996].
- *O padre na Igreja: homilias proferidas aos sacerdotes na missa crismal de quinta-feira santa*. Lisboa: Rei dos Livros, 1992.
- RIBEIRO, Eduardo – *História dos escoteiros de Portugal*. Lisboa: Aliança Nacional das ACM de Portugal, 1982.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares – O cristianismo social de 1848. *Revista de História das Ideias*. 9: 2 (1987) 481-494.
- *Portugal e a revolução de 1848*. Coimbra: Livraria Minerva, 1990.
- RIBEIRO, Nelson Costa – *A Rádio Renascença e o 25 de Abril: da revolução à consolidação da democracia (1974-1987)*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Ciências Humanas, 1999. Texto mimeografado.
- A Rádio Renascença na transição de regime: do 25 de Abril ao 25 de Novembro. *Lusitania Sacra*. 12 (2000). No prelo.
- Momentos marcantes da história da Rádio Renascença (1937-1987). *Observatório: Revista do Observatório da Comunicação*. 4 (2001) 97-112.
- RICCARDI, Andrea – *As políticas da Igreja*. Apelação: Paulus, 1998.
- RIEGELHAUPT, Joyce Firstemberg – O significado religioso do anticlericalismo popular. *Análise Social*. 72-73-74 (1982) 1213-1230.
- RIO, Manuel – *L'Église et le fascisme au Portugal*. Paris: Imp. spéciale du «Portugal Libre», [197?]. Texto mimeografado.
- ROBINSON, Richard A. H. – Do CDS ao CDS-PP: o Partido do Centro Democrático Social e o seu papel na política portuguesa. *Análise Social*. 138 (1996) 951-973.
- Igreja Católica; Relações com o Vaticano. In *DICIONÁRIO de História de Portugal: Suplemento*. Dir. António Barreto; Maria Filomena Mónica. Porto: Figueirinhas, 2000, vol. 8, p. 220-233; vol. 9, p. 586-588.
- The religious question and the catholic revival in Portugal, 1900-1930. *Journal of Contemporary History*. 12 (1997) 345-362.
- ROCHA, A. – Dilatando a fê e o império: a propósito da Exposição Colonial do Porto. *Brotéria*. 19 (1934) 78-84.
- ROCHA, Filipe; FRADE, Manuel Augusto, coord. – *Padre Baptista: luz que ainda brilha*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1990.
- ROCHA, Georgino – *Acção pastoral da diocese de Aveiro: do Vaticano II às festas jubilares da restauração (1962/63-1987/88)*. Aveiro: Centro de Acção Pastoral, 1990. Tese de Doutoramento. 3 vol.
- Educação e pastoral dos direitos humanos. *Humanística e Teologia*. 20 (1999) 41-59.
- Paróquia: Séculos XIX-XX. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, vol. 3, p. 376-380.
- RODRIGUES, António dos Reis, bispo – *Doutrina social da Igreja: pessoa, sociedade e Estado*. Lisboa: Rei dos Livros, 1991. *Nim'Alvares: condestável e santo*. Reedição de obra de 1961. Lisboa: Grifo, [D.L. 1998].
- RODRIGUES, Domingos – *Abel Varzim, apóstolo português da justiça social: pelo 25.º aniversário do seu falecimento*. Lisboa: Rei dos Livros, 1990.
- RODRIGUES, Domizete [et al.] – Ser cigano evangélico: a religiosidade e o novo compromisso cultural numa comunidade cigana de Caria. *Anais Universitários: Série de Ciências Sociais e Humanas*. 7 (1996) 299-311.
- RODRIGUES, Manuel Augusto – A hierarquia da Igreja e o liberalismo: o bispo de Coimbra, D. Fr. Joaquim de Nossa Senhora da Nazaré (1776-1851), no contexto da sua época. In *O LIBERALISMO na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1982.
- As cartas pastorais de D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, bispo de Coimbra. *Revista de História das Ideias*. 8 (1986) 145-160.

## BIBLIOGRAFIA

- As invasões francesas em cartas pastorais de bispos portugueses: a posição dos prelados de Angra e Elvas. *Revista de História das Ideias*, 7: 2 (1985) 91-110.
- Da Faculdade de Teologia para a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. *Revista de História das Ideias*, 11 (1989) 517-542.
- Problemática religiosa em Portugal no século XIX, no contexto europeu. *Análise Social*, 61-62 (1980) 407-428.
- RODRIGUES, Narciso — A JOC na década de 50. *Reflexão Cristã*, 53 (1987) 51-64.
- Portugal: panorama político y económico. In *HISTORIA del movimiento obrero cristiano*. Dir. S. H. Scholl. Barcelona: Editorial Estrella, 1964. Trad. castelhana.
- RODRIGUES, Samuel — *A polémica sobre o casamento civil (1865-1967)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987.
- ROMARIAS e romeiros. Apresentação de Miguel Vale de Almeida. Fotografias de Adriana Freire. Lisboa: Olhapim, 1996.
- ROMARIAS. I: *Um inventário dos santuários de Portugal*. Texto de João Vasconcelos, prefácio de Miguel Vale de Almeida. Investigação de Caminus — Actividades Culturais. Lisboa: Olhapim, 1996.
- ROONEY, Cristóvão José — As missões de Congo e Angola. *Portugal em África*, 7 (1900) 13-32.
- ROQUE, João Lourenço; SANTOS, João Marinho — A actuação da hierarquia eclesiástica albi-castrens no curso da Revolução Liberal. *Biblos*, 54 (1978) 253-302.
- ROSA, Honorato [et al.] — *A dignidade humana: as coisas têm preço: O homem dignidade*. Org. Ernesto Fernandes. Lisboa: Multinova; Instituto de Serviço Social, 1996.
- ROSA, J. A. Faure da, coronel — Dúvidas. *Revista de Metapsicologia: boletim oficial da F.E.P.* 1: 4 (1949) 82-84.
- ROSA, Maria de Lurdes — «S. Antonio dei Portoghesi»: elementos para a história do hospital nacional português em Roma (sécs. XIV-XX). *Lusitania Sacra*, 5 (1993) 319-378.
- Hagiografia e santidade. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. 2, p. 3326-361.
- ROSA, Maria de Lurdes, ver PENTEADO, Pedro.
- ROSÁRIO, Manuel António Guerreiro do — *Discernimento dos sinais dos tempos e consciência moral a partir do magistério da Conferência Episcopal Portuguesa (1974-1975)*. Porto: Universidade Católica; Fundação Eng. António de Almeida, 1999.
- ROSAS, Fernando — A Igreja em Portugal nos anos 40. *História*, 46 (1982) 2-17.
- ROSAS, Fernando, coord. — *O Estado Novo (1926-1974)*. In MATTOSO, José, dir. — *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, vol. 7.
- Portugal e o Estado Novo (1930-1960). In SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira, dir. — Lisboa: Presença, 1991-1992, vol. 12.
- RUAS, Henrique Barrilero — *Vida do Santo Condestável D. Nuno Álvares Pereira*. Lisboa: Dir. Geral do Ensino Primário, 1969.
- SAAVEDRA, Ricardo de, ver SANTOS, José António.
- SALGADO, Benjamim — *Radiosa floração ou 25 anos sob signo da flor de lis, em prol da juventude e ao serviço de Deus e de Portugal*. Braga: CNE, 1948.
- SAMODÃES, Conde de [Francisco d'Azeredo Teixeira d' Aguilar] — *A liberdade da Igreja em Portugal: escriptos avulsos a proposito dos exames synodaes*. Porto: Livraria Malheiro, 1880.
- SAMPAIO, José Salvado — A Igreja e o ensino em Portugal de 1929 a 1954. *O Professor*, 102 (1987) 18-30.
- SAMUEL, Paulo — Bibliografia sobre o pensamento social cristão (1870-1930). *Democracia e Liberdade*. Lisboa, 37-38 (1986) 177-309.
- SANCHES, Acácio J. A. — *As missões populares da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos em Portugal (1940-1982): teologia e pastoral*. Lisboa, 2001. Dissertação de mestrado em Teologia Sistemática apresentada à Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa.
- SANCHIS, Pierre — *Arraial: festas de um povo (as romarias portuguesas)*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1983.
- Les «romarias portuguesas». *Archives des Sciences Sociales des Religions*, 43-44 (1997) 53-76.
- SANTARÉM, Visconde de — *Quadro elementar*. Paris; Lisboa: [s.n.], 1842-1860. 18 vol.
- SANTOS, [Artur] Gomes dos — *Caminhando (Reflexos da questão social)*. Póvoa do Varzim: Livraria Povoense Editora de José Pereira de Castro, 1911. Colecção Ciência e Religião; 69.
- *O catholicismo em Portugal*. Póvoa de Varzim: Livraria Povoense — Editora, 1906. Colecção Ciência e Religião; 24.
- SANTOS, Alexandre Nobre dos — O emblema da Sociedade Teosófica: significado dos seus símbolos e divisa. *Portugal Teosófico*, 2 (1981) 58-63.
- O novo boletim da Sociedade Teosófica de Portugal. *Portugal Teosófico*, 1 (1981) 3-6.
- Para a história da Sociedade Teosófica de Portugal na passagem do seu 60.º aniversário. *Portugal Teosófico*, 4 (1981) 3-63, [et al.] 50-58; 8 (1982) 34-64; 12 (1983) 41-58; 16 (1984) 545; 20 (1985) 37-64; 21-24 (1986) 63-80.
- SANTOS, Alfredo Ribeiro dos — *A Renascença Portuguesa: um movimento cultural portuense*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1990.
- SANTOS, António dos — *Itinerário de um padre: Diário*. Porto: Livraria Telos Editora, 1990-1999. 5 vol.
- Retrospectiva da Acção Católica Portuguesa. In JORNADAS DIOCESANAS DA ACÇÃO CATÓLICA — *Jornadas de estudo da Acção Católica*. Porto, 1980, p. 7-32.
- Revisão histórica da Acção Católica Portuguesa. *Laikos*, 4: 10 (1980) 13-46.
- SANTOS, Boaventura Sousa — *O Estado e a sociedade em Portugal (1974-1988)*. Porto: Afrontamento, 1990.

## BIBLIOGRAFIA

- SANTOS, Francisco Inácio Pereira dos – *Capitalismo ou comunismo?... Resposta da sociologia cristã*. Lisboa: União Gráfica, 1954.
- *Reivindicações sociais*. Lisboa: Edições JOC, [imp. 1956].
- *Un État corporatif: la Constitution sociale et politique portugaise*. Pref. Marcelo Caetano. 2.<sup>a</sup> ed. Paris, 1940.
- SANTOS, José António; SAAVEDRA, Ricardo de – *António Ribeiro: patriarca de Lisboa*. Lisboa: Ed. Notícias, 1996.
- SANTOS, Luís Aguiar – A primeira geração da Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica (1876-1902). *Lusitania Sacra*. 8-9 (1996-1997) 299-360.
- Igreja Evangélica Metodista Portuguesa; Igreja Evangélica Presbiteriana de Portugal; Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica; Igrejas Ortodoxas; Judeus: Séculos XIX-XX; Protestantismo; Sociedade Bíblica de Portugal. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001, vol. 2, p. 411; vol. 2, p. 411-412; vol. 2, p. 412-414; vol. 2, p. 414; vol. 3, p. 41; vol. 4, p. 75-85; vol. 4; p. 252-254.
- SANTOS, Manuel Mendes – *Para um novo seminário*. Évora: Tip. Eboresense, 1938.
- SANTOS, Maria Emília Madeira; TORRÃO, Maria Manuel – Missões religiosas e poder colonial no século XIX. In CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA. MISSIONAÇÃO PORTUGUESA E ENCONTRO DE CULTURAS – *Actas*. Braga: Universidade Católica Portuguesa; Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Fundação Evangelização e Culturas, 1993, vol. 4, p. 83-106.
- SANTOS, Paula Borges – O caso da Rádio Renascença. *História*. 27 (2000) 48-57.
- SARAIVA, António José – *A tertúlia ocidental: estudos sobre Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queiroz e outros*. Lisboa: Gradiva, 1990.
- SCHUBERT, Benedict – *A guerra e as igrejas: Angola, 1961-1991*. Introd. Christinne Messiant. Basel: P. Schlettwein Publishing Switzerland, 2000.
- SCHWARZ, Samuel – *História da moderna Comunidade Israelita de Lisboa*. Lisboa: [s.n., s.d.]. Também publicado como separata de *O Instituto*. Coimbra. 119-120 (1959).
- SCOPPOLA, Pietro – *La «nuova cristianità» perduta*. Roma: Edizioni Studium, 1985.
- SEABRA, Eurico de – *A Igreja, as congregações e a República: a separação e as suas causas*. Pref. Afonso Costa, de 29 de Julho de 1914. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, [1914].
- *Ação católica e jesuítica em Portugal*. Porto: Tipografia do Porto Medico, 1913. Dissertação de concurso ao grupo de ciencias politicas na Faculdade de Estudos Sociais e de Direito na Universidade de Lisboa.
- *Os bens das congregações no direito portuguez e no direito internacional: commentario às leis nacionais*. Lisboa: Typographia «A Editora Limitada», 1915.
- SEABRA, Jorge; AMARO, António Rafael e NUNES, João Paulo Avelãs – *O C.A.D.C. de Coimbra, a Democracia Cristã e os inícios do Estado Novo (1905-1934): uma abordagem a partir dos «Estudos Sociais» (1905-1911), «Imparcial» (1912-1919) e «Estudos» (1922-1934)*. Pref. Manuel Augusto Rodrigues. Coimbra: Faculdade de Letras, 1993.
- SECRETARIADO NACIONAL DO APOSTOLADO DOS LEIGOS – *Perfil dos movimentos e obras do apostolado dos leigos em Portugal*. Cascais: Tip. Cardim, [s.d.]. Separatas Laikos, 1.
- SECRETARIADO NACIONAL DO MONUMENTO A CRISTO-REI, coord. – *Monumento nacional a Cristo-Rei: memória histórica 1936-1959*. Lisboa: Secretariado Nacional do Monumento, 1965.
- SÉCULO (Um) de cultura católica em Portugal*. Lisboa: Edições Laikos, 1984.
- SEMANA (I) *Universitária de Estudos Missionários*. Coimbra: Liga Académica Missionária; CADC, 1951.
- SEMANAS SOCIAIS PORTUGUESAS, 1, Lisboa, 1940 – *Aspectos fundamentais da doutrina social cristã*. Lisboa: Edições ACP, [imp. 1941].
- SEMANAS SOCIAIS PORTUGUESAS, 2, Coimbra, 1943 – *Bases cristãs duma ordem nova*. Coimbra: Casa do Castelo, 1943.
- SEMANAS SOCIAIS PORTUGUESAS, 3, Porto, 1949 – *O problema do trabalho*. Lisboa: União Gráfica, [imp. 1950].
- SEMANAS SOCIAIS PORTUGUESAS, 4, Braga, 1952 – *O problema da educação*. Lisboa: União Gráfica, [imp. 1953].
- SEMEDO, Fernando – *As novas seitas: parasitas de Deus*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Caminho, 1988.
- SEMINÁRIOS (Os) *em Portugal: estudo comemorativo do decreto tridentino e da sua execução em Portugal*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1964.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*. Lisboa: Verbo, 1982-1997, vol. 6-14.
- SERRÃO, Joel – O anticlericalismo na literatura portuguesa: esboço de pesquisa. In *PORTUGUESES somos*. Lisboa: Livros Horizonte, [s.d.], p. 167-210.
- SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira, dir. – *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1991-1992, vol. II-12.
- SILVA, Amaro Carvalho da – Martins Capela, um divulgador do neotomismo. *Revista Portuguesa de Filosofia*. 48 (1992) 321-347.
- O Bom Jesus do Monte das Mós: Martins Capela e a devoção ao Sagrado Coração de Jesus. *Lusitania Sacra*. 8-9 (1996-1997) 171-244.
- *O Partido Nacionalista no contexto do nacionalismo católico (1901-1910): subsídios para a história contemporânea portuguesa*. Lisboa: Colibri, 1996.
- SILVA, António da – A actualidade missionária de Portugal. Separata de *Studia Missionalia*. Roma: Pontificia Università Gregoriana, 1954.
- A missiologia contestada. *Brotéria*. 91 (1970) 133-145.
- A missiologia antiga e moderna nos PALOP. *Brotéria*. 131 (1990) 404-415.
- Actividade missionária e diálogo. *Brotéria*. 83 (1966) 344-354.

## BIBLIOGRAFIA

- Aquisições e problemas em aberto no Decreto das Missões. *Brotéria*. 84 (1967) 191-199.
- Evolução recente da sociedade: Igreja. *Economia e Sociologia*. 25-26 (1979) 33-44.
- Função de uma missão na integração social. *Brotéria*. 83 (1966) 534-540.
- Missão e missiologia pós-colonização. *Brotéria*. 125 (1987) 302-323.
- Missões portuguesas (1940-1960). *Brotéria*. 76 (1963) 129-136.
- SILVA, António José da – *Naturalismo e religiosidade em Jaime Cortesão*. Lisboa: Faculdade de Teologia, 2000. Nova Spes; 5.
- SILVA, António Manuel S. P. – A Igreja lusitana e o republicanismo (1880-1910): convergências e expectativas do discurso ideológico. In CONGRESSO: A VIDA DA REPÚBLICA PORTUGUESA, 1890-1990 – *Actas*. Lisboa: Cooperativa de Estudos e Documentação, 1995, p. 739-756.
- SILVA, António Martins da – A desamortização. In MATTOSO, José, dir. – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, vol. 5, p. 339-353.
- Extinção das ordens religiosas. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. 2, p. 232-236.
- SILVA, Armando Malheiro da – *Miguelismo: ideologia e mito*. Coimbra: Livraria Minerva, 1993.
- Os católicos e a «República Nova» (1917-1918): da questão religiosa à mitologia nacional. *Lusitania Sacra*. 8-9 (1996-1997) 385-499.
- Tradicionalismo. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, vol. 4, p. 297-303.
- SILVA, Augusto da – A religião dos jovens. *Brotéria*. 151 (2000) 495-510.
- Prática religiosa dos católicos portugueses. *Economia e Sociologia*. 25-26 (1979) 61-220.
- SILVA, Augusto da; PATO, M. Vaz – Análise da sociedade portuguesa hoje: a realidade sócio-religiosa. In CONGRESSO NACIONAL DE RELIGIOSOS, 3, Fátima, 16-20 de Setembro de 1988 – *Trabalhos apresentados e conclusões*. [Lisboa]: Serviços da Caritas Portuguesa, [s.d.], p. 77-102.
- SILVA, Florentino de Andrade, bispo – *Cursos de Cristandade e apostolado laical*. Porto: [s.n], 1964.
- SILVA, Francisco Maria da, bispo – *Apostolado dos leigos e Cursilhos de Cristandade*. Braga, 1965.
- SILVA, Júlio Rodrigues da – A Acção Médica: ideário e medicina num órgão da Acção Católica Portuguesa (1934-1939). *Lusitana: Revista Trimestral de Ciência e Cultura*. Lisboa, 2 (1989). Separata.
- SILVA, Lucas da, ver BRANCO, Paulo.
- SILVA, Manoel Luiz Coelho da – *A Igreja e a questão social*. Oração de Sapiência que na sessão solenne da abertura das aulas do Seminário do Porto, no dia 13 de Outubro de 1901, recitou o Congregado Professor de Direito Canónico M. L. Coelho da Silva, Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, socio do Instituto da mesma cidade, Provisor e Vigário Geral. Porto: Typ. Catholica do Editor José Fructuoso da Fonseca, 1901.
- *Dez meses de governo do bispado do Porto (Março a Dezembro de 1911)*. Guimarães, 1912.
- *Manual de Direito Paroquial: Apontamentos*. 3.<sup>a</sup> ed. Porto: Typ. de José Fructuoso da Fonseca, 1904. 1.<sup>a</sup> ed. 1898.
- SILVA, Manuel Ferreira da – *Escutismo: presença do futuro*. Beira: [s.n.], 1960
- SILVA, Manuel Ferreira da [et al.] – *Hospitalidade com S. João de Deus no coração da história: Jornadas de História, Comunicações, Informações (7-15.03.92): no Quintuplo Jubileu das Ordens Hospitalares (1990-1995)*. Lisboa: Ed. Hospitalidade; Rei dos Livros, 1994.
- SILVA, Manuel Isaías Abúndio da – *A Igreja e a política*. Porto: Lopes & C.<sup>a</sup>, 1911.
- *Cartas a um abade: sobre alguns aspectos da questão político-religiosa em Portugal*. Braga: Cruz & C.<sup>a</sup>, 1913.
- *Feminismo e acção feminina (cartas a uma senhora)*. Braga: Editores Cruz & C.<sup>a</sup>, 1912.
- *Nacionalismo e acção católica*. Porto: Casa Editora de António Figueirinhas, 1909.
- *O capital-salários*. Porto: Typographia Universal de António Figueirinhas, 1907.
- *O dever presente*. Porto: Livraria Figueirinhas Editora, 1908.
- *O rito bracarense: apontamentos para a sua história e apologia*. Porto: Livraria Figueirinhas Editora, 1907.
- *Política religiosa: resposta a uma crítica*. Braga: Cruz & C.<sup>a</sup> Livresiros – Editores, 1913.
- *Questões actuaes*. Carta-dedicatória ao rev.<sup>o</sup>-geral dos Franciscanos. Porto: Magalhães & Moniz, Limitada, Editores, 1910.
- *Tratado de Direito Eclesiástico*. Revisto pelo cónego Dr. José Alves Correia da Silva, professor de Ciências Eclesiásticas no Seminário Conciliar do Porto. Porto: Livraria Figueirinhas, 1908. 2 vol.
- *Uma romagem a Lourdes*. Viana [do Castelo]: Typ. de André J. Pereira & Filho, 1904. Bibliotheca d'A Cruz.
- SILVA, Manuela – *Pelos caminhos da fé: à esquina do terceiro milénio*. Lisboa: Multinova, D.L. 1999.
- SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da – Desamortização: Século XIX. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. 2, p. 60-62.
- *Território e poder: nas origens do Estado contemporâneo em Portugal*. Cascais: Patrimonia, 1997.
- SIMÕES, Manuel – Camilo, apologista dos Jesuítas. *Lusitania Sacra*. 5 (1993) 299-317.
- SIMPÓSIO «PROFECIA E LIBERDADE EM D. ANTÓNIO FERREIRA GOMES», Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 30 de Setembro a 2 de Outubro de 1998 – *Actas*. Lisboa: Ajuda à Igreja Que Sofre, 2000.
- SINDICALISMO (O) cristão em Portugal*. Número temático de *Democracia e Liberdade*. 37-38 (1986).
- SÍNTESE final da IV Semana Missionária Nacional. *Igreja e Missão*. 38 (1986) 81-83.
- SOBRAL, José Manuel – Religião, relações sociais e poder: a Misericórdia de F. no seu espaço social e religioso (séculos XIX-XX). *Análise Social*. 107 (1990) 351-373.

## BIBLIOGRAFIA

- SOBRINHO, Alves Mota – A posição política do P. Agostinho Mota: apontamento breve. *Itinerarium*. 136-137 (1990) 3-6.
- *Agostinho Mota (1875-1938): a difícil arte de ser franciscano*. Braga: Editorial Franciscana, 1988.
- SOCIEDADE DE S. VICENTE DE PAULO – *Manual pequeno da Sociedade de S. Vicente de Paulo*. Porto: Tip. Fonseca, 1915.
- SOLEDADADE, Maria da – *Nun'Álvares, o Santo Condestável*. Braga: Mensageiro do Coração de Jesus, 1959.
- SOUSA, Elisário de – *Presença e missão: narrativa e reflexão de uma equipa de leigos e padres operários*. Pref. D. Manuel Martins, primeiro bispo de Setúbal. Trofa: Liv. Editora Sólivros de Portugal, 1998.
- SOUSA, Fernando de – *As Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora em Portugal*. Porto, 1992.
- SOUSA, Gabriel de, Dom – *Mosteiro de Singeverga: cem anos de vida beneditina (1892-1992)*. Santo Tirso: Ora & Labora, 1992.
- SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – Ser e estar perante a morte no Porto nos séculos XIX e XX: reflexos no património cemiterial. *Lusitania Sacra*. 6 (1994) 309-325.
- Subsídios para uma iconografia da morte no Porto do século XIX. *Humanística e Teologia*. 16: 1-2 (1995) 175-213.
- SOUSA, João António de – O cardeal Cerejeira, pai e amigo do seu clero. *Lusitania Sacra*. 2 (1990) 123-145.
- *Amanhã é domingo: palestras proferidas na Rádio Televisão Portuguesa*. Lisboa, 1964.
- SOUSA, José Carlos de Sousa – Relações Igreja-Estado. *Reflexão Cristã*. 40-41 (1984) 6-15.
- SOUSA, Manuel L. Abrunhosa e – Análise sociológica do catolicismo português. *Igreja e Missão*. 70 (1974) 475-495.
- SOUSA, Rui Fernando Nunes de – Catolicismo e liberalismo n.º «O Patriota Funchalense» (1821-1823). *Lusitania Sacra*. 3 (1991) 155-214.
- SOUSA, Teixeira de – *A força pública na revolução (réplica ao ex-coronel Albuquerque)*. Coimbra: Moura Marques, 1913.
- *Responsabilidades históricas (Política contemporânea)*. Coimbra: França & Arménio Editores, 1917. 2 vol.
- SOUZA, Fernando de – *Questões sociais: a doutrina social católica*. Póvoa do Varzim: Livraria Povoense – Editora de José Pereira de Castro, [s.d.]. Coleção Ciência e Religião; 33.
- SOUZA, Teotónio R. de – Budismo; Hinduísmo. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. 1, p. 274-276; vol. 2, p. 367-368.
- STEINHARDT, Inácio, ver MEA, Elvira de Azevedo.
- STILWELL, Peter – *A condição humana em Ruy Cinatti*. Lisboa: Presença, 1995. Dissertação de doutoramento em Teologia.
- Religião. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, vol. 4, p. 101-105.
- STILWELL, Peter, coord. – *Padre Alberto: testemunhos de uma voz incómoda (Capela do Rato 68-73)*. Lisboa: Texto Editora, 1989.
- TADEU, Jorge, pastor – A vontade de Deus acerca de dinheiro. *Revista Maná*. 53 (1993) 3-6.
- *Nascidos para superar, conquistar e dominar*. Lisboa: Publicações Maná, 1998.
- TAIPA, António M. Bessa – José Godinho de Lima Ribeiro de Bastos. *Humanística e Teologia*. 15 (1994) 11-18.
- TEIXEIRA, António Braz – A filosofia portuguesa do século XX. In TEIXEIRA, António Braz – *Ética, filosofia e religião: estudos sobre o pensamento português, galego e brasileiro*. Évora: Pendor, 1997, p. 9-29.
- A ideia de Deus na filosofia luso-brasileira, de Silvestre Pinheiro Ferreira a Leonardo Coimbra. In TEIXEIRA, António Braz – *Deus, o mal e a saudade: estudos sobre o pensamento português e luso-brasileiro contemporâneo*. Lisboa: Fundação Lusíada, 1993, p. 15-59.
- Filosofia e religião no pensamento contemporâneo. *Revista Portuguesa de Filosofia*. 51 (1995) 43-85.
- *O pensamento filosófico-jurídico português*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983.
- TEIXEIRA, Maria Elvira – Assistência: do fim da Monarquia ao Estado Novo. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. 1, p. 149-152.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano; MARTINS, Susana – Revolta da Sé. In *DICIONÁRIO de História de Portugal: Suplemento*. Dir. António Barreto; Maria Filomena Mónica. Porto: Figueirinhas, 2000, vol. 9, p. 245-246.
- TELMO, António – *História secreta de Portugal*. Lisboa: Vega, 1977.
- TESTA, Michael P. – *O apóstolo da Madeira: Dr. Robert Reid Kalley*. Lisboa: Igreja Evangélica Presbiteriana de Portugal, 1963.
- TESTEMUNHAS (As) de Jeová em Portugal: *implantação histórico-social*. Alcabideche: Associação das Testemunhas de Jeová, [s.d.].
- TESTEMUNHAS de Jeová: *proclamadores do Reino de Deus*. Brooklyn (New York) e Cesário Lange (São Paulo): Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados, 1993.
- TESTEMUNHO aberto: *o caso do padre Felicidade*. Org. Abílio Tavares Cardoso, João Salvado Ribeiro. Lisboa: Multinova, 1999.
- TOLDY, Teresa Martinho – *Deus e a palavra de Deus na teologia feminista*. Lisboa: Paulinas, 1998.
- TOLDY, Teresa Martinho, ver também PEREIRA, Teresa M. L. de A. Martinho.

## BIBLIOGRAFIA

- TORGAL, Luís Reis – *A universidade e o Estado Novo: o caso de Coimbra (1926-1961)*. Coimbra: Minerva, 1999.
- Miguel Baptista Pereira, pensador católico: da (minha) memória a algumas reflexões históricas. In *O HOMEM e o tempo: Liber Amicorum para Miguel Baptista Pereira*. Coord. J. A. Pinto Ribeiro. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1999.
- O tradicionalismo absolutista e contra-revolucionário e o movimento católico. In MATOS, José, dir. – *História de Portugal*: vol. 5: *O Liberalismo (1807-1890)*. Coord. Luís Reis Torgal; João Lourenço Roque. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, p. 227-239.
- *Tradicionalismo e contra-revolução: o pensamento de José da Gama e Castro*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1973.
- TORRÃO, Maria Manuel, ver SANTOS, Maria Emília Madeira.
- TORRES, Alberto Pinheiro – *A Sociedade de S. Vicente de Paulo em Portugal*. Porto, 1961.
- TORRES, Eduardo Pinheiro – *Vida reparadora de Joaquim Machado Pereira e Cunha Pinheiro Torres*. Porto, 1963.
- TRABALHO (O) e as tradições religiosas no distrito de Lisboa: exposição de etnografia. Coord. Maria Micaela Soares; Francisco Hermínio Pires dos Santos. Lisboa: Governo Civil de Lisboa, 1991.
- TRABULO, António Alberto Rodrigues, ver COIXÃO, António do Nascimento Sá.
- TRANVOUEZ, Yvon – *Catholicismes d'abord: approches du mouvement catholique en France, XIX-XX<sup>ème</sup> siècle*. Paris: Les Éditions Ouvrières, 1988.
- TRINDADE, Manuel – A Igreja na hora de Angola. *Igreja e Missão*. 13 (1961) 179-184.
- E em Portugal?. *Igreja e Missão*. 33 (1981) 135-143.
- Evangelho e libertação. *Igreja e Missão*. 26 (1974) 469-474.
- Portugal, país de missão?. *Igreja e Missão*. 25 (1973) 465-474.
- Portugal, país missionário?. *Igreja e Missão*. 23 (1971) 201-204.
- Quatro anos de «Fidei donum». *Igreja e Missão*. 13 (1961) 215-217.
- TRINDADE, Manuel de Almeida – *O padre Luís Lopes de Melo e a sua época (1885-1951)*. Coimbra: Casa do Castelo Editora, 1958.
- TRINDADE, Manuel de Almeida, bispo – *A participação portuguesa no Concílio Vaticano II*. Lisboa, 1985. Separata de *Lumen*.
- *Maria Carolina Sousa Gomes e as Criaditas dos Pobres*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1987.
- *Memórias de um bispo*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1993.
- *O Concílio Vaticano II e a Constituição sobre Sagrada Liturgia*. Aveiro: [s.d.]. Separata do *Boletim de Pastoral Litúrgica*.
- *O padre Dr. Luís Lopes de Melo: no centenário do seu nascimento*. Fátima: Lux, 1985.
- *Memórias do Vaticano II no seu tempo: um testemunho*. *Humanística e Teologia*. 5: 2 (1984) 153-177.
- *Pessoas e acontecimentos*. Aveiro: Diocese, 1987.
- *Urbano Duarte: ensaio biográfico e seleção de textos*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1989. 2 vol.
- TRINDADE, Manuel de Almeida, bispo; Sousa, Gabriel de – *Figuras notáveis da Igreja de Coimbra*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1991.
- UMA VIDA para os outros: Sílvia Cardoso: *Testemunhos dos seus contemporâneos*. Introd. e recolha Ângelo Alves; sel. e org. Joaquim Carneiro Dias. Paços de Ferreira: Câmara Municipal, 1998.
- UNAMUNO, Miguel de – *Por terras de Portugal e da Espanha*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1989.
- VACANDARD, E. – *A tolerância religiosa*. Versão de Micallef Pace. Póvoa do Varzim: Livraria Povoense Editora de José Pereira de Castro, 1915. Coleção Ciência e Religião; 90.
- VALENTE, Vasco Pulido – *O poder e o povo: a revolução de 1910*. 3.<sup>a</sup> ed. revista e corrigida. Lisboa: Círculo de Leitores, 1999.
- VASCONCELLOS, António Garcia Ribeiro de – *O catholicismo durante o século XIX*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1901.
- VASCONCELOS, Evaristo de, SJ – *Religiosas: seleção sobre os institutos religiosos femininos existentes em Portugal*. Braga: Ed. do Mensageiro do Coração de Jesus, 1957.
- *Religiosos: seleção sobre os institutos religiosos masculinos existentes em Portugal*. Braga: Ed. do Mensageiro do Coração de Jesus, 1957.
- VASCONCELOS, Maria Emília de – *Breve memorandum das Festas da Agonia*. Viana do Castelo: [Tip. Gráf. Casa dos Rapazes], 1977.
- VAZ, Carlos Nuno – O pensamento religioso de Camilo. *Cenáculo*. 30: 2 (1990-1991) 47-59; 30: 3 (1990-1991) 27-60.
- VAZ, Nuno Mira – *Opiniões públicas durante as guerras de África*. Lisboa: Quetzal; Instituto de Defesa Nacional, 1997.
- VECHINA, José Carlos – Carmelitas Descalços. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. I, p. 297-300.
- VEIGA, Manuel Eduardo da Motta – *Esboço histórico-literário da Faculdade de Theologia da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1872.
- VENTURA, António – A contestação ao Centenário Antoniano de 1895. *Lusitania Sacra*. 8-9 (1996-1997) 361-383.
- *O exílio, os Açores e o cerco do Porto: D. Luís de Sousa Coutinho, primeiro marquês de St.<sup>a</sup> Iria, nas guerras liberais*. Lisboa: Edições Colibri, 2000. Coleção Colibri História; 24.
- VICENTE, João Dias, OFM – Subsídios para a biografia do sacerdote guineense Marcelino Marques de Barros (1844-1929). *Lusitania Sacra*. 4 (1992) 395-470.
- VIEIRA, Ana Maria Sousa – Teresa de Saldanha: singularidade de um projecto. *Reflexão Cristã*. 66-67 (1989) 26-42.
- VIEIRA, Armando – *A mensagem de Fátima e o II Congresso da Juventude Católica Feminina*. Lisboa: Ed. da Casa de Nossa Senhora de Fátima, 1942.

## BIBLIOGRAFIA

- VIEIRA, José Carlos de Sousa Alves – *Para a história do Sameiro*. Braga: Ed. Confraria do Santuário de Nossa Senhora do Sameiro, 1930.
- VIEIRA, Maria do Pilar S. A. – Congregações religiosas femininas. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. 1, p. 476-482. Vejam-se ainda, da mesma autora, todas as outras entradas relativas a cada uma das congregações aí referidas.
- VILAÇA, Helena – Notas de pesquisa para o estudo dos grupos religiosos minoritários em Portugal. In *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras do Porto*, 7 (1997) 31-51.
- VILLARES, Artur – As ordens religiosas em Portugal nos princípios do século xx. *Revista de História*, 13 (1995) 195-223.
- VINDE e vede: *formas de vida consagrada na Igreja*. Lisboa: Paulinas, D.L. 1995.
- VOLANTE, Luís, ver MORAIS, João.
- VOEGELIN, Eric – *A nova ciência da política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, 1.ª ed. 1952.
- VOLOVITCH, Marie-Christine – As organizações católicas perante o movimento operário em Portugal (1900-1912). *Análise Social*, 72 (1982) 1197-1210.
- La presse de la démocratie chrétienne au Portugal de 1870 à 1913. *Clio: Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, 2 (1980) 81-129.
- La vie catholique en France vue par les catholiques portugais (1900-1910): aux origines de la pensée contre-révolutionnaire au Portugal. *Recherches et Études Comparatives Ibero-Françaises*, 3, 39-50.
- *Le catholicisme social au Portugal: De l'encyclique «Rerum Novarum» aux débuts de la République (1891-1913)*. Paris: Université de la Sorbonne Nouvelle (Paris III), 1982. Tese de Doutoramento. Texto mimeografado.
- Quelques aspects importants du catholicisme social au Portugal entre 1890 et 1910. In *COLLOQUE UTOPIE ET SOCIALISME AU PORTUGAL AU XIX<sup>ÈME</sup> SIÈCLE*, Paris, 10-13 janvier 1979 – *Actes*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 1982, p. 79-103.
- WEMANS, Jorge – L'incontro col partito socialista portoghese. *Appunti di cultura e di politica*, 6-7 (1996) 40-49. Número especial: «Da cattolici per un nuovo partito della sinistra».
- YEL, Ali Murat – «Este lugar é sagrado...»: the creation and re-creation of sacredness in Fatima. *Lusitania Sacra*, 6 (1994) 295-307.
- ZENHA, Francisco Salgado – Uma nova concordata entre a Santa Sé e Portugal?. *Reflexão Cristã*, 40-41 (1984) 16-18.
- ZUQUETE, A. – *Leiria: subsídios para a história da sua diocese*. Leiria, 1943.

# ÍNDICE GERAL

## A

- Abbeville, João de, cardeal-legado, I, 317  
Abdelaziz, I, 93  
Abderramão I, califá de Córdoba, I, 97  
Abderramão II, califá de Córdoba, I, 100  
Abdu'l-Bahá, III, 487  
Abelardo, II, 538  
Abelly, Louis, bispo de Rodez, II, 440-441  
Abet, Moisés Ben, I, 75  
Aboazar Lovesendes, I, 441  
Aboim, João Peres de, mordomo-mor, I, 191, 322, 467-468  
Aboim, Maria, I, 467-468  
Aborto, III, 247, 295, 301, 312  
Abravanel, Isaac, I, 63, 86  
Abreu, António, II, 454  
Abreu, João Manuel de, II, 91  
Absentismo, I, 204, 239, 247, 248-249, 284, 290; II, 11, 25, 27, 195, 224, 234, 253, 378, 379, 518  
Absolutismo (ver Tradicionalismo)  
Abu 'Abd-Alláh (Al-Yâburi), I, 125  
Academias, II, 40, 91, 379-380, 463, 498, 629; III, 420, 421, 448  
Acção Católica Portuguesa (ver também Associativismo e militância católica), III, 131, 132, 135, 136, 142, 150, 155, 157, 163, 174, 176, 177-181, 184-188, 189, 191, 192, 194, 195, 196, 197, 198, 199-200, 202, 214, 216, 218, 220, 221-222, 225, 227, 228, 229-231, 231-238, 238-239, 240, 244, 246, 254-255, 260, 267, 270, 272-273, 288-289, 291, 298, 302-307, 309-310, 380, 381-382, 383, 385, 392, 413-414, 437  
Acciaiuoli, Filippo, núncio apostólico, cardeal, II, 172-173, 175  
Accoramboni, Octavio, colector apostólico, II, 157, 648  
Açores (ver também Angra), II, 103, 119, 325, 504, 654, 655; III, 30, 92, 151, 257, 264, 441, 451, 462-463  
Aculturação e inculturação, II, 10, 39, 258, 259, 270, 271, 272, 277-278, 278-279, 281, 290, 293, 294, 298-302, 305, 307-308, 309, 310-311, 386-387, 459, 460, 506-507, 582, 594, 615, 630, 641, 650, 653; III, 368, 384, 390-392  
Adriano, imperador romano, I, 53  
Adriano I, papa, I, 34  
Adriano V, papa, I, 321  
Adriano VI, papa, II, 148  
Adriano, santo, 427  
Aduarismo (ver Escutismo)  
Adventismo, III, 456, 460, 465-466, 470, 471-472, 474  
Advento, I, 29  
*Aeterni Patris*, encíclica papal, III, 124  
Afonso, Álvaro, II, 490  
Afonso Betotes, conde, I, 304  
Afonso, bispo da Guarda, I, 412  
Afonso, bispo de Palência, e de Lamego, I, 175  
Afonso, conde de Ourém, I, 398  
Afonso, duque de Bragança, II, 16  
Afonso, Gaspar, II, 363  
Afonso, infante de Portugal, cardeal, bispo da Guarda, de Viseu, arcebispo de Lisboa, II, 21, 103, 135, 144, 148, 149, 150, 196, 213, 230, 231, 235, 383, 492  
Afonso, Luís, I, 406  
Afonso, Maria, I, 470  
Afonso Maria de Liguori, santo, II, 647; III, 145  
Afonso, Pedro, I, 70, 72  
Afonso, príncipe real, I, 502, 504  
Afonso I, rei das Astúrias, I, 95, 103  
Afonso III, rei das Astúrias e Leão, I, 94, 95, 103, 104, 158, 304  
Afonso VI, rei das Astúrias, Leão e Castela/imperador da Espanha, I, 100, 103, 104, 106, 107, 109, 129, 209, 210, 225, 304, 309, 334, 356, 357, 434, 439  
Afonso VII, rei das Astúrias, Leão e Castela/imperador da Espanha, I, 213, 307  
Afonso IX, rei das Astúrias e Leão, I, 187, 455  
Afonso X, rei das Astúrias, Leão e Castela, I, 41, 58, 98, 104, 117, 119, 124, 192, 319  
Afonso I, rei do Congo, II, 271  
Afonso I (Henriques), rei de Portugal, I, 98, 102, 106, 107, 109, 148, 167, 170, 179, 185, 210, 213, 224, 225, 226, 228, 234, 235, 241, 305, 306, 307-308, 309, 311, 312, 344, 379, 433, 445-452, 508; II, 489, 629  
Afonso II, rei de Portugal, I, 4, 36, 41, 56, 68, 69, 106, 115, 126, 146, 174, 183, 193, 216, 232, 235, 264, 269, 306, 307, 311, 312, 314-315, 324, 462  
Afonso III, rei de Portugal, I, 8, 53, 56, 58, 60, 106, 114, 146, 148, 164, 166, 168, 170, 176, 177, 183, 187, 191, 193-194, 231, 235, 236, 243, 270, 306, 307, 316, 317-320, 322, 355, 402, 406, 462, 463, 467  
Afonso IV, rei de Portugal, I, 59, 60, 68, 108, 112, 146, 233, 324-326, 327, 411, 463, 464, 468, 480, 485, 489, 624, 660  
Afonso V, rei de Portugal, I, 41, 45, 54, 62, 63, 67, 68, 69, 75, 77, 104, 107, 108-109, 110, 111, 112, 115, 116, 233, 333, 495, 496, 499; II, 16, 49, 153, 263, 266, 407, 433, 449, 451, 558, 606, 608, 648, 659  
Afonso VI, rei de Portugal, II, 81, 87, 163, 182, 466, 557, 644  
Afonso Sanches, infante de Portugal, I, 160, 231, 472  
Afonso Sanches, fidalgo, I, 463  
África (ver também Colonização e colonialismo, Missionação), II, 11, 46, 103, 119, 261, 265-267, 272, 276, 280, 289, 293, 303, 307, 504, 510, 585, 644; III, 55, 86, 166, 182, 214, 249, 268, 269, 270-271, 305, 353, 358, 370, 383-384, 387-388, 392, 457, 469-470, 476, 488, 494  
Agden, Febádio de, I, 25  
*Aggiornamento* (ver Vaticano II)  
Agnosticismo, II, 44; III, 12, 43, 46, 96, 174, 197, 370, 437  
Agnus Dei, II, 362, 367  
Agostinhas, I, 498; II, 557, 603  
Agostinho, santo, bispo de Hipona, I, 21, 30, 32, 34, 222, 224, 261, 346, 348, 362, 416, 445; II, 33, 364, 391, 538, 587, 637, 659, 662  
Agostinhos, I, 185, 192, 222, 228, 373, 412; II, 19, 23, 24, 42,

- 74, 77, 176, 202, 203, 206, 215, 276, 291, 360, 387, 401, 422, 433, 576, 603, 606-607, 648
- Agreda, Maria de Jesus, II, 636
- Agricultura e mundo rural, I, 214, 262, 263, 264, 275, 280, 283, 462, 467; II, 317, 354-355, 371, 485, 528-529, 566, 628, 642, 650; III, 17, 23, 26, 30, 31, 42, 44-45, 76, 80, 83, 85, 91, 95, 100, 146, 148, 182, 198, 208, 210-211, 216, 232-233, 300, 301, 307, 309, 364, 368, 372, 389, 407, 411, 445, 468
- Aguiar, Américo Monteiro de (padre Américo), III, 133, 191
- Aguiar, Joaquim António de, III, 31, 137, 369, 426
- Aguiar, Francisco de Azeredo Teixeira de (Samodães, 2.º conde de), III, 49, 103, 110, 115, 121-122
- Aires, Francisco, II, 421
- Aiuti, André, núncio apostólico, III, 90-91, 92, 94, 100
- Aix-en-Chapelle, I, 244
- Ajuda da Fé, I, 70, 80-86
- Alandroal, I, 122
- Alão de Lille, I, 381
- Alarcão, Jorge, I, 13, 15
- Albaní, Nicola, II, 357-358
- Alberto de Áustria, arquiduque, cardeal, inquisidor-geral e vice-rei de Portugal, II, 110, 111, 350, 381-382, 576
- Alberto (*Magno*), santo, II, 375, 577
- Albuquerque, Afonso de, vice-rei da Índia, II, 268, 269, 362, 386
- Albuquerque, Fernando, III, 467
- Albuquerque, Henrique Ribeiro Ferreira de, III, 453
- Albuquerque, Jorge de, II, 268
- Albuquerque, Mouzinho de, III, 363
- Alcácer do Sal, I, 104, 179, 183, 185, 235-236, 277, 456; III, 255
- Alcobaça, I, 70, 75, 100, 145, 169, 183, 190, 191, 214, 216, 217, 235, 280, 282, 350-351, 370, 381, 384, 385, 396, 410, 413, 416, 417; II, 202-203, 205, 208, 324, 367, 356, 418, 449, 495
- Alcobaça, João de, I, 39, 70, 75, 77
- Alcorão, I, 91, 95, 129; II, 66, 407
- Aldeias e aldeãos (ver também Agricultura), I, 8-10, 44-45, 139-140, 141, 203, 205, 206, 213-214, 249, 267, 277-283, 360; II, 11, 78, 79, 121, 204, 213, 223, 239, 241, 250, 321, 394, 401, 414-415, 452, 466, 485, 511, 552, 570, 571, 577, 607-608, 628, 642; III, 17, 23, 26, 30, 31, 42, 44-45, 76, 80, 83, 85, 91, 95, 100, 146, 148, 182, 198, 208, 210-211, 216, 232-233, 300, 301, 307, 309, 364, 368, 372, 389, 407, 411, 445, 468
- Alden, Dauril, III, 388
- Alegria, José Augusto, II, 492
- Alejandro, Juan Antonio, II, 549-550
- Alemanha I, 28, 34; II, 51, 58, 97; III, 55, 80, 100, 108, 214, 222, 227, 358, 448, 483
- Alenquer, I, 231, 455, 499-501, 502; II, 332, 348, 652, 653, 655
- Alexandre, José, III, 468
- Alexandre II, papa, I, 116
- Alexandre III, papa, I, 311
- Alexandre IV, papa, I, 176, 179, 455-456
- Alexandre V, papa, I, 328
- Alexandre VI, papa, II, 17, 432, 468, 608, 659
- Alexandre VII, papa, II, 97, 163
- Alexandria, I, 34
- Alexandrino, Silvério, II, 453
- Alfaias litúrgicas, I, 246, 267, 271-273, 347, 352, 370, 391, 431, 432, 474, 475, 476-477, 484, 488; II, 195, 253, 254, 348, 357, 480-484, 522-523, 562, 568, 569-570, 606, 608; III, 257
- Alfáqueque, I, 106
- Alfárde, Pedro, I, 447
- Algarve, I, 186; II, 50, 65, 99, 103, 129, 202; III, 441, 462, 482
- Algarve (diocese do), I, 144, 180, 192, 193, 194, 410; II, 122, 145, 191, 192, 212, 390, 415, 523, 525, 630; III, 206, 207, 281, 467
- Aliaga, Luís de, II, 111
- Aliança Evangélica Portuguesa (AEP), III, 471, 479
- Aliança Neo-Espiritualista Portuguesa (ver Espiritismo)
- Aljubarrota, I, 45
- Alle, médico, I, 108, 114
- Almada, II, 603; III, 296, 474
- Almada, Francisco de Sousa e, II, 453
- Almansur, Yaqub, I, 94, 99, 434
- Almeida, II, 90
- Almeida, António, II, 455
- Almeida, António de, III, 113, 121
- Almeida, António José de, presidente da República, III, 432
- Almeida, Apolinar de, II, 288
- Almeida, Carlos Ferreira de, II, 627
- Almeida, Cristóvão de, II, 572, 630, 634, 635, 649
- Almeida, Fortunato de, I, 2, 144, 145-146, 147, 307; II, 287, 430, 655; III, 12, 47
- Almeida, Francisco de, II, 502, 649
- Almeida Garret, 1.º visconde de, III, 25, 71, 88, 121-122, 353
- Almeida, Gustavo de, III, 217
- Almeida, Jerónimo de, bispo de Angra e Açores, II, 654
- Almeida, João de, III, 222
- Almeida, João Ferreira de, III, 281-282, 447, 448
- Almeida, João J. da Costa, III, 453
- Almeida, Jorge de, bispo-conde de Coimbra, arcebispo de Lisboa, inquisidor-geral, regente, I, 382; II, 21, 110, 136, 428, 450, 475, 494
- Almeida, Leo de, III, 445
- Almeida, Manuel Nunes de, III, 222
- Almeida, Teodoro de, II, 40, 41, 42, 44, 205, 392, 398, 402, 423-424, 442, 612, 615, 621, 630
- Almeida, Tomás de, bispo de Lamego, do Porto, e cardeal-patriarca de Lisboa, II, 166, 536, 550, 565
- Almeida, Tomás Gomes de, bispo de Angola e Congo, e da Guarda, III, 46, 359, 363
- Almeida, Vieira de, III, 437
- Almeirim, II, 451
- Almendra, Júlia de, III, 224
- Almóadas, I, 99, 192, 447, 456-457
- Almorávidas, I, 99, 103, 436
- Al-Mutamid, Abbad bin Muhammad, rei de Sevilha, I, 434
- Alprão, Afonso de, inquisidor, I, 41, 393
- Alquímia, II, 374, 375
- Alumbrados (Iluminados), II, 75-77, 107, 570, 581, 605
- Alva, Julião de, bispo de Portalegre e de Miranda, II, 227, 240, 494
- Álvares, Afonso, II, 67, 452, 453
- Álvares, João, I, 384-385; II, 16, 383
- Álvares, Luís, bispo de Portalegre, II, 433
- Álvares, Luís, padre jesuíta, II, 455, 630
- Álvaro, conde, I, 496
- Álvaro, duque de Viseu, I, 63
- Álvaro, Paulo, I, 101
- Alves, António Durão, III, 166
- Alves, Francisco Manuel (abade de Baçal), III, 443
- Alves, João, bispo de Coimbra, III, 251, 281
- Alves, João Carlos, III, 187
- Alves, José da Felicidade, III, 271, 273, 274
- Alves, Sebastião José, III, 377
- Alvito, I, 60, 462
- Amadeu (ou Amador) da Silva de Meneses, beato, I, 339, 362, 374, 505; II, 648
- Amaral, Francisco de, II, 630
- Amaral, João Bosco Mota, III, 267
- Amaral, Luís, I, 145
- Amaral, Pedro, II, 247
- Amaral, Sebastião do, II, 604
- Amarante, Carlos da Cruz, II, 580, 664
- Amélia de Orléans, rainha de Portugal, III, 467
- América, II, 270, 272, 276, 274, 277, 280, 290-291, 296-297, 301, 303, 302, 307, 506-507, 510, 628; III, 272, 310, 450, 463, 469

- Américo, bispo de Coimbra, I, 392  
 Américo, padre (ver Aguiar, Américo Monteiro de)  
 Ameríndios (ver América)  
 Amorim, Ana de Jesus Faria de, III, 173  
 Amzalak, José, III, 439  
 Amzalak, Leão, III, 439  
 Amzalak, Moisés, III, 441  
 Anahory, Simão, III, 439  
 Anaia, João, bispo de Coimbra, I, 167, 241  
 Ananda Marga Pracaraka Samga, III, 487  
 Anarquismo, III, 18, 38, 49, 50, 101, 435  
 Ancel, Alfred, bispo aux. de Lyon, III, 290  
 Anchieta, José de, II, 458, 459; III, 395  
 Andaluz, Luísa, III, 172  
 Andeiro, João Fernandes, conde, I, 65, 328  
 Anderson, James, III, 421  
 Andrade, António de, II, 289  
 Andrade, António de Feliciano de, II, 631  
 Andrade, António do Espírito Santo, II, 630  
 Andrade, Diogo de Paiva de, II, 402, 424, 433, 434, 630  
 Andrade, Filomena, I, 145  
 Andrade, Gomes Freire, grão-mestre do Grande Oriente Lusitano, II, 93; III, 423, 424  
 Andrade, José Dias de, III, 432  
 Andrade, Lucas de, II, 251  
 Andrade, Luís Álvares de, II, 580, 594, 595, 661  
 Andrade, Manuel Tavares, II, 349  
 Andrade, Matias de, II, 423  
 Andresen, Sophia de Mello Breyner, III, 288  
 Anes, Estêvão, chanceler-mor, I, 191, 322, 402, 462, 463, 467  
 Ângela de Foligno, santa, II, 571  
 Anglicanismo, II, 74; III, 38, 44, 428, 445-446, 447, 448, 449, 451-454, 470  
 Angola, II, 97, 121, 189, 193, 267, 268, 270, 276, 282, 286, 385-386; III, 223, 243, 250-251, 308, 355, 362, 364, 366, 367-368, 369, 374, 394, 456, 457, 466, 469, 498-499  
 Angra e ilhas dos Açores (diocese de), II, 380-381, 559, 561, 654-655; III, 138  
 Animais, II, 541  
 Animismo (ver Paganismo)  
 Anjos, II, 621-625  
 Anjos, Luís dos, II, 37, 361, 424, 643  
 Anjos, Manuel dos, II, 649  
 Anselmo, José, II, 619  
 Ansur, I, 432  
 Ansuers, Pedro, I, 436  
 Antão, santo, I, 360  
 Anticlericalismo, I, 472; II, 10, 177, 268, 621; III, 11, 17, 23, 31, 38-40, 41, 46, 47, 52-54, 55, 59, 70, 74, 86, 91, 94-95, 95-96, 98-99, 105, 106, 111, 120-121, 122, 137, 139-142, 144, 148, 153-154, 162, 167-168, 178, 197, 199, 209, 326, 355, 363, 369-370, 412, 426, 428-436, 466, 467, 495, 498, 503  
 Anticristianismo, I, 86-87  
 Anticristo, I, 37  
 Antijudaísmo, I, 43, 55, 56, 58-59, 60, 61, 63-69, 69-86, 382; II, 9, 49-51, 52-54, 63-64, 65, 213, 220-221, 331, 374, 382, 407; III, 446  
 Antioquia, I, 284  
 Antoine-Frédéric Ozanam, beato, III, 112  
 Antonino, bispo de Mérida, I, 33  
 Antonino de Florença, santo, II, 642  
 António de Lisboa, santo, I, 37, 339, 360, 374, 457, 472; II, 87, 324, 641-642; III, 55, 146, 160-161  
 António, infante de Portugal, II, 144-145  
 António, Lauro, III, 209  
 António, mestre, I, 70, 77, 80-86  
 António, prior do Crato, II, 80, 81, 111, 136-137, 156, 420, 606  
 Antropologia (ver também Festas, Sociologia), I, 13-14, 44, 391, 423-424, 430-431, 442, 445-452, 457-458, 461, 465, 479-480, 486, 488-491, 507; II, 11, 12, 38, 49, 52, 56-62, 68, 78-79, 85-86, 87, 88, 125-128, 153, 235, 252, 257-258, 262, 299-302, 307, 311, 317-322, 325-326, 327-328, 339, 345, 361-362, 365, 369-375, 379, 385, 424, 451, 452-462, 474, 475, 484-486, 510, 521, 522-523, 529-557, 572-573, 582, 583, 591, 594, 612-614, 618, 622, 625, 627, 628, 633, 634, 641, 650, 652-657, 661, 675; III, 9, 11, 28, 70-71, 86, 87, 91, 94, 105, 136, 148, 151-152, 173, 257, 258-259, 262-266, 401-406, 406-411, 414, 437, 438, 443, 476, 477, 478, 497-499, 503-506  
 Antunes, Francisco, III, 368  
 Antunes, João, II, 580  
 Antunes, João, III, 482  
 Antunes, João Lobo, III, 345  
 Antunes, José, III, 285  
 Antunes, José Maria, padre espiritano, III, 368, 371  
 Antunes, Manuel Luís Marinho, III, 264  
 Antunes, Manuel, padre jesuíta, III, 279  
 Anunciação, Francisco da, II, 413, 422, 603  
 Anunciação (Povolide), Miguel da, bispo-conde de Coimbra, II, 39, 40, 141, 172, 173, 174, 176, 214, 228, 235, 254, 255, 381, 384, 388, 389, 397, 525-526, 550, 619, 672  
 Aparições, II, 355, 577, 619, 625, 630, 631, 637; III, 153, 158, 238, 243, 403  
 Apologética, I, 4, 21, 39, 43-44, 69-86, 116, 127-129, 229, 232, 377, 453, 457; II, 43, 56, 63, 65-66, 70, 346, 382, 398-399, 400, 407, 420, 432-442, 574, 625, 646, 647, 648, 651; III, 41, 42, 44, 45, 46, 53, 70, 72-73, 75, 83, 84, 89, 91, 92, 93, 98, 99-100, 113, 120-122, 123, 124, 139, 155, 174-175, 186, 262, 288, 447, 450, 451, 464-465, 468, 504  
 Apostolado da Oração, III, 58, 105, 106, 114-115, 144, 150, 159, 166, 178, 226, 288  
 Apostolado dos Leigos (ver Laicado)  
*Apostolicam actuositatem*, declaração conciliar, III, 225, 302  
 Apóstolos do Coração Imaculado de Maria, III, 226  
 Apresentação, Egídio da, II, 629  
 Apresentação, Luís da, II, 63  
 Apringio, bispo de Beja, I, 240, 349  
 Aquitânia, I, 30, 31, 34  
 Árabes, I, 4, 92, 117-118, 121-122  
 Aracoeli, Francisco de, II, 42, 572, 649  
 Aragão, I, 4  
 Aranda, Mateus, II, 492  
 Aranha, Brito, II, 383  
 Aranha, João Afonso, vedor da Fazenda, bispo de Safim, e do Porto, I, 327  
 Aranha, Tomás, II, 596, 649  
 Araújo, Ana Cristina, II, 318, 591, 592-593  
 Araújo, António, II, 387  
 Araújo, Francisco Salgado, II, 181  
 Araújo, José, II, 438  
 Arcanjos, António dos, II, 630, 649  
 Arganil, I, 179  
 Argote, Jerónimo Contador, II, 572  
 Arianismo, I, 25-29, 48, 33, 240, 303  
 Arias, Juan, III, 289  
 Ariès, Philippe, II, 621  
 Aristóteles, III, 402, 420, 429  
 Arles, I, 25  
 Arouca, I, 145, 175, 208, 219, 233, 455, 460  
 Arquitectura (ver também Arte sacra), I, 37, 122-123, 274, 286, 368-370, 388, 389, 390, 466; II, 277, 326, 346, 355-356, 466-473, 482, 580, 605, 607, 608, 609, 664; III, 71, 124, 158, 220-224, 257  
 Arquivos e bibliotecas, I, 145, 215, 240, 267, 271, 345-348, 350-351, 366, 367, 381, 384, 388, 392-393, 397, 407, 412, 413-417, 432, 445, 460; II, 24, 30, 33, 35, 59, 60, 102, 124-125, 195, 199, 235, 251, 254, 256, 256, 347, 357, 375, 418, 426, 434, 449, 472, 510, 531, 532, 606, 629  
 Arrábida, II, 18, 24

- Arrais, Amador, bispo de Portalegre, esmoler-mor, II, 382, 420, 421, 433, 467, 494, 542, 553, 573, 589-590
- Arroteia, Fernando de, I, 377
- Ars, santo cura de (ver Jean-Marie Vianney)
- Arte sacra (ver também Arquitectura), I, 271-273, 379, 380, 391-392; II, 277, 281, 359, 462-486, 563, 574; III, 71-72, 74-75, 100, 110, 136, 161, 182, 220-225, 257, 385, 390
- Artes decorativas (ver Escultura e artes decorativas, Indústria, artesanato e operariado)
- Artur, rei dos bretãos, II, 88
- Ascensão, Marceliano da, II, 43
- Ascensio, Eugenio, II, 66
- Asclico, santo, I, 427
- Ásia (ver também Padroado régio), II, 11, 66, 68, 119, 142, 154, 161, 170, 188, 193, 261, 274, 276-277, 282, 292, 293, 303-305, 307, 308, 646; III, 55, 86, 166, 182, 305, 358, 364, 370, 428, 447-448, 477, 487, 494
- Assembleias de Deus, III, 461-463
- Assistência, I, 238, 262, 359, 365, 366, 374, 423, 428, 460-470, 478, 485, 491; II, 11, 22, 36, 59, 174, 179, 214, 234, 244, 251, 326, 329-331, 334, 347, 356, 357, 393, 394, 420, 456, 460, 521, 563, 589, 609, 634, 646, 647, 648, 654, 655, 656, 659, 664, 673, 674; III, 37, 38, 43, 44, 46, 47, 49, 50, 92, 93, 96, 98, 110, 114, 131, 132-133, 137, 144, 160, 161, 163, 164, 168, 172, 186, 194, 195, 198, 212, 252, 264, 266, 364, 366, 373, 439, 442, 449, 460, 462, 472, 476, 482
- Associação Sukio Mahikari, III, 487
- Associativismo e militância católica (ver também Acção Católica Portuguesa), III, 34, 38, 40, 44-45, 46, 47, 48, 49, 50, 54, 57, 58, 59, 91, 92-93, 94, 97, 98, 99-101, 102, 103, 104, 106, 108, 111, 112-113, 116-119, 119-121, 122-123, 125, 130, 131-133, 137-138, 144, 146-147, 154, 158, 159, 167-168, 169, 174-177, 177-181, 182, 184-188, 192, 195, 202, 213, 225-238, 244, 246, 256, 260-261, 262, 266-269, 270, 271-277, 278-279, 291, 293-294, 299-300, 302-313, 321-322, 364, 365-367, 380-381, 386, 413-414, 433, 495, 496, 505
- Assor, Abraham, III, 440
- Assunção, Diogo da, II, 62
- Assunção, José da, II, 418, 431-432
- Assunção, José Reis da, III, 176
- Assunção, Lino da, II, 621
- Assunção, Manuel da, II, 387
- Assunção, Rafael da, prelado de Moçambique, bispo de Cabo Verde, III, 371
- Astorga, I, 6, 32-33, 149, 237
- Astrologia, II, 80, 370, 371, 374-375, 489
- Ataíde, António de, vedor da Fazenda, conde da Castanheira, II, 227
- Ataíde, João de, I, 494-495, 497, 502-504, 505
- Ataíde, João de, bispo de Viseu, II, 227
- Ataíde, Jorge de, bispo de Viseu, II, 112, 156, 227
- Ataíde, Luís de, vice-rei da Índia, II, 459
- Atanásio, santo, patriarca de Alexandria, I, 354
- Ateísmo (ver também Agnosticismo, Descrença), II, 44, 58; III, 11, 12, 88, 157, 168, 174, 193, 243, 422, 437, 467
- Atouguia, I, 494-495
- Augusto, imperador romano, I, 137
- Au milieu des sollicitudes*, encíclica papal (1892), III, 43, 56
- Aurora, conde de, III, 373, 382
- Áustria, II, 174; III, 112
- Ayala, Josefã de (Josefa d'Óbidos), II, 574, 576
- Aylli, II, 317
- Aveiro, I, 252, 498; II, 350
- Aveiro (diocese de), I, 252; II, 193, 210; III, 68, 134, 169, 198, 207, 253, 254, 281
- Aveiro, Pantaleão de, II, 357
- Avelar, Francisco Gomes de, arcebispo-bispo do Algarve, III, 75
- Avicena, I, 123
- Ávila, I, 18
- Ávila e Bolama, 1.º marquês e 1.º duque de, primeiro-ministro, III, 41
- Avito, I, 34
- Avril, J., I, 248
- Azambuja, Jerónimo de, II, 124, 433; III, 447
- Azambuja, João Esteves Afonso de, chanceler-mor, bispo do Algarve, do Porto, Coimbra e arcebispo de Lisboa, cardeal, I, 111, 252
- Azevedo, António de Araújo de, conde da Barca, III, 423
- Azevedo, Carlos Moreira, III, 161, 280
- Azevedo, Egídio Pereira de Oliveira e, III, 356-357
- Azevedo, Francisco de, II, 416
- Azevedo, João Lúcio de, II, 171
- Azevedo, Joaquim, III, 116
- Azevedo, José Pegado da Silva, II, 438, 440
- Azevedo, Nicolau da Maia, II, 634
- Azevedo, visconde de, III, 122, 123, 124
- Azpícueta Navarro, Martin, II, 23, 214, 380, 498, 545, 546, 638

**B**

- Babo, Francisco, III, 148
- Baçal, abade de (ver Alves, Francisco Manuel)
- Bacon, Francis, II, 317
- Baden-Powell, III, 442, 455
- Baha'i, III, 415, 486-487, 494
- Bahá'u'lláh, III, 486
- Baião, A. J. S., III, 472
- Baião, Francisco (*o Gago*), II, 67
- Baião, José Pereira, II, 42
- Balbi, II, 202
- Baldino, Justo, bispo de Ceuta, I, 377
- Balthasar, Urs von, III, 288
- Banda, I, 13
- Bandarra, Gonçalo Anes, II, 82-83, 84, 85, 86; III, 410
- Banha, João Rodrigues, II, 136
- Baptista, António Alçada, III, 204, 278, 290
- Baptista, António F., III, 462
- Baptista, João, II, 40, 205
- Baptista, Júlio César, I, 185, 307, 328
- Baptista, Manuel, II, 387
- Baptista, Maria F., III, 462
- Baptistas, III, 458-460, 461, 463, 464, 468, 470, 471
- Baquiarão, I, 203
- Barata-Feyo, III, 222
- Barbaro, Ludovino, II, 420
- Barberini, cardeal, II, 160
- Barbosa, Francisco, II, 374
- Barbosa, Jerónimo Soares, II, 621
- Barbosa, João Morais, I, 37
- Barbosa, Joaquim, II, 453
- Barbosa, José, II, 630, 649
- Barbosa, José F. Amorim, III, 408
- Barbosa, José Francisco de A. Freire, II, 630
- Barbosa, Pedro, I, 145
- Barcelos, I, 252; II, 415, 510; III, 56, 373
- Barradas, Sebastião, II, 433
- Barreiro, III, 223
- Barreiros, Gaspar, II, 359
- Barreto, Francisco, bispo do Algarve, II, 214
- Barreto, José, III, 338
- Barreto, Manuel Agostinho, bispo do Funchal, III, 54, 138
- Barreto, Melchior Nunes, II, 386
- Barroco, II, 11, 38, 235, 246, 343, 359, 365, 401, 413, 414, 421, 434-435, 437-441, 470-472, 495, 498, 500, 502, 511, 555, 565, 576, 579, 622, 630, 641; III, 71
- Barros, Ana, I, 145
- Barros, Brás de, II, 546
- Barros, Henrique de Gama, I, 114
- Barros, João de, II, 63, 86, 383, 386, 424, 494

- Barros, Manuel de, II, 457  
 Barros, Maria Filomena Lopes de, I, 108  
 Barroso, António José de Sousa, prelado de Moçambique, bispo de São Tomé de Meliapor e bispo do Porto, III, 54, 56, 139, 140, 362, 368, 378  
 Barroso, Péro, II, 650  
 Barruel, abade, III, 424  
 Bartolomeu, santo, I, 465  
 Bartolomeu dos Mártires, beato, arcebispo de Braga, II, 19, 22, 25-26, 137, 146, 213, 214-215, 227, 234, 253, 255, 336, 359, 361, 379, 380, 384, 385, 387, 391, 394-395, 397, 398, 400-401, 408, 414, 415, 420, 428, 430, 433, 443, 493, 517, 518, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 534, 546, 548, 553, 554, 559, 570, 612, 638-639, 640, 646  
 Basílio de Cesareia, santo, I, 205; II, 659  
 Basilissa, mártir, I, 427  
 Basto, Artur Carlos Barros (Abraham Israel Ben Rosh), III, 441-447  
 Basto, Domingos, III, 176  
 Basto, José António de Sousa, visconde da Trindade, II, 664  
 Basto, Maria do Rosário, I, 145  
 Batalha, I, 377, 378; II, 355  
 Baxete, Clemente, II, 357, 358  
 Beato de Liébana, I, 122, 346, 349-350, 351, 416  
 Beatriz (ou Brites) da Silva de Meneses, beata, I, 339, 375, 498, 501, 648  
 Beatriz, duquesa de Viseu e de Beja, I, 496  
 Beatriz, rainha de Portugal, I, 319-320; II, 451  
 Becket, Thomas (ver Thomas Becket)  
 Beckford, II, 503  
 Beckford, William, II, 673  
 Beda, santo, II, 317  
 Beirante, Ângela, I, 192  
 Beirão, Raimundo dos Anjos, III, 114  
 Beja, I, 16, 56, 67, 106-107, 125, 250, 472; II, 197, 202, 485  
 Beja (diocese de), I, 185; II, 193, 206, 210, 220; III, 53, 160, 172, 206, 207, 216  
 Beja, António de, II, 375  
 Belchior, Maria de Lourdes, III, 299  
 Belém, Jerónimo de, II, 42, 508, 619, 621  
 Bélgica, II, 58, 563-564, 573, 621; III, 83, 100, 121, 135, 140, 170-171, 179, 180, 183, 477-478  
 Bell, Aubrey, II, 433-434  
 Bell, Lester Carl, III, 460  
 Bellarmino, Roberto (ver Roberto Bellarmino)  
 Bellet, Maurice, III, 290  
 Belmonte, III, 439, 443, 445, 446  
 Belo, António Mendes, bispo do Algarve e cardeal-patriarca de Lisboa, III, 46, 59, 140, 142, 144, 162, 166, 167  
 Belo, Fernando, III, 279-280  
 Belo, João, III, 372, 377  
 Belo, Ruy, III, 288  
 Beltrão, João, II, 428  
 Bem, António Caetano de, II, 43  
*Bem Público*, O, III, 46  
 Benadife, Isaac, I, 62  
 Benarus, Adolfo, III, 441, 444  
 Benedita, ermita, I, 221  
 Beneditinas, I, 170, 175, 183, 291, 292, 357; II, 460  
 Beneditinos, I, 7, 148, 159, 165, 172, 179, 210-211, 215, 216, 217, 219, 228, 345, 353, 357, 370, 385, 386, 393, 431; II, 17, 152, 202, 203, 204, 205, 359, 422, 460-461, 495, 576, 629; III, 26, 75, 114, 170-171, 224, 252, 322  
 — Cistercienses, I, 9, 100, 143, 145, 160, 170, 172, 175, 176, 183, 188, 190, 194, 212-214, 216, 217, 219, 221, 227, 228, 233, 235, 256, 279, 280, 281-282, 357, 367-370, 378, 379, 420, 454-455, 471; II, 17, 202-203, 208, 377, 421, 429, 494-495, 576  
 — Cluniacenses, I, 9, 100, 209-210, 211-212, 213, 345, 356-360, 424, 431, 432, 442, 444, 453; II, 660  
 Benefícios (ver também Padroado régio), I, 7-8, 146, 244, 245, 247, 248-252, 286, 290-291, 308-309, 321, 328, 400, 407, 408, 409, 499; II, 54, 109, 138, 142, 144-146, 148, 149, 150, 151, 157-158, 159, 161-162, 165, 167, 176, 177, 195, 197, 212, 219, 220, 221, 222-224, 378, 379, 488, 519; III, 26, 29, 31, 33, 40, 67, 88, 91, 93, 103, 104, 111, 141, 370, 433  
 Beneplácito régio, I, 327; II, 167-168, 174-175, 176, 177, 178, 181, 390, 672; III, 68, 139-140, 141, 142, 360, 414, 428  
 Benevides, Gregório, II, 524  
 Bensabat, Levy, III, 439  
 Bensaúde, Abraham, III, 439  
 Bensimou, Levy, III, 440  
 Bento de Núrsia, santo, I, 205, 207, 208, 209, 346, 356, 357-360, 367  
 Bento XII, papa, I, 228  
 Bento XIII, papa, I, 75, 228; II, 388, 613  
 Bento XIV, papa, II, 40, 88, 163, 169, 301-302, 388, 427, 482, 549, 565, 593, 613, 643, 662-663, 664; III, 423  
 Bento XV, papa, III, 130, 161  
 Berberes, I, 4, 92, 93, 101  
 Berdiaeff, Nicolas, III, 177  
 Berg, Daniel, III, 461  
 Bergier, II, 44  
 Bermudes, Félix, III, 482  
 Bermudo Ordonhes, príncipe, I, 423  
 Bernardes, António de Oliveira, II, 577  
 Bernardes, Diogo, II, 434, 453  
 Bernardes, Manuel, II, 29, 33, 208, 388, 416, 419, 421, 595, 603, 605, 614, 622, 630, 636, 641, 649  
 Bernardino de Sena, santo, I, 374; II, 618  
 Bernardo, arcebispo de Toledo, I, 209, 210, 225, 242, 309, 356, 436, 438  
 Bernardo, bispo de Coimbra, I, 166-167, 225, 226, 356  
 Bernardo, bispo de Sigüenza e arcebispo de Compostela, I, 209  
 Bernardo, cronista, I, 444  
 Bernardo de Claraval, santo, I, 37, 212, 213, 380, 387-388, 460; II, 23, 24, 33, 406, 419, 576, 620, 622  
 Bérulle, Pierre, cardeal, II, 631  
 Besant, Annie, III, 482  
 Bethencourt, Francisco, II, 369-370  
 Bezerra, João, II, 62  
 Bezerra, Lima, II, 334  
 Bíblia e exegeza bíblica, I, 29, 32, 36, 43, 48, 54, 72-74, 75, 86, 91, 129, 261, 263, 341, 346, 347, 348-349, 350-351, 362, 367, 370, 384, 387, 392, 393, 398, 401, 450; II, 38, 82, 84, 88, 214, 218, 235, 258, 279, 299, 334, 377, 382, 383, 391, 392, 397, 398-399, 409, 417, 418, 426, 427, 432, 433, 434, 437, 451, 453, 454, 456, 457, 459, 460, 469, 478, 479, 480, 517, 574, 576, 577, 580, 581, 621, 622, 623, 625, 632, 634, 650, 660, 662; III, 28, 46, 78, 80, 83, 111, 118, 151, 169, 189, 214, 218, 260, 266, 271-272, 276, 279-280, 287, 304, 402, 447, 448-449, 451, 452, 454, 457, 459, 461, 462, 463, 464, 467, 474, 477, 478, 497, 498  
 Bichi, Vincenzo, núncio apostólico e cardeal, II, 160, 165, 166, 168, 171  
 Bidarra, Manuel, III, 238  
 Bigote, J. Quelhas, II, 610  
 Birmânia, II, 276  
 Bishko, Charles, I, 206  
 Bispos, I, 18, 20-21, 31, 32, 33, 34, 41, 54-55, 129, 139, 146, 203, 204, 205, 215, 222, 227, 233, 237-244, 245, 246, 248, 249, 250, 252, 255, 262, 274, 284-286, 287, 288, 289, 303, 304, 306, 312, 317, 318, 319, 320, 321, 322-326, 328, 329, 332-333, 352, 354, 356, 357, 366, 371, 375, 387-397, 398, 399, 407, 408, 411, 423, 431, 472; II, 9, 11, 21, 25-26, 27, 63, 91, 99, 103, 105, 110, 112, 135, 136, 137, 138, 140, 143, 146, 149, 151, 156, 157, 158, 159, 160, 161-164, 165, 169, 170, 172, 174, 175, 179, 181, 189, 194, 198, 212-220, 222, 225-235, 237, 242, 243, 249, 250, 251-255, 262, 279, 288, 289, 293-294, 296-297, 299, 308, 325, 336, 337, 345, 346, 359,

- 379, 382-385, 386-387, 388-389, 393, 404, 463, 468, 487, 488, 517-518, 564, 570, 584, 614, 642, 646, 674; III, 21, 22, 25, 26-27, 28, 29, 30, 32, 34, 38, 46-47, 48, 53, 54, 67-68, 68-69, 74, 75, 77, 78, 80, 82, 88, 89, 90, 91, 92, 97, 103, 104, 105, 112, 121, 123, 138-142, 142-144, 152, 154, 155, 157, 162, 164-169, 172, 173-174, 176, 178, 179, 180, 182, 185, 192, 195, 198, 207, 210, 214-215, 216, 217, 226, 227, 229, 233-234, 235-236, 238, 240, 241, 242, 247, 248, 249, 250-251, 253, 256, 258-259, 260, 261, 265-266, 270, 273, 274, 275, 278, 284, 290, 291, 292, 293, 296, 297, 302, 304, 305-306, 308, 309, 310, 328, 359, 362, 373, 374, 377, 388-389, 411, 423, 424, 428, 433, 449, 456, 459, 468, 504
- Bizantinos (Império Bizantino), I, 141; II, 660
- Bladio, João, II, 429
- Blastfêmia e sacrilégio, I, 41, 87; II, 68, 78, 102, 117, 255, 407, 470, 518-525, 566, 569-570, 615
- Blavatsky, Helena P., III, 481, 482
- Blois, Louis de, II, 24, 420
- Bluteau, Rafael, II, 374
- Boaventura, santo, I, 230, 373, 374; II, 23, 24, 33, 72, 419, 576
- Boavida, António José, III, 361, 362, 363, 378
- Bobadilla, Francisco de, II, 580
- Bolano, Afonso de, II, 266
- Boléo, José Paiva, III, 260-261
- Boletim de Informação Pastoral*, III, 216, 218, 224-225, 254, 261, 314, 392
- Bombarda, Miguel, III, 53, 124
- Bombarral, III, 360
- Bomtempo, João Domingos, II, 503
- Bona, Henrique de, I, 447
- Bonald, III, 84
- Bonança, João, III, 431, 437
- Bonifácio VIII, papa, I, 388
- Bonifácio IX, papa, I, 192, 235; II, 16
- Bordalo, José, II, 453
- Borges, António A., II, 159
- Borges, Ferreira, II, 93
- Borges, Gomes, I, 484
- Borges, José Primeiro, III, 386
- Bórgia, Rodrigo, cardeal, I, 408
- Borgonha, João de, II, 428
- Borja, João de, II, 359
- Borrow, George, III, 449
- Bosco Delitoso*, I, 384; II, 420
- Bosch, David, II, 273-274
- Bossuet, Jean, II, 675
- Bota, Isabel Roiz, I, 484
- Botafogo, Diogo Gonçalves, I, 408
- Botão, Fátima, I, 145
- Botelho, Damião, II, 436
- Boulard, Fernand, III, 216
- Bourdon, Léon, III, 388
- Boyajjian, James, II, 58
- Bowker, Colin Monypenn, III, 462
- Bowker, Margaret, III, 462
- Braga, I, 24, 33, 139, 140, 195, 238, 267, 277, 283, 286, 326, 333, 344, 371, 388, 406; II, 241, 356, 360-361, 361, 379, 407, 466, 492-494, 503, 517, 558, 565, 568, 579-580; III, 45, 58, 92, 104, 108, 115, 124, 134, 170, 190, 190, 194, 253, 285
- Braga (diocese de), I, 6, 103, 144-145, 146, 148-161, 163, 169, 179, 193, 194, 210, 230, 240, 241, 242, 245, 246, 264, 265, 277, 286, 305, 309-310, 317, 324, 326, 340, 355, 357, 370, 388, 391, 394, 399, 406, 407; II, 22, 25-26, 135, 141, 158, 189, 191, 196, 198, 210, 212, 213, 214, 215, 216, 224, 225, 240, 250, 356, 364, 393, 400, 401, 402, 404, 405, 408, 409, 426, 429, 430, 443, 449-450, 461, 487-488, 509, 519-520, 521, 522, 523-524, 526-527, 561-562, 563, 568, 578, 580-581, 591, 610-611, 612, 637-638, 660; III, 53, 135, 151, 152, 173, 198, 206, 211, 254, 258, 294-295, 464
- Braga, João de, provincial dos Dominicanos, II, 19
- Braga, Joaquim Teófilo, presidente da República, II, 452, 655; III, 53, 429, 430, 466
- Bragança, I, 59-60, 376; II, 355, 573; III, 438
- Bragança e Miranda (diocese de), I, 156-158; II, 191, 192, 198, 209-210, 213, 214, 215, 225, 325, 404, 534, 535, 543, 545, 549, 592, 609; III, 173, 222, 444, 445, 446
- Bragança (casa ducal e real de), I, 63, 379, 494, 505; II, 145, 210, 230, 500
- Bragança, Alexandre de, arcebispo de Évora, inquisidor-geral, II, 110, 112, 145, 230
- Bragança, Gaspar de, arcebispo de Braga, II, 164, 230, 235, 367, 391, 397-398, 428, 499, 529
- Bragança, João de, bispo de Viseu, II, 27, 145, 230
- Bragança, Joaquim, I, 355, 366
- Bragança, José de, inquisidor-geral, arcebispo de Braga, II, 110, 112, 135, 172, 173, 219-220, 230, 242, 388-389, 390, 417, 499, 620, 641
- Bragança, Nuno de, III, 288
- Bragança, Teodósio de, arcebispo de Évora, II, 145, 196, 198, 210, 219, 230, 253, 387, 421, 467
- Branca, infanta de Portugal, I, 231
- Branco, José Oliveira, III, 347
- Brandão, Caetano, bispo de Belém do Pará e arcebispo de Braga, II, 176, 216, 230, 392-393, 398, 428, 499, 507, 529, 657; III, 75
- Brandão, Francisco, II, 620, 621
- Brandão, Hilarião, II, 420-421, 571
- Brandão, Luís, II, 421
- Brandão, Pedro, bispo de Cabo Verde, II, 433
- Brandão, Raul, III, 74, 88, 93
- Brás, Camilo, II, 621
- Brás, Joaquim Alves, III, 191
- Brasil, II, 10, 11, 54, 55, 58, 59, 63, 66, 85, 92, 93, 102, 103, 104, 119, 121, 129, 131, 152, 165, 166, 168, 172, 188-189, 191, 193, 194, 233, 261, 265, 270, 274, 275, 276, 281, 285, 286, 289-291, 293, 302, 303-304, 308, 309, 339, 387, 393, 412, 434, 458-459, 462, 468, 476, 505, 506-507, 511, 553, 560, 564, 580, 585, 628, 629-630, 644, 657-658, 673; III, 21, 22, 23-24, 27, 55, 91, 92, 108, 242, 249, 278, 388, 423, 450, 452, 456, 458, 459, 461-462, 468, 471, 476, 480, 488
- Brásio, António, III, 255, 381, 387-388, 390
- Braudel, Fernand, II, 69-70
- Brazão, Eduardo, III, 159, 168
- Brígida, santa, II, 631
- Brihuega, Bernardo de, I, 384, 477
- Bringel, José de, II, 621
- Brisson, Olivier, II, 74
- Brito, Bernardo de, II, 346, 362
- Brito, Estevão de, II, 500
- Brito, José de, II, 664
- Brochardo, Estevão Anes, chanceler-mor, bispo de Coimbra, I, 324
- Brotéria*, III, 287, 288, 386, 393, 468
- Bruno, Giordano, II, 375
- Bruno, Sampaio, III, 53, 111, 149, 437, 467
- Bruslé, Jean-Thomas, II, 90
- Bruxaria (ver Magia)
- Bucério, André, II, 457
- Buchanan, George, II, 73, 75, 603, 638
- Budismo, II, 306, 308, 310; III, 402, 405, 488, 494
- Budomel, chefe africano, II, 264
- Buescu, Ana Isabel, III, 66
- Bula da Cruzada, II, 142, 148, 158, 162, 174; III, 69, 90, 138
- Bulhões, António da Madre de Deus, II, 630
- Bulhões, Miguel de, II, 657
- Bulhões, Valentim de, II, 39
- Burdino, Maurício (antipapa Gregório VIII), bispo de Coimbra e arcebispo de Braga, I, 209, 210, 211, 225, 307, 340, 356, 407, 439

- Burgos, I, 209, 357, 436  
 Burgos, Paulo de, I, 75  
 Burguesia, I, 167, 219, 241, 247, 252, 312, 351, 362, 366, 410, 433, 439, 450, 453, 461-470, 470-474, 484, 494; II, 57, 90, 93, 130, 131, 207, 208, 284, 321, 606-607, 664; III, 82, 86, 147, 165, 185, 204, 212, 419  
 Burocracia, I, 142, 180, 225, 227, 289, 322, 323, 324, 327, 340, 393-397, 399, 401, 410, 462-470, 484, 499; II, 15, 53-54, 56, 59, 60, 91-92, 95, 97, 100-102, 103-125, 126, 127, 138-141, 151, 153, 156, 157, 176, 177, 194-199, 212, 227, 232, 233, 262, 284, 286, 369, 411
- C**  
 Cabeça-de-Vaca, João, bispo de Coimbra, I, 332  
 Cabido, I, 145, 146, 166-167, 175, 215, 222, 227, 243, 244-248, 250, 270, 274, 286-287, 288-290, 312, 351, 362, 392, 396, 406, 407-409, 413, 438-440, 447, 465; II, 135-136, 137, 143, 158, 161, 173, 175, 176, 191, 195, 198, 212, 219, 221, 222, 224, 227, 234, 324, 355, 359, 430, 487, 572, 657  
 Cabo Verde, II, 193, 276, 281, 286, 504; III, 375  
 Cabral, Amílcar, III, 214, 215  
 Cabral, Daniel de Pina, bispo anglicano dos Limbombos, III, 454  
 Cabral, Luís Gonzaga, III, 73  
 Cabral, Pedro Álvares, II, 265, 505  
 Cabre i Pairet, M., I, 430  
 Cabreira, António, III, 446  
 Caça, I, 382; II, 524  
 Caciz, Caide, I, 114  
 Cadamosto, II, 264  
*Cademos GEDOC* (ver GEDOC)  
 Caetano, cardeal, II, 526  
 Caetano, José, II, 438  
 Caetano, Marcelo, III, 256, 267, 271, 274, 292, 390, 456  
 Caetano, santo, II, 646  
 Calaiicos, I, 13  
 Calatyud, Pedro, II, 242, 244, 390, 417, 620  
 Calçada, Gonçalo da, I, 377  
 Caldas da Rainha, II, 452  
 Caldeira, António Velez, II, 182  
 Calendário, I, 44, 283, 290, 354, 355, 358, 359, 365, 367, 375, 378, 384, 391, 398, 400, 427-428, 442, 465, 488; II, 59, 242, 244, 253, 260, 317-322, 323, 325, 337, 346, 351, 352, 372, 377, 384, 393-394, 389, 393-394, 395, 398, 401-402, 403-404, 405-406, 415, 417-418, 425, 426, 427, 430, 449-450, 454, 455, 456, 457, 458, 472, 486-487, 496, 508-509, 517-521, 522, 525, 526, 527, 537, 539, 558-559, 560, 564, 565, 566, 572, 580, 582, 584, 591, 592, 613, 614, 615, 620, 627, 637, 642, 646, 650, 653, 657, 659, 660; III, 62, 66, 85-86, 108-109, 115, 135, 137, 151, 161, 198, 263, 264, 407, 431, 432, 438, 471, 482  
 Caleppi, Lorenzo, núncio apostólico, II, 177  
 Calisto II, papa, I, 161  
 Calisto III, papa, II, 99  
 Calmon, Rosa, III, 53, 57, 91, 98, 498  
 Calouste Gulbenkian, Fundação, III, 222  
 Calvino, João, II, 632; III, 477  
 Calvo, Pedro, II, 411, 434  
 Câmara, Helder, arcebispo do Recife e Olinda, III, 278  
 Câmara, Luís Gonçalves da, II, 240  
 Camdomblé e Umbunda, III, 488  
 Camelo, António Moreira, II, 28, 214  
 Caminha, Pero Vaz de, II, 265  
*Caminho espiritual*, II, 30  
 Camões, Luís Vaz de, II, 86, 51  
 Campanhonense, Jerónimo, II, 360  
 Campesinato (ver Agricultura)  
 Cândido, Jacinto, III, 50, 57, 92  
 Canais, José Barbosa, III, 120-121, 122, 123  
 Cano, Francisco, bispo do Algarve, II, 382  
 Cantanhede, João de, I, 413  
*Cantigas de Santa Maria*, I, 119, 126  
 Canto, Jácome Carvalho do, II, 31, 571  
 Capaccini, Francisco, internúncio, III, 34, 68  
 Capela, José Manuel Martins, III, 123, 124, 159  
 Capelães militares, III, 214, 245, 270, 457  
 Capelas e oratórios (ver também Santuários), I, 456-457, 459, 460-465, 475, 476, 478, 480-492, 496, 498; II, 10, 151, 162, 166, 189, 198, 221, 232, 251, 267-268, 338, 346, 401, 409, 411, 414, 430, 442, 451, 456, 467, 468, 476, 482-483, 488-490, 491, 492, 494, 497, 499-503, 507, 508, 509, 510, 519, 525, 557, 564, 567-568, 569, 573-574, 576, 577, 580-581, 593, 594, 596, 605-611, 618, 624, 631, 636, 656; III, 85, 422, 441, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 456, 463, 484  
 Capelo, Rui, II, 375  
 Capítulos, I, 350, 365, 367; II, 18, 495  
 Capodiferro, Jerónimo, núncio apostólico, II, 150  
 Capuchinhos, III, 213-214, 287  
 Caraça, Bento de Jesus, III, 435-436  
 Caraffa, Decio, cardeal, II, 646  
 Caravantes, José, II, 417  
 Caravela, Manuel José de Matos, III, 461-462  
 Carbonária, III, 57, 431  
 Carbone, II, 140  
 Cardan, J., II, 375  
 Cardeira, Luís, II, 504  
 Cardia, Mário de Sottomayor, III, 437  
 Cardijn, Joseph, III, 180, 230  
 Cardim, Fernão, II, 458, 506  
 Cardonnel, Jean, III, 289  
 Cardoso, Aarão, III, 439  
 Cardoso, Abílio Tavares, III, 273, 280-281  
 Cardoso, Amadeu de Sousa, III, 164  
 Cardoso, António Dias, II, 119  
 Cardoso, Jorge, II, 19, 35, 36, 37-38, 360, 361, 424, 591-592, 594, 595, 642  
 Cardoso, Manuel, II, 492, 496-497, 500  
 Cardoso, Paulo (ver Guilherme, Manuel)  
 Cardoso, Pinto, III, 89  
 Cargaleiro, Manuel, III, 222  
 Carnati, José, II, 229  
 Caritas, III, 133  
 Carlos I (*Magno*), imperador do Sacro Império, I, 34  
 Carlos V, imperador do Sacro Império e (I) rei de Espanha, I, 497; II, 19, 97, 146, 147, 270  
 Carlos II, rei de Espanha, II, 128  
 Carlos I, rei de Portugal, III, 467  
 Carlos Borromeo, santo, arcebispo de Milão, II, 234, 401, 432, 548, 564, 582, 646  
 Carmelitas, I, 228, 373, 412; II, 34-35, 152, 207, 276, 291, 355, 422, 467, 473, 496-497, 564-565, 578, 580, 621, 628, 631, 632, 633-634, 647, 648; III, 162, 163, 173, 174, 323  
 Carmo, Francisco, III, 217  
 Carmo, Irene do, III, 180, 327  
 Carmona, Óscar Fragoso, presidente da República, III, 155  
 Carneiro, António, II, 495  
 Carneiro, Bernardino Joaquim da Silva, III, 428  
 Carneiro, Carlos de Vale, II, 418  
 Carneiro, Francisco Sá, III, 266, 416  
 Carneiro, Manuel, II, 497  
 Carneiro, Maria Picão, III, 173  
 Carranza, cardeal, II, 581  
 Carrazeda de Ansiães, III, 86  
 Carreira, António, II, 500  
 Carrilho, Diogo Vaz, II, 33, 420  
 Carrilho, Manuel Álvares, II, 159  
*Carta do Rabi Samuel*, I, 80  
*Cartas a um Abade*, III, 101-106  
 Cartagineses, I, 14  
 Cartuxos, I, 373; III, 322

- Carvalhais, José Guedes, III, 220  
 Carvalho, Alberto Teixeira de, III, 382  
 Carvalho, António Mendes de, bispo de Elvas, II, 494  
 Carvalho, Cristina, I, 145  
 Carvalho, Guilherme Henriques de, bispo de Leiria, cardeal-patriarca de Lisboa, III, 68, 75  
 Carvalho, Henrique de, III, 367  
 Carvalho, Jerónima de, II, 606  
 Carvalho, Jerónimo Ribeiro de, II, 585, 630, 649, 650  
 Carvalho, João de Sousa, II, 503  
 Carvalho, Joaquim Ramos de, II, 252  
 Carvalho, Jorge de, II, 596  
 Carvalho, José da Silva, III, 426  
 Carvalho, Manuel dos Santos, III, 458  
 Carvalho, Nicolau de, II, 428, 430  
 Carvalho, Silva, II, 93  
 Carvalho, Tristão Barbosa de, II, 421  
 Casa dos Catecúmenos, II, 381-382  
 Casal, Gaspar do, bispo-conde de Coimbra, II, 227  
 Casaca, A. J. S., III, 472  
 Casale, Ubertino do, II, 571  
 Casamento (ver Matrimónio, Família)  
 Casares, II, 74  
 Cascais, III, 163  
 Casini, II, 438  
 Casinigo, Francisco, II, 145  
 Cassels, André, III, 453, 464  
 Cassels, Diogo, III, 452, 453, 456, 464, 465, 466, 498  
 Castanheira, António, II, 624  
 Castela, Afonso de, II, 179  
 Castelo Branco (diocese de), II, 193; III, 68, 308  
 Castelo Branco, Afonso, bispo do Algarve, bispo-conde de Coimbra, vice-rei de Portugal, II, 139, 141, 198, 231, 433, 494  
 Castelo Branco, Agostinho, II, 375  
 Castelo Branco, Camilo, II, 365  
 Castelo de Vide, I, 69  
 Castilho, Diogo de, II, 111  
 Castilho, José Feliciano de, III, 42, 71  
 Castilho, Pedro de, inquisidor-geral, vice-rei de Portugal, II, 110, 111, 136, 139, 234, 318, 475  
 Castro, Agostinho de, arcebispo de Braga, II, 228, 234  
 Castro, Álvaro Pires de, marquês de Cascais, II, 585  
 Castro, André de Melo e, II, 168  
 Castro, Aníbal Pinto de, II, 432, 436, 438  
 Castro, António Tomás da Silva L. e, bispo de Angola e Congo, III, 361  
 Castro, Baptista de, II, 353  
 Castro, Dimis de Melo e, bispo de Leiria, II, 228  
 Castro, Diogo de, II, 55  
 Castro, Euclides Pinto Rios de, III, 336  
 Castro, Francisco, inquisidor-mor e bispo da Guarda, II, 32, 108, 110-111, 112, 162, 222, 228  
 Castro, Gabriel Pereira de, II, 156, 181, 182  
 Castro, Izaque de, II, 62  
 Castro, João de, II, 85, 87; III, 410  
 Castro, João de, vice-rei da Índia, II, 110  
 Castro, João Baptista de, I, 144; II, 202, 438  
 Castro, Júlia, I, 145  
 Castro, Luís de, II, 55  
 Castro, Manuel de, II, 30  
 Castro, Martinho de Melo e, II, 42, 166, 176  
 Castro, Mateus de, II, 294-296  
 Castro, Miguel de, bispo de Viseu, arcebispo de Lisboa, governador do reino, II, 35, 135, 136, 156, 228, 548  
 Castro, Teotónio Vieira de, bispo de Meliapor, arcebispo de Goa, III, 155, 377  
 Castro, Vicente da Soledade e, arcebispo da Baía e presidente das Cortes Constituintes, III, 27, 66  
 Castro, Vieira de, III, 428  
 Catarina de Áustria, rainha e regente de Portugal, II, 16, 24, 53, 55, 100, 140, 141, 143, 147, 149, 152, 227, 229, 232, 360, 362, 433, 451, 461, 564, 622  
 Catarina de Bragança, rainha da Grã-Bretanha, II, 229, 557, 569  
 Catarina de Génova, santa, II, 419  
 Catarina de Sena, santa, II, 23, 419  
 Catarina, duquesa da Bragança, II, 455, 606  
 Cátaros, I, 36  
 Catequese e catecismos, I, 249, 354, 376, 384, 400, 481; II, 11, 16-17, 19, 22, 26, 28, 29, 30, 32, 35, 39, 40, 190, 214, 225, 234, 239, 244, 246-247, 249, 251, 268, 321, 339, 345, 377-393, 394, 396-397, 397-398, 401, 406, 414, 420, 443, 455, 456, 457, 476, 486, 507, 518, 521, 522, 523, 525, 526, 535, 537, 538-543, 545, 548, 549, 552, 553-554, 555, 559, 563, 572, 574, 581, 594, 611-613, 617, 622, 627, 640, 646, 647, 662; III, 68, 109, 124-125, 130, 131, 139, 150-151, 166, 169-170, 171, 172, 186, 198, 210, 213, 214-215, 240, 276, 411  
 Catolicismo em Portugal, O, III, 94-101  
 Católico, O, III, 68-69  
 Catroga, Fernando, III, 66, 91, 331  
 Cavalaria, Vidal Ben Benveniste de, I, 75  
 Cavaliere, Caetano Orsini, núncio apostólico, II, 171  
 Ceilão, II, 276, 289, 306, 386; III, 359, 360, 447  
 Ceita, João de, II, 402, 411, 434, 630  
 Celanova, Afonso de, conde, I, 221  
 Celanova, Nuno de, I, 221  
 Celas, I, 219  
 Celestino III, papa, I, 161, 226  
 Cemitérios (ver Morte)  
 Censuais (ver Património eclesiástico)  
 Censura, II, 24, 63, 71, 83, 102, 105, 114, 117, 121-125, 156, 156, 158, 173, 175, 176, 195, 407-409, 452, 455-456, 474-475, 633, 641, 662, 673; III, 25, 43, 66, 175, 220, 245, 247, 268, 271, 409, 420, 423, 436, 448  
 Centro Académico de Democracia Cristã (CADC), III, 48, 91, 108, 125, 146, 151, 159, 163, 178, 189, 193, 220, 226, 233, 269, 288, 381, 390  
 Centro Católico Português (ver Partidos políticos e religião)  
 Centro de Cultura Católica, III, 285  
 Centro de Cultura Operária, III, 275  
 Centro de Informação e Documentação Anti-Colonial (CIDAC), III, 271  
 Centro de Reflexão Cristã, III, 262, 291-292  
 Cerejeira, Manuel Gonçalves, cardeal-patriarca de Lisboa, III, 144, 163, 174, 176, 180, 181, 189, 190, 193, 195, 214, 231, 233-234, 238, 242-244, 250, 256, 272-273, 281, 283, 284, 285, 302, 373, 382, 389-390  
 Cernache do Bonjardim, III, 360-362, 369, 370, 371, 377, 389  
 Cerone, Domenico Pietro, II, 510  
 Cerqueira, Luís, bispo de Funchal, II, 277, 288, 311  
 Certeau, Michel de, I, 492-494  
*Certiores facti* (1561), bula papal, II, 143  
 Cervantes Saavedra, Miguel de, II, 124  
 Ceuta (diocese de), I, 147, 148, 179  
 Chacón, Pedro, II, 317  
 Chagas, António das, II, 35, 206, 240, 244, 249, 414, 415, 417, 422, 572, 580, 582, 604  
 Chagas, Filipe das, II, 571  
 Chagas, Manuel das, II, 634  
 Châmoa Rodrigues, I, 432  
 Champeaux, Jacqueline, I, 16  
 Chancinho, João Gonçalves, I, 392  
 Chardin, Teilhard de, III, 288  
 Chatellier, Louis, II, 240  
 Chateaubriand, René, III, 112  
 Chaves, II, 249, 415  
 Chaves, Antão Martins de, bispo do Porto, I, 398, 249  
 Chaves, Castelo Branco, III, 435  
 Chaves, João de, II, 379, 380

- Chaves, José Nunes, III, 453  
 Chaves, Luís, II, 653  
 Chaves, Margarida de, II, 36, 362  
 Chenu, Henri, III, 289  
 Chica, Gabriel da la, II, 414  
 Chichorro, Martim Afonso, I, 107  
 Children of God (Meninos de Deus), III, 498  
 Cicouro, Manuel J. Fernandes, vigário-geral da diocese de Évora, III, 67  
 Chiffolleau, Jacques, I, 291; II, 587  
 China e Macau, II, 39, 168, 170, 188, 194, 262, 270, 271, 272, 275, 276, 281, 284, 288, 289, 292-293, 294, 297, 298, 299-302, 306, 387, 505-506, 619, 624-625; III, 353, 354, 358, 361, 373, 377, 445  
 Chiquito, padre (ver Silva, Francisco Nunes da)  
 Christian, William, II, 627  
*Christus dominus*, decreto conciliar, III, 250  
 Chrodegang de Metz, I, 222  
 Cibeles, I, 16  
 Cícero, II, 432  
 Cidade, Hernâni, II, 407  
 Cidade Rodrigo, I, 169, 175  
 Cidades e cidadãos, I, 9-10, 36, 39, 45, 137, 138, 139, 140, 142, 194, 203, 222, 230, 232, 238, 241, 249, 264, 275, 277, 283, 289, 326, 360, 363, 366, 373, 377-378, 381, 388-391, 427, 452, 460, 461, 467; II, 11, 78, 121, 204-205, 211, 212, 241, 270, 277, 291, 303, 317, 318, 321, 323, 334, 377, 400, 402, 415, 432, 466, 472, 485, 497, 531, 541, 577, 629; III, 17, 23, 45, 51, 76, 85, 87, 95, 98, 108, 134, 142, 146, 148, 149-150, 164, 173, 182, 195, 197, 198, 204-205, 208, 213-214, 246, 249, 255, 257, 260, 293, 296, 300, 307, 308, 313, 317, 318, 320, 445, 452, 487  
 Ciência e religião, I, 119, 124, 393; II, 39, 41, 43-44, 72, 85, 205, 216, 217, 218, 235, 292-293, 317, 365, 369, 391, 392, 413, 424, 425, 441, 442, 464, 568, 662, 664; III, 37, 41, 42, 47, 49, 53, 66, 84, 89, 90, 91, 94, 95, 106-108, 122, 124, 139, 148, 151, 188, 356, 362, 402-403, 421, 422, 429, 430, 475, 477, 478-480, 487, 489, 499-501  
 Cientologia, III, 488, 494  
 Cieslik, Hubert, II, 256  
 Cimballi, Gabriel, II, 166  
 Cinatti, Ruy, III, 288  
 Cinema, III, 176-177, 205, 209, 219-220, 277, 435, 476, 506  
 Cintra, Lindley, I, 450  
 Cipriano, santo, bispo de Cartago, I, 20, 137, 237, 427  
 Círculo Católico de Operários, III, 45, 48, 49-50, 91, 99, 100, 101, 137, 146, 193  
 Cismas, I, 147, 228, 235, 327-333, 396, 398; II, 160, 162-163, 170; III, 30, 33, 67, 103, 111, 112, 142, 427-428, 431-432  
 Cismontanismo (ver Ultramontanismo)  
 Cisneros, cardeal, II, 648  
 Cissiparidade, III, 452, 456  
 Clara, santa, I, 256, 375  
 Claraval, I, 100  
 Clarissas, I, 160, 170, 184, 219, 231, 233, 470-480; II, 17-18, 152, 202, 203, 205, 206, 208, 256, 291, 422, 497-498; III, 323  
 Claro, João, I, 386-387; II, 16  
 Cláudio, *dux* da Lusitania, I, 29  
 Clavius, II, 317  
 Clemente, Cipriano, I, 407  
 Clemente III, antipapa, I, 309, 334  
 Clemente, Manuel, III, 171, 365  
 Clemente IV, papa, I, 243, 320, 321  
 Clemente V, papa, I, 175, 234, 262  
 Clemente VII, papa, I, 328, 329, 332; II, 54, 96, 147, 188  
 Clemente VIII, papa, II, 194, 274, 564, 582, 595, 662  
 Clemente X, papa, II, 158, 163, 297, 621, 622, 629  
 Clemente XI, papa, II, 144, 301, 536, 565  
 Clemente XII, papa, II, 88, 171  
 Clemente XIII, papa, II, 39, 565; III, 423  
 Clemente XIV, papa, II, 175, 565  
 Clenardo, Nicolau, I, 123; II, 214  
 Clero, I, 6-9, 36, 44, 138, 141, 142, 210, 237, 238, 261-262, 264-265, 269, 318, 320, 322, 327, 354, 339-417, 430, 436, 438-440, 498, 499; II, 21, 22, 26-28, 31, 36, 42, 54, 71, 75, 78, 96, 99, 113, 139, 141, 151, 153-154, 156, 157-158, 159, 161-162-163, 168-169, 174, 175, 177, 179, 180, 198, 251, 253, 255, 256, 267, 268, 270, 271-272, 275, 276, 277, 288, 289, 308-311, 334, 335, 338, 352, 369, 374, 377-378, 393, 394-417, 452, 503, 522, 523, 537, 539, 540, 549-550; III, 22-23, 25, 26-27, 27-28, 30, 31, 34, 38, 40, 44, 45, 49, 54, 67, 68-70, 74, 75-76, 77-78, 79, 82, 84-85, 86, 87-88, 89-91, 92-94, 96-97, 99, 101, 102, 103, 105, 116, 119, 120-121, 122, 123-124, 129, 135, 139, 142, 143, 144, 148, 154, 157, 163, 166, 167-168, 171, 173, 179, 180, 181, 182, 184-185, 205-214, 217, 222, 249, 251, 253, 254-255, 256, 266, 270-271, 273-274, 275-276, 277, 279, 280-281, 291, 293, 294-295, 297, 302, 307, 315, 318, 319-320, 356-357, 358, 360-366, 378-379, 380, 381, 407, 408-409, 410-411, 419, 420, 424, 425, 427, 428, 430, 432, 448, 449-450, 465, 484, 485  
 — Regular (ver também Congreganismo, Mosteiros e monaquismo), I, 6-7, 9, 72, 80, 100, 244, 278, 291-293, 423, 442-460, 460-480, 481; II, 11, 16-20, 25, 42, 73, 113, 114, 124, 135, 201-208, 217-218, 221, 228-229, 234, 338, 347, 450, 456, 558, 606, 630, 644, 673; III, 98, 104, 109-110, 112, 113-114, 363-364, 426, 468, 469  
 — Secular, I, 7-8, 222, 224, 228, 230, 231, 233, 237-252, 262-263, 269-270, 278, 283-284, 286-291; II, 20-22, 25, 26, 27-28, 32, 113, 135, 208-225, 228-229, 240, 243, 249, 254, 297, 338, 378, 385, 388, 453, 518, 521, 531-534, 544, 558, 562-563, 594, 612, 630, 632, 673-674, 675; III, 53, 88, 100, 104, 110-111, 141, 361-362, 426, 433, 438, 452-453, 459  
 Cocheril, Maur, I, 145, 148, 179  
 Coelho, Adolfo, II, 614; III, 41  
 Coelho, António Borges, I, 102, 130  
 Coelho, Domingos Pinto, III, 49, 356  
 Coelho, João, II, 587  
 Coelho, João Baptista Ribeiro, III, 331  
 Coelho, Jorge, II, 104  
 Coelho, Jorge de Albuquerque, II, 362, 363  
 Coelho, Luís Pinto, III, 187  
 Coelho, Maria Helena da Cruz, I, 145, 218-219  
 Coelho, Mateus, I, 411  
 Coelho, Simão, II, 433  
 Cogominho, Fernão Gonçalves, I, 485  
 Cohen, Abraham, III, 439  
 Cohen, Simeão, III, 439  
 Cohen, Yosef Ha, I, 53  
 Coiança, I, 7, 53, 208-209, 287, 352-353, 356  
 Coimbra, I, 37, 70, 94, 100, 102, 104, 116, 122, 143, 210, 219, 224, 225, 227, 231, 241, 282, 292, 319, 344, 348, 351, 360, 363, 374, 377, 389-390, 396-397, 407-410, 411, 412-413, 416, 433-440, 450, 455, 470-480, 507; II, 19, 20, 30, 39, 73, 80-81, 81-82, 90, 91, 92, 103, 124, 129, 140, 141, 144, 204-205, 241, 318-321, 345, 351, 361, 401, 417, 422, 454, 492, 494, 551, 559, 560, 564, 653, 656; III, 47, 90, 92, 106, 124, 188, 193, 232, 233, 285, 355, 364, 421, 431, 434, 438, 456  
 Coimbra (diocese de), I, 139, 144, 146, 161, 163, 166-170, 172, 176-177, 193, 194, 211, 227, 240, 242, 245, 246, 247, 250, 277, 286, 345, 355, 357, 389-390, 394, 395, 396-397, 399, 407-409, 412, 413, 436-440, 456; II, 22, 136, 143, 189, 197, 198, 210, 211, 213, 214, 218, 220, 222, 223, 224, 225, 254, 339-340, 404-405, 429, 449, 450, 459, 525, 531, 534, 561, 568, 640, 641; III, 66, 88, 151, 198, 253  
 Coimbra, Henrique de, II, 505  
 Coimbra, Leonardo, III, 149, 164, 288, 432, 482  
 Coimbra, Paio de, I, 339, 472  
 Colares, Nicolau Fernandes, II, 440, 650, 658

- Colbert, Jean, bispo de Montpellier, II, 390
- Colegiadas, I, 39, 145, 155, 193, 195, 249, 250-252, 270, 274, 284, 289, 340, 379, 407, 411, 452; II, 166, 176, 212, 222, 234, 378, 404, 405, 487, 497, 510, 518, 572
- Colégio Português (em Roma), III, 89-90, 135, 210
- Colégios (ver Ensino)
- Colombo, Cristóvão, II, 265, 273, 282
- Colonização e colonialismo (ver também Missionação), II, 270, 290-291, 299, 311; III, 12, 21, 27, 30, 40, 44, 53, 54-55, 57, 181-182, 183, 218, 223, 236, 245, 246, 248, 250-251, 251-252, 267, 268, 269, 270-271, 273, 274, 276, 292, 296, 304, 305, 308, 313, 353-396, 466, 469-470, 474, 481, 485, 503, 504
- Colonna, Agapito, bispo de Lisboa e cardeal, I, 392
- Colportores (ver também Protestantismo), III, 459, 462, 468, 470, 474, 475
- Combonianos (Missionários Combonianos do Coração de Jesus), III, 386
- Comemorativismo, III, 146, 383, 385, 388-389, 432, 433, 469, 501
- Comendas, I, 292, 293, 370, 383-384; II, 144-145, 151, 222
- Comércio, I, 36, 56, 58, 60, 63-65, 86, 114, 262, 264, 266, 269, 282, 400, 413, 428, 460, 462, 464, 465, 467; II, 49, 54-55, 58, 59, 62, 63, 67, 74, 102, 121-124, 129, 130-131, 151, 172, 173, 263, 267, 275-276, 281, 282, 284, 286, 287-288, 294, 304, 333, 334, 347, 350, 360, 364, 370, 449, 458, 474-475, 517, 526-527, 528, 642, 648, 674; III, 356, 368, 416, 422, 439, 441, 449, 458, 459, 506
- Comestor, Pedro, I, 384
- Comissão Democrática Eleitoral (CDE), III, 268
- Comissões «Justiça e Paz», III, 269-270
- Compromissos, II, 327-328, 332
- Comte, Auguste, III, 434, 467
- Comunas (de judeus), I, 53-54; II, 407
- Comunhão e Libertação, III, 310
- Comunidade Interdiocesana para o Diálogo e Acção do Clero (CIDAC), III, 274
- Comunidade Islâmica de Lisboa (ver Islão, Muçulmanos)
- Comunidade Israelita de Lisboa (ver Judaísmo, Judeus)
- Comunidades Neocatecumenais, III, 308
- Comunismo, III, 157, 180, 199, 204, 227, 229, 242, 243, 275, 289, 305, 415, 430, 435, 437, 468, 497, 501
- Conceição, Amador da, II, 596
- Conceição, António da, II, 557
- Conceição, Domingos da, II, 496
- Conceição, Filipe da, II, 649
- Conceição, Gabriel, II, 534
- Conceição, Manuel da, II, 436, 572
- Conceição, Sebastião da, II, 422
- Concepcionistas, II, 291; III, 323
- Concílio Plenário Português (ver Concílios Provinciais)
- Concílios
- Euménicos, I, 24, 25, 26, 27, 33, 116, 195, 222, 229, 232, 237, 238, 242-243, 244, 246, 249, 264, 284, 308, 310, 317, 321, 328, 386, 397-399, 400, 406, 407; II, 10, 15, 21, 22, 23, 24, 25-26, 31, 32, 36, 37, 38, 39, 42, 71, 97, 136, 146, 147, 153, 181, 194, 196, 206, 211, 213, 214, 220, 222, 223, 224, 228, 230, 231, 233-234, 235, 250, 251, 252, 253, 260, 272, 275, 317, 332, 336, 359, 377, 382, 388, 392, 394, 397, 399, 400, 404, 406, 418, 424, 426, 428, 429, 430, 432, 461, 462-463, 467, 470, 474, 482, 486, 493, 518, 529, 530-531, 532, 537, 538, 539, 543, 544, 552, 553, 554, 559, 563, 603, 625, 629, 632, 633, 638, 640, 641, 646, 662, 674; III, 19, 27-28, 40, 41, 43, 63, 78, 82, 124, 125, 129, 131, 135, 136, 170, 182, 197, 205, 209, 218, 223, 225, 228, 229, 237, 245, 248, 249-257, 259, 260, 265, 266, 272, 274, 277, 283, 284, 288, 292, 294, 295, 296, 302, 304, 305, 306, 307-308, 310, 323, 325, 368, 391, 392-393, 410, 447, 452-453, 470, 485, 505
- Peninsulares, I, 20-21, 29, 23, 27, 33, 97, 137, 138-139, 203, 204, 208-209, 220, 237, 238, 239, 240, 257, 262, 263-264, 279, 284, 285, 286, 287, 303, 304, 352, 356, 357, 436, 520
- Provinciais, I, 24, I, 33, 139, 141, 237, 249, 284; II, 280, 379, 401, 402, 409; III, 129, 142, 147, 159, 164-170, 171, 173, 174, 251, 257-258, 414, 433
- Concilium*, III, 278, 290
- Concordatas, I, 243, 322-324, 333, 411; II, 153, 158, 169, 176, 180; III, 54, 69, 78, 129, 181, 192, 201, 203, 206, 234, 236, 244, 270, 294, 295, 300-301, 325, 354-355, 358-360, 373-375, 379, 415, 428, 432-433, 434, 469, 471, 503, 504
- Conde, Silvio, I, 145
- Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, I, 6, 70, 148, 159, 165, 183, 194, 212, 222-228, 244, 291, 362-366, 370; II, 203, 205, 377, 472, 495-496, 637, 651
- Cónegos Regrantes de Santo Antão, I, 179, 195
- Cónegos Regulares de Santa Cruz (Crúzios), I, 167, 168, 169, 170, 179, 221, 224-225, 250, 255, 270, 277, 292, 360, 363-366, 374, 377, 389, 391, 397, 399, 407, 410, 433, 445-460, 470-474; II, 17, 144, 152, 187, 422, 429, 449, 452, 568-569; III, 322
- Connibricense*, O, III, 355, 359
- Confalonieri, Giovanni Battista, II, 357
- Conferência de Berlim (1885), III, 358, 370
- Conferência Episcopal Portuguesa, III, 247, 250-251, 253, 254, 259, 260, 262, 263, 266, 267, 269-270, 275-276, 292, 295, 296, 300, 301, 306, 310, 315, 327, 328-330
- Conferências do Casino, III, 41, 82, 428-429
- Conferências Vicentinas (Sociedade de São Vicente de Paulo), III, 46, 146, 172, 308-309
- Confissão e direcção de consciência (ver também Penitência e culpa), I, 374, 381, 382, 386; II, 21-24, 25, 28-29, 30-31, 33-34, 68-69, 73, 74, 75, 77, 106, 118, 128, 144, 195, 214-217, 244, 251, 281, 329, 349, 374, 378, 379, 384, 388, 390, 394, 409, 416, 418, 422, 424, 425, 458, 530, 539, 542-543, 544-552, 554, 556, 558, 560, 605, 606, 611, 627, 634, 637, 647; III, 27, 53, 59, 98, 103, 111, 144, 150, 154, 213, 411, 430
- Confrarias e irmandades (ver também Misericórdias), I, 184, 194, 241, 377, 378, 384, 386, 407, 460, 465; II, 42, 62, 64, 127, 187, 199, 222, 240, 247, 323-334, 338, 346, 350, 352, 367, 377, 466, 470, 473, 496, 503, 508, 564, 568-570, 572, 574, 577, 580, 582-584, 589-591, 592, 593, 594, 608, 609, 618, 619-620, 625, 627, 629, 631, 636, 648, 652, 653-654, 655-656, 660, 674, 675; III, 80, 98, 115, 151, 160, 163, 166, 173, 197, 252, 264
- Confucionismo, II, 300
- Congar, Yves, III, 225, 289
- Congo (ver Angola)
- Congregação da Doutrina Cristã, III, 151
- Congregação das Criaditas dos Pobres, III, 172
- Congregação das Franciscanas Hospitaleiras, III, 364
- Congregação das Franciscanas Missionárias de Maria, III, 189, 212, 223, 364, 379
- Congregação das Franciscanas de Nossa Senhora da Vitória, III, 379
- Congregação das Religiosas Reparadoras de Nossa Senhora de Fátima, III, 172
- Congregação (de Nossa Senhora da Caridade) do Bom Pastor, III, 114
- Congregação dos Pobres de Jesus Cristo, I, 222, 362; II, 496
- Congregação dos Sagrados Corações de Jesus e Maria, III, 171
- Congregacionalismo, III, 450, 452, 458, 459
- Congreganismo e congregações religiosas, I, 352, 370, 431; II, 10, 11, 38, 41-42, 152, 207-208, 239, 240, 242, 297, 415, 425, 467, 495, 498-499, 564, 589, 631, 634, 645, 646-649, 671; III, 12, 25, 26, 30, 31, 34, 38-40, 41, 52, 53, 54, 55, 57, 67, 74-75, 77, 79-80, 81, 85, 91, 96, 97, 98, 103, 104, 108, 109-110, 113-114, 132, 137, 146, 169, 171, 172-173, 203, 206, 211-214, 223, 225-226, 227, 251-252, 282-284, 286, 287, 288,

## ÍNDICE GERAL

- 289, 308, 310, 311-312, 322-324, 355-356, 357, 363-365, 371, 372, 373, 378-379, 383-384, 414-415, 426, 428, 431, 495
- Congressos católicos, III, 43, 45, 49, 57, 58, 84-85, 91, 113, 116, 121, 122, 123, 133, 135, 137-138, 146, 147, 151, 170, 187, 191, 191-195, 198, 200, 203, 214, 215, 216, 217-218, 222, 224, 225, 229-231, 232-233, 237, 238, 241-243, 248, 252-253, 256-257, 262, 278, 283, 294, 302, 305, 324, 327-328, 330, 373, 381-383, 394, 395
- Consciência, Manuel, II, 43, 424, 615, 620-621
- Conselho Português de Igrejas Cristãs (COPIC), III, 471
- Conselhos presbiteriais, III, 253-254, 294, 295
- Conselhos laicais, III, 305
- Consolatinos (Instituto Missionário da Consolata), III, 311, 386
- Constança, I, 328, 397
- Constança, rainha de Astúrias, Leão e Castela, imperatriz da Espanha, I, 210, 436
- Constança da Sicília, rainha de Aragão, II, 651
- Constantino, imperador romano, I, 17, 22, 267; II, 526
- Constantinopla, I, 25
- Constituições políticas, III, 23, 24, 28, 37, 56, 66, 68, 82, 87, 111, 373, 376, 392, 406, 411, 425, 426, 440, 441, 465
- Constituições diocesanas, I, 249, 264, 399-400; II, 21, 25, 28-29, 31, 36, 158, 195, 196, 213-214, 219, 223-224, 225, 234, 235, 251, 318, 325, 336, 339-340, 356, 364, 377-379, 380-381, 382, 385, 394, 395, 398, 399, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 427, 428-429, 430, 449-450, 452, 456, 461, 464, 467-468, 474-475, 486, 487-488, 494, 517, 518, 519-520, 521, 522, 523-524, 525, 526-527, 528-529, 530, 531-532, 533-534, 535, 537-538, 539-540, 542, 543, 545, 548, 549, 554, 557, 558, 559, 560, 561-562, 563, 564, 566-567, 583-584, 588, 589, 591, 592, 593, 611, 614, 618, 637-638, 640, 654, 662
- Constituições e regras de vida consagrada, I, 100, 230, 234, 351, 352, 356, 357-360, 362-363, 364, 365, 367, 385, 416, 420, 428, 431, 478, 498; II, 36, 205, 206, 425, 498, 499, 615
- Conti, Inocenzo, núncio apostólico, II, 175-176
- Contra-Reforma, II, 10, 15-38, 177-178, 208, 272-274, 275, 322, 324-325, 326, 327, 454, 462-463, 474, 498, 510, 539, 548, 562, 573, 580, 583, 589, 615, 616, 627, 634, 644, 645, 664, 675-677; III, 410
- Corbiaco, Pedro de, I, 411
- Corbin, Solange, II, 449
- Córdova, I, 95, 101, 427
- Cordeiro, Aleireo, III, 478
- Cordeiro, Luciano, III, 356, 367
- Cordovil, António da Costa, II, 630
- Cornélio, I, 237
- Coroa, Guilherme, II, 74
- Corporativismo, III, 45, 179, 180-181, 187, 189, 193, 195, 303
- Copus de Würzburg*, I, 30
- Correa, Pedro, II, 630
- Correia, Afonso, I, 332
- Correia, Amador, II, 459
- Correia, António, II, 649
- Correia, Arduíno Afonso, III, 459
- Correia, Francisco, II, 418
- Correia, Joaquim Alves, III, 189-190, 311, 382, 468
- Correia, José Manuel Pinto, III, 267
- Correia, Manuel, II, 500
- Correia, Paio Peres, mestre da Ordem de Santiago, I, 190, 236
- Correio Nacional*, III, 100
- Corte, I, 180, 183, 209, 210, 213, 214, 216, 217, 218, 224, 227, 232, 235, 243, 251, 303, 323, 327, 333, 366, 370, 377, 384, 408, 423, 432, 434, 453-455, 462-470, 474, 476, 477, 478, 488, 495, 496, 497, 499-501, 502-505; II, 10, 17, 18, 20, 40, 49, 50-51, 52, 55, 63, 75, 81, 83, 85, 87-88, 97-102, 103, 109, 112, 113, 138-139, 140, 144-145, 148, 149, 151-154, 159, 162, 166, 170, 172, 176, 179, 189, 198, 227-228, 229-230, 232, 234, 251, 273, 329, 338, 345, 352, 357, 358, 359, 385, 409, 411, 414, 420, 430, 442, 449, 451-452, 470, 471-472, 488-490, 492, 494, 499-503, 509, 510, 536, 567-568, 569, 596, 606, 607, 608, 624; III, 424, 425, 448
- Corte Real, Diogo de Mendonça, secretário de Estado, II, 337
- Corte Real, Jerónimo, II, 453, 588
- Cortes (ver também Parlamento), I, 56-63, 66, 106-107, 110, 116, 321, 327, 494; II, 53, 63, 80, 102, 113, 135, 137, 140, 153, 156, 159, 162, 170, 179, 196, 334, 393, 427, 629; III, 410, 412
- Cortesão, Jaime, II, 616, 652, 655, 656; III, 149
- Corvo, Andrade, III, 360, 363
- Costa, Afonso, III, 47, 49, 137, 140, 142, 144
- Costa, Aires da, II, 430
- Costa, António da, II, 450; III, 56, 113
- Costa, Avelino de Jesus da, I, 144, 145, 148, 150, 247, 264, 307, 309, 348, 434; II, 426, 309
- Costa, Bartolomeu da, II, 36
- Costa Cabral, 1.º conde e 1.º marquês de, primeiro-ministro, III, 32, 116
- Costa, Catarina da, II, 36
- Costa, Diogo da, bispo do Porto, II, 235
- Costa, Estevão de Jesus Maria da, bispo de Angra, e de Meliapor, III, 67
- Costa, Francisco M. Couceiro da, III, 370
- Costa, Hipólito José da, II, 92, 93
- Costa, João da, II, 24, 73, 638
- Costa, João Bénard da, III, 290, 345
- Costa, Jorge da, arcebispo de Braga, II, 235, 428
- Costa, Jorge da, bispo do Algarve, bispo de Évora, arcebispo de Lisboa, cardeal (*Alpedrinha*), II, 148, 149, 150, 235, 378, 379, 426, 487, 611-612
- Costa, José M. Cardoso, III, 347
- Costa, José Plácido da, III, 461
- Costa, Magalhães, III, 176
- Costa, Manuel Gonçalves da, I, 172, 175
- Costa, Manuel José da, vigário-geral da diocese de Viseu, III, 68
- Costa, Martinho da, arcebispo de Lisboa, II, 235
- Costa, Mécia da, II, 374
- Costa, Paula, I, 145
- Costa, Pedro da, bispo do Porto, II, 235
- Costa, Tomás da, II, 433
- Costa, Uriel da, II, 58
- Coste, René, III, 289
- Couceiro, Henrique M. de Paiva, III, 367
- Couros, Mateus de, II, 311
- Courtois, Victor, III, 368
- Coutinho, Fernando, bispo do Algarve, I, 128
- Coutinho, Francisco, II, 606
- Coutinho, Francisco de Lemos Faria, bispo-conde de Coimbra, II, 232
- Coutinho, Francisco de Sousa, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 160, 161, 162
- Coutinho, Francisco José, II, 501
- Coutinho, Guiomar, I, 494
- Coutinho, João, bispo do Algarve, de Lamego, e arcebispo de Évora, II, 179, 222
- Coutinho, João Ramos de Azevedo, II, 174
- Coutinho, José de Moura, bispo de Lamego, III, 68
- Coutinho, Manuel, bispo de Lamego, II, 224, 388
- Coutinho, Manuel Tavares, II, 145
- Coutinho, Luís, bispo de Viseu, de Coimbra, e arcebispo de Lisboa, I, 391
- Coutinho, Luísa de, condessa do Sabugal, II, 35
- Coutinho, Rodrigo de Sousa, III, 422
- Couto, Gustavo do, III, 382
- Couto, Manuel do, II, 459; III, 72
- Couto, Manuel José G. do, II, 241, 417
- Coutos, I, 153, 190, 213, 267, 277, 281, 283, 333, 444, 462
- Coutos, John, II, 90
- Covilhã, I, 104, 169; III, 187, 214, 438, 444, 462, 468
- Crawford, Margaret, III, 449

- Crawley-Boevey, Matéo, III, 145, 171  
 Crato, I, 69, 143, 191; II, 119, 187; III, 68, 361  
 Crescónio de Tui, bispo de Coimbra, I, 100, 166, 227, 242, 356, 407, 438-439  
 Criptojudáismo (ver Judáismo)  
*Cristão Integral*, O, III, 187  
 Cristãos-novos (ver também Inquisição), I, 43; II, 9, 52-64, 74, 75, 84, 85, 121, 131, 141, 158, 162, 169, 213, 221, 284, 331, 374, 382, 470, 496, 672, 673, 438-439, 442-447  
 Crispino, Gilberto, I, 70  
 Cristiano, Paulo, I, 72  
 Cristina, santa, I, 427  
 Cristo, Francisco de, II, 496  
 Cristo, João de, II, 495  
 Cristo, Luís de, II, 497  
 Cristo Rei, Juventude de, III, 343  
 Cristóvão, Fernando, III, 299  
 Cristóvão, João, I, 43  
 Cristóvão, mártir, I, 427  
 Cromberger, Jacob, II, 429  
 Cruz, Afonso da, II, 421  
 Cruz, Agostinho da, II, 495-496  
 Cruz, Fernando da, II, 571  
 Cruz, Francisco Rodrigues da (padre Cruz), III, 144-145  
 Cruz, Hilário da, II, 496  
 Cruz, Jacinto António Crespo da, III, 68  
 Cruz, Joana da, II, 87  
 Cruz, Luís da, II, 454  
 Cruz, Maria da, II, 498  
 Cruz, Guilherme Braga da, III, 203  
 Cruz, Manuel Braga da, III, 91, 116, 138, 143, 194, 233, 245, 292, 296  
 Cruz, Manuel Lopes da, III, 175, 176, 219, 220  
 Cruz, Pedro da, I, 339  
 Cruzada, I, 36, 102-108, 116, 129, 142, 236, 445, 450, 456, 497, 499, 505; II, 66-67, 68, 85, 144, 146, 148, 166, 262, 263-264, 268, 270, 489, 527, 624, 648, 655; III, 187, 432  
 Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira, III, 161-162  
 Crúzios (ver Cónegos Regulares de Santa Cruz)  
 Cucufate, santo, I, 344  
 Cueva, cardeal, II, 161  
 Cultuais, associações, III, 141, 142  
*Cum ad nihil magis* (1536), bula papal, II, 103, 150  
*Cum dilecti* (1674), bula papal, II, 169  
*Cum sicut praefectus rex* (1501), bula papal, II, 17  
 Cunha, Ana Cannas da, II, 62  
 Cunha, António da, II, 572  
 Cunha, cardeal (ver Meneses, Carlos da Cunha e)  
 Cunha, Cristina, I, 145  
 Cunha, Guilherme Dias da, III, 454, 464, 466  
 Cunha, João Cosme da, arcebispo de Évora, inquisidor-geral, cardeal, governador de justiças do Reino, II, 40-41, 110, 111, 193, 391  
 Cunha, José Anastácio da, II, 91  
 Cunha, Luís, III, 223  
 Cunha, Luís da, diplomata, II, 57, 64, 201  
 Cunha, Luís da, secretário dos Negócios Estrangeiros, II, 173  
 Cunha, Manuel Baptista da, arcebispo de Braga, III, 58  
 Cunha, Mário, I, 145  
 Cunha, Nuno da, inquisidor-geral, cardeal, primeiro-ministro do Despacho, II, 110, 111, 166, 550  
 Cunha, Nuno da, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 160  
 Cunha, Rodrigo da, inquisidor-geral, bispo de Portalegre, e do Porto, arcebispo de Braga, e de Lisboa II, 137, 226, 234, 428, 474, 557, 609, 652-653  
 Cunha, Simão da, II, 624-625  
 Cunha, Tristão da, II, 147-148, 358  
*Cupientes fidem catholicam*, II, 103  
 Curado, Diogo, II, 409, 630  
 Cúria diocesana (ver também Burocracia), I, 289, 393-397, 398, 399, 401; II, 187, 194-199, 212, 220, 222, 233; III, 169  
 Cursilhos de Cristandade, III, 227, 308  
 Curto, Diogo Ramada, II, 124  
 Curvelo, Edmundo, III, 437
- D**  
 Dabella, Abraham, III, 439  
 Dade, Martim, I, 322  
 Dagama, João Fernandes, III, 450  
 Deanhardt, Cristiano Eduardo, III, 448  
 Dallas, Alexander, III, 451-452  
 Dalmácio, arcebispo de Compostela, I, 356  
 Daniélou, Jean, III, 288  
 Darby, John, III, 452  
 Dardra, Diogo, II, 453  
 Daun, João Carlos de Saldanha de Oliveira, primeiro-ministro, marechal (1.º duque de Saldanha), III, 103, 110, 113, 115, 355, 426  
 David, Pierre, I, 139-140, 141, 144, 307, 436  
 David, rei de Israel, II, 490  
 Decadência e crise, III, 54, 83, 110, 137, 155, 177, 228, 235, 245, 251, 254, 256, 268, 277, 280, 302-303, 422, 426, 432, 503  
 Décio, imperador romano, I, 20  
*De Confessione Verae Fidei*, I, 25-26  
 Dehergne, Joseph, II, 256  
 Dehonianos (Sacerdotes do Coração de Jesus), III, 311, 386  
*Dei verbum*, constituição dogmática (1965), III, 257  
 Delgado, Cosme, II, 492  
 Delgado, Humberto, III, 269  
 Della Rovere, Marco, núncio apostólico, II, 135, 150, 179  
 Dellon, Charles, II, 90  
 Delumeau, Jean, II, 244, 359, 361, 538, 540, 541, 542, 553, 563, 622; III, 262  
 Democracia e direitos humanos, I, 360; III, 18-19, 43, 59, 63, 129, 188, 195, 229, 245, 246, 247, 249, 253, 254, 255, 266, 278, 289, 291, 292-302, 304, 305, 306, 313, 324, 325, 330, 416, 437, 465, 471, 475, 479-480, 483, 487, 496, 504  
 Democracia Cristã (ver Doutrina social da Igreja; Partidos políticos e religião)  
 Demografia (ver também Sociologia), I, 68, 217, 218-219; II, 25, 60-62, 65, 66, 77, 93, 114-117, 129-130, 190, 195, 201-203, 208-212, 217, 219, 220, 224, 225, 226, 244, 252, 277, 283, 287, 291, 292, 293, 298, 302, 306, 323-324, 350, 355, 401, 415, 497, 504, 518, 531-534, 562, 572, 591, 634; III, 67, 70, 83, 98, 104, 113, 114, 115, 139, 141, 155, 171, 180, 187, 197, 198, 201-202, 203, 206-209, 210, 211, 215, 216, 235, 238, 245, 264, 277, 281, 284, 286, 287, 305, 314-324, 361, 364, 379-380, 394, 395, 423, 431, 450, 453, 456, 458, 459, 460, 463, 464, 467, 472, 475, 476, 480, 482, 486, 487, 493-495  
 Demóstenes, II, 432  
*De potestate regia*, II, 173  
*De regno Portugalliae* (1275), bula papal, I, 322  
 Dereine, Charles, I, 222  
 Desamortização (ver também Extinção das ordens religiosas, Património), I, 265-266, 269-271, 324, 333; II, 143, 151, 157, 175, 178, 179-180, 333, 673  
 Descartes, René, III, 421  
 Descobrimientos e Império (ver também Colonização e colonialismo, Missões), I, 124, 333; II, 10, 49, 54, 58, 66-67, 80, 85, 86-87, 97, 99, 104, 119, 142, 147-148, 149, 162, 188, 190, 193, 195, 196, 225, 226, 228-229, 230-231, 233, 239, 273, 375, 381-382, 385, 456-459, 468, 475, 488, 497, 499, 503-508, 510, 511, 534, 564, 567, 611, 621, 624, 627, 628, 629, 652, 671  
 Descrença (ver também Ateísmo, Agnosticismo) I, x; II, 77-78, 78-79, 106, 568; III, 11, 23, 71, 83, 94-96, 104, 105, 106-108, 111, 196, 197, 199, 215-216, 413, 449

## ÍNDICE GERAL

- Descristianização (ver Secularização)
- Desengano de perdidos*, II, 66, 72
- Desporto, III, 100
- Desterro, António do, bispo de Angola e Congo, e do Rio de Janeiro, II, 228
- D'Étaples, Lefèvre, II, 419
- Deus, João de, III, 125
- Deus, João de, frei, II, 546, 649
- Deus, João de, mestre, I, 339, 381
- Deus, Manuel de, II, 249, 422, 525-526, 605, 612
- Deus, Rodrigo de, II, 27, 31, 421, 571
- Deza, Diego, II, 111
- Diabo, I, 43; II, 12, 102, 249, 281, 370, 371, 372, 373, 374, 379, 437, 438, 526, 554, 606, 612, 613, 622, 644
- Dias, André, I, 386; II, 508
- Dias, Baltazar, II, 453
- Dias, Gaspar, II, 510
- Dias, Guilherme, III, 124, 465
- Dias, Jaime Lopes, II, 655
- Dias, José do Patrocínio, bispo de Beja, III, 155, 160, 172-173
- Dias, José Sebastião da Silva, II, 72, 73, 77, 90, 174, 420, 675-676; III, 195, 204
- Dias, Maria, II, 80-81
- Dias, Mor, I, 231, 470-474, 477
- Dias, Nicolau, II, 420, 571, 582, 584, 587
- Diaz de Bivar, Rodrigo, *el Cid*, I, 439
- Díaz Martínez, Pablo, I, 206
- Díaz y Díaz, M. C., I, 137, 138, 220, 347, 348
- Diesendruck, Menahem M., III, 440
- Dignidades e hierarquia, I, 235, 237, 245-246, 289, 290, 396, 406, 411, 424; II, 100, 108-110, 111, 112, 113, 114, 126, 135-136, 143, 165, 166, 197, 198, 222-223, 233, 326, 327, 329, 331-332, 336-337, 337-338, 340, 345, 351, 487, 489, 493, 500, 502, 509, 524-525, 608
- Dinis, Joaquim Dias, II, 255
- Dinis I, rei de Portugal, I, 41, 55, 58, 60, 107-108, 114, 117, 146, 148, 149, 150, 154, 158, 164, 173, 175, 176, 177, 180, 183, 187, 192, 194, 217, 234, 235, 243, 269, 270, 313, 320, 321, 322-323, 410, 463, 464, 467, 468, 470, 478, 485; II, 153, 489, 652, 660
- Dioceses (ver também Bispos), I, 5, 18-20, 96-97, 137-194, 195-201, 204, 212, 225, 227, 230, 237-248, 265, 277, 279, 284-286, 287, 309, 310, 320-321, 343, 355, 388, 398, 399, 410, 452, 453; II, 10, 72, 99, 100, 104, 135-136, 138, 141, 142, 151, 152, 159, 165, 168, 169, 170, 175, 179, 180, 187-199, 233, 241, 262-263, 271, 278, 281-284, 287, 288, 289, 291, 293-294, 296-297, 373, 377, 427, 468, 550, 562, 675; III, 30, 31, 39, 67-68, 69, 76, 111, 124, 130, 134-135, 166, 169, 175, 179, 216, 217, 222, 224, 240-241, 253-254, 283, 286, 287, 295, 299, 307, 316-317, 318-321, 323, 324, 374
- Diocleciano, imperador romano, I, 5, 18, 137
- Diogo Gonçalves, conde, I, 423
- Diogo, rei do Congo, II, 386
- Dionísio (*o Areopagita*), pseudo-, II, 72
- Dionísio, Sant'Ana, III, 437
- Diplomacia (ver também Santa Sé), I, 303, 307, 327, 397-398, 408; II, 49-50, 90, 95-97, 138, 144-146, 146-182, 194, 198, 226, 232, 260, 268, 290, 301, 311, 386, 489, 499, 585; III, 416, 423, 448, 450, 452, 453, 463
- Direito canónico (ver também Constituições diocesanas), I, 47, 49, 141, 142, 144, 220, 228, 237, 238, 239, 242-243, 246, 247, 262, 264, 267, 268, 281, 284-285, 286, 308, 339, 342, 346, 347, 352-353, 380, 381, 387-388, 391, 392, 393, 397, 398, 399, 400, 401, 406, 407, 409, 410, 411, 412, 499; II, 15, 16, 22, 25-26, 27, 28, 29, 31, 38, 59-60, 95-96, 102, 103, 104-108, 109, 113, 121, 157, 158, 176-177, 181-182, 196, 198, 214, 216, 217, 222, 224, 228, 230, 231, 233, 252, 317, 332, 336, 373, 391, 427, 456, 462-463, 474, 493, 518-521, 530, 532, 537, 539, 548, 550, 552, 553, 559, 614, 625, 643, 662; III, 25, 121, 152, 166, 170, 172, 173, 202, 225, 250, 310, 311-312, 454
- Direito civil (ver também Constituições políticas), I, 43, 53-59, 95, 106, 107, 108, 264, 265, 267, 268-271, 327, 409, 410, 411, 499; II, 9, 25, 49-50, 64, 93, 102, 103, 113, 141, 157, 173-174, 175, 181-182, 211, 317, 332, 333, 334, 337, 344, 373, 391, 526, 529, 534, 558, 593, 608, 613, 624, 655; III, 17, 25-26, 39-40, 49-50, 53, 55, 56, 88, 96, 111, 136-137, 138, 139, 140-142, 160, 164, 168, 189, 194, 266, 298, 362-363, 364-365, 369-370, 371-372, 372-373, 376-377, 406, 411, 415, 416, 426, 428, 432-433, 441, 450, 465, 468, 474, 475, 479, 493, 503-504
- Direitos humanos (ver Democracia)
- Diversidade religiosa, III, 12-13, 19, 31-32, 38, 44, 76, 87, 91, 104, 131, 137, 168, 245, 249, 253, 257, 291, 303, 305, 306, 307, 311, 313, 314, 322, 323, 327, 401-501
- Divinis illius magistri*, encíclica papal (1929), III, 194, 201, 203
- Divórcio (ver Família, Matrimónio)
- Dízima, I, 54-55, 107, 144, 262, 263-265, 282, 286, 314, 320, 366, 382; II, 99, 136, 142, 190, 195, 255, 392; III, 26, 30, 68, 103, 476
- Doctrina veritatis ecclesiae*, II, 174
- Documentação católica*, III, 291
- Doder, Gerhard, II, 502
- Doença (ver Epidemias, Medicina)
- Dolto, Françoise, III, 290
- Domingo (ver também Festas, Tempo), I, 144, 354; II, 318, 321, 377, 381, 388, 389, 392, 394, 395, 397, 401, 409, 486, 517-521, 525-529, 609, 612, 650, 653; III, 97-98, 103, 144, 197, 216, 247, 313-314, 314-322, 330, 495
- Domingos, Bento, III, 291
- Domingos, bispo de Coimbra, I, 392
- Domingos de Gusmão, santo, I, 229, 231-232, 339, 581
- Domingues, Ernesto, III, 386
- Domingues, Francisco, chanceler-mor, I, 252, 324
- Domingues, Geraldo, bispo de Évora, I, 324
- Domingues, Rui, I, 396
- Dominicanas, I, 184, 498; II, 80, 623; III, 113, 114
- Dominicanos, I, 36, 41, 72, 166, 170, 184, 192, 194-195, 228-233, 263, 291, 317, 339, 345, 373, 377-378, 379, 381, 382, 386, 393, 398, 412, 452, 452, 456, 460, 461, 468, 469, 472, 478, 492, 501; II, 15, 18-19, 23-24, 52, 97, 109, 114, 152, 154, 202, 204, 205, 207, 218, 240, 242, 262, 265, 270, 276, 284, 299, 300, 301, 362, 377, 378, 399, 400, 422, 423, 424, 541, 560, 571, 580, 581, 582-584, 628, 629, 637, 642, 648, 650, 664; III, 113, 173, 174, 283, 287, 291, 322
- Dominus ac Redemptor* (1773), bula papal, II, 175
- Dondeyne, A., III, 278
- Doroteias, III, 212
- Doutrina social da Igreja (Católica), III, 43, 44-50, 55, 58-59, 71, 85, 86, 91, 93-94, 101, 102, 104, 106, 112, 116, 130, 132-133, 137-138, 139, 142-143, 146, 172, 177, 178, 180, 182, 187, 188-191, 191-195, 196, 199, 227, 229, 231, 232-233, 242, 246, 247, 252, 255, 256, 266-277, 278, 289, 301, 304, 328, 330, 433
- Duarte, Francisco, II, 438
- Duarte, Inácio, II, 417
- Duarte, infante de Portugal, comendário de Tarouca, I, 144, 230; II, 646
- Duarte I, rei de Portugal, I, 43, 50, 54, 61, 67, 77, 104, 116, 480, 485, 494, 496, 498, 499; II, 418, 488-489; III, 439
- Duarte, Urbano, III, 262
- Duby, George, I, 36, 215
- Duquoc, Christian, III, 289
- Dupanloup, bispo de Orleães, III, 77
- Durão, Paulo, III, 204
- Durkheim, Émile, II, 369

## E

- Eanes, Gil, II, 273, 282
- Eanes, Soeiro, bispo de Lisboa, I, 395

- Ebrard, Aymerico, bispo de Coimbra, I, 166  
 Eça, Pedro Barbosa de, II, 137  
 Echkart, mestre, II, 420  
 Economia (ver também Dízima, Benefícios, Patrimônio eclesiástico), I, 60-62, 129, 165, 169, 175, 182, 183, 217, 218-219, 246, 247, 248, 249, 261-301, 313, 390, 391, 396-397, 400, 407, 408, 409, 411, 412, 413, 424, 428-429, 431-432, 440, 453, 455, 461, 462, 464-465, 467, 470, 474, 478, 487; II, 56, 67, 96, 100, 102, 103, 109-110, 114, 119, 126, 129, 130-131, 135-136, 138, 140, 142, 143-144, 144-145, 148, 153-154, 157-158, 160, 165, 166, 168-169, 176, 177, 180, 190, 191, 195, 198, 208, 212, 215-216, 221, 223, 235, 242, 253, 257, 279, 284-286, 307, 317, 321, 326, 328-329, 330, 331, 332-334, 340, 346-347, 348-349, 351, 360, 392, 393-394, 398, 404-405, 450, 460, 461, 462, 468, 470, 474-475, 476, 482, 485, 489, 491, 496, 517, 519-520, 523, 524, 527-528, 533, 557, 558, 587, 592-593, 594, 636, 673-674; III, 21, 23, 26, 31, 34, 45, 47, 49, 68-69, 93, 117, 118, 130, 132, 134, 141, 182, 194, 203, 216, 226, 238, 245, 256, 266, 267-268, 304, 305, 315, 327, 358, 365, 372, 373, 376, 380, 381, 404, 412-413, 414, 416, 419, 425, 434-435, 436, 438, 439, 441, 445, 456, 458, 460, 462, 463, 464, 470, 472, 473-474, 475-476, 480-481, 488-489, 495-496, 498  
 Ecumenismo e irenismo, II, 78, 88, 91, 469; III, 190, 218, 237, 257, 289, 324, 454, 467, 470-471, 473, 504-505  
 Eddy, Mary Baker, III, 475  
 Editoras (ver Imprensa)  
 Educação (ver Infância e juventude, Ensino, Universidades)  
 Emerenciana, santa, I, 427  
 Encarnação (Santa Cruz), Gaspar da, ministro de Estado, II, 140, 227, 228, 672  
 Enes, António, III, 124, 363, 368  
 Episcopado (ver Bispos, Conferência Episcopal Portuguesa, Pastorais)  
 Escada, José, III, 222  
 Escardo, II, 413  
 Escobar, André Dias de, I, 339  
 Escobar, Pedro de, II, 494  
 Êsquio, Nicolau, II, 24, 420, 422  
 Efrém, santo, I, 347  
 Egas, bispo de Viseu e de Coimbra, I, 242, 320, 324  
 Egas, João, arcebispo de Braga, I, 319  
 Egípto, I, 29  
 Elias, profeta, II, 88  
 Elipando, bispo de Toledo, I, 34  
 Elvas, I, 60, 66, 67, 110, 115, 203; II, 494; III, 173  
 Elvas (diocese de), I, 179, 162, 191, 618; III, 68  
 Elvira, I, 20-21, 29, 137, 138, 203, 237, 262; II, 520  
 Enoc, profeta, II, 88  
 Ensino (ver também Seminários, Universidade), I, 9, 32, 37, 225, 227, 229, 238, 240, 246, 248, 340, 359, 365-366, 374, 377, 391, 392, 393, 398, 400-413, 420, 438, 445, 481; II, 11, 19-20, 22, 27, 28, 39, 69, 85, 140, 152, 175, 205, 213-215, 222, 232, 235, 240, 241, 246, 250, 270, 272, 294, 324, 334, 377, 378, 380-382, 383, 384, 388, 391-392, 393, 394, 397, 399-400, 401, 403, 417, 418, 454, 455, 457, 458, 459, 460, 487, 488, 489, 492, 493, 494, 496, 498, 500, 502, 503, 505, 544, 559, 560, 565, 572, 609, 621-622, 632, 637, 638, 644, 646, 647, 648, 655, 656-657, 658, 664, 671; III, 17, 32, 34, 37, 38, 39, 41, 46, 48, 53, 56, 62, 75-76, 89-90-91, 92, 96, 98, 100, 101, 105, 113, 114, 119, 125, 132, 135, 137, 142, 143, 147, 163, 167-168, 172, 174, 182, 188-189, 191, 194, 198, 200-211, 212, 220, 224, 234, 247, 251, 252, 266, 276, 277, 278, 296, 301, 310, 326, 364, 373, 376, 409, 414, 431, 439, 441, 448, 449, 454, 458, 459, 460, 465, 472, 478, 495, 505  
 Entroncamento, III, 273-274  
 Epidemias, I, 68, 271; II, 52, 350, 369, 401, 454, 566, 574, 615, 647, 653, 654, 655; III, 79  
 Epifânia, Manuel da, II, 416, 440  
 Epigrafia, I, 53, 203, 483, 488  
*Epistola Episcoporum Franciae*, I, 34  
 Equipas de Nossa Senhora, III, 203  
*Éra Nova*, III, 189  
 Erasmismo, I, 387; II, 16, 21, 66, 71, 73, 74, 75, 124, 214, 396, 407, 452, 519, 631, 637, 638, 639  
 Erasmo, II, 75, 380, 419, 641  
 Erdmann, Carl, I, 306-307, 450  
 Eremitismo, I, 160, 175, 192, 214, 220-222, 224, 227, 230, 339, 346, 360-362, 367, 374, 428, 452, 453, 494, 498, 501, 504; II, 19, 451, 496, 582  
 Ermígio, I, 448  
 Escatologia, I, 348-351, 360, 362, 453, 458, 498, 502; II, 38, 74, 80, 81-88, 272, 370-371, 379, 421, 468-469, 475, 643, 644, 650-652, 653, 655, 658; III, 410, 437, 460, 471, 486-487, 497  
 Escolar, Maria Anes, I, 494  
 Escolas (ver Ensino)  
 Escolástica (ver também Neotomismo), I, 339, 362; II, 218, 235, 538; III, 102, 420-421, 429, 430  
 Escoto, Tomás, I, 37, 412  
 Escravatura, I, 104, 130, 206, 279-280; II, 50, 66-67, 136, 270, 280-281, 286, 433, 503, 510, 534, 552, 585, 648, 658; III, 106, 457  
 Escultura e artes decorativas, I, 370, 378, 390, 459, 475, 483, 487, 488, 490, 492; II, 326, 367, 391, 469, 473, 474, 476, 478, 480, 542, 568, 580, 594, 607, 608, 616, 621, 624, 630, 632, 641, 660-661, 664  
 Escutismo, III, 131, 147, 162, 190-191, 227, 277, 298, 309, 337, 442, 455-456, 472  
*Esmeraldo de Situ Orbis*, II, 652  
 Esoterismo (ver também Magia, Superstições), III, 409, 442, 477, 481-484, 494, 496  
 Espanha, I, 5, 15-35, 53, 69, 72, 93, 103, 137, 147, 175, 179, 207, 209, 210, 213, 214, 222, 314, 320, 328, 329, 339, 357, 388, 408, 410, 427, 455, 477, 478, 484, 499, 502, 505; II, 17, 19, 23, 32, 37, 49-50, 51, 53, 54, 58, 64-65, 66, 77, 80, 83, 84, 87, 96, 97, 99, 104, 105, 109, 110, 111-112, 113, 118, 119, 125, 128, 130, 136-137, 145, 149, 154, 156, 159, 160, 161, 162, 163, 172, 174, 194, 262-263, 265, 266, 270, 272, 273, 274, 282, 284, 286, 293, 294, 296, 302, 308, 347, 355, 358-359, 390, 410, 419, 423, 428, 429, 437, 451, 489, 494, 510, 549, 567, 576, 585, 611, 617, 629, 641, 643, 647-648, 671, 675; III, 70, 135, 148, 178, 227, 258, 280  
 Esperança, Francisco da, II, 509-510  
 Esperança, Manuel da, II, 497, 642, 653  
*Esperanças de Portugal*, II, 81-85  
 Espiritanos (Congregação do Espírito Santo), III, 114, 226, 284, 308, 311, 355-356, 363, 364, 367, 368, 369, 371, 372, 378, 381, 386  
 Espiritismo (ver também Esoterismo), III, 415, 476-477, 493, 494, 495  
 Espírito Santo (culto do), I, 354, 325-326; II, 409, 456, 482, 650-658; III, 151, 265  
 Espírito Santo, Arnaldo, I, 204  
 Espírito Santo, João do, II, 422  
 Espírito Santo, José do, II, 630, 634, 649-650  
 Espiritualidade e devoções (ver também Hagiografia e santidade; Mosteiros e monaquismo), I, 8-10, 44-45, 170, 215, 268, 339-387, 423-505; II, 11, 15-44, 69-70, 71-72, 74-77, 235, 244, 246, 247, 249, 250, 251, 306-308, 317-322, 323, 324, 326-327, 330, 332, 345, 346-359, 359-365, 377, 400, 401, 406, 407, 412-414, 416, 418-425, 434, 466, 467, 468, 473, 476, 478-480, 482, 497, 522, 525-526, 549, 552, 555, 558-596, 603-664; III, 12, 27-28, 40, 42, 43, 65, 70-73, 74, 78, 79-80, 83, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 94, 100, 104, 106, 108-109, 110, 111, 114-115, 116, 130, 131, 136, 139, 144, 145, 147, 148, 149, 151-152, 153-159, 159-164, 170, 171, 173, 177, 182, 183, 185, 186, 189, 190, 199, 202, 212, 213, 226-227, 229, 239, 240, 242-243, 244, 245, 251, 255, 258,

- 263, 290, 308, 310, 313, 324-325, 407-408, 410-411, 413, 437, 449, 474, 505
- Espírit*, III, 204, 229, 278
- Estado Novo (II República), III, 18, 63, 129, 173, 180, 181, 183, 188, 189, 191, 192, 193, 195, 203, 229-231, 233-239, 243-244, 245-247, 255, 256, 259, 267-275, 280, 282, 288, 292-294, 296, 372-377, 415, 416, 433-435, 442, 454, 455-456, 465, 468-469, 472, 474, 475, 479, 483, 487, 496, 501, 504
- Estados Unidos da América (EUA), II, 58; III, 108, 190, 227, 450, 456, 459, 460, 461, 462, 468, 470, 472, 473, 475, 476, 480-481, 483, 486, 488, 498
- Estanislau Kostka, santo, II, 644
- Este, João Baptista de, II, 63
- Estella, Diogo de, II, 401
- Estevão, arcebispo de Braga, I, 395
- Estevão, arcebispo de Toledo, I, 304
- Estevão, bispo de Liège, II, 659
- Estevão da Guarda, I, 60
- Estevão, José, III, 72
- Estevão, mestre, I, 447
- Estevão, santo, I, 69
- Estevão, Tomás, II, 386
- Esteves, Fernando, I, 351
- Esteves, Gonçalo, I, 494
- Esteves, João, II, 502
- Esteves, Maria, I, 468, 469-470
- Estrabão, I, 13
- Estrada, José Possidónio, II, 593
- Estremoz, I, 67; II, 630
- Etéria (ou Egéria), I, 203
- Etiópia, II, 151, 263, 272, 282, 288, 456-457, 504
- Etnografia (ver Antropologia religiosa)
- Etsi suscepti* (1443), bula papal, II, 265
- Eucaristia e liturgia, I, 9, 33, 36, 99-100, 166, 207, 209, 210, 212, 224, 225, 246, 247, 249, 262, 264, 265, 271, 286, 290, 344-348, 352, 354-355, 356, 357, 358, 361, 366, 367, 375, 377, 381, 391-392, 400, 407-408, 413-414, 427-428, 431, 432, 433, 436-440, 464, 476, 484, 490, 491, 502; II, 11, 19, 28, 31-32, 38, 42, 56, 68-69, 74, 75, 78, 106, 118, 127, 194, 213, 220, 251, 255, 279, 317, 323, 327, 329-330, 332, 334, 338-344, 349-350, 377, 378, 379, 380, 385, 393-394, 391, 393-394, 398-399, 403, 405-406, 409, 418, 420, 421, 426-432, 434, 449, 451, 452, 456, 458, 469, 470, 476, 480-484, 486-510, 517-522, 522-526, 543, 545, 552, 558-563, 564-568, 568-70, 587-588, 589, 592-593, 594, 606, 607, 608, 612, 620, 624, 627, 631, 634, 637, 658-664, 646, 650, 652, 657, 658, 659, 660; III, 40, 43, 71-72, 85, 97-98, 103-104, 109, 110, 111, 114, 115, 130, 136, 142, 145, 150, 154, 155, 159-160, 163, 166, 170-171, 182, 183, 185, 194, 198, 210, 213, 217, 219, 221, 223, 224, 226, 238, 239, 240, 247, 252-253, 274-275, 277, 283, 294, 308, 313-314, 314-322, 391, 410, 422, 451, 454, 456, 463, 485, 495, 498-499
- Eudistas, II, 647
- Eugénio IV, papa, II, 265, 608
- Eulália, santa, I, 18, 23, 238-239, 427
- Eulógio, santo, I, 101, 427
- Europa, III, 247, 249, 278, 292, 298, 301, 313, 324, 327, 408, 409, 463
- Eusébio de Cesareia, santo, I, 346
- Eutrópio, santo, I, 240
- Eymeric, Nicolau, I, 328
- Evangelii nuntiandi*, encíclica papal (1975), III, 136, 265, 309
- Evangelista, João, II, 621
- Evangelização (ver Missões do interior, Missionação)
- Evangelização: anúncio de liberdade*, III, 299
- Évora, I, 17, 18, 37, 46, 53, 67, 102, 104-106, 109, 125, 122-123, 137, 252, 345, 390, 396; II, 99, 100, 102, 103, 124, 129, 204, 241, 340, 350, 359, 403, 454, 467, 492, 494, 501, 539, 551, 559, 624; III, 286, 287-288, 420, 462
- Évora (diocese de), I, 144, 149, 169, 177, 179, 180, 185-192, 193, 235, 241, 245, 246, 247, 250, 270, 289, 290, 355, 390, 410; II, 22, 144, 161, 188, 191, 196-197, 198, 210, 211, 213-214, 217, 223, 224, 240, 390, 427, 428-429, 450, 454, 611, 624, 640, 654; III, 97-98, 173, 254, 255, 294
- Évora, Eusébio de, II, 415
- Évora, José Maria da Fonseca e, bispo do Porto, II, 228
- Évora, Paio de, I, 252
- Exame de Consciência*, II, 30
- Exegese bíblica (ver Bíblia e exegese bíblica)
- Exército Azul de Nossa Senhora de Fátima, III, 227
- Eximínis, Francisco, II, 23
- Exorcismo, II, 249
- Expectação, Manuel da, II, 422
- Extinção das ordens religiosas, II, 10, 38, 179, 507, 673; III, 12, 25, 26, 30, 31, 34, 55, 67, 72, 74-75, 76, 90, 102, 103, 109, 112, 116, 137, 160, 172, 353, 369, 426, 427, 431
- Ex-votos, II, 348, 361, 484-486, 654; III, 151, 264

## F

- Facundo, santo, I, 427
- Fafes, Egas, bispo de Coimbra, I, 319
- Faircloth, Samuel Douglas, III, 460
- Falcão, Manuel Franco da Costa de Oliveira, bispo de Beja, III, 216, 315, 326, 392
- Faleiro, Manuel, II, 496
- Família, I, 205, 206, 207-208, 214, 215-216, 217, 218, 219, 220, 236, 238, 241, 247, 250, 252, 267, 268-269, 280, 304, 345, 382, 392, 398, 401-402, 408, 423-424, 428, 430, 431, 440-441, 462, 464, 470, 471, 472, 474, 478, 479, 481-492, 495, 498-499, 501, 502, 507; II, 36, 50, 58, 60-62, 80, 88, 113, 128, 110, 138, 143, 144-145, 148, 149, 176, 221, 225, 230, 231-232, 235, 308, 329, 333, 344, 420, 476, 530, 533, 537, 552-553, 563, 581, 616, 625, 634, 636, 648; III, 26, 46, 91, 98, 100, 109, 110, 111, 112-113, 131, 137, 146, 168, 172, 174, 191, 194, 200, 201-202, 212, 216, 234, 240, 242, 246, 247, 262, 266, 276-277, 301, 305, 314-315, 406, 431, 438-440, 441, 442, 443, 445, 451, 478
- Faria, Adão Salgado Vaz de, III, 173
- Faria, António, II, 505
- Faria, Baltazar de, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 143, 198
- Faria, Francisco, II, 388
- Faria, Francisco Leite de, III, 388
- Faria, João de, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 144
- Faria, José Freire de, II, 657
- Faria, Manuel, II, 510
- Faria, Manuel, III, 224
- Faria, Manuel Severim de, II, 214, 434
- Faria, Tomé de, II, 433, 649
- Farinha, Afonso Peres, prior do Hospital, I, 235, 322
- Farinha, António Lourenço, III, 388
- Faro, I, 17, 98, 108-109, 137; II, 630
- Faro, André de, II, 504
- Fascismo, III, 193, 203, 435
- Fátima, II, 625; III, 130, 133-134, 145, 152-159, 162, 163, 172, 176, 182, 185, 187, 206, 216, 219, 223, 224, 227, 230, 232, 238-245, 257, 259-262, 273, 287, 340, 394, 395
- Fátima e a redenção de Portugal*, III, 157
- Febronius, Justinus, II, 173, 174
- Feitiçaria (ver Magia)
- Félix, bispo de Urgel, I, 34
- Félix, José Maria, III, 157
- Félix, santo, I, 427; II, 659, 664
- Fenícios, I, 14
- Feio, António, II, 402, 411, 434
- Fermo, José da, II, 403
- Fermo, Serafino da, II, 23, 419, 603

- Fernandes, Álvaro, II, 489  
 Fernandes, André, bispo de Funai (Japão), II, 82, 83, 455, 504  
 Fernandes, António, II, 492  
 Fernandes, António Mendes, II, 203  
 Fernandes, António Teixeira, III, 338-339  
 Fernandes, Domingos da Apresentação, bispo de Aveiro, III, 195, 197, 199  
 Fernandes, Duarte, II, 450  
 Fernandes, Eduardo Mata, III, 479  
 Fernandes, Francisco, II, 450  
 Fernandes, Garcia, II, 624, 662  
 Fernandes, Godinho, arcebispo de Braga, I, 150  
 Fernandes, Isabel, II, 24, 77, 559, 603  
 Fernandes, João, II, 67  
 Fernandes, José Manuel, III, 221, 222  
 Fernandes, Lopo, II, 491  
 Fernandes, Manuel, II, 388, 397, 421, 622, 659  
 Fernandes, Manuel António, III, 187  
 Fernandes, Maria de Lourdes Correia, II, 424, 544, 552  
 Fernandes, Pedro, II, 140  
 Fernandes, Vasco (*Grão-Vasco*), I, 398; II, 573  
 Fernandez, Melicia, II, 34, 36  
 Fernando, I, 448  
 Fernando (*o Infante Santo*), beato, infante de Portugal, governador da Ordem de Avis, I, 63, 235, 413; II, 36  
 Fernando, duque de Bragança, I, 496  
 Fernando, frei, II, 77  
 Fernando, infante de Portugal, I, 314, 335  
 Fernando, infante de Portugal, II, 357  
 Fernando, marquês de Vila Real, I, 497  
 Fernando (*o Católico*), rei de Aragão, II, 266  
 Fernando I (*o Magna*), rei das Astúrias e de Leão, I, 94, 166, 209, 433, 434  
 Fernando II, rei das Astúrias e de Leão, I, 185  
 Fernando III, rei das Astúrias e de Leão e Castela, I, 187  
 Fernando IV, rei das Astúrias e de Leão e Castela, I, 149, 175  
 Fernando I, rei de Portugal, I, 39, 54, 55, 60, 328-332, 411, 488, 494; II, 49, 656  
 Fernando II, rei de Portugal, III, 68  
 Ferno, Pintaguída da, II, 564  
 Ferraz, João, II, 427  
 Ferreira, António, II, 412  
 Ferreira, António Alves, III, 138  
 Ferreira, António José, III, 224  
 Ferreira, António Matos, III, 91, 143, 173-174, 238, 255, 422  
 Ferreira, Augusto, II, 426  
 Ferreira, Ernesto, III, 472  
 Ferreira, Francisco Leitão, II, 438  
 Ferreira, Gonçalo, I, 370  
 Ferreira, Guilherme L. Santos, III, 453  
 Ferreira, J. Augusto, II, 159  
 Ferreira, Januário Torgal, bispo castrense, III, 344  
 Ferreira, João Gomes, III, 362  
 Ferreira, José Maria Cabral, III, 323-324  
 Ferreira, José Dias, III, 68  
 Ferreira, Manuel, II, 404, 455  
 Ferreira, Paulo da Trindade, III, 136  
 Ferreira, Silvestre Pinheiro, III, 429, 437  
 Ferrão, Martens, III, 356, 358, 360  
 Ferreira, Medeiros, III, 293, 301  
 Ferreira, Nuno Estevão, III, 217, 278-279  
 Ferreira, Virgílio, III, 209, 437  
 Ferro, António, III, 178  
 Festas e romarias, I, 44, 69, 290, 355, 374, 377-378, 378, 379, 381, 484; II, 12, 272, 277, 279, 318, 321, 322, 323, 325, 326, 327-329, 334-335, 339-340, 345, 349-350, 351-352, 355, 359, 379, 401-402, 436, 449-450, 454, 455, 457, 458, 461, 486, 499, 503, 508-509, 510, 519, 520, 521, 535-536, 552, 557, 563-564, 565, 568, 584, 585-588, 615, 619, 620, 625, 627, 634, 641, 642, 646, 647, 648, 650, 652-654, 655-657, 659, 660, 675; III, 11, 70-71, 87, 98-99, 105, 151, 152, 157-158, 159, 161, 166, 173, 181, 187, 239, 242, 257, 258-259, 262-264, 385, 414, 463, 474  
 Feudalismo (ver Senhoriaisimo)  
 Fiães, I, 100  
 Fialho, José, bispo de Olinda, da Baía, e da Guarda, II, 228  
*Fidei donum*, encíclica papal (1957), III, 379, 392  
 Fidel, I, 238  
 Figanière, visconde de, III, 482  
 Figueira, Baltasar Gomes, II, 574, 576  
 Figueiredo, Antero de, III, 164  
 Figueiredo, António Pereira de, II, 39, 40, 41, 140, 174, 175, 182, 614-615, 616, 672; III, 80, 428, 448, 464  
 Figueiredo, Cristóvão de, II, 573, 658, 662  
 Figueiredo, Fernão Homem de, II, 585  
 Figueiredo, Fidelino de, III, 437  
 Figueiredo, Joaquim dos Santos, bispo eleito da Igreja Lusitana, III, 454, 466  
 Figueiredo, Manuel de, II, 440  
 Figueiredo, Mateus Castanho de, II, 634  
 Figueiredo, Pais de, III, 175  
 Figueiredo, Vítor, III, 223  
 Filipa de Lencastre, rainha de Portugal, II, 631  
 Filipe, António, I, 123  
 Filipe de Néri, santo, II, 43, 564, 647  
 Filipe II, rei de Espanha (I de Portugal), II, 49, 80, 100-102, 109, 110, 136-137, 141, 154, 156, 167, 192, 227-228, 279, 280, 286, 330, 344-345, 358, 359, 381-382, 467, 509, 534, 576  
 Filipe III, rei de Espanha (II de Portugal), II, 63, 102, 112, 130, 154, 157, 167, 178, 192, 227-228, 284, 287, 466, 468, 629  
 Filipe IV, rei de Espanha (III de Portugal), II, 63, 102, 119, 137, 154, 158, 159, 161, 167, 178, 192, 227-228, 293, 410  
 Filipe II (*Augusto*), rei de França, I, 308  
 Filipinas, II, 154  
 Filosofia, I, 127, 132, 339, 386-387; II, 43-44, 180, 181-182, 214-216, 218, 374, 423; III, 91, 108, 112, 125, 149, 174, 196, 260, 279, 287, 288, 428, 432, 437, 499, 504  
 Finanças (ver Comércio)  
 Fiore, Giocchino di, I, 41; II, 650-651  
 Firrao, Giuseppe, núncio apostólico, II, 171  
 Fiúza, Cláudio, II, 417  
 Flâmula Ansures, I, 347  
 Flávio Josefo, I, 384  
 Flichte, Augustin, I, 423  
 Florença, I, 397-398; II, 632  
 Focolares, III, 308  
 Fóios, Cristóvão de, II, 572, 649  
 Folieto, Hugo de, I, 416  
 Foligno, Tomasuccio di, I, 39  
 Fonseca, Afonso, II, 433  
 Fonseca, António da, II, 406, 421  
 Fonseca, Caetano da, II, 621  
 Fonseca, Cristóvão da, II, 499  
 Fonseca, Fernando Taveira da, II, 202  
 Fonseca, João da, II, 421, 560  
 Fonseca, Joaquim Diniz da, III, 175  
 Fonseca, Manuel, III, 436  
 Fonseca, Manuel Frutuoso da, III, 48, 49, 91  
 Fonseca, Maria da, I, 498  
 Fonseca, Miguel da, II, 492  
 Fonseca, Tomás da, III, 162  
 Fontaine, Bernardo, abade de Claraval, I, 212  
 Fontaine, J., I, 30  
 Fontana, José, III, 431  
 Fontanes, Simon, II, 503  
 Fontes, Paulo, III, 381  
 Forais (ver Municípios)  
 Foreiro, Francisco, II, 388, 396, 429, 433

- Formigão, Manuel Nunes, III, 154, 172  
 Foulque, bispo de Toulouse, I, 229  
 Fox, Gastão de, bispo de Évora, II, 407  
 França (ver também Invasões Francesas), I, 70, 102, 203, 209, 212, 213, 224, 225, 239, 241-242, 284, 308-309, 314, 318, 328, 340, 345, 355, 377, 410, 413, 416, 436, 438-439, 444, 477, 478; II, 10, 11, 42, 51, 58, 73, 74, 75, 80, 87, 92, 137, 146, 147, 159, 160, 161, 162, 170, 173, 174, 235, 254, 274, 296-297, 301, 397, 401, 418, 428, 438-442, 521, 553, 607, 619, 631, 644, 648, 655, 660, 675; III, 39, 45, 71, 75, 76-77, 79, 80, 81, 86, 92, 97, 100, 104, 106, 109, 112, 114, 115, 116, 124, 135, 140, 141, 147, 148, 151-152, 158, 161, 163, 183, 198, 203, 206, 217, 224, 225, 229, 255, 262, 272, 278, 279-280, 291, 308, 324, 355, 423, 476-477, 482, 483, 484  
 França, Luís de, III, 294, 318-320  
 França, Nobre, III, 431  
 Francês, Manuel da Silva, II, 198  
 Francisca Romana, santa, II, 622, 648  
 Franciscanos, I, 39, 41, 160, 166, 170, 179, 184, 192, 194-195, 228-233, 263, 317, 339, 345, 373-378, 379, 381, 382, 393, 399, 412, 416, 452-460, 461, 469, 470-480, 492, 494-496, 497, 499-505; II, 15, 17, 18, 27, 62, 77, 97, 152, 154, 204, 205-206, 207, 218, 240, 241, 242, 244, 246, 249, 250, 262, 265-266, 270, 276, 276, 284, 291, 294, 299, 300, 377, 378, 387, 390, 404, 419, 421, 422, 472, 496, 499, 503, 505, 506, 541, 564, 565, 570, 571, 572, 574, 576, 617, 619, 628, 637, 650-651, 656; III, 38, 58, 75, 87, 101, 112, 113-114, 149, 160, 173, 174, 190, 283, 287, 325, 361, 364, 369, 371, 372, 378-379, 386, 437  
 Francisco de Assis, santo, I, 229, 230, 373, 374, 375, 386, 452, 453  
 Francisco de Borja, santo, geral dos Jesuítas, II, 164, 359, 619, 644  
 Francisco de Sales, santo, II, 422, 619, 631, 644-645, 646  
 Francisco, João, II, 619  
 Francisco Marto, beato, III, 154, 158  
 Francisco I, rei de França, II, 146  
 Francisco Xavier, santo, II, 19, 247, 274, 275, 279, 386, 412, 433, 505; III, 145, 166, 385, 395  
 Franco, António, II, 239-240, 403  
 Franco, António de Sousa, III, 254  
 Franco, João, II, 402, 423  
 Franco, José Eduardo, III, 288  
 Franco, Marcelino António Maria, bispo do Algarve, III, 155  
 Frascella, António, II, 296  
 Fraternidade Cristã dos Doentes e Deficientes, III, 308  
 Frederico II, imperador do Sacro Império, I, 308, 318, 397  
 Frederico III, imperador do Sacro Império, II, 449  
 Freire, António, II, 421, 587  
 Freire, António Joaquim, III, 478  
 Freire, Francisco José (pseud. Cândido Lusitano), II, 440  
 Freire, José Ilídio, III, 458  
 Freire, Melo, II, 672  
 Freire, Pedro Lupina, II, 55  
 Freixo de Espada à Cinta, I, 104  
 Freitas, José Joaquim de Sena, III, 46, 49, 73, 74, 85, 91, 92-94, 96, 105, 124, 464  
 Freitas, Rodrigo de, III, 51  
 Fróis, Luís de, II, 281  
 Frutuoso, santo, arcebispo de Braga e bispo de Dume, I, 23, 100, 204, 205, 206, 215, 221, 238, 239, 240, 280, 344, 345, 346, 431  
 Frutuoso, Domingos Maria, bispo de Portalegre, III, 199  
 Funchal, I, 486; II, 90, 92, 99, 205, 215, 216, 503; III, 308, 449, 456  
 Funchal (diocese do), II, 99, 188, 193, 195, 281, 561; III, 206, 449-450  
 Fundão, II, 323, 324  
 Furstenberg, Maximiliano de, núncio apostólico, III, 283  
 Fuseiro, Lopo Ruiz, I, 484
- G**  
 Gabriel, Manuel Nunes, arcebispo de Luanda, III, 380, 388  
 Gaia, II, 324, 609; III, 378, 451, 452, 453, 465  
 Galassi, António, II, 499  
 Galécia, I, 5, 13, 15, 16, 21, 27, 29, 30, 32, 33, 34, 46  
 Galiza, III, 148  
 Galharde, Germão, II, 383, 429  
 Galharde, Simão, II, 429  
 Galhoz, Maria Alice, II, 613  
 Galvão, Duarte, II, 86  
 Galvão, Francisco Fernandes, II, 414, 434  
 Gália, I 34  
 Gama, Francisco Saldanha da, cardeal, II, 145, 164, 172  
 Gama, João da, II, bispo de Miranda, II, 227, 232  
 Gama, Simão da, arcebispo de Évora, II, 455, 630  
 Gama, Vasco da, vice-rei da Índia e 1.º conde da Vidigueira, II, 305, 348, 468, 569  
 Gamboa, Pêro de, II, 493  
 Gamboa, Tomás de, III, 175  
 Garção, Óscar, III, 482  
 Garcia, José Sebastião Elias, III, 431  
 Garcia, Maria Luísa Ressano, III, 191  
 Garcia, Manuel, II, 494  
 Garcia, Miguel, II, 281  
 Garcia, Paio, I, 416  
 Garcia, rei da Galiza, I, 434  
 Garcia Rodriguez, Carmen, I, 427  
 Gardiner, Robert, II, 569  
 Gardiner, William, II, 74  
 Garra, Francisco, II, 500  
 Garrett, Almeida (ver Almeida Garret, 1.º visconde de)  
 Garrone, monsenhor, III, 289  
 Garvão, I, 14  
 Gaspar, Rodrigues, III, 371, 377  
 Gatta, Francisco da, I, 497  
 Gáudio, I, 43  
 Gavião, Pedro Vaz, bispo da Guarda, II, 235, 393, 488, 517-518  
 GEDOC, III, 271-273  
 Gelmírez, Diego, arcebispo de Santiago de Compostela, I, 161, 242, 344, 355, 388  
 Genealogia (ver Historiografia)  
 Geografia, I, 137-194, 248, 279, 309, 310, 351-352, 344 — 345, 357, 362, 363, 367, 377, 378-379, 388, 390, 393, 406-407, 408, 410, 411, 427, 440, 453, 455, 460, 488, 494, 495, 496; II, 12, 69-70, 103-104, 115-117, 118-119, 126-127, 152, 168, 175, 187-194, 203-205, 208-212, 215, 240, 241, 261, 277, 290-291, 292, 303, 323-324, 335, 346, 350, 351, 352-353, 354, 355, 356, 357-359, 360, 370, 372, 380, 401, 417, 426, 466, 468, 476, 485, 486, 495, 496, 497, 500, 502, 503, 506, 562, 565, 568, 569, 573, 578, 579, 580, 582, 584-585, 587, 588-589, 590, 591, 594-595, 609, 610, 611, 619, 625, 627, 628, 632, 633-634, 652, 655-656, 660-661, 675; III, 17, 45, 48, 49, 58, 69, 86, 95, 97-98, 103, 124, 133-135, 141, 146, 157, 159-160, 169, 171, 172-173, 205, 206, 207, 209, 215, 222, 223, 238, 262, 286, 300, 308, 313-322, 323, 324, 378, 383, 407, 426, 438, 439, 441, 444-445, 450, 451, 456, 462, 463, 470, 472, 475, 476, 478, 482, 486, 495  
 George, Frederico, III, 222  
 Georgi, Giovanni, II, 499  
 Geraldês, António, II, 415  
 Geraldês, Martinho, arcebispo de Braga, I, 320  
 Geraldo (*Sem-Pavor*), I, 185  
 Geraldo, bispo de Lamego, I, 485  
 Geraldo, santo, arcebispo de Braga, I, 148, 209, 210, 305, 307, 340, 354, 355, 356, 357, 392, 444  
 Gerónimo, santo, I, 239  
 Gerson, Jean, II, 24, 39, 41, 420, 614-615, 616, 636  
 Gertrudes de Helfta, santa, II, 23, 622  
 Geusau, Leo Altling von, III, 278

- Gherlinc, João, II, 428  
 Giglio, Luigi, II, 317  
 Gil, bispo auxiliar de Braga, II, 377  
 Gil de Santarém, santo, I, 123, 232, 377, 472  
 Gil, Fernando, II, 82  
 Gil, frei, II, 496  
 Gil, Martinho, bispo do Algarve, de Évora, e do Porto, I, 246  
 Girão, Amorim, III, 187, 193  
 Girou, A. J., III, 472  
 Glória, Brites, II, 498  
 Gnechi-Soldo, Organtino, II, 311  
 Gneco, Azevedo, III, 430  
 Gnosticismo (origenismo), I, 30, 33-34  
 Goa (ver Índia)  
 Godin, Henri, III, 202  
 Godinho, diácono, I, 347  
 Godinho, Manuel, II, 414, 457  
 Godinho, prior de São Vicente de Fora, I, 228  
 Godinho, Silvestre, arcebispo de Braga, I, 242, 314, 315, 317  
 Goetz, Carlos Cudell, II, 663  
 Góis, Damião de, I, 128; II, 24, 50-51, 63, 357, 375, 468, 491-492; III, 447  
 Gomes, António de Azevedo, III, 370  
 Gomes, António Dias, III, 472  
 Gomes, António Ferreira, bispo de Portalegre, e do Porto, III, 198, 232-233, 235-236, 244, 250, 269, 270, 292  
 Gomes, António Marques, II, 418  
 Gomes (pai), António de Sousa, III, 190  
 Gomes (filho), António de Sousa, III, 267  
 Gomes, Bernardo, II, 402  
 Gomes, Carolina Sousa, III, 172  
 Gomes, Cornélio, II, 386  
 Gomes, Fernão, II, 494, 574  
 Gomes, Francisco, II, 455, 560  
 Gomes, Francisco de Sousa, III, 151  
 Gomes, Francisco Luís, III, 356  
 Gomes, Henrique de Barros, III, 49, 56, 57, 110, 122, 358, 367  
 Gomes, Henrique de Santa Clara, III, 306  
 Gomes, João, I, 351  
 Gomes, João, III, 299  
 Gomes, João, bispo do Porto, I, 324  
 Gomes, J. Pinharanda, I, 177; III, 91, 116, 163-164, 218, 309, 382, 383, 437  
 Gomes, Manuel, II, 565  
 Gomes, Manuel António (padre «Himalaia»), III, 88  
 Gomes, Manuel Teixeira, presidente da República, III, 432  
 Gomes, Rita Costa, I, 327  
 Gomes, Saul, I, 145  
 Gomes, Soeiro, I, 36-37, 232  
 Gomes, Soeiro Pereira, III, 435  
 Gomes, Teresa Santa Clara, III, 268  
 Gómez y Togar, Vicente, III, 451, 452  
 Gonçalo, bispo de Coimbra, I, 440, 448  
 Gonçalo Dias de Amarante, beato, I, 377  
 Gonçalo Hispano, I, 339  
 Gonçalo Moniz, conde de Coimbra, I, 434  
 Gonçalo, Pêro, II, 428  
 Gonçalves, A. Nogueira, I, 475  
 Gonçalves, Avelino de Jesus, III, 175, 180, 184-185, 187  
 Gonçalves, Flávio, II, 618, 623, 633, 640, 662-664  
 Gonçalves, Gaspar, bispo de Portalegre, II, 433, 450  
 Gonçalves, Gonçalo, I, 392  
 Gonçalves, Iria, I, 145  
 Gonçalves, Agostinho Jardim, III, 302  
 Gonçalves, Jorge Jardim, III, 254  
 Gonçalves, Nuno, II, 652  
 Gondomar, III, 223  
 Gonzaga, Luís, II, 649  
 Goodman, Paul, III, 444  
 Goody, Jack, I, 142  
 Gorjão, Rafael, III, 368  
 Gouveia, III, 468  
 Gouveia, André de, II, 73  
 Gouveia, António, II, 404  
 Gouveia, António Aires de, bispo tit. de Betsaida e arcebispo tit. de Calcedónia, III, 38, 73, 138, 139  
 Gouveia, Cristóvão de, II, 459  
 Gouveia, Francisco Velasco de, II, 181  
 Gouveia, Manuel, II, 572, 630  
 Gouveia, Marcial de, II, 24, 73  
 Gouveia (Sénior), Diogo de, II, 73  
 Gouveia, Teodósio Clemente de, arcebispo de Lourenço Marques e cardeal, III, 384, 390, 392  
 Gower, John, I, 384  
 Graal, I, 39  
 Graal, movimento, III, 132, 227, 290  
 Grã-Bretanha, I, 309, 328; II, 58, 73, 74, 80, 90, 92, 93, 130, 131, 286, 287, 490, 569, 576, 631; III, 21, 22, 23, 51, 86, 100, 108, 358, 370, 421-422, 423, 424, 426, 439, 444, 445, 447-448, 448-453, 455, 457, 462, 466, 470, 481, 498  
 Graça, João José da, III, 451  
 Graça, Simão da, II, 649  
 Graciano, João, I, 381, 387-388, 391, 406  
 Graciano, imperador romano, I, 32  
 Grainha, Borges, III, 431  
 Granada, Luís de, II, 19, 21, 23-24, 32, 33-34, 80, 214, 361-362, 380, 385, 395, 396-397, 400, 401, 420, 421, 432, 436, 443, 546, 559, 580, 582, 603  
 Grande Oriente Lusitano (ver Maçonaria)  
*Grandi non immerito*, bula papal, I, 316-317, 319  
*Graves de communi*, encíclica papal (1901), III, 43  
*Gravissimum christi ecclesiarum*, bula papal (1881), III, 68  
 Grécia, I, 14; III, 484, 499  
 Green, Graham, III, 205  
 Gregório I (*Magno*), papa, I, 346, 348, 351, 362, 384, 387; II, 538, 587-588  
 Gregório V, papa, II, 154  
 Gregório VII, papa, I, 224, 243, 308, 391, 438; III, 76  
 Gregório IX, papa, I, 56, 75, 108, 230, 317, 318, 388  
 Gregório X, papa, I, 321, 322  
 Gregório XI, papa, II, 16, 652  
 Gregório XIII, papa, II, 317, 429, 584  
 Gregório XV, papa, II, 154, 549, 634  
 Gregório XVI, papa, III, 29-30, 43, 70, 353, 427, 428  
 Griffé, I, 32  
 Grijó, I, 227, 292  
 Groote, Geraldo, II, 420  
 Gualter, I, 228, 375  
 Guarda, I, 56, 322; II, 350  
 Guarda (diocese da), I, 139, 144, 146, 170, 176, 180, 185, 186-187, 193, 245, 399, 407; II, 193, 213, 356, 390, 393, 429, 456, 520, 525, 588, 592, 604, 610; III, 152, 159, 191, 206, 241, 254, 281-282, 295  
 Guedelha, rabi-mor, I, 55, 60  
 Guedelha Palaçano, I, 63  
 Guenin, Jules C., III, 472  
 Guerra (ver também Cruzada, Invasões germânicas, Invasões Francesas, Reconquista), I, 45, 137, 294, 307, 311, 313, 317-318, 319, 324, 328, 378, 379, 389, 398, 439, 450, 478, 484, 491, 492, 492, 499, 502, 504; II, 49, 66-67, 74, 80, 86, 90, 93, 97, 102, 111, 119, 141, 142, 146, 147, 157, 163, 181, 211, 249, 259, 260, 262, 267-268, 269-270, 282, 286, 287, 289, 290, 296, 302, 348, 350, 369, 401, 410-411, 417, 420, 458, 467, 468, 470, 485, 489, 490, 500, 524, 528, 561, 566, 568, 574, 606, 624-625, 634; III, 18, 28-31, 56, 66-67, 71, 79, 90, 103, 119, 121, 135-136, 137, 147, 153, 156, 157, 161, 162, 164, 167, 177, 178, 180, 183, 187, 190, 193, 195, 214, 229, 236, 240, 242, 243, 245, 246, 247, 266, 267, 268-269,

## ÍNDICE GERAL

- 270-271, 273, 274, 275, 276, 292, 304, 305, 308, 360, 392, 393, 424, 425-426, 442, 445, 448, 450, 451, 457-458, 474, 497
- Guerra, Fernando, chanceler-mor, bispo do Algarve, Porto e arcebispo de Braga, I, 160, 163, 246, 264, 406, 413; II, 16, 21, 377, 378, 379-380, 490, 492, 558
- Guerra, João Pedro Miller, III, 266, 267
- Guerreiro, Bartolomeu, II, 409
- Guerreiro, Isabel, III, 462
- Guerreiro, Manuel, III, 462
- Guichard, P., I, 93
- Guido de Vico, cardeal-legado, I, 307
- Guilherme I, o *Conquistador*, rei de Inglaterra, I, 309
- Guilherme, Manuel (pseud. Paulo Cardoso), II, 388, 422, 424, 560
- Guimarães, I, 39, 97, 155, 195, 207, 208, 230, 249, 251, 252, 289, 294, 344, 345-347, 350, 351, 376, 411, 423-432, 442, 444, 452; II, 355, 378, 404, 405, 497, 615, 642, 653-654; III, 45, 173, 252
- Guimarães, Francisco Vaz de, II, 452
- Guimarães, João Francisco, II, 664
- Guiomar, condessa, I, 61
- Guiomar, condessa de Atouguia, I, 502
- Guiomar Ferreira, condessa de Barcelos, I, 492
- Guitton, Jean, III, 289
- Gundemiro, abade de Santo Tirso, I, 440
- Guiné, III, 374-375, 485
- Gusmão, Alexandre de, II, 35, 42, 421
- Gusmão, Domingos de, bispo de Leiria, arcebispo de Évora, II, 229
- Gusmão, Luísa de, rainha e regente de Portugal, II, 81, 83, 85, 162, 229, 352, 557, 615
- Guterres, Paio, I, 416
- H**
- Haefen, II, 576
- Haering, Bernard, III, 289
- Hagiografia e santidade, I, 18, 21, 44, 46, 97-99, 130, 238, 239, 268, 343-344, 346, 360, 362, 373, 374-375, 377, 384, 392, 424-428, 430-431, 432, 445, 447, 453, 456-457, 459, 465, 470-471, 472, 474-480, 481, 497, 498, 501-505; II, 12, 22, 23, 25, 32-33, 35, 36, 37-38, 42, 70, 79-80, 87-88, 164, 234, 247, 249, 250, 308, 322, 324, 328, 345, 346, 353-359, 359-365, 391, 399, 406, 420, 424, 426, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 458, 459, 460, 463, 480, 484-486, 499, 503, 509, 510, 541-542, 557, 576, 582, 588-589, 606, 607, 609, 610, 614, 615-616, 619, 627, 634-636, 636-650, 662; III, 71, 77, 145, 151, 158, 160-164, 257, 263, 268, 395, 407-408, 414, 432, 467
- Hall, Henrique, III, 457
- Harding, Estevão, abade de Claraval, I, 212, 367
- Hardstedt, Jack, III, 462
- Hare Khrishna (ver também Hinduísmo), III, 487, 494
- Hárffio, Henrique (ver Herp, Henrique)
- Harmel, Léon, III, 45
- Haskell, Stephen N., III, 465
- Hastings, Gilberto de, bispo de Lisboa, II, 179, 228, 394
- Hefferman, Thomas, I, 447
- Heindel, Max, III, 483
- Heinzelmann, M., I, 238
- Hemerico, rei suevo, I, 303
- Henrique, bispo do Congo, II, 271
- Henrique, conde de Portucale, I, 103, 142, 148, 161, 210, 211, 305, 439-440, 444
- Henrique, infante de Portugal, governador da Ordem de Cristo, duque de Viseu, I, 233, 235, 379, 411, 480; II, 99, 148, 263-264, 468, 652
- Henrique I, arcebispo de Évora, cardeal, inquisidor-geral e rei de Portugal, II, 18, 21, 22, 24, 25, 72-73, 75, 96, 100, 102-105, 107, 110, 112, 121, 136, 139, 141, 144, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 188, 191, 193, 210, 213, 214, 217, 230, 232, 382, 395-396, 415, 420, 421, 428, 429, 430, 450, 454, 492, 494, 495, 522, 559, 568, 571, 647
- Henrique I, rei de Castela, I, 214, 455
- Henrique VIII, rei de Inglaterra, II, 147
- Henriques, Aleixo de Miranda de, bispo de Miranda, e do Porto, II, 225
- Henriques, Amador, II, 19
- Henriques, Francisco, II, 588, 658
- Henriques, Henrique, II, 386
- Henriques, Lagoa, III, 222
- Heráldica, I, 390, 396, 483, 488, 489; II, 480, 570, 624
- Herculano, Alexandre, I, 102, 434; II, 57, 96; III, 39, 40, 67, 71, 74, 75-76, 77-82, 102, 112, 118, 120, 355, 428, 501
- Heresia (ver Heterodoxia/heresia)
- Hermann, Jacqueline, II, 87
- Hermenegildo (ou Mendo) Gonçalves, conde de Portucale, I, 423, 428
- Hermenegildo Guterres, conde de Coimbra, I, 304, 345
- Hermes Trismegistus, II, 375
- Herp (ou Hárffio), Henrique, II, 24, 66, 72, 420, 422
- Heterodoxia/heresia (ver também Sebastianismo), I, 4, 17, 21, 23, 24, 25-45, 48-51, 228, 229, 294, 303, 398, 412, 477, 498; II, 12, 24, 32, 33, 58, 68-69, 77-81, 87, 95, 99, 102, 121, 153, 162, 170, 173, 272, 279-280, 288, 338, 349, 379, 398, 400, 407, 408, 463, 475, 513, 521, 522-523, 613-614, 632, 638, 644, 662-664, 673; III, 44, 94-95, 175, 192, 410, 413, 423, 437, 447, 450, 479
- Hewitson, William H., III, 450
- Higino, bispo de Córdova, I, 29, 30-31
- Hilário de Poitiers, I, 25
- Hinduísmo, II, 85-86, 268, 272-273, 279, 281, 302, 305, 306, 308; III, 405, 416, 486, 494, 499
- Historiografia, I, 1-10, 95, 96, 102, 103, 114, 118, 123-124, 144-146, 237, 238, 240, 241, 303, 305-307, 374, 375, 384, 406, 410, 423, 430, 433, 436, 441, 442-444, 445-452, 453, 456, 477, 480, 481, 499, 508; II, 9-12, 15, 19, 22, 24, 26, 37-38, 50-52, 57, 58, 59, 69-70, 73, 80, 86, 233, 235, 240, 243, 244, 250-251, 254, 255-256, 264, 268, 273, 286, 289, 303-308, 310, 311, 318, 334, 346, 383, 402-403, 414, 430-431, 432, 437, 454, 456, 458, 462, 468, 471-472, 489, 492, 494, 497, 498, 499, 501-502, 504, 508, 528, 529-530, 536, 538, 540, 541, 542, 543, 549-550, 552, 587, 608, 610, 621, 622, 642-643, 644, 645, 652-653, 662, 671-676; III, 9-13, 17, 23, 41-42, 45, 62-63, 65, 66, 75, 77, 82, 83, 88, 91, 115-116, 121, 123, 135-136, 137, 161, 218, 257, 262-264, 387-388, 401-406, 429, 503
- Holanda (Países Baixos), II, 55, 58, 59, 74, 88, 129, 286, 287, 289, 290, 296, 304, 475, 573, 621; III, 227, 272, 447, 498
- Holanda, Francisco de, II, 357
- Holden, Catherine, III, 457
- Holden, Richard, III, 452
- Homem, António, II, 62
- Homem, Armando Carvalho, I, 307, 327
- Homem, Fernando Soares, II, 400
- Honório II, papa, I, 224
- Honório III, papa, I, 229, 314-315
- Horner, Rudolfo, III, 455
- Horologium Fidei*, I, 339
- Horta, II, 92
- Horta, Correia da, III, 25
- Horto do Esposo*, I, 384
- Hospitais de São João de Deus, III, 62, 114, 311
- Hugo, bispo do Porto, I, 161, 242, 340, 355
- Hugo de São Vítor, II, 538
- Hugo Ripelino, I, 350
- Hugo, santo, abade de Cluny, I, 209, 210
- Humanae vitae*, encíclica papal (1968), III, 246, 306
- Humanismo, I, 497; II, 9, 24, 71, 214, 239, 272, 374, 399-400, 419, 420, 429, 459, 462, 470, 484, 490, 495, 541, 643-644

- Hungria, II, 70, 147; III, 233  
 Hurtado, Juan, II, 19  
 Huss, Jan, I, 41-43  
 Hyde, Douglas, III, 242
- I**
- Ibn Bassam, I, 436  
 Ibn Vega, II, 52  
 Iconografia, I, 368, 376, 380, 390; II, 12, 23, 25, 70, 127, 128, 164, 247, 249, 327, 346, 356, 391, 468-469, 474, 482, 541-542, 555, 556-557, 562, 568, 573, 574-577, 587-589, 594, 595, 616-618, 618-620, 621, 622-623, 624, 625, 627, 629, 631-633, 634, 636, 637-638, 639, 640, 641, 646, 648, 651-652, 655, 658, 660-664; III, 152, 156-157, 158, 161, 163, 240, 506  
 Idácio, bispo de Chaves, I, 25, 28, 33, 34, 238, 303, 406  
 Idácio, bispo de Mérida, I, 30-31, 32  
 Idanha-a-Velha (diocese de) (ver Guarda, diocese da)  
 Ideologias, III, 12, 17, 18, 21-22, 22-23, 24-25, 37, 38, 44-45, 46, 53, 55-56, 57, 81, 85-86, 146, 193, 241, 246, 267, 402, 403-404, 412-413, 425, 504, 505  
 Idrisi, I, 97  
 Igaeditanos, I, 13  
 Igreja da Cientologia (ver Cientologia)  
 Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (ver Mórmons)  
 Igreja e Estado (ver Religiões e Estado)  
 Igreja Evangélica Presbiteriana de Portugal (ver Presbiterianismo)  
 Igreja Evangélica (Cigana) de Fidadélfia, III, 463  
 Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica (ver Anglicanismo)  
 Igreja Maná (ver Pentecostalismo e neopentecostalismo)  
 Igreja Messiânica Mundial, III, 487  
 Igreja Universal do Reino de Deus (ver Pentecostalismo e neopentecostalismo)  
 Ildefonso, santo, I, 406  
 Ilduara, condessa, I, 432  
 Ilharco, João, III, 262  
 Ili Gonçalves, I, 379  
 Iluminismo, II, 11, 38-44, 64, 201, 202, 216, 217, 225, 235, 334, 390-393, 398, 422, 424, 425, 442, 464, 473, 568, 672, 675; III, 483  
 Iluminura, II, 418, 629  
*Imitação de Cristo*, II, 420, 434, 453  
 Imola, João de, I, 413  
 Imprensa e editoras (ver também Censura, Literatura, Livro religioso), I, 382, 386; II, 22-24, 25, 26-33, 51, 63, 66, 70-71, 83, 90, 102, 117, 124-125, 127, 158, 196, 241, 242, 280-281, 311, 317-318, 345, 346, 357, 372, 375, 382-385, 385-387, 390, 392, 394, 396, 400, 407, 410, 417, 418, 421, 424, 426, 427, 428, 429, 451, 452, 453, 461, 497, 522, 544-545, 558, 572, 587-588, 595, 615-616, 618, 621, 630, 636, 663; III, 94, 122, 124-125, 133, 163, 164, 172, 183, 201, 202, 213, 220, 227, 228-229, 278, 287, 288-290, 384, 389, 419-420, 421, 423, 450, 464, 478, 482  
 Imprensa periódica, rádio e televisão (ver também Censura), II, 674; III, 39, 40, 42, 44, 45-46, 47, 48, 50, 53, 56, 58, 68-69, 73, 85, 91, 100-101, 103, 113, 114-115, 116-117, 118, 119, 122, 123, 125, 133, 135, 140, 144, 153, 154, 156, 158, 160, 162, 171, 174, 175-176, 182, 186, 189, 190, 194, 195, 205, 207, 210, 214, 216, 218-219-220, 222, 224-225, 228-229, 236, 238, 245, 246, 252, 254, 260-261, 266, 269, 271-272, 277, 278, 282, 284, 287, 288, 290-291, 294, 296, 297, 299, 301, 305, 306, 325, 354, 355, 359, 362, 363, 365, 366, 367, 368, 370, 371, 385-387, 392, 419-420, 424, 429, 432, 435, 444, 450, 453, 459, 462, 463, 464, 465-466, 473, 474, 476, 477, 478, 482, 489, 505  
 Inácio de Azevedo, beato, II, 644; III, 395  
 Inácio de Loyola, santo, II, 33, 421, 558, 616  
 Inculturação (ver Aculturação)  
 Index dos livros proibidos, II, 24, 71, 73, 105, 124-125, 156, 176, 452, 453, 475
- Índia, II, 10, 49, 53, 55, 58, 62, 66, 67-68, 72, 80, 90, 100, 102, 103, 104, 113, 122, 129-130, 131, 140, 148, 151, 152, 158, 169, 188, 193, 194, 233, 262, 268, 269-270, 272-273, 275, 276, 279-280, 281, 284, 285, 286, 289, 291-292, 294-296, 297, 298, 302, 305-306, 307, 311, 357, 363, 375, 386-387, 412, 449, 456, 457-458, 459-460, 468, 476, 488, 500, 504, 505, 572, 585, 587, 628, 630, 646; III, 86, 135, 236, 238, 269, 271, 353, 354, 358, 369, 370, 373, 376-377, 384, 387, 388, 447, 451  
 Indiferentismo (ver Descrença)  
 Indochina, II, 292, 296, 302, 306  
 Indústria, artesanato e operariado, I, 65, 262, 264, 275, 280, 281-282; II, 53, 54, 131, 346, 377, 382, 401, 452, 526, 572-573, 582, 636, 673; III, 43, 44-45, 46-47, 48, 49, 50, 51, 85, 91, 92, 100, 155, 178, 180, 182, 187, 188, 197, 199, 212, 216, 227, 231, 240, 255, 256, 275, 297, 301, 302, 309, 317, 318, 324, 356, 368, 487  
*In eminentissime dignitatis*, bula papal (1393), I, 192  
 Inês, santa, I, 427  
 Infância e juventude (ver também Catequese, Ensino, Família, Universidades), III, 48, 53, 57, 131, 132, 133, 135, 147, 150, 156-157, 160, 162, 163, 164, 177, 179, 187, 190-191, 194, 199, 201, 203, 204-205, 215, 216, 220, 228, 230-231, 233, 239, 251, 255, 268, 270, 271, 277, 304, 306, 307, 308, 311, 317, 324, 343, 382, 395, 429, 431, 435, 455-456, 482, 498  
 Inferno (ver Paraíso)  
*Informations Catholiques Internationales*, III, 207, 259  
 «Inglesinhos», padres, III, 85, 86, 87  
 Inocêncio, bibliógrafo português, II, 435  
 Inocêncio, bispo de Mérida, I, 237  
 Inocêncio II, papa, I, 226, 307, 308  
 Inocêncio III, papa, I, 228, 229, 230, 243, 308, 310, 311, 313, 399  
 Inocêncio IV, papa, I, 75, 161, 177, 247, 316-317, 317-318  
 Inocêncio V, papa, I, 321, 322  
 Inocêncio VIII, papa, I, 43  
 Inocêncio IX, papa, II, 111  
 Inocêncio X, papa, II, 159  
 Inocêncio XI, papa, II, 560  
 Inocêncio XII, papa, II, 301  
 Inocêncio XIII, papa, II, 565  
 Inocêncio XV, papa, II, 582  
 Inquisição, I, 36, 41, 43, 128-129, 393, 494; II, 9-10, 12, 24, 29-30, 33, 49, 50, 52, 55-58, 59, 60-62, 63-64, 66, 67, 70, 72-74, 77, 80, 81-88, 89-92, 95-131, 136, 141, 149, 150-151, 152-153, 162, 169-170, 172, 173, 176, 195, 212, 221, 222, 232, 233, 240, 242, 246, 249, 250, 251, 278-279, 284, 297, 334, 360, 372-374, 375, 381, 396, 407, 419, 422, 452, 455-456, 511, 519, 541, 550, 551-552, 558, 585, 632, 638, 639, 644, 645, 672-673; III, 25, 41-42, 410, 420, 422, 438  
 Instituições particulares de solidariedade social (ver Assistência)  
 Instituto Regnum Dei, III, 255-256  
 Instituto Superior de Estudos Teológicos (ISET), III, 280, 281, 282-283, 291  
 Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA), 287  
 Instituto São Tomás de Aquino, III, 287  
 Ínsua, André da, II, 362  
 Insulíndia, II, 275, 306; III, 447  
*Inter Coetera* (1456), bula papal, II, 99, 265  
 Integralismo Lusitano, III, 164, 432  
 Interregno (1383-1385), I, 1, 147, 271, 280, 281, 289, 332-333, 488  
 Invasões germânicas, I, 21, 203, 303  
 Invasões Francesas, II, 93, 131, 254, 334, 356, 407, 410-411, 625; III, 21-23, 424, 448, 451  
 Ioga, III, 487, 494  
 Irão, III, 486  
 Ireneu, santo, I, 17  
 Irlanda, I, 203; II, 90; III, 422, 426, 451, 453

## ÍNDICE GERAL

- Irmandades (ver Confrarias)
- Irmãos de São João de Deus (ver Hospitaleiros de São João de Deus)
- Irmãos de Plymouth (Irmãos Darbistas), III, 452, 457-458, 464, 471
- Irmãs de São José de Cluny, III, 114, 364, 379
- Irmãs de São Vicente de Paulo (Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo), II, 631; III, 39, 79, 80, 81, 98
- Irmãs Missionárias de São Pedro de Claver, III, 386
- Irmãs Missionárias Reparadoras do Sagrado Coração de Jesus, III, 214
- Irmãzinhas dos Pobres, III, 114
- Isabel de Aragão (ou de Portugal), santa, rainha de Portugal, I, 77, 128, 231, 233, 339, 375, 464, 465, 470-471, 472, 474-480, 497; II, 166, 648, 651, 652, 653, 655, 656, 660; III, 163
- Isabel, santa, rainha da Hungria, I, 375, 472, 477, 478
- Isabel de Leão, Castela e Aragão, rainha de Portugal, II, 49, 50
- Isabel de Portugal, imperatriz do Sacro Império e rainha de Espanha, I, 497
- Isabel de Urgel, duquesa de Coimbra, I, 385, 494
- Isabel (a Católica), rainha de Castela, II, 494
- Isabel, rainha de Portugal, II, 16
- Isentos, I, 143, 167, 168, 181, 185, 211, 212, 226-227, 228, 231, 235, 250, 264, 391, 394, 395, 399, 439, 444; II, 187, 253; III, 68, 361
- Isidoro, bispo de Beja, I, 406
- Isidoro, santo, arcebispo de Sevilha, I, 29, 70, 205, 208, 220, 280, 346, 349; II, 65
- Ísis, I, 16
- Islão, I, 34, 36, 39, 43, 91-129, 436, 438; II, 9, 10, 49, 64-68, 70, 75, 79, 102, 103, 117, 259, 262, 263, 273, 285, 288, 296, 305, 407, 646, 659; III, 405, 416, 485-486, 494, 499
- Isolanis, Isidoro, II, 636
- Israel, III, 487
- Itácio, bispo de Faro, I, 31, 32
- Itália, I, 26, 27, 93, 203, 221, 410, 413, 427, 457, 477, 478; II, 37, 58, 59, 75, 104, 113, 125, 129, 166, 174, 240, 309-310, 311, 418, 475, 483, 500, 502, 503, 508, 510, 511, 564, 616, 621, 648; III, 43, 45, 48, 76-77, 78, 80, 90, 104, 106, 179, 183, 222, 227, 308, 310
- Iuna, I, 13
- Ivo, Manuel Tibério P. B., II, 174
- J**
- Jacobini, Domenico, núncio apostólico, e cardeal-secretário de Estado, III, 47-48, 91, 104, 358
- Jacinta Marto, beata, III, 154, 158
- Jacinto, santo, II, 648
- Jácome, António Fagundes, II, 571
- Jaime, duque de Bragança, I, 496, 497, 504-505; II, 18
- Jaime I, rei de Aragão, I, 72, 77, 458, 478; II, 88
- Jaime II, rei de Aragão, I, 77
- Jamdudum in Lusitania* (1911), encíclica papal, III, 140
- Jansenismo, II, 38, 40, 42, 107, 164, 171, 174, 177, 218, 390-392, 397-398, 422, 521, 532, 621, 672, 675; III, 114
- Japão, II, 188, 194, 270, 272, 275, 276, 277-278, 281, 282, 284, 286, 287-288, 289, 292, 294, 296, 306, 307, 309, 310, 387, 460; III, 353, 388, 488
- Jardim, Gomes, III, 464-465
- Jardo, Domingos Anes, chanceler-mor, bispo de Évora e Lisboa, I, 243, 412, 470
- Jean-Marie Vianney, santo cura d'Ars, III, 145
- Jejuns e práticas ascéticas (ver também Eremitismo), I, 32, 36, 39, 49, 362, 363, 365, 381, 400; II, 36, 38, 44, 59-60, 68, 73, 78, 318, 321, 406, 418, 419, 421, 422, 425, 474, 526-527, 527-528, 603, 643, 644, 647, 672
- Jericot, Pauline, III, 117, 365
- Jerónimo, santo, I, 29, 34, 205, 221, 346, 348
- Jerónimos, I, 221-222, 382, 413, 496, 498; II, 16-17, 205, 415, 420, 468
- Jerusalém, I, 53, 86, 370-371, 389, 445, 505; II, 85, 87, 272, 346, 357, 469, 577, 578, 579, 650
- Jesuítas, II, 11, 16, 19-20, 22, 28, 33, 35, 36, 40, 42, 63, 73, 80, 85, 87, 107-108, 114, 124, 136, 140, 145, 152, 164, 172-173, 175, 176, 202, 214-215, 216, 217, 239-240, 241, 242, 242, 243-244, 246-247, 249, 261, 272, 274, 275, 276, 277, 284, 288, 289, 290, 291, 292-293, 299-302, 302-303, 308, 359, 363, 382, 383, 384, 385-386, 388, 390, 398, 399-400, 403, 415, 417, 421, 432, 436, 454-455, 456-460, 473, 498-499, 504, 505-506, 511, 557, 559-560, 565, 568, 572, 580, 603, 615, 616, 617, 619, 621, 622, 625, 644, 646, 656, 657-658, 671-672, 675, 676; III, 17, 38, 42, 53, 58, 77, 80, 104, 105, 111, 112, 113, 114-115, 118, 132, 137, 144, 159, 162, 166, 173, 174, 178, 204, 212, 220, 226-227, 279, 285, 287-288, 308, 318, 353, 355, 361, 363, 364, 368, 369, 378, 379, 380, 388, 410, 420, 430, 431, 434
- Jesus, Agostinho de, arcebispo de Braga, II, 360, 401, 430, 461, 493-494, 495, 578, 581
- Jesus, Gabriel de, II, 495
- Jesus, Guiomar de, II, 571
- Jesus, João de, II, 638
- Jesus, Luzia de, II, 87
- Jesus Maria, Inácio de, II, 388
- Jesus, Miguel de, II, 459
- Jesus, Quirino Avelino de, III, 57, 58, 366
- Jesus, Ruperto de, II, 650
- Jesus, Tomé de, II, 19, 32, 33, 419, 420, 433-434, 571, 619
- Joana, beata, infanta de Portugal (Santa Joana Princesa), I, 339, 465, 501-502, 504; II, 36, 606, 617
- Joana, duquesa de Bragança, I, 497
- Joana-Francisca Frémiot de Chantal, santa, II, 647
- Joana, infanta de Portugal, II, 557
- Joanes, Bartolomeu, I, 464-467, 491
- João Baptista, santo, II, 407
- João Bemoim, rei africano, II, 267
- João Berchmans, santo, II, 644
- João, bispo do Porto, I, 333
- João, bispo de Safim, II, 487
- João Capistrano, santo, I, 374
- João Cassiano, santo, I, 204, 205, 346, 384
- João Climaco, santo, II, 33
- João, confessor régio, I, 217
- João Crisóstomo, santo, II, 413, 607-608
- João Damasceno, santo, II, 33
- João da Cruz, santo, II, 422, 423, 647
- João da Mata, santo, II, 659, 664
- João de Ávila, santo, II, 19
- João de Brito, santo, II, 291, 644; III, 384, 395
- João de Colónia, I, 385
- João de Deus, santo, II, 616
- João de Santarém, bispo de Biclara, I, 406
- João, duque de Bragança, II, 455
- João Eudes, santo, II, 631, 647
- João, infante de Portugal, governador da Ordem de Santiago, I, 69
- João XXI, papa, I, 321, 322, 340
- João XXII, papa, I, 146, 234, 313, 324, 388, 399, 564, 588, 631, 659
- João XXIII, papa, III, 218, 228, 245, 267, 268
- João I, rei das Astúrias, Leão e Castela, I, 329
- João I, rei de Portugal, I, 39-41, 45, 54, 61, 65, 66, 67, 68, 69, 75, 77, 106, 110, 111, 114, 116, 142, 217, 222, 235, 266, 269, 294, 326, 332-333, 494, 495, 505; II, 49, 417-418, 489, 631, 652
- João II, rei de Portugal, I, 41, 62, 63, 69, 70, 80, 81, 112, 118, 127, 379, 382, 495, 502, 504; II, 17, 49, 50, 167, 263, 266-267, 271, 272, 348, 352, 359, 385, 434, 475, 536, 606, 608, 656, 659

João III, rei de Portugal, I, 80, 86; II, 10, 16, 18, 19, 55, 73, 95, 99-100, 102, 103, 110, 135, 138, 139, 141, 144, 147, 148, 150-151, 152, 167, 168, 178, 188, 190, 191, 192, 193, 198, 227, 229, 234, 242, 268, 270, 272-273, 275, 281, 284-285, 357, 358, 380, 383, 412, 424, 432, 433, 434, 451, 453, 468, 475, 492, 546, 568, 569, 606, 643; III, 92

João IV, rei de Portugal, II, 63, 81, 82, 85, 86, 102, 111, 137, 140, 141, 142, 158-163, 167, 178, 182, 191, 192, 194, 219, 226, 229, 301, 338, 345, 352, 410, 496, 497, 500, 508, 510, 528, 557, 567-568, 615, 624, 629, 634, 671

João V, rei de Portugal, II, 63, 111, 140, 142, 164, 165, 166, 167-171, 173, 178, 182, 189, 190, 194, 227, 228, 230, 254, 302, 337, 352, 388, 455, 461, 467, 471-472, 482, 499, 500, 501-503, 507, 510, 564, 593, 608, 609, 629, 631, 634-635, 652, 672

João VI, príncipe regente e rei de Portugal, II, 172, 177, 217, 352, 629; III, 21, 23, 28, 110, 425, 439

João (*Evangelista*), santo, II, 88

João Paulo II, papa, III, 130, 133, 136, 163, 247, 248, 260, 262, 309, 326, 394-395, 483

Joaquim, Antônio, II, 424

Joboatão, frei, II, 506

Jommeli, II, 503

Jones, Joseph Charles, III, 458-459

Jorge, bispo de Angra e Açores, II, 654

Jorge, duque de Aveiro e governador da Ordem de Santiago, II, 358

Jorge, Marcos, II, 22, 243, 383, 386

Jorge, santo, I, 427

José, Samuel Mor, III, 439

José, príncipe da Beira, II, 620

José I, rei de Portugal (ver também Pombalismo), II, 90, 172, 176, 302, 345, 391, 472, 503, 569, 620; III, 423

José, santo, II, 634-636

João da Cruz (ou de Ávila), santo, II, 395-396, 420

Jubileu (anos jubileares), II, 356, 358, 559-560, 565; III, 135

Juda, rabi-mor, I, 55

Judaísmo e criptojudáismo, I, 20, 43, 53-87, 261, 354, 412; II, 9, 49, 55, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 68, 79, 84, 96, 102, 106, 117, 121, 129, 279, 382, 407, 551, 653; III, 405, 412, 416, 438-447, 455, 472, 481, 493, 494, 499

Judeus (ver também Cristãos-novos), I, 4-5, 19, 37, 39, 53-87, 93, 109, 116, 127-129, 130, 238, 264; II, 9, 49-52, 57, 84, 99, 380, 452, 523, 526, 527, 534, 536, 569, 613, 650, 651; III, 410, 438-447

Judiarías, I, 53-59, 66-69; II, 9, 56

Julião, bispo do Porto, I, 319

Julião, governador visigodo de Ceuta, I, 93

Julião, mestre, deão de Coimbra, I, 315

Julião, Pedro, médico, I, 123

Julião, santo, I, 406, 427

Júlio César, político romano, I, 406

Júlio II, papa, II, 17, 144, 266, 606

Junot, general francês, II, 93, 131; III, 22, 424

Junqueiro, Guerra, III, 124, 148, 149, 164, 432, 437

Junta do Exame do Estado Actual e Melhoramento Temporal das Ordens Religiosas, II, 42

Junta Geral das Missões (ver Missionaço)

Júpiter, I, 15

Jurisdição eclesiástica, I, 313, 315, 318, 322, 327, 406-407; II, 25, 95-96, 99, 102, 135, 136, 138, 143, 150, 151, 153, 157, 158, 167, 171, 172, 174, 176, 177, 178, 179, 181, 189, 193, 195, 210, 234, 242, 297, 336, 379, 548, 608, 632, 674; III, 78-81, 84, 88, 111, 119-120, 304, 355, 371-372, 373

Justa, santa, I, 427

Justiniano, Diogo da Anunciação, II, 572

Justiniano, imperador romano, I, 406

Justo, santo, I, 427

Juventude (ver Infância e juventude)

## K

Kadoorie, família, III, 445

Kagan, Richard, II, 57

Kalley, Robert Reid, III, 449-450, 452, 458, 468

Kalley, Sarah Poulton, III, 450

Kangxi, imperador chinês, II, 293, 301

Kaplan, Yosef, II, 57, 59

Kardec, Allan, III, 476-477

Kaspar, Walter, III, 289

Kempis, Tomás de, I, 384; II, 23, 420

Koseba, Ben, I, 53

Kung, Hans, III, 278

## L

Laborde, padre, III, 163

Lacerda, Aarão de, III, 437

Lacerda, Fernando Correia de, bispo do Porto, II, 653

Lacerda, José Pereira de, cardeal e bispo do Algarve, II, 166; III, 118

Lacerda, Manuel de, II, 372

Lacordaire, Henri D., III, 71, 112

Lages, Mário, III, 314

Laicado (ver também Acção Católica, Associativismo Católico, Laicidade), I, 7, 9, 31, 36, 44, 141, 208, 216, 221, 237, 238, 264-265, 278, 348, 351, 354, 362, 374, 384, 390, 423-505; II, 21, 22-24, 27, 30-31, 32, 33, 34, 36, 72, 77, 109, 143, 152, 175, 179, 210, 220, 223, 240, 242, 256, 264-265, 335, 338, 397, 417-418, 419, 420, 424-425, 496, 523, 539, 549, 559, 560, 571, 572, 584, 603-605, 605-611, 631, 673; III, 42, 45, 48, 49, 58-59, 74, 75, 90, 94-106, 119-123, 125, 129, 130, 135, 146, 173, 177-181, 184-188, 192, 193, 194, 195, 199, 214, 218, 221, 224-238, 248, 249, 251, 253, 254, 257, 266, 271-273, 274, 275, 276, 278, 284, 285, 286, 287, 289, 291, 292-294, 297, 298, 299-300, 302-313, 321-322, 327-328, 379-382, 388, 395, 414

Laicidade e laicização (ver também Secularização), I, 424, 492-494; II, 128, 202, 674; III, 10, 13, 34, 41-42, 46, 49, 62-63, 65, 66, 77, 119-120, 129, 136, 140, 142, 143, 147, 152, 164, 196, 200, 252, 290, 307, 313, 326-327, 366, 370, 406, 412, 419, 430, 433, 503-504

Laicismo (ver Anticlericalismo)

Lajes, Mendes, III, 49

Lama, Eduardo, III, 382

Lambekowen, Godofredo, bispo de Nanquim, II, 229

Lambruschini, cardeal, III, 68

Lambert, Pedro de la Motte, II, 296

Lamego, I, 94, 104; II, 103, 404, 466, 498; III, 227

Lamego (diocese de), I, 139, 144, 161, 167, 170, 172-175, 179, 180, 193, 194, 240, 246, 265; II, 30, 33, 193, 195, 214, 215, 223-224, 332, 355, 402, 405-406, 450, 522, 527, 609; III, 258

Lammenais, Hugues F. R. de, III, 42, 71, 112

Lampreia, Lourenço, I, 377

Lapa, José, III, 308

Lapa, Rodrigues, I, 126

La Puebla, Juan de, I, 505

Laredo, Bernardino de, II, 33

Las Casas, Bartolomeu de, bispo de Chiapas, II, 280

Latam, Moisés, I, 63

Latim, I, 340, 374, 393-394, 401; II, 378, 418, 451, 454, 508, 612

Latrão (ver Roma)

La Vissaga, conde, II, 387

Lazaristas (ver Vicentinos)

Lázaro, José dos Reis, III, 482

Leach, E., I, 27

Leal *Conselheiro*, I, 43, 59, 77, 127; II, 488; III, 439

Leal, António de Freitas, III, 222

Leal, Gomes, III, 85, 125, 430, 432

Leal, Joana Mendes, III, 341

## ÍNDICE GERAL

- Leandro, santo, arcebispo de Sevilha, I, 240, 347
- Leão, I, 20, 237
- Leão, Francisco de, II, 360
- Leão, Duarte Nunes de, I, 507
- Leão, Gaspar de, arcebispo de Goa, I, 24, 66, 72-73, 419, 421
- Leão I, papa, I, 33
- Leão IX, papa, I, 211
- Leão X, papa, II, 18, 145, 148, 149, 534, 582, 608, 624
- Leão XII, papa, II, 88; III, 29
- Leão XIII, papa, I, 161; III, 43, 45, 47, 55, 56, 68, 89, 91, 93, 104, 106, 108, 115, 124, 138, 232, 358, 358, 363
- Lebret, padre, III, 272
- Lebrigand, Yvette, I, 224
- Le Bras, Gabriel, III, 216, 217
- Le Brun, Jacques, II, 318
- Leça da Palmeira, II, 491
- Leconte, Ernest, III, 368
- Ledesma, Martinho de, II, 546
- Legados pios e testamentos, I, 216, 217, 262, 265-267, 268, 269, 294-298, 313, 340-341-342, 345, 347, 348, 366, 378, 379, 381, 392, 393, 397, 401-402, 406, 416, 423, 428, 431, 433-434, 442, 456, 458-460, 462-465, 467-468, 470, 474, 475, 476, 484, 487-488, 488-489, 490, 491, 501; II, 100, 125, 136, 151, 157, 174, 195, 211, 329, 333, 334, 346, 348-349, 401, 487, 491, 519-520, 521, 584, 588, 590, 591, 592-593, 608, 622, 624, 636, 660, 674-675
- Legião de Maria, III, 227
- Lefèvre, Jeanne S., III, 482
- Le Goff, Jacques, II, 587
- Leigos (ver Laicado)
- Leigos para o Desenvolvimento, III, 312
- Leiria, I, 66, 69, 108, 143, 168, 169, 170, 194, 227, 250, 376, 391, 452; II, 187, 355, 356, 449; III, 460
- Leiria-Fátima (diocese de), II, 189, 191, 212, 318, 475; III, 68, 134, 169, 206, 207, 224, 254
- Leiria, Gil de, II, 234
- Leiria, Vasco de, I, 382-383
- Leis, Gil das, I, 468
- Leis, João das, I, 484
- Leis, Pedro das, I, 468, 469, 470
- Leitão, Álvaro, II, 572, 649
- Leitão, António Vieira, bispo de Angra e Açores, II, 655
- Leitão, Manuel Rodrigues, II, 182
- Leite, José Pedro Pinto, III, 267
- Leite, Serafim II, 255-256, 387, 458; III, 382, 386, 388
- Leite, Teresa Pinto, II, 130
- Leitoa, Brites, I, 501
- Lemos, Francisco de, bispo-conde de Coimbra, II, 173, 389
- Lemos, João, III, 112, 125
- Lemos, Jorge de, bispo do Funchal, II, 141
- Lemos, Luís de, II, 409-410
- Lemos, Luís de Figueiredo e, bispo do Funchal, II, 195
- Lencastre, Jaime de, bispo de Ceuta, II, 230
- Lencastre, João de, duque de Lamego, II, 18, 230, 232
- Lencastre, José de, bispo de Miranda, de Leiria, inquisidor-geral, II, 110, 230
- Lencastre, Pedro de, duque de Aveiro, bispo de Elvas, inquisidor-geral, cardeal, II, 108, 110, 230
- Lencastre, Veríssimo de, arcebispo de Braga, inquisidor-geral, II, 110, 111, 215, 230
- Lennon, John, III, 402
- Leocádia, santa, I, 427
- Leonardo de Porto Maurício, santo, II, 581
- Leonor de Aragão, rainha e regente de Portugal, I, 498, 499
- Leonor de Portugal, imperatriz do Sacro Império, II, 449
- Leonor, infanta de Portugal, I, 496
- Leonor, rainha de Portugal, I, 496, 504; II, 16, 17, 352, 359, 385, 418, 452, 606
- Leonor de Castela e Aragão, rainha de Portugal, II, 420
- Leovigildo, rei visigodo, I, 27, 28, 139, 303
- Lerma, duque de, II, 112
- Levy, Isaac A., III, 439
- Levy, Jacob Rudolfo, III, 440
- Lewis, Harvey Spencer, III, 483
- Lião, I, 228, 397, 398; II, 632
- Liberalismo, II, 10, 38, 42, 91, 92-93, 131, 177, 182, 193, 225, 235, 253, 254, 407, 411, 442, 492, 511, 580, 625, 672, 673, 674-675, 676; III, 17-19, 21-44, 49, 50-51, 52, 55-56, 57, 63, 65-66, 68, 70, 71-72, 76-82, 85, 87, 91, 94-95, 97, 100, 102-104, 105, 106, 109-111, 112, 113, 117, 121-122, 124, 130, 139, 146, 185, 193, 198, 200, 269, 274, 325, 353-368, 371, 406, 414, 422, 424-426, 438, 439-440, 445-451, 465-467, 493, 497-498
- Libério, Papa, I, 26
- Lichnowsky, Félix, príncipe, III, 70-71
- Lima, Campos, III, 49
- Lima, Catarina de, II, 622
- Lima, José António Godinho, III, 285
- Lima, Lourenço de, II, 177
- Lima, Manuel de, II, 424, 630, 649
- Lima, José da Silva, III, 259
- Lima, Sebastião de Magalhães, grão-mestre do Grande Oriente Lusitano, III, 430, 432
- Limpo, Baltazar, bispo do Porto e arcebispo de Braga, II, 21, 105, 136, 140, 232, 354, 428, 433, 531-532
- Limpo, Manuel Espírito Santo, II, 91
- Linaje Conde, A., I, 203, 205, 206
- Linguística, I, 203, 240, 340, 379; II, 273, 279, 300, 374, 380, 386-387, 399, 457, 458, 459, 460, 507, 518, 607, 627-628, 658; III, 357, 447, 460
- Linhares, Loba de, I, 375
- Lino, António, III, 222
- Lino, José, bispo de Angola e Congo, III, 366
- Lippe, Wilhelm, conde de, II, 90; III, 423
- Lippomano, Luiggi, núncio apostólico, II, 150-151, 152
- Lira, Nicolau de, I, 77-78; II, 65
- Lira, Sérgio, I, 145
- Lisboa, I, 17, 18, 45, 53, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 104, 107, 108-109, 129, 167, 170, 222, 227-228, 344-345, 362, 374, 378, 386, 396, 411, 463-464-470, 472, 502; II, 9, 23-24, 32, 52, 67, 68, 72, 77, 90, 92, 93, 102, 103, 113, 124, 128, 129, 137, 204, 211, 241, 255, 326, 330, 337, 338, 346, 350, 355, 361, 379, 381, 384, 412, 414, 451, 454, 462, 467, 468, 470, 473, 474-475, 476, 482-484, 489, 495, 499, 501, 508, 532, 536, 551, 559, 564, 565, 569-570, 572, 580, 582, 584, 591, 592, 603, 620, 629, 631, 642, 646, 648, 652, 655; III, 45, 48, 50, 57, 58, 70-71, 73, 79, 84-86, 97, 100, 104, 114, 121, 139, 163, 164, 171, 188, 190, 192, 216, 221, 223, 224, 256, 273, 285, 364, 403, 422, 423, 439-442, 443, 445, 446, 448, 451, 454, 456, 457, 459, 460, 462, 465, 471, 472, 477, 482, 485-486
- Lisboa (diocese de), I, 25-27, 37, 56, 96, 98, 144, 145, 169, 179-185, 193, 194, 228, 241, 245, 246, 255, 317, 392, 407, 410, 447; II, 22, 99, 135, 149, 158, 161, 188, 189, 193, 196, 323, 327, 331, 352, 353, 363, 364, 374, 394, 396, 401-402, 403, 404, 406, 429, 452, 461, 474-475, 487, 518-519, 531, 533-534, 537, 562, 566-567, 611, 617, 620, 631, 647; III, 124-125, 162, 198, 206, 222-223, 252-253, 254, 255, 280-281, 294, 295, 308, 315, 324
- Lisboa, Cristóvão de, II, 434, 567, 624, 649
- Lisboa, Francisco de, II, 18
- Lisboa, Gomes de, I, 339
- Lisboa, Marcos, bispo do Porto, II, 28-29, 640
- Lisboa, Vicente de, inquisidor, I, 41, 377, 393
- Literatura (ver também Teatro, Oratória sacra), I, 347, 384-387, 433, 462, 504; II, 124, 408-409, 418, 434, 441, 574, 613, 628; III, 71, 72-73, 75, 81, 87-88, 125, 148-149, 164, 204, 288, 290, 408, 430, 435

- Liturgia (ver Eucaristia)  
*Livro da Corte Imperial*, I, 70, 77-80, 127, 384; II, 65-66  
 Livro religioso (ver também Arquivos e bibliotecas), I, 45, 53, 70, 77-80, 127, 267, 271-273, 345-347, 355, 374, 381-386, 392, 401-402, 413, 431, 432, 460, 474, 476-477; II, 11, 21-24, 25, 26, 27-38, 39-41, 42-44, 63, 214, 234, 240-241, 242, 243, 249, 251, 334, 356, 357, 361, 372, 374, 375, 382-385, 385-387, 390, 392, 394, 396, 400, 401, 416, 417-442, 449-462, 505, 508, 522, 525-526, 540-541, 541-542, 544-546, 549, 553, 558-559, 560, 564, 568, 570-571, 576, 584, 587, 595, 595, 604-605, 606, 615, 617, 619, 620-621, 622, 629, 634, 638, 644, 657, 660, 662; III, 42, 72-73, 124-125, 149-151, 157, 162-164, 287, 289-291, 428, 450, 451, 452, 459, 464, 466, 468, 482, 484  
 Lobo, Álvaro, II, 37, 459  
 Lobo, Duarte, II, 492  
 Lobo, Fernão Lopes, I, 484  
 Lobo, Francisco Alexandre, bispo de Viseu, II, 432; III, 68  
 Lobo, Francisco Rodrigues, II, 437, 453  
 Lobo, Vasco, III, 223  
 Lobo, Vasco José, bispo tit. Olba e deão da Capela Real, III, 24  
 Lobo, Venceslau, II, 573  
 Locke, John, III, 422, 497-498, 501  
 Lóios, I, 175, 412, 496, 498; II, 16-17, 205, 377, 403, 497, 570, 628  
 Lombardi, Riccardo, III, 227  
 Lopes, Diogo, II, 450  
 Lopes, Estevão, II, 500  
 Lopes, Fernando Félix, I, 472; II, 255; III, 388  
 Lopes, Fernão, I, 39-41  
 Lopes, Francisco, II, 453  
 Lopes, Gregório, II, 588  
 Lopes, Toríbio, bispo de Miranda, II, 227, 234, 360  
 Lopez Altuna, Pedro, II, 437  
 Lorscheider, Aloísio, arcebispo do Rio de Janeiro, III, 278  
 Lorvão, I, 5, 101, 122, 170, 204, 208, 219, 233, 347, 350, 351, 416-417, 432, 454, 455, 458  
 Lorenzo, Anselmo, III, 430  
 Los Velez, marquês de, II, 159  
 Loureiro, Manuel Pires de Azevedo, bispo de Beja, III, 67  
 Lourenço, abade de Alcobaca, I, 382-384  
 Lourenço, bispo de Lamego, I, 333  
 Lourenço, Eduardo, III, 437  
 Lourenço, Pedro, bispo de Viseu, I, 332  
 Lourenço, Vasco, bispo do Algarve, I, 392  
 Lourosa, I, 122  
 Lourosa, João de, I, 402  
 Lowe, H. W., III, 472  
 Lubac, Henri de, III, 288  
 Lucena, João de, II, 433  
 Lúcio II, papa, I, 226, 307-308  
 Ludolfo da Saxónia, I, 385; II, 385  
 Lugo, I, 139, 148  
 Lugo, Bernardo Dias de, II, 214  
 Luís Beltrão, santo, II, 647  
 Luís de Gonzaga, santo, II, 644  
 Luís, infante de Portugal, II, 357, 358  
 Luís, Manuel, III, 224  
 Luís VII, rei de França, I, 308  
 Luís XIII, rei de França, II, 159  
 Luís I, rei de Portugal, III, 88, 358  
 Lull, Ramon, I, 43, 70, 73, 127; II, 65, 375, 651  
*Lumen*, III, 175-176  
*Lumen gentium*, constituição dogmática (1964), III, 302  
 Luper, Albert Ward, III, 459  
 Lusitânia, I, 13, 15, 16, 18, 21, 27, 29, 31, 33  
 Luteranismo, II, 71, 73, 74, 75, 146, 147, 407, 418, 631, 637, 639; III, 447  
 Lutero, Martinho, II, 75, 380, 532, 533, 538, 632; III, 477  
 Luz, Aires da, II, 549  
*Luz e Calor*, II, 605, 636  
 Luz, Filipe da, II, 434  
 Luz, Valentim da, II, 24, 74-75, 394, 638, 639-640; III, 447
- M**  
 Macário, santo, I, 346  
 Macedo, António de Sousa de, II, 87, 182, 424, 643  
 Macedo, Francisco, II, 414  
 Macedo, João Campelo de, II, 430  
 Macedo, Jorge Borges de, II, 302  
 Macedo, José Agostinho de, III, 27, 66, 70, 424, 425  
 Macedo, Maria de, II, 87-88  
 Machado, Bernardino, presidente da República, III, 142, 466  
 Machado, Diogo Barbosa, II, 435, 493, 615, 661  
 Machado, Francisco, II, 63  
 Maciel, João Roberto Pereira, III, 48  
 Mackrow, George, III, 457  
 Maçonaria (ver também Carbonária, Esoterismo), II, 11, 88-93, 407, 411; III, 30, 32, 39, 56, 71, 108, 111, 199, 204, 412, 415, 419, 429, 430, 431-432, 435, 446, 448, 455, 465, 468, 483, 493, 494, 495, 496, 497  
 Madalena, João da, II, 649  
 Madeira, II, 103, 119, 121, 141; III, 423, 448-451, 463  
 Madeira, António, I, 27  
 Madre de Deus, Gonçalo da, II, 649  
 Madre de Deus, João da, II, 571  
 Madre de Deus, Miguel, bispo de São Paulo, e arcebispo de Braga, III, 66  
 Madrigal el Tostado, Alónso de, II, 66  
 Madureira, Bernardo Augusto, III, 124  
 Mafalda, rainha de Portugal, I, 448-449  
 Mafalda, beata, infanta de Portugal e rainha de Castela, I, 214, 219, 233, 339, 454, 455-456, 460  
 Mafra, II, 471-472, 499, 519, 520, 522-523, 524, 527; III, 114  
 Mafra, Luís de Azevedo, III, 280  
 Magalhães, António de, III, 204  
 Magalhães, Filipe, II, 500  
 Magalhães, Isabel de, II, 498  
 Magalhães, Rodrigo da Fonseca, III, 353, 354  
 Magalhães, Romero, II, 103  
 Magano, Fernando, III, 187  
 Magia, I, 29, 41, 43-45, 51, 382, 400, 424, 428, 458, 459, 465, 491; II, 68, 102, 117, 255, 367, 369-375, 379, 594, 614; III, 86, 94, 168, 407, 413, 476, 488  
*Mahabaratra*, II, 87  
 Maia, Gonçalo, I, 443  
 Maia, Mendo, I, 443  
 Maia, Soeiro Mendes da, I, 443-444  
 Mal, II, 371, 372, 451, 452; III, 204  
 Malaca, II, 193, 281, 284, 289, 505; III, 353, 354, 358  
 Malados (*Muladi's*) (ver Muçulmanos)  
 Malagrida, Manuel, II, 672  
 Malatesta, Perfetto, legado pontifício, I, 328  
 Mâle, Emile, II, 542  
 Malhão, Francisco Rafael Silveira, III, 72, 73, 86  
 Mamede, Vali, III, 485  
 Manfredo, capelão papal, I, 319  
 Manganha, Diogo Afonso, I, 398, 412  
*Manhã Submersa*, III, 209  
 Mani, I, 29  
*Manifestis probatum* (1179), bula papal, I, 311-312  
 Manique, Pina, intendente-geral de Polícia, II, 91, 398, 673, 423, 448  
 Maniqueísmo, I, 30, 33  
 Manrique, Alonso, inquisidor-geral espanhol, II, 77  
 Manuéis, Arias, I, 221  
*Manual de eloquência sagrada*, III, 72  
 Manuel, infante de Portugal, II, 144  
 Manuel, João, bispo de Viseu, de Coimbra, e de Lisboa, II, 234

## ÍNDICE GERAL

- Manuel, José da Silva, II, 596  
 Manuel, Manuel de Moura, bispo de Miranda, II, 215  
 Manuel, Nicolau J. Torel da Cunha, bispo de Lamego, II, 233  
 Manuel I, rei de Portugal, I, 4, 5, 63, 69, 112, 122, 123, 127-129, 235, 464, 496, 504; II, 9, 16, 17, 18, 49-50, 55, 63, 64, 74, 99, 103, 138, 141, 144, 145, 148, 149, 150, 151, 152, 167, 168, 179, 180, 187, 190, 193, 229, 230, 263, 268, 271, 272, 337, 344, 346, 353, 357, 358, 375, 383, 385, 386, 418, 449, 451, 468-469, 475, 482, 492, 499-500, 504, 505, 509, 534, 608, 624, 641, 656, 658; III, 92, 413, 438  
 Manuel II, rei de Portugal, III, 413, 468  
 Maomé, I, 37, 91  
 Map, Walter, I, 445  
 Maquiavel, Nicolau, II, 58  
 Marcelino, António Baltazar, bispo de Aveiro, III, 259, 386-387  
 Marciano Capela, I, 406  
 Marcilla, Vicente de, II, 560  
 Marco de Mênfis, I, 29  
 Marcocci, padre, III, 115  
 Margalho, Pedro, pregador régio, I, 80, 86  
 Margarida Maria Alacoque, santa, II, 42, 423, 619  
 Marginalidade, I, 37, 39, 380, 381, 382, 400; II, 254-255, 264-265, 393, 542, 552, 646, 660; III, 133, 144, 412, 463, 468, 471, 474-475, 480  
 Maria Francisca de Sabóia, rainha de Portugal, II, 166, 352, 557  
 Maria, imperatriz do Sacro Império, II, 359  
 Maria, infanta de Portugal, II, 346, 470  
 Maria Madalena, santa, II, 541-542  
 Maria Magdalena dei Pazzi, santa, II, 648  
 Maria, princesa de Parma, II, 606, 646  
 Maria, rainha de Portugal, II, 451  
 Maria I, rainha de Portugal, II, 42, 90-92, 172, 173, 176, 352, 398, 473, 503, 529, 565, 620, 629, 672, 673; III, 23, 33, 110, 421, 423  
 Maria II, rainha de Portugal, III, 28, 67, 68, 428  
 Mariana (de Áustria), rainha de Portugal, II, 455, 501, 634  
 Marianos (Clérigos Marianos da Imaculada Conceição da Beatíssima Virgem Maria), III, 53, 331  
 Marinho, Gonçalo, I, 494  
 Marinho, José, III, 437  
 Mariologia (ver também Fátima), I, 21, 37, 41, 268, 343, 345, 347, 354, 375, 378-380, 388, 392, 424, 458, 460, 465; II, 12, 42, 68, 78, 87, 218, 244, 247, 324, 325, 337, 345, 346, 351, 352, 353, 355, 383, 389, 398, 418, 420, 423, 451, 453, 458, 459, 463, 468, 478, 479, 480, 482-484, 510, 511, 526, 554, 581-587, 588, 589, 592, 594, 595, 606, 607, 609, 610-611, 613, 615, 616, 625-634, 636, 637, 641, 662; III, 40, 41, 43, 104-105, 109, 115-116, 130, 151-152, 163, 185, 203, 226, 257, 258, 271, 403, 404, 407, 408  
 Mariz, António, II, 429, 548  
 Maritain, Jacques, III, 177-178, 190  
 Marques, A. H. de Oliveira, I, 1, 147, 332; II, 90; III, 137, 331  
 Marques, Francisco, II, 504  
 Marques, Gilberto, III, 477-478  
 Marques, Inês, I, 145  
 Marques, João Francisco, II, 557; III, 290, 336  
 Marques, José, I, 149, 152, 163, 230, 307, 333, 370  
 Marques, José Veira, III, 220  
 Marques, Manuel, II, 621  
 Marques, Maria Alegria Fernandes, I, 145, 146, 150, 211, 214, 307, 320  
 Marques, Simão, II, 649  
 Marrocos, I, 375, 379, 454, 455, 456-458, 472, 478, 499, 505; II, 19, 49, 50, 55, 58, 65, 66-67, 80, 85, 86, 100, 102, 144, 148, 262, 264, 272, 420, 489, 490, 503, 606  
 Marta, santa, I, 344  
 Martel, Luís, II, 429  
 Martens, José Maria Ferreira de C., bispo de Bragança, e de Portalegre, III, 361  
 Marti, Raimundo, I, 70, 72-73, 75, 80  
 Martin, Henry, III, 447-448  
 Martin, Victor, I, 423  
 Martinho, bispo de Évora, I, 190, 320, 332  
 Martinho, bispo de Lisboa, I, 179  
 Martinho de Soure, santo, I, 221, 365, 448  
 Martinho de Tours, santo, I, 23; II, 607  
 Martinho V, papa, I, 328  
 Martinho, santo, bispo de Dume e arcebispo de Braga, I, 22-23, 24, 44, 203-204, 215, 240, 344, 380; II, 353, 414-415, 526  
 Martins, Afonso, abade do Pombeiro, I, 217  
 Martins, Aires, I, 468, 470  
 Martins, Armando, I, 292  
 Martins, Gil, I, 234  
 Martins, Inácio, II, 384, 386, 433, 455, 572  
 Martins, João, pregador dominicano, I, 377  
 Martins, João, chantre de Évora, I, 318, 324  
 Martins, Joaquim Pedro de Oliveira, II, 673; III, 74, 82-84, 91, 94, 95, 105, 108, 429, 430  
 Martins, José, II, 416  
 Martins, José António Alves, bispo de Viseu, II, 38, 167, 467  
 Martins, José de Sousa, III, 163, 401, 408  
 Martins, Mário, I, 70; II, 418, 426, 449, 511, 571  
 Martins, Martim, I, 382, 383-384  
 Martins, Nuno, meirinho-mor, I, 322  
 Martins, Pedro, I, 351  
 Martins, Rogério, III, 267  
 Martins, Rui C., I, 145, 218-219  
 Martins, Salvado, I, 477  
 Martins, Vasco, bispo do Porto, I, 221, 324, 392, 413  
 Martins, Vasco, I, 392  
 Mártires, António dos, II, 630  
 Mártires, Bartolomeu dos (ver Bartolomeu dos Mártires)  
 Maruchili, Jerónimo, II, 363  
 Marx, Karl, III, 497  
 Marxismo (ver Comunismo)  
 Mascarenhas, Francisco de, marquês de Fronteira, II, 536  
 Mascarenhas, Inácio, II, 410  
 Mascarenhas, Pedro de, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 138  
 Massona, bispo de Mérida, I, 28-29, 238  
 Mata, Joel, I, 145  
*Mater et Magistra*, encíclica papal (1961), III, 232, 256, 268  
 Materialismo, II, 79, 82  
 Mateus, Alves, III, 73  
 Mateus, bispo de Lisboa, I, 320  
 Mateus, bispo de Viseu, I, 320  
 Matilde, condessa de Bologne, I, 319, 320  
 Matos, António Alves P. de, III, 434  
 Matos, Cristóvão de, II, 388  
 Matos, Francisco de, II, 43, 649  
 Matos, Francisco Salgado, III, 250  
 Matos, João de, II, 160  
 Matos, João Xavier de, II, 453  
 Matos, José Alves de, arcebispo tit. de Mtilene, III, 138  
 Matos, José Norton de, III, 370, 457-458  
 Matos, Lourenço de, III, 53  
 Matos, Luís Salgado, III, 300  
 Matos, Manuel, II, 495  
 Matos, Manuel Vieira de, arcebispo de Braga, II, 428; III, 142, 151, 155, 166, 167, 170  
 Matos, Sara, III, 98  
 Matos, Vicente da Costa, II, 63  
 Matosinhos, I, 379, 416; II, 355  
 Matrimónio (ver também Família, Sacramentos), I, 257, 308, 312, 319-320, 428, 430, 478, 502; II, 25, 49-50, 54, 55, 68, 78, 102, 117, 173, 175, 195, 279, 331, 334, 370, 424-425, 427, 532, 537, 538, 552-553, 572-573, 656, 673; III, 38, 55, 62, 66, 131, 137, 140, 142, 168, 201-202, 234, 251, 273,

- 274, 289, 290, 295, 312, 313-314, 318-319, 322, 406, 430, 443, 504
- Mattoso, José, I, 1, 23, 30, 140, 144, 148, 158, 170, 206, 210, 216, 227, 230, 236, 307, 346, 347, 351, 352, 356-357, 362, 393, 423, 431, 432, 439, 442-443, 445, 446, 447, 450, 452, 462; III, 315
- Mattoso, José Alves, bispo da Guarda, III, 152, 241
- Mauriac, François, III, 205
- Maurício, Antônio, III, 459, 460
- Maurício, Fernando, III, 255
- Mauro, Frédéric, II, 286
- Maurras, Charles, III, 178, 190
- Mayne, José, II, 44
- Maximiliano I, imperador do Sacro Império, II, 359
- Maximiliano II, imperador do Sacro Império, II, 110
- Mazel, Bertrand du, coletor papal, I, 392
- McGregor, Robert, III, 457
- Mea, Elvira, II, 109-110
- Medeiros, Francisco de, III, 483
- Medicina (ver também Epidemias), I, 377, 459, 462, 468; II, 329, 345, 347-349, 354, 361-365, 370-371, 374, 455, 485, 487, 496, 503, 535, 537, 562-563, 589-590, 614, 627, 636, 640, 642, 646, 653, 654; III, 144, 147, 194, 212, 226, 252, 312, 356, 357, 449, 474, 475-476
- Médicis, Cosme de, II, 357
- Medina, João, I, 1
- Meditação Transcendental, III, 487
- Meireles, Antônio Augusto de Castro, bispo de Angra, e do Porto, III, 155
- Melanchtón, Philip, II, 75
- Melo, Antônio Barbosa de, III, 233
- Melo, Antônio Ribeiro de, III, 453
- Melo, Evaldo Cabral de, II, 59
- Melo, Fernando de Castro, II, 596
- Melo, Fernão Álvares de, II, 62
- Melo, Francisco, II, 145
- Melo, Francisco Manuel de, II, 31, 163, 206, 425, 437, 592
- Melo, Henrique de, I, 496
- Melo, João de, bispo do Algarve, bispo de Coimbra, e arcebispo de Évora, II, 21, 103, 105, 112, 139, 154, 157, 196, 388, 428-429, 450, 492, 579, 640, 654
- Melo, Jorge de, bispo da Guarda, II, 234, 235
- Melo, Jorge de, bispo de Miranda e de Coimbra, II, 215, 230
- Melo, Jorge de, capitão-mor de Cananor, II, 268, 269
- Melo, José Antônio Gonçalves de, II, 59
- Melo, José Maria de, II, 42
- Melo, Luís da Cunha de Abreu e, bispo de Beja, II, 27
- Melo, Martim Afonso de, bispo de Lamego, II, 230
- Melo, Nuno Álvares Pereira de, bispo de Lamego, II, 397
- Melo, Nuno Álvares Pereira de, duque do Cadaval, II, 536
- Melo, Pedro Paulo de Figueiredo da Cunha e, arcebispo de Braga, cardeal, III, 67
- Melo, Sebastião José de Carvalho e, marquês de Pombal (ver também Pombalismo), III, 113
- Melo, Tomás de, II, 663
- Menair, Stuart, III, 457, 458
- Mendes, Afonso, patriarca da Abissínia, II, 288, 454
- Mendes, Alves, III, 73
- Mendes, Gonçalo, I, 441
- Mendes, Gonçalo, inquisidor, I, 41, 393
- Mendes, Manuel, II, 492, 494
- Mendes, Paio, arcebispo de Braga, I, 241
- Mendes, Soeiro, I, 441, 444
- Mendo, bispo de Lamego, I, 395
- Mendonça, Afonso Furtado de, bispo da Guarda, governador-geral do Brasil, II, 59, 215, 570
- Mendonça, Afonso Furtado de, bispo da Guarda, e de Coimbra, e arcebispo de Braga, e de Lisboa, II, 135, 226
- Mendonça, Alfredo Zuzarte de, III, 162, 176
- Mendonça, André Furtado de, II, 404
- Mendonça, Antônio de, II, 557
- Mendonça, cardeal, II, 612
- Mendonça, Elvira, II, 34, 36
- Mendonça, Eugénia de, II, 145
- Mendonça, Francisco de, II, 437, 595-596
- Mendonça, Francisco de Almeida, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 176
- Mendonça, Hipólito José da Costa F. de, III, 423
- Mendonça, João de, bispo da Guarda, II, 234
- Mendonça, José de, cardeal-patriarca de Lisboa, II, 40, 124
- Mendonça, Nuno de, II, 158
- Mendonça, Teresa de, II, 497
- Mendonza y Sandoval, Baltazar de, III, 111
- Menéndez Pidal, Ramón, I, 434
- Meneres, Clara, III, 222
- Meneses, Aires Teles de, I, 504
- Meneses, Aleixo de, arcebispo de Goa e de Braga, vice-rei da Índia, II, 35, 139, 433
- Meneses, Carlos da Cunha e, cardeal-patriarca de Lisboa, III, 24, 25, 27, 66, 425
- Meneses, Catarina de, II, 35
- Meneses, Fernando de, arcebispo de Lisboa, II, 191
- Meneses, Francisco Xavier de, 4.º conde da Ericeira, II, 536
- Meneses, João de, I, 465
- Meneses, João Afonso de, arcebispo de Braga, II, 231, 493
- Meneses, Leonor de, I, 465-466, 488, 490-492
- Meneses, Manuel de, bispo de Lamego, e de Coimbra, II, 232
- Meneses, Pedro de, I, 488-492; II, 399
- Meneses, Rodrigo Anes de Sá Almeida e, 3.º marquês de Fontes, II, 170
- Meneses, Sebastião César de, bispo eleito do Porto, inquisidor-geral, II, 82, 108, 161, 181
- Menino Jesus, Inês do, II, 497
- Menir, Juda Aben, I, 60, 61, 63
- Mensageiro do Sagrado Coração de Jesus*, III, 58, 114-115, 159
- Mentone, João Agostinho de, II, 621
- Mercado, Tomás de, II, 280-281
- Mercedários, II, 291, 648
- Mérida, I, 16, 17, 18, 20, 28-29, 137, 139, 237, 238-239, 241
- Meróbriga, I, 14
- Mértola, I, 130, 203
- Mértola, Luís de, II, 34, 35
- Merton, Thomas, III, 288
- Mesa da Consciência e Ordens, II, 110-111, 139, 149, 151, 152, 158, 176, 222, 232, 381, 606
- Mesquita, Luís de, II, 311
- Meslin, M., I, 23, 26-27
- Messianismo (ver Escatologia, Sebastianismo)
- Metanoia, III, 190, 311
- Metodismo (ver também Protestantismo), III, 412, 452, 453, 454, 456-457, 458-459, 464, 466, 471
- Metsys, Quentin de, II, 606
- Meyer, Paul, III, 472
- Mexia, Libânia Galvão, III, 114
- Mexia, Martim Afonso, bispo de Lamego, de Viseu, e de Leiria, II, 179
- Migécio, I, 34
- Migrações, II, 50, 58-59, 63, 64-65, 67, 122, 130, 380, 629; III, 12-13, 17, 44-45, 46, 132, 151, 182, 245, 248-249, 256, 259, 262, 264, 266, 267, 304, 312, 315, 327, 390, 416, 422, 423, 426, 461, 462-463, 463, 470, 481, 485-486, 488, 504
- Miguéis, João, I, 448
- Miguéis, José Rodrigues, III, 435
- Miguel I, pretendente ao trono de Portugal, II, 352, 411; III, 28, 29-30, 67, 103, 360, 403, 425, 426, 427
- Miguelismo (ver Tradicionalismo)
- Milagres, II, 346, 347-349, 354, 356, 360-365, 379, 407, 451, 458, 484-486, 582, 615, 630, 634, 635, 639-640, 641, 642,

## ÍNDICE GERAL

- 643, 644; III, 66, 80, 148, 161, 409, 444, 460, 463, 476, 501
- Milan, Luís, II, 508
- Milão, I, 21, 25
- Milenarismo, I, 36, 39, 349-351, 361
- Milheiro, António, II, 430
- Miller, William, III, 473
- Mina, Fernão Gomes da, I, 63
- Minho, I 103; III, 86
- Miranda, Aleixo de, bispo de Miranda, II, 609
- Miranda do Douro, II, 360, 609
- Miranda, Gil Lourenço de, I, 485
- Miranda, Isabel de, II, 23, 36
- Miranda, Sá de, II, 412
- Mirandela, II, 609-610
- Miranæ vos*, encíclica papal (1832), III, 43
- Misericórdias (ver também Assistência, Confrarias e irmandades), I, 379, 384, 460; II, 53, 64, 174, 277, 358, 412, 458, 511, 539, 572, 574, 589, 591, 608-609, 632, 662, 674-675; III, 252
- Missão abreviada*, II, 240-241, 417; III, 72
- Missionação, I, 2, 4-5, 7, 18-19, 17-34, 43, 138, 237, 239, 261-262, 423; II, 10, 12, 25, 66, 68, 70, 86, 97, 99, 129-130, 135, 142, 147, 152, 154-156, 170, 190, 228, 231, 239, 255-311, 385-387, 456-459, 468, 469, 503-508, 534, 612, 644, 646, 647, 657-658, 671-672; II, 12, 13, 31, 32, 38, 54-55, 57, 77, 78, 85, 114, 117-118, 119, 136, 162-163, 171, 172, 173, 181-182, 218, 226, 232, 256-257, 265, 299, 313, 324, 353-396, 428, 454, 457, 462, 469-470, 498
- Missões do interior, II, 11, 25, 239-250, 251, 390, 414-417, 422, 423, 440, 442, 508, 511, 553, 580, 582, 604, 614, 620, 646, 647, 675; III, 12, 80, 97, 108, 110, 113, 114, 115, 116-117, 119, 129, 210, 213-214, 217, 255, 257, 299, 313, 381
- Mística, I, 362, 373, 380, 382; II, 23, 44, 77, 79-80, 87, 406, 418, 419, 420, 421, 422, 424, 437, 576, 603, 614, 616, 617, 622, 631, 636, 640, 643, 644, 648, 652; III, 163, 484
- Mitraísmo, I, 15, 16
- Mobili, Vincenzo, II, 162
- Moçambique, II, 188, 193-194, 276, 285, 286, 287, 305, 585; III, 223, 250-251, 292, 362, 364, 369, 371, 374, 394, 454, 462, 469, 485, 486
- Moçárabes, I, 4-5, 34, 46, 92-102, 104, 120-122, 130, 166, 209, 225, 240, 264, 345, 433-440, 441; II, 407, 426
- Moisés, profeta hebreu, I, 37, 91
- Moita, Luís, III, 271
- Moita, Nóbrega, II, 268
- Molesmes, Róberto de, I, 367
- Molina, António de, II, 27-28, 31
- Molina, Juan de, II, 33
- Molinismo, II, 44, 107, 532, 605, 644
- Molinos, Miguel de, II, 644
- Monaquismo (ver Mosteiros)
- Monarquismo (ver também Liberalismo, Tradicionalismo), III, 162, 189, 267, 422, 424
- Monzón, Francisco, II, 546
- Mondonhedo (diocese de), I, 6
- Mongóis, II, 262
- Moniz, António Bernardo da Fonseca, bispo do Algarve, e do Porto, III, 67
- Moniz, Júlio Botelho, III, 244
- Moniz, Egas, I, 442, 450; III, 423
- Moniz, Henrique, II, 87
- Moniz, Martim, I, 439
- Moniz, Mendo, I, 442
- Monofisitas, II, 272, 288
- Monsaraz, João de, II, 621
- Montalembert, conde de, III, 71, 77, 83, 105, 121
- Montanha, José Furtado, III, 444
- Montano, bispo de Toledo, I, 33
- Montecorvino, João de, arcebispo de Pequim, II, 262
- Monteiro, abade, III, 423
- Monteiro, Diogo, II, 33, 421, 571
- Monteiro, Inácio, II, 243
- Monteiro, Jerónimo, II, 638
- Monteiro, Manuel, II, 438
- Monteiro, Nicolau, II, 159, 163, 181
- Monteiro, Pardal, III, 472
- Monteiro, Teresa Libano, III, 292
- Montemor, Afonso Geraldês de, I, 49
- Montemor-o-Velho, I, 455
- Montemorency-Laval, Francisco de, II, 296-297
- Montesquieu, II, 675
- Montijo, I, 60
- Montoia, Luís de, II, 19, 419, 420, 606
- Montúfar, Alonso de, arcebispo do México, II, 280
- Monzô, Júlio, III, 50
- Mora, Angel Herreros de, III, 452, 453
- Morago, Estevão Lopes, II, 494
- Morais, António J. Lopes de, vigário-geral da diocese de Coimbra, III, 67
- Morais, João da Silva, II, 501
- Moral (ver também Confissão, Penitência e culpa), I, 249, 362-363, 364-365, 380-387, 398, 399, 400, 428, 430, 431, 432, 448, 449-450, 451, 467, 468, 492-494, 504; II, 10, 11, 21, 23, 25, 27-36, 41, 44, 77-78, 102, 117, 128, 141, 197-198, 205, 206, 214-216, 220-221, 225, 231, 234, 235, 239, 242, 243-246, 249-250, 251, 252, 253, 254-255, 268, 269, 272, 291, 307, 321, 337, 339-340, 345, 372, 377, 379, 380, 383, 384, 390, 392, 397, 398, 399, 400, 406, 408, 409, 411-412, 416, 417, 418, 420, 422, 423, 425, 434, 437, 450, 451, 454, 455-456, 457, 458, 459, 460-462, 463, 464, 475, 480, 523, 524, 530, 531, 539, 541, 544, 550, 551-552, 553, 561, 564, 614, 627, 637, 640, 641, 643, 644, 646, 672, 673; III, 25, 26, 27, 43, 46-47, 51, 53, 54, 59, 73, 75, 77, 79, 83, 84, 86, 91, 92, 93, 95, 96, 100, 110-111, 121, 125, 144, 145, 152, 157-158, 162, 167, 168, 173, 177, 178, 182, 194, 196, 199, 204, 205, 209-210, 239, 242, 246, 247, 266, 289, 304, 305-306, 315, 360, 365, 390, 411, 434, 437, 445, 483, 503, 505
- Morales, pintor, II, 573
- Moreira, Adriano, III, 390
- Moreira, António Montes, I, 25, 26; III, 325-327
- Moreira, Domingos A., I, 161, 163, 164, 165
- Moreira, Eduardo, III, 445, 451, 454, 455, 456, 466-467, 468
- Moreira, Gaspar, II, 249
- Moreira, Hipólito, II, 620, 649
- Moreira, Luís, III, 223
- Moreira, Rafael, II, 580
- Moreton, Robert Hawkey, III, 452, 454, 455, 457, 464, 466
- Mórmons, III, 475, 499
- Morte, I, 46, 53, 167, 183, 195, 203, 214, 216, 239, 240, 265-267, 269, 312-313, 322, 348-351, 354, 366, 367-368, 370, 376, 384, 390, 423, 424, 428, 430, 442, 452, 453, 460, 462, 467, 468, 478, 480-492, 502, 504; II, 60, 68, 78-79, 128, 177, 300, 301, 322, 324, 329, 332, 334, 371, 373, 377, 394, 401, 404, 406, 413, 416, 468, 485, 510, 521, 532, 553-557, 558, 564, 567, 577, 583-584, 587-596, 613, 622, 631-634, 636, 642, 674-675; III, 66, 82, 140, 145, 148, 263, 412, 439, 441, 448, 467, 504
- Morujão, Maria do Rosário, I, 145
- Moser, conde de, III, 124
- Moser, Eduardo de, III, 451
- Mosteiros e monaquismo, I, 5, 6-7, 53, 70, 75, 97, 100, 101, 122, 130, 140, 144, 145, 146, 148-161, 165-166, 167, 168, 169-170, 183, 190-192, 193, 194, 203-220, 230, 239-240, 250, 267, 268, 270, 271-273, 273-274, 275, 277, 279, 280, 283-284, 285, 286, 291-292, 293, 304, 340, 343, 345-348, 350, 351-354, 356-360, 362, 378, 379-380, 389, 390, 391, 393-394, 395, 396, 401, 402-406, 407, 410-411, 413, 416, 423-432, 433, 440-452, 460, 465, 467-468, 483, 488-492; II, 32, 36, 62, 141, 143, 144, 195,

- 201-202, 206-207, 222, 317, 324, 359, 402, 424, 432, 451, 460-461, 466, 468-469, 487, 491, 495, 509, 518, 642, 643, 657; III, 81
- Mota, Agostinho, III, 46
- Mota, Joaquim Magalhães, III, 267
- Mota, Paulo, II, 634
- Mounier, Emmanuel, III, 190, 204, 229
- Moura, II, 34
- Moura, Agostinho Lopes e, bispo de Portalegre e Castelo Branco, III, 216, 218
- Moura, Cristóvão de, vice-rei de Portugal, II, 347
- Moura, Francisco Pereira de, III, 237, 267
- Moura, Helena Cidade, III, 268
- Moura, Horácio de, III, 227
- Moura, Isabel de, II, 347-348
- Moura, Manuel Vale de, II, 372
- Mourarias (aljamas), I, 5
- Mourisca, Francisco da Mata, bispo de Carmona-São Salvador (Ujje), III, 213
- Mouton, Alexandre, II, 90
- Movimento Apostólico de Schoenstatt, III, 227
- Movimento Católico (ver Acção Católica, Associativismo Católico, Laicado)
- Movimento Casais de Santa Maria, III, 203
- Movimento de Renovação da Arte Religiosa, III, 220-222, 271
- Movimento de Unidade Democrático (MUD), III, 189
- Movimento de Resistência Cristã, III, 344
- Movimento do Apostolado das Crianças, III, 308
- Movimento Esperança e Vida, III, 227
- Movimento Fons Vitae, III, 308
- Movimento Mariano de Oração e Reparação, III, 310-311
- Movimento Oásis, III, 227
- Movimento por Um Lar Cristão, III, 203
- Movimento por Um Mundo Melhor, III, 227, 277
- Movimento Shalom, III, 308
- Muchagato, Jorge, II, 468
- Muçulmanos (ver também Islão), I, 4, 53, 91-129, 130-131, 141, 148, 192, 206, 232, 240, 241, 279, 280, 285, 304, 310, 343, 427-428, 430, 431, 432, 434-436, 440, 448, 453; II, 9, 49, 51, 64-68, 87, 130, 263-264, 272, 380, 407, 510, 526, 613, 651; III, 410, 438, 485-486
- Mulher, I, 9, 44-45, 51, 170, 184, 188, 190, 203, 206, 208, 214, 215, 218-220, 231, 233, 236, 256, 291, 292, 352-354, 357, 380, 423, 424, 427, 428-432, 453-456, 459-460, 463, 467-470, 470-480, 498, 501-502; II, 17-18, 23, 33, 34-35, 77, 130, 136, 141, 202-203, 204, 208, 242, 249, 330, 331, 335-336, 338, 340, 344, 347, 362, 370, 371, 389, 413, 450, 454, 458, 460, 497-498, 525, 541-542, 550, 555, 563, 573, 588, 603, 605, 606-607, 614, 616, 643, 644, 648, 649, 655; III, 39-40, 43, 53, 80, 83, 85, 91, 97, 114, 124, 132-133, 147, 152, 172-173, 187, 194, 197, 203, 212, 215, 216, 224, 227, 240, 268, 276, 286, 288, 289, 290, 295, 298, 304, 305, 306, 309, 317, 320, 322-324, 364, 366, 438, 445, 478, 483, 487
- Muller, João Guilherme Cristiano, III, 448
- Multa praeclara*, breve papal (1838), III, 353
- Mumadona Dias, condessa de Guimarães, I, 207, 345, 346, 423-432, 442, 460
- Mun, Albert, conde de, III, 45, 142, 143
- Munia Dias, I, 432
- Municípios e comunidades locais, I, 45, 53-54, 56, 58-59, 60, 61, 62, 63, 106-107, 112, 114, 115, 116, 130, 167, 193, 322, 391, 462, 468-469; II, 53, 54, 59, 64, 92, 102, 193, 242, 323, 327, 337, 340, 350, 450, 461, 564, 584, 624, 629, 653-654, 656; III, 160, 252, 317, 406, 412, 449
- Munis, I, 13
- Münster, Jerónimo, II, 271, 357
- Muratori, II, 44, 438
- Murteira, Mário, III, 267
- Música e dança, I, 246, 346, 347, 352, 380, 386, 400, 401, 432; II, 216, 336, 338, 339, 340, 344, 350, 362-363, 372, 378, 379, 379, 426, 427, 449, 450, 451, 452, 454, 457, 460, 461, 462, 486-511, 553, 564, 572, 581, 582, 584, 608, 615, 620, 650, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 672; III, 71, 73, 86, 224-226, 253, 258, 269, 274-275, 277, 391, 402, 450
- Mystici Corporis*, encíclica papal (1943), III, 170, 177, 185, 225
- ## N
- Nabo, António, II, 430, 522
- Nação*, A, III, 46, 56, 73, 76, 100, 103, 111, 112, 123
- Nacionalismo, I, 1, 451, 484; II, 80, 81, 86-87, 136-137, 154, 156, 157, 162, 171, 179, 228, 229, 284, 308, 334, 407, 410-411, 434, 438, 455, 567-568, 582, 585, 606, 623-625, 629-630, 634-636, 643, 671, 675; III, 12-13, 27, 39, 40, 41, 44, 55, 56, 57-59, 66, 73, 76-82, 85, 92, 93, 104, 110, 111, 112, 117-118, 135-136, 147, 148, 149, 157, 158, 159, 161-162, 180, 181, 192, 240, 243-244, 245, 246, 268, 326, 353, 355, 356, 357, 362, 363, 365, 367, 368, 373, 376, 388-393, 430, 432, 433-435, 442, 465, 466, 469, 503, 504
- Nacional-Sindicalismo (ver Fascismo)
- Nahaman, Moisés Ben, rabi, I, 72, 75-76
- Nanctus, abade, I, 220
- Napoleão I, imperador dos Franceses, II, 93, 177, 625; III, 77
- Napoleão III (Luís Napoleão), imperador dos Franceses, III, 76
- Nascimento, Aires, I, 447, 448
- Nascimento, Brites do, II, 498
- Nascimento, José do, II, 630
- Nasoni, Nicolau, II, 473
- Natal e Advento, I, 374, 465; II, 242, 317, 321, 415, 449, 451, 452, 454, 457, 491, 495, 509; III, 186, 263, 455
- Natália, mártir, I, 427
- Natividade, António da, II, 595
- Natividade, Francisco da, II, 41, 674; III, 361
- Natividade, José da, II, 422
- Navarro, Judas, I, 60
- Navarro, Moisés, I, rabi-mor, I, 60
- Nazaré, II, 329, 333, 334, 346-347, 347-349, 350, 351, 352, 353, 355, 461-462, 466, 628; III, 72, 115, 152
- Nazismo, III, 193, 203
- Neeffs, Jacobus, II, 576
- Negro, I, 62, 63
- Negro, Abraão, rabi-mor, I, 54
- Negro, David, I, 60, 61
- Nemésio, Vitorino, III, 261-262
- Neotomismo, III, 104, 108, 124, 159, 174, 178
- Nery, Rui Vieira, II, 498, 500, 501-502, 510
- Nestorianismo, II, 272, 279-280
- Neto, Alberto, III, 274-275
- Neto, António Lino, III, 382
- Neto, Francisco Lino, III, 236
- Neto, José Sebastião, bispo de Angola e Congo e cardeal-patriarca de Lisboa, III, 54, 74, 89, 138, 144
- Neto, Pedro, II, 505
- Neto, Vítor, III, 91
- Nettesheim, Henrich Cornelius Agrippa von, II, 375
- Neumann, H. F., III, 472
- Neves, Gregório, III, 214
- Neves, Maria das, II, 36
- Neves, Moreira das, III, 74, 175, 260
- New Age, III, 488-489, 499
- Newton, Isaac, III, 421
- Niccoli, Ottavia, II, 644
- Niceia, I, 26, 27, 33, 237
- Nicolau Hispano, legado papal, I, 322
- Nicolau III, papa, I, 321
- Nicolau IV, papa, I, 322, 411
- Nicolau V, papa, I, 413; II, 99
- Nicolau Tolentino, santo, II, 364, 484, 648
- Nicotra, Sebastião, núncio apostólico, III, 155, 167

## ÍNDICE GERAL

- Nithard, Juan Everardo, II, 111  
 Niza, marquês de, representante de Portugal em França, II, 160  
 Niza, Paulo Dias, II, 627  
 Nobili, Roberto di, II, 291, 305, 309, 311  
 Nobili, Vincenzo, núncio apostólico, II, 161  
 Nóbrega, Manuel da, II, 274, 310, 458; III, 395  
 Nobreza, I, 7, 8-9, 63, 144, 167, 193, 204, 206, 207-208, 210, 212, 213, 215-216, 219, 232-233, 236, 238, 241, 247, 250, 267, 269, 270, 292-293, 303, 304, 307, 315-316, 317, 318, 319, 322, 327, 344, 362, 366, 390, 392, 401, 410, 423, 424, 427, 430, 431-432, 431, 432, 434, 439, 440-443, 444, 446, 450-452, 453-460, 471, 474, 475, 478, 481-492, 494, 496, 501-505; II, 16, 17-18, 19, 35, 54-55, 64, 74, 90, 99, 109, 113, 130, 131, 145-146, 149, 206-207, 208, 213, 222, 227-228, 229-232, 235, 242, 255, 270, 281, 338, 345, 350, 352, 374, 412, 414, 420, 470, 499, 536, 557, 569, 606, 607, 608, 648, 654, 659; III, 85, 86, 146, 165, 420  
 Nogueira, Afonso, arcebispo de Lisboa, II, 379  
 Nogueira, Alberto G. Franco, III, 238, 475  
 Nogueira, Alexandra, I, 145  
 Nogueira, Bernardo Sá, I, 145, 462  
 Nogueira, Francisco, capitão de Calicut, II, 272  
 Nogueira, Vicente, II, 375  
 Norberto, santo, I, 224, 362  
 Noronha, André de, II, 156  
 Noronha, António Matos de, bispo de Elvas, inquisidor-geral, II, 111-112, 136, 228  
 Noronha, Constança de, II, 642  
 Noronha, Leão de, II, 36  
 Noronha, Manuel de, bispo de Lamego, II, 195, 215, 242, 355, 415, 522  
 Noronha, Mariana de, duquesa de Aveiro e Torres Novas, II, 361  
 Noronha, Nuno de, bispo de Viseu, II, 228  
 Noronha, Sebastião Matos de, bispo de Elvas, e arcebispo de Braga, II, 119, 137, 158, 228, 384, 402, 430  
 Noronha, Tomás de, bispo de Olinda, III, 116, 365  
 Nossa Senhora, António de, II, 587  
 Nossa Senhora da Boa Morte, Ângelo da, bispo de Elvas, III, 67  
 Nossa Senhora da Nazaré, Joaquim de, prelado de Moçambique, bispo do Maranhão e bispo-conde de Coimbra, II, 389; III, 67  
 Nossa Senhora, Feliciano de, bispo de Lamego, II, 389, 604  
 Novais, Sebastião de, II, 650  
 Noviciado, II, 205; III, 26  
*Novidades*, III, 135, 175, 195, 221, 238, 260, 268, 272, 293, 305  
 Novinsky, Anita, II, 59  
 Nunes, Adérito Sedas, III, 188, 230  
 Nunes, Augusto Eduardo, arcebispo de Évora, III, 73, 106, 124, 138, 139  
 Nunes, Duarte, II, 269, 270  
 Nunes, Filipe, II, 587  
 Nunes, Manuel, II, 532  
 Nunes, Tomás Pedro Barbosa da Silva, bispo tit. de Elvas e aux. de Lisboa, III, 291  
 Nuno de Santa Maria, beato, (Nuno Álvares Pereira, condestável do reino), I, 379, 361; III, 83, 147, 161, 388-389, 432  
 Nuno Mendes, conde de Portucale, I, 434  
 Nykil, I, 126  
 Nystrom, Samuel, III, 462
- O**  
 Óbidos, I, 87, 145; II, 462, 466, 487, 520, 523, 611-612, 638  
 Óbidos, Josefá d' (ver Ayala, Josefá d')  
 Obra da Entronização, III, 171  
 Obra da Rua, III, 191  
 Obra de Protecção às Raparigas (depois ACISJF), III, 132, 147, 191  
 Obra de São Francisco de Sales, III, 151  
 Obra dos Soldado, III, 147  
 Ochoa de Isaga, II, 509  
 Octonis, Guilherme, I, 411  
*Occurrit Nostrae Considerationis* (1289), bula papal, I, 322  
 Odilão, abade de Cluny, I, 211  
 Odoário, conde, I, 304  
 Oeiras, I, 60; III, 115, 152  
 Oikos-Cooperação e Desenvolvimento, III, 312  
 Olcott, Henry S., III, 481  
 Olivares, conde-duque de, II, 154  
 Oliveira, António, II, 158  
 Oliveira, cavaleiro de (ver Oliveira, Francisco Xavier de)  
 Oliveira, Ernesto Sena de, arcebispo de Mitilene e bispo-conde de Coimbra, III, 180, 192, 285  
 Oliveira, Fernão de, II, 74, 75, 280, 519, 639  
 Oliveira, Filipe de, II, 649  
 Oliveira, Francisco, bispo de Viseu, II, 228  
 Oliveira, Francisco Xavier de Oliveira (cavaleiro de Oliveira), II, 57; III, 447  
 Oliveira, Guido Waldemar de, III, 458  
 Oliveira, João Dionísio de, III, 386  
 Oliveira, João Jorge, III, 459, 460  
 Oliveira, Prelediana Frias de, III, 459  
 Oliveira, José de, II, 572  
 Oliveira, José Bacelar de, III, 286  
 Oliveira, Manuel de, II, 452  
 Oliveira, Mário de, III, 270-271  
 Oliveira, Martim Garcia de, I, 485  
 Oliveira, Martinho Pires de, arcebispo de Braga, I, 160, 243  
 Oliveira, Mem Peres de, I, 392-393, 402  
 Oliveira, Miguel de, I, 2, 144; III, 12, 73, 124, 175  
 Oliveira, Nicolau, II, 402  
 Oliveira, Rodrigo de, bispo de Lamego, I, 392  
 Oliveira, Zacarias de, III, 204-205  
 Olivença, I, 87; II, 90  
 Oliver, Bernardo, bispo de Tortosa, I, 73-74, 75  
 Omega Mendes, I, 428-432  
*Opus Dei*, revista litúrgica, III, 224  
 Opus Dei, Prelatura da Santa Cruz e, III, 132, 220, 227, 289, 298, 497  
 Orações (ver também Catequese e catecismos), I, 340, 346, 352, 354, 355, 358, 360, 365, 367, 371, 379-380, 381, 382, 460, 465, 468, 478, 491; II, 19, 23-24, 32, 33, 36, 38, 42, 60, 68, 213, 249, 321, 340, 367, 370, 372, 378, 380, 385, 386, 390, 394, 398, 409, 417, 420, 426-427, 449, 505, 507, 511, 521, 525-526, 561, 563, 564, 568, 570, 573, 580, 581-587, 591, 592, 594, 603-616, 617, 619, 622, 627, 631, 632, 643, 644; III, 110, 161, 163, 240, 365, 410, 439, 452, 457  
 Oraison, Marc, III, 205  
 Oratória sacra (ver também Apologética), I, 9, 195, 229, 233, 249, 366, 374-375, 377, 391, 398, 400, 457; II, 11, 12, 19, 23, 25, 30, 32, 35, 42, 44, 56-57, 82, 83, 84, 85, 127, 156, 179, 234, 239, 243, 244-246, 251, 310, 378, 380, 383, 385, 390, 393-417, 420, 423, 432-442, 456, 460, 488, 498, 509, 525, 527, 541-542, 553, 554-555, 556-557, 560, 564, 567, 571, 572, 574, 580, 581, 585-587, 595-596, 608, 615, 619, 620, 621, 622, 624, 625, 627, 630, 646, 647, 648-650, 657-658; III, 27, 28, 50, 71, 72-73, 75, 80, 85, 92, 93, 98, 99, 110, 112, 115, 144, 271, 274, 362, 449, 450, 457, 463, 498  
 Oratorianos, II, 39-40, 42, 173, 176, 202, 203, 205, 208, 215, 240-250, 291, 421, 423-424, 467, 511, 564, 603, 614-615, 628, 647; III, 75, 428, 448  
 Ordens militares, I, 6, 8, 43, 63, 75, 145, 157, 160-161, 165-166, 169, 170, 172, 175, 176, 177, 178-179, 183, 184-185, 187-188, 190-191, 192, 194, 233-237, 252, 257, 277-278, 292-293, 394, 397, 460, 467; II, 53, 55, 63, 64, 99, 136, 138, 144, 149, 151-152, 162, 187, 212, 229, 234, 253, 266, 402, 421, 468, 469, 495, 534, 537, 618, 619, 629, 645, 672  
 Ordens religiosas (ver também Congreganismo, Mosteiros e monaquismo), I, 148, 158-161, 165-166, 160-170, 175, 176, 178-179, 183-185, 192, 230, 236, 250, 356-378, 379, 452-460,

- 470-480, 494-497; II, 15, 16-20, 38, 41-42, 53, 64, 72, 87, 99, 113, 127, 136, 151, 152, 157, 168, 187, 217-218, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 266, 291, 355, 402-403, 411, 415, 467, 494-495, 496-498, 503-505, 564, 589, 628, 637, 641, 646-649, 672; III, 58, 98, 110, 114, 146, 160, 173, 308, 311
- Ordens terceiras, II, 77, 87, 218, 411, 425, 572, 609, 633, 644, 660, 664, 675; III, 58, 98, 110, 114, 146, 160, 173, 308, 311
- Ordonho I, rei das Astúrias, I, 103, 104
- Ordonho II, rei das Astúrias, I, 102, 104, 130
- Orense, I, 6, 148, 149, 317
- Organização das Nações Unidas (ONU), III, 268, 269, 302
- Orígenes, I, 34
- Orlandis, José, I, 303
- Ornelas, Álvaro de, I, 485
- Ornelas, João de, abade de Alcobaça, I, 370
- Orônio, arcebispo de Mérida, I, 304
- Orósio (P.), I, 21, 28, 33, 34, 346, 406
- Ortigão, Ramalho, III, 74, 84-86, 94
- Ortiz Villegas, Diogo, bispo de Ceuta, de Tânger, de São Tomé, e de Viseu, II, 383, 571, 612
- Ortodoxia, I, 25-26, 30, 33, 34, 361, 391; II, 9, 10, 11, 12, 32, 33, 35, 38, 56, 71-72, 73, 96, 117, 118, 153, 162, 171, 174, 194, 220-221, 239, 240, 242, 249-250, 251, 252, 272-273, 278, 279-281, 307, 322, 323, 327, 336, 339, 350, 381, 383, 384, 388, 390, 391, 394, 415, 416, 419, 420, 432, 437, 441, 456, 468, 474, 475, 484, 498, 508-509, 510, 513, 529, 530, 531, 535, 539, 545, 550, 552, 584, 603, 606, 615, 625, 631, 632, 633, 637, 641, 658-659, 662-663, 671; III, 25-26, 43, 44, 66, 94, 100, 205, 409-410, 411, 414, 441, 445
- Ortodoxos, I, 398; II, 70, 259, 301; III, 404, 484-485, 494
- Oryamismo, III, 442
- Oseredo Trutesindo, I, 347
- Ósio de Córdova, I, 26
- Osório, Jerônimo, bispo do Algarve, I, 128; II, 51-52, 74, 137, 140, 433
- Ossa (serra de), I, 192, 195, 221, 362, 496, 498, 501
- Osuna, Francisco de, II, 24, 419, 603
- Ourém, I, 122
- Ourivesaria (ver Alfaias litúrgicas)
- Ovniologia, III, 489
- Owens, George, III, 457, 458
- Ozanam (ver Antoine-Frédéric Ozanam)
- P**
- Paçanha, João, II, 571
- Pacca, Bartolomeu, núncio apostólico, II, 177
- Pacem in terris*, encíclica papal (1963), III, 228, 237, 247, 268, 292, 343
- Pacheco, Carneiro, III, 374
- Pacheco, Duarte, II, 652
- Pacheco, Pantaleão Rodrigues, bispo de Elvas, e capelão-mor do reino, II, 163
- Paço de Sousa, I, 440, 442
- Pacômio, santo, I, 205, 346
- Padilha, Jerônimo, II, 19
- Padrinhos e madrinhas, II, 534-537, 537-538, 553, 612, 628
- Padroado régio, I, 145, 146, 148, 150, 154, 155, 156, 158, 164, 166, 168, 169, 170, 172-173, 174, 175, 176, 177, 180, 182, 187, 188, 189, 191, 192, 193-194, 250, 333, 411, 494; II, 99, 108, 138, 142, 144, 148, 149, 150, 154, 158, 161, 163, 169, 170, 194, 222, 225, 255, 256, 260, 266, 275-278, 284, 286-287, 289, 293-299, 302, 308, 608, 672; III, 27, 32, 55, 76, 78, 112, 166, 353-356, 358-360, 364, 370, 373, 376-377, 387, 428
- Paganismo, I, 13-17, 20-25, 29, 46, 65, 70, 79, 262, 266, 272, 278-279, 303, 336, 371, 373, 380, 381-382, 504, 538, 582, 594, 614, 615, 637, 641, 650, 653, 655, 662; III, 11, 94, 95, 148, 193, 257, 408-409
- Paio, mestre, I, 315, 377; II, 407
- Paio, santo, I, 232, 344, 427
- Pais, Álvaro, bispo do Algarve, I, 37-39, 49, 77, 116, 326, 340, 399, 412
- Pais, Baltazar, II, 437
- Pais, Durão (ou Durando), bispo de Évora, I, 243, 320, 322, 390
- Pais, Geraldo, I, 392
- Pais, Gualdim, mestre dos Templários, I, 236
- Pais, Pedro, I, 340-341
- Pais, Sidónio, presidente da República, III, 153, 432
- Pais, Sidónio de Freitas Branco, III, 237, 254, 305, 306
- Paiva, António Luís de, III, 222
- Paiva, Gonçalo Pais de, bispo de Coimbra, I, 100, 225, 241
- Paiva, Heliodoro de, II, 495
- Paiva, Luís, III, 458
- Paiva, Miguel da, II, 574
- Paiva, Vicente Ferrer Neto de, III, 355, 428
- Paixão, Diogo da, II, 534
- Palacio, Paulo de, II, 21, 544
- Palavra*, A, III, 46, 48, 56, 100
- Palência, I, 33
- Paleografia e diplomática, I, 340, 348, 394-397, 433, 434, 439, 456; II, 418, 449
- Pallu, Francisco, II, 296, 297
- Palmeiro, João, I, 324
- Palmela, 1.º duque de, III, 118
- Palomo, Frederico, II, 240, 243, 246
- Pamfili, cardeal, II, 160
- Pamplona, Manuel António, II, 621
- Paracelso, II, 375
- Parada, António Carvalho de, II, 36, 181
- Paraíso, Purgatório e Inferno, I, 368-370, 371; II, 68, 239, 249, 250, 377, 397, 409, 458, 539, 553, 555, 558, 584, 587-596, 605, 622, 627, 631-634, 641, 658, 662, 674; III, 148, 156, 402
- Paramali, Alexandre, II, 296
- Paraty, conde de, grão-mestre do Grande Oriente Lusitano Unido, III, 426
- Paredes, Pedro Álvares de, II, 105
- Parenética (ver Oratória sacra)
- Paris, II, 433
- Parisse, Michel, I, 221
- Parlamento (sécs. XIX e XX), II, 38, 131, 674; III, 23-24, 25, 26-27, 38, 56-57, 66, 68, 75, 78, 88, 89, 91, 92, 104, 110, 189, 203, 355-356, 359-360, 362, 370, 372, 373, 412, 425, 426, 467
- Paróquias, I, 5-6, 139-141, 142, 144, 147-148, 150-58, 163-165, 168-169, 170-172, 176, 177, 180-183, 187-190, 192, 193, 195-201, 248-252, 248, 264, 267, 273, 274, 284-286, 290-291, 365, 366, 377-378, 390, 391, 407, 411, 469, 481; II, 25, 26, 27, 99, 128, 138, 187, 189, 195, 199, 212, 214, 222, 224, 242, 243, 249, 254, 323, 324, 325, 326, 331, 351-352, 378, 380-381, 382, 388, 389, 401, 402, 404, 405, 406, 429, 462, 476, 517, 518-520, 522, 523, 525, 548, 552, 558, 562, 591, 594, 608, 615, 627, 641, 655; III, 26, 30, 31, 67, 68, 80, 82, 85, 88, 95, 96, 100, 109, 115, 116, 124, 130, 133, 141, 146, 149-150, 169, 171, 173, 175, 179, 186-187, 196, 197-198, 199, 213, 215, 221, 228, 252, 262, 264, 276-277, 280, 295, 319-320, 324, 368, 411, 412, 454, 459, 494, 495
- Partidos políticos e religião, III, 49-50, 55-58, 91-92, 101, 102, 103, 104, 105, 122, 123, 138, 143, 145, 177, 180, 187-188, 229, 246, 247, 275-276, 278, 289, 293, 297, 298, 301, 330, 426, 504
- Pascal, Blaise, II, 538
- Páscoa, Quaresma e Paixão, I, 69, 87, 370-371, 465; II, 31, 50, 60, 73, 242, 272, 317, 321-322, 389, 403, 414, 415, 449, 451, 452, 454, 457, 497, 501, 525, 543, 545, 554, 558, 565, 566, 567-568, 572-577, 577-581, 591, 603, 605, 613, 616, 618-621, 624; III, 54, 73, 85, 86, 103, 139, 159, 173, 186, 224, 263, 431
- Pascoas, Teixeira de, III, 149, 432
- Pascoal Bailão, santo, II, 647-648

- Pascoal II, papa, I, 265, 440  
 Pasio, Francisco, II, 311  
 Passionistas (Congregação dos Missionários Passionistas), III, 311  
 Pastor, santo, I, 427  
 Pastoral, I, 352, 373, 387; II, 10, 12, 15-44, 66, 227, 235, 244, 251, 382, 385, 401, 408, 434, 467-468, 488, 498, 517, 519, 625; III, 49, 94, 99-101, 104, 105, 129, 130, 136, 152, 166-167, 182, 196-200, 205, 208, 210, 212, 214-218, 221, 232, 243, 246, 247, 248, 251, 252-253, 255, 258-259, 259-260, 265-266, 273, 283, 280, 295, 296, 302, 307, 309, 310, 311, 314, 319, 321, 328-330, 386  
 Pastorais e documentos colectivos do episcopado, III, 139-140, 141, 142-144, 245, 247, 248, 249, 253, 264-266, 267, 285, 292, 296, 297, 301, 304, 309, 320, 327, 328-330, 388-389, 469  
 Paterno, bispo de Tortosa, e de Coimbra, I, 100, 407, 433, 436-438; II, 407  
 Pato, M. Vaz, III, 318  
 Patriarcado (ver também Lisboa (diocese de)), II, 163, 166, 168, 189, 279-280, 501; III, 72, 270  
 Património eclesiástico, I, 145, 150, 163, 166, 169, 187, 190, 212, 215, 217, 220, 222, 224, 225, 227, 234, 235, 244, 245, 261-301, 304, 313-314, 315, 317, 318, 320, 322, 323, 324, 345, 347, 352, 359-360, 366, 388, 390, 391, 396, 398, 400, 412, 423-424, 428-429, 430, 431-432, 438, 455, 461, 464, 467, 469-470, 472, 481-483, 501; II, 50, 57, 59, 63, 96, 100, 104, 113, 114, 138, 142, 143, 153-154, 157-158, 168, 177, 179, 195, 221, 233, 253, 254, 326, 333, 346-347, 370, 469, 491, 589, 590, 673; III, 11, 26, 30, 31, 110, 137, 141, 355  
 Patrologia, I, 342-345, 346, 348, 349, 360, 367; II, 23, 33, 383, 434, 436, 437, 622, 659; III, 75-76, 214, 266  
 Patronos leigos e eclesiásticos, I, 140, 141, 143-144, 150, 165, 169-170, 182, 183, 190-191, 193, 194, 206, 207-208, 212, 214, 216, 217, 249-250, 285, 290, 345, 357, 370, 398, 430, 431-432, 440-442, 444, 455, 472; II, 143, 153, 195, 222, 254, 394  
 Patruino, bispo de Mérida, I, 33  
 Paulistas (Instituto Missionário-Pia Sociedade de São Paulo), III, 289  
 Paulo, clérigo mestre, I, 75-76; II, 407  
 Paulo, bispo de Mérida, I, 238  
 Paulo III, papa, II, 96, 145, 147, 150-151, 179, 188, 191, 565, 568, 582  
 Paulo IV, papa, II, 97  
 Paulo V, papa, II, 154, 427-428, 430, 532, 621, 634  
 Paulo VI, papa, III, 135, 136, 187, 194, 238, 245, 261, 262, 265, 267, 268, 268, 269, 271, 289, 294, 302, 305, 309  
 Paulo, santo, I, 18; II, 393, 415, 434  
 Paulo da Cruz, santo, II, 647  
 Pax Christi, III, 310  
*Pecador convertido ao caminho da verdade*, II, 605, 607  
 Pecuária (ver Agricultura)  
 Peculiar, João, bispo do Porto e arcebispo de Braga, I, 150, 155, 163, 179, 225, 226, 227, 241, 245, 307, 309, 406, 407, 445  
 Pedagogia (ver também Catequese e catecismo, Ensino), I, 359, 368, 394, 401; II, 244, 246-247, 249, 250, 380, 381, 382, 384, 385, 386, 388, 392-393, 397, 401, 406, 416, 438, 451, 457, 458, 460, 476, 498, 505, 506, 507, 511, 522, 541, 548, 577, 612, 637, 640, 662; III, 92, 94, 105, 113, 191, 203, 204, 209-210, 212, 214, 216, 224, 252, 277, 280, 281, 282, 283, 304, 309, 310, 377-378, 478  
 Pedro, abade de Cluny, I, 357  
 Pedro, arcebispo de Braga, I, 148, 245, 305, 309, 334, 355, 388  
 Pedro, bispo de Coimbra, I, 395, 436  
 Pedro, bispo de Osmá, I, 209  
 Pedro, bispo do Algarve, I, 332  
 Pedro Canísio, santo, II, 619  
 Pedro Claver, santo, II, 648  
 Pedro, condestável de Aragão, I, 480  
 Pedro de Alcântara, santo, II, 647  
 Pedro de Rates, santo, II, 354  
 Pedro, ermita, I, 221  
 Pedro Gonçalves Telmo, santo, I, 377  
 Pedro, Hispano, judeu converso, I, 70  
 Pedro I (e IV), imperador do Brasil (e rei de Portugal), III, 28, 29-30, 67, 103, 427  
 Pedro, infante de Portugal, I, 314, 335  
 Pedro, infante de Portugal, II, 166  
 Pedro, infante e regente de Portugal, duque de Coimbra, I, 61, 233, 406, 412, 494, 499; II, 16, 263  
 Pedro, mestre-escola, I, 406  
 Pedro Nolasco, santo, II, 648  
 Pedro, pasteleiro, II, 74  
 Pedro III, rei de Aragão, II, 651  
 Pedro I, rei de Portugal, I, 60, 66, 67, 110, 111, 112, 115, 183, 327, 480  
 Pedro II, rei de Portugal, II, 63, 113, 140, 143, 144, 158, 163-164, 165, 168, 178, 189, 190, 194, 201, 219, 226, 227, 229, 232, 294, 301, 421, 467, 498, 499, 528, 557, 570, 622, 629, 634  
 Pedro III, rei de Portugal, II, 536, 620  
 Pedro IV, rei de Portugal, III, 354  
 Pedro Lombardo, II, 218, 538  
 Pedro Sanches, infante de Portugal e senhor de Maiorca, I, 314, 454, 456-457  
 Pedroso, Fernando, III, 356, 366, 367  
 Pelagianismo, I, 33  
 Pelágio, rei das Astúrias, I, 93  
 Pena, Peixoto da, II, 496  
 Penafiel (diocese de), II, 192, 615  
 Penamacor, II, 625; III, 222  
 Pendorada, I, 208, 217  
 Penela, II, 351  
 Penha, Luís de la, II, 374  
 Penitência e culpa (ver também Confissão, Moral), I, 380-387, 460, 464-465, 494, 497, 499-501, 502, 504; II, 19, 21, 28-29, 30-31, 36, 38, 78, 124-128, 148, 239, 244, 246, 250, 251, 252, 321-322, 349, 356, 380, 391, 394, 406, 408, 409, 414, 416, 419, 423, 424, 451, 510, 534, 538-543, 544-552, 553, 554, 555, 560, 570, 572, 580, 583, 591, 592, 614, 618, 622, 627; III, 151, 155, 157, 159, 164, 168, 171, 202, 204, 239, 240, 243, 253, 294, 296, 310  
 Penteado, Pedro, II, 585  
 Pentecostalismo e neopentecostalismo, III, 460-461, 463, 464, 468, 471, 475-476, 499  
 Perardi, III, 151  
 Peregrinações (ver também Fátima), I, 98, 238, 239, 262, 345, 357, 359, 370-371, 378, 379, 389-390, 400, 445, 462, 476, 478; II, 187, 321, 322, 328, 336, 346-359, 379, 391, 407, 461-462, 466, 508, 510, 544, 577, 611, 614, 615, 618, 625, 627, 628, 636, 641, 642, 656-657; III, 43, 97, 104-105, 106, 108, 115, 130, 135, 151-152, 153-159, 162, 163, 184, 187, 233, 262, 263-264  
 Pereira, Fernando G., II, 664  
 Pereira, Gonçalo Gonçalves, bispo de Lisboa, arcebispo de Braga, I, 243, 326  
 Pereira, Isaías da Rosa, I, 392; II, 426  
 Pereira, José Carlos, III, 222  
 Pereira, José Fernandes, II, 470  
 Pereira, José Veloso, II, 649  
 Pereira Júnior, Manuel António, III, 453  
 Pereira, Manuel, bispo de Lamego, II, 525  
 Pereira, Manuel, pintor, II, 587  
 Pereira, Nuno Álvares, condestável do reino (ver Nuno de Santa Maria, beato)  
 Pereira, Nuno Álvares, bispo de Angra e Açores, e bispo de Lamego, II, 223-224  
 Pereira, Luís César Rodrigues, bispo da Igreja Lusitana, III, 445, 454  
 Pereira, Luís Teotónio, III, 271

- Pereira, Nuno Teotónio, III, 222, 223, 271  
 Pereira, Pedro Teotónio, III, 271  
 Pereira, Paulo, II, 469  
 Pereira, Sebastião José, III, 362  
 Pereira, Tomás, II, 506  
 Peres, Abril, I, 392  
 Peres, Domingas, I, 471  
 Peres, Domingos, I, 340-341  
 Peres, Fernando, I, 279  
 Peres, João, I, 401  
 Peres, Lourenço, I, 470  
 Peres, Paio, I, 441  
 Perestrello, Francisco, III, 219  
 Perez, David, II, 503  
 Perez de Chichón, Bernardo, II, 66  
 Pérez, Martim, I, 44, 381-382, 413  
 Perez Moya, Juan, II, 643  
*Perfectae caritatis*, decreto conciliar, III, 323  
 Perier, Bertolomeu, I, 402  
 Perier, Reymondo, I, 402  
 Perier, Vasco, I, 402  
 Perilongue, Manuel José, II, 202  
*Per grata nobis* (1886), encíclica pontifícia, III, 47, 55, 91  
 Perseguições e mártires, I, 18-20, 232, 238-239, 343, 375, 427-428, 448, 454, 456-458, 472, 478; II, 42, 258, 277, 279, 288, 301, 307, 345, 426, 454, 458-459, 637, 640, 644  
 Pérsia, II, 262, 288  
 Pesca, salinas e navegação, I, 275, 282; II, 66, 67, 121-124, 156, 229, 258-259, 261-262, 263, 273, 362-363, 375, 456, 468, 485, 488, 505, 528-529, 563, 574, 585, 628-629, 636, 641, 652; III, 407  
 Pessoa, Fernando, III, 482, 489  
 Pessoa, João Crisóstomo de Amorim, arcebispo de Goa, III, 355, 358, 359  
*Petardo*, O, III, 53  
 Petrarca, I, 384  
 Picard, Christophe, I, 98  
 Piedade, António da, II, 650  
 Pietro, Camilo de, internúncio e cardeal, III, 353, 354  
 Piloto, Guilherme, I, 392  
 Pimentel, Alberto, III, 115-116  
 Pimentel, António Filipe, II, 472  
 Pimentel, António J. de Mesquita, II, 393  
 Pimentel, Guilherme, III, 451  
 Pimentel, Jerónimo, III, 49, 56  
 Pimentel, José Maria P. B. do Amaral, bispo de Angra e Açores, III, 361  
 Pina, Fernão de, II, 74  
 Pina, Luís de, III, 205, 220  
 Pina, Manuel Correia Baptista de Basto, bispo-conde de Coimbra, III, 56, 88, 89-90, 104, 124, 138  
 Pina, Rui de, I, 118, 480, 499  
 Pinamonte, Pedro, II, 620  
 Pinheiro, António, bispo de Portalegre, II, 433  
 Pinheiro, António, mestre-de-capela, II, 500  
 Pinheiro, Diogo, bispo do Funchal, II, 231  
 Pinheiro, Margarida, I, 501  
 Pinheiro, Rodrigo, bispo de Angra e Açores, e do Porto, II, 231, 234, 383  
 Pinheiro, Rui Gomes, bispo de Angra e Açores e governador da Casa do Cível, II, 105  
 Pinhel, III, 160, 444  
 Pinhel (diocese de), II, 193; III, 68  
 Pinho, Ambrósio de, II, 494  
 Pinho, Custódio, II, 296  
 Pintado, Valentim Xavier, III, 237, 267  
 Pintasilgo, Maria de Lourdes, III, 230, 268, 301  
 Pinto, Albano Vaz, III, 217  
 Pinto, Baltazar Correia, II, 572  
 Pinto, Fernão Mendes, II, 387, 505-506  
 Pinto, Heitor, II, 16, 229, 420, 433, 542  
 Pinto, José Augusto Vaz, III, 187  
 Pinto, Manuel, III, 262  
 Pinto, Manuel Vieira, bispo de Nampula, III, 269  
 Pinto, Mário, III, 270  
 Pinto, Oliveira, III, 356  
 Pinto, Tomás, II, 362  
 Pintura, I, 376; II, 326, 348, 463-464, 473-480, 542, 573, 574-577, 580, 587, 588-589, 594, 606, 616, 617, 619, 622-623, 631, 632, 641, 652, 658, 661-664  
 Pio II, papa, II, 16, 265, 266  
 Pio IV, papa, II, 549, 559, 564, 646  
 Pio V, papa, II, 28, 97, 191, 387-388, 398, 429-430, 548, 563, 584, 621, 646  
 Pio VI, papa, II, 565, 620, 675; III, 77  
 Pio VII, papa, II, 88, 177, 621; III, 77  
 Pio VIII, papa, II, 88; III, 29  
 Pio IX, papa, II, 631; III, 40, 43, 45, 76-77, 87, 88, 108, 112, 121, 354, 355  
 Pio X, papa, III, 125, 140, 144, 150, 151, 167  
 Pio XI, papa, III, 155, 162, 164, 166, 170, 178, 180, 201, 225, 378  
 Pio XII, papa, III, 130, 156, 161, 162, 170, 182, 185, 187, 219, 225, 238, 240, 241, 268, 373-374, 379, 383-385, 389, 392  
 Pires, Álvaro, II, 560  
 Pires, Bartolomeu, II, 506  
 Pires, Benjamim Videira, III, 388  
 Pires, Diogo, II, 624  
 Pires, Francisco, prior-mor de Santa Cruz, I, 228  
 Pires, Luís, bispo do Algarve, do Porto, e arcebispo de Évora, e de Braga, I, 400; II, 31, 377-378, 393, 404, 449-450, 487, 492, 509, 526, 612, 637  
 Pires, Martinho, bispo de Évora, I, 323  
 Pires, Martinho, bispo do Porto e arcebispo de Braga, I, 245, 323, 324, 362  
 Pires, Tomé, II, 272  
 Pires, Vasco, II, 494  
 Pires, Videira, III, 305  
 Plauto, II, 412  
 Pobreza (ver também Assistência, Doutrina social da Igreja), I, 36, 39, 222, 224, 228, 230, 233, 261, 291, 354, 361, 363, 373, 374, 386, 423, 432, 453, 460, 462, 463, 464, 465, 466-470, 472, 475, 477, 478, 491, 492, 497, 501, 504; II, 36, 205, 208, 214, 223, 240, 331, 369, 420, 563, 654; III, 233, 276, 366, 475  
 Poder (ver também Religiões e Estado), I, 208, 215, 216, 218, 219, 230, 237, 238, 241, 250-251, 267, 274, 303, 304, 308, 314, 315, 318, 319, 333, 360, 367, 373, 377, 378, 386, 387, 388, 390, 391-393, 399, 428, 431-432, 438-439, 442, 444, 445-446, 452, 453, 455, 461, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 491, 497, 499, 504; II, 9, 11, 12, 15, 16, 49-50, 51, 52-54, 56, 59, 62, 64, 69-70, 72, 75, 77, 81, 82, 87, 90-91, 93, 96-97, 108, 111, 124, 128, 130-131, 135, 136, 138, 140, 143, 144, 149, 151, 152, 153-154, 156, 160, 161, 163-164, 165, 170, 171, 172, 175, 176, 177, 179, 180, 181, 187, 190-191, 195, 212, 219-220, 226, 233, 234, 239, 242, 249, 251, 257, 261, 266, 306, 307, 317, 323, 324-325, 326, 327, 331-332, 334-335, 336-337, 340, 345, 359, 360, 369, 370, 374, 379, 391, 393, 394, 399, 407, 409, 452, 462, 468, 469, 470, 471, 472-473, 475-476, 480, 483, 484, 539, 542, 545, 548, 549, 550-551, 553, 569, 614, 637, 642, 646, 651; III, 404, 409, 416, 425  
 Policarpo, João Francisco de Almeida, III, 91  
 Policarpo, José da Cruz, cardeal-patriarca de Lisboa, III, 250, 251, 273, 299, 328, 505  
 Polónia, II, 70, 262, 648; III, 233, 484  
 Pombal, I, 250  
 Pombalismo, II, 11, 39-40, 64, 87, 90, 107-108, 128, 131, 140, 141, 145, 164, 168, 169, 171-176, 178, 179, 189, 190, 191-192, 202, 211, 214, 216, 226, 228, 230, 231, 232-233, 240, 261,

- 302-303, 323, 333, 345, 390-392, 398, 473, 593, 660, 671-673, 676; III, 17, 34, 80, 137, 353, 369, 410, 420, 421, 422-423, 438, 439
- Pombeiro, I, 217, 357; II, 136, 629
- Ponce de la Fuente, Constantino, II, 396
- Ponte de Lima, II, 326, 641
- Pontes, Francisco da Madre de Deus, II, 630
- Pope, Tomás Godofredo, III, 453, 465
- Populorum progressio*, encíclica papal (1967), III, 269, 301
- Porciúncula, Francisco de, II, 77, 571-572, 603, 649
- Porres, João de, II, 428
- Porta, Giambattista, II, 375
- Portalegre, I, 169-170; II, 494; III, 465
- Portalegre (diocese de), II, 119, 191, 198, 240, 467-468, 474, 475, 542; III, 68
- Portas, Nuno, III, 223
- Porto, I, 195, 219, 277, 312, 317, 324, 326, 333, 456, 460; II, 16-17, 40, 92, 93, 103, 122-124, 241, 327, 328, 331, 340-343, 415, 461, 473, 560, 565, 569, 591, 592, 619-620, 664; III, 45, 48, 51, 54, 57, 58, 71, 92, 114, 115, 121, 187, 193, 221, 256, 285, 286, 290, 412, 422, 423, 443, 445, 451, 453, 456, 458, 459, 461, 477
- Porto (diocese do), I, 6, 67, 96, 144-145, 146, 161-166, 167, 169, 193, 194, 216, 230, 242, 245, 246, 264, 265, 312, 317, 319, 324, 326, 340, 355, 357, 365, 391, 399, 406-407, 452; II, 28-29, 157-158, 172, 189-190, 208, 212, 213, 240, 325, 395, 403, 406, 408, 409, 488, 522, 528, 531, 534, 539-540, 593, 611, 612, 637-638, 640, 660; III, 161, 162, 173, 198, 206, 253-254, 269, 294, 308, 464
- Porto, João, III, 194
- Porto, Rodrigo do, II, 545
- Porto, Vitorino do, bispo de Cabo Verde, II, 504
- Portocarreiro, João Viegas de, arcebispo de Braga, I, 317, 318
- Portocarreiro, Maria, condessa de Viana, I, 492
- Porto, Pedro do, II, 494
- Portugal, Afonso de, arcebispo de Évora, I, 339; II, 227, 231
- Portugal, Álvaro de, duque de Aveiro e Torres Novas, II, 361
- Portugal, Diogo de, I, 339
- Portugal em África*, III, 363, 386
- Portugal, Francisco de, conde de Vimioso, II, 227
- Portugal, João de, bispo da Guarda, e de Viseu, II, 137, 156, 227
- Portugal, Manuel de, II, 420
- Portugal, Marcos, II, 503
- Portugal, Martinho de, arcebispo do Funchal, II, 147, 227, 231, 234
- Portugal, Miguel de, bispo de Lamego, II, 159, 384, 450
- Portugal, Vasco de, I, 39
- Portugal Velho*, O, III, 119, 121
- Positivismo, III, 37, 41, 49, 51, 108, 139, 402, 428, 429, 430, 434, 435, 436-437, 442, 446, 477, 482
- Potâmio, bispo de Lisboa, I, 25-27, 48, 240
- Pouget, II, 390
- Poulat, Émile, III, 311
- Póvoa do Varzim, II, 636; III, 151
- Pradalié, Gerard, I, 210, 433, 439
- Prado, André do, I, 339
- Prado, Domingos Lourenço, II, 574
- Prado, José do, II, 431
- Prado, Juan do, II, 58
- PRAGMA, cooperativa, III, 237-238, 271, 272
- Prazeres, Afonso dos, visconde de Barbacena, II, 422
- Pregação (ver Oratória sacra)
- Premonstratense, I, 166, 175, 224, 228, 362
- Presbiterianismo, III, 421, 449-450, 452, 456-457, 471
- Presépio, I, 374; II, 510, 617, 618
- Preste João, II, 263, 418
- Prestes, António, II, 453
- Preto, Marcos Pinto Soares Vaz, III, 31
- Primado das Espanhas, I, 309-310, 406
- Primitias, I, 263-264
- Primitivo, santo, I, 427
- Princípio de divino amor*, II, 32-33
- Priscilianismo, I, 29-33, 48-49, 205, 238, 303
- Prisciliano, bispo de Ávila, I, 29
- Prisões (ver Tribunais e sistemas penais)
- Problemas sociais à luz da fé*, Os, III, 187
- Procições, I, 69, 238-239, 377-378, 458; II, 74, 125, 127, 243, 244, 246, 278, 321, 325, 327, 334-345, 350, 359, 413, 427, 449, 450, 452, 461, 473, 480, 482, 488, 490, 508, 510, 511, 522, 554, 563-564, 572, 580, 584, 593-594, 620, 624, 625, 636, 641, 647, 650, 652, 653-654, 655, 656-657; III, 97, 98, 104, 151, 152, 159-160, 173, 213, 258
- Proença-a-Nova, III, 296
- Proença, Raul, III, 437
- Profetismo (ver Escatologia)
- Profuturo, arcebispo de Braga, I, 33
- Propaganda Fide, congregação romana (ver também Santa Sé), II, 154-156, 260, 274, 292, 293-299; III, 78, 353, 355, 358, 359
- Prósperi, padre, III, 115
- Protestantismo (ver também Diversidade religiosa), I, 387; II, 11, 15, 21, 24, 68-75, 68-75, 88, 90, 96-97, 102, 107, 117, 137, 256, 260, 268, 272, 288, 293, 317, 359, 360, 374, 382, 400, 456, 498, 510, 532, 533, 569, 632, 644, 646, 648; III, 23, 32, 38, 40, 44, 50, 54, 108, 124, 131, 151, 168, 192, 199, 243, 368, 404, 410, 412, 416-417, 422, 441, 445, 447-476, 477, 479, 484, 493, 494, 495, 496, 498-499, 504
- Providencialismo, I, 445, 450; II, 86, 623, 652, 672; III, 23, 135-136, 152-153, 156, 241, 243, 447
- Províncias eclesásticas, IV, 137, 138, 143, 179-180, 192, 193, 204, 241, 304, 310, 355, 388, 398; II, 138, 152, 187, 188-189, 196, 233, 281, 294, 427, 430; III, 138, 166
- Psicologia, I, 453, 457, 498; II, 257, 406, 511, 672; III, 205, 287, 290, 478
- Puente, Luís de la, II, 36, 560
- Pugio Fidei Adversus Mauros*, I, 72-73, 80
- Punição, sistema de, I, 8, 286, 304, 315, 317, 319, 320, 321, 322, 354, 360, 381, 391, 398, 399, 430; II, 73, 77, 87, 88, 91, 96, 117, 124-128, 151, 156, 157, 161, 174, 176, 235, 251, 252, 340, 379, 399, 427, 428, 430, 452, 520, 521, 523, 524, 527, 532, 542, 558, 614; III, 56
- Purgatório (ver Paraíso)
- Purificação, Estevão da, II, 34-35, 433, 595
- Purificação, Gabriel da, II, 630, 649
- Purificação, João da, II, 649
- Purificação, José da, II, 649, 658
- Q**
- Quadros, António, III, 437
- Quanta cura*, encíclica papal (1864), e *Syllabus errorum*, III, 40, 77
- Quaresma, Pêro, II, 505
- Quedas, José Lopes, III, 462
- Queimado, II, 433
- Queirós, Eça de, II, 365; III, 74, 86-87, 87-88, 91, 94, 96, 429
- Qental, Antero de, III, 41-42, 82, 84, 429, 430, 437
- Qental, Bartolomeu do, II, 421, 571
- Queriol, Nuno de Freitas, III, 367
- Quietação, José da, II, 649
- Quod apostolici muneris*, encíclica papal (1878), III, 43
- Quoist, Michel, III, 205
- R**
- Rabaldes, Pedro, bispo do Porto, I, 241
- Racionalismo (ver Ciência)
- Rademaker, João Carlos, III, 113
- Rádio (ver Imprensa periódica)
- Rahner, Karl, III, 289
- Raimundes, Maria, II, 606-607
- Raimundo, conde borguinhão, I, 103, 210, 304, 438, 439

- Raimundo de Peñaforte, santo, I, 72, 339; II, 648
- Ralliement* (aproximação), III, 38, 56, 58, 102, 104, 129, 138, 143, 168, 234
- Ramière, padre, III, 114
- Ramires, Fernando, bispo do Porto, de Jaén e de Badajoz, I, 323
- Ramiro II, rei das Astúrias e Leão, I, 423
- Ramon, Pedro, II, 456
- Ramos, António de Jesus, III, 138, 141
- Ramos, Cláudia, I, 145
- Ramos, José, III, 116
- Ramos, Luís Maria da Silva, III, 72-73, 124
- Randulfo, abade de Leça, I, 352
- Rangel, Miguel (ou Miguel Homem de Coimbra), bispo de Cochim, e do Congo, II, 229
- Raposo, Alfredo F., III, 472
- Rates, Estevão Pires de, I, 322
- Rattazi, Maria, princesa, III, 87
- Ratton, Jácome, III, 424
- Rau, Virgínia, II, 642
- Raul, ermita, I, 221
- Ravizza, Francisco, núncio apostólico, II, 163
- Rebello, António da Silva, bispo de Bragança, III, 67
- Rebello, Jerónimo da Costa, bispo do Porto, III, 68
- Rebello, João, II, 247, 500, 587
- Rebello, Francisco de São Luís, II, 621
- Rebello, Manuel Moreira, II, 525
- Rebello, Rodrigo, capitão de Cananor, II, 272
- Reboredo, Amaro, II, 388
- Recaredo, rei visigodo, I, 27, 303
- Recemundo, I, 347
- Recesvindo, rei visigodo, I, 304
- Recio, Rivera, I, 34
- Recolhimentos, I, 236, 455, 463, 468-470; II, 17
- Reconquista e repovoamento (ver também Cruzada), I, 4, 6, 93, 94, 102-08, 116, 130, 131, 139, 141-142, 148, 161, 166, 167, 169, 170, 172, 179, 183, 185, 186, 187, 206, 227, 232, 233-237, 240, 241, 243, 244, 248, 270, 279, 281, 285-286, 286-287, 304-305, 309, 310, 378, 433, 434-436, 445, 447, 448, 450, 456, 462, 505; II, 68, 262, 272, 282, 627, 642, 655, 659
- Redenção de cativos (ver Trinitários), I, 104-06, 462, 463; II, 66, 348, 532, 646, 648, 659-660
- Redentoristas, II, 647; III, 289, 311
- Redol, Alves, III, 436
- Reforma Católica (ver Contra-Reforma)
- Regalismo, I, 327, 333; II, 39-40, 91, 131, 153-154, 156-157, 162, 164, 166-167, 171-177, 179, 181-182, 235, 390-394, 501, 672; III, 11, 26, 27, 28, 34, 40, 67, 68, 70, 73, 76, 77, 83-84, 88, 89, 105, 110, 111, 138, 141, 360, 425, 427-429, 432-433, 453, 495, 501
- Régio, José, II, 573; III, 164, 290
- Registo civil (ver também Republicanismo), III, 412, 430, 431, 453
- Registos paroquiais, II, 531-534, 537-538, 542-543, 552, 558
- Rego, António da Silva, II, 255; III, 366, 379, 387, 390-391
- Rego, Carlos Martins do, III, 162
- Rego, José Teixeira, III, 437, 482
- Regra de Sacerdotes*, I, 27
- Regras, João das, I, 39
- Reinel, Alexandre, II, 62
- Reinhard, Wolfgang, II, 530
- Reinoso, André, II, 574
- Reis, Ângelo dos, II, 649
- Reis, António, II, 388
- Reis, Gaspar dos, II, 634
- Reis, Jacinto, II, 610
- Reis, Manuel dos, II, 630
- Reis, Pereira dos, III, 149-150, 171
- Religiões e Estado (ver também Padroado régio), I, 8, 32, 53-55, 60-62, 137, 141-142, 143, 144, 146, 149, 167, 169, 175, 193-194, 207, 209-210, 213, 216, 217, 218, 219, 224-225, 232, 233, 235, 238, 243-244, 265-266, 267, 269-270, 277, 278, 303-333, 339, 354, 356, 378, 379, 387, 389, 390, 391, 398-399, 410-411, 412, 432, 446, 448-451, 464, 492, 494, 495-496, 499; II, 9, 10, 16, 18-19, 25, 39, 53-54, 63-64, 74, 90-91, 102-103, 104, 107-108, 110-112, 112-113, 114, 118, 124, 126-127, 128, 131, 135-182, 195, 198, 225, 226-228, 232, 233, 234, 239, 242, 253-254, 261-262, 265, 266, 267-270, 272, 275, 277, 278, 279, 280, 284-285, 287-288, 289, 290-291, 292-293, 293-294, 296, 297, 299, 301, 302-303, 303-305, 306, 307, 308, 311, 326, 327, 329-330, 330-331, 332, 334, 336-337, 344-345, 357, 372, 373, 381-382, 384, 385, 393, 407, 409-412, 461, 464, 468, 470, 471-473, 475-476, 482-483, 488-490, 495, 499-503, 510, 526, 534, 536, 549, 550, 564, 567-568, 569, 570, 629-630, 631, 634, 652, 656, 659, 672-675, 676; III, 11, 12, 13, 17-18, 21, 23-25, 26-27, 28-30, 32-34, 37, 38, 39-40, 41, 43, 46, 50-51, 53, 54-57, 58-59, 65, 66-69, 73, 76-78, 81, 82-84, 85, 87 88-89, 91, 93, 96, 97, 104, 105-106, 108-109, 109-111, 121, 123, 125, 129, 136-137, 138-143, 155, 165, 166, 168, 173, 174, 177, 181, 183, 187-188, 189-190, 191, 192, 195, 201, 203, 218, 229-231, 233-239, 243-244, 249, 267-268, 271-272, 273, 274, 275-276, 280, 282, 289, 292-298, 300-302, 305, 307, 314, 325-327, 328, 330, 353-360, 361, 362-363, 364-365, 366, 368, 369-377, 385, 387, 392-394, 404, 406, 409-410, 411-412, 414-416, 420-428, 429, 430-435, 438, 439, 440-441, 444, 446, 449-451, 454, 455-456, 465-468, 474, 475, 479, 483, 485, 487, 493, 495, 496, 498, 499, 503-505
- Religiosidade popular (ver Antropologia religiosa)
- Relíquias, I, 5, 239, 265, 343-344, 360, 371, 382, 398, 428, 447, 456, 458, 459, 475, 491; II, 25, 80, 187, 249, 334, 338, 346, 354, 367, 359, 379, 391, 463, 482, 509, 607, 617, 631, 636, 637, 642
- Rema, Henrique Pinto, II, 256; III, 388
- Renascença*, estação de rádio, III, 135, 176, 204, 214, 218-219, 246, 277, 296, 297, 325
- Renascimento (ver Humanismo)
- Rendeiro, Francisco Fernandes, bispo do Algarve, e de Coimbra, III, 250
- Renovamento Carismático Católico, III, 308
- Renovato, arcebispo de Mérida, I, 240
- Rentfro, Clarence, III, 466, 471, 472
- Republicanismo e I República, II, 93; III, 18, 37, 41, 47, 49, 50-54, 57, 58-59, 63, 66, 76, 91, 101, 102, 105, 108, 112, 122, 123, 129, 136-144, 147, 148, 152, 153-154, 160, 162, 164, 168, 178, 183, 204, 236, 267, 297, 355, 369-372, 406, 415, 416, 429-435, 440-441, 442, 454, 455, 465, 466-467, 478, 503
- Resende, André de, II, 428, 429
- Resende, Garcia de, cronista-mor do reino, I, 81, 118, 382; II, 21, 383, 418, 536, 546, 608, 613
- Resende, Sebastião Soares de, bispo da Beira, III, 250, 269
- Ressurreição, António da, II, 496
- Restauração católica, III, 63, 102, 125, 129, 136, 143, 151, 158-159, 166, 167-168, 171, 172, 173, 177-178, 181-184, 187, 192, 195-196, 204, 234, 241, 303, 313, 314, 414
- Reuben (ou Rubeni), David, II, 74, 99
- Resum novarum*, encíclica papal (1891), III, 43, 46-47, 91, 187, 433
- Reva, divindade autóctone, I, 13
- Révah, Israel, II, 57
- Revoluções e revoltas (ver também Interregno), II, 52-53, 99, 67; III, 18, 21, 23-32, 34, 37, 38, 42, 43, 45, 46-47, 49, 51, 53, 54, 56, 57, 59, 65, 66-67, 71, 76, 77, 84, 85, 105, 106, 112, 129, 135, 136, 138, 143, 148, 152, 159, 245, 246, 247, 267, 271-272, 284, 292-302, 304, 423, 424, 429, 437, 450, 455
- Rezola, Maria Inácia, III, 293, 301
- Riario, Alexandre, II, 156
- Riba de Vizela, Gil Martins de, I, 462
- Riba de Vizela, Martim Fernandes de, I, 315
- Ribeira, Maria Pais, I, 187
- Ribeiro, Agostinho, bispo de Lamego, II, 232

- Ribeiro, Álvaro, III, 437  
 Ribeiro, António Manuel Pereira, bispo do Funchal, III, 155  
 Ribeiro, António, cardeal-patriarca de Lisboa, III, 237, 238, 247, 251, 253, 292, 302  
 Ribeiro, Aquilino, II, 672  
 Ribeiro, Artur de Almeida, III, 370  
 Ribeiro, Catarina, II, 77, 581, 603, 605  
 Ribeiro, Daniel, II, 58  
 Ribeiro, Diogo, II, 386-387  
 Ribeiro, Hintze, primeiro-ministro, III, 53, 57, 91, 137, 415, 428  
 Ribeiro, José Maria do Casal, III, 42, 49, 56, 122  
 Ribeiro, Lourenço, II, 493, 649  
 Ribeiro, Luís, II, 453, 455  
 Ribeiro, Manuel, III, 145, 163, 164  
 Ribeiro, Maria Manuela Tavares, III, 71  
 Ribeiro, Maria Raquel, III, 268  
 Ribeiro, Mário Sampaio, II, 490, 510  
 Ribeiro, Orlando, III, 315  
 Ribeiro, Tomás, III, 359-360  
 Ribera, Pedro de, II, 548  
 Ricard, Robert, II, 570, 672, 675; III, 388  
 Ricardo de São Vítor, legado papal, I, 209, 436  
 Ricci, Giovanni, núncio apostólico, II, 151, 301  
 Ricci, Mateo, II, 299-300, 309, 311  
 Ricci, Scipione, bispo de Pistóia, II, 621  
 Richard, Jean-Baptiste, II, 90  
 Rilvas, condessa de, III, 189  
 Rio Maior, III, 223, 462  
 Rio Maior, marquês de, III, 360  
 Ritual (ver Antropologia religiosa)  
 Rivail, Hypollite L. D. (ver Kardec, Allan)  
 Roberto, ermita, I, 221  
 Roberto Bellarmino, cardeal, santo, II, 30, 388  
 Robinson, George, III, 465  
 Robles, Melchior da Graça Brito, II, 182  
 Rocha, Alano da, II, 581  
 Rocha, Francisco Xavier da, II, 630  
 Rocha, João, II, 454  
 Rocha, Manuel da, II, 630  
 Roche, Jean, III, 326  
 Rodes, Alexandre de, II, 296  
 Rodrigo, bispo da Guarda, I, 319, 320  
 Rodrigo, frei, I, 436  
 Rodrigo, rei visigodo, I, 93  
 Rodrigues, Ana, «beata», II, 80-81  
 Rodrigues, Ana Maria, I, 145  
 Rodrigues, António dos Reis, bispo tit. de Madarsuma e aux. de Lisboa, III, 270, 344, 345  
 Rodrigues, Francisco, II, 403, 499, 387  
 Rodrigues, José, III, 161  
 Rodrigues, Lourenço, bispo da Guarda, Coimbra, e de Lisboa, I, 392  
 Rodrigues, Luís, II, 383, 429  
 Rodrigues, Manuel Bento, bispo-conde de Coimbra e cardeal-patriarca de Lisboa, III, 124  
 Rodrigues, Maria João, II, 483  
 Rodrigues, Martinho, bispo do Porto, I, 311, 312-313  
 Rodrigues, Samuel, III, 66  
 Rodrigues, Simão, II, 19, 75, 588  
 Rodrigues, Teresa de Jesus, I, 145  
 Roeder, Anton Herman, III, 448  
 Rogério, frei, II, 504  
 Rolo, Raul Almeida, II, 443  
 Roma, I, 34, 56, 68, 110, 111, 371, 388, 397, 398, 406, 407; II, 18, 40, 85, 97, 147, 159, 166, 231, 346, 356-357, 388, 399, 427, 434, 470, 482, 487, 539, 543, 553, 568, 675; III, 106, 112, 121, 162, 225, 233, 271, 280, 302, 305, 385  
 Romão, santo, I, 427  
 Román, Jerónimo, II, 19  
 Romanos (Império Romano) I, 1, 5, 14-18, 20, 21, 137-138, 185, 203, 237, 238, 241, 261-262, 267, 303, 349, 378, 427, 428; II, 371, 412, 432, 451, 480, 526, 615  
 Romantismo, III, 71-72, 80, 112, 159, 164  
*Romanus Pontifex* (1455), bula papal, II, 99, 265  
*Romanus Pontifex* (1681), bula papal, II, 170  
 Romarias (ver Festas e romarias)  
 Rooney, Cristóvão José, III, 364  
 Rops, Daniel, III, 288  
 Roquete, padre, III, 72, 73  
 Rosa-Cruz (ver Esoterismo)  
 Rosa de Lima, santa, II, 616, 648  
 Rosa, Honorato, III, 279  
 Rosa, J. A. Faure da, III, 478  
 Rosa, Maria de Lurdes, III, 162  
 Rosário, 581-587, 611, 615; III, 158, 213, 243  
 Rosário, Diogo do, II, 22, 622, 643  
 Rosário, Luís do, II, 649  
 Rosas, Fernando, III, 345  
 Rosendo, santo, bispo de Mondonhedo, I, 7, 207, 208, 351, 423, 428, 430, 431; II, 354  
 Roubão, Álvaro de Escobar, II, 650  
 Roughton, Helena, III, 452, 457, 465  
 Roupinho, Fuas, II, 346  
 Rousseau, Jean-Jacques, II, 675  
 Rovertto, João, I, 456  
 Ruão, Jerónimo de, II, 346  
 Rudolfo, imperador do Sacro Império, II, 359  
 Rufina, santa, I, 427  
 Rufô Festo, I, 406  
 Russel, Charles T., III, 473  
 Russel, Ricardo, bispo de Portalegre e de Viseu, II, 229  
 Rússia, III, 156, 227, 435-436, 481, 485  
 Rutherford, Joseph, III, 473
- S**  
 Sá, António de, II, 572, 630, 649, 658  
 Sá, Artur Basílio de, III, 387  
 Sá, Diogo de, II, 63  
 Saa, Mário, III, 446  
 Sabelianismo, I, 34  
 Sabran, Dauphine, I, 478  
 Sabran, Elzéar, I, 478  
 Sacramento, Pantaleão do, II, 649  
 Sacramento, Valério do, bispo de Angra e Açores, II, 228  
 Sacramentos (ver também Eucaristia), I, 33, 138, 144, 249, 262, 269, 308, 340, 346, 354, 355, 361, 366, 370, 381, 385, 398, 400, 448; II, 25, 27-28, 36, 52, 60, 68, 69, 73, 78, 99, 195, 199, 220, 223, 225, 234, 244, 247, 251, 252, 253, 254, 258, 323, 324, 325, 329, 377, 378, 380, 385, 409, 416, 426, 427, 428, 430, 450, 478, 486, 521, 529-557, 612, 646; III, 67, 96, 97, 103-104, 130, 140, 147, 150, 159, 170, 173, 186-187, 196, 198, 199, 308, 313-314, 318, 356-357, 389, 430, 449  
 Sacro Império Romano-Germânico (ver também Alemanha, Áustria e Itália), I, 308; II, 91, 146  
 Sá da Bandeira, marquês de, III, 361, 366  
*Saeculo exeunte octavo*, encíclica papal (1940), III, 383, 392  
 Sagrada Família, Alexandre da, bispo de Angra e Açores, II, 41, 235  
 Sagrado/profano, I, 390, 424, 430, 448, 453, 465, 505; II, 11, 39, 126-127, 187, 249, 251, 318, 321, 326, 335, 337, 339, 345, 346, 369, 407, 408-409, 450, 452, 455, 460, 461, 462, 463, 471, 475, 485, 498, 508-509, 564, 594-595, 614, 618, 630, 640, 642; III, 11, 62, 63, 66, 71, 151, 152, 405, 414  
 Salazar, Abel, III, 435  
 Salazar, António de Oliveira, primeiro-ministro, III, 155, 189, 190, 235-236, 238, 271, 274, 373, 390, 434, 435, 446  
 Saldanha, 1.º duque de (ver Daun, João Carlos de Saldanha de Oliveira)

- Saldanha, José Sebastião de, III, 424  
 Saldanha, Teresa de, III, 113, 114  
 Salesianos, III, 114, 212, 226, 311, 364, 369  
 Salgado, Pêro, tesoureiro-mor, I, 463, 466  
 Salgueiro, João, III, 233, 267  
 Salgueiro, Manuel Trindade, arcebispo de Mitilene, e de Évora, III, 187, 193, 241-242  
 Salinas, Juan de, provincial dos Dominicanos, II, 240, 415  
 Salla, duque, I, 238  
 Saló, Mettia Bellintani da, II, 564  
 Salomão, Miguel Pais, bispo de Coimbra, I, 167, 227, 255, 389  
 Salomão, rei de Israel, II, 469  
 Salomon, H. P., II, 59  
 Salomon, Israel, III, 438  
 Salta, Manuel de São Plácido, II, 630  
 Salvado, Pedro, I, 407  
 Salvador de Ganfei, santo, II, 354  
 Salvador, José Gonçalves, II, 59  
 Salvador, Luís de, II, 268  
 Salvadores, Pedro, bispo do Porto, I, 242, 317  
 Salzedas, I, 216  
 Sameiro (ver Santuários)  
 Samodães, 2.º conde de (ver Aguilar, Francisco de Azeredo Teixeira de)  
 Sampaio, Adrião Pereira Forjaz de, III, 124  
 Sampaio, Alberto, I, 139  
 Sampaio, Sebastião José de, grão-mestre do Grande Oriente Lusitano, II, 93; III, 422  
 Sampaio, I, 406  
 Sancha, beata, infanta de Portugal, I, 170, 214, 233, 314, 315, 339, 454, 456, 458  
 Sanches, Ribeiro, II, 64  
 Sánchez Albormoz, Cláudio, I, 93, 102  
 Sánchez de Vercial, Clemente, I, 382; II, 382  
 Sancho I, rei de Portugal, I, 56, 216, 219, 231, 233, 235, 306, 311, 312-313, 314, 447, 454, 659  
 Sancho II, rei de Portugal, I, 56, 187, 191, 192, 231, 232, 236, 269, 306, 308, 314, 315-319, 335, 397  
 Santana, Manuel Fernandes de, III, 49, 91, 124  
 Santa Ana, Amador de, II, 387  
 Santa Ana, António de, II, 630  
 Santa Ana, João de, II, 411  
 Santa Ana, José Pereira de, II, 42, 453  
 Santa Catarina, Lucas de, II, 343-344  
 Santa Catarina, Luís de, II, 649  
 Santa Cecília, Valeriano da, II, 496  
 Santa Clara, Joaquim de, II, 41, 620, 621  
 Santa Fé, Jerónimo de, I, 74, 75  
 Santa Maria, Agostinho de, II, 42, 422, 610, 629  
 Santa Maria, António de, II, 596  
 Santa Maria, Francisco de, II, 496, 630  
 Santa Maria, Gabriel de, II, 413  
 Santa Maria, José de, II, 460  
 Santa Maria, Nicolau de, I, 228; II, 431  
 Santa Maria, Pedro de, II, 16-17, 383, 420, 570  
 Santa Sé, I, 26, 142, 145-146, 161, 175, 176-177, 179, 192, 216, 222, 224, 226, 227, 228, 230, 231, 233, 243, 249, 250, 256, 265, 269, 286, 306, 307-313, 314-322, 328-333, 342, 375, 377, 386, 387, 391, 394, 397, 398, 399, 400, 406, 408, 410, 412, 436-438, 440, 451, 455-456, 470, 499-501; II, 9, 16, 17, 18, 26, 39, 40, 42, 44, 53, 54, 55, 56, 63, 68, 74, 78, 80, 83-84, 87, 88, 89, 90, 95-97, 99, 102, 108, 113, 135, 138, 141, 143, 144-146, 146-182, 188, 189, 190, 191, 193, 194-195, 198, 226-227, 228, 229, 235, 237, 253, 254, 260, 262-263, 265-266, 274, 275, 278, 280, 284, 293-302, 317, 349, 367, 377, 382, 387-388, 397, 427-428, 429-432, 464, 476, 489, 501, 520, 525, 549, 559, 560, 563, 565, 568, 582, 584, 593, 621, 625, 629, 631, 632, 633, 634, 642, 643, 651, 662, 671; III, 22, 27, 28-30, 31, 32-34, 40, 41, 42-44, 47-48, 54, 58, 62, 63, 67-68, 69, 74, 76-82, 84, 85, 88, 89-90, 91, 92, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 111, 115, 117, 122, 124, 125, 130, 133, 135, 138, 139, 154, 161, 162, 166, 169, 170, 173-174, 176, 191-192, 201, 218, 219, 225, 228, 233, 239, 241, 245, 250, 257, 260, 262, 266, 268, 269, 273, 282, 286, 288, 295, 300-301, 302, 305, 353, 354-355, 357, 358-360, 373-375, 377, 381, 383, 384-386, 394-395, 427-428, 452-453, 456, 466, 503  
 Santa Teresa, Inácio de, arcebispo da Goa, e bispo do Algarve, II, 228, 550, 672  
 Santa Teresa, João de, II, 422  
 Santa Teresa, Lourenço de, II, 630  
 Santarém, I, 28, 37, 53, 56, 67, 94, 106, 119, 115, 122, 145, 219, 231, 249, 251, 252, 270, 321, 345, 411, 487, 491, 393, 642; III, 92, 462  
 Santarém (diocese de), III, 134  
 Santiago de Compostela, I, 6, 18, 143, 148, 180, 241, 265, 307-309, 310, 345, 371, 388, 406, 407, 444, 476, 478; II, 346, 357, 358, 641  
 Santiago do Cacém, II, 654  
 Santiago, Francisco de, II, 510  
 Santiago, Jorge de, bispo de Angra e dos Açores, II, 21  
 Santo André, Isabel de, II, 362  
 Santo Angelo, António de, II, 422  
 Santo Angelo, Gregório de, cardeal, legado papal, I, 161  
 Santo António, Brizida de, II, 557  
 Santo António, Sebastião de, II, 437-438, 440, 630  
 Santo António, Urbano de, II, 630  
 Santo Elias, Antão de, II, 501  
 Santo Eliseu, António de, II, 630, 649  
 Santo Tirso, I, 216, 217, 440-444; III, 204  
 Santos, António Ferreira dos, III, 224  
 Santos, António Ribeiro dos, II, 44, 174, 383-384, 392, 672; III, 447  
 Santos, Artur Gomes dos, III, 74, 94-101, 102, 105, 113, 123, 125, 151  
 Santos, Cândido dos, I, 163; II, 434  
 Santos, Delfim, III, 437  
 Santos, Délio Nobre, III, 482  
 Santos, Domingos Maurício Gomes dos, III, 382  
 Santos, Eugénio dos, II, 240  
 Santos, Francisco Inácio Pereira dos, III, 180, 195  
 Santos, Isidro Duarte, III, 479  
 Santos, João Duarte dos, II, 430  
 Santos, Lúcia de Jesus, III, 145, 154, 156  
 Santos, Luciano dos, II, 610  
 Santos, Luís dos Reis, II, 588  
 Santos, Manuel dos, II, 501  
 Santos, Manuel Mendes da Conceição, bispo de Portalegre, arcebispo de Évora, III, 155, 163, 171, 173, 193, 199, 242  
 Santos, Maria G. Nobre, III, 482  
 Santos, Maria José Azevedo, I, 145  
 Santos, Miguel dos, II, 433  
 Santuários, I, 5, 8, 13, 14, 15, 21, 24, 29, 96, 97, 238, 248, 262, 267, 273, 274, 275-276, 284, 285, 378-379, 389-390, 496; II, 49, 187, 278, 326, 367, 346-359, 391, 407, 449, 461-462, 466, 467, 486, 519, 544, 562, 577-581, 611, 614, 615, 618, 625, 627, 628, 631, 636, 642, 654, 664; III, 115, 133-134, 151, 152, 153-159, 264  
 São Bernardino, Domingos de, II, 387  
 São Bernardino, Francisco de, II, 629  
 São Boaventura, Álvaro de, bispo da Guarda, e de Coimbra, II, 234  
 São Boaventura, Fortunato de, arcebispo de Évora, II, 411, 418; III, 66, 67, 70, 425  
 São Boaventura, João de, II, 411  
 São Boaventura, Juliano de, II, 617  
 São Boaventura, Miguel de, II, 488  
 São Caetano, Inácio de, bispo de Penafiel, inquisidor-geral, ministro do Despacho, II, 42, 192, 230

- São Carlos, Manuel de, II, 572, 630  
 São Domingos, Inês de, II, 362  
 São Félix, João de, II, 501  
 São Francisco, Carlos de, II, 572  
 São Francisco, João de, II, 572, 650  
 São Francisco, Luís de, II, 572, 587, 630  
 São Gualdino, Manuel de, arcebispo de Goa, II, 604  
 São Jario, Guilherme de, I, 402  
 São Januário, visconde de, III, 356  
 São Jerónimo, Miguel de, II, 557  
 São João, Gabriel de, II, 495  
 São Jorge da Mina, fortaleza, II, 267-268, 270  
 São José, Francisco de, II, 44  
 São José, Luís de, II, 630  
 São José, Martinho de, II, 42  
 São Matias, João de, II, 387  
 São Miguel da Ala, Ordem de, III, 426  
 São Miguel da Mota, I, 14  
 São Miguel, Diogo de, II, 498  
 São Miguel, Gaspar de, II, 387  
 São Miguel, Jacinto de, II, 441  
 São Pedro, Acúrsio de, II, 625  
 São Pedro, António de, II, 571  
 São Tomás, Bento de, II, 650  
 São Tomás, Domingos de, II, 649  
 São Tomás, Pedro de, II, 634  
 São Tomé, cristãos de, II, 272, 279-280, 282, 457  
 São Tomé e Príncipe, II, 276, 281; III, 362  
 São Vicente, cabo de (Sagres) I, 97-99, 130  
 Sãozinha (ver Teixeira, Maria da Conceição de Pimentel)  
 Sáraga, Salomão, III, 41  
 Saragoça, I, 31-32, 203  
 Saraiva, António José, I, 450; II, 57, 60, 116  
 Saraiva, Francisco de São Luís, bispo-conde de Coimbra, cardeal-patriarca de Lisboa, II, 202, 392; III, 23, 26, 66, 68, 70, 74, 75, 119-120  
 Sarmento, Francisco de Jesus Maria, II, 392, 431, 595  
 Saturnino, santo, I, 427  
 Savonarola, Gerolamo, I, 387; II, 452  
 Scarlatti, Domenico, II, 502  
 Schall, Adam, II, 293  
 Schwantes, Ernesto, III, 471-472  
 Schwarz, Samuel, III, 439-440, 443, 444, 446  
 Schillibeckx, E., III, 278, 289  
 Schoepper, Jacop, II, 396  
 Schurhammer, Georg, II, 256; III, 388  
 Schütte, Josef Franz, II, 256; III, 388  
 Schwarz, I, 53  
*Scriptoria*, I, 227, 340, 350, 357, 359, 364, 366, 367, 370, 407, 413-417, 446; II, 418  
*Scrutinium Scripturarum*, I, 75  
 Seabra, Mem Gomes de, I, 496  
 Sebastianismo, II, 81-88, 582, 634-636; III, 83, 405, 410, 413, 424, 432, 437, 483  
 Sebastião I, rei de Portugal, II, 25, 55, 80, 85, 86, 87-88, 100, 102, 139, 140, 148, 150, 153, 156, 286, 352, 358, 362, 429, 454, 509, 619, 622, 659  
 Sebastião, santo, I, 427; II, 324  
 Seco, Diogo, II, 455  
 Secularização (ver também Laicidade), I, 424, 492-494; II, 128, 131, 202, 233, 589, 672, 673-674, 675; III, 10-13, 17, 27, 38, 41-42, 46, 49, 62-63, 65, 84, 108, 136, 182, 196, 197, 198, 200, 217, 252, 253, 255, 264, 307, 314, 315, 317, 318, 328-330, 381, 406, 414, 419-438, 499, 503-506  
 SEDES, III, 267-268  
 Segneri, II, 438  
 Ségur, monsenhor, III, 115  
 Seia, I, 94, 104  
 Seixas, Carlos, II, 502  
 Seixas, Cunha, III, 437  
 Seixas, Joaquim de, II, 177  
 Seixas, José da Natividade, II, 572  
 Semanas de Estudo (ver Congressos Católicos)  
 Semanas Sociais (ver Congressos Católicos)  
 Semide, I, 219  
 Seminários (ver também Ensino, Pedagogia), II, 22, 25, 27, 214-217, 297, 301, 398, 401, 467, 493, 505, 506; III, 34, 38, 68-70, 76, 90-91, 92, 93-94, 96, 103, 104, 105, 110, 112, 119, 124, 129, 131, 144, 166, 168, 171, 173, 182, 198, 205-211, 214, 217-218, 220, 224, 247, 261, 265, 271, 273, 278, 279, 280-282, 283, 286, 296, 360-362, 366, 369, 370, 377-378, 414, 459, 460  
 Séneca, II, 412  
 Senhoralismo (ver também Coutos), I, 36, 39, 141, 143-144, 193, 264, 270, 275, 277-284, 314, 317, 319, 324, 370, 452, 462, 467, 478, 480-492, 498; II, 307, 608  
 Senhorinha, santa, II, 353-354  
 Sequeira, Bento, II, 625  
 Sequeira, Gustavo de Matos, II, 618  
 Sequeira, Manuel, III, 462  
 Serafins, Catarina dos, II, 498  
 Sérgio, António, III, 190, 435, 437  
 Serpa, Maria de, II, 603  
 Serra, José Francisco Correia da, II, 91  
 Serra, Veríssimo Monteiro da, bispo eleito de Pequim, III, 360-361  
 Serrano, Pedro, I, 370  
 Serrão, Domingos Vieira, II, 573  
 Serrão, Joel, I, 1  
 Serrão, Vítor, II, 513, 576  
 Servas de Nossa Senhora de Fátima (Congregação das), III, 154, 172  
 Sés (ver também Dioceses), I, 274, 275, 340, 366, 371, 378, 388-390, 398; II, 468, 476, 487, 489, 492-494, 500, 501, 503, 509-510, 518, 568, 608, 630, 655, 656  
 Sesmarías, Lei das, I, 39  
 Sesnando, conde de Coimbra, I, 166  
 Setúbal, I, 69, 277; II, 17, 92, 331, 511; III, 48, 451, 453  
 Setúbal (diocese de), III, 134, 254, 315  
 Severac, João de, II, 262  
 Séverin, Gérard, III, 290  
 Sevilha, I, 143, 180, 192, 239, 434; II, 220, 221  
 Shoghi, Effendi, III, 487  
 Siculo, Catuldo, I, 504  
 Sigilismo e Jacobeia, II, 39, 40, 173, 228, 391, 397, 407, 413, 422, 504, 549-550, 603, 672  
 Sigilografia, I, 394-396, 406  
 Silva, Agostinho da, III, 437  
 Silva, Alberto de São Gonçalo da, II, 649  
 Silva, Alfredo Henrique da, III, 456-457, 465, 468  
 Silva, Abúndio da (ver Silva, Manuel Isaías Abúndio da)  
 Silva, Américo Ferreira dos Santos, cardeal, bispo do Porto, III, 47, 124, 464  
 Silva, António da, III, 386, 388, 393  
 Silva, António de Santo Ilídio da Fonseca e Silva, III, 67  
 Silva Júnior, António Rodrigues da, III, 482  
 Silva, Augusto da, III, 318  
 Silva, Augusto Vieira da, I, 144  
 Silva, Carlos, I, 145  
 Silva, Diogo da, bispo de Ceuta, e inquisidor-geral, II, 95, 102, 112  
 Silva, Duarte da, II, 63  
 Silva, Estevão Soares, arcebispo de Braga, I, 232, 314, 315  
 Silva, Florentino de Andrade e, administrador apostólico da diocese do Porto, e bispo do Algarve, III, 339  
 Silva, Francisco Maria da, arcebispo de Braga, III, 258, 295  
 Silva, Francisco Nunes da, padre «Chiquito», III, 44  
 Silva, Francisco Peixoto de Oliveira e, III, 370

- Silva, Helena Vaz da, III, 278  
 Silva, Jerónimo Peixoto da, II, 572  
 Silva, João da, II, 571  
 Silva, João da Mota e, cardeal, II, 166  
 Silva, João Salvador Marques da, III, 482  
 Silva, Jorge da, II, 32, 420, 570  
 Silva, José Alves Correia da, bispo de Leiria, III, 154  
 Silva, José Augusto Santos e, III, 457  
 Silva, José de Avé Maria Leite Costa e, II, 620  
 Silva, José de Seabra da, II, 174, 672  
 Silva, José Pedro, bispo de Viseu, III, 254  
 Silva, Luís da, bispo de Lamego, da Guarda, e arcebispo de Évora, II, 232, 234, 455  
 Silva, Manuel Isaias Abúndio da, III, 49, 74, 101-106, 331  
 Silva, Manuel Luís Coelho da, governador da diocese do Porto, bispo-conde de Coimbra, III, 140, 172, 464  
 Silva, Manuel Pires da, III, 380  
 Silva, Manuela Santos, I, 145  
 Silva, Manuel da, II, 402, 572, 596, 649  
 Silva, Manuel de Matos, III, 377  
 Silva, Maria Manuela, III, 233, 268, 275  
 Silva, Miguel da, bispo de Viseu, cardeal, II, 21, 99, 144, 147, 148-149, 150  
 Silva, Pedro da, bispo de Cochim, II, 229  
 Silva, Pedro da Mota, cardeal, II, 140  
 Silva, Pedro Vieira da, bispo de Leiria, II, 163  
 Silva, Sílvia Cardoso Ferreira da, III, 164  
 Silva, Simão da, II, 268  
 Silveira, Bento Coelho da, II, 576, 580, 587, 589, 662  
 Silveira, Gonçalo da, I, 498-501, 502  
 Silveira, João Álvares da, II, 105  
 Silveira, Manuel da, II, 630  
 Silveira, Nuno Martins da, I, 485, 486, 498-501  
 Silveira, Pedro, II, 206  
 Silveira, Vasco da, I, 499  
 Silves, I, 87, 186, 192, 392; II, 630; III, 187  
 Silvestre, mestre, I, 339  
 Silvestre, santo, I, 344  
 Simão Stock, santo, II, 631  
 Simões, Martinho, bispo eleito de Coimbra, I, 438-439  
 Simplicio, papa, I, 284  
 Sincretismo, I, 14-15  
 Sindicalismo, III, 133, 189, 194, 247, 275, 296, 297, 298, 301  
 Sinédrio, III, 424  
 Sinfósio, arcebispo de Braga, I, 32, 303  
 Simibaldi, Giacomo (Tiago), III, 90, 91, 94, 124  
 Sinodos, I, 249, 286, 352, 398, 399-400, 407; II, 21, 170, 234, 377, 378, 382, 390, 393, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 449, 461, 474, 487, 509, 517, 519, 521, 522, 523-524, 526, 534, 538, 558, 562, 611, 612, 629, 637, 654; III, 151, 152, 170, 269, 298, 299, 328, 452, 453, 456-457, 464, 470  
 Síntese, III, 290-291  
 Sintra, I, 59, 122; II, 519, 656; III, 364  
 Sintra, Rodrigo de, inquisidor, I, 41, 393  
 Sirmium, I, 25  
 Sisnando, conde de Coimbra, I, 100, 433-438  
 Sisnando de Beja, santo, I, 101, 427  
 Sisnando, rei visigodo, I, 204  
 Sistemas penais (ver Tribunais)  
 Sisto IV, papa, II, 266, 377, 582  
 Sisto V, papa, II, 97, 154, 213, 274, 511, 624  
 Smith, Frederica, III, 452  
 Soalhães, João Martins de, bispo de Lisboa e arcebispo de Braga, I, 243, 323, 324  
 Soares, André, II, 579  
 Soares, Brás, II, 23  
 Soares, Cipriano, II, 400, 401  
 Soares, Estefânia, I, 315  
 Soares, Francisco Pires, III, 450  
 Soares, Franquelim Neiva, II, 524, 528  
 Soares, João, bispo-conde de Coimbra, II, 21, 66; II, 140-141, 235, 383, 386, 433  
 Soares, João, III, 371  
 Soares, Manuel Lourenço, II, 214, 572  
 Soares, Pedro, bispo de Coimbra, I, 232, 246, 311, 313, 314  
 Soares, Pêro Roiz, II, 86  
 Soares, Rui, I, 324  
 Soares, Torquato de Sousa, I, 307  
 Sobral, conde do, III, 467  
 Sobral, Viriato, III, 458  
 Sobrinho, João, II, 433  
 Socialismo, III, 18, 37, 38, 41, 42, 43, 47, 49, 50, 130, 159, 180, 193, 267, 299, 430  
 Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira, III, 448-449, 451, 452, 459, 467  
 Sociedade de Geografia, III, 357, 367-368  
 Sociedade de Missões (ver Anglicanismo)  
 Sociedade de São Vicente de Paulo (ver Conferência Vicentina)  
 Sociedade Portuguesa das Missões Católicas Ultramarinas (Sociedade Missionária da Boa Nova), III, 378, 383, 385-386, 389, 393-394  
 Sociologia (ver também Antropologia, Demografia, Geografia), I, 215-216, 219, 221, 235, 236, 247, 249, 251, 252, 261, 289, 290-291, 292-293, 318, 323, 375, 381, 388, 391, 392, 408, 410, 411, 428, 431, 433, 442, 443, 445-452, 453-454, 460-470, 471, 472-474, 507; II, 10, 20-21, 32, 35, 36, 49, 52, 54, 55, 56-62, 64-65, 66, 75, 77-78, 80, 88-89, 90, 92, 93, 102, 106-107, 109, 110, 111-113, 114, 115-117, 130, 135-136, 137, 143-145, 148, 151-154, 169-170, 190, 197, 206-208, 210, 212-213, 222-223, 227-232, 239, 242, 249, 251, 252, 255, 257, 291, 297, 303, 305, 308, 311, 323-334, 335, 336-337, 345, 350-351, 352, 370, 372, 373, 374, 377, 385, 401, 404-405, 406, 408, 411, 412, 414, 435, 436-437, 452, 462, 475, 482, 485, 508-510, 517, 527, 533, 535-536, 537, 539, 549, 550, 557, 564, 569-570, 581-582, 585, 591, 592, 603, 604-605, 608, 609, 610-611, 625, 632, 636, 637, 646, 656-657, 660, 675; III, 10-11, 12-13, 17, 18, 19, 21-22, 26, 43, 49, 62, 65-66, 76, 82, 85-86, 91, 130, 131, 132, 183, 188, 189, 197, 198, 200, 204, 205-211, 213, 215, 216-217, 218, 232, 252, 255, 260-261, 262-264, 288, 296, 311, 313-325, 353-354, 423, 429, 431, 436, 438, 441-442, 444, 445, 449, 451, 452, 453, 456, 405-406, 410, 416, 463-464, 465, 468, 474-475, 476, 477, 478, 480-481, 482-483, 484, 487, 488-489, 493-497, 503-506  
 Sócrates, III, 499  
 Soeiro, Fernando, II, 649  
 Soledade, Fernando da, II, 496, 572, 596  
 Soledade, Vicente da (ver Castro, Vicente da Soledade)  
 Solozano, Diogo, II, 495  
 Soto, Domingos, II, 280  
 Soto Rábanos, José María, I, 70  
 Sousa, Agostinho de Jesus e, bispo de Lamego e do Porto, III, 166  
 Sousa, António de, II, 119  
 Sousa, António Caetano de, I, 77; II, 37  
 Sousa, António Freire Gameiro de, bispo de Aveiro, II, 210  
 Sousa, António de Vasconcelos e, bispo de Lamego, e bispo-conde de Coimbra, II, 227, 234, 254, 255  
 Sousa, António Luís de, marquês das Minas, II, 536  
 Sousa, Benevenuto de, III, 48, 49, 53, 144  
 Sousa, Borges de, III, 224  
 Sousa, Caetano de, II, 422  
 Sousa, Catarina de, II, 617  
 Sousa, Diogo de, bispo de Miranda, do Porto, e arcebispo de Braga, I, 264; II, 214, 215, 231, 382, 428, 488, 492, 497, 517, 518, 534, 546-547, 611, 612, 637  
 Sousa, Diogo de, bispo de Miranda, e arcebispo de Évora, II, 231  
 Sousa, Faria e, II, 281  
 Sousa, Francisco de, II, 30  
 Sousa, Francisco de, conde do Prado, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 163, 165, 201, 388, 416

- Sousa, Francisco Saraiva de, II, 29  
 Sousa, Gaspar de, II, 80  
 Sousa, Jerónimo Teixeira de, III, 459  
 Sousa, João de, bispo do Porto, e arcebispo de Lisboa, II, 198, 232, 384  
 Sousa, José de, II, 630  
 Sousa, José Ferrão de Mendonça e, III, 423  
 Sousa, José Xavier de Cerveira e Sousa, bispo do Funchal, Beja e Viseu, III, 67-68  
 Sousa, Luís de, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 19  
 Sousa, Luís de, cronista, II, 145-146, 165, 167-168, 170, 385, 406, 418, 433, 584, 642  
 Sousa, Luís de, bispo do Porto, e arcebispo de Braga, II, 21  
 Sousa, Manuel Abruñhosa e, III, 314  
 Sousa, Manuel Caetano de, II, 526, 649  
 Sousa, Manuel de, II, 428, 430  
 Sousa, Manuel de, capitão da Guarda Real, III, 422  
 Sousa, Manuel de, capelão do Santuário de Fátima, III, 154  
 Sousa, Manuel Rocha e, III, 180  
 Sousa, Manuel Vieira de, III, 468  
 Sousa, Pedro, I, 408  
 Sousa, Sebastião da Mata e, II, 649  
 Sousa, Teixeira de, primeiro-ministro, III, 53  
 Sousa, Tomás de, II, 434  
 Sousa, Vasco de, II, 649  
 Souto, Inácio Ferreira do, II, 39-40  
 Souto, José Inácio Ferreira, II, 173  
 Spalding, cardeal, III, 92  
 Spinola, Antonio Ardizzone, II, 414, 567, 630, 634, 635, 649  
 Spinola, Carlos, II, 311  
 Spinoza, Baruch, II, 58  
 Spirago, III, 151  
 Sprenger, Tiago, II, 582-583  
 Stahlberg, Ingrid, III, 462  
 Stahlberg, Jarl, III, 462  
 Stevenson, Robert, II, 494  
 Stewart, Robert, III, 452  
 Stilwell, Peter, III, 274-275, 346  
 Suarez, Francisco, II, 181, 622  
 Suécia, III, 461, 462  
 Suevos, I, 21, 27, 102, 139, 141, 144, 203-205, 220, 303  
 Suicídio, III, 85  
 Sulpício Severo, I 29, 32, 346  
*Summa de Officio Inquisitionis*, I, 43  
 Sunna, arcebispo de Mérida, I, 28-29, 303  
 Sunnila, bispo de Viseu, I, 240  
*Super Illius Specula*, I, 43  
 Superstições, I, 22-23, 41, 47; II, 38, 102, 117, 225, 239, 250, 301, 364, 371, 372, 374, 379, 380, 538, 614, 615, 615, 627, 637, 638, 639, 654; III, 94, 148, 152, 168, 257, 373, 402-403, 422, 429, 449  
 Susana, santa, I, 344  
 Suso, Henrique, II, 420, 422  
 Sussex, duque de, III, 423, 448  
*Syllabus errorum* (ver *Quanta cura*)  
 Swami, Abhay, III, 487  
 Swan, Charles, III, 457, 469
- T**
- Tadeu, Jorge, III, 476  
 Tailândia, II, 297  
 Taio de Saragoça, I, 347  
 Talmude, I, 72, 75, 80  
 Tamen, Pedro, III, 288  
 Tarique, I, 4  
 Tarouca, I, 100, 216, 277; II, 144  
 Tarroso, Domingos, III, 437  
 Tauler, II, 24, 603  
 Taylor, Zacarias Clay, III, 459  
 Tavares, Ambrósio da Silva, II, 499  
 Tavares, António, II, 649  
 Tavares, Francisco de Sousa, II, 24, 419, 420, 603  
 Tavares, José Félix, II, 499  
 Tavares, Pedro, II, 385-386, 645  
 Távira, Gil de, provincial dos Dominicanos, I, 398  
 Távora, António de, bispo do Porto, II, 230  
 Távora, Fernando, III, 223  
 Távora, João Cosme de, bispo de Leiria, II, 230  
 Távora, João Mendes de, bispo-conde de Coimbra, II, 143, 181, 230  
 Távora, Lourenço Pires de, representante de Portugal junto da Santa Sé, II, 145, 146, 152  
 Távora, Maria de, II, 347-348  
 Távora, Miguel de, arcebispo de Évora, II, 228, 230, 235, 550, 672  
 Távora, Rui Pires de, II, 87, 145-146  
 Tçuzu, João Rodrigues, II, 311  
 Teatinos, II, 422, 467, 646  
 Teatro e espectáculos, I, 378; II, 246, 336, 339, 340, 350, 412-414, 418, 434, 437, 449-462, 498, 501-503, 508, 509, 510, 565, 573, 578-580, 592, 608, 614, 622, 647, 656, 657; III, 70, 73, 100, 465, 476, 506  
 Tedeschini, Frederico, cardeal, III, 242, 385  
 Teive, Diogo de, II, 24, 73, 75, 454, 638  
 Teixeira, António, II, 375, 502  
 Teixeira, António Braz, II, 437  
 Teixeira, Jerónimo, bispo de Angra e Açores, II, 655  
 Teixeira, Manuel, II, 256; III, 388  
 Teixeira, Manuel de Santa Marta, II, 440  
 Teixeira, Marcos, II, 119  
 Teixeira, Maria da Conceição de Pimentel («Sãozinha»), III, 164  
 Teixeira, Tomás, II, 596  
 Teles, Afonso, I, 187  
 Teles, Baltazar, II, 22, 383, 455, 504, 565  
 Teles, Basílio, III, 432, 437  
 Teles, Fernão, I, 488  
 Teles, José Manuel Galvão, III, 272-273  
 Teles, Leonor, I, 39, 61; II, 656  
 Teles, Luís da Silva, II, 384  
 Teles, Rodrigo de Moura, arcebispo de Braga, II, 356, 384, 428, 528, 565  
 Televisão (ver *Imprensa periódica*)  
 Telmo, António, III, 484  
 Telo, arcebispo de Braga, I, 400; II, 378, 579-580  
 Telo, João Afonso, conde de Barcelos, I, 61, 492  
 Telo, prior-mor de Santa Cruz, I, 167, 225, 226-227, 365, 407, 445, 447, 448  
 Tempí, Lucas, núncio apostólico, II, 164, 168  
 Templo Shiva, III, 487  
*Tempo e o Modo*, O, III, 228-229, 261, 269, 278, 290  
 Tentúgal, I, 433, 488-492  
 Teodomiro, conde godo, I, 129  
 Teodósio I, duque de Bragança, II, 508  
 Teodósio II, duque de Bragança, II, 500, 634  
 Teodósio, príncipe real, II, 557  
 Teologia, I, x, 72, 73, 74, 77, 78, 84, 87, 240, 261, 339-387, 398, 399, 401, 410, 411, 424, 433, 460; II, 9, 15, 16-17, 27-29, 39, 68-69, 71, 72-73, 83, 114, 124, 163, 176, 177, 180, 181, 194, 214-217, 217-218, 230-231, 239, 257-258, 300, 307, 321, 369, 372, 378, 380, 385, 388, 401, 406, 420, 421, 423, 429, 434, 454, 476, 498, 532-533, 534, 535, 538, 539-540, 541-542, 544, 550, 555-556, 559, 560, 562, 563, 621, 622, 625, 631, 632, 637, 638-640, 650, 658-659, 662; III, 9, 11, 13, 28, 41, 43, 70, 73, 75-76, 84, 86, 94, 100, 102, 108, 120, 122, 123, 124, 125, 130, 131, 135, 136, 145, 147, 148, 157, 169, 170-171, 174, 177, 178, 182, 185, 193, 196, 200, 201, 202, 203, 212, 214, 216, 217-218, 225, 229, 239-240, 242, 243, 248, 250, 252-253, 255, 256-257, 258-259, 260, 261, 263, 265, 266, 268, 269,

- 271-272, 277, 278-292, 299, 302, 304, 306, 310, 311, 313, 325, 357, 386, 392-393, 409, 420, 444, 447, 450, 451, 452, 460, 463, 464, 466, 471, 473, 475-476, 477, 485, 505
- Teosofia (ver Esoterismo)
- Teotónio, santo, prior de Santa Cruz, I, 102, 227, 365, 407, 416, 445, 447, 448-449; II, 359
- Terceira, 1.º duque da, III, 118
- Terêncio, II, 412
- Teresa, beata, infanta de Portugal e rainha das Astúrias e Leão, I, 170, 214, 231, 233, 314, 315, 339, 454, 455
- Teresa, condessa de *Portucale* e rainha, I, 103, 142, 210, 212, 226, 305, 307, 357, 379, 448-449
- Teresa de Jesus (ou de Ávila), santa, II, 23, 33, 421, 576, 622, 634, 647
- Teresa do Menino Jesus, santa («Santa Teresinha»), III, 145, 162-164
- Teresa Sanches, I, 187
- Teresianos, III, 308
- Terramotos e catástrofes naturais, II, 164, 169, 322, 334, 345, 473, 565, 574, 636, 653, 672; III, 447
- Tertuliano, I, 17, 18; II, 526
- Tesouro, Manuel, II, 438
- Testa, Carlos, III, 434, 467
- Testamentos (ver Legados pios)
- Testemunhas de Jeová, III, 415, 464, 473-475, 496-497, 499
- Thomas Becket, santo, II, chanceler-mor da Inglaterra, arcebispo de Cantuária, I, 309, 459
- Thomas, Hugh, II, 280
- Thomaz, Luís Filipe, II, 256, 272, 281
- Tiago, santo (ver também Santiago de Compostela), I, 18, 46-47
- Tibães, I, 217
- Tibete, II, 276, 289
- Tibúrcio, bispo de Coimbra, I, 319
- Timor, II, 276, 286, 289; III, 362, 370, 374, 377, 470
- Tinhorão, Ramos, II, 506
- Tirso, santo, I, 427
- Tocoísmo, III, 488
- Tokugawa Ieyasu, xógum, II, 292
- Toledo, I, 27, 33, 100, 103, 139, 141, 203, 220, 238, 240, 279, 286, 305, 309, 310, 319, 407, 436; II, 149, 359
- Toledano, Isaac, I, 62
- Toledano, Jacob, III, 439
- Toledano, Juda, I, 63
- Toledano, Rodrigo, I, 436
- Tomar, I, 143, 252, 264; II, 80, 103, 187, 325, 331, 469, 636, 655; III, 68, 377
- Tomás de Aquino, santo, I, 70, 381; II, 218, 372, 409, 648
- Tomás, Manuel Fernandes, II, 93
- Tomás Moro, santo, I, 387; II, 88; III, 497
- Tomás, Pedro, II, 584
- Tomé, mestre, I, 322
- Tomé, santo, II, 500
- Tommasucio da Foligno, I, 221
- Tondela, III, 459
- Tonti, Giulio, núncio apostólico, cardeal, III, 92
- Torgal, Luís Reis, II, 156, 181; III, 91
- Toríbio, bispo de Astorga, I, 33-34
- Tornar, Robert, II, 500
- Torneiro, Francisco Cardoso do, II, 119
- Torquato, santo, I, 343-344
- Torreles, Raimundo, I, 454
- Torres, Alberto Pinheiro, III, 382
- Torres, Álvaro de, II, 420
- Torres, António Pinheiro, III, 56
- Torres, Augusto Ferreira, III, 459
- Torres, Cláudio, I, 102, 130
- Torres, José Veiga, II, 551
- Torres, Manuel, II, 417
- Torres, Paulo Irwin, III, 459-460
- Torres Novas, I, 375; III, 485
- Torres Vedras, I, 60, 250, 252
- Torres, Veiga, II, 114-116
- Tortosa, I, 74-75
- Tortura, II, 88, 105, 107, 121
- Toscano, António, II, 224, 419
- Toscano, Sebastião, II, 19, 433
- Tourada, II, 206, 462
- Tournon, Maillard de, patriarca de Antioquia, II, 301
- Toyotomi Hideyoshi, II, 288, 294
- Trabalhador*, O, III, 187, 189, 194
- Trabalho, I, 360, 367; II, 517-521, 526-529; III, 26, 110, 111, 187, 194, 298, 308, 368
- Tradicionalismo (ver também Ultramontanismo), II, 411; III, 25, 26, 27, 28-30, 31, 32, 40, 42-43, 45, 50, 53, 55, 56, 66-69, 70, 77, 80, 82, 83, 91, 100, 101, 102-104, 118, 119, 121, 365, 403, 425-426, 427, 432
- Tradução, I, 370, 374, 375, 384, 385, 387; II, 21, 22, 25, 26, 33, 38, 40-41, 49, 174, 242, 386-387, 390, 396, 417, 420, 440, 544
- Tramali, Lorenzo, colector apostólico, II, 157
- Tranoy, Alan, I, 46
- Trento, concílio de, I, 248, 397; II, 10, 15, 21, 22, 23, 24, 25-26, 31, 32, 36, 37, 38, 39, 42, 71, 97, 136, 146, 147, 153, 181, 194, 196, 206, 211, 213, 214, 220, 222, 223, 224, 228, 230, 231, 233-234, 235, 250, 251, 252, 253, 260, 272, 275, 317, 332, 336, 359, 382, 392, 394, 397, 399, 400, 404, 406, 418, 424, 426, 428, 429, 430, 432, 436, 456, 461, 462-463, 467, 468, 470, 474, 482, 486, 493, 518, 529-531, 532, 534, 535, 537, 538, 544, 548, 552, 554, 559, 563, 603, 625, 629, 632, 633, 638, 640, 641, 642, 646, 662, 674; III, 27-28, 41-42, 76, 150, 250, 410, 447
- Trêves, I, 32
- Tribunais e sistemas penais (ver também Inquisição), I, 233, 264-265, 267, 271, 391, 393, 396; II, 40, 75, 81, 85, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 144, 153, 157-158, 168, 176, 195, 196-197, 212, 220, 232, 242, 244, 252, 373, 393, 398, 558, 609; III, 190, 410, 411, 414, 415, 423, 434, 450, 467, 468, 474, 487
- Trindade, Bento da, II, 621
- Trindade, Manuel, III, 386, 392, 393
- Trindade, Manuel de Almeida, bispo de Aveiro, III, 250, 251, 266
- Trindade, Paulo da, II, 505
- Trinitários, I, 184, 191, 195, 462; II, 152, 659-660, 664
- Truffet, monsenhor, III, 366
- Tuccio, Stefano, II, 455
- Tudeildo, abade de Leça, I, 207, 352
- Tui, I, 6, 146-148, 194, 265
- Tunísia, I, 497
- Turcos (Império Otomano), II, 58, 85, 87, 146, 166, 259, 584, 646
- Tyndale, III, 477

## U

- Úlfias, bispo ariano, I, 25
- Ulrich, Maria, III, 203
- Ultimato (1890), III, 37, 51, 53-55, 57-58, 161, 358, 466, 469
- Ultramontanismo e Cismontanismo, III, 17, 27, 34, 38, 40, 43, 44, 75, 76-82, 84, 92, 104, 106, 111, 112, 122, 141, 353, 355, 428-429, 448, 466
- Unamuno, Miguel de, III, 148
- União Católica dos Industriais e Dirigentes do Trabalho, III, 227
- União Noelista Portuguesa, III, 132, 147, 191, 214, 221-222
- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (ver Rússia)
- Unisco Godinhes, I, 347, 441
- Universidades (ver também Ensino), I, 37, 233, 242, 339, 340, 391, 407, 408, 410-413, 470, 499; II, 20, 22, 39, 40, 64, 72, 103, 113, 124, 140, 163, 170, 171, 176-177, 181, 204, 217-219, 220, 230, 231, 232, 233, 301, 318-321, 380, 398, 422, 428, 429, 432, 473, 492, 629, 638, 671; III, 47, 70, 72, 85, 90, 100, 102, 124, 132, 135, 151, 159, 174, 187, 191, 192, 194, 195,

- 199, 221-222, 229, 231, 233, 240, 250, 252, 255, 256, 264, 265, 269, 277, 278, 279, 280, 281, 283-285, 285-286, 288, 290, 299, 308, 310, 312, 324, 355, 388, 392, 420-421, 429, 431, 434
- Urbanismo (ver Cidades)
- Urbano II, papa, I, 310
- Urbano IV, papa, II, 564
- Urbano VI, papa, I, 328, 329, 332-333
- Urbano VII, papa, II, 97
- Urbano VIII, papa, II, 159, 160, 349, 582, 643
- Urros, I, 104
- Ursino, Virgílio, cardeal protector de Portugal, II, 160
- Ursulinos, II, 577
- Utopia, II, 88
- V**
- Vacariça, I, 5, 53, 97, 101, 204, 208, 347
- Vadre, Guilherme de, II, 649
- Valada, marquês da, III, 118, 366
- Valdenses, I, 36
- Val dos Prazeres, Joaquim de, II, 423
- Valdés, Fernando, II, 111
- Valença do Minho, I, 147-148, 179; II, 90, 91
- Valença, Manuel de, II, 496
- Valência, Martinho de, II, 413
- Valente, António Sebastião, arcebispo de Goa, III, 355
- Valente, Cristóvão, II, 507
- Valente, Diogo, II, bispo de Funai, II, 288
- Valente, Vasco Pulido, III, 137, 140
- Valeriano, I, 427
- Valério, Agostinho, II, 432
- Valério de Bierzo, I, 205, 221
- Valignano, Alexandre II, 277, 309, 310-311
- Valladolid, Afonso de, I, 74
- Vallone, Bartolomeu, II, 456
- Valtanás, Domingo de, II, 31
- Vamba, rei visigodo, I, 304
- Vampirismo, II, 371
- Vandelli, Domingos, II, 91
- Vantivelli, Luigi, II, 482
- Vannutteli, Vicente, núncio apostólico, III, 358
- Varandas, José, I, 145
- Varela, Sebastião Pacheco, II, 649, 650
- Varzim, Abel, III, 180, 187, 189, 193, 194
- Vasconcelos, A. G. Ribeiro de, I, 472; III, 106-107, 170
- Vasconcelos, António de, II, 421, 622, 656
- Vasconcelos, Carolina Michäelis de, II, 650
- Vasconcelos, Evaristo de, III, 220
- Vasconcelos, Fernando de Meneses, arcebispo de Lisboa, II, 231
- Vasconcelos, Francisco Mendes de, I, 504
- Vasconcelos, João de, II, 585
- Vasconcelos, Joaquim de, II, 502, 503
- Vasconcelos, Joaquim Leite de, II, 451
- Vasconcelos, Jorge Ferreira de, II, 403-404, 412, 413
- Vasconcelos, José Leite de, III, 437
- Vasconcelos, Manuel Góis de, II, 30, 31, 546
- Vasconcelos, Miguel de, II, 137
- Vasconcelos, Sebastião Leite de, bispo de Beja, III, 53, 138, 139
- Vasques, Aires, bispo de Lisboa, I, 179, 317, 320
- Vasques, Martinho (ou Martim), inquisidor-mor, I, 41, 393
- Vataça Láscaris, I, 470-471, 474, 476-477
- Vaticano, I Concílio do, III, 40, 41, 43, 78, 82, 124, 125, 452-453
- Vaticano, II Concílio do, III, 19, 63, 129, 131, 135, 136, 170, 182, 197, 205, 209, 214, 218-219, 223, 225, 228, 229, 246, 248-257, 259, 260, 265, 266, 269, 272, 273, 274-275, 276, 277, 278-279, 280, 283, 284, 288, 292, 293, 294, 295, 296, 302, 304, 305, 306, 307-308, 310, 314, 323, 325, 368, 391, 392-393, 470-471, 485, 505
- Vaz, Euclides, III, 222
- Vaz, Francisco, II, 453, 458
- Vaz, Jorge, II, 494
- Vega, Lopo de, II, 124
- Veiga, Tomás da, II, 434
- Velez, Francisco, II, 492
- Velho, Domingos, II, 32, 34-35, 37
- Veloso, Francisco, III, 189
- Veloso, José, II, 596
- Veloso, Teresa, I, 307
- Venegas, Francisco, II, 662
- Venegas, Miguel, II, 454, 455, 459
- Ventura, Leontina, I, 315-316, 319, 447, 462
- Ventura, Maria de Lurdes Garcez, I, 307, 313
- Verba, João da, I, 377
- Verbiest, Ferdinand, II, 293
- Verney, Luís António, II, 436, 438, 440, 672
- Vestes sacras, I, 352, 365; II, 223-224, 299, 449, 475, 480, 483, 522, 535, 618, 631, 632, 674
- Viana do Castelo, 124, 330, 359, 450, 609; III, 114, 163, 451
- Viana do Castelo (diocese de), III, 135
- Viana, Amorim, III, 437
- Viana, Martinho de, II, 432
- Vianney, Jean-Marie (ver Jean-Marie Vianney)
- Vicente, António Balcão, I, 145
- Vicente, bispo do Porto, I, 320, 395
- Vicente de Paulo, santo, II, 647; III, 145
- Vicente Ferrer, santo, I, 75, 415, 623-624
- Vicente, Gil, II, 449, 450, 451-452, 508, 592, 614, 622; III, 447
- Vicente Hispano, chanceler-mor e bispo da Guarda, I, 177, 187, 246, 314-315, 339
- Vicente, Lourenço, vedor da Fazenda e arcebispo de Braga, I, 327, 334
- Vicente, Luís, II, 452
- Vicente, mestre, deão de Lisboa, I, 315
- Vicente, santo, I, 130, 447
- Vicentinos (Congregação da Missão), II, 176, 240, 242, 244, 246, 301, 647; III, 79, 80, 85, 86, 87, 112, 311
- Vidal, João Evangelista de Lima, bispo de Angola e Congo, arcebispo-bispo de Vila Real e de Aveiro, III, 197, 198, 377, 378
- Vidigueira, II, 34
- Vidigueira, conde da, representante de Portugal junto da França, II, 159
- Viegas, Gonçalo, I, 236
- Viegas, Soeiro, bispo de Lisboa, I, 314; II, 659
- Vieira, António, II, 55, 57, 81-86, 140, 169, 191, 339, 399, 402, 406, 407, 409, 411-412, 413, 414, 421, 434, 435, 436, 437, 438, 440, 504, 541, 556-557, 572, 585, 608, 630, 634, 649, 657-658; III, 395, 410
- Vieira, Maria Pilar, III, 172
- Vieira, Nicolau Tolentino, III, 450
- Vieira, Simão, II, 454
- Vieira, Siza, III, 326
- Vienne, I, 116, 397, 398
- Vilaça, Francisco, II, 415
- Vila do Conde, I, 472; II, 18
- Vilafranca, Francisco de, II, 19
- Vila, Francisco de, II, 163
- Vila-Lobos, Vasco Queimado, I, 494
- Vilanova, Arnaldo de, II, 651
- Vila Real, II, 210, 220, 390; III, 170, 445
- Vila Real (diocese de), III, 135, 151, 169, 258
- Vila Real, Manuel Fernandes, II, 62, 63
- Vilar, Hermínia, I, 145
- Vilar, Irene, III, 161
- Vilas Boas, Baltazar de Faria, bispo de Elvas, II, 550
- Vilas Boas, conde de, III, 382
- Vilas Boas, Manuel do Cenáculo, bispo de Beja e arcebispo de

- Évora, II, 41-42, 176, 210, 218, 230, 235, 382, 383, 392, 398, 403, 412, 413, 414, 416, 432, 434, 435-436, 441, 675; III, 21, 75
- Vila Viçosa, I, 222, 496, 497, 504; II, 500, 572, 631; III, 241
- Vilela, Francisco, II, 418
- Vilela, Gaspar, II, 310
- Vilela, Sebastião da Madre de Deus, II, 650
- Vilhena, Beatriz de, condessa do Vimioso, II, 603
- Vilhena, Maria de, I, 486, 487-488
- Villae*, I, 16, 21, 138, 139-140
- Villacastín, Tomás de, II, 33
- Vimara Peres, conde de Portucale, I, 304
- Vimioso, III, 438
- Vio, Tomás de, II, 21, 22, 544
- Virgílio, papa, I, 33
- Virgílio, poeta romano, I, 347
- Viscu, I, 94, 104; II, 494, 509-510; III, 286, 459
- Viseu (diocese de), I, 6, 139, 144, 161, 167, 170-172, 177, 179, 193, 194, 277, 355; II, 193, 197-198, 210, 216, 223, 250, 381, 394, 398, 399, 408, 464, 475, 554; III, 207
- Visigodos, I, 21, 27-29, 92-94, 102, 137-139, 141, 142, 185, 203-206, 220, 238-240, 241, 262-264, 267, 279, 280-281, 303-304, 352, 378, 427, 431
- Visitação, Maria da, II, 32, 80
- Visitações, I, 212, 239, 271, 365, 367, 370; II, 11, 19, 22, 25, 27, 59, 103, 105, 106, 118-121, 121-125, 136, 141, 172, 190, 195, 197, 223, 224, 225, 234, 235, 243, 250-255, 277, 301, 325, 328, 332, 348, 364, 377, 378, 379, 380, 401, 426, 460, 461-462, 475, 486, 487, 507, 518-519, 520, 522-523, 523, 524, 527-528, 532, 537, 549, 584-585, 588, 590, 611-612, 638, 641, 662, 664; III, 144
- Visitações *ad limina*, II, 179, 211
- Visitandinas, II, 42, 619, 621, 647; III, 323
- Vital, Domingos Fezas, III, 187, 192, 193
- Viterbo, Joaquim de Santa Rosa de, II, 614
- Vitiza, rei visigodo, I, 93
- Vítor Emanuel II, rei de Itália, III, 77
- Vitória, santa, I, 427
- Vitorino, Orlando, III, 437
- Vives, Juan Luis, II, 419
- Vocações, I, 362, 365, 370; II, 377, 379, 645, 675; III, 31, 67, 93, 96, 173, 207, 208, 216, 247, 251, 257, 280, 281, 314, 323, 384, 387
- Voegelin, III, 499
- Volovitch, Marie Christine, III, 91
- Voltaire, II, 675; III, 70
- Volumus et presentium* (1273), bula papal, I, 321
- Votos de Santiago, I, 265
- Votos religiosos, I, 291
- Voz de Fátima, A*, III, 154
- Voz de Santo António, A*, III, 58, 101, 138, 175
- W**
- Waldeck, Christian von, príncipe, III, 448
- Wellington, Arthur Wellsley, 1.º duque de, III, 424, 448
- Weyden, Roger Van, II, 574
- Wicki, José, II, 256; III, 388
- Wilby, John, III, 449
- Willeke, Venâncio, II, 506
- Wilmart, I, 25
- Witte, Charles-Martial de, III, 388
- Wiznitzer, Arnold, II, 59
- Wolfinson, Isaac J., III, 440
- Wolf, Lucien, III, 444
- Wright, Henrique M., III, 457
- Wyclif, J., I, 41-43
- Y**
- Yahia, Juda Ben, I, 77
- Yerushalmi, II, 53
- Yongzheng, imperador chinês, II, 301
- Young, Robert Reginald, III, 459
- Yudisthira, II, 87
- Z**
- Zagalo, António, II, 411
- Zamora, Afonso de, converso judeu, I, 75
- Zamora, Martinho, bispo de Lisboa, I, 332
- Zelada, Francisco Saverio, secretário de Estado da Santa Sé, II, 40
- Zenha, Francisco Salgado, III, 300
- Zénon, bispo de Mérida, I, 238
- Zurara, Gomes Eanes de, II, 264, 489

# ÍNDICE de AUTORES

- AZEVEDO, Carlos A. Moreira  
*Introdução geral*, I, ix-xxvii
- BETHENCOURT, Francisco  
*Rejeições e polémicas*, II, 49-93  
*A Inquisição*, II, 95-131
- CLEMENTE, Manuel  
*A vitalidade religiosa do catolicismo português: do Liberalismo à República*, III, 65-127
- CLEMENTE, Manuel; FERREIRA, António Matos  
*Introdução geral*, III, 9-13  
*Conclusão geral*, III, 503-506
- CLEMENTE, Manuel; FONTES, Paulo F. de Oliveira  
*Vitalidade do catolicismo português nos séculos XIX e XX*  
*Introdução*, III, 62-63
- COSTA, João Paulo Oliveira e  
*A diáspora missionária*, II, 255-313
- FERNANDES, Maria de Lurdes Correia  
*Da reforma da Igreja à reforma dos cristãos: reformas, pastoral e espiritualidade*, II, 15-38
- FERREIRA, António Matos  
*Religião e sociedade na época contemporânea*, III, 15-59
- FERREIRA, António Matos; CLEMENTE, Manuel  
*Introdução geral*, III, 9-13  
*Conclusão geral*, III, 503-506
- FONTES, Paulo F. de Oliveira  
*O catolicismo português no século XX: da separação à democracia*, III, 129-351
- FONTES, Paulo F. de Oliveira; CLEMENTE, Manuel  
*Vitalidade do catolicismo português nos séculos XIX e XX*  
*Introdução*, III, 62-63
- GOMES, Saul António  
*A religião dos clérigos: vivências espirituais, elaboração doutrinária e transmissão cultural*, I, 339-421
- GONÇALVES, Nuno da Silva  
*A dimensão missionária do catolicismo português*, III, 353-397
- GOUVEIA, António Camões  
*Sensibilidades e representações religiosas: O controlo do tempo*, II, 317-322  
*Procissões*, II, 334-345  
*As artes e o sagrado*, II, 462-486  
*A sacramentalização dos ritos de passagem*, II, 529-557
- JORGE, Ana Maria C. M.  
*O sincretismo religioso hispânico e a penetração do cristianismo*, I, 13-20  
*Do combate contra o paganismo ao controlo das «superstições»*, I, 20-25  
*O eclodir da dissidência: a querela arianista*, I, 25-29  
*O repto do priscilianismo e a emergência de «novas» correntes heterodoxas*, I, 29-34  
*Organização eclesiástica do espaço. Do Império Romano ao reino asturiano-leonês*, I, 137-142  
*A vida monástica na Hispânia durante a Antiguidade Tardia*, I, 203-206  
*O episcopado. A) Das origens à Alta Idade Média*, I, 237-241
- JORGE, Ana Maria C. M.; VILAR, Hermínia Vasconcelos  
*A vida eremítica*, I, 220-222  
*Monarquia e Igreja: convergências e oposições: Da «Igreja constantiniana» ao reino asturiano-leonês*, I, 303-305
- JORGE, Ana Maria C. M.; RODRIGUES, Ana Maria S. A.  
*Introdução*, I, 1-10
- LAVAJO, Joaquim Chorão  
*Islão e cristianismo: entre a tolerância e a guerra santa*, I, 91-133
- MARQUES, João Francisco  
*Introdução*, II, 9-12  
*Os itinerários da santidade: milagres, relíquias e devoções*, II, 359-367  
*A palavra e o livro*, II, 377-447  
*A música religiosa e litúrgica: a longa persistência da polifonia*, II, 486-515  
*O teatro religioso e litúrgico*, II, 449-462  
*Preceito dominical*, II, 517-521  
*A celebração do sacrifício da missa*, II, 522-525  
*O culto vespertino*, II, 525-529  
*A renovação das práticas devocionais*, II, 558-601  
*Oração e devoções*, II, 603-670  
*A concluir*, II, 671-676
- NOGUEIRA, Bernardo de Sá  
*O espaço eclesiástico em território português (1096-1415)*, I, 142-201
- PAIVA, José Pedro  
*A Igreja e o poder*, II, 135-185  
*Dioceses e organização eclesiástica*, II, 187-199  
*Os mentores*, II, 201-237  
*As missões internas*, II, 239-250  
*As visitas pastorais*, II, 250-255  
*A magia e a bruxaria*, II, 369-375
- PENTEADO, Pedro  
*Confrarias*, II, 323-334  
*Peregrinações e santuários*, II, 346-358
- RODRIGUES, Ana Maria S. A.  
*O surgimento das correntes milenaristas e da questão da pobreza voluntária*, I, 35-43  
*A permanência das «superstições» e a diabolização da feitiçaria*, I, 43-51  
*Patrimónios, direitos e rendimentos eclesiásticos*, I, 261-301
- RODRIGUES, Ana Maria S. A.; JORGE, Ana Maria C. M.  
*Introdução*, I, 1-10

- ROSA, Maria de Lurdes  
*A religião no século: vivências e devoções*, I, 423-510
- SANTOS, Luís Aguiar  
*Pluralidade religiosa: correntes cristãs e não-cristãs no universo religioso português*, III, 399-501
- SANTOS, Zulmira C.  
*Luzes e espiritualidades: itinerários do século XVIII*, II, 38-47
- TAVARES, Maria José Ferro  
*O difícil diálogo entre judaísmo e cristianismo*, I 53-89
- VILAR, Hermínia Vasconcelos  
*A procura da perfeição longe do mundo: da reforma beneditina à influência cluniacense*, I 206-212  
*A mensagem de Cister: o êxito de uma ordem*, I, 212-214  
*A procura social de uma vivência alheia ao mundo*, I, 214-220  
*A vivência de uma regra entre o mosteiro e o século*, I, 222-237
- O episcopado. B) Da restauração diocesana ao século XV*, I, 241-244  
*O clero catedralício*, I, 244-248  
*O clero paroquial*, I, 248-259  
*Monarquia e Igreja: convergências e oposições. De Afonso Henriques a Sancho II: uma difícil delimitação de poderes (1128-1245)*, I, 305-318  
*O rei e a Igreja — o estabelecimento das concórdias (1245-1383)*, I, 318-327  
*O Cisma do Ocidente e a Igreja portuguesa no dealbar do século XV*, I, 328-336
- VILAR, Hermínia Vasconcelos; JORGE, Ana Maria C. M.;  
*A vida eremítica*, I, 220-222  
*Monarquia e Igreja: convergências e oposições: Da «Igreja constantiniana» ao reino asturiano-leonês*, I, 303-305

# CORRIGENDA e ADENDA

## 1.º VOLUME

- p. V, linha 1, onde se lê «Apresentação» deve ler-se «Introdução geral»
- p. VI, linha 32, onde se lê «De Afonso Henriques a Sancho II: uma difícil delimitação de poderes (1128-1245) 307» deve ler-se «De Afonso Henriques a Sancho II: uma difícil delimitação de poderes (1128-1245) 305»
- p. VI, linha 33, onde se lê «Dos poderes em presença 304» deve ler-se «Dos poderes em presença 307»
- p. XIII, linha 6, onde se lê «cultural» deve ler-se «cultural»
- p. XV, linha 31, onde se lê «faz-se» deve ler-se «fez-se»
- p. XVI, linha 33, onde se lê «1951» deve ler-se «1851»
- p. 6, linha 19, onde se lê «laicos» deve ler-se «leigos»
- p. 28, linha 31, onde se lê «*Vitae*» deve ler-se «*[Liber] Vitas*»
- p. 48 (notas 126, 129, 130); p. 254 (nota 96); p. 257 (notas 242, 247, 257, 259, 261, 268, 271); p. 258 (nota 276); p. 334 (notas 4, 8, 9); p. 514, onde se lê «*VITAE sanctorum patrum emeritensium*» deve ler-se «*[LIBER] vitas sanctorum patrum emeritensium*»
- p. 104, na legenda da ilustração, onde se lê «baixo-relevo da Igreja Matriz de Santiago do Cacém (século XIV)» deve ler-se «Retábulo da Vida e da Ordem de Santiago, pintura a óleo sobre madeira, século XVI, Museu Nacional de Arte Antiga»
- p. 137, linha 14, onde se lê «O traçado das três vias romanas teria também contribuído também para» deve ler-se «O traçado das três vias romanas teria contribuído também para»
- p. 203, na legenda da ilustração, onde se lê «Igreja de Santa Clara» deve ler-se «Igreja da Graça»
- p. 204, na legenda da planta da Igreja, onde se lê «Montélios, Real, Braga» deve ler-se «Montélios, Braga»
- p. 234, na legenda da ilustração deve ler-se «*Cristo jacente*, séculos XIV-XV; proveniente do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha (Coimbra, Museu Nacional Machado de Castro)»
- p. 238, linha 34, onde se lê «a origem étnica pode ser conhecida para o século VIII» deve ler-se «a origem étnica pode ser conhecida para o século VII»
- p. 253 (nota 2 e 3), onde se lê «*Idem*» deve ler-se «*Ibidem*»
- p. 254 (nota 89), onde se lê «*ISIDORO — De ecclesiasticum officium*» deve ler-se «*ISIDORO — De ecclesiasticis officiis*»
- p. 294 (nota 46), onde se lê «p. 260-261» deve ler-se «p. 268-269»
- p. 295 (nota 55), onde se lê «de meados a finais do século XIV» deve ler-se «de meados do século XIV a finais do século XV»
- p. 295 (nota 68 e 73), onde se lê «*VELOSO E MARQUES*» deve ler-se «*VELOSO; MARQUES*»
- p. 298 (nota 155), onde se lê «no capítulo 4 desta 2.ª parte» deve ler-se «no próximo capítulo»
- p. 300 (nota 231), onde se lê «ver 2.ª Parte, cap. I» deve ler-se «ver capítulo intitulado «Organização eclesialística do espaço»»
- p. 301 (nota 255), onde se lê «veja-se a Parte 2.ª, cap. 2» deve ler-se «veja-se o capítulo intitulado «As instituições e o elemento humano»»
- p. 321, na legenda da ilustração deve ler-se «Jacente de D. Durão Pais, bispo de Évora; proveniente da Sé de Évora (Évora, Museu de Évora)»
- p. 330, na legenda da ilustração deve ler-se «Tríptico da Colegiada de Santa Maria da Oliveira, século XV (Guimarães, Museu de Alberto Sampaio)»
- p. 446, na legenda da ilustração deve ler-se «Jacente de D. Afonso Henriques, 1518-1522/1535 (Coimbra, Igreja de Santa Cruz)»
- p. 479, na legenda da ilustração, onde se lê «Sintra, Palácio da Pena» deve ler-se «Sintra, Palácio da Vila»

- p. 483, na legenda da ilustração, onde se lê «Évora, Casa Cadaval» deve ler-se «Évora, Igreja dos Lóios, Casa Cadaval»
- p. 501, na legenda da ilustração, onde se lê «Aveiro, Museu Municipal» deve ler-se «Aveiro, Museu de Aveiro»
- p. 514, linha 72, onde se lê «VITA Sancti Theotoni. In *PM*» deve ler-se «VITA Sancti Theotoni. In *PMH*»
- p. 519, linha 60, onde se lê «CHEVALIER, R. [...] *Aufstieg und Niedergang der Römanischen Wel*» deve ler-se «CHEVALIER, R. [...] *Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt*»

## 2.º VOLUME

- p. 49, linha 20, onde se lê «O diploma régio de 1496 contra judeus e muçulmanos» deve ler-se «O diploma régio de 1496 contra judeus e muçulmanos»
- p. 451, na legenda da ilustração, onde se lê «Frontispício do Auto da barca da Glória, 1519, de Gil Vicente» deve ler-se «Frontispício do Auto da barca do Purgatório, 1517, de Gil Vicente»
- p. 421, linha 20, onde se lê «D. Teodósio de Bragança» deve ler-se «D. Teotónio de Bragança»

